



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXXI SUP. B AO Nº 11, QUINTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2026

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Carlos Veras (PT-PE)

1º Secretário

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2ª - Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)

Presidente

Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)

1º Vice-Presidente

Deputado Elmar Nascimento (UNIÃO-BA)

2º Vice-Presidente

Deputado Carlos Veras (PT-PE)

1º Secretário

Deputado Lula da Fonte (PP-PE)

2º Secretário

Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)

3ª Secretária

Deputado Sergio Souza (MDB-PR)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP)

2º - Deputado Paulo Folletto (PSB-ES)

3º - Deputado Dr. Victor Linhalis (PODE-ES)

4º - Deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Celso Dias dos Santos

Diretor da Secretaria de Expediente



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025

Ata da 34 ^a Reunião, realizada em 9 de Março de 2026	4
Ata da 35 ^a Reunião, realizada em 12 de Março de 2026	90
Ata da 36 ^a Reunião, realizada em 19 de Março de 2026	243

1.2 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1323, DE 2025

Ata da 1 ^a Reunião, realizada em 3 de Fevereiro de 2026	433
Ata da 2 ^a Reunião, realizada em 10 de Fevereiro de 2026	449
Ata da 3 ^a Reunião, realizada em 24 de Fevereiro de 2026	468
Ata da 4 ^a Reunião, realizada em 3 de Março de 2026	552
Ata da 5 ^a Reunião, realizada em 17 e 24 de Março de 2026	609

1.3 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1326, DE 2025

Ata da 1 ^a Reunião, realizada em 3 de Março de 2026	630
Ata da 2 ^a Reunião, realizada em 25 de Março de 2026	640





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dezesseis horas e dezoito minutos do dia nove de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Izalci Lucas, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Damares Alves, Julia Zanatta, Sóstenes Cavalcante, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Duarte Jr., Alencar Santana, Bia Kicis, Delegado Caveira, Zé Trovão, Kim Kataguiri, Evair Vieira de Melo, Ricardo Maia, Mauricio Marcon, Ribeiro Neto, Dorinaldo Malafaia, Rogério Correia, Marcel van Hattem e Luiz Lima. Deixam de comparecer os Parlamentares Soraya Thronicke, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Styvenson Valentim, Eliziane Gama, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Beto Faro, Amanda Gentil, Cleber Verde, Sidney Leite, Gabriel Mota, Dagoberto Nogueira, Paulo Pimenta e Orlando Silva. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva. Finalidade:** Realização de oitivas. Oitiva do Rodrigo Ortiz D'Ávila Assumpção, Presidente da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev, em atendimento aos requerimentos 440/2025 e 876/2025; da Leila Mejdalani Pereira, Presidente do Banco Crefisa, em atendimento aos requerimentos 1737/2025 e 3036/2026; do Artur Ildefonso Brotto Azevedo, CEO do Banco C6 CONSIGNADO S.A., em atendimento ao requerimento 3035/2026. **Resultado:** Oitivas não realizadas em virtude do não comparecimento dos depoentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/09>

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Boa tarde, senhoras e senhores.

Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025, que se realiza nesta data, 9 de março de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da 33ª Reunião – da ata.

Os Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Alguma coisa? V. Exa. é contra, Deputado Rogério Correia?

É. *(Pausa.)*

Pois não. Entendi que...

Desculpe.

Senhores, algumas informações aqui.

Informo que a oitiva do Presidente da Dataprev, agendada para a última quinta-feira, foi adiada diante do cancelamento da reunião. Regularmente convocado para comparecer hoje, o Sr. Rodrigo Assumpção justificou a ausência com base em exames médicos nesta data e viagem ajustada para amanhã, com retorno em 21 de março.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui quero dar o meu testemunho de que, na última quinta-feira, o Presidente da Dataprev esteve aqui, ficou à disposição da CPMI, mas, infelizmente, dado o estado de saúde do Relator, nós tivemos de dispensá-lo e ele já tinha agenda. Então, está sendo remarcado para o dia 23 de março, uma segunda-feira.

A Sra. Leila Pereira, Presidente da Crefisa... Ontem, os representantes entraram em contato com a CPMI pedindo o adiamento por conta do jogo, já que ela é Presidente de um clube de futebol... (*Pausa.*)

... clube de futebol, porque o time... Hoje, ela teria uma série de compromissos por conta do resultado.

A Presidência... Como ela não é investigada – ela é uma pessoa que viria para colaborar –, a Presidência entendeu que não haveria problema algum e, com os mesmos representantes, ficou acertada a data do dia 13, na próxima segunda-feira.

No final da manhã de hoje, os advogados encaminharam a esta Comissão um parecer, uma resposta totalmente diferente. Compreendem, de modo absolutamente errado, que o requerimento de convocação teria sido anulado pela decisão do Ministro Flávio Dino no MS 40.781. A referida decisão, como sabemos, desconsiderando os precedentes do Supremo, limitou-se às quebras de sigilo, sem abranger as convocações.

Estará em São Paulo para participar da cerimônia de encerramento... Isso aqui.

Assim, a Sra. Leila Pereira foi regularmente convocada e deixou de comparecer sem motivo justificado, a nosso ver, diante da comunicação que foi feita pelos advogados. Portanto, eu determino à Secretaria que adote as providências, na forma da lei, para que a convocada se apresente já na data acertada e, dessa vez, na quinta-feira – não na segunda-feira, como foi anteriormente acertado.

O C6 Consignado. O Sr. Artur Ildefonso Brotto Azevedo, Presidente do C6 Consignado, regularmente convocado, também comunicou o seu não comparecimento hoje, 13h20 da tarde. A testemunha compreendeu-se desobrigada, novamente, com base na decisão do Ministro Flávio Dino. Assim, Artur Azevedo foi regularmente convocado e deixou de comparecer sem motivo justificado. Portanto, determino à Secretaria que adote as providências, na forma da lei, para que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a convocada se apresente... o convocado, a testemunha, se apresente também na próxima quinta-feira ou em data a ser corretamente definida.

E é bom lembrar que essa Presidência pode tomar as providências cabíveis, inclusive de condução coercitiva.

Sobre os vazamentos, pelos quais a CPMI foi colocada em nota pelo Ministro Alexandre de Moraes, no final de semana, atribuindo a esta Comissão vazamentos importantes de informações que estão sob sigilo, sob guarda, a Presidência tem o seguinte comunicado:

Os acessos à maior parte do acervo de documentos sigilosos desta Comissão ocorreram, assim como nas demais CPIs, por meio de máquina virtual criptografada, com registro de acessos, na qual os dados são visualizados pelo usuário e, quando tecnicamente possível, contam com a marca d'água com informações de acesso.

Sigilos bancários e sigilos telefônicos são acessados por meio de sistemas amplamente utilizados pelas polícias, pelo Ministério Público, chamados de Simba e Sittel, fruto de acordo de cooperação técnica entre o Senado Federal e a Procuradoria-Geral da República.

Nosso regulamento estabelece as regras para acesso a documentos sigilosos, e todos os servidores cadastrados que acessam os dados como representantes dos Parlamentares firmam previamente termo de confidencialidade e sigilo.

Destarte, há ampla cautela nesta CPMI com o tratamento de dados sigilosos e jamais se pode afirmar, sem a devida apuração, que um ou outro vazamento tenha partido de algum membro desta Comissão. Apenas como exemplo, uma matéria de um conhecido jornalista nacional menciona que um determinado documento foi acessado por meio da CPMI do INSS. Ocorre que há um detalhe: a Comissão jamais recebeu ou teve acesso a esse documento. Eu estou falando aqui dos RIFs do Sr. Vorcaro, porque foi publicado que a CPMI teria esses documentos em mãos e que esse documento teria sido vazado. A CPMI não recebeu os RIFs do Sr. Daniel Vorcaro. Portanto, essa informação é inverídica.

Fomos injustamente acusados pelo Ministro Alexandre de Moraes de vazar dados do celular de Daniel Vorcaro por meio de uma nota do Supremo Tribunal Federal. Lamentável. Pouco tempo depois, a jornalista Malu Gaspar fez uma matéria refutando a nota do Ministro e afirmando que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

os dados por ela utilizados, que noticiavam conduta, em tese, ilícita, não vieram da CPMI. Aliás, a CPMI recebeu apenas 0,25%. Eu vou repetir para os senhores: nós recebemos menos de 1%, 0,25% do material que foi enviado à Polícia Federal. Foram enviados mais de 400 *gigabytes*, pela Presidência da Casa, de documentos, e a Comissão recebeu apenas um gigabyte, o que é um absurdo. Percebam que não há registro de diálogos além daquele com a companheira de Vorcaro nos documentos recebidos pela CPMI. Não há, ainda, fotos, as quais certamente devem existir nos documentos extraídos do Senado Federal e jamais devolvidos pela Polícia Federal, até o momento, como determinou o Ministro André Mendonça.

Coloque-se que a CPMI, pelo que foi recebido da Polícia Federal, não tem condições de saber qual foi o horário de determinada mensagem encaminhada por certo aplicativo. Tais dados estão com a Polícia Federal porque foi ela quem os extraiu diretamente do telefone de Daniel Vorcaro, ou podem estar nos 399 *gigabytes* que foram negados a esta Comissão.

Além disso, é necessário lembrar que não só a CPMI tem acesso aos dados sigilosos. A Justiça, o Ministério Público, a Polícia Federal, os advogados, assim como todo ente que tenha produzido, tratado ou armazenado tais dados, têm acesso a eles. Se houver qualquer investigação, todos precisam ser investigados, não apenas esta Comissão. Mais uma vez, há matéria que explicitamente diz que determinado dado muito importante saiu dessa CPMI, mas a CPMI jamais teve acesso a esse documento. Isso é apenas um exemplo da atribuição de responsabilidade indevida a esta Comissão por um suposto vazamento.

Por fim, reforço que não é admissível a divulgação de dados sigilosos para além dos limites estabelecidos em lei em CPIs. Por exemplo, tem-se compreendido que o Parlamentar pode fazer referência a pequenos trechos de documento de natureza sigilosa nas suas perguntas a determinado convocado. Porém, muito mais grave é divulgar dados sigilosos de conteúdo eminentemente privado ou íntimo. Esses dados, em geral, são inúteis para uma investigação. Qualquer divulgação de tal conteúdo é absolutamente proibida e, se comprovado que eventual vazamento partiu deste Colegiado, esta Presidência adotará as medidas pertinentes.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Kim Kataguiiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Pela ordem.) – Queria fazer uma só uma sugestão a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

Vamos fazer uma listagem dos pedidos pela ordem aqui.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Isso. Teve uma lista de inscrição para os depoimentos. Eu queria só fazer a sugestão de que ela fosse utilizada para o uso da palavra. Eu não sei quanto tempo V. Exa. vai franquear para cada um, mas eu sugeriria apenas que fosse seguida a lista de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bem, é possível. Todos concordam?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, vamos seguir a lista. Cadê a lista dos...?

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Seguir aquela... É, a dos depoimentos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Inscrição original.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas dessa lista aí, Presidente, o pela ordem pode fazer dois minutos, só.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu vou... Eu vou seguir a ordem aqui, vou dar dez minutos para cada um.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Ah, não, Sr. Presidente...

(Intervenções fora do microfone.)



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou dar dez minutos para cada um...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Dá cinco, então...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bom; está bem.

Eu vou seguir, vou dar cinco minutos para cada um...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... para que cada um possa se manifestar, o.k.?

Vou seguir.

Primeiramente, o Relator tem direito a abrir.

Com a palavra o Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone.*) – Como eu voltei...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode falar; o senhor é o Relator, e o Relator tem tempo franqueado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Presidente, quantos estão inscritos e quem são?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estão inscritos aqui 17 Parlamentares.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Professor, pela ordem... Presidente, pela ordem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Alencar.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Com todo respeito à condução de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... e também ao papel do Relator, mas hoje nós estamos sem depoente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O Relator tem o papel ali de fazer o trabalho dele, inquirir o depoente. Não dá para ele ter um tempo aqui, numa sessão que agora não tem pauta, não tem depoente, maior que todos nós, porque neste caso estamos todos na mesma condição, senão ele fala aí meia hora, uma hora, e nós vamos cada um aqui depois ficar três, quatro, cinco minutos somente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Excelência, não há nenhuma regra que estipule o tempo de fala de um Relator quando uma Comissão está aberta.

Ele terá o tempo necessário que for para se pronunciar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, só, antes do Relator... É rápido.

Presidente, tudo bem: V. Exa. é o Presidente, determina como é...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu não determino, Excelência; eu sigo o regimento.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mais ou menos, porque...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não; eu sigo o regimento.

(Intervenções fora do microfone.) (Risos.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... V. Exa. marca reunião...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Achei que V. Exa. ia me pedir desculpas!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não; V. Exa. é que tem que nos pedir desculpas porque semana passada...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não; V. Exa. fez uma série de declarações a meu respeito, totalmente infundadas e que foram derrubadas pelo Presidente da Casa...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É, mas eu não peço...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... mostrando que eu agi segundo o regimento.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não, não agiu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não; só um instantinho.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, não ... V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com toda sinceridade, eu achei que V. Exa. ia me pedir desculpas.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E eu achei que V. Exa. fosse pedir desculpas para a gente, porque V. Exa...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É porque, se eu estava certo, por que é que eu ia pedir desculpas a V. Exa.?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... marca reunião quando quer marcar...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... desmarca quando quer desmarcar. Então, funciona...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, eu estava na frente do Deputado Rogério Correia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, deixa eu falar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Funciona como V. Exa. quer. Hoje, V. Exa. quer fazer: embora não tenha depoente, não desmarca; põe o tempo para quantos minutos quer... Nada disso está no regimento.

Semana passada, nós tínhamos requerimentos importantes para votar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... inclusive para convocar o Sr. Zettel, para abrir sigilos, e não precisava da presença do Relator, que estava adoecido – V. Exa. desmarca. Então, é cada...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não é...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... cada vez uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não é possível; não é possível, Deputado Rogério Correia...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E hoje o tempo!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Era um momento fundamental para que o Relator estivesse aqui.

Outra coisa – vou dizer com clareza aos senhores aqui...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Para deliberativa?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... enquanto o Ministro Dino não explicar a esta Comissão o que ele chama de "devido debate", nós estamos de mãos amarradas, porque ele escreveu lá que tem que ser feito o devido debate. O que é o devido debate? São dois Parlamentares, um Parlamentar de cada lado? É a Comissão toda? Não há um esclarecimento sobre a atuação. É uma decisão que interfere nos trabalhos da Comissão... Não tem! Nós podemos todos seguir o regimento, como eu segui, e de repente nós temos uma decisão contrária à nossa! Gerou uma insegurança jurídica absurda, e não tem... não é só com a Comissão, não; isso tem sido com o país! Então...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, mas semana passada nós tínhamos requerimentos importantes, e os requerimentos em si, para a deliberativa, não necessitavam da presença do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não; precisa do Relator. Precisa...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Para deliberar sobre, sobre...?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Relator tem que estar presente, Excelência. Toda...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Isso não existe...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quando o Relator não está presente, quando ele se ausenta por qualquer questão, é obrigatório se nomear um Relator...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... mas isso quando ele tiver que sair e voltar.

Agora, abrir uma sessão sem o Relator, eu não vou fazer isso.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Sessão se fosse para oitiva do depoente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu não vou fazer isso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... eu concordo com a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, e olha, nós vamos votar...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... mas votar requerimento... Ficou suspenso porque...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, nós vamos votar requerimentos de convocação.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Esse nós vamos votar. Agora, requerimento de quebra de sigilo, eu com a Advocacia do Senado...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Estava na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não estava, Excelência, mas nós temos uma decisão...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então, V. Exa. o tirou da pauta por deliberação política?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não... Não, é por decisão do Supremo Tribunal Federal.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não vai mais entrar na pauta a quebra de sigilo do Zettel? Nem da...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, pela ordem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, nós não vamos fazer mais quebras de sigilo...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ahn? Eu sabia, eu sabia que tinha alguma coisa...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... enquanto não houver um esclarecimento por parte do Supremo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não, agora...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agora, as convocações nós vamos continuar votando.

Relator, com a palavra.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Agora ficou claro... Agora ficou claro, Presidente, blindagem ao Zettel....

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quero dar boa tarde a V. Exa. e, em nome de V. Exa., saudar a todos: Parlamentares, assessores, jornalistas, principalmente o povo do Brasil, que estava ansioso para a continuidade dos trabalhos.

Presidente, eu vi o que é narrativa. Na quarta-feira, saí daqui do Congresso por volta de 2h da manhã. Presidente, saí muito mal, por volta de meia-noite, 1h eu estive com o Kim. E depois voltei ao meu gabinete, mas me senti mal, fui para casa.

E, quando foi 8h da manhã, Presidente, eu estava ardendo de febre, sem voz, completamente congestionado. Tentei, Presidente, vir, mas não consegui. Liguei para V. Exa. às 8h15.

Eu quero pedir escusa ao Colegiado, mas eu nunca faltei uma sessão na Câmara dos Deputados. Tenho trabalhado muito para honrar o povo de Alagoas, mas eu estava sem condições de saúde.

Nunca passei um final de semana em Brasília. Foi o primeiro final de semana que eu passo em Brasília, porque entrei com uma sinusite e uma otite. Minha esposa veio para cá e, quando foi ontem, eu melhorei, a voz também recuperei; mas eu quero dizer ao senhor que eu vi uma





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

narrativa que me deixou muito triste, que foi a narrativa de que não teria vindo para não votar requerimentos – se a maioria dos requerimentos era exatamente da minha lavra.

Então, eu quero pedir desculpas a V. Exa., por não ter conseguido antever da forma como ia acordar. Eu sei que eu saí da cama ontem, porque estava completamente arriado, Presidente, mas sei e estou com a consciência tranquila que tenho dado o melhor de mim, mesmo que não seja o suficiente.

Presidente, eu pedi a V. Exa. para falar por alguns motivos.

O primeiro motivo, Presidente, é que eu vou apresentar aqui, coloca aqui, por favor. Presidente, aqui teve murro, eu fui interpelado por um Parlamentar – e permaneci tranquilo para não desmerecer, não desmerecer a seriedade da CPMI –, perguntando quando é que a cúpula iria parar de roubar, por causa daquela votação de 87 requerimentos. Requerimentos de bancos como Crefisa, que não veio hoje; como o C6, que não veio hoje.

Aí, Presidente, o Presidente do Senado veio cá e disse que o senhor tinha razão. Presidente, ele não disse porque é seu amigo, não; ele não disse por conta de compadrio, não. Ele disse, Presidente, de acordo com os precedentes e a legalidade das suas ações.

Mas, Presidente, esta Casa está desmoralizada, porque, Presidente, depois de 24 horas de manutenção da decisão de V. Exa. por Davi Alcolumbre – passa aí, passa mais –, vem o Dino, Ministro do Lula, nomeado pelo Lula Ministro da Segurança Pública, nomeado por Lula Ministro do STF, e, para salvar Lulinha, em 25 horas, dá uma decisão que salva Roberta Luchsinger.

Aí, Roberta Luchsinger, aquela lobista de que a gente vem falando aqui há muito tempo, Roberta Luchsinger vai ao Supremo; por graça e destino, cai no Dino, e Roberta Luchsinger tem o sigilo, a quebra de sigilo suspensa.

Mas, Presidente, Dino disse que o senhor estava certo. Agora, vamos aos fatos: CNJ (Conselho Nacional de Justiça), CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), STJ (Superior Tribunal de Justiça), STF (Supremo Tribunal Federal), todos – todos –, sem exceção, fazem votação em bloco – fazem votação em bloco!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, vamos para CPI do 8 de janeiro: mais de 70 requerimentos de quebra de sigilo sabe como? Em bloco. "Ah, mas era para ferrar o Bolsonaro; podia". Pois pôde, porque o Toffoli botou lá que podia e o Supremo manteve.

Vamos para CPI da covid...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Isso, na pandemia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... da pandemia. Mesma coisa, dezenas e dezenas de requerimentos. Até Deputado do PT aqui, que se insurgiu contra a votação em bloco, lá foi a favor – estou aqui.

Sabe o que é o que Carmen Lúcia disse? Que era válido o afastamento de sigilo em bloco.

Então, vamos deixar claro? A Justiça do Brasil, por meio do Supremo Tribunal Federal, está com uma medida certinha para beneficiar determinadas pessoas. CPI do covid, CPI do 8 de janeiro, votação em bloco de afastamento de sigilo, válida pelo Supremo Tribunal Federal.

Mas espera aí, chegamos na antessala do Presidente da República.

Volta, volta aqui, volta aqui.

Olha: "Desesperada, amiga de Lulinha manda recado ameaçador a emissários de Lula". Quem está dizendo isso é o Alfredo? Não. Quem está dizendo isso é um dos principais veículos de comunicação do país.

Olha só...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E eu sei? Eu só sei que a principal revista do país não desmentiu. E qual foi o resultado?

Passa um aí

Passa uma aí, passa uma, passa outra.

O resultado é este aqui: esteve suspensa a quebra de sigilo 25 horas depois.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passa aqui.

Dino contrariou entendimento do Supremo ao blindar Lulinha em CPMI.

Por que, na CPMI da covid e na CPMI do 8 de janeiro, foram referendados os afastamentos de sigilo em bloco, e o STF referendou? Por que, para a medida de Roberta Luchsinger, Lulinha e companhia, isso é desmanchado? Eu fico me perguntando que Brasil é este, que momento é este que nós estamos vivenciando. Então, o Supremo está desdizendo – o que, em várias oportunidades, disse – que a votação em bloco era legítima.

Teve um jornalista aqui que fez uma continha de padaria rápida. Olha o que o Dino quer que aconteça. Eu nem sei quantos requerimentos tem aqui, mas vamos supor que, na CPMI, tenha 2 mil requerimentos. Em outras palavras, ele quer que todo mundo fale em cada requerimento. Olha, se são dois e dois de cada lado, só aí dariam 20 minutos; com mais votação, 25 minutos. Mas, se for ao pé da letra, ele quer que todo mundo se manifeste. Isso nunca aconteceu e inviabilizaria qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Por que caiu com o Dino?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É uma boa pergunta.

Passa aí, passa aí.

Agora, deixe-me dizer que eu tenho um orgulho – eu mexo com investigação há muito tempo –: eu nunca precisei vazar documento de ninguém. Eu disse aos meus assessores: "Nós vamos ser o alvo. Vazamento zero".

Mas olha o G1 – G1, G1, G1, um dos mais importantes portais do Brasil –, seja lá por que método, ele obteve a quebra de sigilo de Lulinha. Lulinha, em quatro anos, quatro anos... . Eu era do Ministério Público, servidor *top* de carreira, movimentava 600 mil por ano. Lulinha é o que para, em quatro anos, movimentar quase R\$20 milhões? "Ah, é empresário de grande sucesso." A gente vai ver o sucesso de Lulinha: R\$19,5 milhões. Sabe qual é a suspeita aqui? De onde veio esse dinheiro? Nós precisamos saber de onde veio esse dinheiro. Mas o que aconteceu? Eu pergunto: Presidente, o sigilo do Lulinha está disponível para CPMI? (*Pausa.*)

Ainda está disponível? Chegou ordem para mandar embora o sigilo?



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, o filho do Presidente da República do Brasil, enquanto cidadão, movimentou, de 2022 a 2026, quase R\$20 milhões. A ordenzinha da Justiça, do STF, do Dino, chegou rapidinho: recolhe, vocês não têm direito a saber de sigilo de Lulinha.

Agora, bora. Espera aí.

Extratos mostram 1.531 transações bancárias. Lula mandou para o filho R\$721 mil.

Passa.

Olha só a sede de empresas desse grande empresário que recebeu milhões.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Vazia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vazia.

Agora passa, agora passa.

Agora vamos aqui. O Brasil está indignado, indignado porque vazaram uma – e me desculpe, Sr. Presidente – putaria entre Vorcaro... Mas Vorcaro e quem? Não é com ele a namorada não, a safadeza está do outro lado.

Olha, esse homem que está aqui se transformou em herói no Brasil: botou Bolsonaro na cadeia. "Esse homem salvou a democracia", segundo alguns dizem. Esse homem é o juiz mais importante do Brasil. Palmas para ele. Mas, minha gente, uma coisa não tem nada a ver com outra coisa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Ou tem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não. O que eu quero dizer é: se para alguns Alexandre de Moraes é um herói, se Alexandre de Moraes salvou o Brasil de uma ditadura, isso, isso não dá o direito do que nós vamos ver agora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só.

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas eu estou dizendo o que os outros, uma parte fala. Aí me diga, qual é a palavra única para definir esse cidadão chamado Vorcaro? Só tem uma: mafioso, gângster, bandido. Certo? Muito bem.

Tem algum problema, tem algum problema alguém encontrar um mafioso na rua e dar a mão? Ih, muitas vezes você nem sabe! Tem algum problema um mafioso ter o teu telefone sem você nunca ter falado com ele? Zero. Tem algum problema um mafioso encontrar você na rua e tirar uma foto? Você não sabe. Zero. Tem algum problema um mafioso fazer uma festa com 80 prostitutas chamando autoridades da República? Por enquanto, problema dele.

Mas agora vamos para o que interessa? O problema é o seguinte: esse é um mafioso e esse é um herói para alguns. O mafioso pagou para a família do herói R\$80 milhões. Aí eu pergunto: quando você recebe um real de um mafioso, aí já muda a coisa. Mas quando você recebe um contrato de R\$129 milhões e recebe na conta R\$80 milhões, o mafioso deve satisfação? Não. Esse aqui é mafioso, ele vive disto, de comprar autoridades da República. Quem deve satisfação é esse aqui, que botou muito inocente na cadeia com a pecha de maior moralista do Brasil.

Eu pergunto, como é que essa CPMI vai ficar calada? Essa CPMI é feita de homens e mulheres de honra ou é de gente frouxa que acaba baixando a cabeça por covardia?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – De honra!

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pois bem. Alexandre de Moraes, eu posso receber a polícia amanhã na minha Casa, mas vou receber numa perseguição, não vai ser por roubo nem por safadeza.

Agora, se fosse eu que tivesse recebido R\$80 milhões desse bandido aqui...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Não devolia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não devolia o quê? Eu estaria preso. Estaria preso! Preso! Eu estaria preso até a décima geração.

E essa CPMI, tem gente ainda que faz essa defesa... Tem gente ainda que sai para bater palma para Alexandre de Moraes. Alexandre de Moraes está com débito em relação ao Brasil,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque Vorcaro meteu mensagem para ele na hora de ser preso. Por quê? Porque a perguntazinha bloqueou. Bloqueou o quê? Bloqueou o quê na hora de ser preso?

"Mas, Alfredo, Alexandre de Moraes desmentiu." Não, antes de desmentir ele fez uma acusação: que foi a CPMI que vazou dados. Olha, sabe por que não foi a CPMI? Porque a CPMI não tinha os dados de WhatsApp. A Polícia Federal filtrou, como disse o Presidente. De uma montanha de dados, recebemos 0,25% dos dados. Olha que absurdo! A CPMI completamente desmoralizada!

O que tinha para ser remetido aqui, para a gente investigar... Mandaram para a gente, sabe o quê? Namoro de Vorcaro. Eu quero saber lá de namoro de Vorcaro, rapaz? Eu quero saber é da prostituição com o poder público. (*Palmas.*)

Então, Alexandre de Moraes, pode me prender! Não tem problema, não, porque os meus filhos saberão que eu estou sendo preso mesmo sendo um homem honrado. O Brasil deveria ter vergonha na cara e o Senado da República deveria instalar a CPI para apurar as relações de Alexandre de Moraes e Toffoli com um mafioso, Vorcaro.

Olha, eu cresci e andei a minha vida adulta sabendo onde tinha bandido. Onde é que tinha bandido no Brasil? Na política. O povo... Quando você anda na rua, o povo diz: "Vai mais um bandido ali, vai mais um ladrão, vai mais um corrupto." Ei, esqueça... Esqueça! Tem Deputado, tem Senador sendo perseguido porque tem opinião.

Agora, eu quero saber o seguinte: e se um Deputado e um Senador tivessem encaixado num bolso R\$80 milhões, me digam onde é que estaria? O que o Juiz Alexandre de Moraes diria do Alexandre de Moraes com vínculo com Vorcaro? O que é que iria acontecer? Mas eu sei: neste Brasil, manda quem tem poder. Na minha concepção, não vai acontecer nada com Alexandre de Moraes, mas eu não poderia deixar de vir aqui e expor a minha indignação.

"Mas, Alfredo, o que é que isso tem a ver com o INSS?" Vorcaro era para estar sentado ali. Eu ia perguntar a ele o quanto ele roubou de aposentado e pensionista. Quem garante que o dinheiro roubado de aposentado e pensionista não está aqui, nos 80 milhões? Quem garante que os 35 milhões do Sr. Toffoli, que manteve o caso na gaveta, do Master e do INSS, quem garante





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que também não tem dinheiro de aposentados e de pensionistas? Mas faltam homens e mulheres na República para enfrentar a verdade.

Eu sei que essa minha fala é uma fala que me coloca na linha de tiro – do tiro e da perseguição –, mas deixe eu lhe dizer: tem horas que a história chama e você não pode faltar. Eu estou indignado. (*Palmas.*)

E aí, Gilmar Mendes acaba de dar uma declaração: cometeram uma violência institucional da intimidade da namorada do Vorcaro. Minha gente, a violência verdadeira é ter dois Ministros do STF com relação com mafiosos e não acontecer nada! (*Palmas.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Muito bem! E continua protegendo, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora passa.

"Mensagens trocadas entre Vorcaro e Moraes foram extraídas e periciadas pela PF." É fácil o Alexandre de Moraes dar um chute na canela da CPMI. Nós somos democratas. Mas não fomos nós, não, que vazamos. Não fomos nós que expusemos, não. Aí, ó: foi de um material que não pertence à CPMI, porque eles filtraram o que vinha para cá. Mas aí soltaram: Vorcaro e Moraes mantiveram encontros, falas, troca de mensagens. Tudo isso já seria gravíssimo para a República. Mas e receber R\$80 milhões? E mudar de padrão através de um mafioso?

E se eu disser a vocês que quebraram o sigilo de Vorcaro, e a compra do Banco Máxima, depois transformado em Master, tem dinheiro do PCC ou da máfia italiana ou de tráfico de drogas? Está aí, num desses jornais. Isso é muito grave para a República. E sabe qual é a maneira de abafar? É interromper essa CPMI, como está sendo feito. Porque se essa CPMI não produzir resultado concreto, ela já deu ao Brasil um grande presente, que foi a jornada de investigação de voz viva do povo brasileiro. Chega de impunidade.

Passa.

Tudo bem. Você sabe quantas vezes eu tive com o Vorcaro na vida? Eu nunca tinha ouvido nem falar o nome dessa figura. Se me perguntasse quem é, e eu sei lá quem é Vorcaro. E eu quero





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

saber quem é Vorcaro? Mas esse cara entrou na vida da gente de seis meses para cá, que é Vorcaro, Vorcaro, Vorcaro. Agora...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – Eita mineirinho arretado.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora olha só. Estamos falando aqui do Ministro do STF, mas vamos falar do Presidente da República – do Presidente da República. Vorcaro, um mafioso, um gangster. Quem recebeu Vorcaro na cadeira de chefe da nação? Lula.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi. Lula. Ele foi quatro vezes no Planalto. Aqui. Mas ele disse para quem? Ele disse para a esposa dele e Lula confirmou. Mas Lula não ficou satisfeito, não, chamou três ministros. Olha que autoridade, você vai ao Presidente da República fora do horário de agenda e o Presidente da República chama três ministros para participarem da conversa. Que coisa linda!

Agora, sabe quem veio para cá também? O Presidente do Banco Central que ia assumir, o tal do Galípolo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – Iludido, coitado. Iludido.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, deixando de lado as conversas que não nos interessam, a namorada: "Amor acabou???"

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – Acabou.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – "Acabou agora amor. Tudo bem?" "Sim amor trabalhando. Como foi?!!" "Foi ótimo." *(Risos.)*

"Foi ótimo."

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – Chupa essa manga!

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – "To louca pra saber de tudo." "Muito forte." "Ele chamou presidente do banco central [...] [e] 3 ministros." Isso era quando estava ainda estava na Presidência da República. Então, um mafioso chamado Vorcaro disse que o encontro com o Lula foi ótimo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Foi muito forte.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E muito forte.

Agora passa.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – Rolou sentimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora passa.

Aí vem a besta quadrada do Bolsonaro e publica algo contra o Master. Olhem a diferença de tratamento. Vorcaro disse que com o Lula foi ótimo. "Idiota."

Agora, me digam uma coisa: vocês preferiam ser chamados de ótimo por um mafioso ou de idiota?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu preferia de idiota.

Então, eu quero dizer para vocês: aqui, está a diferença como o Vorcaro foi tratado.

Passa. *(Pausa.)*

Aí. Essa moça escreveu uma coisa que é a pura verdade: "[...] o sistema vai contra-atacar ou investigar a si mesmo?". Sabem o que é contra-atacar? É o Sr. Dino meter busca e apreensão para a gente; é o Sr. Alexandre de Moraes; é o STF; é inventarem coisa contra a gente – isso se chama contra-atacar –; é a CPML não ser prorrogada; é as nossas vozes serem caladas.

Agora... Ou vai investigar a si mesmo?

Quando o sistema teve coragem de investigar a si mesmo? Quando o sistema teve coragem de tirar as entranhas e limpar este Brasil? Na Lava Jato. Aí, o que foi o que aconteceu?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. *Fora do microfone.*) – Contra-atacaram.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, como o sistema contra-atacou? O Sr. Moro conversava com procuradores. É mais ou menos assim: você está na sua casa e filma o





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ladrão entrando na casa do vizinho; ele leva lá o que o coitado do vizinho tem, mas, como a filmagem não foi permitida, quem vai levar o cacete é quem filmou.

Na Lava Jato foi exatamente assim – arrumaram. Que coisa linda! Todo mundo meteu a caneta para cima, no STF, anulando tudo; anulando *compliance*, anulando acordo, anulando condenação. Enfim, os grandes corruptos ficaram todos impunes. O que é que vai acontecer agora? O Gilmar Mendes já deu a dica: feriram a dignidade da namorada de Vercaro. Isso foi uma violência institucional.

Para, para tudo, pelo amor de Deus! Isso vai anular tudo relacionado a Vercaro. Onde está Vercaro? Em uma cela de 6m². Não vai aguentar duas semanas, não, Evair. Vai querer delatar, vai querer dizer por onde...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – Vai atirar para todo lado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... as entranhas do poder permitiram que ele se transformasse nesse mafioso. Vercaro vai dizer ao Brasil e ao mundo como ele comprou as autoridades da República.

Agora, o assessor dele lá, para safadeza – o assessor para safadeza –, já morreu. Demorou dez minutos para ser socorrido – tempo demais para morrer –, morreu. Esse já aliviou muita gente.

Agora, deixa eu fazer outro, inverso. Que coisa linda um Ministro do STF, um Presidente da República, recebendo Vercaro, que mandou quebrar os dentes de um jornalista, mandou moer uma empregada doméstica, cozinheira! Olha que coisa linda! No Dia Internacional da Mulher, em vez de o Sr. Gilmar Mendes estar preocupado com o vazamento, devia estar preocupado de o Presidente da República e um ministro terem um contrato de quase R\$80 milhões recebidos com alguém que mandou moer uma funcionária simples, doméstica.

Minha gente, esse Brasil não está normal, não. Muitos irão tombar, muitos irão ser perseguidos, como estão sendo, muitos irão ser retirados da cena, mas essa covardia de ficar calado eu não tenho. O Brasil precisa saber. Esses tempos não são normais.

Passa. (*Pausa.*)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. *Fora do microfone.*) – Que aula, hein! Isso tem cara de júri.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa aí. (*Pausa.*) Acabou.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – Acabou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pois, Presidente, era isso que eu queria dizer em tom de desabafo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foram 87 requerimentos que quiseram derrubar aqui. O Governo montou uma estratégia, e a estratégia, como disse o Vice-Presidente, foi uma, entre aspas, "cagada do Pimenta". O Vice-Presidente da CPMI, que é um cara educado, que é uma pessoa que está acima de direita e esquerda, disse, numa entrevista, que foi uma "cagada do Pimenta". (*Risos.*) Pode acreditar. E foi – e foi. Apostaram alto para blindar e terminaram deixando de contar o número mínimo. Isso foi provado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – Só sabem contar dinheiro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, sabe qual foi o segundo problema? O segundo problema é quando começaram a chegar os extratos bancários e as quebras, muita gente com a mão na cabeça, porque – meu Deus do céu! – um empresário cujas sedes da empresa estão fechadas, 19 milhões e meio, o filho do Presidente da República, Roberta Luchsinger, ameaçando a família presidencial, em 25 horas conseguiu...

Aí, a gente aprovou aqui para a Sra. Leila Pinheiro vir depor hoje aqui. A gente aprovou para o C6 estar aqui, para o Santander estar aqui, para o PicPay estar aqui. Aí, Dino vem e salva a pátria, blindando a corrupção.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. *Fora do microfone.*) – Salvando a democracia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Podem mandar a polícia na minha casa. Eu não tenho medo, não, que eu não fiz nada de errado. Mas eu recebo com honra, calado não fico.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este Brasil está uma zona – este Brasil está uma zona – e desmoralizado. Ou o Congresso Nacional tem postura e assume a responsabilidade de impor limites à República ou fecha os Poderes da República, que não estão servindo para nada! (*Palmas.*)

Pois, Sr. Presidente, eu encerro a minha fala hoje dizendo a V. Exa.: eu tenho muito orgulho. Passamos uma jornada aqui juntos. Olha, disse e repito: se quisessem extorquir, ganhar dinheiro, fazer favor, aqui era um ambiente correto, mas escolhemos uma postura de ética e decência. Estamos cumprindo o papel. Eu não acredito na prorrogação da CPMI, porque tudo isso que está sendo exposto, essa sujeira e essa fedentina são fruto do trabalho desta CPMI.

Portanto, encerro as minhas palavras dizendo, Presidente, sem medo de errar: Brasil, nós estamos vivendo numa ditadura judicial. A CPMI está sendo tolhida de mostrar mais roubo e safadeza, mas nós vamos lutar. Alguns vão tombar, outros vão vencer, mas, no final, o Brasil vai dar a volta por cima.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Presidente, esse artigo aí do... O Deputado disse para outro? Muitos estão fazendo assim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, o 14 é só para se o Parlamentar estiver presente.

Sim, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Isso não é permitido?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, sim, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mesmo sem depoente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mesmo sem, Excelência.

Senador...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Sem depoente... É a regra regimental de V. Exa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Izalci é o primeiro inscrito.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor podia ler as inscrições, por favor? As primeiras cinco, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Senador Izalci, Deputado Duarte Jr., Kim Kataguiri, Mauricio Marcon, Sóstenes Cavalcante...
(Pausa.)

Quê? (Pausa.)

Espera aí... (Pausa.)

Essa aqui? (Pausa.)

Senador Izalci, Deputado Duarte, Sóstenes Cavalcante, Julia Zanatta, Kim Kataguiri, Adriana Ventura, Marcel van Hattem, Eduardo Girão, Alencar Santana, Deputado Mauricio Marcon, Rogerio Marinho, Damares, Dorinaldo Malafaia, Deputado Rogério Correia.

O SR. RIBEIRO NETO (Bloco/PRD - MA) – Ribeiro Neto também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixa eu ver aqui... (Pausa.)

Ah, não, me perdoem, é porque tinha uma parte aqui embaixo.

Luiz Lima, Delegado Caveira, Bia Kicis, Ricardo Maia, Evair de Melo, Zé Trovão, Coronel Fernanda.

O SR. RIBEIRO NETO (Bloco/PRD - MA) – Gostaria de me inscrever também, Sr. Presidente, Deputado Ribeiro Neto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

Senador Izalci Lucas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, antes de entrar nessa questão colocada pelo Relator, eu quero manifestar aqui uma preocupação muito grande.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sessão passada, presidida aí, no momento que eu falei, pelo Deputado Duarte Jr., eu fiz uma pergunta para o depoente... Para a depoente Aline...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Quem é que tinha contratado o advogado? E aí depois disseram que eu não podia perguntar isso, que não posso me envolver com advogado, mas eu tenho aqui uma preocupação muito grande. Nós já prendemos aqui o Rubens. A Aline, pelo que nós vimos aqui no depoimento, é uma funcionária, eficiente e tal, que sairia daqui 100% inocente. O problema é que os advogados que estão acompanhando, no caso da Aline e do Rubens, que foi preso aqui, defendem os interesses de quem está pagando, ou seja, no caso da Aline, o advogado representava aqui o Careca. Então, a preocupação dele é que a Aline não poderia falar aquilo que pudesse prejudicar o Careca.

Isso já aconteceu em várias CPIs. Eu me lembro muito bem na covid, o Secretário de Saúde aqui roubou e foi preso. Quando veio aqui, veio com o advogado do Governador Ibaneis defendendo. Agora, a mesma coisa: o Paulo Henrique, que é o Diretor... Presidente do BRB, quem é o advogado dele? O advogado do Governador Ibaneis. Então, esse pessoal vem para a CPMI, para a CPI, para defender os interesses exatamente não das pessoas dos depoentes, mas exatamente de quem está no comando desse processo.

Eu não sei como fazer isso, mas, de fato, eu fiquei, assim, impressionado com o depoimento da Aline, que poderia ter respondido tudo, sem nenhum problema para ela, e acabou não respondendo porque o advogado não deixou. Então, é só a CPI ter um cuidado – não sei como fazer isso –, mas a gente tem assistido...

Nós prendemos o Rubens aqui, então, a mesma coisa: era funcionário, pagava, porque o Careca mandava pagar, ele pagava. Ele era funcionário; se não pagasse, ele seria demitido. Então, ele era funcionário; agora, chega aqui, ele não pode falar nada, porque senão vai comprometer o Careca. Então, a gente precisa buscar algum mecanismo para proteger isso.

Eu quero, além disso, Presidente, fazer das palavras do Relator as minhas palavras. Realmente a gente fica indignado com o que está acontecendo neste país, e de uma forma especial. Eu não sou advogado, mas eu estava vendo aqui o termo de preventivo. O preventivo aqui





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

– o Ministro prevento da CPI do INSS, do Master – é André Mendonça. Agora, toda hora tem uma interferência – seja do Dino, ou do Alexandre, ou do Gilmar – relacionada ao tema da CPMI do INSS.

Então, eu não sei, eu não vi a decisão do Flávio Dino, mas eu não sei se, na decisão, ele cancela também todas as ações de 200 anos de Congresso. Eu participei de 20 CPMIs; em todas elas teve votação em bloco, em todas: Petrobras, Lei Rouanet, CAF, JBS, todas. E agora proíbe a votação em bloco, como foi dito aqui.

Então, a minha indignação é com relação a essas questões que foram colocadas aqui.

Com relação ao Ministro Alexandre de Moraes, eu tenho que reforçar um pouco, porque o BRB... Quem está mais prejudicado aqui é a população do DF. O rombo é maior do que o do INSS. O rombo do BRB ultrapassa 12 bilhões; os consignados chegam a 6, aqui é 12. Como é que alguém – e o Presidente disse que só fazia a mando do Governador; tudo o que ele fazia era decisão do Governador – faz um investimento de 12 bilhões sem checar realmente se tinha garantia, se tinha documento? Não... Falei com o Presidente atual, e ele disse que eles fatiavam os investimentos para não ter que pedir autorização para o Conselho.

Mas a gente precisa, né...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Essa questão das *fake news*... Eu fiz um requerimento agora para a CAE tentando aprovar um requerimento, chamando aqui o Sindicato dos Auditores Fiscais, a Associação dos Auditores Fiscais e os fiscais que estão presos, de tornozeleira. Os fiscais – não teve prova nenhuma de que houve vazamento – estão de tornozeleira, definido nesse inquérito de *fake news*, e hoje a gente sabe quem é que manda nesse inquérito. O Vercaro mandou lá, ameaçou lá o *blog* DCM que não ia pagar aquele valor, que ia botar ele no processo das *fake news* – ora! É o poder do Vercaro de definir quem entra e quem não entra nesse processo. Já tem mais de sete anos esse inquérito.

Então, é um absurdo o que a gente está vendo aqui, que não dá para aceitar.

Então, quero aqui fazer das palavras do Relator as minhas, porque a indignação é muito alta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência...

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... principalmente por cumprir o prazo.

Pois não, Julia?

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Para questão de ordem.) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual é o artigo, por gentileza, Deputada?

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Art. 132 do Regimento Comum e art. 58, § 3º, da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – As Comissões Parlamentares de Inquérito são instrumentos de investigação próprios do Poder Legislativo e exercem suas atividades com base em procedimentos formais e deliberações colegiadas.

Nos últimos dias, foi atribuída ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes a afirmação de que o vazamento de informações sigilosas relacionado a este caso teria partido de integrantes desta CPMI. Entretanto, as informações que vieram a público não têm origem em documentos produzidos ou deliberados por esta Comissão, mas sim em elementos constantes de investigação conduzida pela Polícia Federal, Presidente. Dessa forma, imputar à CPMI ou a seus integrantes a responsabilidade por vazamentos que não se originaram desta Comissão compromete indevidamente a credibilidade institucional deste Parlamento e dos trabalhos investigativos aqui conduzidos.

Diante disso, suscito a presente questão de ordem para que fique consignado nos *Anais* desta CPMI que não há registro de que o vazamento tenha se originado de documentos ou procedimentos internos da Comissão; seja reafirmado que eventuais vazamentos de peças





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigativas devem ser apurados no âmbito da investigação que produziu material e não atribuídos automaticamente aos trabalhos desta Comissão, o que compromete até a separação entre os Poderes; que a CPMI peça a Alexandre de Moraes que se retrate com este Parlamento.

Presidente, eu vi a manifestação, inclusive, do Ministro Gilmar Mendes, e concordo em partes. É duro ter que concordar com o Gilmar Mendes, mas, realmente, o tipo de material de foro íntimo que tem sido divulgado eu acredito que comprometa até a seriedade dos trabalhos desta CPMI e da Polícia Federal como um todo, porque tira o foco, Presidente, do que realmente importa, que é a fraude bancária, o roubo dos aposentados, e vira como se fosse uma notícia da *Caras* ou de *OFuxico*, de namoros do Vercaro, vida pessoal do Vercaro, além de expor mulheres que tiveram relacionamento com ele e que nada têm a ver com os acontecimentos e as fraudes. Mas é importante que esta CPMI, na figura de V. Exa., o Presidente desta CPMI, restabeleça o respeito com este Parlamento e também com a CPMI, que tem sido vilipendiada por conta de decisões do Ministro Flávio Dino – vi a sua manifestação, Presidente –, e agora essa acusação injusta, indevida do Ministro Alexandre de Moraes contra os membros desta CPMI e contra esta CPMI como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Eu entendo que não se trata de uma questão de ordem.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, eu queria fazer o contradito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para contraditar.) – Presidente, veja bem, nós hoje não temos deliberativa, foi o acordo que fizemos. Esse é o primeiro ponto. Então, eu quero contraditar para que a gente não faça aqui votações ou questões que serão de forma definida, seja por V. Exa. ou por quem for, nós sairíamos do acordo que fizemos. Segundo, é que eu fico triste e também acho que linha de tiro de indignação seletiva também devia causar na gente indignação. É impressionante como que pode uma CPMI que, no início desta sessão, não vai ouvir ninguém, porque nenhum deles veio, e não foi por motivo do Flávio Dino apenas. Em todas as decisões do Ministro André Mendonça, todos que caem para ele que sejam testemunhas não são obrigados a vir aqui e não têm vindo. Então, a indignação passa a ser sempre indignação seletiva, em especial de quem vai fazer o relatório da nossa Comissão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é tão destinado a um determinado lado que se desconsidera qualquer processo histórico de debate na CPMI, ou seja, já está claro que será um relatório destinado a uma agitação política. Ultimamente, o que a gente vê é sempre iniciar este debate com uma agitação política aqui. Então, se coloca algum bolsonarista para fazer uma agitação política e não se dá o contraditório, já reclamei disso.

Agora, é impressionante. Esse caso, por exemplo, que foi citado aqui, de um terrorista que teria colocado recursos para o Banco Master funcionar aconteceu em 2019. Foi em 2019 que o Banco Master passou a funcionar por ordem de Roberto Campos Neto, e funcionou até que o Galípolo tivesse a coragem e a determinação de fazer com que o Banco Master fosse desqualificado enquanto banco pelo Banco Central, mas ele passou, durante todo esse tempo, com isso. Além de ser credenciado por Roberto Campos Neto, indicado por Jair Bolsonaro, no ano seguinte ele ganhou a condição de fazer também o desconto de crédito consignado; em seguida, de crédito consignado do Bolsa Família. E assim cresceu o Banco Master com roubos e roubos de aposentados. Mesmo sabendo disso, o Roberto Campos Neto e o Governo Bolsonaro permitiram que isso acontecesse. Isso foi desfeito agora. Não é possível que o relatório não vá apontar a linha do tempo do que aconteceu.

Ora, se está indignado com coisas que, aliás, se provaram que não tinham nada a ver com o INSS, como essa quebra de sigilo do filho do Presidente Lula... Nada tinha ali, como aqui foi dito, dinheiro de Careca do INSS, Master, nada disso tinha ali. Portanto, vazaram e vazaram por lá, não foi por aqui, nisso há concordância. Isso demonstrou que ele em absolutamente nada tinha a ver com essa questão aqui colocada, mas eu não vi indignação, por exemplo, de Deputado, como o Deputado Nikolas, lá de Minas Gerais, andar no avião do Vorcaro para fazer viagem e campanha para o Jair Bolsonaro. E aí ganhou quanto? Será quanto que custou essa brincadeira?

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Quanto é que foi para a campanha para fazer o contradito? Quanto foi para a campanha de Jair Bolsonaro e Tarcísio de Freitas? Cinco milhões de quem? Do Zettel. E agora eu tenho a surpresa de que a quebra de sigilo do Pastor Zettel não poderá mais ser feita. Era para ser feita na quinta-feira. Na quinta-feira, não teve a reunião, e eu





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

não fiz crítica. A hora nenhuma, desconfiei do estado de saúde do nosso querido Alfredo Gaspar, por quem fico feliz de saber que está com a saúde renovada...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... mas sim indignado por nós não termos votado naquele dia um requerimento tão importante, e esse requerimento agora eu estou sabendo que vai sair da pauta.

Por que não pode ser quebrado o sigilo do Zettel? O Zettel é o sócio do Vorcaro. O Zettel fez lavagem de dinheiro na igreja da Lagoinha. Essa denúncia que temos é gravíssima, e nós não vamos poder saber quanto ele lavou de dinheiro dos aposentados lá e para quem esse dinheiro foi, para quais empresas esse dinheiro foi, para onde a igreja da Lagoinha destinou esse recurso. Ora, isso é uma denúncia seríssima, nós não podemos simplesmente passar por cima disso, mas quebrar e botar para votar quatro, cinco, dez vezes o sigilo de quem nada tinha a ver com a questão do INSS, como ficou provado, aí vota-se quantas vezes quiser e conta-se errado, 14 viram 7. Por isso é que eu disse que eu não iria pedir desculpa, mas sinceramente nós não podemos hoje aprovar absolutamente nada aqui, porque a reunião já começa, inclusive, de forma errada.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Só um minuto, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não. Por favor!

O Deputado Rogério Correia hoje está no papel de Líder do Governo, então eu permiti a palavra para contraditar a questão de ordem da Júlia Zanatta, porque é praxe.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Só que... Mesmo assim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel, por gentileza.

Deixe...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Como Líder, ele deveria respeitar, porque na última sessão ele agrediu, aqui, o senhor, ele agrediu o Relator, ele agrediu todos os participantes





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e ainda está aqui, nesta Comissão. Eu acho que ele já deveria ter saído desta Comissão, ele não tem condição moral nenhuma de continuar aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, olha. Vou dar sequência – vou dar sequência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Principalmente porque estava defendendo o filho do Lula.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel, por gentileza. Eu vou dar sequência aqui.

Deputada Júlia Zanatta, eu entendo que a colocação de V. Exa. não é uma questão de ordem.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Bom...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas toda a fala de V. Exa. constará das notas taquigráficas, para que a gente possa dar sequência – e eu concordo plenamente com o que foi colocado.

Com relação ao Deputado Rogério Correia, Deputado, eu convido V. Exa. a ir conosco numa agenda que eu pedi com o Ministro Fachin para receber os membros desta Comissão. Eu quero... Estou estendendo o convite a todos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Eu quero ir!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu pedi uma agenda com o Ministro Fachin para que a gente possa fazer uma visita conjunta a ele, para que ele nos ajude, no pleno, a derrubar a decisão do Ministro Flávio Dino e devolver a nossa condição de trabalhar com segurança jurídica.

Deputado Duarte Jr., com a palavra.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, essas últimas semanas, esses últimos dias foram dias extremamente intensos e que reforçam, de fato, a nossa preocupação com aquilo que está acontecendo na CPMI e, principalmente, fora da CPMI, no que pertine ao





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

objeto que a gente está investigando. Eu aqui divido a minha fala em três pontos que eu julgo fundamentais.

Primeiro: ao que tudo indica, as nossas investigações terão que ser cerceadas, suspensas, paralisadas ao final deste mês. Nós precisamos prorrogar as investigações da CPMI do INSS. Nós temos as assinaturas necessárias, nós temos o interesse de agir, nós temos o interesse público de que nós consigamos avançar nessas investigações, nós preenchemos todos os requisitos necessários. Nós precisamos de que o Presidente do Senado, o Senador Davi Alcolumbre, permita que a gente prorogue as atividades. Agora, caso ele não permita que as atividades, as investigações sejam prorrogadas, eu já peço a V. Exa. que recomende à Consultoria Jurídica, à Advocacia do Senado, que já prepare um mandado de segurança, que é um remédio constitucional adequado para que nós possamos buscar no Supremo a possibilidade, o nosso direito líquido e certo de investigar. Isso porque essa investigação não é importante tão somente para os membros desta Casa, tão somente para os membros desta CPMI, mas é fundamental para o povo brasileiro. Infelizmente, o que nós percebemos é que não temos tempo suficiente para poder avançar naquilo que é necessário.

E, além disso, eu peço a V. Exa. que a gente possa fazer uma força-tarefa nessas últimas semanas. Infelizmente, hoje não está tendo oitiva, na sexta-feira nós não tivemos oitiva, e é fundamental que nós possamos avançar numa força-tarefa para que essas oitivas possam ser realizadas, se for o caso, de segunda até quinta-feira. Segunda, terça, quarta e quinta-feira.

Reforço aquilo que o querido Parlamentar, o Deputado Rogério Correia, menciona: a necessidade de nós ouvirmos aqui o Fabiano Zettel. Existem pessoas que estão passando despercebidas. O Fabiano Zettel é cunhado do Daniel Vorcaro, já teve uma busca e apreensão na Operação Compliance, e se faz extremamente importante que a gente possa quebrar o sigilo do Fabiano Zettel e que a gente possa ouvi-lo aqui.

Se a gente não está conseguindo encontrar o Vorcaro, se o Vorcaro não teve, no Supremo Tribunal Federal, a licença para vir a esta CPMI, então que a gente possa trazer o seu cunhado, que a gente possa trazer o seu assessor para assuntos até então obscuros, para que aqui ele possa encontrar a verdade. Além disso, nós temos também o Augusto Lima, que é ex-sócio do Daniel Vorcaro, ele, que é dono do Banco Pleno, também tem muito a explicar à CPMI do INSS.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero aqui, assim como mencionou a Deputada Julia Zanatta, restabelecer o respeito à CPMI. O que nós estamos vendo não é uma estratégia do acaso, o que nós estamos vendo é que foi descoberto o absurdo, Senadora Damares, foi descoberto que aqueles que deveriam legislar em prol do interesse público, que aqueles que deveriam julgar com base na lei em prol do interesse público, estão legislando, estão julgando em prol dos seus interesses. E, quando a gente descobre que eles, que deveriam punir e combater corrupção, estão fazendo parte, estão na cena do crime, estão realizando conluio com quem é investigado – quem deveria investigar está em conluio com quem é investigado –, simplesmente se emite uma nota afirmando que esta CPMI está vazando informações.

Quando as informações chegaram a esta Casa? Eu saí daqui da Câmara mais de 2h da manhã, eu encontrei até o Deputado Kim Kataguiri...

(Soa a campainha.)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... eu e a equipe de gabinete buscamos todas as informações, e não encontrei muitos dos documentos que estavam aí na imprensa. Eu estava dando entrevista um certo dia para uma emissora, a BandNews, e durante a entrevista eu comecei a ver na matéria documentos que não estavam aqui na CPMI.

Agora, como pode abrir um inquérito pela Polícia Federal para que possa descobrir quem aqui está vazando informação? *Data maxima venia*, eu não concordo com essa decisão. Agora, corretamente, como jurista, constitucionalista, quando eu não concordo, eu recorro. Eu recorro. Agora, não faz sentido querer colocar todo mundo aqui num inquérito policial para poder prestar informações, para poder ficar sendo investigado, quando quem, na verdade, deve prestar informações é quem trocava mensagens, é quem participava de encontros com o investigado que roubou o aposentado. Isso nós não podemos aceitar. Isso é gravíssimo, isso não pode ser normalizado.

Por fim, Sr. Presidente, aqui me encaminhando para o final...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... eu peço a V. Exa. e aos demais pares que possam, em conjunto, oficiar as operadoras de telefonia, Claro, Vivo, Tim, Oi, todas as operadoras. Nós





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos aqui... Tivemos acesso à quebra do sigilo e à agenda do Daniel Vorcaro. Na agenda do Daniel Vorcaro consta o nome do Sr. "Alexandre de Moraes Brasília", esse é o nome do contato. Claro, pode ser que Daniel Vorcaro tenha mudado o nome na agenda, como tinha uma modelo global com o nome "Alan da TI", sabe-se lá por qual razão ele utilizou uma outra nomenclatura...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... para não identificar que ali era uma modelo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Agora, aqui consta o nome "Alexandre de Moraes Brasília". Consta também o telefone, e eu vou me referir tão somente aos três últimos números: 093. Nós podemos oficiar as operadoras de telefonia, porque elas têm o dever de informar a esta CPMI quem consta como titular desse número...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... em nome de quem está esse número, e aí, sim, nós podemos verificar se, de fato, era o nome do Ministro ou se era de um homônimo ou de uma outra pessoa.

E aí, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... nós conseguiremos encontrar a verdade que o povo brasileiro quer saber: se aqueles que têm a toga...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... para julgar em prol do interesse público estão defendendo o interesse público, combatendo corrupção, ou estão fazendo conluio com investigado para roubar aqueles que mais precisam...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... e isso eu não vou aceitar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Em resposta aqui à fala do Deputado Duarte Jr., o Sr. Augusto Lima está convocado devidamente para depois de amanhã, quarta-feira, comparecer a esta CPMI.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – O horário da quarta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Às 9h da manhã. Ele está convocado para a próxima quarta-feira.

E o Sr. Fabiano Zettel, o requerimento de convocação estará na pauta de quinta-feira para deliberação.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, Presidente, pela ordem. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Só para...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, quarta, não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor falou que vai ter... Ah, então isso que eu queria esclarecer. A deliberação continua sendo só na quinta?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quinta-feira, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Está o.k..

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone.*) – Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nada.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Ilustre Presidente, Senador Carlos Viana, Relator Alfredo Gaspar, colegas membros desta CPMI, a gente vai, cada vez que vai descobrindo as





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdades que aconteceram com os nossos aposentados e pensionistas do Brasil, a gente fica de cabelo em pé.

Mas esta CPMI tem cumprido o seu papel, mesmo com todas essas limitações e freios que a gente tem recebido de alguns ministros do STF, o que lamentamos, porque eu me remonto a épocas em que CPI, CPMI tinham o respeito e a autoridade de todos da República.

Parece que esse capítulo que reserva ao Parlamento a capacidade de investigar através de CPMI deveria ser banido da nossa Constituição, porque os outros entes agora se incomodam com o que nós podemos fazer. Isso é o sistema se retroalimentando, para evitar que outros ingredientes possam participar de um processo investigativo que ajude os que mais precisam.

E hoje, Sr. Presidente, V. Exa., que é de Minas Gerais, eu tenho a satisfação de ter aqui a minha sogra, que veio, está aqui atrás de mim, que é lá do seu Estado de Minas Gerais. Ela mora no Triângulo Mineiro, na cidade de Ituiutaba, e ela foi uma das que foi roubada por uma associação alguns meses. Graças a Deus, ela é boa observadora. É uma mulher simples, mas começou a observar que faltava um pouco do seu dinheirinho que vem todos os meses. Ela tem um neto que é advogado e, através desse neto, ela acabou conseguindo estancar, antes da nossa CPMI, os descontos associativos que ela nunca autorizou. Ela foi uma das lesadas.

E é por ela que o seu trabalho, ilustre Presidente, e os Parlamentares que são de Minas Gerais aqui desta Comissão, têm que pensar. Nós não estamos aqui para pensar nos poderosos, como já bem disse o Alfredo Gaspar no início, em especial nesses mafiosos. Mafiosos têm que ir para a cadeia mesmo e têm que apodrecer lá. Nós estamos aqui para investigar e defender os que mais precisam, que são os nossos aposentados, pensionistas, as viúvas, os órfãos, gente com deficiência. Chegaram a assaltar, chegaram a ressuscitar mortos para roubar. A que ponto nós chegamos neste país? E nem assim estão deixando que a CPMI cumpra o seu papel.

Por isso, Presidente, este dia em que aqui estamos é um dia emblemático. Nós não estamos aqui com as pessoas que deveriam estar, porque foram blindadas. Lamentavelmente. Eu vi inclusive uma entrevista de V. Exa. dizendo que parece que a Leila confirmou para o dia 16. Queria até confirmar essa informação. É isso mesmo?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – No contato feito ontem com os representantes dela, ficou acertado para a próxima segunda-feira.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Dia 16. Por quê? Eu continuo na mesma *vibe*: quem já foi roubado, foi roubado. O Governo está falando aí que está devolvendo – está devolvendo de qualquer jeito, para alguns, não é? –, menos mal: que devolva mesmo! Mas o problema meu é para o futuro, e continuam fazendo empréstimo para aposentado que ganha 1, 2, 3 salários mínimos, com taxa de juros de 18 a 23%. Quando é que o Governo do "descondenado" Lula, Presidente da República, vai...

(Soa a campainha.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... mandar uma medida provisória para estancar esse tipo de consignado para aposentado? Quando? Vai continuar deixando esses consignados de 18 a 23% acontecendo para... Não é nem consignado, é empréstimo direto à pessoa; mas aposentado não pode. Nós precisamos... Se não vai o Governo mandar uma medida provisória... O Governo fala: "Não, nós vamos continuar deixando os bancos deitando e rolando nos nossos aposentados"... Porque, aí, Parlamentares, vamos nós fazer um projeto de lei, na tramitação lenta, que é no Congresso Nacional, para estancar uma coisa em que o Lula fica cego, surdo e mudo – e não para.

E aí vem aqui a base do Governo dizer que a culpa é do Governo anterior, que o de agora parou. Pois parem essa desgraça de empréstimo a aposentado, em que se paga esta taxa de juros que nem sequer – nem sequer – agiota cobra. De 18 a 23% nem agiota cobra, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Continuam fazendo isso, e nós precisamos, se... Seria até bom, já que os representantes do Governo estão aqui, dizerem se o Governo vai mandar uma MP para parar com isso ou não, porque, se não for, vamos tramitar um projeto de lei e acabar com essa patacoada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para confirmar: o acerto foi de que ela viria dia 16, mas eu a convoquei para a próxima quinta-feira. Já que a posição foi diferente do que foi conversado, então nós vamos agora exercer o poder de autoridade que esta CPMI tem.

Deputada Julia Zanatta com a palavra.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Pela ordem.) – Presidente...

Bom, no sentido daquilo que eu já falei durante a minha questão de ordem, nós precisamos recuperar o respeito a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque o Ministro Alexandre de Moraes não pode chegar e acusar dizendo que o vazamento saiu daqui, porque é um absurdo. Eu acho que o Alexandre de Moraes, se fosse humilde – mas não é –, deveria pedir desculpas a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Aliás, repito o que já falei anteriormente: vazamento de conversas de foro íntimo de qualquer mulher com a qual o Vercaro tenha se relacionado é contraproducente ao trabalho desta Comissão, porque tira o foco do que verdadeiramente importa – quem roubou dos aposentados, quem está envolvido em uma fraude bancária – e coloca inclusive o Vercaro como o garanhão pegador, fazedor de festas e não sei o quê.

E ainda tem gente que... Infelizmente, o povo brasileiro gosta da fofoca – gosta da fofoca –, e aí se está tirando o foco desta CPMI, do que é importante. E tem gente dizendo assim: "Olha, parece que fulano ou sicrano estiveram nas festas do Vercaro". Nem isso é importante! Cada um pode ir à festa que quiser, o que não pode é transformar em uma zona o poder que se tem como Parlamentar, como Ministro do Supremo Tribunal Federal. É isso que o povo brasileiro quer saber.

O povo brasileiro precisa saber o que cada um que tem um cargo para representar o povo brasileiro ou para defender a Constituição – como é o caso do Ministro do Supremo Tribunal Federal – está fazendo. Ou se está transformando a nação brasileira numa verdadeira zona, num verdadeiro cabaré.

O povo brasileiro quer saber o que quer dizer Vercaro ter enviado uma mensagem ao Ministro Alexandre de Moraes dizendo: "Conseguiu bloquear?" Conseguiu bloquear o quê? Até mesmo a Globo News, a CNN, a grande mídia, falaram que pode ser a primeira vez de um caso de corrupção, com conversas e tudo o mais, no Judiciário brasileiro, na Suprema Corte brasileira,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aliás. É a primeira vez. Isso é muito grave. Será que aquele teatro, que falaram que era para defender a democracia... Que democracia é essa?

Pelo visto, pelas conversas cabulosas que a gente tem visto, é sabor democracia e não democracia de verdade. Quer dizer que os paladinos da moral, da democracia, então, estavam em conversas cabulosas com bandidos que dão golpes no sistema financeiro, que roubam de aposentados, de velhinhos que não têm nem dinheiro para comprar remédio porque foram roubados, de deficientes físicos que ganham lá o seu BPC? Seria uma vergonha para a nação brasileira.

E talvez, Presidente, seja por isso que estão atacando tanto esta CPMI e impedindo que uma investigação séria aconteça. Porque é muito mais fácil – não é? – resolver entre onze, não é muito mais fácil? Aqui é mais difícil de controlar, tem gente para tudo que é lado, de todo tipo de pensamento. Mas nós não podemos deixar isso acontecer, é uma questão de honra, Presidente.

(*Soa a campainha.*)

Já foi difícil que esta CPMI acontecesse. Não podemos perder a mão.

A decisão liminar do Ministro Flávio Dino falando em *fishing expedition*, que uma CPMI não pode fazer *fishing expedition*... Olha, tem que rir.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. *Fora do microfone.*) – É o que eles sempre fazem.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Porque é o que eles sempre fazem. Exatamente.

O Ministro Alexandre de Moraes fazia busca e apreensão a torto e a direito para fazer o quê? *Fishing expedition*. Começava investigando a importunação da baleia e terminava falando em joias da Arábia Saudita. E não deu em nada. Nada do que eles acusaram deu em alguma coisa para o Bolsonaro.

Essa é a verdadeira zona com que o brasileiro deve se preocupar e não em expor conversas íntimas de mulheres que não têm qualquer relação com roubo de aposentados ou fraude no sistema bancário brasileiro. Isso atrapalha o trabalho desta Comissão. E digo mais, Presidente: acho que o vazamento dessas informações que nada têm a ver com o nosso trabalho é para diminuir o trabalho desta Comissão Parlamentar de inquérito.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Muito obrigado.

Deputado Kim Kataguiiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Pela ordem.) – Presidente, vamos ser muito sinceros: era para o Ministro Alexandre de Moraes estar preso. Só não está preso em razão da covardia deste Congresso Nacional, especialmente do Senado, sem nenhuma ofensa a V. Exa., mas da maioria esmagadora dos Senadores, que não tiveram coragem de fazer isso.

Aliás, Presidente, eu protocolei um pedido de convocação para o Ministro Alexandre de Moraes estar sentado ali na cadeira do seu Secretário Executivo, mas não no papel de Secretário Executivo, mas no papel de testemunha. *(Risos.)*

Já teve decisão... Eu fui questionado até pela imprensa por causa desse requerimento. "Não, mas o Supremo não disse que não pode chamar ministro"? O Supremo disse que não pode chamar ministro para o Congresso questionar decisão judicial. Eu não estou questionando nenhuma decisão do Ministro Alexandre de Moraes, eu estou questionando a sua conduta. Eu estou questionando por que ele disse que não tem contato com o Vercaro, e aí as mensagens mostram que ele passava férias em Campos do Jordão junto com o Vercaro. Não é só negócio, é amigo.

E digo mais. Eu vou desenhar aqui por que é tão interessante para o Vercaro ter contratado a mulher do Alexandre de Moraes, para ter essa proximidade com o Alexandre de Moraes. A salvação do Banco Master era ser comprado pelo BRB. Quem mandou prender o Governador Ibaneis, que tem influência direta sobre o BRB? Alexandre de Moraes. Quem soltou o Governador do Distrito Federal, que tem influência direta no BRB? Alexandre de Moraes. Quem aceitou o pedido de arquivamento da Procuradoria-Geral da República em 2025 contra o Governador Ibaneis e salvou o seu mandato e permitiu que o Ibaneis estivesse solto hoje? Alexandre de Moraes.

Então, não é à toa que a gente viu notícia da imprensa dizendo que o Ministro Alexandre de Moraes teve reuniões com representantes do Banco Central para tratar sobre Banco Master. Esse é o jogo. Esse é o esquema.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outro ponto, Presidente – esse é um apelo que eu faço a V. Exa.: é um desrespeito por parte da Polícia Federal mandar para a gente só 0,25% dos dados. É até de se fazer piada disso, porque, imagina, se com 0,25% a gente encontrou – e aqui acho que a Julia Zanatta tem razão de falar que o excesso de fofoca prejudica as investigações –, se com 0,25 tinha quatro modelos, imagina com 100% o que a gente não vai encontrar no celular do Vorcaro!

E eu quero ressaltar... A decisão do Ministro Flávio Dino é para proteger banqueiro e proteger o Lulinha, está muito claro. E não existe precedente, Presidente. Eu sou estudioso da área do controle de constitucionalidade do devido processo legislativo. Desde 1988 até hoje, eu analisei toda a jurisprudência do Supremo e isso está publicado em artigo científico. Nunca – nunca – um Ministro do Supremo, com base apenas no Regimento do Congresso Nacional, da Câmara ou do Senado, decidiu anular qualquer ato do Congresso Nacional. Sempre ou foi por norma constitucional, ou foi por combinação do Regimento com norma constitucional.

A gente, no Congresso, dá pitaco no Regimento do Supremo? Não. O Supremo também não tem que dar pitaco no nosso Regimento. Quem interpreta o nosso Regimento é a gente, não é o Supremo. Então, quero parabenizar V. Exa. pelo agravo interno que vai levar a julgamento a decisão do Ministro Flávio Dino.

E digo mais. Eu acho importante, sim, eu não acho coisa pequena, eu não acho mesquinha, eu não acho fofoca convocar a Martha Graeff. Por quê? Porque foi com mensagens com ela, enviadas para ela que a gente descobriu que, por pelo menos quatro ocasiões, o Vorcaro esteve com Alexandre de Moraes; que a gente descobriu que, por pelo menos três ocasiões, ele esteve com o Senador Ciro Nogueira.

(Soa a campanha.)

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Não é coisa menor. Ela não é investigada. Ela é uma testemunha, porque, na quebra, nós vimos não só essas mensagens, mas que eles tinham ligações. Algumas ligações por vídeo, algumas ligações por áudio. Se na conversa ele já confessava que tinha uma reunião com o Lula que foi linda, porque o Lula descreve a reunião, dizendo que ele disse para o Vorcaro que a investigação seria dura.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, o Vorcaro vem e diz que foi lindo? Mas quem é que sai de uma reunião dizendo que recebeu, acabou de ouvir que vai ser investigado e diz que a reunião foi linda? É óbvio que isso não existe. Por que o Lula chamou o Ministro de Minas e Energia? Por que chamou o Presidente do Banco Central para atender o Vorcaro?

Outra coisa: quatro reuniões no Palácio, três reuniões oficialmente marcadas com o Marcola. Todo mundo sabe aqui que o Marcola é um assessor despachante do Lula, ele não tem reunião política. Isso é reunião ou com o Rui, que está diretamente ligado ao Augusto Lima, ou com o Lula.

Razão pela qual, Presidente – terminando –, acho que a gente tem o dever de pedir o resto dos dados para a Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Acho correto ingressar com um agravo interno e acho que precisa ser pautado, sim, a convocação do Ministro Alexandre de Moraes, da sua esposa e da Martha Graeff.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, muito obrigado. Eu quero agradecer aos Parlamentares pelo cumprimento do tempo, muito agradecido pelo... nós temos conseguido nos manter dentro dos cinco minutos acertados, sem necessidade de esta Presidência se manifestar.

Deputada Adriana Ventura, por favor.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

Eu vou deixar até o final – eu tenho até algumas perguntas e sugestões para V. Exa. –, mas, de qualquer maneira, assim, eu fico muito incomodada e indignada com o desrespeito para com o Congresso Nacional e esta CPMI.

Mas, olhando de uma maneira bem fria, isso vem e tem sua razão de existir num Congresso Nacional fraco, fraco, que, na minha visão, não age quando tem que agir, com algumas exceções, logicamente. Acho que essa CPMI está fazendo o seu papel – deixa eu deixar isso bem registrado –, mas a gente vê que o Senado, que não cumpriu o seu papel, deixou se criarem monstros da





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

República. E eu estou falando, especificamente, dos Ministros do Supremo Tribunal, que legislam, passam por cima e fazem o que querem, e o Senado não agiu, seja por conta de rabo preso, de covardia, de cumplicidade, de conivência – pode ser o que for –, ou por corrupção, ou por qualquer outra coisa.

Então, eu acho que essa CPMI, Presidente, não pode morrer, porque, ainda que a gente morra, a gente vai morrer em pé, gritando e brigando. E isso passa por, realmente, tomar uma atitude muito clara em relação ao Presidente do Congresso Nacional, o Senador Davi Alcolumbre, porque a única obrigação que ele tinha era a de prorrogar uma CPMI. Nós temos as assinaturas de prorrogação, o Deputado Marcel van Hattem coletou aqui todas as assinaturas, o que é automático, segundo o Regimento, e ele está se fazendo de morto, está em coma, está fingindo de morto ou de Cinderela.

Então, eu acho que a gente, realmente, precisa ter uma atitude drástica com ele.

A segunda coisa é a CPMI... CPI do Master. Estou aqui com o Senador Girão, que coletou as assinaturas dessa atrocidade da República, dessa farra da corrupção, que envolve um monte de Parlamentar, Ministros do STF, um monte de gente do Executivo, e o Senador Davi Alcolumbre brincando de bobo, se fazendo de surdo e mudo.

Então, eu quero, objetivamente, aqui saber o que o Senado Federal vai fazer.

Hoje, nós fizemos uma coletiva de imprensa, inclusive, para colocar dedos na ferida, mas eu não vejo a indignação da maior parte dos Senadores, Presidente Carlos Viana, e isso me deixa indignada, porque a gente tem... Eles agem assim porque o Congresso – e especialmente o Senado Federal – é fraco, e eu espero, sinceramente, que este Senado seja renovado este ano, com exceções feitas, naturalmente, a V. Exa., o grande Senador Girão aqui e outros Senadores.

Mas, agora, eu vou falar do que, realmente, também me deixou indignada. O Ministro Flávio Dino tomou uma decisão, para variar, vergonhosa, para sabotar o trabalho da CPMI. Não é a primeira vez. A gente tem um Ministro do Supremo Tribunal Federal que é um ativista, é um socialista ativista. E ele já fazia isso quando era Ministro da Justiça. Ele fez o favor de suspender todas as quebras de sigilo que foram aprovadas... E, assim, a coisa é tão absurda que o argumento dele é absolutamente ridículo, falando que não pode ser votado em bloco – não poderia –, porque





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa regra não existe no Regimento e foi inventada para salvar o Lulinha e os seus amigos e a amiguinha do Lulinha. E a coisa mais grave: essa votação em bloco – é tão ridícula essa justificativa – foi pedida aqui pelo PT! O PT, que está dentro da CPML, que usou essa estratégia ridícula – ridícula! – e deu errado, como todos aqui já sabem. Pediram a votação em bloco para não passar pelo constrangimento de votar cada requerimento individualmente e mostrar que estavam blindando todos! Todos!

Então, eu fico muito triste que essa estratégia... que o Ministro Flávio Dino haja assim, porque a estratégia que o PT usou de votação em bloco deu errado...

(Soa a campainha.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... e o Ministro Flávio Dino perdeu a vergonha! Ele perdeu a vergonha! Temos no Supremo Tribunal Federal um Ministro ativista!

E, estranhamente falando, eu fico indignada com o silêncio dos Senadores, com o silêncio do Presidente Davi Alcolumbre, com o silêncio do Deputado Hugo Motta, com o silêncio dos outros Ministros do Supremo Tribunal Federal, porque o que estão fazendo é destruindo a democracia. Isso, sim, é golpe à democracia, Senador Carlos Viana. Isso, sim, é passar por cima do Congresso. Isso, sim, é legislar em causa própria defendendo os amigos. É uma vergonha. Eu acho que o que a gente tem que fazer é parar com a indicação política para o Supremo, porque ali só tem os indicadinhos, os amiguinhos, os que defendem, o advogado, é isso, é aquilo... E isso é uma vergonha para o país. Mas o Brasil está vendo e está vendo a vergonha que é este Governo! E o PT, que não quer prorrogar a CPI do INSS, não assinou nem a CPI, nem a prorrogação, nem o ofício de pedido, fica fazendo tipo aí falando que quer investigar.

Por isso, Senador Carlos Viana...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ..., eu já encerrei a minha fala, mas eu realmente gostaria que os Parlamentares que foram convocados, que entrassem na pauta. Tem convocação ainda do Wolney Queiroz, que não veio; do Contag, do Contag, porque já fui informada que vem na semana que vem; dos Parlamentares citados, o Senador Weverton e o Deputado Euclides, porque eles têm muito o que explicar. A gente não tem que blindar ninguém aqui.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu peço a V. Exa. que o senhor faça uma programação das próximas etapas da CPMI porque essas pessoas estão fugindo, e elas não podem fugir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente. Primeiro, total apoio à mensagem lida por V. Exa. no início desta reunião porque, de fato, a acusação de que a CPMI tivesse vazado dados que confirmadamente foram, de alguma forma, vazados pela Polícia Federal, essa acusação leviana jamais poderia ter partido do Supremo Tribunal Federal contra o Congresso Nacional, contra nós.

A defesa é importantíssima e, aliás, a defesa da instituição Congresso Nacional feita por essa CPMI precisa também ser repetida todos os dias. Nós estamos perdendo o poder de investigação no Parlamento, que é justamente inerente à minoria Parlamentar. Deputado Alfredo Gaspar, V. Exa., que é um brilhante Relator aqui na CPMI, promotor de justiça, eu tenho certeza de que V. Exa. fica envergonhado da situação em que hoje nós nos encontramos no Brasil.

E aí, Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, essas mensagens que foram vazadas trouxeram tudo o que é falcatrúia, tudo o que é relação promíscua entre banqueiro corrupto e autoridades da República: "[...] em mensagem, Vorcaro relata encontro com 'alexandre moraes'; "Vorcaro disse a namorada que iria se encontrar com Alexandre de Moraes"; "Namorada de Vorcaro citou esposa de Moraes em conversa obtida pela [...] [Polícia Federal]"; "[Para a namorada] [...] disse Vorcaro sobre reunião com Lula, ministros e Galípolo [...] [:'Foi ótimo']".

E aí o Gilmar Mendes faz um tuíte hoje, Sr. Presidente, para ficar indignado com essas mensagens, em que há as relações promíscuas entre poderosos e um banqueiro corrupto? Não!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele faz um tuíte dizendo que a intimidade do Sr. Daniel Vorcaro e de sua namorada não poderia ser exposta.

Olha, Sr. Presidente, é claro que ninguém quer que a intimidade de alguém, no que é lícito, seja exposta; aliás, sinceramente, certas mensagens ali eu nem gostaria de ter lido! Não tive prazer nenhum nisso. Agora, as mensagens que tratam da sacanagem institucional precisam vir a público, e, se o Ministro Gilmar Mendes não gostou disso, é porque ele é parte do problema; é porque ele é parte do problema.

Então, Sr. Presidente, nós vemos aqui que, muito além de toda esta questão envolvendo a namorada, o Vorcaro e suas conversas picantes sobre a sacanagem da República, nós ainda vimos conversas entre Vorcaro e o Ministro Moraes, no dia da sua prisão, perguntando se conseguiu bloquear – bloquear o quê? Me parece muito evidente! Bloquear o quê? No dia da prisão ele manda, para o Ministro cuja esposa tem um contrato de R\$129 milhões para defender o seu banco, se ele conseguiu bloquear...

Olha, Sr. Presidente, até muita gente que aqui defendia Moraes, poucos dias atrás, disse que deu; chega! É o fim da linha. A imprensa, inclusive, também tem trazido... Aqui, no *O Globo*: "Vorcaro falou a Alexandre de Moraes sobre salvar Master no dia em que foi preso em 2025". E no próprio *O Globo* também: "Alexandre de Moraes procurou Galípolo [que era Diretor do Banco Central e depois virou Presidente] para pedir pelo Master junto ao Banco Central".

E aí nós vamos adiante: as relações não são só entre o Vorcaro e a Suprema Corte. Aqui é a CPI do INSS, que já fez história: desde o início deste mandato – aliás, do mandato passado, que eu já integrei –, nenhuma CPI teve tanto resultado como esta.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Olha o que nós revelamos – está na imprensa também –: "Lula e Paulo Okamoto transferiram R\$ 873 mil para Lulinha"; "Lulinha pagava 'mesada' para Jonas Suassuna, do sítio de Atibaia [o sítio que não é do Lula, mas pagava o caseiro do sítio!]"; e aí, para concluir, "Planilha aponta Moraes, esposa e Toffoli em mesa do Banco Master", e toda essa sacanagem institucional sendo revelada.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, no fim, este cara aqui, olha – e, segundo a imprensa, há dúvidas e discussões dentro da Polícia Federal sobre se sua prisão preventiva deveria ser decretada –, este é o bandido mais procurado do Brasil no dia de hoje. Trezentos mil reais de dinheiro dos aposentados, sob a forma de mesada, para ele, que vive hoje fora do país.

Sr. Presidente, esta CPMI está fazendo história e esse aqui vai precisar ser encontrado para levar às barras da Justiça, de verdade, todos aqueles que cometeram esse crime de lesa-pátria do roubo dos aposentados.

E é por isso, para concluir, Presidente....

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... agradeço a tolerância, que nós hoje anunciamos, sob a liderança de Romeu Zema, que esteve aqui, o protocolo do pedido de *impeachment* de Alexandre de Moraes, o ingresso de uma ação no Conselho de Ética contra Davi Alcolumbre, de autoria do Senador Eduardo Girão. E, também, eu e a Bancada do Partido Novo entramos na Procuradoria-Geral da República com uma notícia-crime para que o Paulo Gonet faça alguma coisa contra aqueles que são corruptos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... porque, contra inocentes, ele faz todos os dias e rápido, mas contra corruptos não tem feito nada.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Aliás, tem blindado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Carlos Viana.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria começar pedindo licença ao senhor para dar os parabéns ao Deputado Alfredo Gaspar, porque ele lavou a alma hoje do brasileiro, lavou a minha alma.

Que discurso que o senhor fez hoje aqui, com o coração sem medo, enfrentando quem tem que enfrentar! Parabéns pelo seu pronunciamento.

Está tudo dominado, está tudo dominado.

Presidente, parabéns pelo seu posicionamento também, Senador Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor foi acusado aqui, pela base do Governo Lula, de estar blindando requerimentos. Que isso! Eles não conversam entre si, não? Eu entrei com o requerimento de um dos citados dele, que é o Zettel. Eu entrei, há duas semanas, lá na CPI do Crime Organizado. Adivinha quem é o Presidente? De que partido é o Presidente? Do PT. Por que ele não colocou para votar o sigilo do homem, que eles tanto querem, que o Brasil quer, mas eles vêm cobrar o senhor? Por que não cobra o Presidente do PT para colocar – que cancelou a sessão? Várias sessões. Lá teve mais sessão cancelada do que sessão realizada – aqui não.

Quero pedir desculpa ao Deputado Marcel van Hattem. Quero pedir desculpa à Deputada Adriana Ventura, ao Deputado Luiz Lima, porque nós fizemos agora uma coletiva, pouco antes de começar esta sessão, e eles me avisaram – eu não achava que seria capaz censura aqui dentro do Senado –, eles me avisaram, "vamos fazer na Câmara", pelo *impeachment* de Alexandre de Moraes, pelo afastamento imediato de Davi Alcolumbre, que não quer prorrogar essa CPI. E fica uma pergunta: é por quê?

O consultor político direto dele, Paulo Boudens, que está aí o requerimento... Coloque, nem que seja para perder. Coloque, nem que seja para a gente perder, para ver quem é que blinda, Presidente.

Paulo Boudens – que foi chefe de gabinete de Davi Alcolumbre, que matou no peito uma rachadinha –, em vez de ter sido exonerado depois, demitido, caiu para cima. Ele está na Presidência do Senado como consultor político, recebendo R\$31 mil por mês. Por isso que ele





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

não quer prorrogar essa CPMI? É isso? Essa é uma pergunta legítima ou não é uma pergunta legítima? Ou é porque está chegando em outros Senadores cujos assessores receberam dinheiro? Esse Paulo Boudens foi 3 milhões, segundo... de uma entidade que fez descontos ilegais, segundo o cruzamento de dados da Polícia Federal.

Presidente, o Wolney Queiroz – a Deputada Adriana está certíssima –, o senhor tem que colocar, é o Ministro da Previdência, o senhor tem que colocar. Marca para quarta-feira, para quinta-feira, para a próxima semana, deixa ele ir com *habeas corpus* lá nos ministros. E aí o Deputado Marcel van Hattem está certo: como é que Gilmar Mendes tem moral de falar negócio de vazamento, de proteção, de intimidade exposta se ele blinda um colega seu num corporativismo doentio, que é o Toffoli? Agora, da Maridt, que uma CPI aprovou legitimamente, a CPI do Crime Organizado...

Estão querendo sabotar o trabalho do senhor, do Relator, de todos nós aqui. Já não basta a tropa de choque do Lula que blinda a tudo e a todos; já não basta o STF, que chega ao cúmulo de dizer que pode não vir...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... um depoente pode nem vir, "vira as costas e deixa aqueles bananas lá". Está tudo dominado!

Que Deus abençoe o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Amém.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... para ter resiliência, Presidente. Não desista dessa CPMI, Presidente, mesmo Davi Alcolumbre não querendo prorrogar. Entre no Supremo, faça o que tiver que fazer, porque essa CPMI jogou luz nas trevas, nas sombras, o brasileiro está vendo como ele foi roubado, os brasileiros que mais precisam, aposentados, órfãos, deficientes, viúvas, bilhões de reais, e estão querendo que a gente não aprofunde mais uma CPI... uma CPMI que deu certo, a de que o senhor é Presidente. Ela deu certo, ela é sucesso!

Senador Carlos Viana, vá até as últimas consequências, não deixe essa CPMI morrer, porque ela está chegando em gente poderosa, e a gente vai até o final, custe o que custar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Primeiro, alguns falam aqui que tem que prorrogar.

Acho que eu, desde o início – desde o início –, falei que, se a gente não tivesse responsabilidade, a devida seriedade e se fizessem disso somente um palanque eleitoral, nós íamos chegar ao final com a CPMI desmoralizada.

Parece que esse é o caminho. Numa hora, o Ministro André Mendonça diz que o Vorcaro não precisa vir; numa hora o outro Ministro faz isso, faz aquilo, e a gente fica reclamando do tribunal, em vez de aqui reclamarmos do nosso trabalho.

Fizeram uma decisão – e encaminharam – totalmente equivocada; deu no que deu: demos motivo para que o direito fosse buscado por algumas pessoas.

Alguns aqui, que deveriam ter o papel simplesmente de relatar tudo aquilo apurado da CPMI, atuam como o advogado do presidiário Bolsonaro – o advogado do presidiário Bolsonaro, na cara dura, é assim que atua –, em vez de apurar, esquecendo as passagens de diversas pessoas aqui como depoentes, que aqui afirmaram que abriram entidades em 2019, que assinaram ACT em 2020, que ganharam patrimônio em 2020 e 2021, de servidores a depoentes, a pessoas aqui presidente de entidades como os "*golden boys*".

Deputado Rogério, parece que eles se esquecem dessa parte. E fica o advogado do Bolsonaro, do presidiário, numa gana tremenda de fazer uma disputa eleitoral com o Governo do Presidente Lula.

Aqui, Deputado Rogério, eu não entendo por que o Zettel... a gente não quebrou até agora do presidiário Zettel, Pastor da Igreja Lagoinha. Até agora, a gente não quebrou o sigilo dele. Ele, que doou 5 milhões na campanha eleitoral – está lá, documental –, está preso. E parece que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

também teve repasse para algumas empresas de Minas Gerais, fundações, alguma coisa, Rogério – parece-me.

Eu acho que ele pode explicar isso para nós. Muita coisa ele pode explicar, Presidente, sem dúvida alguma. Mas nós temos que trazê-lo aqui. Dá tempo, afinal de contas, nós vamos ter segunda, quarta e quinta. Se não quiser, então, colocar a quebra de sigilo, que o convoque. Dá tempo de convocá-lo, o Zettel. Nós não vamos trazer o Vorcaro, que está preso, corretamente? Por que não aqui trazemos também o seu sócio para falar de tudo isso, das doações às empresas mineiras e até à empresa familiar mineira?

Seria interessante, Senadora Damares. V. Exa. disse, em uma entrevista, da importância também de que alguém estaria pressionando para que algumas pessoas não viessem a esta CPML. Este é um bom momento, oportuno, de esclarecer isto: quais doações ele fez mais, além da campanha do Bolsonaro e do Tarcísio? Por que essa benevolência com algumas empresas? Deveríamos saber, Rogério. Com certeza, Ribeiro Neto, temos muita coisa a esclarecer, sem dúvida alguma.

Aliás, queria aproveitar aqui e dar uma saudação. Estive no Pimentas, no sábado, em Guarulhos, na minha querida cidade, em uma reunião com diversas pessoas e me indagaram sobre o andamento dos trabalhos e a preocupação também com os descontos indevidos de diversos bancos. Temos que ouvi-los e buscar informações, afinal de contas, lá na Regina – saudação para vocês –, essas pessoas querem e precisam de esclarecimentos oportunos e importantes para que elas... Elas têm o direito de saber a verdade e de nós termos a transparência.

Mas, falando de duas coisas rapidamente; primeiro, do sigilo: aqui, a jornalista da Globo, a Globo afirmou...

(Soa a campanha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... o Grupo Globo, praticamente – do jeito que falou –, que a matéria vazou da Polícia Federal.

V. Exa. fez bem, Presidente, em defender os trabalhos da CPML.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Corretamente. Agora, esperamos que a Polícia Federal apure a responsabilidade de quem vazou. Não pode se omitir em relação a isso – tem que apurar – já que o receptor da matéria disse que vazou da PF, ele tem que apurar se tem responsabilidade a Polícia Federal. Então, fica aqui o pedido para que haja uma apuração rigorosa sobre isso.

Segundo, senhoras e senhores, quem assinou, quem permitiu que o Vorcaro assumisse o Banco Master, em 2019, foi o Sr. Campos Neto. Tem documento publicado em *Diário Oficial da União*, do Banco Central, do Bolsonaro. Por isso que é o "bolsomáster", porque o Banco – o Vorcaro – Master só existe porque o Governo Bolsonaro autorizou que ele existisse e que o Vorcaro fosse o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Deputado Luiz Lima, que trocou com o Senador Rogerio Marinho.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Pela ordem.) – Troquei? Troquei então. Está bom. *(Risos.)*

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Trocou e nem sabia.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não, é a equipe, é a equipe. A equipe deve ter trocado.

Presidente Carlos Viana...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... muito obrigado pela oportunidade, Alfredo Gaspar, o Vice Duarte Jr., que vocês têm nos dado aqui, porque se sentir útil para o Brasil é muito bom.

É um escândalo o que a gente acompanhou nesse final de semana: a relação do Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes e o banqueiro mafioso – e aí eu concordo com o Relator Alfredo Gaspar – o Sr. Daniel Vorcaro. A gente viu que eram festas e festas, inclusive festas com 80 prostitutas, 80 garotas de programa, e eu posso afirmar aqui: o Brasil estaria muito





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor se essas 80 garotas de programa ocupassem os cargos que são ocupados por essas pessoas tanto no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. São muito mais honestas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Elas cobram um valor aberto e não escondem os serviços que elas prestam, ao contrário dos guardiões da Constituição, que escondem os serviços que prestam e que, quando são pegos ali com a boca na botija, falam que não fizeram.

Olha, esse evento causou indignação até na Rede Globo, até em repórteres que há pouco tempo estavam obstruindo e achando normal fazer o que fizeram com pessoas inocentes neste país.

Olha, a gente tem esse esquema que foi desvendado já há três meses pela jornalista Adriana Mattos, do *Valor Econômico*, e é enorme. Aqui estão Deputados, Senadores, Ministros, ex-Ministro da Fazenda do Lula, ex-Presidente do Banco Central do Lula, ex-Ministro da Justiça do Lula, entre outros. Eu falo esses primeiros porque você ter um Ministro da Justiça consultor do Banco Master... Olha, é o fim da picada. Mas todo esse esquema aqui quem defende é o escritório advocatício da esposa do Ministro Alexandre de Moraes. Pode não ser ilegal? Eu não sei. Eu não sei se a quantidade de imoralidade aqui a que essas pessoas estão sendo expostas podem se considerar legais. Eu tenho minhas dúvidas.

Lá no Rio de Janeiro, eu costumo ouvir de alguns policiais, porque em todas as corporações existem pessoas boas ou ruins, de muitos policiais que ingressam na PM do Rio de Janeiro e de outros estados que falam assim – alguns né? Não são todos –: "Ganhei um cartão de crédito", que são justamente as *blitz* que eles fazem no trânsito e que conseguem ali ganhar um dinheirinho para liberar as pessoas, para elas não pagarem uma multa ou por não terem o seu carro apreendido.

Olha, a esposa do Ministro já ganhou R\$80 milhões em 22 meses. É muito imoral. A gente anda nas ruas hoje e o brasileiro não tem confiança na Justiça. O brasileiro não tem confiança quando o Ministro Flávio Dino anula uma linha de investigação da CPMI, que tem como poder investigar. Quando a gente chega no filho do Presidente da República e ele não tem uma atividade profissional... Ninguém conhece. Eu não sei o que o filho do Presidente da República faz. Eu não





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

sei se ele é engenheiro, se ele é médico, eu não sei o que ele faz. Por isso é que eu falo que as garotas de programa são mais honestas. As garotas de programa do Vercaro são mais honestas talvez do que todos esses personagens aqui. Isso é uma desmoralização da República.

Esta CPMI foi muito longe, sim. Eu discordo do...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... Deputado que me antecedeu. Ela prendeu 14 pessoas, ela fez com que os cofres públicos recebessem de volta 3,5 bilhões. Como falar que esta CPMI não deu certo? Como falar que esta CPMI não mostrou que a Contag tem ligação com o PT, medalha de ouro em desconto dos aposentados; que o Sindnapi, que tem como Vice-Presidente o irmão do Presidente da República; que a Conafer, presidida pelo Sr. Mão Preta, foragido até hoje; que o Sr. Carlos Lupi estava na sua inauguração em 2011... Como não deu certo? Como não deu certo mostrar aqui, ó? Parece que está desenhado.

E hoje saiu uma notícia na Malu Gaspar de que a Polícia Federal está dividida – entre a ala partidária e a ala profissional – se prende ou não o filho do Presidente da República.

Olha, custe o que custar – não há mal que sempre dure, nem bem que nunca se acabe –, a gente vai vencer.

Viva a CPMI do INSS! Viva o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Com a palavra a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Eu troquei, Senador, com a Coronel Fernanda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Com a palavra a Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, ao contrário do que a turma da esquerda tem falado e feito – o máximo e o possível – para desacreditar esta CPMI, eu gosto sempre de estar lembrando aqui para o povo saber quem é que quer saber a verdade.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em março de 2025, eu e a Senadora Damares saímos à busca das assinaturas para instalar a CPMI. Em maio, nós conseguimos protocolar. Em junho, Senadora Damares, foi lida a abertura e aceita a abertura da CPMI. E pasme, Sr. Presidente, não tinha a assinatura de ninguém do PT, do PSol, PDT e esquerda inteira.

E para a Julia: você sabia que o Lulinha mudou do Brasil em julho de 2025, depois de instalada a CPMI? O Lulinha, que é um grande empresário, que tem milhões do dia para noite na sua conta. É um exemplo. Ele tem que dar curso. Ele tem que dar curso aqui para a gente. Como é que fica rico levando dinheiro, Senadora Damares, dos nossos aposentados e pensionistas?

Até agora, Presidente, o Governo não prorrogou a possibilidade dos nossos aposentados e pensionistas solicitarem o cancelamento e o ressarcimento, que eu entendo que tinha que ser automático. Não era para o coitado do idoso que é ribeirinho, para aquele idoso que não sabe mexer com a internet ficar aí pedindo esmola para alguém fazer o cancelamento e o requerimento de ressarcimento. Tinha que ser automático, Senadora Damares! Esse dinheiro tinha que ser devolvido na conta dele com correção monetária, o que não está acontecendo. O valor está vindo pela metade.

E até agora, esse INSS não mandou para esta Comissão aqui a informação de quem recebeu e de quem falta receber. Até agora! Mas eu vejo assim, sempre aqui, a esquerda difamando Parlamentares, fazendo *fake news*, agredindo Parlamentares aqui dentro com violência. Eu já sofri aqui dentro agressão. Quando o senhor estava aí, também sofreu agressão, empurra-empurra, mas sabem falar grosso aqui para denegrir a imagem de quem faz a diferença no nosso país.

Não tem a capacidade de ser voluntário para ajudar o próximo, mas tem a capacidade de ser voluntário para defender Lulinha, que mora em outro país. Não mora aqui no Brasil. Sabe por quê? Porque ele tem medo de vir aqui nesta Comissão e responder a todos nós.

Zé Trovão, é triste você ver os nossos idosos que estão aí abandonados. E, se nós não formos de porta em porta ensinar para eles que eles precisam pedir o cancelamento, não acontece. Temos mais de 3 milhões de brasileiros que foram roubados e até agora não foram socorridos por este Governo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E peço, Presidente... Eu sei que aqui, nesta Comissão, muitos já solicitaram, mas tem Parlamentar aqui, como representante do Governo, que está aqui hoje e não pode mais ficar nesta Comissão. Agrediu colega, fez *fake news*... Não foi uma vez, não, várias vezes fez *fake news* com nossos colegas aqui dentro. Tem que ir para outro lugar, aqui não dá para ficar. Aqui não dá para ficar. Ou ele veio para ser Deputado do povo e faz parte daqui de verdade, ou então não fique aqui, porque toda vez, desde o início, é advogado dos bandidos que roubaram os aposentados e pensionistas. Nós não podemos aceitar isso.

Está aqui, olha: Conafer, não fala da Conafer; não fala do Sindnapi; não fala das outras instituições que tem envolvimento...

(Soa a campainha.)

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... da turma da esquerda, mas quer falar do Bolsonaro, quer falar de fulano, de beltrano para esconder, fazer uma cortina de fumaça e enganar o povo brasileiro. Não se enganem, gente.

Se esta Comissão aqui não existisse, nenhum aposentado teria recebido o dinheiro de volta. Se esta Comissão aqui não existisse, Senadora Damares, nós não teríamos tantos marginais já presos que roubaram os nossos aposentados... Vou corrigir minha fala. Bandidos não, laranjas dos bandidos foram presos, porque os bandidos ainda não foram. Porque aqui tem gente que defende bandido dia e noite, sai no murro com Parlamentar, faz *fake news* do colega, porque simplesmente quer proteger a turma do Lulinha.

Então, Presidente, peço para o senhor, estou fazendo requerimento, para que a gente vá lá no INSS, na Previdência, e solicite a prorrogação até o ano que vem, porque os nossos aposentados, infelizmente, não estão sendo representados pela Previdência Social, por este Governo que está aí. Porque a única coisa que eles sabem fazer é autorizar o roubo dos aposentados e pensionistas.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Coronel Fernanda.

Deputado Dorinaldo Malafaia, por favor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente. Eu queria aproveitar que me antecedeu a Deputada, e lembrar que a razão, inclusive, de existência da CPMI foi a própria instalação de investigação da Polícia Federal e da CGU no Governo do Presidente Lula. O que deu causa – novamente a gente vai repetir sempre isso – à origem da fraude do Governo de Bolsonaro. Isso está relatado, está aprovado, está documentado. Então, portanto, nós temos que ser coerentes com essa linha do tempo.

Esta CPMI tem uma finalidade, e hoje, logicamente o Brasil todo, Presidente, está estarrecido com a entranha, a capacidade de articulação da máfia muito profunda, coordenada por Vorcaro, mas eu também fiquei atento, no início desta CPMI, à fala do nosso Relator. Eu achei o Deputado Alfredo Gaspar muito eloquente com... E digo, olha, com muita precisão na sua avaliação, digno de um Oscar, porque... Próximo, não é, Rogério? Que nós estamos aí no debate da questão do Oscar...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Ganhava com certeza.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Nós temos tudo isso e o nosso Relator foi muito preciso. Muito preciso, mas muito seletivo também. E eu queria relembrar aqui, porque eu acho importante que a seriedade dessa CPMI tem que levar em consideração outros elementos.

É preciso lembrar que Zettel, por exemplo – e isso não foi citado –, pastor da Igreja Batista Lagoinha, cuja cúpula fervorosa é apoiada por bolsonarismo... Nunca ouvi falar aqui, por exemplo, claramente do envolvimento do Deputado Nikolas Ferreira, que é frequentador desta igreja, assim como a irmã do Daniel Vorcaro, que também é pastora da igreja na capital mineira. Nunca se falou, por exemplo, claramente, que, durante a campanha presidencial de 2022, Nikolas e o Pastor da Lagoinha percorreram nove estados em dez dias para promover a candidatura do Bolsonaro, todos, todos patrocinados no aviãozinho de Vorcaro.

Então, seletividade é...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Bem, está colocado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixe ele terminar, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – É público, ele falou – vejam – e está público isso. O próprio Nikolas foi, com fotos – tem fotos, é público.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Com o Valadão, não é isso?

Então, portanto, essa seletividade é uma marca desta CPMI, mesmo não sendo objeto a questão do caso Master, mas aqui está se puxando este debate para cá, para a CPMI, tentando desviar um pouco o fato e o foco desta CPMI. Blindagem também é o mesmo caso. Aqui, se blindaram diversas autoridades ligadas ao Governo do Bolsonaro. Isso é um fato.

Então, Presidente, queria finalizar apenas relatando aqui, Rogério, a nossa indignação, porque indignação não pode ser seletiva. Acho que você acerta muito quando traz para cá esse elemento da seletividade da blindagem parcial, da blindagem quando interessa. Então, portanto, eu queria finalizar, parabenizando o nosso Relator, mais uma vez, pela eloquência. É digno de um Oscar. No entanto, é necessário para ser coerente... Para quem não está ouvindo muito bem, quem não está atento... Teve hora que eu quase me convenço aqui da fala do nosso Relator, com todo o respeito a V. Exa., mas tem o outro lado da versão. E eu gostaria muito de ouvir de V. Exa. que, na próxima...

(Soa a campainha.)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... ultrapasse a seletividade e abra a caixa-preta; fale aqui de quem financiou o quê; aponte o dedo exatamente para o seu grupo; apresente aqui, com isenção, sem blindagem. É esse o sentimento que nós queremos aqui da condução desta CPMI, essa seriedade.

Então, portanto, eu quero mais uma vez reivindicar aqui que a gente possa, realmente, para ser sério e coerente, apresentar e dar nome aos bois, dar nome a todos aqueles que estão envolvidos, seja diretamente no caso Master, seja diretamente na relação com a crise do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Ribeiro Neto.

O SR. RIBEIRO NETO (Bloco/PRD - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RIBEIRO NETO (Bloco/PRD - MA) – ... eu serei breve.

Eu, como membro titular desta CPMI, desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, fico muito triste e muito decepcionado com o que eu vi até aqui, em alguns aspectos.

Eu acredito que o pau que dá em Chico tem que dar em Francisco, Sr. Presidente e o que a gente observa aqui é uma grande guerra de narrativas. Eu acredito que o povo brasileiro espera encaminhamentos, e não que lado A ou lado B blinde os seus. Então, a gente observa aqui... Eu tenho o máximo respeito pelo Relator Alfredo Gaspar, mas a fala dele combinou mais com um advogado de defesa de uma das partes.

Então, eu acredito que nós precisamos prezar pela imparcialidade, principalmente com quem tem o dever de comandar esta CPMI. Eu tenho o máximo respeito por V. Exa. e pelos demais Deputados e Senadores que compõem a direção desta CPMI, mas eu acredito que há pleitos, tanto da oposição quanto da situação, que precisam ser acatados. Tem a questão do Fabiano Zettel, sobre a qual V. Exa. me acalentou, quando disse que vai ser apreciado o requerimento de quebra de sigilos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Convocação.

O SR. RIBEIRO NETO (Bloco/PRD - MA) – Convocação. E também nós temos que avançar para a quebra de sigilos.

Eu acredito que esta CPMI não pode passar a mão na cabeça de ninguém. Como eu disse, o que eu observei aqui desde o dia em que cheguei – cheguei como suplente e agora estou como titular – é uma grande guerra de narrativas. Então, nós não podemos deixar de dar respostas para o povo brasileiro. Pau que dá em Chico tem que dar em Francisco. Existe o Fabiano Zettel, existem vários agentes que precisam ser convocados e precisam ter também suas quebras de sigilos autorizadas por esta CPMI.

Então, como eu disse que minha fala seria breve, é mais para deixar aqui colocada a minha indignação no que diz respeito ao tom de parcialidade por parte da relatoria desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Aqui, eu não estou defendendo nem um lado, nem outro, assim como foi, Deputado Alfredo Gaspar, com o máximo respeito que eu tenho por V. Exa., a minha primeira fala aqui. A gente está aqui para fazer cumprir a lei, para dar a nossa contribuição para





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que todos os responsáveis por essa atrocidade sejam responsabilizados e tenham que pagar, tenham que se ver com a Justiça.

Então, o que a gente pede aqui é que haja imparcialidade por parte da direção, por parte de V. Exa. e também do Relator, porque se abriu esta reunião, hoje, com o discurso do Relator, um discurso totalmente parcial, pendendo apenas para um dos lados. Assim foi a avaliação que eu fiz, não só minha, como de outros Parlamentares que aqui estão nesta CPMI, na tarde de hoje.

Então, agradeço e me coloco à disposição não só da CPMI, mas como do povo brasileiro, para contribuir e para que a gente dê os encaminhamentos devidos para o povo do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, Relator, Deputados, Senadores, colegas, a pergunta que eu faço primeiro é: cadê o Zema?

Dizem que ele estava aí, falando de *impeachment* dos outros, mas não falou do pedido de *impeachment* dele, que está por vir. Aliás, tem vários, em Minas, pedidos de *impeachment* do Zema. Podia trazê-lo aqui coercitivamente, já que ele não vem. Marca que o Zema não vem e traz ele coercitivamente, Presidente.

Duzentos milhões, no mês das eleições do segundo turno, para crédito consignado na Zema Financeira, foi o que ele ganhou do Bolsonaro. Ficou igual a um demônio fazendo campanha, nem para ele, ele fez. Depois, fomos saber por que o Zema estava com essa ânsia tão grande de eleger Bolsonaro. Ganhou um presente: a Zema Financeira passou a poder explorar os aposentados e a roubar dos aposentados com crédito consignado. Esse é o Zema. Podia trazê-lo coercitivamente.

Mas vou falar do assunto que também nos traz aqui. Eu ouvi muito blá-blá-blá, muita narrativa, mas eu gosto de fatos:

- 2016, Banco Máxima inabilitado pelo Banco Central por gestão fraudulenta;





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

- 2017-2018, tentativa frustrada de reestruturação do Banco Máxima de retorno ao sistema financeiro;

- 2019, Governo Bolsonaro, Roberto Campos Neto autoriza o Banco Máxima a operar o sistema financeiro brasileiro – sabe-se lá por quê, vamos saber daqui a pouco –;

- 2020, Banco Máxima consegue acordo com o INSS, e Bolsonaro amplia a margem do empréstimo consignado;

- 2020, Banco Máxima é credenciado para fazer operação de crédito consignado dos militares ativos e aposentados da Aeronáutica;

- 2020, Banco Máxima firma ACT com o INSS para operar crédito consignado direto da folha de aposentados;

- 2020, medida provisória de Bolsonaro e Paulo Guedes amplia a margem de empréstimo consignado para 40%;

- 2021, Banco Máxima é credenciado para fazer empréstimo consignado de militares ativos e aposentados do Comando da Marinha;

- 2021, Banco Máxima renova credenciamento para empréstimo consignado de militares e aposentados do Comando do Exército;

- 2021, renovação do ACT com o INSS. O Presidente do INSS é Carlos Oliveira, bolsonarista, homem de confiança de Onyx Lorenzoni, Ministro bolsonarista, e que assume depois o Ministério da Previdência de Jair Bolsonaro. O Banco Master começou a oferecer investimentos com juros muito mais altos que o normal do mercado;

- 2022, ano eleitoral, Bolsonaro aumenta de novo a margem de consignado e permite que sejam feitos empréstimos no Auxílio Brasil e BPC. Zema ganha uma bolada, mas, mais do que isso, Zettel, cunhado e sócio de Vercaro, dá 5 milhões para Bolsonaro e Tarcísio de Freitas. Zero para Lula.

Quem, portanto, apoiava o bandido do Vercaro? Apoiava o presidiário Bolsonaro. Não deu recurso nenhum para o Lula. Ou seja, Vercaro é bolsonarista. Alguém tem dúvida de que o Vercaro é bolsonarista, com tudo isso que foi feito para ele?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois nós vamos chegar a novembro de 2024, ainda com Roberto Campos Neto. Master atinge cerca de 50 bilhões de CDBs emitidos. Todo mundo... E o Banco Central sabia dos rolos que fazia o afilhado, aquele que contribuiu com a campanha de Bolsonaro e o bolsonarismo, Vorcaro, mas nada o Banco Central fez.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Campos Neto deixou tudo.

Setembro de 2025, Gabriel Galípolo estanca aquela sangria do Banco Master e a roubalheira dos aposentados. Quem faz isso? Galípolo, indicado pelo Presidente Lula, e aí começa a desmontar o Banco Master. Ou seja, a roubalheira que veio do Governo Bolsonaro está sendo desfeita no Governo Lula, assim como a roubalheira dos aposentados, não apenas a do consignado, mas também dos descontos associativos, que começaram e transitaram em todo o Governo Bolsonaro, só foram acabar agora, no Governo do Presidente Lula. Isso está claro. Infelizmente são os dados – ou felizmente. É isso a que nós temos que nos ater. O resto? Lulinha? Ficou provado que não tinha nada a ver com isso, deram idoneidade a Lulinha, e agora ficam plantando manchetes em jornais.

Estão colocados fatos e colocados aqui decisões e documentos. Vamos fazer justiça a quem, de fato, está acabando com essa sangria desatada e com a roubalheira de Vorcaro, do Master, e com a roubalheira que se teve aos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Senador Rogerio Marinho...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Parlamentares, nós vamos, de uma maneira muito enfática, primeiro, dizer a V. Exa. que nós estamos aqui vendo a repetição do mesmo filme depois de 34 sessões – essa é a 35ª, se eu não estou enganado.

O Governo desesperado, quase histérico, para tentar imputar a terceiros a responsabilidade que lhes cabe.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós assistimos aqui a discursos como "Vorcaro é bolsonarista", porque o seu cunhado, dentro da lei e da legislação, faz um aporte de recursos para a campanha de Bolsonaro, não é isso que queremos saber, Sr. Presidente. Nós queremos saber quem fez ou quem praticou crimes à margem da lei, escondidos, Sr. Presidente, sem que nós tivéssemos ciência até agora; quem recebeu favores; quem empregou amigos por R\$1 milhão por mês, Sr. Presidente; quem contratou escritórios de forma graciosa por R\$250 mil por mês, Sr. Presidente; quem recebeu fora da agenda, com o Diretor de Política Monetária do Banco Central, escondido da população, este banqueiro, que hoje é acusado como criminoso, mas aparentemente era amigo do Presidente da República.

Esse banqueiro, que diz à sua namorada que foi forte o encontro com Lula, mas este banqueiro é que fala que a indignação do Presidente Bolsonaro, quando o PT demite funcionários da Caixa Econômica que se insurgiam contra o crime, é idiota, porque ele criticou a ação do PT. O PT que esconde, o PT que trama nas sombras e posa como se fosse o paladino da moralidade. Sr. Presidente, é o mesmo filme, são os mesmos personagens e nós sabemos qual vai ser o desfecho.

Tem muita gente aí que não está dormindo. Dizem que um empresário muito falado pelo Presidente Lula, nas suas entrevistas, já contactou o Departamento de Justiça dos Estados Unidos para dizer de que forma foi tratado – pelo menos é o que diz a imprensa – por um dos Ministros mais próximos do Presidente Lula: que foi achacado, extorquido. Vamos aguardar cenas dos próximos capítulos – trepidantes, Sr. Presidente; emocionantes, Sr. Presidente. Muita gente aí dormindo à base de Rivotril, mas dizem aqui que quem não deve não teme. Vamos aguardar os próximos capítulos.

Então, não vou perder muito tempo para falar se fulano que doou para não sei quem é bandido ou quem recebeu doação é bandido, dentro da lei, para lembrar como os apenados das penitenciárias de todo o Brasil euforicamente festejaram e aplaudiram a eleição do atual Presidente da República.

Certamente essa associação deve ter algum nexo – não sei qual, nem vou aqui ser leviano para fazer qualquer afirmação. É só um fato: um fato que demonstra de que forma a sociedade





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

encara esses dois personagens importantes da nossa política: um, ex-condenado, que hoje é Presidente da República; outro, preso por um crime político.

Mas, Sr. Presidente, eu peço a atenção de V. Exa. e aos ilustres pares, porque esta Comissão, Sr. Presidente, recebeu uma grave acusação, de que V. Exa., que preside...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... essa entidade – esta Comissão –, deve ter, claro, a responsabilidade de se posicionar. É uma nota feita pelo eminente Ministro, Sr. Alexandre de Moraes, ao se defender de que ele teria, no dia da prisão do Sr. Vercaro, trocado confidências e atuado como uma espécie de consultor.

Nós não temos, é verdade, o teor das informações da parte do Sr. Alexandre, mas temos resgatadas e expostas pela imprensa as interjeições do Sr. Vercaro, que me pareceram de alguém que é praticamente o patrão; pela impessoalidade, pela impositividade, pela ansiedade na cobrança, não havia nenhuma interlocução respeitosa, o que deveria acontecer entre um cidadão e um Ministro, principalmente na situação em que se encontrava.

Então, eu digo a V. Exa. que me chamou espécie e dirigi um requerimento a V. Exa., no que espero ter o apoio de todos, para que esta Comissão, de forma oficial, se posicione em relação às afirmações feitas pelo Ministro, se, de fato, houve vazamento, se, de fato, quem vazou seja responsabilizado por esse vazamento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... que V. Exa. requirite à Polícia Federal o laudo pericial referente à extração dos dados telemáticos do Sr. Daniel Vercaro. Que nós tenhamos aqui uma notificação ao STF para que esclareça, em prazo razoável, com base em qual acervo público ou sigiloso foi realizada a análise técnica da nota à imprensa, porque a nota saiu em nome do Supremo Tribunal Federal, então, evidentemente, ele se baseou em algum documento oficial, e, nessa mesma nota que fala desse documento, atribui a V. Exa., como Presidente, e a nós, como membros, a responsabilidade desse vazamento, apure eventuais irregularidades no acesso ao acervo telemático do Sr. Daniel Vercaro, que está mantido sob sigilo desta Comissão, pelo menos o que chegou...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... e, por fim, encaminhe uma cópia à Procuradoria-Geral da República, para conhecimento e adoção de providências que entender cabíveis, especialmente, Sr. Presidente, no caso de possível utilização de material sob sigilo judicial por parte das autoridades com interesse direto no objeto da investigação.

Faço o requerimento a V. Exa., peço o apoio dos nossos pares, porque o que está sendo colocado em dúvida aqui é a idoneidade da Comissão como um todo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... composta por Governo e oposição. Então todos têm direito de se defender, mas não têm direito, Sr. Presidente, de colocar sobre esta Comissão o manto da falta de idoneidade e de transparência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência, obrigado.

Delegado Caveira com a palavra.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Carlos Viana, Sr. Relator, Deputado e próximo Senador por Alagoas, Alfredo Gaspar, eu fiquei perplexo em, mais uma vez, ver as narrativas aqui dos comunistas de plantão atacando essa mesa que trabalha, mostra a verdade com imparcialidade. Quando V. Exas. convocam e trazem sob varas demônios que roubaram aposentados aqui, que são defendidos por essa esquerda e pela maioria do Centrão, que está aqui dentro, o inferno levanta e, junto com o inferno, levantam esses demônios que estão aqui para defender essa narrativa da esquerda, que é proteger bandidos. Não tem outra coisa que essa galera da esquerda está fazendo aqui dentro, não, Sr. Presidente. E agora vem atacar o Relator, vem atacar a mesa do Presidente, com essa cara de pau deles aqui dentro desta Comissão. Que vergonha, Presidente!

O Brasil sendo roubado, saqueado, assaltado, idosos, aposentados, o avô desses demônios aqui sendo roubado, e eles protegendo bandidos, mesmo tendo diversas mensagens interceptadas pela Polícia Federal de um ministro. O ditador da toga apaga a mensagem, mas o sistema é bruto, está mostrando a verdade aos poucos, e muita coisa vai ser mostrada atrás das





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

cortinas da corrupção e de fumaça que a esquerda a todo o momento quer colocar nesta Comissão.

Há tempos, o Relator disse: "Vorcaro deveria estar preso" e agora já está. E o passarinho, quando está na gaiola, Presidente, costuma cantar. Eu sou Delegado de polícia há 16 anos, já prendi diversos tipos de demônios – estupradores, sequestradores, policiais bandidos também, porque não podemos passar a mão na cabeça de ninguém, seja quem for, e, se possível, vamos cortar na própria carne. Eu sei que tem Senadores da República e alguns Deputados Federais que estão até a tampa envolvidos nisso aqui, e o trabalho dos esquerdopatas é defender esse tipo de verme, que deveria ter sido expulso da política há tempos, mas a Justiça não funciona no Brasil: Sérgio Cabral, condenado a 400 anos, está sambando na cara do povo e falando que vai ser candidato, Presidente.

Existe um código de ética entre bandidos também, e pouquíssimos sabem disso. O Vorcaro está preso, mas o Sicário já está no inferno, e é o lugar de todos eles...

(Soa a campanha.)

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA) – ... A maioria deles vai prestar conta com o capeta e não demora, eu não tenho dúvida disso. E o Sicário deve ter tido uma conversa muito séria com esses outros demônios, e falou: "O primeiro que for preso já retire a sua própria vida na cadeia, porque, se não retirar, dentro desse código de ética dos bandidos que existe, a sua família toda vai para o inferno primeiro do que você". E aí ele já sabia o que ia acontecer, então ele falou: "Vou tirar a própria vida". Deve ter sido isso que aconteceu, e a Polícia Federal não teve tempo de fazer quase nada.

Espero eu que os demais que já estão encarcerados, para não dar prejuízo para o Estado e para o Brasil, se enforcem também. Eu acho que este é o destino desses demônios: já se apresentar para o capeta o mais rápido possível.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

O Deputado Ricardo Maia com a palavra.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Relator Gaspar, demais pares, nesses últimos dias, o Brasil fala muito no caso Master.

Esta CPMI se iniciou com o caso do golpe no INSS, a fraude no INSS, e aí recebemos o Careca do INSS, que, num primeiro momento, era o grande atacado das fraudes contra os aposentados. Aí saímos do varejo, que era a busca de consignados – tirando empréstimo, descontando dos aposentados valores sem autorização, tornou-se o varejo –, e agora, se descobre o Banco Master, o grande atacado. O atacado que não precisava criar cadastro de pessoas falsificando documentos, identificação facial, mas tinha um problema muito sério, que é o recurso onde tem o regime próprio de previdência, seja ele do estado – como o do Rio de Janeiro, em que R\$1 bilhão foi comprado em títulos podres do Banco Master, que em 2018 era o Banco Máxima, que tinha 18 agências e progrediu muito rapidamente. Até 2024, saiu de 18 agências bancárias para 20 agências bancárias. Mostra-se a fragilidade que esse banco tinha.

E o que me surpreende é o Banco Central, durante esse percurso de uma instituição financeira, não perceber, ao longo de sete anos, que essa instituição financeira era golpista. E aí, levou vários recursos da previdência, de regime de previdência própria, que vai trazer – que já está, no momento – a questão de liquidez de pagamento dos seus aposentados. Cidades que compraram R\$50 milhões, também, de títulos. Desses aposentados, o que será hoje e no futuro? Esses municípios, pode ser que eles não tenham mais recurso para honrar com seus aposentados, porque, por uma atitude que ninguém – por enquanto – sabe, como foi colocada essa compra e qual a vantagem que o município teria; os valores desse título com uma taxa de juros maior. Mas, tanto o Presidente do banco como também o do regime próprio não procuraram saber, de fato, a liquidez.

O Banco Central – para finalizar a questão do banco... O banco tinha, de obrigatoriedade, em uma semana, 127 milhões – um banco! – ele só tinha em caixa 4 milhões. Como é que esse banco tinha um lastro financeiro para honrar os seus compromissos? E a gente fica surpreso com a mídia. O que se fala todos os dias e toda hora, quando você abre noticiário, quando você abre a internet? Só se fala na orgia que o Banco Master oferecia a grandes empresários, aos políticos – sejam Senadores ou Deputados – que davam estrutura de tentar protegê-lo, de tentar blindá-lo. Só que essa casa dele caiu.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – E acredito que, tanto na CPMI do Banco Master como também na CPMI do INSS, nós iremos avançar muito com essa investigação, porque não é justo o povo brasileiro sofrer com a falta de pagamento de tantos anos de trabalho, colocando, descontando ao seu regime de previdência, para um Deputado, um Senador, ter milhões na sua conta, recebendo...

Eu não aprendi a fazer política desse jeito. Eu não aprendi a fazer política para você tirar do mais pobre e, principalmente, do mais indefeso para estar parlando, discutindo e representando o seu povo. Eu aprendi política de fazer, de se doar.

Então, Sr. Presidente, eu fico entristecido de não ter visto o Banco Central ter analisado a liquidez, a qualidade dos ativos e a capacidade de pagamento... O Banco Central, com a sua independência, não analisou que esse Banco Master não poderia ter avançado como avançou durante sete anos, fazendo farra e colocando hoje a internet e o noticiário desviando, de fato, o grande problema que nós temos no país.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Vai vendo, Brasil. Quando o Bolsonaro disse que precisava fazer ajustes na Polícia Federal, todos diziam que era golpismo, e agora que o Supremo Tribunal Federal quer uma Polícia Federal para chamar de sua, isso é pelo bem da democracia? Vai vendo, Brasil.

"Flávio Dino suspende quebra de sigilo bancário de amiga de Lulinha [...]". Isso não é pouca coisa, porque sabe que o roubo dos aposentados chegou à sala do Presidente da República.

Sr. Presidente, esta CPMI tem que ir a Belo Horizonte, porque morre Mourão, "Sicário" de Daniel Vorcaro, em Belo Horizonte. Ninguém se enforca com tanta facilidade dentro da Polícia Federal. Tem um requerimento meu, na quinta-feira, para que possamos ir supervisionar essa tal de Polícia Federal que hoje está a mando do STF e da vontade do Governo Lula.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o Vorcaro diz que vai quebrar os dentes, vai esquartejar pessoas humildes, mostra a carniça que se tornou essa proteção institucional a esse criminoso. Vai vendo, Brasil. E o Sr. Vorcaro... Que homem é esse que consegue acessar os dados da Polícia Federal, do Ministério Público e da Interpol?

Sr. Presidente, eu estou achando que tem gente dentro dessas instituições que estão facilitando... Que facilitaram esses crimes ao Sr. Vorcaro.

O Sr. Alexandre de Moraes, que se dizia o grande moralista da República, que falava que era o salvador da pátria, atuou como um covarde, afinal de contas, trocou o número do celular poucos minutos antes. Isso não é pouca coisa. Parece que aprendeu, quando do seu trabalho com organizações criminosas, a tentar ocultar o crime. E aí a esposa de Moraes vem dizer que o contrato do Banco Master focou no *compliance* do código de ética. Só se for no código de ética do Moraes, que tudo pode para os seus interesses.

Esse Vorcaro é tão influente que ele usou equipamento militar para garantir festa secreta. Ora, como ele teve acesso a esses equipamentos militares? Não estariam eles à sua disposição?

Mas o Governo Lula, carinhosamente chamado e conhecido como "do Barrabás", trabalha o tempo todo para esconder esses crimes. A AGU do Lula apagou do sistema as orientações após as operações Sem Desconto. É a mesma estrutura que apagou as imagens do Ministério da Justiça do dia 8 de janeiro.

O Messias, o mau Messias, o Messias do mal, mandou a AGU suspender as ações de desconto do INSS. Vai vendo, Brasil! O Messias do Lula, esse, mais um que ele quer entulhar no STF.

Aí o Sr. Alexandre de Moraes, um homem de bom coração, reconhecendo o grande mérito do Sr. Fábio Shor, Delegado da Polícia Federal, esse que construiu a narrativa, pela Polícia Federal, do 8 de janeiro, agora está no gabinete do Alexandre de Moraes. Agora o gabinete virou realmente o dono da Polícia Federal.

Sr. Presidente, é muito grave que Vorcaro relate encontro com Alexandre de Moraes.

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – A República caiu, a carapuça caiu. Portanto, fica aqui registrado. Infelizmente, a nossa geração não queria ver o STF trabalhar com esse carniceiro, com essa índole do mal, com que infelizmente os nossos ministros estão se comportando.

E a última grande ação da podridão que vai bater no Palácio do Planalto é o esforço que o Governo brasileiro, pelo seu Ministro de Relações Internacionais, está fazendo para que o PCC e o Comando Vermelho – esses que, dizem os relatos, já foram clientes do Sr. Alexandre de Moraes –, não sejam enquadrados como ação terrorista; uma ação liderada pelo Presidente Trump, com o aval de todos os Presidentes Sul-americanos. E agora a gente sabe que o Presidente da República, volto a dizer, pelo Sr. Mauro Vieira, está fazendo um esforço do que for possível para que não se enquadrem, segundo a imprensa, os clientes do Alexandre de Moraes, que não sejam enquadrados como terroristas. Vai vendo, Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós ficamos nos perguntando aonde vai a falta de caráter de algumas pessoas neste país. Um ministro, que é declaradamente comunista e disse publicamente ao Lula que estava a Polícia Federal a seus serviços, provou isso esta semana, blindando o homem que outrora limpava merda de elefante e que hoje anda de Ferrari e tem bilhões de reais dentro de todas as suas empresas.

A gente viu um Ministro que tem preço, não tem valor. Alexandre de Moraes tem preço. Ficou claro que ele tem preço. Muitos perguntaram, Líder Sóstenes, o que R\$129 milhões podem comprar? Na política, se compra quase tudo. Lá no STF, se compram canetas – canetas que são rápidas e ligeiras para permitir, ou melhor, para não permitir que pessoas que deveriam sentar nesta cadeira para prestar esclarecimento a esta, que não é a casa da mãe-joana e nem a merda de um circo... Aqui é a CPMI, é a busca pela verdade, neste país, para tirar a podridão de quem roubou senhoras e senhores de idade, deficientes físicos.

Quando eu escuto o lado esquerdo falar, eu agradeço a Deus por quinta-feira não estar aqui – retrasada –, porque eu vi Deputado que dá murro na cara dos outros. Ah, se desse na minha... Eu perderia o meu mandato, mas ia sair daqui sem um dente na boca, porque aqui é homem, rapaz!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vejo este Parlamento, que está podre – está podre –, de homens fracos. Alcolumbre é um fraco, Hugo Motta é um fraco, não têm coragem de honrar e defender este país!

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. *Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Mas vai mudar, a não ser que lá fora tenha um bando de acéfalos.

Eu vi o senhor, um homem honrado, um Senador da República, ser peitado por um Deputado que se acha, que já, inclusive, me chamou para porrada em Plenário.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Quem será, hein? O cara é corajoso, hein!?

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Eu estava lá fazendo o meu papel, defendendo o meu povo, e ele teve capacidade de me chamar para porrada.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Quem será? Esse cabra era doido.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Se quer sair na porrada comigo tem lugar certo: Fight Music Show. Eu enfrento qualquer um no soco naquela merda. Aqui dentro é lei; aqui dentro é ordem, é respeito, é democracia. Aqui dentro tem que se colocar filho de Lula na cadeia se estiver envolvido com bandido; tem que se colocar qualquer banqueiro, seja ele envolvido com a disgrama da esquerda ou com a direita – porque ninguém nunca viu um voto meu para blindar vagabundo nenhum aqui dentro.

Se o meu Presidente Bolsonaro tivesse roubado R\$0,01, R\$1, eu seria o primeiro a votar para que ele passasse o resto da vida na cadeia, mas lá tem um homem inocente preso; e na Presidência tem um bandido vagabundo que voltou à cena do crime, ainda trouxe a sua trupe e – mais uma vez – o seu filho que, misteriosamente, de juntador de merda de elefante no Zoológico de São Paulo...

(Soa a campainha.)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... se transformou num empresário que anda com Ferrari de ouro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. *Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Agora, senhores, não vai terminar esta CPMI em pizza, não, porque tem um Relator aqui – que, inclusive, hoje foi chamado de parcial. Parcial é a agulha da figa de quem chamou. Este homem está trabalhando dia e noite sem proteger ninguém. Os vagabundos não sentam aqui porque sabem que, na hora que sentarem, vão ter que responder. E, a maioria deles, sabe o que faz? Ficam em silêncio, caladinhos, os bons moços, mas o único lado que eu vi protegendo filho do Lula, bancos, foi o lado esquerdo. Nós perdemos votações aqui, uma em cima da outra. Falam em investigação e sequer querem investigar alguma coisa. Querem dizer: "Bolsonaro é o culpado". Mudem o discurso porque esse não cola mais, e vagabundo vai ter que cair.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. *Fora do microfone.*) – Muito bem, Zé!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – É só um registro aqui, bem chato gente. Acabou de acontecer, agora à tarde, em Brasília: um homem matou a esposa, pegou o corpo e levou para a delegacia.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – O quê?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Em Planaltina, DF.

Deixe-me dizer, gente, está difícil. Está difícil. Está difícil enfrentar a violência contra a mulher no Brasil. Difícil! Acabei de ver aqui.

Presidente, eu quero fazer um discurso, uma fala totalmente diferente da dos colegas. Esta é uma CPMI que foi criada para a gente investigar os descontos indevidos do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – E a gente fez o dever de casa. Ninguém nunca tinha falado o que foi apresentado nesta CPMI.

É claro que, ao longo do período, nós chegamos ao Banco Master, mas não era o foco inicial. Mas nós chegamos a associações, nós chegamos a sindicatos, nós chegamos a igrejas, nós





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegamos a instituições. Eu creio que o relatório que vai ser apresentado vai dar uma resposta ao objeto inicial desta CPMI, que eram os descontos indevidos.

Se esta CPMI não tivesse acontecido, nós não teríamos avançado nessa área. Esta CPMI expôs as entranhas de um INSS que a gente achava que era tão robusto; esta CPMI expôs fragilidades do sistema; esta CPMI expôs brigas institucionais. Quando o CGU sentou aí, eram outras instituições querendo desacreditar o trabalho da CGU. Esta CPMI prestou um serviço para a sociedade. E o relatório vai, inclusive, indiciar muita gente, dos descontos, mas também vai ser propositivo. O Relator está trabalhando excelentes propostas de lei para que nenhum aposentado mais passe pelo que passou. Mas, com o debate...

Inclusive, esta CPMI começou a trabalhar antes de ser instalada. Em maio de 25, estava eu lá atrás dos carros do Careca. Quem se lembra disso? Dizem que esse Careca não gosta de mim. Não sei por quê? Só porque eu achei os carrinhos que ele guardou na garagem do meu prédio. Pense, Sóstenes!

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Então, nós temos... Nossa CPMI cumpriu o papel com relação ao objeto.

Temos muito ainda para avançar. Por exemplo, eu queria ter ido às aldeias indígenas, porque nós identificamos desconto de indígenas e a gente queria saber se teve agente de Estado, da Funai, do Ministério dos Povos Indígenas, da Sesai. Eu queria que a gente investigasse mais a questão do desconto de crianças. São mais de 400 crianças aqui com descontos indevidos, mas nem todos esses descontos eram ilegais. O BPC vem em nome da criança, gente, e se aquele pai precisa de um dinheirinho para melhorar o quarto da criança, ele pode, sim, pedir um consignado. Então, não vamos colocar todas as famílias do BPC como ilegais. Então, a gente precisava fazer esse filtro. Nós precisávamos ter ido mais às colônias de pescadores, às comunidades tradicionais, onde estão as pessoas com menos escolaridade. Era para a gente ir lá, Sóstenes, mas não deu tempo de a CPMI fazer as suas diligências. Mas nós vamos entregar um grande relatório.

Só que, com o passar do tempo, aparece o escândalo Master. E aí, nós tivemos a coragem de quebrar o sigilo do Vorcaro. Gente, ele está preso, mas foi esta CPMI que quebrou o sigilo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dele. Nos dias 9, 10 e 11 de dezembro chegaram 400 gigas, Sóstenes, de documentos. Aí, de repente, naquela decisão que a gente nunca conseguiu entender, tiraram os 400 gigas de documento da CPMI. Agora voltou apenas 1 giga. Mas esse 1 giga... É porque o Ministro André disse: "Vão para lá só os consignados". E só nesse pititico, 1 giga, nós já encontramos muita coisa também.

(Soa a campanha.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Agora, o Brasil que está nos assistindo, que acha que tudo isso vai ser esquecido... Não vai. O escândalo do Banco Master muda a história do Brasil. Atenção! Mesmo que essa CPMI não avance neste item Banco Master, no Senado nós temos a PFS 01/26, em que eu fui nomeada Relatora e vou trabalhar muito, temos um grupo de trabalho na CAE, e uma CPMI vai ser exigida. Mas, para além disso, gente, a Polícia Federal não está se omitindo. Lá dentro da Polícia Federal tem gente corajosa e honesta.

Nós temos um grande Ministro da Suprema Corte. Nós temos uma CGU investigando de novo a CVM, a nosso pedido, lá na CAE.

O escândalo do Banco Master, Presidente, expôs as entranhas de um sistema financeiro que todos nós julgávamos que era seguro e robusto. Esse escândalo vai requerer de nós, inclusive do Parlamento, cortar na pele, porque onde nós estávamos como papel fiscalizador?

Então, que o Brasil entenda que, mesmo que a gente não consiga nessa CPMI avançar, esse escândalo não vai ficar esquecido. Sabe por quê, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Só para encerrar.

Quem assistiu nesse final de semana àquela festa no castelo? Vocês viram a festa no castelo?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Meu Deus! E quem assistiu hoje às imagens, aqui nesta Comissão de Direitos Humanos, neste Plenário, de quantas crianças com doenças raras morreram no Brasil por falta de medicação é tomado de uma indignação. E a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

indignação da sociedade vai exigir... Talvez nem sejamos todos nós que estejamos aqui, mas a sociedade vai exigir resposta com relação ao Banco Master. O povo está indignado.

Presidente e Relator, sintam-se felizes com o dever cumprido. Nós estamos fazendo um papel maravilhoso na questão dos aposentados. Se não chegarmos aonde a gente quer nessa CPMI, no Banco Master, podem ficar sabendo, o Brasil vai exigir que outras instituições cheguem lá.

Parabéns aos dois! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Estão encerradas as falas.

Pelo tempo de Liderança, Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Quanto tempo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela Liderança.) – Presidente, pode ter tapa na mesa, pode ter Deputado que acha que é valentão, mas algumas coisas estão aí, que são provas.

Por exemplo, Vorcaro é bolsonarista. Isso é óbvio. Votou no Bolsonaro, ou não é verdade? Deu 5 milhões para a campanha dele e do Tarcísio de Freitas. Deu um avião para o Nikolas fazer campanha no segundo turno das eleições, sem declaração, sem absolutamente nada. E deu para o banco do Zema a condição de ele explorar aposentado. Ou seja, Bolsonaro é simpatizante de Vorcaro, e vice-versa.

Esse é Vorcaro, e esse é Zettel. Mas eu quero que as investigações andem. E aí eu quero falar um pouco do Zettel. É preciso quebrar o sigilo dele. Zettel é o sócio de Vorcaro. Era exatamente ele quem fazia o financiamento e as operações econômicas de Vorcaro. Então, Zettel tem na sua conta para quem ele passou, inclusive, o dinheiro roubado do Master.

Eu sou de Belo Horizonte, nasci em Belo Horizonte e conheço bem, para dizer que Vorcaro, Zettel, Nikolas, é claro, Sicário, eram todos bolsonaristas. Participam, inclusive, de uma igreja onde o Pastor Valadão faz campanha para Bolsonaro, e faz questão de fazer. Nenhum problema nisso,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas é preciso saber com quem eles estão. E isso... Não adianta dar tapa na mesa, dar de valentão, ameaçar quebrar o dente dos outros, porque essa verdade já está estabelecida; agora, não pode haver blindagem.

Quebrou-se, agora, o sigilo. E o que nós vimos nesse sigilo? O pouco que chegou? Não tinha ninguém da esquerda no telefone de Vorcaro, ninguém. Tinham vários Deputados, Senadores do centrão; da esquerda, ninguém – da esquerda, ninguém –; nenhum Deputado, nenhum Senador.

Já pensou se achassem lá o telefone de alguém do PT? Ou do Lulinha? Nossa senhora! O fim do mundo. Mas pôde aparecer do Nikolas, que disse que não sabia que o avião era do Vorcaro, mas apareceu do assessor dele, que hoje é Vereador em Belo Horizonte, que é quem fazia os contatos para andar de avião para lá e para cá do Vorcaro. Será que não tinha uma relação maior que essa?

Eu acho que, se nós quebrarmos o sigilo do Zettel, nós vamos saber; e, se quebrarmos o da Clava Forte Bank e o da Igreja da Lagoinha, mais ainda.

Senadora, não tem nada a ver isso aqui com nenhuma questão depreciativa de igrejas, muito menos de igreja evangélica – faço questão de dizer isso para que não seja usado de forma equivocada o que eu digo aqui. Mas os elementos estão aí: Pastor Zettel era pastor exatamente dessa igreja. Essa igreja tinha um templo e, de repente, com Valadão, Zettel, etc., diz-se que tem 600 templos no mundo, todos com construções muito grandes.

Eu, hoje, não sei se isso foi feito apenas com o dízimo dos fiéis ou se não tinha dinheiro do Banco Master, dos aposentados. Isso tem que ser visto nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Ou nós vamos blindar isso?

Esse é um, portanto, em que eu queria ver o requerimento. Não é possível que a reunião de quinta-feira foi desmarcada porque isso ia ser votado e não vai aparecer na próxima.

Nós precisamos também de chamar aqui Roberto Campos Neto, porque tudo aquilo que eu li do relatório dos anos foi feito por Roberto Campos Neto. Foi ele que permitiu que isso tudo crescesse.

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ele poderia ter simplesmente não permitido que esse Banco Master passasse a ser o Banco Master credenciado pelo Banco Central, porque tinha elementos que permitiam que ele não o fizesse; aliás, era para não fazer. Foi uma vontade política, e ele era indicado por Bolsonaro. Portanto, foi no bolsonarismo que isso cresceu, e o Vorcaro agradeceu, deu 5 milhões para a campanha; não deu um centavo para a campanha do Lula.

Então, são fatos que estão colocados aqui que eu não canso de repetir. Podem dizer que estamos muito repetitivos, mas é a verdade.

E eu termino dizendo que é verdade também que foi agora, no Governo Presidente Lula, que isso acabou; foi com o Galípolo. Precisou sair Roberto Campos Neto e entrar o Galípolo para que ele falasse: "O banco vai ser liquidado. A roubalheira acabou". Não vai ter mais milhões e milhões para festa em castelo, porque o Vorcaro não terá mais dinheiro, em absoluto, do Banco Master, roubando aposentado; isso agora realmente foi feito.

Por isso, Presidente, eu solicito a V. Exa. que a gente possa votar esses requerimentos. Eles já estão aí há meses – há meses –, e a gente não consegue votá-los.

Há uma blindagem, que é a blindagem antes de vir à votação. Essa blindagem não pode ser feita, porque os requerimentos têm a ver com aquilo que é a CPMI de que nós fazemos parte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Na verdade, é só uma pergunta. O senhor falou que a gente vai ter, então, sessão aqui na quarta, na quinta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está previsto, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hã?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está previsto.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Está previsto, exatamente.

É só uma questão de procedimento. Então, o senhor não vai colocar nada dos sigilos, uma vez que está nesse impasse, mas serão colocadas as convocações pendentes?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Assim, até porque tem muita convocação aqui que o Deputado que me antecedeu pediu, e eu também tenho várias convocações. Então, a gente vai colocar todas as convocações que estão pendentes? Nós estamos aguardando, inclusive, das pessoas, dos Parlamentares e das outras, do Wolney e de todos, novamente, para que a gente possa convocar quem não estiver convocado ainda. Alguns já foram, mas outros não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os requerimentos que tiverem ligação com a investigação...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É com a investigação só.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Serão colocados, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada, Presidente. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela Liderança da Oposição, o Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, encaminhando para mais um dia de êxito desta CPMI – parabenizando, inclusive, V. Exa., o Relator e todos os Parlamentares que aqui estivemos –, mesmo com toda a blindagem e as dificuldades que a gente tem encontrado por decisões de alguns Ministros do STF, eu tenho que encerrar dizendo que tem gente que precisa passar óleo de peroba na cara, porque é impressionante.

Dizer que Vorcaro é bolsonarista... Ô, Relator, foi V. Exa. que mostrou aqui uma matéria em que o Vorcaro chamou o Presidente Bolsonaro de idiota? É isso? Como é que você chama alguém – porque afirmaram aqui, quem me antecedeu –, que ele é eleitor de Bolsonaro? É muita cara de pau o eleitor votar no idiota. Lógico que não votou no idiota! Se ele chama Bolsonaro de idiota, ele não votou em Bolsonaro!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. *Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Se ele pede agenda ao Presidente descondenado Lula e é recebido quatro vezes, ora, ele votou em quem?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Tem que passar óleo de peroba na cara dessa gente porque é inaceitável! As pessoas virem aqui... Ou seja, é a tática do PT: repetir uma mentira cem vezes para enganar o povo pobre, o pensionista, o aposentado, mas eu não vou permitir isso aqui!

Ora, este Vorcaro chamou Bolsonaro de idiota! Aí vem gente aqui falar que ele votou em Bolsonaro? Até parece que estão descobrindo agora que o voto não é mais secreto no Brasil e as pessoas sabem em quem votou. Agora, que o Lula recebeu ele quatro vezes fora da agenda, isso é verdade, Brasil! Não é mentira, não! Como eles fazem! Eu não vou ficar aceitando mentira aqui o tempo todo.

E acho também, Presidente, que a gente tinha que ter uma regra de conduta nesta Comissão. É muito deselegante, e eu, como Líder da minha bancada, me sinto no dever de dizer que é muito deselegante a gente ficar, por questões eleitoreiras, citando colegas ausentes que não podem se defender. O Deputado Nikolas é um brilhante Parlamentar, é um fenômeno! É um fenômeno na política nacional! São tão recalcados esses petistas e essa esquerda que toda hora ficam falando no nome do Nikolas sem ele estar presente. Nikolas, continue brilhando, meu amigo! Continue fazendo seu trabalho porque incomodar os outros... Só se atira pedra em árvore que dá fruto. E você, Nikolas, tem feito um trabalho de acordar o Brasil para ver essa "petezada" que só faz desgraça e desmando neste país! Só roubalheira! Antes roubavam milhão, agora já roubam bilhões, porque milhão é pouco!

Então, Presidente, a gente precisava ter uma regra de conduta. Ficar citando colega na ausência – eu me sinto obrigado a defender um colega que está ausente, até porque eu sou Líder da minha bancada – é muito ruim. Eu não cito nenhum colega Parlamentar na ausência, porque isso para mim é um ato de covardia! Não tem outro nome; o cara não está presente para se defender! Eu só cito, e, quando cito, tem que estar presente, porque eu falo na cara; eu não falo por trás, não! Quem fala por trás é covarde!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui a gente tem que dar nome aos bois: Roberto Campos Neto tem que ser chamado – eu não tenho problema nenhum em trazer ele –, mas e o Galípolo, que foi chamado às pressas pelo Presidente Lula para receber o Vorcaro? Aí quer falar que foi o Galípolo que parou tudo... Ora, façam-me um favor: vão mentir em outra freguesia, porque aqui não tem idiota! Eles podem enganar até alguns idiotas por aí; aqui não! Aqui não! Querem botar aí os requerimentos para botar os dois? Eu voto agora – agora! –, não tenho problema, até no extrapauta.

Vamos lá: eu não gosto nem de falar do Banco Master, Presidente, porque eu acho que isto aqui é CPMI...

(Soa a campainha.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... do roubo dos aposentados. O Master roubou os aposentados também, mas não foi só ele, foram vários, e eu acho que, se é para chamar, chama todo mundo, igual o Relator sempre defendeu; como não vem todo mundo, chama associação, não sei. Agora, se querem falar de Master na CPMI do roubo dos aposentados... Onde nasceu o Banco Master? Com o PT, da Bahia. Lá nasceu tudo; começou lá! Não vamos tapar o sol com a peneira nesta CPMI, não: o Banco Master começa a sua grande operação com o PT, na Bahia, com o Ministro Rui Costa, Governador, com o Jaques Wagner como padrinho, e aí depois virou essa... Se alastrou para tudo que foi lugar, e eu não boto para debaixo do tapete nenhuma sujeira!

Então, Presidente, eu acho que a gente tem que focar mais nos aposentados, nas pobres viúvas, nos órfãos, nas pessoas com deficiência, como a ex-Ministra Damares acabou de falar: crianças de BPC sendo assaltadas, e a gente aqui ficar discutindo o sexo dos anjos? Estamos de brincadeira! Vamos parar com isso, botar os requerimentos e botar para quebrar, porque essa "petezada" não vai continuar enganando a população brasileira.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. *Fora do microfone.*) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Estão encerradas as falas.

Um esclarecimento aqui, com relação ao recurso sobre a decisão do Ministro Flávio Dino, citado aqui várias vezes pelos Parlamentares: a CPMI do INSS, representada em juízo pela





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Advocacia do Senado Federal, irá interpor recurso de agravo regimental contra a decisão do Ministro Flávio Dino.

Apesar de o Ministro já ter pautado a decisão para julgamento colegiado de 13 a 20 de março, o recurso é necessário para marcar a posição da CPMI, bem como para evitar o decurso de prazo recursal, pois a decisão pode ser retirada de pauta. Ainda, esse recurso permite que o Ministro Flávio Dino reconsidere a decisão.

Por determinação da Presidência da CPMI, a Advocacia do Senado Federal também irá diligenciar, no período do julgamento virtual da medida cautelar, pelo Plenário do STF, com entrega de memoriais e audiência com os gabinetes dos Ministros.

Sras. e Srs. Parlamentares...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, essa decisão é da (*Fora do microfone.*) Presidência ou isso tem que ser submetido ao Plenário da CPMI?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não entendi... Não, isso é da Presidência, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É da Presidência?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Superapoiado, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É. Eu sou... Não, eu sou... Já foi inclusive...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Superapoiado!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores que nos acompanham, iniciamos mais um dia de trabalhos desta CPMI em um momento importante para a vida institucional do Brasil. Uma comissão parlamentar de inquérito não existe para criar conflitos entre instituições; ela existe para cumprir um dever constitucional: investigar fatos graves que atingem o povo brasileiro.

Nos últimos dias, acompanhamos acontecimentos que envolveram decisões judiciais e manifestações públicas relacionadas aos trabalhos desta Comissão. Tivemos decisão do Ministro





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Flávio Dino sobre procedimentos de votação que impactam diretamente o funcionamento da CPMI. Naturalmente, como Parlamento, utilizaremos os instrumentos legais previstos para recorrer e buscar o devido esclarecimento dessas decisões.

Também houve manifestação do Ministro Alexandre de Moraes afirmando que a CPMI do INSS teria divulgado conversas envolvendo o investigado Daniel Vorcaro. Logo em seguida, o próprio Jornal Nacional, na Rede Globo, esclareceu ao país que não foi a CPMI do INSS a responsável por essa divulgação. É importante registrar esse fato com serenidade, porque esta Comissão trabalha dentro da lei com documentos oficiais e absoluto respeito às instituições da República.

Esses episódios nos levam a uma reflexão necessária sobre um princípio fundamental da nossa Constituição: a harmonia entre os Poderes da República. Esta Presidência, inclusive, tem falado constantemente sobre a necessidade de que nós reequilibremos e tragamos de volta os freios e contrapesos previstos na Constituição de 1988.

Recentemente, na abertura do ano do Judiciário, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Edson Fachin, destacou que a democracia brasileira depende da independência dos Poderes, mas também da harmonia entre eles. E é importante compreender exatamente o que significa essa harmonia. Harmonia não significa ausência de divergências. Harmonia não significa silêncio. Harmonia não significa submissão. Harmonia significa respeito às competências constitucionais de cada Poder.

O Supremo Tribunal Federal tem a sua missão constitucional. O Congresso Nacional tem a sua própria. E há uma diferença essencial que precisa ser lembrada: o Congresso Nacional é a Casa da representação popular. Cada Parlamentar que ocupa uma cadeira nesta Casa foi eleito pelo povo brasileiro. Cada Deputado e cada Senador representa uma parcela da sociedade, regiões do país, estados da Federação e milhões de cidadãos que confiaram nas urnas para que suas vozes estivessem presentes neste Parlamento. Por isso, quando o Congresso investiga um fato grave, ele o faz em nome do povo brasileiro, porque o Congresso Nacional não é um espectador da vida institucional do país. O Congresso Nacional é um Poder da República e, quando exerce a função investigativa, exerce um dever diante da sociedade brasileira.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta CPMI não trata de disputa institucional. Ela trata de algo muito mais sério: milhões de aposentados e pensionistas brasileiros que confiaram no sistema previdenciário e hoje aguardam respostas. Por essa razão, com espírito de diálogo institucional e respeito às instituições, informo que apresentarei requerimento convidando o Ministro Flávio Dino para que venha a esta Casa dialogar com o Parlamento sobre decisões que impactaram diretamente os trabalhos desta Comissão. Também solicitarei agenda institucional com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Edson Fachin, para que possamos dialogar justamente sobre aquilo que ele próprio destacou no discurso: a importância da harmonia entre os Poderes da República.

Como lembrava o Presidente Juscelino Kubitschek: "A democracia se fortalece quando cada poder cumpre com a responsabilidade o seu dever". E é exatamente isso que precisamos reafirmar neste momento da vida nacional. O Supremo tem sua missão constitucional. O Congresso Nacional tem também a sua missão. E, quando cada Poder cumpre seu papel com respeito às competências do outro, quem ganha é a democracia, quem ganha é o Brasil.

Esta CPMI continuará trabalhando com equilíbrio, com responsabilidade, com respeito às instituições, mas também com firmeza na busca da verdade, porque nenhuma instituição da República se fortalece quando a verdade é evitada. O país perde quando pessoas que têm que prestar declarações são blindadas, seja aqui nesta Comissão, seja por decisões do Supremo Tribunal Federal. As instituições se fortalecem quando a verdade é enfrentada.

Eu espero, com toda sinceridade, que o diálogo prevaleça e que nós possamos trazer de volta mais uma vez o respeito entre os Poderes, o equilíbrio nas decisões e que esta Comissão seja respeitada nas prerrogativas de cada um dos Parlamentares, pelos quais eu tenho a responsabilidade e a honra de presidir nas investigações.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a ser realizada dia 11 de março, às 9h da manhã, para a oitiva da testemunha Augusto Ferreira Lima, ex-CEO e sócio do Banco Master e atual controlador do Banco Pleno.

Oitivas posteriores: dia 12/3, Leila Pereira, Presidente do Banco Crefisa; Artur Azevedo, CEO do Banco C6 Consignado; Paulo Gabriel Negreiros, tesoureiro da Confederação Brasileira dos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalhadores da Pesca e Aquicultura. Dia 16/3: Aristides Veras dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Dia 23/3: Rodrigo Ortiz D'Ávila Assumpção, Presidente da Dataprev.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 16 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 26 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e dezessete minutos do dia doze de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Styvenson Valentim, Sergio Moro, Eliziane Gama, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Magno Malta, Teresa Leitão, Damares Alves, Tereza Cristina, Coronel Chrisóstomo, Sóstenes Cavalcante, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Meire Serafim, Átila Lira, Ricardo Maia, Patrus Ananias, Rogério Correia, Alencar Santana, Dagoberto Nogueira, Bia Kicis, Kim Kataguirí, Evair Vieira de Melo, Mauricio Marcon, Paulo Pimenta, Pedro Uczai, Ribeiro Neto, Marcel van Hattem, Luiz Lima e Max Lemos. Deixam de comparecer os Parlamentares Soraya Thronicke, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Rogerio Marinho e Dorinaldo Malafaia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às treze horas e vinte e sete minutos e reaberta às quinze horas e treze minutos. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 2681 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Fabiano Campos Zettel, Empresário, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 3044 de 2026** que: "REQUER A CONVOCAÇÃO DO SENHOR FABIANO CAMPOS ZETTEL, PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE AS FRAUDES OCORRIDAS CONTRA APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 2782 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Ângelo Antônio Ribeiro da Silva, diretor do Banco Master." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 3052 de 2026** que: "Requer a convocação do senhor ÂNGELO ANTÔNIO RIBEIRO DA SILVA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 2786 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Luiz Antônio Bull, Diretor de Riscos, Compliance, Recursos Humanos, Operações e Tecnologia do Banco Master." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 3045 de 2026** que: "REQUER A CONVOCAÇÃO DO SENHOR LUIZ ANTONIO BULL, PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE AS FRAUDES OCORRIDAS CONTRA APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS" **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº**





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

2884 de 2025 que: "Requer a convocação da Senhora Roberta Luchsinger, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 2890 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora ROBERTA MOREIRA LUCHSINGER, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Coronel Chrisóstomo. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 2885 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Danielle Miranda Fonteles, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 2928 de 2026** que: "Requer a convocação da Senhora DANIELLE MIRANDA FONTELES, publicitária, para prestar depoimento, como testemunha." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 2952 de 2026** que: "Requer a convocação da Senhora Danielle Miranda Fonteles, Publicitária, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 2904 de 2026** que: "Requer a convocação do Senhor Marcos de Brito Campos Júnior, ex-superintendente do INSS no Nordeste e ex-diretor de Administração e Finanças do DNIT, para prestar depoimento." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 2926 de 2026** que: "Requer a convocação do Senhor MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR, diretor de Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), para prestar depoimento, como testemunha." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 2930 de 2026** que: "Requer a convocação da Senhora Lucineide dos Santos Oliveira, diretora da Associação dos Aposentados do Brasil (AAB), para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 2951 de 2026** que: "Requer a convocação do Senhor João Vitor da Silva, Sócio-Administrador da empresa Spyder Consultoria e Intermediação, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 2966 de 2026** que: "Requer a convocação do Senhor Mauro Caputti Mattosinho, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Deputado Coronel Chrisóstomo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 3039 de 2026** que: "Requer a convocação de Rogério Giglio Gomes, ex-policial civil." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 3096 de 2026** que: "Requer a convocação do Senhor Rogério Giglio Gomes, ex-policial civil do estado de São Paulo, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 3042 de 2026** que: "Requer a convocação de Renato de Matteo Reginatto, advogado." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 3139 de 2026** que: "Requer a convocação do Senhor José





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antonio Batista Costa, Presidente da J&F Participações, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 3151 de 2026** que: "Requer a convocação da Senhora Martha Graeff, companheira de Daniel Vorcaro, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Kim Kataguirí. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 2062 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Edson Claro Medeiros Júnior, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito." **Autoria:** Deputado Delegado Fabio Costa. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 2069 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Edson Claro Medeiros Júnior, ex-colaborador de Antônio Carlos Camilo Antunes, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Nista de Inquérito." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 2073 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Edson Claro Medeiros Júnior, ex-funcionário de Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputado Fernando Rodolfo. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 2888 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Edson Claro, ex-funcionário do Antônio Carlos Camilo Antunes ("Careca do INSS"), para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 1347 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Roberto Campos Neto, ex-presidente do Banco Central." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 1399 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Roberto Campos Neto, ex-Presidente do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **2ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Realização de oitivas. Oitiva do Lea Bressy Amorim, Diretora de Tecnologia da Informação do Instituto Nacional do Seguro Social, em atendimento aos requerimentos 1815/2025 e 3113/2026; do Paulo Gabriel Negreiros de Almeida, Tesoureiro da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA), em atendimento ao requerimento 2495/2025; da Leila Mejdalani Pereira, Presidente do Banco Crefisa, em atendimento aos requerimentos 1737/2025 e 3036/2026; do Artur Ildefonso Brotto Azevedo, CEO do Banco C6 CONSIGNADO S.A., em atendimento ao requerimento 3035/2026. **Resultado:** Oitivas não realizadas em virtude do não comparecimento dos depoentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Carlos Viana

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2026/03/12>

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Bom dia, senhoras e senhores; bom dia.

Peço a gentileza de os Srs. Parlamentares ocuparem seus lugares.

Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, que se realiza nesta data, 12 de março do corrente ano.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho...

Silêncio, por gentileza!

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 34ª Reunião, realizada em 9 de março de 2026.

Os Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Senhores, a Sra. Leila Pereira, convocada inicialmente para prestar depoimento na segunda-feira passada, informou na manhã do dia agendado para seu depoimento que não viria, alegando de modo equivocado que a decisão do Ministro Flávio Dino teria anulado todas as quebras de sigilo aprovadas em bloco na 32ª Reunião desta CPMI e se estenderia também às convocações





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovadas. Ainda informou que estaria em São Paulo para participar da cerimônia de encerramento de premiação do Campeonato Paulista de Futebol na condição de Presidente do Clube Palmeiras.

Conforme anunciado por esta Presidência na ocasião, a justificativa para não comparecer não foi acolhida, de modo que o depoimento ficou reagendado para hoje. Novamente, porém, a Sra. Leila, por meio dos advogados, não compareceu à presente reunião, tendo acionado o Supremo Tribunal Federal para solicitar ao Ministro Flávio Dino que suspendesse a convocação.

Em resposta, o Ministro esclareceu que a suspensão da deliberação parlamentar estabelecida na decisão liminar restringiu-se às medidas de quebra de sigilo em globo. Entretanto, em que pese ela estar convocada desde a semana passada e ter injustificadamente faltado à primeira convocação, o Ministro vedou que seja determinada a condução coercitiva para a data de hoje, permitindo ainda que, caso ela faltasse, possa solicitar uma nova data.

Sendo assim, esta Presidência, diante de mais uma interferência do Supremo Tribunal Federal no trabalho deste Parlamento e desta Comissão Mista de Inquérito, não tem outra alternativa senão designar, pela terceira vez, uma data para a oitiva da Sra. Leila Pereira. Fica designada a próxima quarta-feira, dia 18/03, às 9h da manhã, para o depoimento.

Não comparecimento do convocado Artur Ildefonso. Comunico que o Sr. Artur Ildefonso Brotto Azevedo, testemunha regularmente convocada para esta CPMI, não comparecerá à oitiva prevista para hoje. Por volta das 10h30 da noite, o Ministro André Mendonça determinou que o convocado é testemunha e é obrigado a comparecer. Nessa madrugada, a Presidência recebeu comunicação formal do convocado nos seguintes termos...

Cadê o e-mail... (Pausa.)

Passo a ler aqui a comunicação do Sr. Ildefonso, responsável pelo C6 Consignados:

[...]

Diante da decisão do Ministro Flávio Dino, datada de 11.03.26, que (i) esclareceu a abrangência de decisão anterior, datada de 05.03.26, e os efeitos que esta teria sobre as convocações aprovadas pela CPMI-INSS, por meio de votação em bloco e (ii)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitiu a possibilidade de solicitar a designação de nova data para a oitiva de testemunhas, venho perante V.Sa. esclarecer e requerer o quanto segue:

Em razão de compromisso profissional pré-agendado desde 24.02 [...], envolvendo a agenda perante o conselho de administração do C6 Bank, que acontece de forma presencial na sede em São Paulo nos dias 11 e 12 [...], com a presença da totalidade dos Conselheiros [...], pede-se vênica e a compreensão dos integrantes dessa CPMI [...] para que seja alterada a data originalmente definida para a minha participação perante esta comissão.

Ciente de que em 11.03 [...] foi agendada a sessão especial para 18 [...], na qual ocorrerá o depoimento da representante da Crefisa [...], requer-se que seja definida a minha participação nessa mesma data, de tal modo que esta CPMI [...] possa ouvir no mesmo dia os únicos integrantes do sistema financeiro até aqui chamados a comparecer à comissão.

Como sinal de confirmação dessa presença e do compromisso aqui assumido, desde já são apresentadas as reservas aéreas e de hospedagem feitas para viabilizar a minha presença na data sugerida.

Por fim, caso V.Sas. entendam não ser factível que o depoimento ocorra nessa data sugerida, requer-se que seja designada qualquer outra data.

[...]

Esta Presidência registra que as convocações aprovadas por esta Comissão têm caráter obrigatório e são instrumento essencial para o pleno exercício das competências investigativas do Congresso Nacional. De todo modo, considerando a manifestação encaminhada e a disposição declarada pelo convocado de comparecer, a Presidência designa o depoimento para o dia 19 de março, quinta-feira.

A Comissão seguirá adotando todas as medidas necessárias para garantir a efetividade dos trabalhos.

Com relação...

Só um instantinho. Deixe-me terminar, gente!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à convocada Lea Bressy Amorim, Diretora de Tecnologia da Informação do INSS, enviou ontem documento alegando estar de licença médica, a qual, segundo o comprovante de afastamento enviado, encerra-se em 15 de março de 2026. Determino a realização de perícia médica, e, confirmadas as condições de saúde para depoimento, fica designada a próxima quinta-feira, 19/03, para a oitiva.

Sr. Paulo Negreiros. Após a definição do depoimento, confirmamos que o Sr. Paulo Gabriel Negreiros de Almeida, Tesoureiro da Confederação Brasileira da Pesca e Aquicultura, encontra-se preso no Estado da Paraíba por ordem do Ministro André Mendonça. Desse modo, em linha com casos semelhantes, a Advocacia adotou as medidas cabíveis para a vinda, porém, não foi recebida ainda a resposta do Ministro até o presente momento, inviabilizando a data para a oitiva do Sr. Gabriel Negreiros de Almeida. Assim que recebermos as manifestações do Supremo Tribunal Federal, nós daremos sequência para que ele possa vir.

Por gentileza, silêncio!

Conforme consenso, estão retirados de pauta os itens 17 e 18, os quais serão avaliados para nova pauta na semana que vem.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

1ª PARTE

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 3039/2026

Requer a convocação de Rogério Giglio Gomes, ex-policial civil.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 3096/2026





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do Senhor Rogério Giglio Gomes, ex-policial civil do estado de São Paulo, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputada Coronel Fernanda)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, exato, com o compromisso de pautá-los na semana que vem. Nós tínhamos pedido isso. Obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – 17 e 18.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – 17 e 18.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O requerimento de convocação do Sr. Roberto Campos Neto – itens 26 e 27 – fica retirado e será inserido na próxima semana, em conjunto com a convocação do atual Presidente do Banco Central, o Sr. Galípolo.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

1ª PARTE**ITEM 26****REQUERIMENTO Nº 1347/2025**

Requer a convocação do sr. Roberto Campos Neto, ex-presidente do Banco Central.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE**ITEM 27****REQUERIMENTO Nº 1399/2025**

Requer a convocação do Sr. Roberto Campos Neto, ex-Presidente do Banco Central do Brasil.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues)

São realizados os seguintes destaques para a votação em separado dos itens...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Era só uma pergunta anterior à votação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... sobre a reunião de quarta-feira, porque, como nós não tivemos, ela foi desmarcada, e V. Exa. não deu a justificativa da desmarcação através da não vinda do Augusto Lima, não é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, o Sr. Augusto Lima ganhou o benefício de um *habeas corpus* facultativo de não comparecer a nenhuma das CPMIs.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Qual Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ministro André Mendonça.

Serão realizados os seguintes destaques em votação em separado dos itens: 7 e 8 – Roberta Luchsinger –; 9, 10, 11 – Danielle Fonteles –; 20 – João Antonio Batista, da J&F –; 22, 23, 24 e 25 – convocação do Sr. Edson Claro Medeiros Júnior.

Votação simbólica dos itens não destacados.

Eu vou repetir: estão destacados os itens 7, 8, 9, 10, 11, 20, 22, 23, 24 e 25, que serão votados em separado.

Os Parlamentares que concordam com a aprovação...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Não teve item que o senhor retirou da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, mas isso já foi lido aqui. Os itens 17 e 18 estão retirados de pauta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – 17 e 18. Então, eles não vão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E o 26 e o 27. Não serão votados.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Esses estão retirados de pauta, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O.k. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Votação simbólica dos demais itens em consenso.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os itens previstos em pauta.

(São os seguintes os itens aprovados:

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 2681/2025

Requer a convocação do Senhor Fabiano Campos Zettel, Empresário, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Deputado Alencar Santana





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 3044/2026

REQUER A CONVOCAÇÃO DO SENHOR FABIANO CAMPOS ZETTEL, PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE AS FRAUDES OCORRIDAS CONTRA APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 2782/2025

Requer a convocação do Senhor Ângelo Antônio Ribeiro da Silva, diretor do Banco Master.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 3052/2026

Requer a convocação do senhor ÂNGELO ANTÔNIO RIBEIRO DA SILVA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Duarte Jr.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 5****REQUERIMENTO Nº 2786/2025**

Requer a convocação do Senhor Luiz Antônio Bull, Diretor de Riscos, Compliance, Recursos Humanos, Operações e Tecnologia do Banco Master.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE**ITEM 6****REQUERIMENTO Nº 3045/2026**

REQUER A CONVOCAÇÃO DO SENHOR LUIZ ANTONIO BULL, PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE AS FRAUDES OCORRIDAS CONTRA APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE**ITEM 12****REQUERIMENTO Nº 2904/2026**

Requer a convocação do Senhor Marcos de Brito Campos Júnior, ex-superintendente do INSS no Nordeste e ex-diretor de Administração e Finanças do DNIT, para prestar depoimento.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 13****REQUERIMENTO Nº 2926/2026**

Requer a convocação do Senhor MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR, diretor de Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), para prestar depoimento, como testemunha.

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

1ª PARTE**ITEM 14****REQUERIMENTO Nº 2930/2026**

Requer a convocação da Senhora Lucineide dos Santos Oliveira, diretora da Associação dos Aposentados do Brasil (AAB), para prestar depoimento.

Autoria: Senador Carlos Viana

1ª PARTE**ITEM 15****REQUERIMENTO Nº 2951/2026**

**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do Senhor João Vitor da Silva, Sócio-Administrador da empresa Spyder Consultoria e Intermediação, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE**ITEM 16****REQUERIMENTO Nº 2966/2026**

Requer a convocação do Senhor Mauro Caputti Mattosinho, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Deputado Coronel Chrisóstomo

1ª PARTE**ITEM 19****REQUERIMENTO Nº 3042/2026**

Requer a convocação de Renato de Matteo Reginatto, advogado.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 21

REQUERIMENTO Nº 3151/2026

Requer a convocação da Senhora Martha Graeff, companheira de Daniel Vorcaro, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Kim Kataguirí

Votação dos destaques.

Atenção, senhores, por favor.

Itens 7 e 8.

Determino à Secretaria...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Só um minuto.

Vai ter defesa, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vai.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Dois de cada lado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vai ter a defesa.

Itens 7 e 8.

Requer a convocação da Sra. Roberta Luchsinger para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito como testemunha.

1ª PARTE

ITEM 7





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2884/2025

Requer a convocação da Senhora Roberta Luchsinger, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 8****REQUERIMENTO Nº 2890/2025**

Requer a convocação da Senhora ROBERTA MOREIRA LUCHSINGER, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Coronel Chrisóstomo

Para defender o requerimento...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, quanto... Vai ser uma ou duas defesas de cada lado?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Dois de cada lado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois lados... Duas defesas, por cinco minutos cada um.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Pela oposição, a Deputada Adriana Ventura e Kim Katagui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para defender o...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só me esclareça: começa pela oposição ou pelo Governo?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Numa definição em Regimento, Excelência, podemos começar pela defesa do requerimento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Deputada Adriana Ventura.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputada Adriana Ventura, com a palavra por cinco minutos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para encaminhar.) – Obrigada, Presidente.

Na verdade, Presidente, eu quero começar minha fala... Esse requerimento é um requerimento que tem por objetivo a convocação da Sra. Roberta Luchsinger, que todos sabem é aquela amiga de fé, irmã camarada do Lulinha, que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Deputada!

Vou pedir aos assessores e demais o silêncio, por gentileza, para que os Parlamentares possam se manifestar.

Retome o tempo da Deputada, por favor.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada, Presidente.

Então, aqui, o que a gente quer é que a Roberta Luchsinger, que é a lobista amiga do Lulinha, seja convocada. Ela tem muito a explicar. Ela é aquela que recebeu dinheiro do Careca do INSS e, supostamente, passou para o Lulinha. E eu estou falando "supostamente" porque, infelizmente, o nosso Ministro do STF Sr. Flávio Dino, o nosso Ministro ativista, a pedido do PT, blindou a quebra do sigilo dela e da empresa dela, que é a RL Consultoria. Então, a gente não conseguiu comprovar que a empresa dela passou dinheiro para a empresa do Lulinha, que é a LLF Participações. Porque aqui, Presidente, ninguém é ingênuo de achar que a Roberta passou dinheiro para o Lulinha na conta da pessoa física dele – todo mundo ali é bem espertinho. Porque aqui ninguém é ingênuo de achar que a Roberta Luchsinger não faz parte desse esquema criminoso, não só pelas posturas, como também pelas declarações, como também por tudo que a gente ouve na imprensa de ameaça. Então, ninguém é ingênuo de acreditar nessa narrativa ridícula do PT de que, pelas informações que chegaram aqui nessa CPML e depois foram retiradas, o Lulinha não recebeu dinheiro da Roberta, que não recebeu dinheiro do esquema.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente já teve vários debates aqui. Eu acho que a imprensa está fazendo um trabalho maravilhoso de escancarar a verdade para o Brasil inteiro. O Brasil inteiro está vendo essa patacoada, essa mentira, todas essas transferências. Tanto é assim que o Lulinha fugiu para a Espanha, está lá na Espanha, ali, curtindo a Espanha...

Mas, assim, a quebra de sigilo, Presidente, das empresas do Lulinha sequer foi pautada nessa CPMI. E eu fiz, inclusive, requerimentos nesse sentido. Eu estava aguardando a pauta, fiz uma solicitação para a Secretaria. Eu gostaria, sinceramente... Eu sei que tem uma questão do Flávio Dino aí de insegurança, mas as empresas dele estão no esquema também. Então, a gente precisa quebrar o sigilo das empresas dele. Eu tenho quatro requerimentos de quebra de sigilo das empresas do Lulinha, que não foram pautados. E eu faço uma solicitação a V. Exa. de que entre na pauta, por gentileza, Presidente.

E o Lulinha recebeu, pelo menos, 2,3 milhões da empresa dele, que é a LLF Participações. O que essa empresa faz? Ninguém sabe. O que essa empresa tem por objetivo e tal? Ninguém sabe, mas a gente imagina bastante. E saiu no jornal, e todos viram, que nem sede essa empresa tem. Então, é uma empresinha fantasma para fazer rolo e para fazer esquema.

Então, convocar a Roberta Luchsinger é o mínimo – mínimo – que essa CPMI pode fazer.

Ela precisa explicar essa história e, se realmente não tiver nada a ver com isso, ela não tem nada a ver, ela não passou dinheiro para o Lulinha, eu tenho certeza de que até o PT vai apoiar que ela venha aqui. Afinal de contas, ela tem muito a explicar, tem muito de transferência, de mesada de R\$300 mil, e a gente vai ver como será realmente o afinco, a blindagem do PT, do Governo, depois daquele *show* de horror que vimos aqui de pancadaria, em que até meu colega Luiz Lima recebeu um soco aqui.

Então, eu acho que é importante hoje a gente ver quem blindar quem e o quê. A gente quer convocar a Sra. Roberta Luchsinger para tirar a prova. E, se ela não tiver nada a ver com isso, não tem mesada, não tem 300 mil, ela fala e ela prova.

Então, vocês que estão assistindo a esta CPMI reparem nos Parlamentares que irão votar para blindar Roberta Luchsinger/melhor amiga do Lulinha. A Roberta e o Lulinha estão na mesma história, essa história em que o único – único – perdedor é o povo brasileiro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra, para defender, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Veja bem, o segredo do Lulinha foi quebrado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quase que eu o chamo de Marcel van Hattem aqui, desculpe.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Nada, Presidente.

O segredo do Lulinha foi quebrado e isso posteriormente a ele próprio dizer que não havia necessidade e que ele mesmo entregaria o seu sigilo fiscal, que, posteriormente, foi vazado. Segundo consta, a própria Globo reconhece que o vazamento se deu através de fontes da Polícia Federal; não foi da CPMI, porque aqui nós não temos o sigilo. E o que se encontrou no sigilo de Lulinha? Absolutamente nada que tivesse relação com a CPMI e absolutamente nada de errado. Nada em relação ao Careca do INSS, nada em relação ao Zettel, nada em relação ao Vorcaro. Não tinha absolutamente nada no sigilo quebrado e vazado do Lulinha. Portanto, isso serviu apenas de cortina de fumaça para que o bloco bolsonarista não quisesse fazer as investigações sérias do que aconteceu no banco "bolsomáster", que é o master dos bolsonaristas, é o banco dos bolsonaristas. Portanto, o Lulinha não tem nada a ver com esse assunto. E também a Roberta não tem nada a ver com o assunto do INSS, é outra cortina de fumaça. É por isso que nós estamos votando contra, para que a CPMI, Presidente, tenha um rumo real de investigação e não fictício, não de cortina de fumaça.

Eu vou dar algumas pistas que nós precisávamos investigar e que estão sendo blindadas. Por exemplo, Pastor Zettel: nós vimos agora que se intensificou a relação de Zettel com o Vorcaro, do ponto de vista de ele ser o financiador, ou melhor, a pessoa que fazia tudo economicamente em nome do próprio Vorcaro. Para o Zettel, nós não votamos nenhuma vez a quebra de sigilo. Estava para quinta-feira passada, e a reunião, pela doença que adquiriu naquele dia – o mal-estar – do Deputado Alfredo Gaspar, foi... Sim, porque o Deputado Alfredo Gaspar teve um mal-estar, ela foi desmarcada, e nós não votamos e não veio à votação novamente. Então, se há alguma





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

blindagem, essa blindagem diz respeito a Zettel, e ele está bem encrencado. Fiz um levantamento sobre a Igreja da Lagoinha, que ele construiu, parece que foi dinheiro dele, portanto, dinheiro do Master lá na Igreja Belvedere, Lagoinha Belvedere, e é impressionante. É muito dinheiro. Nós precisamos saber... Ninguém tem interesse em saber que lavagem de dinheiro foi feita e se foi... Então o Zettel está sendo blindado. Nenhuma vez aqui foi aprovado um requerimento para quebra do seu sigilo e eu não vi os bolsonaristas reclamarem, pelo contrário, ficam caladinhos.

ACM Neto agora, 3,6 milhões que ele deu – agora, ACM Neto, outro bolsonarista –, 3,6 milhões, Pimenta, que o ACM Neto conseguiu dizer que prestando assessoria, consultoria, 3,6 milhões. Tem até um requerimento do Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... Ribeiro Neto, convocando o ACM Neto e vendo a quebra de sigilo dessa empresa dele.

Outro que está sendo blindado: Deputado Nikolas. Ganhou um avião para fazer a campanha do segundo turno, um avião emprestado, do Vorcaro, para fazer a campanha do segundo turno, todo mundo viu isso. E depois andou com o André Valadão também neste avião. Por que nós não vamos fiscalizar o porquê e como esse dinheiro chegou para o Nikolas fazer essa viagem? Quem quiser mais, tem o Ibaneis, o filho agora, 10 milhões, que também conseguiu adquirir uma casa nesse valor, tudo pelo Banco Master. Olha, todos os bolsonaristas.

E nós temos ainda, importante...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Com certeza, o Ibaneis é bolsonarista.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, por gentileza, só um instantinho, nós vamos ouvir o Parlamentar, por favor. Mais um minuto para o Deputado Rogério Correia, por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Obrigado, Presidente. Estou falando com calma, mas estou botando fatos, o Ibaneis fez campanha para o Bolsonaro, assim como fez campanha para o Bolsonaro também o Zettel, que eu esqueci de dizer. Deu 5 milhões, 3 milhões





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

na conta do Bolsonaro, segundo falou o próprio Presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e 2 milhões para o Tarcísio de Freitas, também bolsonarista.

Então, veja bem, o Banco Master é um banco bolsonarista, é um banco dos bolsonaristas, é o "bolsomáster", é isso que nós precisamos investigar, e a cortina de fumaça é o Lulinha, o irmão do Lula, o filho do Lula. Aliás, o filho do Lula teve um iPad dele uma vez que foi tomado, até hoje eu não sei se devolveram. Tudo perseguição, isso não deve ser considerado numa CPMI, por isso a gente vota contra, para não ter cortina de fumaça.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado, Excelência.

Para defender o requerimento do Deputado Marcel van Hattem... Kim Kataguiri? Perfeitamente, com a palavra o Deputado Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (MISSÃO - SP. Para encaminhar.) – Presidente, primeiro falar rapidamente que nós aprovamos agora a convocação da Martha Graeff, e eu fico feliz com isso, um requerimento de minha autoria...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E do Sr. Zettel também.

O SR. KIM KATAGUIRI (MISSÃO - SP) – ... que provou o vínculo do Vercaro com o Alexandre de Moraes, inclusive passando férias juntos ali, em Campos do Jordão, e também revelando para a gente que Vercaro foi muito bem atendido pelo Presidente Lula, e que o Presidente Lula convocou o Ministro de Minas e Energia para atender o Vercaro, que tem negócios nesse setor, e chamou o Presidente do Banco Central também para atender o Vercaro.

Dito isso, a Polícia Federal diz que a Roberta é do núcleo político do roubo do INSS. O PT e a base do Governo dizem que querem investigar todo mundo que está envolvido. Bom, e aí? Ela está envolvida, segundo a Polícia Federal. O Diretor-Geral da Polícia Federal foi indicado por vocês. A Polícia Federal está mentindo? É incompetente? É negligente? Qual é a evidência que vocês têm de que a Roberta não tem nenhum vínculo? Se vocês querem investigar todo mundo, e se a Roberta, como o Deputado do PT disse, não tem vínculo com o Lulinha, por que não vamos chamar a Roberta? Em nenhum momento foi dito isso. Em nenhum momento alguém justificou aqui, da base do Governo, falou sobre o requerimento, e disse por que não devemos chamar a Roberta. Falaram: "Ó, não tem nada a ver com o Lulinha, não tem a ver com a investigação". Tem





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a ver com a investigação. Ela já foi apontada pela Polícia Federal como parte do núcleo político. Então, por que não chamar?

"Ah, por que não chama o Zettel, não chama Lagoinha?". Eu voto qualquer coisa: chamar o Zettel, quebrar sigilo de Zettel. Eu voto qualquer coisa: chamar Lagoinha, quebrar sigilo de Lagoinha. Agora, eu quero saber se votam o do Lulinha. Eu voto o do Lulinha, do Zettel, da Lagoinha, de quem vocês quiserem, de qualquer lado. Tenho problema nenhum. Eu voto até para me convocar e quebrar o meu sigilo, se vocês quiserem. Aí vocês votam do Lulinha? *(Pausa.)*

Não votam, né? Então, assim, a gente está sabendo aqui quem está blindando quem. Ela recebeu R\$1 milhão de uma empresa de fachada para prestar uma consultoria para uma empresa que a própria consultoria dela diz que não é do ramo dela – R\$1 milhão –, e aí vocês vão falar que não tem nada a ver? Que não tem elo com o Careca, que não tem elo com roubo do INSS?

Outro ponto: as quebras feitas pela Polícia Federal mostram que o Lulinha recebeu R\$300 mil do Careca por meio da Roberta. Aí vocês vão falar o quê? Que é mentira? Que não tem? Vocês vão desmentir a Polícia Federal? Cadê a... Onde vocês estão desmentindo isso? Qual que é a prova que vocês têm? Traz para a gente! Ué! Traz para a gente!

Mais um ponto: consta também em investigações da Polícia Federal que foi ela que apresentou o Lulinha para o Careca do INSS. E mais um ponto: o Careca do INSS esteve várias vezes com o Lulinha. A Roberta esteve várias vezes com o Lulinha, é apontada como... E aqui vou colocar aspas nos "300 mil" porque eu estou vendo que a base do Governo está mobilizando a assessoria para montar um discurso para defender. Nas mensagens do Careca para Roberta, ele diz que os R\$300 mil são para o "filho do rapaz", são para o "filho do homem". Evidentemente, trata-se do Presidente da República. Então, assim, ela esteve... "Não tem nada a ver com o Lulinha!". Há provas, há provas: há os registros dos voos – e aqui eu desafio alguém a me desmentir –, há os registros... Aí vocês precisam me provar quem está fraudando isso, é a Anac? Quem é que está envolvido nesse esquema? Nessa grande montagem para a gente tentar fingir que o Lulinha está envolvido, nessa grande maquinação?

A gente está... Olha, eu não sabia que eu era tão poderoso, não. Eu não sabia que eu conseguia influenciar a Polícia Federal para falar que o Lulinha tem relação; eu não sabia que eu conseguiria influenciar a Anac para dizer que o Lulinha voou seis vezes com a Roberta Luchsinger.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, eu estou impressionado com meu próprio poder. Eu não sei como eu não tenho maioria no Congresso e não sou Presidente da República, porque olha a maquinação que eu consegui fazer para tentar pegar o Lulinha!

Então, vamos lá, repetindo: a Polícia... Não sou eu, a Polícia Federal diz que ela é do núcleo político; a Polícia Federal diz que ela recebeu R\$1 milhão de uma empresa de fachada; a Polícia Federal diz que ela apresentou o Lulinha para o Careca. E aí não querem chamar por quê? A base do Governo não diz que tem que investigar e que quer ir até o final em todo mundo que está envolvido?

Repito: eu voto Zettel, para quebrar o sigilo dele, para convocar; eu voto para quebrar o sigilo e chamar a Lagoinha; eu voto quem vocês quiserem: eu, Bolsonaro, quem vocês quiserem. Voto quebra, voto para chamar, não tem problema.

Vocês votam o do Lulinha? Não votam. Quando votam do Lulinha, vocês vão sair para a pancadaria.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Líder Pimenta. (*Pausa.*)

Deputado Alencar Santana com a palavra.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para encaminhar.) – Eu estou achando que os Deputados e Senadores bolsonaristas aqui desta Comissão pararam de ler a *Veja*, porque saiu até na matéria da *Veja*: "Relatório da PF sugere que a amiga de Lulinha não tem conexão com as fraudes do INSS".

E já votamos esse requerimento em mais uma oportunidade e ele foi rejeitado. E novamente se insiste, em uma tentativa, como diz nosso Deputado Rogério, de se criar uma cortina de fumaça e não votar e deliberar sobre outros requerimentos – outros requerimentos –, por exemplo, da Sra. Letícia.

Quem é a Letícia e o que ela tem a ver com o INSS? A Letícia é sócia do Senador Flávio Bolsonaro – vou repetir, Flávio Bolsonaro – e administradora do seu escritório; a Sra. Letícia é irmã





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Sr. Alexandre, e o Sr. Alexandre é sócio do Careca. Olha, tem uma coisa mais conexa do que essa? Não. Mas por que não se delibera a convocação da Sra. Letícia? Qual a razão? Qual o medo? Por que não se quebra nenhum sigilo e não se convoca? Não dá para entender.

O Sr. Zettel, sócio do Vorcara, Pastor da Lagoinha, que doou para algumas figuras políticas de Minas Gerais, através do seu Banco Clava Forte, utilizando outras empresas, até familiares, está, desde o ano passado, para ser convocado. Essa que nós estamos agora – Sra. Roberta – deliberando sobre ela, já se deliberou mais de uma vez. E o Zettel, nenhuma. Como assim? Blindagem? A quem? E quem está blindando? Nós temos que entender. É importante as pessoas que estão nos assistindo compreenderem isso, porque aqui alguns falam uma coisa, jogam uma fumaça para tentar desviar, mas, a fundo, não querem enxergar a verdade. Importante ter isso muito claro.

Ora, se o sócio do Careca é irmão da sócia do Flávio – suspeita-se que o escritório também administrado pela Letícia usou-se também para lavagem de dinheiro, lembrando que ele comprou uma mansão de 6 milhões, mesmo sem renda –, por que não se quebra o sigilo dele? "Não, aí não pode pôr. Não, não sei o que lá. Aí não dá". Então, alguém está blindando e muito, e não somos nós, da base do Governo, que fazemos a pauta. Nós temos requerimentos para serem deliberados, mas eles não são pautados. Aí é importante que alguns façam essa interrogação para saber quem, de fato, está blindando e quem está blindando.

Eu quero lamentar a decisão do Ministro André Mendonça, Relator do caso do INSS no STF e também do Banco Master, que já tinha impedido que o Sr. Vorcara viesse tempos atrás. Agora ele impede que o seu sócio venha. Na sessão que nós teríamos ontem, o Sr. Augusto Lima ia ser ouvido, teria muito a dizer, mas, infelizmente, foi blindado por uma decisão, dizendo que ele não precisava vir. Eu não vi aqui os choros estridentes de alguns, "que o STF está blindando e tal". Cadê? Cadê os choros, os gritos de alguns aqui nesse sentido? "Não, mas não pode. O André Mendonça é nosso, é legal, ele é bacana. Não dá para fazer isso". É, mais ou menos, aí o que está acontecendo. Então, é importante as pessoas saberem.

Peguem aí, senhoras e senhores que nos acompanham toda segunda e quinta nesta CPMI. Ontem ia ter uma sessão, na quarta-feira, ia ser ouvido o Augusto Lima, sócio do dono do Master, mas, por uma decisão judicial do Sr. André Mendonça, ele não compareceu. Eu queria, senhoras





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e senhores – eu coloquei um vídeo na minha rede e peço a quem puder acompanhar –, perguntar para a Sra. Leila, da Crefisa, se ela viesse hoje, em que ano ela fez o contrato com o INSS que permitiu que ela fizesse empréstimo consignado. Ela ia falar: "2020", que foi o ano que ela fez. Isso é documento, é contrato.

Eu queria perguntar para o representante do C6, se hoje ele viesse: em que ano ele assinou, foi autorizado a fazer consignado para os aposentados? Ele ia responder: "2021". Bom, nós estamos em 2006; o Presidente Lula começou em 2023; então, 2020 e 2021, se eu não estiver equivocado, é o Governo Bolsonaro. Olha só: ela ia responder 2020, e ele ia responder 2021. Portanto é inegável, inequívoco: essa roubalheira começou por conviência, participação, parceria e por políticos gestores do Governo Bolsonaro desde 2019.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estão encerradas as falas.

Determino à Secretaria que abra o painel.

Os que aprovam a manutenção do requerimento votam "sim", os que aprovam a derrubada do requerimento votam "não".

Eu vou repetir...

(Procede-se à votação.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para orientar a bancada.) – "Não", né?

Oriento o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para orientar a bancada.) – A Oposição orienta o voto "sim".

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Oriento o voto "não".

Já abriu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, abriu já.

Abri a votação. Já abri.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas vai ser nominal?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas não apareceu aqui.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

A votação está aberta, senhores.

Quem aprova vota "sim"; pela derrubada, vota "não". *(Pausa.)*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Só um minutinho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estamos aguardando, Excelência. *(Pausa.)*

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Quem está chamando? *(Pausa.)*

Ah, pois não, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Só fazer uma colaboração, enquanto as pessoas estão votando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. Pela ordem.) – Parece que o fundador desse Banco Master foi Jair Bolsonaro, e eu gostaria de elencar as pessoas que cooperaram com ele nisso: Jaques Wagner, Guido Mantega...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou encerrar a votação, Excelência.

Daqui a pouquinho, eu vou dar a palavra a todos os Parlamentares por cinco minutos, perfeito?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Era só enquanto o pessoal estava votando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

É porque aí nós vamos...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu vou dar os nomes dos personagens ligados a Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Posso encerrar, Excelência?

Só um instantinho.

Eu daria a palavra para cada Parlamentar, por cinco minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Posso encerrar a votação?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Espere aí, calma.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS. *Fora do microfone.*) – Calma, Presidente, senão, depois, eles vão te agredir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, isso é águas passadas.

Eu vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria que publique o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O requerimento está rejeitado.

Votaram SIM 12; NÃO, 16.

Votação em destaque dos itens 9, 10 e 11.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 2885/2025

Requer a convocação da Senhora Danielle Miranda Fonteles, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 2928/2026

Requer a convocação da Senhora DANIELLE MIRANDA FONTELES, publicitária, para prestar depoimento, como testemunha.

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

1ª PARTE

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 2952/2026

Requer a convocação da Senhora Danielle Miranda Fonteles, Publicitária, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

Para defender a retirada, vamos abrir...

Líder Pimenta. (Pausa.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A palavra é com quem, Excelência?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Cinco minutos, Líder Pimenta.

Itens 9, 10 e 11.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... o requerimento da Sra. Danielle Miranda Fonteles é um requerimento que, na realidade, retorna à pauta, requerimento que já foi...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor. Por gentileza, vou pedir para ouvirmos o Parlamentar. Por favor.

Retomado o tempo do Líder Pimenta, por gentileza.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É um requerimento, Sr. Presidente, que volta à pauta, e já foi, Presidente, suficientemente explicado que não há nenhuma relação com o objeto desta CPI, não tem absolutamente nenhuma relação com descontos associativos ou com o INSS. Portanto, é mais uma tentativa da oposição para criar um fato político e desviar o foco da investigação.

Quero aqui aproveitar esse tempo para dar ciência a duas questões que me parecem muito importantes – estas, sim, para a investigação e também para o Brasil. Nós aprovamos hoje a convocação do Fabiano Zettel. Quem é o Fabiano Zettel? É o cunhado do Vercaro, é a pessoa que fez a maior contribuição individual na última eleição. E para quem ele fez a contribuição, Sr. Presidente? Jair Bolsonaro e Tarcísio de Freitas. O cunhado do Vercaro foi a pessoa que, na eleição do Brasil, fez as maiores contribuições individuais para o Bolsonaro e para o Tarcísio.

Além disso, Zettel é o Presidente do Clava Forte Bank, uma *fintech* criada, ligada à Igreja Lagoinha. E por que tem relação com esta investigação? Porque o Sr. Felipe Macedo Gomes, da Amar Brasil, um dos "golden boys" que roubou milhões de reais dos aposentados e aposentadas,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi quem pagou o *réveillon* no Estádio do Palmeiras, pagou com o dinheiro roubado dos aposentados e aposentadas o *réveillon* do Fabiano Zettel, do Pastor André Valadão... Uma festa enorme, um *réveillon* enorme, todo pago, de 24 para 25, por quem? Pelo Fabiano... Felipe Macedo Gomes, com o dinheiro roubado dos aposentados e aposentadas.

E, mais do que isso, quem fez campanha no segundo turno da eleição presidencial com o avião do Vorcaro? Quem viabilizou com o Zettel um jato de alto luxo? E nós sabemos que um jato como esse custa muito dinheiro. Para qual campanha, senhoras e senhores... Senhoras e senhores aqui da oposição bolsonarista, para quem foi feita campanha na eleição presidencial com o jato do Vorcaro?

Vamos para o Bolsonaro, Sr. Presidente. O Deputado Nikolas percorreu o Brasil... Zettel encheu a conta do Bolsonaro de dinheiro roubado dos aposentados e aposentadas e ainda emprestou o jato para o Nikolas percorrer o Brasil pedindo voto para o Bolsonaro. Encheu a conta da campanha do Tarcísio de dinheiro roubado dos aposentados e aposentadas, para que depois o Tarcísio entregasse para eles a Sabesp...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... as empresas de saneamento e água do Estado de São Paulo. Esse Fabiano Zettel é o cara que enriqueceu da noite para o dia.

Eu sei que neste país tem muitos pastores e pastoras que merecem todo o nosso respeito e que merecem ser homenageados e reconhecidos, mas nós não podemos permitir que figuras como essa envergonhem, se utilizando, como falsos profetas, falsos pastores que enriqueceram roubando dinheiro do povo brasileiro, que enriqueceram dando golpes no Brasil como esse "bolsomáster"... E eu quero ver, Sr. Presidente, esse Fabiano Zettel sentado aí nos próximos dias. Espero que o André Mendonça permita que ele venha aqui, porque essa figura tem muito a esclarecer, e nós queremos ter oportunidade de ouvir essa figura nefasta aqui nesta CPI, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra a Deputada Bia Kicis, para defender o requerimento.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para encaminhar.) – Pois não, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para confirmar, o requerimento do Zettel foi aprovado hoje sem destaque?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, Excelência, foi aprovado.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Foi aprovado. Então, repetindo, o documento de convocação do Zettel foi aprovado hoje sem qualquer destaque pela oposição, que não está fazendo o menor esforço aqui para blindar quem quer que seja. É isso, Presidente? Só para confirmar, foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente, Excelência.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Então, que bom, porque, com certeza também, o documento da Danielle e o da Roberta haviam sido aprovados naquela sessão em que foi implementado aquele esquema "pimenta" da votação em globo, que o PT insistiu em fazer, em que nós tentamos fazer a votação individual, e eles não aceitaram. E aí, quando nós ganhamos, primeiro, eles correram para a mesa, para cima de V. Exa., em total desrespeito, e aí virou uma confusão, pancadaria, que o PT fez, porque quebramos ali também, além da convocação, de aprovar a convocação da Roberta, que eles acabaram de derrubar, de blindar, da Danielle, que eles vão querer blindar agora, de novo, aprovamos a quebra do sigilo do Lulinha. E hoje eles estão conseguindo essa votação em separado, porque, vergonhosamente, desrespeitaram o resultado da votação com a estratégia "pimenta", que falhou aqui vergonhosamente, e aí correram para o Presidente do Senado, o Presidente do Congresso, que manteve a nossa votação, que deixou muito claro que V. Exa. e todos nós seguimos o Regimento. E aí, perdendo de novo, correram para o tapetão, correram para o Ministro Flávio Dino, para conseguir – aí, sim – uma decisão no tapetão, uma decisão ilegal, inconstitucional, antirregimental, imoral, de blindagem dessas pessoas que roubaram, sim, os aposentados. E, como eles todos, inclusive o Lulinha, que ficou mais do que comprovado aí que viajou com o Careca para Portugal e de quem tem essas notícias que a PF traz de que ele recebia 300 mil mensais, mesadinha que pingava todo mês, do dinheiro suadinho dos aposentados, que ficam sem dinheiro para comprar remédio.

E aí está essa Danielle aqui também, que eles mais uma vez estão querendo blindar. Eles, sim, estão destacando aqueles que eles querem blindar. A gente não destacou ninguém, minha gente. A gente quer que investigue todo mundo, até aqueles que eles ficam dizendo que são bolsonaristas, e que nunca foram. Eles ficam insistindo... E eles blindam os deles, e a gente não blindar ninguém, porque a gente não... Sabe por quê? Porque a gente não tem medo. Primeiro,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a gente não tem medo da verdade. Segundo, porque a gente não tem medo das investigações, porque a gente acredita que a verdade virá com a investigação. Sem investigação não vai ter verdade. Então, vamos votar tudo. Por que vocês foram dizer que queriam votar separado? Está muito claro o porquê: para blindar os de vocês. E nós não estamos blindando ninguém. Então, dá licença.

Essa Danielle mesmo, que vocês vão fazer tudo para blindar aqui, a Polícia Federal disse que estava envolvida em esquemas fortíssimos, até fora do Brasil. Envolvida não é em questões financeiras pontuais, não: em desvios bilionários. Tudo ligado ao Careca do INSS, tudo ligado ao Lulinha... É tudo a mesma patotinha. Ela era marqueteira, sempre foi marqueteira do PT, da Dilma, braço do PT. E é por isso que eles ficam fazendo de tudo para blindar.

Eu não vou dizer que eles estejam...

(Soa a campainha.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... desesperados aqui, porque eles sabem que aqui eles têm maioria, porque o Governo se armou. E o único objetivo do Governo aqui é blindar os seus comparsas, os seus bandidinhos de estimação, aqueles que o povo está vendo, que a Polícia Federal está mostrando e que nós, nesta CPMI, estamos lutando arduamente, Sr. Relator, para mostrar, para trazer a realidade. E eles estão aqui simplesmente trabalhando com as suas armas inconstitucionais e ilegais de blindagem, correndo para o tapetão e impedindo que esta CPMI funcione. É o que vocês querem: impedir, mas nós estamos aqui e ela vai chegar a um resultado, graças ao trabalho hercúleo desse Presidente, desse Relator e de todos nós que estamos aqui lutando, brigando pela verdade. Não vamos nos calar.

Então, essa Danielle tem que vir aqui, sim, e se explicar. E por que vocês têm medo? Explica aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Líder Pimenta, quem faz a segunda fala para defender a retirada do requerimento? *(Pausa.)*

Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para encaminhar.) – Quero começar lembrando, já que conseguimos depois de meses que apresentamos a convocação... Inclusive, um deles, de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha autoria, o do Zettel, desde o ano passado, só foi pautado hoje, depois da prisão dele, do sócio do Master.

Quem sabe ele não seja convocado já para semana que vem. Afinal de contas, dá tempo, dá tempo de a gente convocá-lo ainda no mês de março. Não adianta aprovar, como nós aprovamos alguns, e o cara... Ninguém chamar: "Não, não vamos chamar não, fingir que não vem, marcar uma data. ah, ele não pode hoje, pode amanhã". E quem sabe, já que nós vamos ter segunda, quarta e quinta, com certeza, nós teremos audiências suficientes para que o Sr. Zettel venha aqui dizer a relação dele com Lagoinha, por que ele doou 5 milhões para o Tarcísio e para o Bolsonaro; por que o Nikolas usou o avião na campanha, de 2002, para o Bolsonaro em caixa 2; por que ele ajudou empresas familiares de Minas Gerais; e tantas outras coisas. Dá tempo. Eu tenho certeza de que irão ali fazer inúmeras perguntas a ele em torno da verdade.

E, repito, nós estamos votando, perdendo tempo, novamente um requerimento que já foi rejeitado, neste aqui agora da Sra. Daniela, que alguns insistem em perder nesse sentido, mesmo sabendo que é só para tumultuar.

Eu queria que colocasse um documento ali, por favor.

Para os desentendidos, ou que assim se fazem de desentendidos.

Dá para aumentar a imagem ali, tirar aquele negócio do lado dos nomes?

Ah, obrigado. Aí fica melhor para ler, porque eu uso óculos, eu enxergo mal, então eu queria ler também no painel.

Lá está, de 2019, Banco Máxima. Assuntos: ingresso de Augusto Ferreira Lima...

Não, tem uma anterior ainda a essa, tem uma anterior.

Lá, 2000, assunto – não, tem uma. Lá, essa mesmo –, assunto: transferência de controle societário do Banco Máxima e de sua controladora Máxima S.A. Corretora de Câmbio – e tal – para Daniel Bueno Vorcara. Olha a data lá embaixo, 14/10 de? De 2019, Presidente do Banco Central, o sumido Campos Neto; Governo do? Presidente Bolsonaro. Vou ler de novo, 14/10 de 2019, Campos Neto, Presidente do Banco Central – que não se coloca o requerimento à votação para a convocação dele –, Presidente: o presidiário Bolsonaro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra página, por favor.

Aí, o sócio Augusto Lima – que não veio ontem, porque o Ministro André Mendonça deu uma decisão favorável a ele –, assuntos: ingresso de Augusto Ferreira Lima como detentor de participação, qualidade e alteração do capital social: de 80 milhões para 180 milhões. Quando? Em 18/10 de 2019 – repito, 18 de outubro de 2019 –, Presidente do Banco Central, o sumido, calado, Campos Neto – o incompetente – e o Presidente presidiário Bolsonaro.

Mais uma, por favor. Isso aí não dá para ler de longe, não. Dá para chegar mais perto?

Está aí. Não está em laranja a parte que tem destaque, mas está lá na segunda linha: termo aditivo de acordo com operação técnica; partes: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Banco Master; objeto: alteração da denominação social de endereço de acordo, firmado em 18/9 de 2020, para operacionalização do disposto no art. 6º da lei tal, com redação para...

(Soa a campanha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... visando à realização de consignações de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tinha contraído empréstimo pessoal e operação com cartão de crédito; data da assinatura: 27/12 de 2021, sendo que em 2020 já estava feito o acordo com o INSS.

Senhoras e senhores, isso é matemática, isso é história, é dado oficial, público. Em 2020 e 2021, para os desentendidos, volto a informar, o Presidente era aquele que está preso hoje na Papuda – à época era Presidente, hoje é presidiário lá na Papuda –, o Sr. Bolsonaro. Alguém tem dúvida? Alguém tem dúvida de onde começou o Banco Master? De quando o Daniel Vorcaro assumiu a Presidência? De quando ele assinou o direito de fazer desconto aos aposentados, para roubar os aposentados? Tudo isso na gestão anterior, do Sr. Bolsonaro. É por isso que ele doou dinheiro para a campanha, por isso que deu aviãozinho, por isso que tem um monte de gente enrolada, como o Ibaneis e o Nikolas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Eu, Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Deputado Mauricio Marcon, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Mauricio Marcon.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS. Pela ordem.) – Presidente, primeiramente, bom dia, não consegui cumprimentá-lo ali.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bom dia, Excelência.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Depois dessa mega-apresentação do colega petista, chega a informação – pasmem, colegas – de que o advogado de Lula pessoal acaba de barrar a CPMI do Banco Master. Vejam vocês que Zanin, que trabalhou para Lula e foi indicado ao Supremo Tribunal Federal, acaba de barrar a CPI do Banco Master. Alguém que tem dois neurônios em casa e está nos acompanhando acha...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – ... que, se Jair Bolsonaro tivesse qualquer coisa a ver com Daniel Vercaro, o advogado de Lula barraria a CPI mais? Vocês acham que eles teriam feito todo o esforço do mundo para que essa CPI não saísse? Tem que ser muito, mas muito limitado intelectualmente para não perceber que Daniel Vercaro tem provas do envolvimento de Lula – de Lula – no esquema de corrupção bilionário. Caso contrário, meus amigos, esta CPI já teria sido aberta. O PT, que tem maioria nas duas Casas, colocaria o Presidente e o Relator e escrutinaria todos os movimentos feitos pelo Presidente mais honesto deste país, que está preso por ser honesto. Preso por Dias Toffoli, preso por Alexandre de Moraes, preso pela patota que o PT colocou no Supremo Tribunal Federal para perseguir gente honesta.

Então lavem a boca antes de falar de Bolsonaro, antes de inventar dados! Ficam aí falando do Nikolas... A própria empresa já se manifestou dizendo que não é sócio do avião Daniel Vercaro. Se não sabem ler, aprendam a interpretar notas da empresa e documentos. Parem de criar fatos fictícios!

O irmão do Lula, Presidente – falaram que a gente não lê a *Veja*, quem não lê são eles –, o irmão do Lula, cuja convocação barraram aqui... Me corrija, Relator, se eu estou mentindo. Anteontem, a Justiça bloqueou R\$0,5 bilhão – R\$0,5 bilhão – do sindicato do irmão do Presidente da República. Vocês querem fazer as pessoas de idiota, querendo dizer que o Bolsonaro criou um





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

esquema para o irmão do Lula roubar dinheiro? Qual que é o nível que vocês acham que as pessoas de casa têm? Vocês acham que são tão idiotas?

Agora, colegas, acabaram de bloquear a convocação da laranja do Lulinha. Inclusive, saiu na *Veja* uma mensagem dela, dizendo: "Eu não cairei sozinha". Por algum milagre de Deus, horas depois, Flávio Dino, indicado por Lula, faz o quê? Numa decisão, Presidente, nunca vista na história da República brasileira, barra pelo motivo de nós a termos convocado em bloco, como se Dino não tivesse sido Deputado, Senador e aprovado milhares de vezes requerimentos em bloco. Então, assim, debochar da inteligência das pessoas? Vocês já passaram da conta. Essa Danielle – me corrija, Presidente – está de tornozela; tem uma decisão de que ela está de tornozela, operadora internacional do esquema de corrupção chefiado pelo PT! Nem vamos falar do Lulinha.

Disseram que não encontraram nada: "Não, claro que não!". O Jaques Wagner, inclusive, foi à TV e disse: "Conheço o Lulinha, vida modesta". Abre, abre o extrato de uma das contas! Movimentou 19 milhões, Líder, 19 milhões! Eu não sei que vida modesta é essa em que a pessoa movimenta 19 milhões. Eu queria ter uma vida modesta dessa aqui; deve ser muito bom. Então, assim, o cara recebia 300 paus por mês de dinheiro de gente acamada. E vocês vêm com essa vergonha de querer defender ladrão? Olha, Presidente, na realidade, nós deveríamos receber insalubridade de tanta bobagem que a gente escuta vinda do Governo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Encerradas as falas.

Determino à Secretaria a abertura do painel para o início da votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Como orienta, Líder Pimenta?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para orientar a bancada.) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Como orienta, Deputado Van Hatten?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para orientar a bancada.) – A Oposição orienta "sim", Presidente. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A votação está aberta, senhores.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero aproveitar o momento da votação aberta e lhe perguntar qual é a situação do Ministro Wolney Queiroz, porque ele é o Ministro da Previdência. É óbvio que nós vamos entrar com mandado de segurança para prorrogar a CPMI, mas, de qualquer maneira, ela nessa primeira fase se encerra agora no final do mês. E, até este momento, o Ministro da Previdência do Lula não veio; inclusive, ele desmarcou uma das oitivas que ele daria aqui, convidado.

Então, Sr. Presidente, até para esclarecer aqui, seria possível – uma vez que nós estamos aqui atuando, e muitas vezes não vêm os depoentes – marcar para a semana que vem um dia certo para que venha o Ministro Wolney Queiroz, que está, aliás, todas as vezes em que mostra a foto aqui o Sr. Relator Alfredo Gaspar, naquela foto original, participando daquela reunião com o Careca? Ele poderia vir semana que vem aqui, para dar uma explicação e dar o seu depoimento como convidado, Sr. Presidente, ou vamos ter de convocá-lo, o que entendo que deve ser feito na quinta-feira, se até lá ele não vier?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, já foram feitos três convites: um desmarcado e outros dois ainda não respondidos. Como ele é Ministro – e nós acertamos aqui que todos seriam convidados como autoridades, como faremos com relação, inclusive, aos ex-Presidentes e Presidente do Banco Central –, nós ficamos na dependência de uma resposta definitiva para que, eu espero, com a prorrogação, consigamos marcar uma data efetiva, à qual eu peço até, inclusive, o apoio do Líder Pimenta, para que não seja necessária a convocação do Ministro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Para mim, o Ministro está fugindo, Presidente, é um fujão, porque até agora não veio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... posso perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Com todo o respeito, Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Posso perguntar...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... ele tem que vir.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Posso perguntar a V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Isso é um desrespeito com a V. Exa. Três vezes?!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Quero dizer que concordo que o Ministro venha porque foi convidado, e é importante que venha.

Mas eu perguntaria a V. Exa. sobre um outro convocado que está para fugir de Minas Gerais e abandonar o cargo de Governador. Ele foi convocado, que é o Governador Zema: se V. Exa. já marcou a data do Governador Zema vir explicar por que a financeira Zema ganhou R\$200 milhões para explorar aposentado no segundo turno das eleições de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ele está para sair do Governo do estado, marcou data. E, antes que ele fuja do Estado de Minas Gerais, era importante que ele viesse aqui para fazer o depoimento e explicar para a gente essas condições da Zema Financeira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Por gentileza, Zema e Wolney, que os dois venham, Sr. Presidente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O Zema nós queremos que venha aqui dar um *show* nos PTs, para mostrar o que ele fez, em Minas, de bem para o povo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, senhores.

Nós temos uma jurisprudência do próprio Supremo Tribunal Federal, que me foi encaminhada pela Advocacia do Senado, de que Governadores de estado não podem ser convocados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, isso vale para todos os Governadores. Governadores de estado não podem ser convocados. É uma jurisprudência do Supremo que, infelizmente, não foi até hoje derrubada ou contestada em nenhuma legislação específica sobre o assunto.

Deputada...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu não quero...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas ele poderia... Se ele está tão... Se ele quer tanto vir...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Dá licença, Deputado Rogério Correia! Eu estou falando!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Correia, por gentileza.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, o Zema pode vir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, senhores. Eu vou encerrar a votação.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, é rápido: é só pedir a V. Exa. que convide então.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Dá licença! Eu estou falando!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Só para eu terminar, Presidente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Deputado Rogério Correia, eu estou falando, tenha educação, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É só para convidar.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Aliás, eu sei que você está fazendo sua politicagem aqui, Deputado Rogério Correia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, Deputada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Cuidado que ele bate...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Assim não...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Mas o Governador Zema já se dispôs a vir, inclusive sendo convidado.

Mas, Presidente, eu só quero retomar um ponto para fazer uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – A questão foi combinada, na cortesia, que todos os ministros e ex-ministros seriam convidados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Isso foi no primeiro dia da CPMI. E, por enquanto, só teve enrolação. O senhor me desculpa, porque a gente está tendo muita paciência, mas o que a gente está vendo é que o Ministro Wolney não quer comparecer. Ele está enrolando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Se está enrolando, ele precisa ser convidado. Já tem o requerimento do Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputada, nós vamos...



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu digo que, inclusive, eu estou pedindo para convocar. É que está aparecendo, Presidente, é que a gente está passando a mão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A Presidência se compromete a insistir e a falar pessoalmente com o Ministro, qual posição o Governo...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Se não, o senhor coloca a convocação, porque se não cumprem acordo, se combinam e não cumprem, aí fica difícil.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado, Deputada.

Eu vou encerrar a votação.

A votação está encerrada.

Determino à Secretaria que publique o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os itens 9, 10 e 11 foram rejeitados.

Votaram SIM 11; NÃO, 17.

Votação do destaque do item 20.

1ª PARTE**ITEM 20****REQUERIMENTO Nº 3139/2026**

Requer a convocação do Senhor José Antonio Batista Costa, Presidente da J&F Participações, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

Para...

Deputado Marcel van Hattem, é o Sergio Moro?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Senador Sergio Moro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Sergio Moro com a palavra para defender o requerimento.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Presidente, primeiro, gostaria de cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor! Peço gentileza e silêncio para ouvirmos o Parlamentar.

Reponha o tempo do Senador, por gentileza.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Primeiro, eu quero cumprimentar V. Exa. pela condução dos trabalhos, e também manifestar a minha indignação por esse padrão de comportamento da base do Governo e igualmente, infelizmente, de alguns Ministros do Supremo Tribunal Federal que têm impedido a realização das investigações nesta Casa.

Então, aprovamos aqui a quebra de sigilo fiscal e bancário do Lulinha, e isso foi questionado, foi muito bem resolvido pelo Senador Davi, e, de repente, vem lá a decisão do Ministro Dino, totalmente sem fundamento, para impedir que fosse feita essa votação em bloco, como se o Judiciário não votasse em bloco milhares de processos. Quem conhece cotidiano sabe que isso acontece lá a todo momento.

Agora eu teria talvez uma sugestão a fazer e até, Presidente, submeter a V. Exa.: nós podemos fazer algumas sessões reservadas, porque, por exemplo, a questão da Roberta Luchsinger, que já foi aqui debatida, ela ameaçou de chantagem a base do Governo ou o próprio Lula se ela fosse chamada a depor. Então, talvez haja um receio também da base do Governo de ser exposta aqui; poderíamos pensar em fazer sessões reservadas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é válido também para o próximo aqui requerimento, que é do Presidente da J&F Participações, o José Antonio Batista Costa. Ele está sendo chamado como testemunha; ele não é investigado, mas infelizmente a J&F é vezeira, useira em escândalos e pode ter um receio aqui da base do Governo e do próprio Lula de serem reveladas conexões que possam, eventualmente, prejudicar o Governo.

Mas aqui o requerimento que foi feito, do Relator Alfredo Gaspar, deixa muito claras as razões dessa convocação. Basicamente, a J&F tem a PicPay, existem problemas no consignado, e, do outro lado, existem transações financeiras da J&F com a BGS Gestão e Saúde, do Sr. Danilo Trento, e, na linha de fluxo financeiro, chega-se até a Thaisa Hoffmann Jonasson, que é a esposa do Virgílio Oliveira Filho, diretor... desculpe, Procurador-Geral do INSS ao tempo da fraude, e, portanto, há uma suspeita aqui de que a J&F possa ter beneficiado indevidamente servidores do INSS em troca de autorizações para operar nesse mercado.

Ressalvo, porém, que o próprio José Antonio não necessariamente está envolvido diretamente nesse fluxo financeiro, mas, como testemunha, já que é Presidente da J&F, tem condições de vir aqui e prestar os esclarecimentos sobre esse fluxo financeiro.

Presidente, aqui fica muito claro o comportamento de parte dos membros desta Comissão, que querem investigar; se fala aqui a todo momento do Fabiano Zettel.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por gentileza.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Nós já aprovamos isso. Todos nós temos interesse em ouvi-lo aqui e fazer as indagações. Agora, a grande pergunta é: a base do Governo, esses Deputados do PT que estão tão eloquentes hoje, estão dispostos a fazer o mesmo, a investigar a Roberta Luchsinger, a Daniela Fontenelle, a ouvir, como testemunha – como testemunha –, o Presidente da J&F Participações para esclarecer esse fluxo financeiro?

Acho que é essa a pergunta que tem que ser feita, e, se nós quisermos, sim, honrar os nossos mandatos, temos que levar essa investigação a fundo, independentemente de cores partidárias, porque o cidadão que foi roubado...

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... o aposentado, o pensionista, tem o direito à verdade, e nós temos o compromisso do nosso mandato de cumprir o nosso dever.

É isso, Presidente. Por isso, justifico a aprovação desse Requerimento 3.139, de 2026, para a convocação, como testemunha, do Sr. José Antonio Batista Costa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Sergio Moro.

Pela derrubada do requerimento, Líder Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, mais uma vez, este requerimento, este tema reaparece aqui, e já está suficientemente esclarecido que não existe qualquer tipo de relação com o objeto de investigação desta Comissão. Mais uma tentativa da oposição de criar uma cortina de fumaça para desviar o foco desta Comissão e poder chegar, de fato, aos mandantes desse esquema bilionário de roubo do INSS.

Sr. Presidente, existe uma decisão política que nós tomamos hoje que, do meu ponto de vista, é de grande repercussão e de grande importância para esta Comissão e para o Brasil. Estava na pauta da reunião de hoje a convocação do Sr. Campos Neto, Presidente do Banco Central, figura-chave das relações do Governo Bolsonaro com vários escândalos, entre eles, o "bolsomáster". Todos nós sabemos que Campos Neto tinha, inclusive, entre seus diretores, pessoas que estavam a soldo de Daniel Vercaro. Campos Neto é o braço financeiro, é o operador financeiro do "bolsomáster", uma pessoa de confiança absoluta de Jair Bolsonaro e de Vercaro. Assim como Zettel é o operador político, Campos Neto é o operador financeiro. Pois nós recebemos um pedido da oposição para que nós votássemos no mesmo dia a convocação do Campos Neto e também que nós concordássemos que do Galípolo pudesse ser colocado aqui o requerimento em votação. E nós concordamos, Sr. Presidente. E temos o compromisso do Presidente de que, na próxima sessão, nós vamos votar aqui a convocação do Campos Neto.

Não temos nenhum problema que o Galípolo possa vir aqui para trazer ao Brasil as explicações, porque foi na gestão do Galípolo que o Banco Master recebeu o tratamento que deveria ser, desde o início, dado para o Vercaro e para o Banco Master. Foi liquidado na nossa gestão! Foi a Polícia Federal do Governo do Presidente Lula que desbaratou o esquema do Banco





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Master e do Vercaro! É para isso que vai vir aqui o Galípolo, para falar como é que nós desbaratamos o esquema.

Agora, o Campos Neto vai vir aqui para prestar depoimento. O Campos Neto deveria estar na cadeia, Sr. Presidente! Ele é o principal responsável pela blindagem que permitiu que um pequeno banco chamado Banco Máxima se tornasse o Banco Master. Campos Neto junto com Bolsonaro são figuras-chaves para que a gente possa compreender o "bolsomáster". Sr. Presidente, ele tinha dentro do Banco Central, na área de fiscalização do Banco Central, diretores indicados pelo Governo Bolsonaro que trabalhavam para o Vercaro e para o Banco Master. A presença do Campos Neto aqui sentado para depor é um momento muito importante do trabalho desta Comissão.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Esta é uma pessoa-chave para que a gente possa compreender todo o esquema. Inclusive, nós vamos encontrar também conexões com o Zettel, vamos encontrar conexões com o consignado e vamos encontrar conexões, inclusive, com a questão do desconto associativo do INSS.

Então, a grande informação política desta Comissão, hoje, para o Brasil é que na quinta-feira, na próxima sessão deliberativa, nós vamos aprovar a convocação do Sr. Campos Neto, ex-Presidente do Banco Central, foi ele o criador do Banco Master, foi ele o criador do "bolsomáster", junto com o Vercaro e com o Jair Bolsonaro.

Então, nós concordamos e vamos incluir na pauta e vamos aprovar na próxima quinta-feira e vamos ver Campos Neto sentado para depor nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para defender o requerimento...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, vamos pedir para o autor do requerimento, o Deputado Alfredo Gaspar, fazer a defesa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu fico estarelecido quando ocorre blindagem. Para mim, pouco importa se é de direita ou se é de esquerda. Para mim, é uma vergonha, é um desrespeito com o povo brasileiro. Há muita mentira nesta Comissão... Uma pena!

Mas eu quero dizer:

Roberta Luchsinger vai ser presa, pegou dinheiro de aposentado e pensionista. Pode blindar!

Daniela Fonteles, milhões de reais, mais de R\$10 milhões, esquema pesado com o Careca do INSS: blindaram. Qual é o problema? André Mendonça vai prender tudinho, porque a CPMI, uma parte dela, não deixa a gente aqui buscar prisão.

Terceiro, eita blindagem danada a do sistema financeiro, eu nunca vi tanto empregado do sistema financeiro como na CPMI. Isso é uma vergonha!

Olha só, um dos homens mais ricos do Brasil, eu estou fazendo o requerimento aqui para ele vir aqui. É por que ele é um dos mais ricos do Brasil, banqueiro? Não. É porque a J&F conseguiu, no atual Governo, um programazinho do INSS para roubar dinheiro de aposentado e pensionista. E esse elemento que conduziu... Se lembra? O Danilo Trento, do aeroporto, conduzido por um policial federal, recebeu do esquema da J&F R\$36 milhões, no mesmo tempo do programa Mais INSS.

Minha gente, o esquema está posto, quem quer blindar quem? Ele tem que prestar esclarecimento aqui. A J&F corrompeu, mais uma vez, funcionário público. Eu quero ver quem é que vai, mais uma vez, blindar um dos homens mais poderosos do Brasil. Tem tudo para ter metido a mão em dinheiro de aposentado e pensionista. Aí, depois que saiu o corrupto do Alessandro Stefanutto, que criou o programa, que recebeu dinheiro por meio da T5, junto com o Danilo Trento, que, por sua vez, o Danilo Trento, viajou no mesmo dia com Virgílio, no aeroporto, escoltado por um policial federal – é porque tem que resumir –, saiu a normazinha sob medida para o PicPay. Depois, aumentaram o valor de 150 para 450 para aposentado se lascar mais ainda!

Aí, quando Gilberto assumiu o INSS e viu a safadeza, ele mesmo revogou, mas o PicPay já tinha ganhado muito dinheiro disso aí. E aí? Eu vou chamar o Zezinho da esquina? Eu vou chamar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

o dono da venda? Não! Quem tem que estar aqui é o dono do banco para explicar como é que conseguiu um programa sob medida para o PicPay. Ai podem fazer o discurso que quiser. PicPay está envolvido no esquema do INSS. Botem a digital para salvar um dos homens mais poderosos do Brasil. Na minha parte, em vez de pegar milhões de reais para blindar quem quer que seja, eu devo é ao povo brasileiro trazer aqui um requerimento. Botem a digital dizendo que ele não deve vir. Está aqui tudo esquadrinhado: 36 milhões para Danilo Trento, um dos maiores operadores do esquema do INSS, filmado num aeroporto, escoltado pela Polícia Federal pegando jatinho, recebeu dinheiro de vários esquemas do Careca.

E por que é importante trazer aqui o dono da J&F? Porque o dinheiro que pagou Danilo Trento e todo o esquema direcionado ao INSS, todo, saiu da J&F – R\$36 milhões.

Ó, para mim eu estou cumprindo meu papel, quem quiser que faça o que desejar, mas o povo brasileiro está vendo. Está aqui um requerimento de um dos homens mais poderosos do Brasil. Quem quiser, bota a digital para proteger, mas está envolvido o banco dele, o PicPay e a J&F... Seríssimas suspeitas – 36 milhões pagos a um dos que mais recebeu dinheiro do INSS, roubado dos aposentados.

Portanto, Sr. Presidente, STF blinde quem quiser, base ou oposição blinde quem quiser, mas eu tenho a minha consciência. Botem o dedinho, mas os senhores estão blindando um dos maiores esquemas de corrupção. A J&F tem que estar aqui prestando depoimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para encaminhar.) – Não existe blindagem maior do que não quebrar o sigilo de Zettel – não existe blindagem maior –, porque esse era o sócio do Vorcaro. Esse é que estava lá no Banco Master, roubando os aposentados. Portanto, não colocar o Zettel para votar é colocar o dedo, a cara, o rosto e o corpo na blindagem. Infelizmente, a cúpula aqui da CPMI está blindando o Zettel. E ele não entra em votação para que os outros bolsonaristas não tenham que colocar o dedinho na digital. Ora, vamos deixar de fazer sofisma. Quer blindagem maior do que essa que não permite aos outros votarem se deve vir Zettel ou não?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Matéria da Rede Globo hoje: "[...] 99 milhões em transações de Zettel incompatíveis com renda". Em sete meses, 99 milhões. Isso significa 14 milhões por mês que Zettel movimentou. Para onde Zettel mandou esse dinheiro? Só um aperitivo para vocês verem: 1,5 milhão foi para o irmão do ex-Diretor do Banco Central que está de tornozeleira Paulo Sérgio Neves. De quem era esse ex-Diretor e a quem ele era vinculado? Roberto Campos Neto. Quem indicou Roberto Campos Neto? Bolsonaro. A quem Zettel deu dinheiro para campanha? Bolsonaro. Quanto? Três milhões. Como? Na conta direta de Bolsonaro. Ou seja, Zettel e Vorcaro fizeram campanha para Bolsonaro. São bolsonaristas, assim como Roberto Campos Neto. Por isso ele está sendo blindado. E aqui os bolsonaristas ficam fazendo cortina de fumaça com pessoas que não têm a ver com a CPMI. Era a mesma coisa de eu entrar com o requerimento agora para chamar o Queiroz e o Adriano da Nóbrega, aquele matador. Queiroz é o que fez a rachadinha do Flávio Bolsonaro. E chamá-los para cá, porque em 2019 fizeram um acordo, tinha até ministro envolvido, para não apurar a rachadinha do Flávio Bolsonaro, senão o Bolsonaro demitiria o ministro, caso ele fosse para cima do filho dele. Mas eu não fiz requerimento com esse assunto, porque esse é outro assunto, não é o assunto da CPMI.

O assunto da CPMI, pessoal, o principal deles, é o Zettel, mas não é o único, não. Pimenta me lembrava aqui: cadê o Ibaneis, hein? Ibaneis não vai vir aqui, não? O filho dele comprou 10 milhões. A do Flávio foi 6 milhões, né, no BRB? A mansão do Flávio Bolsonaro, no BRB, foi 6 milhões. Do Flavinho, que tem lá o Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, também uma mansão facilitada pelo BRB, junto com a Letícia Caetano, que já foi citada aqui. E Letícia Caetano tem parentesco com o contador do Careca do INSS. O requerimento para quebrar o sigilo da Letícia foi quinta-feira passada – sumiu. O requerimento não voltou mais. E também não voltou o requerimento do Zettel. E a Igreja da Lagoinha, como anda nesse processo todo?

Adriano da Nóbrega morreu, estão me lembrando aqui. É verdade, hein? É um perigo isso. Eu fico até com medo de fazer algumas denúncias, porque milícia não é fácil, não. Mas esse não é o assunto das milícias aqui. Nós devíamos fazer um CPI das milícias também. Deixa para próxima legislatura, nós vamos fazer um CPI da milícia, um CPMI da milícia.

Mas, olha, além de Ibaneis, nós temos também Cláudio Castro. Cadê o Cláudio Castro, que não entra o requerimento? Eu queria ver os bolsonaristas colocarem a digital para chamar Ibaneis e Cláudio Castro, mas eles estão blindados pela cúpula. Por duas pessoas, blindam isso e não





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixam vir para nós votarmos. Aí fica fácil falar em blindagem. Eu queria ver vocês botarem a digital...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Coloquem a digital, coloquem para votar, chamem o Cláudio Castro. Um bilhão que o Cláudio Castro colocou no Master, 1 bilhão que ele colocou no Master, não foi isso? Um bilhão dos aposentados no Rio de Janeiro, servidores públicos. Quer roubo maior que isso? Cláudio Castro, Ibaneis... Ibaneis queria usar o BRB para comprar o banco falido, Master, para salvar Bolsonaro e Zettel. Em nome de quem Ibaneis fez isso? Em nome de Jair Bolsonaro, porque ele é um bolsonarista raiz.

Ou seja, pessoal, tudo tem a ver nesse banco com Bolsonaro, que blindou, fez nascer o banco. O Banco Master é a imagem e semelhança do Governo Bolsonaro e vocês querem trazer outros assuntos. Vocês blindam exatamente a raiz do problema, que é a existência de Banco Master, Vercaro e Zettel.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Estão encerradas as falas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. terá os cinco minutos posteriormente.

Vamos para a votação.

Determino à Secretaria que inicie a votação do item 20.

A votação está aberta.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Como indica o Líder Van Hatten?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para orientar a bancada.) – A oposição, Sr. Presidente, orienta "sim" à convocação do Sr. José Antonio Batista Costa, Presidente da J&F.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Como orienta, Líder Pimenta?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para orientar a bancada.) – "Não", por não ter relação com o objeto investigado da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A votação está aberta, senhores.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, nós temos mais algum requerimento para votar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Temos, Excelência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Tem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Temos os últimos itens, 22, 23, 24 e 25, que serão votados em conjunto.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Eu vou solicitar depois ao Líder Marcel van Hattem se, em algum momento, ele pode dar o tempo da oposição, que eu vou usar hoje mais cedo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Muito obrigado, Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A votação está aberta.

Está em votação o destaque do item 20. Requer a convocação do Sr. José Antonio Batista Costa, Presidente da J&F Participações.

Quem é a favor do requerimento, vota "sim". Quem é contra o requerimento, vota "não".
(Pausa.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

A votação está encerrada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Vou encerrar a votação.

Determino à Secretaria que publique o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O requerimento está rejeitado.

Votaram SIM 11; NÃO, 15.

Últimos itens em destaque para votação nesta sessão...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Tempo da oposição.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O Deputado Sóstenes quer usar o tempo de Líder, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quer usar o tempo de Líder agora, Excelência?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, cinco minutos para o Líder Sóstenes.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, eu peço o tempo de Liderança da oposição, porque nós só temos uma grande motivação para estarmos nesta CPMI, que é defender os interesses dos aposentados, das pensionistas, que foram roubados por





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma quadrilha que transpassou governos, mas que se especializou e aumentou muitíssimo no Governo do descondenado Lula, isso quem prova são os números, o Relator e os gráficos.

Hoje, nós estamos aqui em mais um dia triste nessa CPML, porque eu quero me dirigir ao aposentado e pensionista de todo o Brasil, sabe por quê? Porque a blindagem... As pessoas vêm aqui, os colegas votam, aparece no painel, mas o aposentado e pensionista do Brasil, às vezes, não tem nem acesso... muitos roubados não sabem nem ler. Por isso, Presidente, sabe o que eu vou fazer aqui agora? Eu vou ler o nome dos 17 que estão blindando de chamar gente que roubou aqui. Eu vou ler.

No penúltimo requerimento, eu vou ler por estado, e eu quero pedir aos aposentados e pensionistas do Brasil, de cada estado, para prestar atenção nesses nomes. Este ano terá eleição. Essas pessoas aqui estão blindando pessoas de virem aqui votar.

Primeiro nome – atenção, Bahia –, votou contra hoje aqui para investigar, Deputado Jaques Wagner, do PT da Bahia; – atenção, Maranhão – votou contra, Senadora Eliziane Gama, do PSD do Maranhão; votou contra, PT do Pernambuco – pernambucanos –, Humberto Costa; – goianos –, PSB de Goiás, Jorge Kajuru, blindou, blindador de ladrão de aposentado; votou, do PT de Pernambuco, a Senadora Teresa Leitão; votou, União Brasil do Acre, Meire Serafim; votou para blindar, Átila Lira, do Progressista do Piauí; blindador de ladrão de aposentado, Ricardo Maia, do MDB da Bahia; blindador de ladrão de aposentado, Patrus Ananias, do PT de Minas Gerais; blindador de ladrão de aposentado, Alencar Santana, do PT de São Paulo...

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Art. 14, Sr. Presidente, art. 14.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... blindador, blindador de ladrão...

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Eu posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode, pode continuar, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Estão me interrompendo. Já estão ficando nervosos. Blindador...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Art. 14, Presidente.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Olha, está me interrompendo. O.k. Estão me interrompendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, continue, por favor.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Um minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Blindador de ladrão de aposentado, Rogério Correia.

Vou voltar. Nem terminei, e você já está levantando a mão. Calma!

Blindador de ladrão de aposentado, do PT de Minas Gerais, Deputado Rogério Correia; blindador, do PSDB do Mato Grosso do Sul, Deputado Dagoberto Nogueira; blindador – gaúchos –, blindador de ladrão de aposentados, Deputado do PT do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta; blindador de ladrão de aposentado de Santa Catarina, Pedro Uczai, do PT de Santa Catarina; blindador do Maranhão, Deputado Ribeiro Neto, do PRD do Maranhão; e blindador, do meu Estado do Rio de Janeiro, meu colega Deputado Max Lemos, do PDT do Rio de Janeiro.

Vou concluir, Presidente.

Todos esses nomes, 17 votos, blindaram – não botaram meu um minuto lá ainda –, blindaram, blindaram...

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência, daqui a pouco.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Todos vocês podem usar o 14. É isso mesmo que eu quero...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... para expor a cara dessas pessoas. Eles têm que botar a cara, Presidente, porque só votam caladinhos e ficam ali no painel, escondidinhos, todos blindando ladrões de aposentados. Então, eles têm que pedir art. 14 para falar por que blindaram, porque é muito fácil vir aqui, botar digital, blindar, atrapalhar os trabalhos de investigação desta CPMI e ficar caladinhos na moita. Todos eles estarão agora, em outubro, pedindo seu voto no seu estado. Lembrem-se, blindaram ladrões de aposentados e pensionistas deste Brasil. Lamentavelmente, este é o problema nesta CPMI. A gente está avançando. Parabéns ao Relator e ao Presidente pelo trabalho. Mas, com blindadores como estes aqui, estão acobertando. Aí vem aqui com um discursozinho demagógico: "Tem que convocar".

(Soa a campainha.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Eu aconselho todos os colegas a lerem a lista, toda a inscrição. Daqui para a frente, a gente vai expor essa gente. Só assim, eles vão criar vergonha na cara e parar de blindar, porque não podemos, não podemos... Olha só, petista não cria vergonha. Mas tem outros colegas aqui que eu tenho certeza de que, se forem expostos, ou eles vão pedir para sair da CPMI ou eles vão começar a votar certo para parar de blindar. Porque ninguém gosta de apaniguar ladrão de aposentado. Isso é uma vergonha! Tinham que ter vergonha de fazer isso aqui. Mas estão descarados, sem problema nenhum, porque votam e ficam caladinhos, mansinhos.

Eu cansei, Presidente! Não dá mais para a gente ficar aqui blindando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência... *(Palmas.)*

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou ceder o art. 14 a todos os citados.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... eu quero pedir a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou pedir primeiro...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quero pedir a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... que a gente pudesse concluir a votação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... e depois o senhor concedesse o art. 14...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Aos que desejarem.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... aos Parlamentares citados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Faremos isso, Excelência. Vou dar o art. 14.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu acho que tinha que explicar antes...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O art. 14...

Não, se for depois, perde uma motivação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, eu vou colocar em votação para encerrarmos a sessão...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu queria saber por que eles estão blindando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... e vou ceder...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Tem que explicar agora, não depois.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Marcel van Hattem, eu vou... A Presidência vai colocar em votação os últimos itens e depois eu cedo a palavra a todos os que foram citados.

Senhores, itens destacados: 22, 23, 24 e 25.

Para defender a derrubada do requerimento, quem fala, Líder Pimenta?



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

*(Intervenções fora do microfone.)***O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quem fala, Líder Pimenta?*(Intervenções fora do microfone.)***O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza.**O SR. PAULO PIMENTA** (Bloco/PT - RS) – Presidente...*(Intervenções fora do microfone.)***O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quem fala...*(Intervenções fora do microfone.)***O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor! Senhores, por favor!**O SR. PAULO PIMENTA** (Bloco/PT - RS) – Presidente, eu vou...**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, todos...*(Intervenções fora do microfone.)***O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.**O SR. PAULO PIMENTA** (Bloco/PT - RS) – Deixa eu falar, Presidente.**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Excelência.**O SR. PAULO PIMENTA** (Bloco/PT - RS) – Eu vou falar, vou falar...**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeito.**O SR. PAULO PIMENTA** (Bloco/PT - RS) – Presidente, eu vou falar.**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Eu só vou pedir para a ordem...

(Intervenções fora do microfone.)



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, eu vou pedir que o Deputado que nos ofendeu não se retire do Plenário.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Ofendeu não! Eu vou responder...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... eu vou pedir que não se retire do Plenário.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Calma, calma, só um instante.

Senhores, todos terão direito à fala posteriormente à votação.

Líder Pimenta, quem o senhor destaca?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sou eu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por cinco minutos, Líder Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Líder.

Nós estamos colocando em votação os itens destacados 22, 23, 24 e 25.

Com a palavra, Líder.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, mais uma vez, esse requerimento está sendo reapresentado e, mais uma vez, fica claro que não há, neste requerimento, nenhuma intenção de investigar questões que são objeto desta CPMI.

Este indivíduo, segundo a imprensa tem dito, estaria envolvido numa briga patrimonial, envolvendo desavenças comerciais, pessoais, não sei de qual natureza, com o tal do Careca do INSS. Teria feito algumas declarações, todas elas sem nenhuma prova. Desconheço que tenha prestado qualquer depoimento à Polícia Federal com apresentação de nenhum documento ou prova daquilo que diz; e, portanto, é um requerimento que tem por objetivo somente desviar o foco da investigação.

Com relação à manifestação do Parlamentar que falou agora há pouco, é interessante que...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente... Sr. Presidente, já está dando o art. 14 ou não?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Então... Então...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu não tenho meus cinco minutos para falar?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Eu só estou perguntando se já está dando o art. 14.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, queria repor o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Gaspar. Bloco/UNIÃO - AL) – Para o tempo aí, por favor.

Deputado Pimenta, o senhor está falando sobre o requerimento ou o 14?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O requerimento. Sobre o requerimento.

Só queria que repusesse o meu tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Gaspar. Bloco/UNIÃO - AL) – Não, paramos ele. Está parado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas eu fui interrompido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Gaspar. Bloco/UNIÃO - AL) – Dá mais 15 segundos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A manifestação do Líder do partido do Bolsonaro feita agora há pouco é a mais clara expressão do desespero, Sr. Presidente. É uma manifestação completamente descontrolada, desorientada, com toda a demonstração de alguém que sabe que nós estamos chegando e vamos desvendar o esquema do "bolsomáster".

Eu chego a pensar, Sr. Presidente, que o que provocou a vinda desse Parlamentar para cá e, de forma descontrolada e desesperada, fazer essa manifestação foi a aprovação que será feita na quinta-feira da convocação do Campos Neto. O Campos Neto junto com o Bolsonaro são os criadores do "bolsomáster". E nós vamos chegar na relação familiar, nós vamos chegar na Letícia, que é irmã do contador do Careca e que é administradora do escritório do Flávio Bolsonaro.

Não há nenhuma relação entre o requerimento que foi rejeitado e o tema do INSS, o tema dos aposentados e das aposentadas. Portanto, o Parlamentar claramente tentou criar uma cortina de fumaça, mentindo a respeito dos colegas, acusando os colegas de terem votado contra o requerimento que, na realidade, não tem nenhuma relação com o INSS ou com descontos associativos.

Nós não vamos, Sr. Presidente, perder o foco aqui da investigação. Nós sabemos para que esta Comissão foi criada e nós não vamos fugir do nosso objetivo. Nós já provamos que esse esquema criminoso foi criado a partir de 2021. Nós já encontramos as digitais do dinheiro roubado dos aposentados e aposentadas na conta do Onyx Lorenzoni...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... na conta do Bolsonaro, na conta do Tarcísio. E vamos descobrir onde mais, por aí, tinha dinheiro roubado dos aposentados e aposentadas escondido. Nós já sabemos que nas contas tinha, mas provavelmente a Polícia Federal vai achar dinheiro guardado em outros lugares, em malas, em apartamentos.

Então, não vai ser com grito que a gente vai fugir da investigação. A verdade vai aparecer, e cada centavo, cada dinheiro roubado dos aposentados e aposentadas nós vamos rastrear, e vamos achar esse dinheiro. Pode estar na conta da campanha, pode estar no guarda-roupa de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

apartamento. Onde estiver esse dinheiro, a Polícia Federal vai achar. E quem roubou os aposentados e aposentadas vai ser desmascarado e vai para a cadeia, Sr. Presidente, pagar pelo crime que cometeu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Para defender o requerimento, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para encaminhar.) – Presidente, quem é Edson Claro Medeiros? Está aqui nos requerimentos de convocação. Um deles diz aqui, na justificção, que ele fez uma ocorrência na polícia de Perdizes, distrito de Perdizes, polícia distrital; ele era funcionário do Careca, o Antônio Carlos Antunes, e relatou que estava sendo ameaçado de morte por um empresário, inclusive pedindo de volta o celular, *notebook*, ameaçando: "Se você não me entregar os aparelhos e abrir a boca, eu vou meter uma bala na sua cabeça". Isso é o que está aqui e é o que aconteceu.

Tem também aqui no outro requerimento, Presidente, o relato onde ele diz que Edson Claro diz que dava as mesadas mensais de 300 mil a Lulinha, totais estimados em 25 milhões, e viagens conjuntas a Portugal, e mensagens no WhatsApp expondo a preocupação com associações de negócio lá da Cannabis. Então, essas são as justificativas dos requerimentos que nós estamos votando aqui hoje.

V. Exa. deve apresentar, e nós aqui, alguns projetos para realmente fortalecer a CPMI. O Senador Sergio Moro apresentou agora uma PEC, já a assinei inclusive, para que todos convocados aqui terem que vir independentemente de *habeas corpus*. Está mudando para fortalecer aqui, para não acontecer o que está acontecendo hoje. Agora, esses requerimentos aqui, Presidente, talvez não sejam suficientes para a gente convencer a base de Governo. Mas eu vou... Tem um outro requerimento aqui que trata do mesmo assunto. O Requerimento 1.830, de 2025, que diz assim, sobre a convocação do Edson Claro Medeiros Júnior:

Segundo seu depoimento, após a deflagração da Operação da Polícia Federal, Antônio Camilo teria iniciado a dilapidação de seu patrimônio com o objetivo de se capitalizar [...] [e viajar para os Estados Unidos]".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalte-se que, por sua condição de ex-funcionário e vítima de ameaças, [...] Júnior demonstra deter amplo conhecimento [...] [e que precisa vir aqui na CPMI].

Então este requerimento, Presidente... Por isso que eu acho que há um equívoco nessa convocação, porque este requerimento é exatamente do Deputado Rogério Correia, do PT, de Minas Gerais, esse é o requerimento de convocação do Edson. Então, eu não sei por que está havendo esse destaque se o requerimento do Rogério Correia diz aqui claramente a importância da convocação do Edson, e esses quatro outros requerimentos, também a mesma coisa. Então, eu acredito que há um equívoco e eu peço aqui para que a base de Governo analise esse Requerimento 1.830, que exatamente espelha a importância de o Edson estar aqui. Eu acho que houve um equívoco nessa negociação da pauta.

Agora, Presidente, a CPMI... Eu participei de todas as CPMIs – JBS, Petrobras, Lei Rouanet, Carf, Covid, 8 de janeiro, participei de todas – e, quando a gente quer realmente dar transparência, a gente quer apurar, não tem que blindar ninguém. Ninguém aqui tem bandido de estimação, tem que chamar todos, lembrando que eu apresentei, no início, 400 requerimentos aqui de quebra de sigilo. E graças à aprovação desses requerimentos no início desta CPMI é que nós tivemos acesso a essa quebra de sigilo de muitos que estão vindo aqui e outros que nem precisam vir, mas a gente já tem documentos provando realmente o assalto, o roubo que foi feito aos aposentados e pensionistas.

Portanto, blindar ou votar contra esses requerimentos...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... é, no mínimo, uma ofensa muito grande aos aposentados e pensionistas.

Eu vejo, todos os dias, conversando com os aposentados, que muitos não receberam ainda a devolução. Não há como eles buscarem o extrato disso, ninguém fornece o extrato bancário disso, para saberem quanto foi realmente descontado. O consignado, que é um rombo maior ainda... a gente não consegue trazer aqui os bancos.

O Deputado Gaspar falou ali sobre a questão da JBS, do PicPay. Eu fui o primeiro a denunciar o PicPay aqui junto ao Ministro, quando veio aqui na Comissão. E aí quero dizer também: o PicPay





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

está no DF. PicPay também conseguiu aqui, sem licitação, entrar no GDF, no consignado. E parece que tem apartamento aí de filho do Governador envolvido nisso.

Então, também aprovo qualquer requerimento. E quem quer realmente transparência não blinda ninguém.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Correia fala pela derrubada do requerimento.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para encaminhar.) – Presidente, o requerimento tem o mesmo sentido. Ele já foi derrotado aqui duas vezes. E é, de novo, uma investigação de algo já concluído, que era a investigação que os bolsonaristas queriam fazer, na verdade, como cortina de fumaça, sobre o filho do Presidente Lula. Já ficou provado que ele nada tinha a ver com esta questão do INSS. O sigilo foi quebrado – sabe-se lá por quem – e vazado – sabe-se lá por quem. Inclusive, isso também é crime. E se constatou que não havia absolutamente nada de errado com o sigilo e com as contas bancárias do filho do Presidente Lula. E, portanto, a cortina de fumaça era para ter terminado, mas, como não há outro assunto, a oposição bolsonarista persiste em fazer cortina de fumaça e não avançar realmente naquilo em que é necessário avançar.

O Banco Master, assim como foi também a questão relativa aos descontos associativos, começou muito antes do Governo Presidente Lula. No caso dos descontos associativos, começou com o Governo Temer. Aliás, até hoje nós não também chamamos para depor André Moura, e foi aprovado o requerimento, que era um Deputado que iniciou esse processo. Precisa ser chamado na CPMI, mas nunca os bolsonaristas são chamados. É impressionante. Esse devia ser um dos primeiros, porque iniciou com ele. E, de lá para cá, não foi feito absolutamente nada para apurar isso no Governo Bolsonaro. Ministros não fizeram, o próprio Presidente não fez. Isso foi se avolumando. Entidades picaretas fazendo desconto.

Quando que isso começou a ser resolvido? No Governo do Presidente Lula. Aí nós terminamos, por ordem do Presidente, qualquer desconto associativo e depois aprovamos, por unanimidade, um projeto de lei na Câmara e no Senado. E o Presidente Lula sancionou. Hoje não





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

existem mais descontos associativos feitos pelo INSS para nenhuma entidade, inclusive e principalmente para as entidades picaretas. Quem resolveu isso? Governo do Presidente Lula, que teve sensibilidade para apurar e resolver. E mais: devolve os recursos aos aposentados. Isso está sendo devolvido. Quase todos já receberam. Ou seja, solução dada de um esqueleto passado que Bolsonaro deixou no armário. O Presidente Lula resolveu.

Segundo, entram aí os créditos consignados, especialmente os do Banco Master. Agora já comprovado, o Banco Master passou a funcionar por decisão de Campos Neto. Anteriormente eles não conseguiram ter o funcionamento aprovado. Campos Neto autorizou o funcionamento do Banco Master. Além de autorizar o funcionamento, ele autorizou créditos consignados para aposentados, militares, Bolsa Família, e diretores ligados a Campos Neto, indicados por Bolsonaro, deram um verdadeiro cano nos aposentados. Isso foi dito para Roberto Campos Neto, e ele preferiu não liquidar o banco. Quem foi liquidar o banco? Galípolo, com o Presidente Lula dizendo claramente: "Faça-se o que tiver que fazer, analise tecnicamente e tome a decisão". A decisão foi tomada corretamente. E, neste aspecto, o Banco Master foi, portanto, liquidado.

Tentaram salvar o Banco Master, quem? Ibaneis Rocha. Agora a gente vê que o filho dele ganhou um presentão de 10 milhões. Também quiseram ajudar ACM Neto. Falaram muito dos baianos, eu não sabia que era o ACM Neto, mas está lá o ACM Neto com a bolada toda, disse que prestou consultoria.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Era preciso quebrar o sigilo também dessa consultoria. E a gente, então, vai fazendo as ligações.

E, novamente, só mesmo no Governo Presidente Lula que foi liquidado o banco. Ele passou e funcionou durante todo o tempo no Governo Bolsonaro. Essas coisas estão tão claras na cabeça das pessoas que hoje eu vi uma pesquisa dizendo que a principal responsabilidade colocam no Supremo Tribunal Federal – o povo também, e evidentemente isso tem que ser investigado –, mas, em segundo lugar, vem o Governo Bolsonaro já. É o povo sabendo que, de fato, as falcatruas existiram no Governo Bolsonaro, pessoal. Isso não há como esconder. E aí não adianta ficar fazendo blindagem, porque o Zettel, por exemplo, é blindado duplamente: por ser da Igreja da Lagoinha; e é blindado por ser bolsonarista e dar 5 milhões para o Governo Bolsonaro. Só que a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

outra CPI – essa, sim – quebrou o sigilo do Zettel, e nós vamos saber para onde ele enviou o dinheiro dos aposentados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para defender o requerimento, o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, sou autor do requerimento que está em discussão.

Eu quero começar com essa frase aqui: "Se você não me entregar os aparelhos e abrir a boca, eu vou meter uma bala na sua cabeça".

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. *Fora do microfone.*) – Que isso!

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Quem foi?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ah, eu vou repetir: "Se você não me entregar os aparelhos e abrir a boca, eu vou meter uma bala na sua cabeça".

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Quem foi? Bolsonaro?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Isso quem disse foi o Careca do INSS para o Edson Claro.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Caramba!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Olha o tipo de gente que estão blindando aqui...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... e ficaram ofendidos quando disseram que estão blindando ladrões de aposentados. É mais do que ladrão de aposentado.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – É ameaçador.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Estão blindando gente que ameaça de morte.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Mafioso.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Olha, Sr. Presidente, o Edson Claro foi ameaçado de morte pelo Careca do INSS. O Edson Claro teve um requerimento seu rejeitado aqui na CPMI, em 2 de outubro, e, pasmem, sabe quem apresentou o requerimento que foi rejeitado aqui lá atrás, em outubro?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Quem?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Quem apresentou no dia 15 de setembro foi um Deputado do PT, aliás, justamente aquele que me antecedeu. Ele apresentou o requerimento para convocar o Edson Claro, e depois votou contra o próprio requerimento apresentado.

Olha, Sr. Presidente, aqui a gente está percebendo muito claramente que, quando o PT descobre que tem uma possível e eventual ligação com o Lulinha, eles mudam de lado. Não querem mais investigar. São capazes de abandonar à própria sorte uma vítima de ameaça de morte feita por um corrupto, ladrão, que está preso, como o Careca do INSS, para proteger o Lulinha.

Nós precisamos trazer o Edson Claro aqui. No dia 20 de agosto, foi aberta esta CPMI, instalada. V. Exa. foi eleito Presidente. V. Exa. indicou o Relator, Deputado Alfredo Gaspar. No dia 15 de setembro, foi apresentado o requerimento para convocar o Sr. Edson Claro, que foi ameaçado de morte pelo Careca do INSS – dia 15 de setembro, por um Deputado do PT. No dia 25 de setembro, sai a matéria de *O Globo* dizendo que ele foi ameaçado de morte pelo Careca. Aí a gente vai pensar, Líder Sóstenes: saiu uma matéria dizendo que o Careca do INSS, o ladrão dos aposentados, o maior de todos – quer dizer, agora a gente está vendo que tem gente ainda maior que o Careca, mas naquela época era o nome que saía – ameaçou de morte o cidadão que o PT queria convocar aqui. A gente vai imaginar o PT vai dobrar a aposta, vai dizer: "Nós temos que convocá-lo". O que o PT fez? No dia 2 de outubro, uma semana depois dessa matéria, vota para rejeitar o requerimento. Vota para não trazer aqui o Sr. Edson Claro, que foi ameaçado de morte pelo Careca do INSS. Vou repetir aqui: "Se você não me entregar os aparelhos e abrir a boca, eu vou meter uma bala na sua cabeça" – "Se você não me entregar os aparelhos e abrir a boca, eu vou meter uma bala na sua cabeça".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – "[O Careca teria passado] a xingar e a gritar com a vítima [...] [que] se levantou e foi até a porta da sala onde a reunião ocorria. [...] [E foi então que o Careca] foi até a vítima para abrir a porta e disse [vou repetir:] 'Se você não me entregar os aparelhos e abrir a boca, eu vou meter uma bala na sua cabeça'."

Eu quero saber, Sr. Presidente, o que está nos aparelhos do Sr. Edson Claro. O que ele tem a contribuir? Por que, depois que todo mundo começou a saber que o Careca do INSS estava pagando mesada para o Lulinha, o PT parou de votar requerimento para convocar essa gente? Roberta Luchsinger, que foi hoje aqui blindada, Danielle Fonteles, tudo parte do mesmo rolo, todo mundo sabendo da mesada de R\$300 mil para o Lulinha. O Batista da J&F, blindado aqui também. E aí eles ficam nervosos quando são expostos os nomes, os blindadores de ladrões de aposentados.

Pois bem, que o povo saiba quem está blindando ladrão de aposentado e gente criminoso, mafiosa, que ameaça de morte aqueles que podem ajudar a resolver essa encrenca toda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agradeço, Excelência.

Estão encerradas as falas.

Vou colocar em votação os itens destacados 22, 23, 24 e 25.

1ª PARTE

ITEM 22

REQUERIMENTO Nº 2062/2025

Requer a convocação do Senhor Edson Claro Medeiros Júnior, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Autoria: Deputado Delegado Fabio Costa





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 23

REQUERIMENTO Nº 2069/2025

Requer a convocação do Senhor Edson Claro Medeiros Júnior, ex-colaborador de Antônio Carlos Camilo Antunes, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Nista de Inquérito.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 24

REQUERIMENTO Nº 2073/2025

Requer a convocação do Sr. Edson Claro Medeiros Júnior, ex-funcionário de Antônio Carlos Camilo Antunes.

Autoria: Deputado Fernando Rodolfo

1ª PARTE

ITEM 25

REQUERIMENTO Nº 2888/2025





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do Senhor Edson Claro, ex-funcionário do Antônio Carlos Camilo Antunes ("Careca do INSS"), para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

Determino à Secretaria que abra o painel.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Oriente o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, vou abrir a votação, senhores. *(Pausa.)*

Não apareceu aqui ainda, para abrir a votação. *(Pausa.)* Também não. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A votação está aberta.

(Procede-se à votação.)

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quem mantém o requerimento vota "sim".

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para orientar a bancada.) – Oriente o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quem rejeita o requerimento vota "não".

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para orientar a bancada.) – A Oposição orienta "sim" para convocar *(Fora do microfone.)* Edson Claro, que foi ameaçado de morte pelo Careca do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já vou orientar, anunciar aos Srs. Deputados que, terminada essa votação, vou dar o art. 14 a todos os Parlamentares citados. O Regimento fala em apenas dois, mas, por procedimento desta Presidência, aos citados será, a todos eles, permitida a palavra, a todos eles!

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos encerrar a votação, Excelência?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Espere aí, Presidente, eu não votei ainda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, calma.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Está lento o sistema. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou encerrar a votação, senhores.

(Intervenções fora do microfone.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Marcel, vou encerrar a votação.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Por nós não tem problema, Presidente, pode encerrar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Ribeiro Neto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Pode encerrar, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Foi o Deputado Ribeiro Neto? Alguém...

(Intervenção fora do microfone.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A votação está encerrada.

Determino à Secretaria que publique o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os itens estão rejeitados.

Votaram SIM 12 e NÃO, 14.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, eu vou abrir a fala...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou... Por favor...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, eu vou abrir a fala aos citados pelo art. 14. Vou suspender a sessão às 13h para o almoço e retornar às 14h30.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, vou dar início às falas.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – ... questão de ordem.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Seria possível fazer a coercitiva do Wolney, Presidente?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

Questão de ordem: qual é o artigo, Excelência?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Para questão de ordem.) – Presidente, art. 14, inciso VIII, do Regimento Interno, que já vi sendo usado aqui e concedido, e que foi uma questão de meu interesse e eu nunca esqueci, por isso vou repetir:

Art. 14. O Senador poderá fazer uso da palavra:

.....

VIII – para explicação pessoal, em qualquer fase da sessão, por cinco minutos, se nominalmente citado na ocasião [o que foi o fato], para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada, com essa finalidade, a mais de dois oradores na mesma sessão;

Portanto, peço a V. Exa. a reconsideração da decisão para que se mantenha o Regimento Interno, como tanto se cobra aqui na Comissão.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Posso contraditar, Presidente?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Espere aí, eu estou continuando no tempo dele...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, para contraditar!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Para contraditar, Presidente!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Para contraditar, Presidente!

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, é que o Deputado Alfredo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Adriana Ventura, por gentileza...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu estou usando o tempo do Gaspar, Presidente, ele me deu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não, não, Excelência, por gentileza.

Para contraditar, o Líder Pimenta; e em seguida, para apoiar, Sóstenes Cavalcante.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Obrigado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então eu apoio o Gaspar também, eu apoio o Gaspar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, terá o seu tempo, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para contraditar.) – Presidente, existe uma relação na política que ela é uma relação em que, no Parlamento, ela sempre teve muito valor, que é o valor da palavra e o valor do acordo firmado. E, no início da Comissão, nós firmamos um acordo de procedimento que tem, durante todo esse período, orientado o posicionamento do Presidente, que garantiu, durante todos esses meses, que todos os Parlamentares, quando fossem citados de forma injuriosa, acusatória ou que de alguma forma pudesse atingi-los, teriam o direito de usar a palavra. E só o que eu peço a V. Exa. é que a gente continue fazendo valer o valor da palavra empenhada, do acordo assumido.

Tenho certeza de que é esse o seu posicionamento, mas faço questão de manifestar aqui, porque acho estranho que a gente, neste momento, tente romper aquilo que foi acordado e que até agora funcionou de forma correta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – *(Fora do microfone.)...* Excelência.

Deputado Sóstenes Cavalcante.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu pedi para contraditar porque entendo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É para apoiar o Relator.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Eu entendo o questionamento do Relator, o.k.? A questão de ordem dele é pertinente, e respeitarei qualquer que seja a decisão dessa Presidência, só que eu não vejo problema nenhum, pessoalmente... Se for entendimento de art. 14 de V. Exa., eu primeiro quero dizer que eu só relatei fatos. Eu não sabia que era ofensa a colega revelar o voto que é público, que está lá no painel. Eu não sabia que isso era ofensa. Virou ofensa agora? Está bom. Se isso é ofensa, e se V. Exa. entender dessa forma para dar o art. 14, eu não tenho o menor problema; que dê a todos, até porque eu vou querer responder um a um – um a um, não tem problema. Se isso é ofensa – se isso é ofensa –, eu vou estar aqui para ouvir os 17 e quero ter o prazer de responder um a um, porque eu não vou ficar numa CPMI deixando gente se esconder.

E quero parabenizar o Senador Kajuru, que já mudou, na última votação, porque ele entendeu que ele não estava aqui para blindar – para blindar – ladrão de aposentado. Quero parabenizar.

E se a gente continuar – quero fazer um apelo aos meus colegas de oposição – fazendo isso aqui, daqui a pouco vai ter mais gente abandonando essa blindagem, porque isso é uma vergonha – uma vergonha. E todo mundo vai estar disputando eleição em outubro. A gente tem que começar a expor, porque caladinho no painel é muito fácil.

Então, esta é uma boa tática para nós, que somos da oposição e que queremos investigar de verdade essa roubalheira, porque não dá para ficar aqui blindando quem quer que seja. Nós não blindamos ninguém.

Todo requerimento que botou aí, seja quem for... Vai botar o do Campos Neto, que estão falando que a gente está com ele. *(Fora do microfone.)*

Nós vamos votar, não temos problema não. Aqui, na oposição, não tem blindador. Tem blindador essa turma do Governo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora a gente tem que expor os nomes para que fiquem claros. Daqui a pouco todo mundo está pedindo voto nos estados.

Então a gente agora vai expor sem nenhum problema. E eu estarei aqui até a última hora. Eu tenho voo às 20 horas hoje, mas até as 19h30 estarei aqui para responder um a um, olho no olho.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Senadora. São dois de cada lado que vão falar, a favor e contra, a ordem.

Vai falar, pela última vez, a Deputada Adriana Ventura; em seguida o Governo fala por último, e eu respondo a questão de ordem.

Por gentileza. Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para encaminhar.) – Presidente, primeiro eu quero parabenizar a postura de V. Exa. quanto à cortesia de tentar dar direito para as pessoas responderem. Eu acho que isso é o.k., mas eu acho que a gente tem que ser razoável.

O que o Deputado Sóstenes e o Relator fizeram foi, na verdade, colocar luz no que é óbvio. A população brasileira, que está acompanhando, precisa saber como cada um vota aqui. Então, isso não é nada de ofensivo; isso é simplesmente verdade. Ele leu os nomes do que é real.

Então, assim, dar cinco minutos para cada um, eu acho que passa um pouco, até porque ele está indo contra o Regimento. Eu entendo a cortesia de V. Exa., mas eu acho que isso é real, com realidade.

Eu acho que... Aliás, eu quero pedir a V. Exa. que a gente, todos os dias, após as votações, adote um procedimento de leitura dos nomes de quem votou para blindar bandidos de aposentado, porque é muito fácil se esconder, porque daí para com essa conversinha de art. 14, e cada um se expõe, porque tem que ter coragem e assumir como vota aqui.

Então, assim, a quem interessa parar as investigações? Porque quem assinou a CPI? O PT não foi. Quem pediu prorrogação da CPMI? O PT que não foi. Quem votou aqui para quebra dos sigilos dos envolvidos no esquema? O PT que não foi.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quando a estratégia do PT deu errado, e os sigilos todos foram quebrados, inclusive do Lulinha, entra o Flávio Dino ali, do STF, e disse: "Deixa comigo, meu time, que eu blindo todo mundo, eu resolvo o problema". Então, o time é tão unido que eles tomam uísque de 3 milhões juntos em Londres, custeados pelo Daniel Vercaro, que é dono do Banco Master.

Quem estava lá tomando uísque com o Vercaro, uísque de 3 milhões? O STF estava lá? Estava! Estava Xandão, estava o Toffoli... O Governo Lula estava lá? Estava! Estava escalado todo mundo: o Andrei, chefe da Polícia Federal; o Lewandowski, Ministro da Justiça; e tinha até PGR, que veste outra camisa, mas joga no time Lula. Então, Presidente Viana, a gente precisa ouvir os peixes grandes.

E tudo isso para falar que precisa expor para o Brasil quem é blindador de ladrão de aposentado! Como eu disse, nós votaremos a favor de qualquer um ser convocado. Nós votamos, inclusive, a favor do meu Governador...

(Soa a campainha.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... de Minas Gerais, de que eu tenho muito orgulho, o Governador Romeu Zema. Todos nós votamos a favor, e ele fez questão de falar que viria se convidasse. Então, blindador de bandido de aposentado precisa ser convocado, e o PT e o Governo aqui estão blindando!

Então, eu queria só fazer um apelo – eu vou encerrar minha fala, Presidente – para que, por favor, Excelência, a gente adote isso como hábito e não entre mais no art. 14. Vamos adotar como hábito para o Brasil ver quem é ladrão de aposentado, porque, no Brasil, no Brasil, STF e o Governo Lula jogam no mesmo time! E o grande adversário é a população brasileira, é o aposentado.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Pergunto ao Líder do Governo se...

Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para encaminhar.) – Presidente, primeiro, eu vou fazer um apelo a V. Exa. para ter o entendimento do que foi o entendimento até aqui. De fato,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós fomos citados, e não foi apenas votou "sim" ou votou "não". Fomos citados. Então, não pode haver aqui, eu diria, um golpe no sentido de reverter o que nós até agora fizemos; seria inverter todo o procedimento que nós adotamos até agora, porque não foi uma citação. Se o Deputado tivesse dito "o Deputado Rogério Correia votou 'não', o Deputado fulano votou 'sim', o Deputado votou 'não'", não teria problema, mas não foi essa a fala, você sabe muito bem. Foi mais ou menos no espírito em que a Deputada que me antecedeu falou: "Quem é que está blindando ladrão de aposentado?!". Ora, eu me sinto ofendido, eu não estou blindando ladrão de aposentado. Eu tenho que responder, é óbvio. Foi uma ofensa, nitidamente uma ofensa regimental. Então, é isto que eu pediria a vocês: que não tentassem desvirtuar agora aquilo que nós estamos colocando.

Eu não vou nem usar o restante, mas essa questão de blindagem de ladrão de aposentado não é o que nós estamos fazendo. Pelo contrário, nós estamos querendo apurar os fatos.

Eu considero, por exemplo, que tem elementos e pessoas que deveriam vir aqui muito à frente de outras que já vieram. Algumas poderiam nem ter vindo, outras vieram e contribuíram, mas algumas poderiam contribuir muito. Então, hoje, nós conseguimos aprovar que o Zettel venha aqui. Provavelmente o Ministro Mendonça vai dizer para ele não vir. Então, nós não precisamos contar, mas, por exemplo, eu acho fundamental que ele esteja aqui com o seu sigilo quebrado. Tem muita coisa que eu gostaria de ver no sigilo do Zettel. Isso para mim é blindagem, mas eu não vou ficar denunciando que quem vota isso está querendo blindar ladrão de aposentado, porque aí fica demais! Como é que eu vou dizer isso na cara dos outros? As pessoas têm que ter o direito de responder. É engraçado... Então, é como... É muita... eu diria, muita cara de pau, ou seja, aqueles que não entram eles dizem que... E aos que entram e nós não concordamos, porque não têm nada a ver com o assunto, a gente vira blindador de ladrão de aposentado. Mas e aqueles que não entram na pauta, e eles não têm sequer que votar, o que estão fazendo? Então, podiam pelo menos medir o tamanho do rabo para falar do rabo dos outros, né? Porque, realmente, é muito complicado isso.

Eu pediria a V. Exa. que mantivesse... Eu quero dar uma resposta no meu tempo, no art. 40... Nem vou dar resposta agora, vou até encurtar o meu tempo, no art. 14 – vou encurtar o meu tempo –, porque eu tenho certeza de que V. Exa. vai fazer como foi o costume. Me admira muito alguém propor isso e ler o Regimento, a essa altura da CPMI, querendo inverter tudo o que fizemos até hoje. Sinceramente, é próximo a um golpe.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Estão encerradas as falas sobre a questão de ordem.

A Presidência não recolherá a questão por procedimento que já foi estabelecido desde o início dos nossos trabalhos, em consenso com todos os Parlamentares. Cada um dos citados que desejar fará o uso da palavra por cinco minutos.

Eu inicio a fala pela Senadora Eliziane Gama, perguntando se deseja fazer uso do art. 14, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Sr. Presidente, eu vou fazer uso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Para explicação pessoal.) – Eu quero cumprimentar V. Exa. pela decisão de dar a oportunidade a todos os Parlamentares de fazer a sua defesa. E, como o meu colega colocou muito bem, o colega Deputado Rogério Correia, não foi apenas uma citação de voto; ele veio, na verdade, com uma apresentação de um prejulgamento de que nós estaríamos aqui acobertando quem quer que seja – o que é uma ilação, o que é um erro, o que não é verdade.

Eu quero, primeiramente, inclusive, registrar o meu respeito ao Deputado – ele sabe da minha relação pessoal com ele –, mas a gente não pode permitir que posições dessa natureza sejam colocadas aqui em Plenário e passem como se fossem verdade. O que nós, enquanto base do Governo, temos feito aqui é trabalhado por uma investigação isenta, imparcial. Porque, na medida em que o grupo de oposição aqui nesta Casa faz uma apresentação de requerimentos de forma seletiva, nós que fizemos a investigação, aliás, o Governo do Presidente Lula, desde o momento em que assumiu – foi ele, não foi o ex-Presidente Bolsonaro, não –, pediu a abertura de um inquérito pela Polícia Federal para fazer a investigação dos descontos associativos. Foi a CGU do Governo do Presidente Lula que fez as auditorias em relação aos descontos associativos. Foi o Governo, aliás, foi o Presidente do Banco Central do Governo do Presidente Lula que fez o pedido, por exemplo, da investigação em relação ao Banco Master, que decretou, por exemplo, a liquidação do Banco Master – foi o Galípolo que fez; não foi o Campos Neto, não! A oposição aqui se une e se fecha em copas para impedir, de fato, a quebra do sigilo e a convocação dessas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

figuras, como, por exemplo, do ACM Neto, que o Ribeiro Neto aqui, que é um Parlamentar do Maranhão atuante e forte, que trabalha pela investigação, pediu. Eu quero saber se a oposição vai apoiar e aprovar o requerimento do Deputado Ribeiro Neto?! Aqui se acoberta, por exemplo, a Letícia, a sócia do Flávio Bolsonaro. Cadê a quebra do sigilo dela? Vocês têm o mesmo peito para fazer também esse enfrentamento? Vocês têm o mesmo peito, por exemplo, para pedir a convocação e a quebra do sigilo do Ibaneis? Têm o mesmo peito e a mesma ousadia, por exemplo, para falar do Zema? Não têm. Por quê? Porque tem uma investigação seletiva.

Eu quero dizer para vocês que eu defendo a investigação. Ninguém que vem aqui nessa CPI fala diferente. Eu não respondo a nenhum processo na Polícia Federal, eu não respondo a nenhum processo na polícia militar, eu não respondo a nenhum processo na Interpol, ou a quem quer que seja. A minha vida é limpa, eu sou ficha limpa. E aí, portanto, quem tem, na verdade, o rabo preso, quem tem investigação dessa natureza não pode chegar aqui, bater a mão no peito e dizer que nós estamos fazendo uma investigação seletiva. Não estamos! Nós estamos aqui coesos no objetivo único: mostrar quem roubou os aposentados do Brasil, porque, das ACTs que resultaram em R\$6 bilhões de roubo dos aposentados do Brasil, a maioria absoluta foi feita no Governo do ex-Presidente Bolsonaro. Nenhum inquérito foi aberto naquele Governo, nenhuma auditoria – nenhuma auditoria – foi aberta naquele Governo. Todas elas se iniciaram no Governo do Presidente Lula, que afastou o Ministro que estava sob suspeição, que afastou o Secretário que estava sob suspeição, que afastou...

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... o Presidente do INSS. Esse é o Governo do Presidente Lula, que nós defendemos aqui. E eu o defendo com muita convicção, com muita ousadia, porque nós defendemos uma investigação isenta, uma investigação imparcial. Aliás, o Presidente Lula, Ribeiro, restituiu o dinheiro que o Governo do ex-Presidente Bolsonaro acobertou. Hoje nós temos, por exemplo, passando de R\$3 bilhões restituídos pelo Presidente Lula. Sabe por quê? Porque ele não acoberta roubadores, ladrões do povo, ele realmente não acoberta, e nós não fazemos isso aqui.

Eu quero dizer ao Parlamentar que me citou e a todos os demais que a minha postura nesta Comissão, como tem sido em todas as CPIs das quais eu participei, é uma postura que defende





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fato a investigação aprofundada, é uma postura que de fato investiga e trabalha de fato para restituir os aposentados do Brasil, que, infelizmente, sofreram grandemente com as ACTs do ex-Presidente Bolsonaro.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pergunto ao Deputado Ricardo Maia se quer fazer uso da palavra.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é muito fácil utilizar o microfone aqui deste Parlamento, acusar para tentar eleitoralmente se colocar como vítima enquanto é vilão.

Quando nós colocamos vários requerimentos que aprovamos aqui na data de hoje, a que pontualmente se pediu a votação, é porque a investigação, pelo nosso entendimento, a investigação da CPMI, teria que ter uma análise de nós da bancada. E assim a analisamos.

Mas eu faço uma pergunta: esse dinheiro veio de D. Letícia, de quem aqui nós estamos pedindo que se coloque o requerimento para votação? Que D. Letícia possa dizer que esse requerimento dela, votando-se, pode ser que esse dinheiro que está aqui apreendido num apartamento funcional de um Parlamentar foi apreendido? É essa pergunta que se quer colocar.

E se fala de uma bala na cabeça. É muito grave isso, de fato, mas de quem ameaçou à bala nós aprovamos o requerimento e nós ouvimos aqui na Comissão. O Careca do INSS esteve aqui neste Parlamento e esteve na CPMI. Agora, será que o Parlamentar que esbravejou, que colocou, está buscando investigação ou lacração? Na minha concepção, é lacração eleitoral para o período que se antecede no ano de 2026.

É muito fácil bater a mesa, mas é muito difícil justificar esse dinheiro encontrado num apartamento do povo brasileiro, num apartamento que é bancado pelo dinheiro público, e um apartamento cheio de dinheiro. É fácil dizer que nós somos contra os aposentados. Não somos, nós estamos aqui todos imbuídos a defender os aposentados e pensionistas do nosso país. Que o Presidente Lula autorizou a abertura de inquérito na CGU, na AGU, na Polícia Federal, sem ameaçar trocar nenhum diretor da Polícia Federal porque estava investigando Chico ou Francisco. Como tão citado o nome do filho do Presidente Lula? Não fez reunião com o ministério e apontou





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

o dedo numa bancada de ministros para o Ministro da Justiça que disse que trocava o Ministro da Justiça. E o que ele fez? Trocou. O Ministro da Justiça foi retirado naquela época e saiu esbravejando contra o Presidente da República e hoje é defensor 01 do ex-Presidente.

E aí, nós somos citados como vilão. Está lá meu apartamento, pode ir lá buscar. Está aberto, não precisa de ordem judicial, não. Agora aqui precisou de ordem judicial e encontrou R\$470 mil deste Parlamentar. E o Parlamentar vem pousar aqui de bom moço. Bom moço? Bom moço? Está cheio nessa CPMI, de investigados que nós estamos investigando, que nós estamos ouvindo os depoimentos, e aí fica simplesmente uma lacração, uma lacração de um Parlamentar que vem aqui, que se coloca como titular, que apareceu aqui em meados da CPMI, apareceu em meados da CPMI, chegava, se inscrevia aqui por último, que não era nem membro, não membro...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – ... e depois resolveu lacrar aqui da CPMI. Não lacra, não. Não lacra, você sabe por que não lacra? Porque não encontrou R\$470 mil em nenhum desses Parlamentares. E nenhum desses Parlamentares aqui foi citado em um inquérito de investigação, nem de Banco Master e nem da CPMI do INSS. Nós estamos aqui com seriedade, como o Presidente, como o Relator e todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pergunto ao Deputado Alencar Santana se quer fazer uso da palavra.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Presidente... Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Presidente, mostraram minha foto. Art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Terá o seu tempo.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Não é agora, não?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não seja apressado, não, tem tempo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Tenho pressa nenhuma, Deputado Alencar Santana. Eu vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, senhores.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Agora eu só pedia aos que falaram para não saírem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores!

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... que eu quero falar na cara de todos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor!

Por favor, Deputado Alencar Santana, por cinco minutos.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – O povo espera justificativa: por que tanto dinheiro dentro de casa? O povo espera. Esquecimento? Rapaz, haja dinheiro sobrando para esquecer R\$470 mil. Haja desculpinha furada! E, segundo suspeitas, diz aqui que movimentações suspeitas envolvendo o Líder do PL, o Líder do partido do Flávio Bolsonaro, e o Deputado Jordy, também do PL, movimentaram 28,6 milhões suspeitos, além dos 470 mil guardados dentro de casa, porque esse nem entrou nessa conta. Na verdade, são 29, mais de 29, porque isso aqui é o que movimentou pelo banco. Dinheiro suspeito. Quem? O Líder do PL – cara de pau! – e aqui também o Deputado Jordy. Está aqui ó: Deputado Sóstenes e Deputado Jordy.

Tem mais, tem mais, tem mais – vou falar mais uma vez o nome dele para ele responder depois.

"Sóstenes e Jordy desviaram o dinheiro público em 'benefício próprio'" – em benefício próprio. Dinheiro encontrado no apartamento. Olha aqui as montanhas de dinheiro, olha aqui! Movimentaram isso aqui 18... mais de 30 milhões de dinheiro que movimentaram e esqueceram uma parte guardada dentro de casa. Alguém roubando de alguém, até na contabilidade ali entre eles, ficou guardadinho.

Então, senhoras e senhores, eu disse desde o início que se a gente não tivesse cuidado com essa CPMI, nós poderíamos atrapalhar o resultado final. E as disputas políticas e o comando





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

equivocado de querer votar mais uma vez o mesmo requerimento tem gerado esse tipo de debate.

Eu espero que ainda no mês de março a gente consiga preparar um relatório de acordo com a verdade. E se alguém tem dúvida da verdade, peço para analisar o vídeo que eu coloquei ontem na minha rede, onde todas as pessoas que aqui vieram depor falaram que começaram em 19, 20, 21 ou 22 a participar desse esquema. E esses anos são os anos da gestão Bolsonaro. Então, não há dúvida disso, não há dúvida disso.

E aqui eu quero aproveitar e responder uma outra prova cabal...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... de quando começou, e a omissão do juiz herói, depois Ministro da Justiça, que não quis investigar o filho da rachadinha. Disse que não ia investigar e depois disse que saiu por conta dessa pressão do Presidente, que teve a coragem de falar numa reunião: "Eu vou pegar todo mundo que está investigando o meu filho da rachadinha", diferentemente da conduta exemplar do Presidente Lula, que falou: "Se tiver envolvimento, investigue seja quem for, inclusive meu filho".

O presidiário Bolsonaro, não; disse que não ia investigar. E o Ministro da Justiça da época investigou? Veio aqui falar um monte de bravata, mas não investigou nada, e está aqui, ó, está aqui: 2019, documento do Procon São Paulo. Endereçado a quem? Sr. Sergio Moro, que participou um dia antes de uma reunião. Sobre o quê? Descontos indevidos de aposentados e pensionistas, que começaram – está aqui – em 2019. Estão aqui os nomes das entidades.

Ele fez alguma coisa? Nada! Porque não investigava nada. Protegia e blindava a família Bolsonaro, protegia e blindava o Governo Bolsonaro e não botava a Polícia Federal para andar.

Se o Ministro Moro, à época, tivesse tomado providência com a Polícia Federal, nós não teríamos esse escândalo hoje...

(Soa a campanha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... não seriam bilhões desviados de aposentados e pensionistas. Essas pessoas não teriam sido lesadas no dinheiro suado que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

possuem de aposentadoria. Mas não, foi omissa, porque era conivente com o Governo anterior, com a corrupção do Governo Bolsonaro, com os desmandos e com a blindagem que ele tinha absoluta dos familiares e de todo o Governo. É por isso que a gente vive esse escândalo aqui.

E aí eu faço um apelo ao Ministro Flávio Dino, que é Relator da ação desse dinheiro, de milhões desviados pelo Líder do PL, dos milhões desviados pelo Líder do PL: Ministro Flávio Dino, Relator, vá para cima para combater a corrupção, porque ladrão tem que ir preso, inclusive se for líder do partido do candidato Flávio Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Pergunto ao Deputado Rogério Correia se quer fazer uso da palavra.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Presidente, art. 14 nesse caso também, tá? Vai anotando.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Uma vez.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – A única elegante, até agora, foi minha colega Eliziane Gama, que eu não preciso de art. 14 para ela.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Correia, V. Exa. terá cinco minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para explicação pessoal.) – Exato. Eu fui citado duas vezes. Se fosse acumular, eu teria direito a dez.

Presidente, vamos lá. Eu queria deixar claro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pede para restituir meu tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu quero ser muito tranquilo para dar essa resposta, porque eu acho que a CPMI precisa ter foco agora – o que é que nós vamos investigar?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

–, porque nós estamos já no período final da CPMI. Se nós não tivermos foco, nós não vamos investigar o que é essencial. E, para mim, essencial hoje é investigar essa questão do Pastor Zettel, porque acho que houve muita lavagem de dinheiro neste caso do Pastor Zettel. Essa matéria de hoje – da qual eu repito os dados, 99 milhões em sete meses, e o Coaf diz que foram transações incompatíveis com a renda – nos leva a ver onde Zettel investiu esse dinheiro. Por isso, nós não podemos ficar com cortina de fumaça em torno de nomes que queriam ser aqui convocados, para desviar, no meu entendimento, o foco, que é o que faz a base bolsonarista.

Eu queria explicar para vocês o que é que eu tenho dito de maneira mais concreta. Eu fui fazer uma estimativa, Deputado Pimenta, do valor que foi investido para a construção da Igreja da Lagoinha do Belvedere, que tem conexões institucionais com este caso, para saber quanto será que se gastou, quem colocou esse recurso para fazer esse templo da Igreja da Lagoinha do Belvedere, que era do próprio Pastor Zettel, o responsável pela liderança religiosa local. Não sei se todo o recurso foi dele, mas imaginem só: a construção estimada lá é de 16 mil metros quadrados. Isso vai dar uma estimativa entre R\$100 e R\$160 milhões. Equipamentos e instalações – porque são coisas muito boas – vão ficar em torno de R\$15 a R\$30 milhões. Coloquei aí algo bastante vasto dentro dessa estimativa. O terreno estimado, que era de uma concessionária de transporte anteriormente, fica em torno de R\$20 a R\$40 milhões. Ou seja, isso vai dar um valor estimado para a construção da Igreja da Lagoinha do Belvedere em torno de R\$120 a R\$220 milhões. É muito difícil que isso tenha sido feito apenas com o dízimo dos fiéis. Portanto, é preciso que isso seja esclarecido. Não há aqui absolutamente nada contra igrejas, mas há algo concreto em que um Pastor, que é esse Zettel, está preso, e está preso por ter roubado de aposentados. Então, é preciso saber se ele fez esse tipo de investimento e como reagiu a Igreja da Lagoinha e como reage agora ao saber do Pastor Zettel, sendo ele o Pastor.

Eu pediria que colocassem algumas fotos ali para vocês entenderem. Essa foto aí é de lá da Igreja da Lagoinha. Isso é um auditório – está escrito aqui inclusive –, um auditório bastante luxuoso da Igreja da Lagoinha. Lembrando que a área construída é 16 mil metros quadrados. Esse é um auditório.

Vamos passar para o próximo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí também uma parte bastante luxuosa, a estrutura, né? Além do auditório principal, também agora arquibancadas, palco com telões de LED, praça de alimentação, academia, quadras poliesportivas, *playgrounds*, tudo dentro da igreja, batistério externo, áreas de convivência. É um luxo. Tudo bem, é uma opção da igreja ser uma igreja tão luxuosa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Sr. Presidente, pela ordem. O que que isso tem a ver com o art. 14? Ele precisa se defender do art. 14, da ofensa a ele. Isso é típico de querer atacar a igreja. Isso não tem nada a ver com o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu concordo com V. Exa., mas ele tem direito à fala, Excelência.

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu conheço o Pastor Márcio Valadão, que é um homem honrado, e está sendo exposto aqui de maneira desnecessária.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Magno Malta, Excelência, por gentileza...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Se ele se sentiu atacado, que ele responda com o art. 14 o ataque que ele recebeu. Agora isso aí não tem nada a ver.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, o Parlamentar tem direito à fala, Excelência.

Coloque mais um minuto para o Deputado Rogério Correia, por favor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Não, estou alertando para o fato de que ele responda ao ataque. É para isso o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele tem direito à fala, Excelência. Mais um minuto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Não, mas fora do ataque, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, aqui os Parlamentares são livres no discurso, Excelência.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Pelo amor de Deus! Então, se ninguém quer seguir regras, ninguém quer seguir o Regimento Interno... Ele está atacando a igreja. O senhor me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, eu concordo, mas o Parlamentar tem direito à fala, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Presidente, Presidente, eu só vou pedir o art. 14 também...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... porque o Deputado aqui da inteligência artificial me citou.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Quem citou?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um minutinho.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu não citei, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Foi citado pelo Deputado Alencar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ah, eu não citei o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mais um minuto para o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mais um não, né, Presidente? Porque olha lá...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, dois minutos, Excelência, por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mais dois minutos.

Obrigado, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Dois minutos, por favor, né, pessoal?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, infelizmente o Senador não junta lé com cré, ou talvez não tenha escutado o que eu disse no início. Eu acho que nós temos que ter foco, e isso é um foco.

Ora, o Pastor Valadão está envolvido nisso. Ele estava inclusive andando de avião com o Deputado Nikolas, que eu já citei aqui várias vezes e gostaria que ele viesse se defender.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Pastor Márcio Valadão? Márcio Valadão?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É impressionante...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – É o Deputado IA.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A blindagem é absurda.

O Pastor Márcio Valadão está envolvido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não é Márcio, Excelência, é André.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – André Valadão, desculpe. Márcio era o pai dele. Me desculpe!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixa o Parlamentar falar, gente.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Ele está falando mentira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas não...

Deputado Sóstenes, Deputado Sóstenes, Senador Magno Malta.

Suspenda o tempo, por favor.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Magno Malta...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – O senhor está falando de Márcio Valadão, um homem de quase 80 anos, sério.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Magno Malta e Sóstenes Cavalcante, os Parlamentares têm livre discurso e assumem responsabilidade sobre o que falam. O Deputado tem direito de falar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Deputado, por favor, não interrompa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mais um minuto, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu parei seu tempo, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, é impressionante. Eu estou falando é de André Valadão. Então, me desculpe errar o nome, mas é o André Valadão. Márcio era o pai dele, não está envolvido em nada. Quem está envolvido é André Valadão. Esse está envolvido. Andou também no avião, lá do Vercaro, para fazer campanha para Bolsonaro. É uma pessoa de extrema direita esse André Valadão. Todo mundo sabe.

E não estou atacando igreja nenhuma. Eu estou atacando aqueles que estão envolvidos. Não me venha com este discurso de ataque de igreja, não, porque eu também defendo a igreja e sou de igreja, Igreja Católica, mas defendo também as igrejas evangélicas, os templos eu defendo também, assim como defendo terreiros, e toda religião para mim tem valor. Não tem absolutamente nada disso. Agora, blindar quem rouba de aposentado, ah, isso não deve ser feito.

E André Valadão construiu junto com Zettel este templo, que eu pediria para colocar lá novamente... se isso pode se assemelhar a um verdadeiro templo religioso...

(Soa a campanha.)



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e o valor de 220 milhões... 120 a 220 milhões. Como é que isso foi construído? Será que os fiéis tinham tanto dinheiro de dízimo para isso? Duvido! Por isso é que eu digo que tem que quebrar o sigilo da Igreja Lagoinha, não por causa da Igreja, mas por causa do Pastor André Valadão e de Zettel, porque o Zettel era quem era responsável por essa construção, e até hoje não se quebrou o sigilo do Zettel.

Isso é dinheiro de aposentado, essa é a dúvida, que só será saneada a partir de que a gente faça de fato a quebra de sigilo do Pastor Zettel, da Igreja Lagoinha e da Clava Forte Bank, lembrando que a Igreja construiu um banco.

Ora, isso tem que ser investigado, e eu só peço desta Igreja por esses assuntos. Nenhuma outra igreja eu estou fazendo denúncia que não seja realidade. Então, não venha com esse discurso para blindar a igreja, de que nós não podemos investigar...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Pode trazer Zettel, Zettel, pastel, quebrar o sigilo. Estou dentro, bota aí que eu vou votar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Paulo Pimenta.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Depende do Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, só uma questão de ordem – desculpe, Presidente –, o senhor vai fazer todos os arts 14 ou vai interromper à 1h e retornar depois?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, até onde tenho aqui, só, pela presença aqui, o último é o Deputado Paulo Pimenta, do Governo.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC) – Eu quero... eu também.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Vamos colocar o Deputado.

E logo, em seguida, nós temos o Sóstenes, o Deputado Sóstenes e o Senador Moro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, o senhor só vai interromper depois de todos os arts. 14?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

Pois não, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, Mateus, 23, 27.

Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! [...] [porque] sois semelhantes aos sepulcros caiados, que por fora se mostram belos, mas interiormente [...] [estão] cheios de ossos de mortos e de [...] [total] imundícia.

Sr. Presidente, Mateus, 23, 27, define com clareza a hipocrisia, a demagogia, a mentira, a manipulação da fé....

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tiago 2, 14-26, Sr. Presidente: Tu me mostra a tua fé que eu te mostro as minhas obras.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nós, homens públicos, Sr. Presidente, mostramos o que somos, não pelas nossas palavras, mas pelos nossos atos, pelas nossas atitudes, pela nossa coerência.

Por isso, Sr. Presidente, uma das piores condutas de um homem público ou de um líder religioso é se utilizar da fé, da boa-fé, da crença das pessoas, muitas vezes num momento de extrema dificuldade e vulnerabilidade, para usar este sentimento no sentido do enriquecimento ilícito, da manipulação, da orientação equivocada e inadequada. E, infelizmente, isso tem sido cada vez mais desvendado no nosso país, inclusive por esta CPI.

Imagina, Sr. Presidente, uma igreja, que tem, entre seus fiéis, pessoas de bem, descobrir que a festa de *réveillon* foi paga com dinheiro roubado dos aposentados e das aposentadas, saber que o dinheiro roubado dos aposentados e das aposentadas caiu na conta da igreja. Imagina, Sr.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, saberem que o Pastor usava dinheiro roubado dos aposentados e das aposentadas para financiar campanhas eleitorais e que o seu Pastor, Presidente da Igreja, foi a pessoa que fez a maior contribuição individual da campanha do Bolsonaro e do Tarcísio, com o dinheiro roubado dos aposentados e das aposentadas, com o dinheiro fruto do golpe do "bolsomáster". Imaginem, Sr. Presidente, senhoras e senhores, já é difícil para as pessoas, às vezes, entenderem como é que um Pastor pode ter um jato de luxo, de último tipo, mas os fiéis descobrirão que esse avião, que, em tese, teria sido comprado para ajudar nas obras da igreja, foi utilizado de forma ilegal para que o Deputado Nikolas viajasse por todo o Brasil...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... para fazer campanha do Jair Bolsonaro, junto com líderes da igreja, revelando aquilo que a gente chama de sepulcros caiados, podres, imundos por dentro, na manipulação da fé e da verdade...

Só isso, Sr. Presidente, explica o desespero, o descontrole, a necessidade de tentar desviar o foco da verdade e da investigação, mas isso não vai acontecer. A verdade vai aparecer e cada centavo, cada dinheiro roubado dos aposentados e das aposentadas vai ser recuperado, esteja ele na campanha do Onyx, do Bolsonaro, do Tarcísio ou escondido em qualquer apartamento, em qualquer lugar do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu estou muito à vontade aqui. Estou há 15 anos nesta Casa. Todos os meus votos são públicos e abertos e, mais do que o voto, a própria prática política, que tenho sempre sob escrutínio do nosso povo, do meu estado. Como Liderança da Bancada do Partido dos Trabalhadores, nossa bancada está comprometida com as investigações, está comprometida não só no INSS, em relação a descobrir quem se locupletou com o dinheiro do aposentado, mas, mais do que isso, o Presidente da República dá retorno aos aposentados para ressarcir desse roubo, porque eles foram vítimas dos esquemas fraudulentos e criminosos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo lugar, eu estou aqui, hoje... Eu não participo ativamente desta CPMI, mas eu tinha presente no cronograma para a gente eleger o que é o centro da CPMI, que é a relação dos aposentados, a relação com as instituições; e, dentro desse eixo, está agora, cada vez mais, a relação entre o Banco Master-INSS e, nesse sentido, o Banco Central. O Banco Central vai ter que explicar, o Campos Neto vai ter que explicar para o Brasil inteiro, o Bolsonaro vai ter que explicar para o Brasil inteiro por que flexibilizou as relações que permitiram o Banco Master, em 2019, ter 3,7 bilhões e, em quatro anos do período de Bolsonaro, ter R\$82 bilhões. Alguém tem que explicar.

Portanto, quando a gente vota contra determinados requerimentos para não ter aqui, nesta CPI, protelação para outras finalidades, e não o centro da investigação... E para nós o centro da investigação está em todos aqueles que nós queremos, como Zettel, como Vercaro, como todos esses que juntam o setor financeiro com agora o crime organizado e, logo, logo, o PCC, e assim por diante. Nós queremos, sim, investigar nessa direção. É verdade? É verdade que, junto com o Campos Neto, tem Vercaro, tem Ibaneis, tem Castro, tem financiamento para o Bolsonaro em campanha, tem financiamento para Tarcísio? Mas, nessa semana, Alessandro, ex-Secretário de Esportes, preso no Rio de Janeiro, indicado por Flávio Bolsonaro, relação com Banco Master, relação com PCC? Vamos fazer!

Nós queremos avançar no andar de cima. Nós vamos querer avançar o Comando Vermelho, PCC, Banco Master, Campos Neto, Banco Central. Que autonomia é essa do Banco Central, que flexibilizou, para fazer essa falcatura toda neste país? E quem enfrentou? Galípolo.

Por isso, semana que vem, para o centro da nossa bancada, é trazer aqui o Galípolo, que liquidou Banco Master, e o Campos Neto vir para cá e explicar o que ele fez com esse Banco Central, porque autonomia... Não tem nada de autonomia, porque está se percebendo não só a relação promiscua com o setor financeiro, mas com o crime organizado, com as falcaturas.

E, quando aqui vejo o Líder do PL, qual autoridade moral que tem para questionar os nossos votos, a nossa idoneidade? Meu amigo, cada vez mais, V. Exa. não tem capacidade e autoridade moral...

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC) – ... porque, se eu fosse o Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores e alguém da minha bancada ou a polícia encontrassem R\$470 mil no meu





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

apartamento funcional – não meu, público, 470 mil no meu apartamento, no apartamento público –, a minha bancada me destituiria uma hora depois.

Por que o PL blinda e mantém o Líder quando tem 470 mil, num apartamento, de dinheiro vivo?! Como?! Me expliquem: que autoridade moral você tem para nos desqualificar no voto que a gente tem aqui? Eu voto com dignidade, com decência, mas não só voto. Nossa bancada também preza pela prática política, e nós temos coerência para não fazer proselitismo político, porque vocês têm muito discurso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC) – ... e esse discurso não tem coerência com a prática de vocês. Por isso justifico com dignidade o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Pela ordem.) – Terceiro art. 14, Presidente, tá?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. tem cinco minutos. Depois, em seguida, o Senador Sergio Moro, e nós encerramos, lembrando que...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Pode inverter, então? Eu falo depois do Sergio Moro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode.

Senador Sergio Moro, o senhor tem cinco minutos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu nem ia falar aqui porque o Deputado Alencar Santana todo mundo sabe que não tem relevância política nenhuma...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Art. 14, Presidente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... para fazer acusação contra ninguém. Mas, assim, eu tenho visto...

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Eu posso falar aqui ou...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) – Pode, lógico.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O Deputado Alencar Santana não tem relevância nenhuma política, não é? Já foi...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Art. 14, Presidente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... quase não entrou nessa última eleição – baixa a votação –, está preocupado com a votação e quer fazer aqui polêmica.

Agora, eu resolvi falar porque a gente observa um padrão aqui de comportamento da base do Governo, orientada pelo Lula, para proteger e blindar investigados do roubo dos aposentados e pensionistas do INSS.

E aqui eu quero elogiar o Deputado Sóstenes Cavalcante por ter colocado o dedo na ferida, porque é muito fácil ficar falando aqui, fazendo discurso: "Zettel...". A gente aprovou a convocação do Zettel. A oposição aprovou todas as convocações e todas as quebras necessárias para a investigação desses fatos, com o apoio do Relator, Deputado Alfredo Gaspar, e sob a condução diligente de V. Exa., que não tem poupado esforços para que isso seja investigado.

Agora, o Deputado Alencar Santana, que tem blindado reiteradamente o Lulinha, a Roberta Luchsinger, e nós ouvimos aqui, pasmem, até mesmo blindou o Careca do INSS. Por quê? Proibiram que fosse ouvido aqui o Sr. Edson, que, além de ter conhecimento dos fatos, foi ameaçado de levar uma bala na cabeça pelo Careca do INSS. Então, o nível de gangsterismo dessa gente é incrível.

Agora, vem o Deputado Alencar Santana proteger esses ladrões de aposentados e pensionistas, protegendo esses gangsteres, votando contra a quebra e contra a convocação, e vem acusar os outros de alguma coisa?

Eu tenho votado aqui a favor de todas as diligências que forem realizadas em relação a esse tema. Tenho uma carreira de combate à corrupção, inclusive do PT, do Governo que ele defende, que roubaram a Petrobras e agora agem para blindar igualmente outras pessoas envolvidas em escândalos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Alessandro apresentou aqui uma CPI para apuração das relações do Banco Master com ministros do Supremo Tribunal Federal. Não tem uma assinatura de um Parlamentar do PT nesse pedido de CPI, enquanto toda a oposição – toda a oposição, praticamente – assinou esse pedido.

Então, não tem autoridade moral para falar nada, não mereceria resposta, dada sua baixa relevância política, considerando que não vai ser Deputado mais ano que vem, mas, no entanto, resolvi aqui fazer essa fala para a gente deixar claro quem é quem nesta CPMI.

E a oposição faz o seu trabalho, enquanto a base do PT, orientada pelo Presidente Lula – isso é importante destacar, porque não faria isso se não estivesse orientada pelo Lula –, age para blindar os ladrões dos aposentados e pensionistas. Ou seja, a viúva, o órfão, o idoso, o inválido, aqueles que os roubaram estão sendo protegidos por pessoas do nível desse Alencar Santana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

Deputado Alencar Santana, só um instante.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu não vou permitir o art. 14, não vou conceder...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Por quê, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele simplesmente respondeu a V. Exa...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Eu respondi o Sóstenes, e o Sóstenes vai ter.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Sóstenes vai ter porque foi citado aqui quatro vezes.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, mas espere aí, Presidente. Desculpe, Presidente.

Pela ordem, Presidente. Pela ordem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Mas ele respondeu a V. Exa.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Agora, passar na minha frente?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não. Calma, calma. Eu só vou responder ao Deputado...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, posso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode, perfeitamente.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O art. 14 diz que, se um deputado for citado, ele tem direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – V. Exa. está dizendo que eu não tenho direito de resposta porque ele me respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. já teve o direito de resposta.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Em relação aos Sóstenes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Só um segundo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Regimento já foi cumprido, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, posso argumentar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estou fazendo um procedimento aqui...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, só vou argumentar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – V. Exa. está dizendo que eu não posso ter direito pelo art. 14, porque ele estaria me respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Eu respondi ao Sóstenes; Deputado Rogério também e outros responderam aos Sóstenes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E V. Exa. está dando novamente direito de resposta aos Sóstenes. Então, eu peço isonomia, que use o mesmo princípio e me permita direito de resposta em relação ao Senador que citou o meu nome mais de uma vez e de maneira ofensiva, porque, se V. Exa. está permitindo que o Sóstenes responda, a partir do uso do art. 14, eu tenho o direito também de responder ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, eu acho que hoje eu cumpro minha missão nesta CPMI – ficaram irritados, chateados – e agradeço ao Senador Sergio Moro a deferência do elogio.

Quero aqui, Líder da Oposição hoje – aqui escalado pelo nosso Líder Rogerio Marinho –, Deputado Marcel van Hattem, dizer que a gente tem que aprender algumas coisas que são boas com essa esquerda. Uma delas é fazer o mantra. Daqui para a frente, em todo requerimento – fica aqui minha sugestão –, nós temos que expor, citando os nomes de quem está blindando as pessoas de virem aqui, porque vocês viram que doeu. Se doeu, e doeu muito, esse é o objetivo.

Eu não vou ficar me defendendo de coisas que falaram aqui – até porque todo mundo já conhece este Brasil, a perseguição que quem é de direita está sofrendo. E eu devo satisfação não a colegas; eu devo satisfação ao meu eleitorado, ao meu estado. E, nas minhas redes sociais, eu já expliquei tudo sobre isso e ainda qualquer coisa que falte explicar será explicada em tempo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportuno. Eu tenho certeza de que todo procedimento que houve de perseguição contra mim – tenho tranquilidade quanto à minha vida –, tudo, será esclarecido e não vai ser nesta CPMI que eu venho falar.

Eu quero aqui entender os colegas que pediram o art. 14. Alguns foram até respeitosos, e eu não pedi aos que foram respeitosos tempo para retrucar. Outros fizeram acusações, e, por isso, lanço mão do art. 14. Teve um Deputado – eu queria que ele até estivesse aqui – que veio me ofender e que está aqui no jornal *O Globo*: "Deputado briga com pai na Justiça por fazenda de 280 hectares". Rogério Correia, eu não tenho fazenda nem de 1ha. Não, não, não é você, não. É um outro Deputado. Não é o Rogério, não. Não, não, pelo amor de Deus. Eu estou falando de um Deputado que falou aqui. Está aqui o nome dele – não tem problema, não –, é o Deputado Ricardo Maia, do MDB, da Bahia.

Está aqui o nome dele – não tem problema não –, é o Deputado Ricardo Maia, do MDB da Bahia. É notícia. Não sou eu que estou falando, é *O Globo* – é *O Globo*. Está aqui. O cara que briga com o pai, na Justiça, por causa de terra, que nível tem? E vem aqui e fica blindando ladrão de aposentado?! Não tem moral para nada! O povo da Bahia tinha que ter vergonha de votar numa pessoa dessa. Brigar com o pai, na Justiça, por causa de terra de 880 hectares...

Gente, a Bíblia ensina – já que o Pimenta hoje usou a Bíblia, é bom ver comunista usar a Bíblia. Eu acho isso o máximo. Eu fico feliz quando isso acontece. Já que usou a Bíblia, a Bíblia ensina a honrar pai e mãe. Não se processa pai e mãe, não. Isso aqui é de uma baixaria, de uma vergonha... O povo da Bahia tinha que ter vergonha de Parlamentar assim. Então, já que gosta de atacar os outros, tem que tomar cuidado com quem ataca.

Quero dizer, Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Não, não, está escrito aqui? Está escrito na matéria?

Estão me informando aqui que ele ameaçou o pai de morte. Está escrito na matéria. Eu não quero nem acreditar que seja verdade, porque aí é fim de carreira, fecha o caixão, e vela preta pra cima, porque é um troço horrível. Isso não é nível de Parlamentar para estar aqui, querendo atacar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém e votando para blindar. Eu quero deixar claro: votou para blindar ladrão de aposentado e pensionista. E um dos estados em que mais aposentados e pensionistas foram roubados é a Bahia, a Bahia dele. E quero deixar muito claro: nós da oposição não vamos mais deixar quem fica blindando gente aqui.

E quero fazer um desafio ao Governo. Se a gente blindar – porque nós nunca blindamos e nunca vamos blindar –, leia os nossos nomes também, porque aposentado e pensionista, Ministro Sergio Moro, futuro Governador e Senador da República, a maioria deles não sabe ler nem escrever. Os que foram roubados são gente simples. Aí vêm aqui – é bonito: blindam, fica só o nomezinho no painel. E o coitado do aposentado roubado que está nos assistindo não sabe quem blindou. Agora chegou a hora: vamos falar os nomes no microfone. Assim, a gente resolve esse problema. Hoje, dois. Na outra votação já fugiu da raia, já fugiu do pau. Dois, já baixaram dois. Se tivesse mais duas votações hoje aqui, Presidente, eu tenho certeza que a gente ia começar a aprovar os requerimentos para investigar esses ladrões de aposentado, porque eu tenho convicção: todo mundo vai estar pedindo voto em outubro e vão ficar com vergonha de estarem aqui blindando.

Os únicos – porque aí eu tenho que reconhecer – que não têm vergonha de blindar mesmo é o PT e a esquerda. Eles vão ficar blindando mesmo, porque eles não têm vergonha. Esses vão fazer... Agora, o Centro... Eu duvido que vão continuar aqui blindando.

E quero parabenizar o Senador Kajuru, porque mudou e, na última votação, votou para aprovar a convocação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, com relação à citação do Senador Sergio Moro ao Deputado Alencar Santana, desde o início dessa CPMI, nós temos sido muito claros de que toda pessoa que é citada nominalmente tem direito a se manifestar. E isso, quando foi para o lado da oposição, foram diversas vezes. O Líder Rogerio Marinho, por exemplo, usou várias vezes, todas as vezes que foi citado.

Então, aqui eu vou reconsiderar, a pedida do Alencar Santana, com esse argumento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Eu vou pedir de novo, então, o direito de resposta, porque eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, se ele citar...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Eu estava lá na minha sala ...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas se ele citar V. Exa. novamente será dado o tempo, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Eu estava lá na minha sala tranquilo e fui agredido aqui pelo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Assim como qualquer outro Parlamentar aqui.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... pelo Deputado Alencar Santana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para explicação pessoal.) – Presidente, primeiro obrigado pela decisão coerente, até porque o Deputado Sóstenes usou mesmo... teve também direito ao uso do art. 14.

Eu quero afirmar aqui que eu votei contra a PEC da blindagem. Quando ela foi votada na Câmara, votei contra. Não fui eu que votei, como o Deputado que me antecedeu, que fala, mas votou favorável.

Quero aqui dizer, Presidente, que eu milito na política desde os meus 16 anos, e sempre no PT, com muito orgulho: movimento estudantil secundarista, universitário, e assim foi, movimentos sociais e no dia-a-dia também do partido.

Fui Vereador e reeleito Vereador na cidade de Guarulhos por duas vezes. Fui Deputado Estadual por duas vezes em São Paulo e também Líder da Bancada do PT por duas oportunidades em 12 e 17. Eleito em 18, reeleito em 2022 – o único Deputado do PT eleito em 2018 que dobrou sua votação, mais do que dobrou, em 2022 –, fui Líder da Oposição em 2022 e aqui combati com muito orgulho o Governo genocida do ex-Presidente Bolsonaro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora estou na Vice-Liderança do Governo do Presidente Lula, que tenho orgulho de defender, porque é o Governo do Pé-de-Meia, é o Governo do PAC, do Minha Casa, Minha Vida, da geração de emprego. Enfim, o Governo que tem feito a política do Imposto de Renda zero para quem ganha até 5 mil, que defende a escala 6x1, não o Governo da morte. E o Governo que permite que seus órgãos de segurança façam o trabalho que tem que ser feito, fortalecendo, por exemplo, a Polícia Federal, basta ver a PEC da segurança, aprovada recentemente, medida que não foi feita no Governo anterior – medida que não foi feita.

A minha trajetória é construída na política, não é usando uma toga, se fingindo de herói, tendo depois suas decisões anuladas, passando vergonha, e não investigando quando deveria investigar determinados fatos. E digo claramente: se tivesse apurado a fraude do INSS, logo no seu nascedouro, logo na sua origem, impedindo que essas entidades laranjas entrassem para fazer descontos indevidos, esse roubo não teria acontecido, porque foi vergonhoso o que aconteceu.

Basta pegar o relato de aposentados e pensionistas para ver desde quando eles começam a perceber esses descontos indevidos, esses roubos das entidades laranjas e, da mesma maneira, o crescimento de bancos fazendo consignados, bancos também fraudadores. Nós temos diversos casos, e os relatos são imensos. Basta a gente ver de quando vêm esses relatos, como noticiado pelo Procon em 2019, levado à época aqui ao Governo Bolsonaro, mas não foi tomada providência. Então, o relato das pessoas e a existência dessas entidades e desses bancos.

É por isso que esse roubo aconteceu. Seja através das entidades, seja dos bancos, seja da Conafer, que até agora, Sr. Presidente, está preso, tendo um Senador de chofer – preso não; desaparecido; com mandado de prisão e desapareceu –, seja do Banco Master fazendo consignado, que, entra em 2020 e tem um crescimento exponencial no seu patrimônio.

Se a apuração... se houvesse independência da Polícia Federal, se houvesse um compromisso do Governo anterior de se combater a corrupção, isso não estaria acontecendo hoje. Nem o Master, onde o Daniel Vercaro assumiu a Presidência em 2019, nem o roubo do INSS, porque se teria combatido, impedido que crescesse.

E quem combateu? Foi o Governo do Presidente Lula. Quem mandou a Polícia Federal investigar? Foi o Governo do Presidente Lula. Quem determinou que o Banco Central fizesse a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

intervenção foi o Galípolo – indicado por quem? Pelo Presidente Lula –, diferentemente do Campos Neto; ou seja, o Governo anterior...

(Soa a campanha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... tinha um conluio de Ministros, autoridades políticas que permitiram que justamente isso acontecesse.

Então, colegas, Deputados e Senadores, todos aqui que nos acompanham, eu tenho orgulho da minha trajetória política, defendo o PT com muito orgulho, não me fiz na política fazendo bravata, perseguindo pessoas, perseguindo partidos, perseguindo autoridades, tramando com o Ministério Público, com os setores midiáticos, notícias e fatos para poder ter o seu objetivo de perseguição, nem tive a humilhação de ter minhas decisões anuladas, porque política se faz de cabeça erguida, com proposta política, com diálogo com o nosso povo e tendo princípios e valores. E o meu, acima de tudo, entre outros, é a democracia e o respeito à nossa população. E quero, sim, a verdade.

Por isso, eu defendo também a convocação da Sra. Letícia, sócia do Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Galvão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, eu queria usar pela Liderança pelo Pimenta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Eu vou fazer o seguinte: eu vou pedir ao Líder Van Hattem – Van Hattem – que entre em contato com o Luiz Lima...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... porque nós só temos dois oradores para a parte da tarde presentes aqui, que são o Senador Magno Malta e o Luiz Lima. Então, feito o uso da Liderança agora pelo Deputado Rogério Correia, encerra-se o tempo de liderança. Eu vou dar a palavra e vou encerrar a sessão. Concorda?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas nós não temos o tempo de fala do depoente, das inscrições?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Eu estou propondo encerrar a sessão logo depois das falas aqui.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Cadê o Luiz Lima?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Tem a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, eu vou...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pode ser, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode ser?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas quem está aqui para falar? Eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, entra em contato com o Luiz Lima. Eu vou dar as palavras, e vamos encerrar a sessão. Melhor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu falo com o Luiz Lima.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Então, pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu concordo com a proposição de V. Exa. e eu ligo para o Deputado Luiz Lima agora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Tempo da Liderança para o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela Liderança.) – Lembrando que eu também estou inscrito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, eu vou suspender a sessão. Vou suspender a sessão.

(Intervenções fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, vou suspender. Então, só o tempo da Liderança e eu suspendo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O.k.

Presidente, eu pedi o tempo de Liderança, porque eu acho que esse assunto não ficou devidamente esclarecido. Não há, no nosso modo de ver, do Governo, nenhuma intenção de fazer blindagem e, sim, de priorizar o que deve ser investigado. E nós acreditamos que algumas investigações não foram feitas e não têm sido colocadas para votação do conjunto do Colegiado. Quando isso não acontece, a blindagem vem anterior à votação. Um deles que eu cito constantemente – não vou citar agora, não é o que eu queria – é essa questão do Pastor Zettel, assim como da quebra de sigilo dele e da Letícia Caetano, que tem uma ligação com o Senador Flávio Bolsonaro, por parentesco dela com o contador do Careca do INSS. Portanto, uma ligação muito mais profunda do que aquilo que foi colocado em relação ao filho do Presidente Lula e ao irmão do Presidente Lula. Mas isso não nos é permitido sequer votar. Então, a blindagem veio anterior ao processo de votação, o que causa aqui, de fato, indignação, no nosso campo, em relação a essa questão.

Mas é preciso dizer que as cortinas de fumaça são feitas a todo momento. Uma delas agora veio na forma de uma CPMI para investigar dois Ministros. Eu nunca vi isso. Em vez de investigar o Supremo, vai investigar dois Ministros. Até mesmo o Flávio Bolsonaro se insurgiu contra isso e disse que isso é completamente ilegal, ao que o Senador Alessandro Vieira respondeu, dizendo que é covardia ou conveniência. É a grande briga lá no terreno deles, porque querem fazer investigação de duas pessoas. Jamais vi uma CPMI que funcionasse nesse sentido. Até Flávio Bolsonaro se insurgiu contra isso. Mas tudo isso é cortina de fumaça em um ano eleitoral, onde nós precisamos discutir como anda o Brasil.

E é nisso que eu chamo a atenção do escopo dessa CPMI.

As duas questões centrais aqui são: o desconto dos aposentados, que foi feito através do INSS, descontos esses no valor de R\$40, R\$50, R\$60, R\$70, R\$80 a milhões de aposentados, que deu um rombo de bilhões de reais. Isso não foi de agora. E aí não dá para os bolsonaristas dizerem: "Olha, olha aqui o problema. Olha só que problemão!", e não saberem a caminhada





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse problema, de onde veio. Nós não podemos enxergar uma história através de um fato. Isso é negacionismo.

Quando eu fui da CPMI do golpe, tinha a mesma coisa. Deputados bolsonaristas diziam: "Olha o dia 8, o Lula não reprimiu direito". Como se o dia 8 fosse só o dia 8 e não o resultado de um processo, que depois se mostrou um processo golpista, que levou Bolsonaro à papudinha. E ele está lá condenado a 27 anos e 3 meses por tentativa de golpe. Agora, em relação a essa questão, é a mesma coisa. Quando a gente olha os descontos associativos, nós vamos ver que aquilo começou no Governo Temer, um monte de entidade picareta, e agora está sendo resolvido. A CPMI dando a sua contribuição. Mas, olha, o Governo, através da Controladoria-Geral da União e da Polícia Federal, está fazendo uma investigação muito séria. Isso não foi feito no Governo passado, ou seja, o Governo Lula está resolvendo algo que veio de trás.

Quando a gente pega agora a questão do crédito consignado, é a mesma coisa: o Banco Master nasceu no Governo Bolsonaro, em 2019, veio...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... veio, veio, e apenas agora está sendo resolvido, ou seja, o Governo Lula está resolvendo o problema, e isso está querendo ser ignorado, assim como ignoram que a economia brasileira melhorou e muito. Nós hoje temos um Brasil com inflação pequena, muito emprego, quase pleno emprego. Nós temos os trabalhadores aumentando a renda, seja no salário mínimo ou a renda real. Nós temos um país que não baixa a cabeça para os Estados Unidos e negocia, como deve fazer um país que tem autonomia e soberania. Nós temos um Brasil que melhorou o SUS e muito nesses quatro anos, que a educação pública tem sido melhorada, 106 novos institutos federais sendo feitos, ou seja, nós temos um país em pleno funcionamento democrático, porque evitamos o golpe. Esse é o Governo do Presidente Lula, e as cortinas de fumaça não vão atrapalhar o eleitorado a enxergar o que é o Governo Lula e quanto nós avançamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

A sessão está suspensa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós retornaremos às 15h.

(Suspensa às 13 horas e 27 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 13 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a reunião.

Vou convidar o Deputado Evair para ocupar a cadeira do Relator, como Relator *ad hoc*, para que possamos dar sequência aos trabalhos.

Na listagem aqui, o primeiro que está presente é o Deputado Rogério Correia, logo depois o Luiz Lima. *(Pausa.)*

Deputado Rogério Correia com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, eu queria mais era...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Tá. Eu não vou usar os cinco minutos, já falei bastante hoje.

O que, na verdade, eu queria ver era a questão dos documentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Uhum.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Se tem informação dos documentos que chegaram e o procedimento que teremos em relação a eles.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Acho que é mais importante fazer um estudo dos requerimentos do que propriamente o debate entre nós aqui, haja vista que não teremos hoje depoentes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, os documentos chegaram oficialmente hoje pela manhã. O arquivo é completo desta vez. Nós levamos, o pessoal levou sete horas para baixar, para o senhor ter uma ideia de toda a nuvem dos telefones que tiveram o sigilo quebrado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para evitar problemas, como tivemos na semana passada, esse material irá para uma sala-cofre, onde os Parlamentares terão acesso sem o uso de equipamentos eletrônicos. Os senhores poderão anotar, ter acesso a todo tipo de informação, mas sem a possibilidade de gravação.

É uma maneira de nós protegermos e darmos sequência de que, se houver qualquer vazamento... Aqui tem até um comunicado oficial aqui para que a gente possa colocar. Mas deixo V. Exa. exercer o...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Era mais era um esclarecimento mesmo, Presidente. Pode... Dentro do meu tempo mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Hoje recebemos dados de sigilo telemático relativos a Daniel Bueno Vorcaro.

O Senado Federal já dispõe de sistema para acesso a documentos sigilosos, por máquina virtual, isolada da internet, criptografada, com registro de acessos e marcas d'água nos documentos.

Entretanto, considerando que a documentação é volumosa, para dar ainda mais proteção aos dados pessoais sigilosos, determinei que o acesso a esses dados seja feito por meio de sala de documentos, nos mesmos moldes da CPI dos Atos de 8 de janeiro.

O acesso por sala de documentos encontra-se previsto no art. 38 do regulamento aprovado por todos os membros da Comissão.

Passo à leitura:

Art. 38. A Sala de Documentos, destinada a documentos cujo acesso não se dará por meio dos sistemas, compreenderá, seguindo as diretrizes de segurança traçadas pelo Prodasen, pela Spol e pela Comissão, computadores ou documentos impressos para acesso por servidor ou membro da Comissão devidamente autorizados, respeitadas as seguintes diretivas:

I. Aparelhos de telefone celular e demais dispositivos informáticos serão deixados fora da Sala de Documentos;





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

II. Os servidores ou Parlamentares credenciados deverão permanecer na Sala de Documentos somente pelo tempo necessário para a análise dos documentos que lá se encontrem, podendo tão somente tomar notas, vedada a utilização de câmeras, *pen drive* ou de qualquer dispositivo que permita o registro dos documentos acessados;

III. Antes de sair da Sala de Documentos, o credenciado preencherá, de forma manuscrita, o Livro de Registro de Acessos, com as seguintes informações relativamente ao acesso efetuado: nome, dia, hora de entrada e saída, motivo do acesso e assinatura; e

IV. Os servidores da Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito poderão acompanhar, parcial ou integralmente, o acesso do servidor ou do membro da Comissão à Sala de Documentos, bem como poderão contar com o auxílio da Spol para esse fim, inclusive com uso de detector de metais e monitoramento presencial, se necessário for.

Registro que haverá detector de metais na entrada da sala e todos deverão passar por ele, inclusive os Parlamentares.

Os vigias designados terão uma lista dos membros da Comissão e dos Parlamentares credenciados para o acesso.

Se houver alguma dúvida ou problema, os membros podem se dirigir à secretaria, inclusive, para os horários de liberação.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Pergunto a V. Exa. quais são os horários e os dias disponíveis para ter acesso à sala.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, eu vou pedir à secretaria para disponibilizar o horário hoje – possivelmente a gente já consiga –, e a partir de amanhã, para que os senhores possam, inclusive, credenciar uma pessoa que vai ter acesso a essa sala.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Cada Parlamentar...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos credenciar um, porque aí, os senhores não estando presentes, vai um servidor autorizado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... inclusive se puder ser mais à noite, às vezes, até porque, na própria semana que vem, às vezes, tem trabalho aqui na Casa. Se durante o período da noite, até um período, sei lá, até 22, até 23, até 24 horas, ou seja, durante a madrugada, porque é um horário que a gente consegue trabalhar sem comprometer a produtividade aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tá bem.

Eu vou pedir que os horários sejam publicados no grupo de assessores, e assim os Parlamentares serão informados.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Presidente, só uma solicitação para V. Exa. avaliar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Na CPMI do 8 de janeiro, eu não sei se tínhamos credenciamento de um ou dois, não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas o número de documentos também não era tão grande.

Se não era possível fazer o credenciamento, até para que haja um revezamento de dois, de cada Parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e também de Liderança. Se poderia também estender isso um pouco às Lideranças, tanto Lideranças do Governo quanto Lideranças de oposição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu verifico com a secretaria e darei uma resposta até o final da sessão, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Luiz Lima, cinco minutos.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Obrigado, Presidente Carlos Viana.

Presidente Carlos Viana, eu tive o prazer de comparecer às 35 reuniões que tivemos aqui. Hoje foi a 35ª. Começamos num ritmo muito acelerado, com muitas informações.

Isso aqui é uma faculdade, é um aprendizado, especialmente com a reação dos Deputados aqui de oposição e de situação.

Só que a gente chegou a um ponto em que a gente barra a convocação do Sr. Edson Claro, que foi sócio do Careca do INSS, o maior operador financeiro, e a gente teve a convocação dele barrada hoje e que é, simbolicamente, muito importante, porque foi o Edson Claro que delatou o Lulinha, o filho do Presidente da República, que ele acusou de ter recebido R\$300 mil de mesada e mais R\$25 milhões de "luva" – a gente não sabe em qual valor que foi.

Então, nem no início da CPMI, em que ela nasce no intuito de descobrir os sindicatos de fachada, os operadores financeiros e recebedores de propina, quando chega ao filho do Presidente da República, à sua amiga Roberta, à Sra. Daniela Fontenelle – pessoas ligadas ao PT, ligadas à família do Presidente –, a gente vê uma reação aqui que não deveria ter.

O Governo não preza, não prega transparência; pelo contrário, ele quer esconder do brasileiro a verdade.

Mas a gente chega ao Banco Master, Deputado Evair. E aí, eu estava pensando aqui; eu estava até falando no almoço hoje. Eu era pequeno – não, eu tinha quase 18 anos em 1996 – e eu lembro uma festa em que o Sultão de Brunei, que, na ocasião, era mais rico que o Bill Gates, contratou o Michael Jackson.

Brunei fica localizado lá na região da Indonésia, e ele contratou o Michael Jackson, e a festa custou US\$26 milhões, menos do que os R\$200 milhões que o Vorcaro gastou na Itália. Só que a fortuna do Sultão de Brunei, em 1996, era de mais de US\$20 bilhões.

O Sr. Vorcaro teve um acúmulo de recursos, de dez anos para cá... O Imposto de Renda dele – chegou essa informação aqui para a gente –, de R\$2 milhões, pulou para R\$2 bilhões. Mas como uma pessoa gasta 10% do seu patrimônio em uma festa?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, conversando com alguns amigos no Rio, Presidente Carlos Viana, pessoas até mais velhas em Copacabana, eles falaram: "Luiz, será que o Banco Master – ele não, através das suas operações sofisticadas financeiras – será que ele não está fazendo retornar para o Brasil tudo que foi roubado da Petrobras?".

Segundo a Polícia Federal, a Petrobras foi roubada em R\$45 bilhões, e só R\$3 bilhões foram recuperados pelo Brasil.

Não me tira da cabeça quando a gente tem pessoas que viveram esse período do Governo Lula, petismo, e que assaltaram a Petrobras. Sr. Jaques Wagner foi do Governo Lula; Rui Costa foi do Governo Lula; Jerônimo, Governador da Bahia, Governo Lula; Ricardo Lewandowski, Ministro da Justiça do Lula; Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central; Guido Mantega...

Como pode esse senhor gastar R\$200 milhões numa festa?

E fica muito a dúvida se esse esquema do Banco Master, que a gente começa a atingir e que tem como integrantes Senadores, Deputados Federais, Presidente de partido, diversos segmentos nessa pirâmide, escritório advocatício de mulher de ministro, uma estrutura tão grande, e a gente... Será que a gente não está desvendando um esquema que chega a ser talvez oito vezes maior do que o próprio rombo do INSS de 6 bilhões?

Então, a gente chega aqui quase ao final dessa CPMI do INSS, faltando, quem sabe aí, mais alguns meses – eu torço para que ela seja prorrogada –, mas a preocupação dos Presidentes desta Casa...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... a preocupação do Sr. Zanin, ex-advogado do Presidente Lula, que barrou a CPI do Banco Master, pedida na Câmara dos Deputados, se eu não me engano pelo Deputado Rollemberg, ex-Governador do Distrito Federal...

Olha, é muita blindagem, é muita blindagem.

Então, fica aqui a dúvida que eu estou jogando no ar, para, daqui a alguns meses ou anos, a gente ver o vídeo de volta e falar: "Poxa, o Deputado Luiz Lima tinha razão: o Banco Master é





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estava recuperando o dinheiro no exterior da Petrobras, enviado pelo Governo Lula, naquela época, e que foi um assalto".

Assim, eu acho que, em um momento aqui, os Deputados estavam falando mais de *pizza*, dos seus problemas, e esquecendo o problema da CPMI.

No final das contas, são poucas pessoas que têm moral, aqui neste Congresso Nacional, para apontar o dedo para o outro e chamar essa pessoa de ladrão. Graças a Deus, o Partido Novo não tem nenhuma pessoa envolvida nesse esquema.

Obrigado, Presidente Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Luiz Lima.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, quero aqui manifestar a preocupação com relação à prorrogação da CPMI, porque está chegando semana que vem, dia 26, e a gente tem muita coisa ainda para esclarecer. Tanto é, que aprovamos vários requerimentos que são de urgência, e, na prática, a parte mais importante e de um volume maior é exatamente dos consignados. Então, de fato, precisamos estender isso.

Eu não sei como é que V. Ex. e o Relator estão conduzindo isso com o Presidente Davi... A informação que eu tenho é que tem jurisprudência e que não precisa ir ao Congresso, é aqui no próprio Senado, ele pode ler no Senado, porque a gente precisa dessa prorrogação.

Mas, ao mesmo tempo, a gente precisa também preparar já algumas mudanças na legislação, para a gente garantir realmente a autonomia e o funcionamento da CPMI e CPI.

Mudou muito. Eu participei de várias CPIs aqui, e não tinha tanto problema quanto está acontecendo aqui nesta CPI. Infelizmente, com a interferência do Supremo, que é outro problema que nós temos.

Por isso que essa PEC que foi apresentada agora pelo Moro é importante – Senador Moro –, porque ela exige, realmente determina que, aprovado o requerimento da CPMI, ele é obrigado a vir. Evidentemente, sem comprometer aquilo que nós já sabemos, nada que possa incriminar a pessoa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, é o que eu levantei: a gente precisa ter essa preocupação também com os advogados.

Eu, sinceramente, depois da audiência com a Aline, que é uma funcionária que poderia falar sem advogado, ela poderia vir aqui... Aí, o advogado fica aqui, proibindo-a de falar, para defender os interesses do Careca, porque ele era advogado do Careca.

Então, quanto a essas mudanças com relação à CPMI, nós precisamos realmente reforçar para fortalecer, porque é um instrumento nosso de fiscalização. É obrigação nossa fiscalizar e legislar, e a CPMI é um instrumento que a gente tem.

Agora, eu lamento aqui, porque a questão do PicPay, eu fui o primeiro a levantar essa questão quando o Ministro esteve aqui – ele nem sabia que existia essa questão, mas logo na sequência foi cancelado o decreto –, e agora, para a minha surpresa, surge também, no GDF, a mesma coisa. Do mesmo jeito que eles fizeram na União, fizeram no GDF: sem licitação, só o PicPay, e agora vêm essas coincidências, que o filho do Governador também comprou um apartamento... De quem? O dono do apartamento quem era? O JBS. Exatamente o João Batista, que hoje nós tentamos aqui aprovar e não conseguimos aprovar, foi blindado aqui. Mas ele vindo aqui poderia esclarecer isso, que a venda, coincidentemente, foi exatamente nesse período aí, dessa negociação do BRB e Banco Master. Então, são preocupações que nós temos.

Essa questão do Edson também é uma coisa absurda! Ele é que poderia contribuir muito para desvendar esses mistérios todos.

Ele está disposto a falar, já desde o início, e a gente bota para votar mais uma blindagem. Inclusive, e eu disse aqui, o requerimento do próprio representante do Partido dos Trabalhadores, o requerimento também era dele.

Então, essas coisas não podem acontecer. A gente tem que buscar uma alternativa, porque o que está no requerimento é a justificação.

Olha, se a justificação que está no requerimento é coerente, é fato determinante, está lá a prova, tem documento, não tem como nem botar em votação; deveria ser automático isso!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente – primeiro eu quero parabenizar V. Exa. pela condução –, a gente precisa marcar com o Supremo novamente, não tem jeito. Essas decisões, tanto do Ministro André quanto do Ministro Flávio Dino... Também o próprio Gilmar já fez decisões como essas. No caso, a recente foi agora a do da cesta, lá da Bahia, né, que é o... Como é que ele se chama? O...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – Jaques Wagner?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não. O Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Augusto Lima.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Pois é, Augusto Lima. Tinha que ter vindo aqui, cara, é importantíssimo! Aí vem uma decisão, um *habeas corpus*, dizendo se vem ou não vem, se pode vir ou não. Cara, isso acaba com a gente, em termos de independência e autonomia da CPML.

Agora, da mesma forma, também as decisões que o Dino deu, coisa que há 200 anos... Todas as CPLs de que eu participei – todas – tiveram prorrogação automática. Todas tiveram prorrogação automática, e agora há essa dificuldade de a gente prorrogar a CPML.

Então, eu sei que nós já temos elemento aqui para fechar um belo relatório. Espero que a gente consiga aprovar este relatório aqui, porque o que não falta aqui é documento e prova, mas precisamos pressionar tanto o Supremo quanto o Presidente aqui para a prorrogação desta CPML.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, colegas, já que estamos ainda aqui no debate...

Primeiro, eu apresentei um requerimento – desde novembro, hoje entrou na pauta e foi aprovado –, que é o requerimento do doador da campanha do Governador Tarcísio e da campanha do ex-Presidente Bolsonaro, pessoa essa que é cunhada do dono do Master, do Sr. Vorcaro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje, para nós essa convocação foi importante, que é a convocação do Zettel. Esperamos que ele venha ainda no mês de março, ou seja, ainda no funcionamento da Comissão, para que a gente possa ouvi-lo e tomar depoimento. Quem sabe ele, que está preso, aqui nos diga coisas importantes para a gente esclarecer, inclusive, por que ele doou tanto dinheiro justamente para essas campanhas – apesar de a Oposição mentir e dizer que a turma teria relação política com gente ligada ao Governo: tem relação política, mas empresta um avião para fazer campanha para o Bolsonaro; tem relação política, mas doa 3 milhões para o Bolsonaro; tem relação política e doa para o Tarcísio. Haja contradição no negócio! Essa turma é boa de mentir.

Mas eu queria também aqui fazer um registro e deixar uma preocupação.

Nós já tivemos outros sigilos quebrados nesta Comissão. Recentemente, o Grupo Globo admitiu que recebeu material da Polícia Federal de um dos sigilos quebrados, num primeiro momento, tentando passar a impressão de que seria algum membro da CPMI; depois, o documento não tinha chegado aqui. Portanto, não tinha como ser ninguém, aí teve que admitir que foi alguém ali da Polícia Federal. Então me estranha, justamente no sigilo telemático do Vorcaro, que não veio depor a esta CPMI, por fruto de uma decisão do Ministro André Mendonça – o mesmo Ministro que também permitiu que seu sócio, o Augusto Lima, não viesse ontem –, de repente a gente colocar uma blindagem para poder acessar o material do Vorcaro.

Ora, ali são inúmeras, milhares de páginas! Milhares de páginas. No telefone dele, segundo matéria da imprensa, 18 Parlamentares foram citados – contato que ele teria com 18 Parlamentares. Isso já coloca muita coisa em dúvida.

Aí está dizendo que nós – a nossa equipe, a equipe técnica – não vamos poder ter acesso. É praticamente, humanamente impossível – humanamente impossível! –, conseguirmos analisar milhares de páginas em horário fracionado; para cada Deputado e uma pessoa do seu gabinete poder analisar esse material.

Ora, isso vai impedir que a gente chegue à verdade. Isso vai impedir que a gente possa avançar na investigação. Isso vai impedir que a gente descubra – com provas, com materialidade e saindo da ilação – com quem ele tinha contato, com quem ele tinha relação política, com quem ele tinha influência e em que termos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que ele dizia nos seus telefones? Parte já saiu por aí. A gente já viu, aliás, expondo até mulheres com quem ele tinha algum tipo de contato, mas nós queremos a verdade absoluta da relação política, que é isso o que nos interessa investigar, não outro tipo de conversa. Nós queremos aquilo que é político, aquilo que nos interessa na investigação.

E, de repente, a gente tem essa blindagem de acesso a esse material. Lamento essa decisão! Uma decisão equivocada, uma decisão que restringe o nosso trabalho, que restringe a investigação, que impede que a gente se aprofunde em toda a influência que o Sr. Vorkaro tem, influência essa reconhecida...

(Soa a campainha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... até pelo Ministro André Mendonça, quando transferiu ele para Brasília, em que o Ministro disse: tiro ele de um presídio, sob o comando do Governador Tarcísio, porque o Vorkaro tem muita influência política e ali pode atrapalhar a investigação. Ora, se a gente não tiver acesso a esse material, como é que nós vamos investigar?

Hoje saíram duas matérias: uma que o filho do Governador teria comprado um apartamento – o Governador Ibaneis –, teria comprado um apartamento também em negócios envolvendo, no caso, desconto do INSS; outra, que o Ibaneis agora, o Governador, vendeu créditos a uma empresa, a um fundo ligado ao Master, da Reag, e o próprio Governador, no exercício do mandato – em que não pode exercer a advocacia –, vendeu crédito do seu escritório para esse fundo.

Ou seja, nós temos muito o que apurar sobre o Vorkaro, sobre o Master e suas relações políticas, e essa decisão de restringir o acesso impede que a verdade venha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados... Sr. Presidente, parece que estamos gastando nosso tempo aqui, horas e horas, toda segunda-feira, toda quinta-feira.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os aposentados estão em casa nos assistindo, na expectativa de que serão ressarcidos e de que quem cometeu o crime vá para a cadeia, mas nós passamos a maioria do tempo aqui nos digladiando, tentando colocar no colo de alguém.

Essa tentativa de colocar no colo de Jair Bolsonaro... A minha conclusão é que, se você banir do planeta a palavra "Bolsonaro", "golpe", eles vão ter que aprender braile ou Libras – vão ter que aprender Libras! –, porque é só isso.

Agora, realmente, Bolsonaro se cercou muito mal, há que se tratar com a verdade. Olha quem estava assessorando o Bolsonaro para que ele desse volume e engordasse o Master para que chegasse a isso: Jaques Wagner, Rui Costa, Temer, Guido Mantega, Henrique Meirelles, Ricardo Lewandowski, o filho metido também com os ladrões do INSS, esse é o pessoal do Master. Será que esse pessoal é o entorno de Jair Bolsonaro? Será que é? Ibaneis é o entorno de Jair Bolsonaro? O filho de Ibaneis é o entorno de Jair Bolsonaro?

E fica lá o aposentado, na expectativa de ouvir alguma coisa. Eles mentem e gostam de chamar os outros de mentirosos, mas comunista é assim: "acuse-os daquilo que você é". Mentindo que a maioria dos aposentados foram ressarcidos. Eu tenho parentes, tias diabéticas, amputadas, cegas, com quatro empréstimos consignados numa aposentadoria desse tamanho, que hoje não compram nem remédio, e a gente fica aqui.

Então temos dois problemas: um é blindar bandido, e o segundo grande problema é a intervenção do Judiciário. Olha, eu nunca vi na minha vida... Izalci disse que participou de todas as CPIs. Eu já comandeí grandes CPIs. CPI tem poder de justiça e de polícia. Infelizmente, o Ministro André Mendonça dá uma no cravo e a outra na ferradura. Infelizmente. Não se libera uma CPI quando convoca alguém por cometimento de crime. É convocação. Ele não pode ser liberado. Ele pode até vir como testemunha e não se incriminar, isso está na lei, ele nem precisa ir buscar no Supremo.

Agora... "Não, já existe precedente". Não, não existe precedente. O precedente começou com o Ministro André Mendonça. Ele deu o precedente para Deolane, para ela não vir à CPI das Bets. Ele abriu o precedente, e agora o precedente está dado para qualquer bandido desse. E realmente... Eu penso que ele está indo bem e esse fardo que está no colo dele não é fácil mesmo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou o autor do requerimento para melhorar a segurança dele, para transferir o Vorcaro para um presídio federal.

Mas veja só o que ele fez. Agora, o Vorcaro preso, o Ministro André Mendonça atendeu o pedido da defesa do Daniel Vorcaro e autorizou que ele se reúna com os advogados sem registro audiovisual – presídio de segurança máxima – nos encontros na Penitenciária Federal de Brasília. A Polícia Penal Federal, responsável pela segurança de cinco penitenciárias federais do Brasil, manifestou-se contra a realização do encontro com Daniel Vorcaro e seus advogados sem gravação da conversa dentro da penitenciária federal.

Veja o que aconteceu por conta disso: apontou risco de tratamento desigual entre presos e reuniu 32 argumentos contra a medida. O monitoramento por áudio e vídeo é procedimento padrão num sistema federal. Admitir que um único preso goze de prerrogativas mais amplas que os outros cidadãos cria um precedente perigoso. E aí sabe o que aconteceu? O advogado de Marcola entrou imediatamente pedindo a isonomia, pedindo o mesmo tratamento; e mais quatro faccionados presos na segurança máxima já entraram pedindo o mesmo tratamento. Vejam como é perigoso esse tipo de coisa.

Ora, se Vorcaro trata com seus advogados e pode recebê-los sem filmar e sem gravar... O sujeito com uma gama de informações que ele tem, o sujeito que jogou uma tarrafa e trouxe para si todos os vocacionados à corrupção, sejam eles togados, sejam eles Senadores, sejam eles Deputados Federais, e tem alguns que estão até o fio do cabelo nessa lama, atolados dentro dessa fossa que explodiu no Brasil; e o aposentado está aqui, sentado lá, no YouTube – coitado –, assistindo à TV Senado e esperando que nós tomemos alguma atitude. Não, fica um grupo aqui dizendo: "Ah, começou no Governo Bolsonaro"; é, Bolsonaro realmente era Governador da Bahia; ele era Rui Costa, era Bolsonaro. Todas as indicações feitas por Jaques Wagner.

Então, é preciso que nós tratemos o seguinte: tem aposentado que precisa receber e foi roubado – ponto. E nós precisamos ouvir todos os bandidos, todos os envolvidos, e quebrar o sigilo de todo mundo. Nós não estamos aqui... Nós não temos bandido de estimação. Tragam Zettel, tragam quem quiser. Vamos quebrar o sigilo e vamos ouvir todo mundo.

Agora, quando toca no prodígio, no menino traquino do Lula, aí tudo muda; ninguém quer quebrar tudo. Por que não, se existem documentos?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a minha grande tristeza...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... é que o Toffoli mandou recolher o que tinha nessa CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... os gigabytes – e encerro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Quando André Mendonça assume, manda devolver um gigabyte – um gigabyte! –, que não tinha absolutamente nada. Tinha alguma coisa? Tem alguma coisa? Absolutamente, sem o volume de comprometimento de que membros da CPI nós já havíamos visto lá.

E, aí, quero falar para o nobre Deputado que me antecedeu que não foi; foi o próprio Alexandre de Moraes que, ao fazer a sua notinha, disse que a CPMI estava fazendo vazamento. E, na verdade, a Globo, quando disse, no Jornal Nacional e no Fantástico, o Tralli disse junto com a Renata: nós temos fontes seguras. Quem disse foram eles; e a fonte segura não é a CPMI. Esse gigabyte não foi vazado por nós.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Não foi vazado por nós.

Então, é preciso que essas coisas fiquem explicadas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – E agradecer... E essa verdade posta pelo Deputado Sóstenes, que, na verdade, realmente, ao se votar requerimento aqui, ao final, cada um de nós aqui listemos para o povo brasileiro que está nos assistindo, porque esse negócio de "ah, venceu por 14 a 12"... Pronto, fica só nisso. E que realmente apareça o nome de quem vem aqui para blindar bandido que assaltou esta nação e esses aposentados que estão nos assistindo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando será que chegará a solução? Nenhum de nós pode dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k., obrigado, Excelência.

Respondendo, aqui, o questionamento sobre o uso da sala de documentos, da mesma maneira que descrito em nossas normas de funcionamento, há precedente da CPMI de 8 de janeiro, presente no art. 4º das normas dessa citada CPMI, em que apenas foi concedido o acesso à documentação a um assessor por Parlamentar.

Assim, informo aos senhores e às senhoras que, a partir de amanhã, estará disponível o acesso à sala-cofre da Coceti, para consulta aos documentos sigilosos da CPMI.

Eu determino à Secretaria que estabeleça o horário de 9h a 21h para que todos possam ter acesso.

Vou explicar outro ponto também. Os assessores que já possuem cadastro para manuseio de documentos de assuntos sigilosos não precisam realizar novo cadastro.

A sala-cofre possui uma limitação de sete computadores; e, por isso, o uso será organizado por ordem de chegada, dentro do horário que será definido em conjunto com a Secretaria da Comissão, o que eu já determinei, de 9h da manhã às 21h, de segunda a sexta-feira. Essas medidas garantem o funcionamento seguro e controlado do espaço destinado ao exame do material sigiloso.

A sala-cofre está localizada no Plenário nº 19, subsolo, na Ala Senador Alexandre Costa, na Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Senador Sergio Moro com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhor?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Lideranças, se pode...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só o Relator pode ter duas pessoas; todos os demais só podem ter um.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, eu quero aqui manifestar a minha preocupação, porque, dentre os investigados desta Comissão se encontra este senhor, o Daniel Vorcaro.

Houve uma decisão muito corajosa e muito bem fundamentada do Ministro André Mendonça pela preventiva do Sr. Daniel, e todo o país pôde acompanhar ali os fundamentos: primeiro, um crime financeiro que gerou um prejuízo de mais de R\$40 bilhões... Acho que isso é inédito, esse número é inédito na história financeira do país.

Vimos também, amplamente divulgado no noticiário, que esses valores foram utilizados para uma vida luxuosa, jardins da Babilônia, algo que afronta o bom senso; e notícia, inclusive, de um gasto de 200 milhões numa festa no exterior, enfim... Vimos, igualmente, que esse senhor tem conexões com pessoas poderosas da nossa República, inclusive suspeitas de transações com Ministros do Supremo Tribunal Federal. Um deles, o Ministro Dias Toffoli, finalmente resolveu se dar por impedido ou suspeito para apreciar casos relacionados ao Banco Master.

Mas, se nós formos olhar a decisão que foi por ele tomada, pelo Ministro André Mendonça, há referência a diversos episódios, Senador Viana, em que Daniel Vorcaro sugere a prática de atos violentos contra pessoas que poderiam, de alguma maneira, prejudicá-lo.

Um diálogo entre Vorcaro e um terceiro indivíduo, ele se reporta a uma empregada, Monique, que estaria o ameaçando – não sei, talvez para revelar os seus maus feitos –, e, entre aspas, ele afirma: "Tem que moer essa vagabunda" – fecho aspas. Um outro trecho, dessa mesma decisão, ele sugere que seja simulado um assalto contra o jornalista Lauro Jardim, também se dirigindo ao seu interlocutor – aspas: "Esse Lauro quero mandar dar um pau nele. Quebrar todos os dentes. Num assalto".

Em outro trecho, Senador Viana, ele informa que estaria monitorando um ex-funcionário e sugere uma interceptação telefônica ilegal – entre aspas – "Tem algum telefone, alguma coisa assim, para monitorar?" – fecho aspas. Matéria que saiu esses dias de que ele teria tido acesso a sistemas da PF e sistemas da Procuradoria-Geral da República.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui juiz 22 anos e era um juiz severo, a gente entendia que a prisão preventiva era um remédio excepcional, mas eu usava esse instrumento para proteger o processo; diante também da gravidade concreta do crime, para impedir a reiteração delitiva; e igualmente para proteger terceiros, inclusive de atos de intimidação, de espionagem e vigilância eletrônica ilegal.

Digo isso, Senador, porque amanhã se inicia o julgamento no Supremo Tribunal Federal, na Segunda Turma, no qual será ratificada ou não essa medida pelos demais componentes da turma...

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... referendada ou não. Espero que o Supremo Tribunal Federal, atento a todos esses elementos probatórios, a esses fatos e à lei, mantenha essa prisão preventiva, sob pena, inclusive, Senador Viana, de que nós coloquemos em risco as próprias atividades desta Comissão, de testemunhas que aqui pretendemos ainda ouvir, do trabalho do Relator, do trabalho de V. Exa., que também podem ser vítimas de ações ilegais desse indivíduo.

Acredito que o Supremo, seguindo a lei, manterá por unanimidade essa prisão preventiva, mas receio – e o receio todos temos – que possa haver um entendimento de maneira a revogar o que foi decretado pelo Ministro André Mendonça.

Então, aproveito essa oportunidade para externar a minha posição de que a prisão preventiva de Daniel Vorcaro é necessária, tem que ser mantida, e rogaria que esta Comissão também tivesse um posicionamento nesse sentido. Acredito que essa deve ser a posição, inclusive, de V. Exa., a preocupação com os trabalhos aqui desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – É este o posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Sergio Moro.

Eu vou ler aqui a lista dos inscritos presentes, na sequência: Coronel Chrisóstomo; logo depois, Deputado Marcel van Hattem; Senadora Damares Alves; Deputado Evair de Melo; Deputado Sóstenes Cavalcante.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

São os presentes aqui, até o momento, para a fala.

Eu passo a palavra ao Deputado Coronel Chrisóstomo.

Alô, Rondônia!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – São cinco minutos, né, Presidente, agora?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. *Fora do microfone.*) – Cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. *Fora do microfone.*) – Posso pedir dez? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. *Pela ordem.*) – Olá, Rondônia. Olá, Brasil.

Grato, Presidente, até porque o senhor citou Rondônia, e citar Rondônia, para mim, aqui no Congresso Nacional, é algo muito sublime, para mim, como Deputado Federal do meu Estado de Rondônia.

Presidente, Srs. Parlamentares, meu colega Luiz Lima, do Rio de Janeiro, chegamos juntos nesta Casa, trabalhando sempre. Eu chego no meu Estado de Rondônia, em Porto Velho, minha capital; Ji-Paraná, amanhã estarei aí, estarei lá com o pré-candidato a Presidente da República Flávio Bolsonaro, sábado, em Ji-Paraná.

Chego nesses municípios, Presidente, e eu fico muito feliz, porque os velhinhos, aposentados e pensionistas, vêm até mim agradecendo esta CPMI, por tudo que nós temos feito e, logicamente, por eu ter colhido a primeira assinatura, criando a CPI do roubo dos aposentados. Não só em Rondônia, no Brasil, Evair de Melo, Coronel Chrisóstomo está conhecido; fruto da minha iluminação, porque Deus me deu, naquele momento, para criar a CPI. E, dali, redundou na CPI mista.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso nos deixa felizes e com uma responsabilidade ainda maior, porque o povo brasileiro quer que daqui saia um resultado positivo. Essas brigas, essas discussões fazem parte, mas o povo não gosta disso. O povo quer um resultado positivo, o povo quer que as pessoas que estão sendo citadas aqui para serem ouvidas têm que vir e sentar nesta mesa para serem indagadas se têm ou não têm culpa.

Daí o meu pedido para a esquerda, sendo representada aqui por um Parlamentar: parem de impedir que as pessoas venham aqui falar a verdade! Chega de impedir isso, gente! Seja o lado A ou o lado B, o Brasil quer verdades e todos nós, Van Hattem, temos responsabilidade com isso! O Rio Grande do Sul, você como pré-candidato a Senador... – e, para mim, o Coronel Chrisóstomo, será um grande Senador!

Espera-se que daqui saiam, realmente, boas ações, Presidente, para nós sabermos quem, verdadeiramente, está roubando o povo brasileiro mais humilde, pobres, mais vulneráveis. E nós temos essa responsabilidade. Essa briguinha daqui, para lá e para cá, não nos leva a lugar nenhum.

E é isso que Rondônia espera de nós: o relatório aqui. O *ad hoc*, o Relator... Nós precisamos, Evair, apresentar o melhor relatório possível. O povo de Rondônia, o do Espírito Santo, o de Minas Gerais esperam isso de nós. Brigas não servem, discussões infundadas não servem. Nós precisamos, sim...

(Soa a campainha.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – ... trazer todos: Vorcaro e outros têm que sentar aqui. Mulher do Vorcaro tem que sentar aqui! Lulinha tem que sentar aqui! Nora do Lula tem que sentar aqui!

É o que o povo brasileiro espera, não essa blindagem que a esquerda faz de pessoas que têm culpa. Não somos nós que dissemos: a Polícia Federal já constatou que Lulinha recebia – ou recebe – R\$300 mil por mês – filho do Presidente Lula.

Dê exemplo, Presidente! Mande todos se apresentarem aqui, e não o pessoal da esquerda, que blinda quem tem que se explicar ao povo brasileiro.

Presidente...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – ... é isso que o Rondônia quer, é isso que Minas Gerais quer, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e outros estados.

É a minha luta e quero representar bem o meu povo por eu ter colhido a primeira assinatura desta CPI, que culminou em CPML.

Obrigado pela oportunidade.

Fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Parabéns, Excelência, obrigado.

Deputado Marcelo Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, lamentável que mais uma vez temos agora uma reunião aqui da CPML e não está presente nenhum depoente, e havia quatro previstos. É um recorde de novo, já foram três, agora são quatro. Nós estamos vendo que é uma interferência do STF completamente indevida, mais uma vez, impedindo que haja uma investigação aqui ou pelo menos tentando impedir, porque, apesar disso, nós estamos aqui trabalhando firmes para chegar aos responsáveis. E é porque esta CPML justamente tem dado resultado que ela está sendo atacada pelo Governo e por determinados setores dentro do Supremo Tribunal Federal que sabem que têm muito a temer.

Agora, Sr. Presidente, a fala aqui que fez toda a diferença no dia de hoje foi a do Deputado Sóstenes Cavalcante, Líder do PL, quando ele citou todos os Parlamentares aqui que votaram para blindar ladrão de aposentado. E felizmente, Sr. Presidente, dois Parlamentares que foram citados mudaram de opinião depois e não votaram. Não sei se todo mundo percebeu, mas a gente estava perdendo primeiro de 17, depois de 16 a 12, terminou em 14 a 12 o placar, mais uma vez daquelas e a gente ganhava, porque do PT a gente pode esperar a blindagem – não deveriam, porque eles dizem que querem investigar, não assinaram a CPI, é só hipocrisia –, então, eles vão blindar e vão até o fim para defender o filho do Presidente. Mas veja bem, Sr. Presidente, votaram para blindar ladrão de aposentado na votação que terminou com 16: Eliziane Gama, do PSD do Maranhão; Jorge Kajuru, do PSB de Goiás; Meire Serafim, União do Acre – imagina, para blindar ladrão de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aposentado –; Átila Lira, do PP do Piauí; votaram a favor da blindagem; Ricardo Maia, do MDB da Bahia; Dagoberto Nogueira, do PSDB do Mato Grosso do Sul; Ribeiro Neto, do PRD do Maranhão; todos para blindar ladrão de aposentado votaram aqui; Max Lemos, do PDT do Rio.

Aí chegou a próxima votação, Deputado Sóstenes, depois do seu discurso aqui, que já está viralizado em todas as redes, dois desses oito não votaram. Aliás, parabéns para eles, colocaram a mão na consciência e disseram: "Oh, não vamos mais votar para blindar ladrão de aposentado": Senador Jorge Kajuru, PSB do Goiás, parabéns ao Senador Kajuru, que não votou mais para blindar ladrão de aposentado, e o Ribeiro Neto, do PRD do Maranhão, que tinha votado nas anteriores para blindar ladrão de aposentado e não votou quando colocamos o requerimento do Edson Claro.

Quem ficou aqui? Quem ficou blindando ladrão de aposentado aqui na CPMI: Eliziane Gama, do PSD do Maranhão; Meire Serafim, do União do Acre – é importante que o eleitor, aquele que nos acompanha, o aposentado que foi roubado saiba quem votou para blindar ladrão de aposentado –; Átila Lira, do Progressistas do Piauí; Ricardo Maia, do MDB da Bahia; Dagoberto Nogueira, do PSDB do Mato Grosso do Sul; e Max Lemos, do PDT do Rio de Janeiro. Esses mantiveram o voto para blindar ladrão de aposentado.

Pois bem, eu espero que eles mudem de opinião na próxima reunião, como mudaram o Kajuru e o Ribeiro Neto, porque aí, Sr. Presidente, se mais dois desses aqui pararem de blindar ladrão de aposentado, resolveu o assunto, nós vamos passar aqui a aprovar as convocações. Se mais três, aí é garantido! Então, vamos botar a mão na consciência, os Parlamentares que estão aqui na CPMI, e vamos votar realmente para que haja uma investigação séria.

Puxa, blindar Roberta Luchsinger, que revelou, por meio das mensagens que enviava ao Careca...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... ou melhor foi a Polícia Federal que revelou a mesada de R\$300 mil do Lulinha; a Danielle Fonteles... Está aqui o Lulinha, eu gosto de mostrar o cartaz do Lulinha. A Danielle Fonteles, a marqueteira do PT. Quem mais foi blindado aqui? O J&F, um dos irmãos Batista, blindado por quê? Estou falando só de hoje. Se eu falar das outras, não vai dar tempo, eu tenho só cinco minutos hoje. Se eu falar de todo mundo que o PT blindou...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o PT blindar, eu repito, Deputado Sóstenes, lamentavelmente está no serviço sujo que eles fazem. Agora, esse povo aqui que eu li, vamos lá: Eliziane Gama, Meire Serafim, Átila Lira, Ricardo Maia, Dagoberto Nogueira, Max Lemos, vamos botar a mão na consciência e parar de blindar ladrão de aposentado?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu vou ser muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Lamento a gente não ter mais alguns depoimentos, mas eu preciso repetir isto para o Brasil assimilar e eu vou repetir isto o tempo todo: nós temos uma CPMI cujo maior objeto são os documentos. Os depoimentos são importantes porque, durante os depoimentos, a gente pode convencer um acusado a fazer uma delação, porque eles achavam que nunca seriam descobertos, seus rostos nunca seriam vistos, e a gente expôs para o Brasil aqui os rostos. Tem pessoas que não podem mais andar na rua, porque estavam escondidas atrás de um marido, ou de um contador, ou de uma filha, e não podem mais andar, mas a cereja do bolo desta CPMI – é por isso que eu preciso passar tranquilidade para o Brasil – são os documentos. Por exemplo, Presidente, não existe meia transferência, ou teve uma transferência bancária ou não teve, é isso. Não existe meio contrato assinado, ou tem um contrato de honorário de R\$129 milhões assinado ou não tem.

Então, para esta CPMI, independente do que todo mundo está falando, o cruzamento de dados e a leitura de documentos é a nossa maior arma. E agora o retorno dos documentos para nós, Presidente. Eu lamentei, na segunda-feira, porque eram 400 gigas e só estávamos com 1 giga, e em unzinho nós já estávamos encontrando tanta coisa. Agora, o retorno.

Então, eu queria aqui, Presidente, apresentar uma questão; não é nem uma questão de ordem, é uma coisa para a gente organizar aqui o nosso time. Acho que amanhã a gente já vai poder entrar nessa sala-cofre. Eu comprei uma pantufa. *(Risos.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ficar lá dentro. Se alguém tinha festa surpresa de aniversário para fazer para mim, esqueçam, porque agora eu vou entrar naquela... Foi ontem, mas o povo queria comemorar. Eu vou!

E, Presidente, vocês todos que vão viajar, o assessor técnico do gabinete de vocês que quiser conversar comigo para a gente fazer um mutirão... Porque é muito documento, Presidente. Da primeira vez que chegou, eu digo para vocês que eram milhares e milhares e milhares de documentos. Então, agora que retornou, nós temos um tempo curto, nós vamos ter que fazer um mutirão, Sóstenes, tá? Eu fico à disposição dos gabinetes dos senhores, do corpo técnico também – do Relator –, para a gente fazer um mutirão amanhã, depois, e a gente se debruçar. Por quê? Tem muita gente que aposta na impunidade, Magno, no crime de corrupção. Mas vocês sabem que, na leitura desses documentos e no acesso a imagens, nós podemos descobrir outros crimes hediondos. E eu quero apostar nisso, porque, se aqueles que acham que corrupção não leva para a cadeia no Brasil... Nós podemos, nessas imagens, encontrar outros crimes.

Nós temos um suicídio que aconteceu, de uma jovem, que até agora a gente não entendeu aquele suicídio; nós temos, agora, o suicídio no presídio; nós temos essas festas com garotas de programa trazidas de fora. Quem são essas garotas? São ou não são, Magno, de um esquema de tráfico internacional? Aí é crime hediondo. Se essas meninas estavam desacordadas e estavam usando elas, é estupro, porque tem que ter consentimento; se tiver criança... Então, assim, esta CPMI já fez grandes entregas, mas, se nos debruçarmos sobre esses documentos e essas imagens...

(Soa a campainha.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ... que voltaram, nós podemos chegar segunda-feira aqui, Presidente, com novidades para abalar o Brasil.

Todo mundo disse que o telefone do Vercaro poderia derrubar a República, mas eu quero lembrar que tem também o telefone de Augusto Lima. A Bahia está morrendo de medo do telefone de Augusto Lima. São os sigilos sobre os quais nós vamos precisar nos debruçar. E depois, a gente passar o Brasil a limpo. Ó, uma CPMI que ia investigar só associação está chegando a lugares muito longe!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria fazer um convite, Presidente, a todos os membros da Comissão: se quiserem montar um grupo amanhã, técnico – técnico, só técnico –, comigo, para a gente fazer um mutirão no final de semana, para a gente – na segunda-feira, quem sabe – trazer novidades para ser objeto de novos requerimentos já na próxima segunda-feira...

Obrigada, Ministro André Mendonça. Você, eu tinha certeza que não ia nos decepcionar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, estão inscritos ainda o Deputado Evair de Melo, que está como Relator *ad hoc*, e o Deputado Sóstenes Cavalcante. Então, eu vou passar a palavra ao Sóstenes. Logo em seguida eu substituo aqui, peço outro, e aí o senhor termina.

Com a palavra, Excelência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu tenho a grata satisfação de estar aqui ladeado de colegas guerreiros, que estão, de verdade, querendo defender o interesse dos aposentados, dos pensionistas, de quem recebe BPC, pessoas com deficiência, pessoas que, lamentavelmente, não são alfabetizadas, não sabem ler nem escrever, que foram roubadas, autistas e tantas outras pessoas, pessoas com problema de visão, de audição, que foram roubadas, aposentados, BPC, tudo isso. E aqui tem vários colegas que estão fazendo o seu trabalho, mas é lamentável a gente vir aqui e ver blindagem.

E, aproveitando o meu colega que lidera a base do Governo hoje, aqui, neste dia – está escalado –, o Deputado Rogério Correia, que fez algumas sugestões de trazer, Rogério Correia, alguns Governadores, eu queria até fazer uma sugestão: já que a gente vota por acordo algumas coisas aqui, vamos convidar todos os Governadores – todos, todos –, já que não tem blindagem.

Tudo começou, essa patacoada da roubalheira aí do Master, lá no Governo da Bahia. Então, vamos trazer o Governador anterior, o atual. Depois, foram lá para Fortaleza – roubaram lá também. Aí, não tem problema votar aqui o do Distrito Federal. Inclusive, falei com o Governador do meu estado, Cláudio Castro, que falou: "Sóstenes, se convidar todos os Governadores, eu quero ser o primeiro a estar aí. Não precisa nem de requerimento. Me chama que eu vou". Nós não temos problema. O problema aqui se chama seletividade. Querem chamar alguns, mas não querem chamar outros. Esse é o problema da desfaçatez da esquerda. Nós não temos problema,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

não. Aqui já estive... Quiseram chamar o Onyx; veio aqui e deu explicações. Vieram aqui vários outros Parlamentares, e não tem problema.

Então, assim... Querem fazer as coisas sérias? Vamos fazer. O Brasil e as pessoas aposentadas, lesadas, roubadas por esses quadrilheiros estão nos acompanhando para que a gente faça um trabalho sério.

E aqui quero enaltecer o trabalho dessa Presidência, o Senador Carlos Viana, que tem feito... Mesmo enfrentando um problema de saúde ao longo desta CPMI, V. Exa. tem feito um trabalho exímio...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... exemplar; o Relator e outros. O que nós não podemos fazer aqui é ficar blindando ninguém.

Por isso, Sr. Presidente, eu nem vou usar meus cinco minutos desta feita, porque eu acho que não tem necessidade de usá-los todos, mas a gente aqui pode fazer um acordo de procedimento. Se a gente não quer expor colegas em votações, se incomodou a minha exposição hoje, só de citar os votos... Eu não sabia que citar voto incomodava tanta gente.

Mas agora eu entendi por que incomoda. Inclusive, não quero acreditar, Presidente, porque eu ouvi – para mim é conversa de corredor, não deve ser sério – que alguns Parlamentares estão vindo aqui com promessas do Governo de dar 5 milhões de extra para ficar blindando pessoas aqui. Eu quero acreditar que isso é mentira. Não quero nem acreditar que seja verdade. A gente só ouve conversa de corredor, Deputado Evair. Não acredito mesmo que seja verdade que uma pessoa tenha coragem de vir aqui por causa de... Até porque 5 milhões de emenda extra não vão resolver o problema da eleição, do desgaste de saber que ele está aqui para blindar ladrão de aposentados. Não vale a pena isso. Eu não quero acreditar que seja verdade.

Então, Sr. Presidente, nós estamos aqui para fazer um trabalho sério. E o que a Senadora Damares, que me antecedeu, falou...

Assiste-lhe total razão, Senadora. Os documentos que aqui estão e um trabalho...

(Interrupção do som.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... minucioso (*Fora do microfone.*) do Relator...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... que tem feito, e de todos nós Parlamentares... Nós vamos atrás de todos esses ladrões. Doa a quem doer, seja quem for, nós não estamos aqui para blindar.

E eu não esqueci aqui um personagem que parece que estão esquecendo, lá do início da CPMI, que é o tal do Frei Chico, irmão do "descondenado" Lula, que também deve satisfações. Parece que agora só lembram do Lulinha, do filho. Não; parece que o mal é mal de família: é o irmão, é o filho, é a família toda envolvida. E a gente não pode esquecer nenhum deles. Eu acho que tinha que pautar de novo o irmão, o filho, para a gente continuar expondo quem está aqui para blindar pessoas que têm algum tipo de suspeita – e quem está falando não sou eu, que sou da oposição; quem está falando é a Polícia Federal, que tem algum tipo de suspeita – de envolvimento com roubalheira dos aposentados.

Então, tem que vir Lulinha, tem que vir Frei Chico, tem que vir todo mundo. Vamos botar todo mundo aí para dar as explicações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Deputado Ribeiro Neto com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Art. 14, Sr. Presidente.

O SR. RIBEIRO NETO (Bloco/PRD - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, vou me ater aqui ao requerimento que eu fiz.

Eu protocolei um requerimento ontem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. RIBEIRO NETO (Bloco/PRD - MA) – ... pedindo a convocação do Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto, que, segundo uma reportagem recente, teria recebido, aproximadamente, R\$3,6 milhões provenientes do Banco Master, que era controlado pelo Daniel Vorcaro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria que V. Exa., na próxima sessão deliberativa... Que a gente pudesse apreciar esse requerimento, a fim de trazer também o ACM Neto aqui para esta Comissão. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Vou pedir ao Deputado Sóstenes que faça a substituição com o Deputado Evair de Melo aqui, por favor. O Deputado Evair de Melo é o nosso último inscrito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Acho que não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Citou. Falou.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Você falou bem?

Não, é que tem certas coisas que eu prefiro não ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

Deputado Evair de Melo, com a palavra, por favor.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor. Por favor.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, PT e roubo têm tudo a ver. Lula e corrupção é a mesma coisa. PT e quadrilha têm todo o sentido. A novidade é a ousadia do momento: se organizaram em máfia.

Quando o Lula protege o PCC e o Comando Vermelho, usando, inclusive, o Itamaraty, significa que a corda chegou no seu pescoço. Membros de máfia cumprem missão ou são eliminados. Lula foi colocado no Palácio do Planalto como membro dessa máfia, com a obrigação





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de protegê-los. E o caminho percorrido para a indicação de certos membros do STF também seguiu a mesma direção.

O Brasil se tornou refém de uma máfia. Al Capone aqui seria menor aprendiz, a máfia siciliana seria amadora. Em países tomados pela máfia, mortes e tentativas de assassinato são registros constantes. Assim, a máfia tem lá os seus princípios: corrupção das autoridades, lavagem de dinheiro, assassinato, intimidação, infiltração na economia legal, espancamentos, agressão física. Olha o que o Sr. Careca disse: "Vou meter bala na cabeça dela", isso é frase de máfia. Olha o que o Sr. Daniel Vorcaro disse: "Dar um pau nele", "Quebrar todos os dentes", isso é coisa de máfia. "Tem que moer essa vagabunda", "Dar uma surra", "Acompanhar os movimentos", "Monitorar", isso é coisa de máfia.

Infelizmente, o Brasil está tomado por essa máfia. Essa máfia tomou o poder, infiltrada em todas as instâncias públicas e privadas da nação. Não vai se salvar ninguém aqui como instituições isentas. Isso nos assusta porque, muito pior do que enquadrar PCC e Comando Vermelho, o Lula está usando o Itamaraty para proteger esses traficantes e narcotraficantes, mas a notícia é que, realmente, nós viramos uma máfia.

E a Sra. Lea Bressy, uma das fugitivas daqui de hoje, não veio, Sr. Presidente, porque está cotada para assumir a Presidência do INSS. Guarde isso. Talvez para protegê-la, ela não veio aqui hoje.

E aí, vendo o comportamento e o envolvimento, infelizmente, de membros do STF com essa máfia instalada, já ultrapassam 50% os brasileiros que têm certeza de que o processo de julgamento de Jair Bolsonaro, de 8 de janeiro, foi uma farsa, foi *fake news*. Até porque a D. Viviane Barci, a advogada mais cara do mundo, não conseguiu justificar o seu contrato. E, pelo envolvimento dela e de seu marido, Alexandre de Moraes deve voltar para a Magnitsky. O Governo americano já abriu os protocolos para que isso possa acontecer.

Tudo porque, como Marcel van Hattem sempre diz, o maior fugitivo do mundo neste momento, o Sr. Lulinha... E desde agosto nós estamos denunciando o envolvimento desse senhor, filho do Presidente da República, filho da máfia, como um fugitivo da República.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando você vê as ações do Vorkaro, você não acredita. Os arquivos da Procuradoria-Geral da República foram acessados por ele. Esse cara é um gênio.

Os banqueiros, esses da máfia, se reuniram 25 vezes com o Lula 3. Afinal de contas, o Lula é alguém contratado; foi solto para cumprir missão.

E o Daniel Vorkaro parece que é verdadeiro. E o Brasil espera a sua delação.

Espero que seja feita na Polícia Federal, porque eu preciso confiar nessa instituição. Até porque alguém que tem um patrimônio que sai de 2 milhões para 2 bilhões, nominal, realmente é algo impressionante.

E aqui, como disse o nosso Deputado Sóstenes, cadê o Frei Chico? O seu sindicato teve bloqueados R\$562 milhões.

Então, é a família de fugitivos, a família de mafiosos.

Um está protegido na Presidência da República, porque a máfia o levou até lá. E o seu irmão e o seu sobrinho são fugitivos neste momento.

Mas o Brasil está acordando, e a aprovação do STF já caiu aos 50%, está despencando. Infeliz é a nação que se envergonha do seu STF.

E, graças a Deus, o Haddad também está deixando o Governo. E deixa um legado de mais impostos, mais gastos e dívidas recorde, ou seja, voltaram para a cena do crime, cometeram o crime e deixam o legado de sempre.

Vai vendo, Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Obrigada, Sr. Presidente, colegas.

Falo aqui ao Brasil, o Brasil que está acompanhando esta CPMI, Líder Sóstenes, e que fica perplexo de ver, a cada dia, quando acha que a gente vai avançar nas investigações, nas oitivas,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e revelar os ladrões dos velhinhos, fica perplexo de ver, mais uma vez, o Governo e a sua base aqui trabalhando, única e exclusivamente, para blindar os bandidos.

O que vem fazer na CPMI, que é uma Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, alguém para impedir o inquérito? Não é uma loucura uma coisa dessa? Ou seja: estão aqui para obstruir que seja feita a justiça.

Assim, eu fico pensando: "Meu Deus do céu, o povo está vendo", e nós estamos num ano eleitoral. É por isso que é tão importante, mesmo, que esses nomes venham à tona, que sejam repetidos aqui os nomes dessas pessoas.

Aliás, eu peço aqui até para a minha assessoria me passar os nomes, porque eu vou, mais uma vez, fazer coro ao Líder Sóstenes e a todos aqueles que já mencionaram esses nomes, porque isso precisa ficar bem registrado na mente e no coração dos brasileiros.

Vamos lá.

Quem disse "não" hoje, na votação de convocação do Sr. Edson Claro – que foi aquele que falou que o Lulinha recebia mesada, estava na lista de passageiros lá para Portugal, junto com o Careca do INSS...

E essas pessoas também votaram contra chamar a Roberta, aquela amiga do Lula, que disse "não vou cair sozinha, hein? Vou levar muita gente junto", e a Danielle, outra que está metida nessas falcatruas e roubos.

Até para Portugal o dinheiro dos velhinhos está indo – até para Portugal, hein, gente! –, para montar empresa de *Cannabis*. Olha que lindo o que é que o seu dinheiro – você, aposentado – está fazendo aí pelo mundo.

Vamos lá: Randolfe Rodrigues; Jaques Wagner, da Bahia; Eliziane Gama, do Maranhão; Humberto Costa, Pernambuco; Teresa Leitão, Pernambuco também; Meire Serafim, do Acre; Átila Lira, do Piauí; Ricardo Maia, da Bahia; Patrus Ananias, Minas Gerais; Ricardo Maia, da Bahia; Alencar Santana, de São Paulo; Rogério Correia, de Minas Gerais; Dagoberto Nogueira, do Mato Grosso do Sul; Paulo Pimenta, do Rio Grande do Sul; Pedro Uczai, Santa Catarina; Ribeiro Neto, do Maranhão e Max Lemos, do Rio de Janeiro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ei, Presidente, das suas Minas Gerais... O senhor aqui fazendo este trabalho, para conseguir esclarecer, para que os aposentados tenham o seu dinheiro de volta, para que seja feita justiça, para que vão para cadeia todos os ladrões, e tem gente aqui do seu estado fazendo feiura aqui, né, Presidente? Que coisa feia!

E, olha só: por mais que tentem blindar, a Polícia Federal está trabalhando e foi... Olha só, gente: a Justiça bloqueou até 0,5 bilhão... Gente, 0,5 bilhão! Eu tenho um pouco de dificuldade... Meio bilhão, 500 milhões! É que eu não consigo imaginar tanto dinheiro. Meio bilhão do Sindnapi, que é o sindicato do irmão do Lula...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... o Frei Chico, que a gente tentou chamar aqui, e o Governo blindou.

Esses mesmos Deputados que eu citei aqui – e outros – blindaram: "Não, não pode chamar o irmão do Lula, o Frei Chico. Ele é um santo, ele é Frei". Disseram que ele era uma pessoa de vida modesta...

Aí tem o Lula, com o irmão dele...

(Soa a campainha.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... envolvido até o último fio de cabelo e o Lulinha... O Lulinha, filho do Lula – filho do Lula... Procurado? Menino, hein?! Olha isso aqui, procurado pela Justiça. Está lá na Espanha.

Vou facilitar a vida de quem está procurando: ele está na Espanha; está na Espanha, gastando o dinheiro dos aposentados, dos velhinhos.

Meu Deus do céu! Que coisa horrorosa! Que vergonha!

Mas, olha, Sr. Presidente, nós não vamos nos desanimar não. Não fique triste, eu sei que o senhor está aí fazendo tudo... O senhor, enfrentando tanta dificuldade – até doença o senhor enfrentou –, e não larga mão daqui nem um dia, assim, sempre trabalhando, lutando... Mas nós vamos chegar até o fim, porque nós temos pessoas de bem neste país, que não desistem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente é brasileiro, não é não, Evair? A gente não desiste nunca. Todos os dias, a gente acorda com nova disposição.

O bem vai prevalecer. Deus está do nosso lado – nós temos certeza disso.

Tem muita gente boa: o Coronel Chrisóstomo, o Deputado Luiz Lima, Marcel van Hattem, o meu Líder, o nosso Relator maravilhoso, Deputado Alfredo Gaspar. Tanta gente boa se dedicando para poder solucionar esse problema e botar os corruptos na cadeia.

Olha, a gente sabe que está lutando contra um sistema tão poderoso, tão poderoso, que envolve ministros do Supremo... Infelizmente, gente, eu não gostaria de falar isso não, Presidente, mas eu tenho que falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Envolve Ministros do Supremo, envolve Parlamentares, que estão se escondendo...

Espere aí, Presidente... Só tenho que falar o seguinte: a gente vê notícias...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... da Andréia Sadi falando que o Centrão está contando voto na Segunda Turma do Supremo, para impedir a investigação do Banco Master.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Minha gente, o Supremo não é para isso que serve não. E o Parlamento também não.

Então, vamos à luta.

A gente fica triste de ver tanta blindagem, mas a gente tem gás e garra para continuar.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Deputado Rogério Correia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, eu vou querer os mesmos cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Os mesmos cinco deles.

Presidente, primeiro, eu faria uma sugestão a V. Exa., para que houvesse um processo democrático, para que possamos olhar os documentos que chegaram. Como tem sete computadores, que pudesse haver uma divisão entre Governo e oposição, para não ter que ficar, também, quem chega primeiro ir fazer fila lá, às 3h da madrugada. É uma sugestão a V. Exa.

Acho que isso democratizaria, e nós organizaríamos, entre Governo e oposição, os sete computadores. É a sugestão que faço.

Em relação ao que eu fui citado, primeiro, deixem-me defender Minas Gerais aqui, porque Minas foi atacada.

Realmente, a situação em Minas, neste caso, não está boa. Nós temos ladrão de aposentados já preso. Por exemplo, Vorcaro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Entendi.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É lá de Belo Horizonte, da Igreja da Lagoinha. Está preso. É uma vergonha para Minas.

Nós temos o Zettel, que está sendo blindado aqui, porque até hoje não se fez a quebra do sigilo bancário do Zettel, não entra em votação, mas a outra CPI colocou.

Também é de Minas. Está preso.

Nós temos também o Nikolas, que andou no avião do Vorcaro, o Deputado Nikolas. Uma vergonha para Minas Gerais. Andar no avião do Vorcaro... Um mês para fazer campanha para Bolsonaro.

Isso é o que a gente sabe. Depois, vimos que ele andou num avião também de jogatina, e ele é crente! Andou num avião de caça-níquel, de empresário do caça-níquel.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ô vergonha para Minas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E temos outras vergonhas.

Tem o Valadão, que me parece ser uma vergonha. Nós vamos quebrar o sigilo dele, e vai acabar preso também. É outro.

Mas tem Rogério Correia. Estou aqui resistente e fazendo aquilo que deve ser feito, observando os ladrões e colocando aqui os requerimentos para serem aprovados e serem votados. Então, Minas Gerais está honrada aqui, com toda a certeza.

Mas eu queria também pedir que as pessoas tivessem o mínimo de senso quando falam as coisas. Ficam citando frase, e não se lembram das frases do maior miliciano que este país tem, que é Jair Bolsonaro. É mais que máfia, é pior que máfia. Esse é um miliciano raiz.

É dele a seguinte frase. "Vou metralhar a petralhada". Lembram? Isso é frase de mafioso, miliciano.

Ele falou também. "Eu sou a favor de tortura". Lembram?

Jair Bolsonaro. É um poeta.

Ele falou também: "Ah, se matar uns 200, paciência. A ditadura devia ter matado uns 200, que aí tinham sossegado".

Isso é frase de mafioso ou de miliciano, sei lá de quê. Esse sujeito não pode nem ser qualificado.

Uma pessoa que fala "Viva Coronel Brilhante Ustra, o maior torturador de Dilma Rousseff!"... Que sujeito, que elegância, que democrata!

Por isso é que ele está preso lá na Papudinha. Está preso lá. Só não estão presos com ele ainda os filhos, porque eles foram blindados.

A blindagem, por exemplo, do Rachadinha, foi demais, né? Até ministro caiu, para não poder fazer investigação sobre o Flávio Rachadinha.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aqui, a funcionária dele, que coordena o escritório de advocacia, que tem relação com o Careca do INSS, não foi convocada, porque não entra em votação, e nem o sigilo dela foi quebrado. Estava para ser quebrado na quinta-feira passada, e foi retirado de pauta.

Então, a blindagem é absurda em relação aos bolsonaristas. É isso que a gente tem visto aqui.

Então, blinda de um lado bolsonaristas, blinda de outro Igreja da Lagoinha.

Se não tivesse blindagem, nós já tínhamos visto aquilo que o povo brasileiro está careca de saber. O Banco Master é o bolsomáster, é o banco feito à imagem e semelhança do Governo Bolsonaro.

O Roberto Campos Neto, que está blindado, até hoje não veio aqui, e foi ele quem fez com que o banco funcionasse.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Deu atestado de funcionamento para um banco podre, que não tinha o que oferecer, a não ser imóveis do pai do Vorcaro, em Belo Horizonte, que eram imóveis que não enganavam ninguém, e que propôs...

Leiam a carta dele, que está na CPMI, em que ele escreve para esse outro que está preso e que ganhou agora, nós vimos, do próprio Zettel, o irmão dele ganhou, milhões para ficar calado, que está preso com tornozeleira. Aliás, está com tornozeleira, mas não preso, o Paulo Sérgio.

Vocês vão ver que ele escreveu, o Vorcaro, uma carta para ele, e o Vorcaro fala com ele: "Olha, a gente vai aumentar o número de desconto associativo, para ter mais dinheiro, e aí a gente entra em fornecer crédito consignado".

O Vorcaro já se propunha a ser esse banco. Esse era o banco que o Vorcaro queria. E o Campos Neto deu esse banco para Vorcaro, para roubar o Brasil.

Tudo no Governo Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator Alfredo Gaspar com a palavra.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... eu não poderia deixar de falar: Minas está de parabéns. Está de parabéns, porque, pela graça de Deus e pela independência da CPMI, Minas tem um Presidente honrado, que tem conduzido muito bem os trabalhos da CPMI. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas eu gostaria de dizer, Presidente, não por conta de A, de B ou de C, mas aqui tem dois tipos de Parlamentares: os Parlamentares do PT combativos, que, independentemente do que pensam, defendem veementemente o Governo... E nós temos que reconhecer isso. Eles defendem, independentemente do conteúdo.

Mas tem os Deputados que foram colocados de repente.

Mas rapaz, eu queria fazer uma crítica ao Deputado Sóstenes. Apesar da nossa amizade, permita-me a crítica.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Art. 14. (*Risos.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas... Não peça não, por favor! Não peça não!

Mas eu preciso fazer uma crítica.

E, Deputado, pelo nosso bem querer mútuo, eu queria que o senhor aceitasse de coração aberto.

Acho que amigo tem que aconselhar o outro. Deputado, quando o senhor começou a citar nomes de quem votava contra, foi tanta gente querendo se esconder. Olha, eu vi gente que foi para banheiro, vi gente que ficou quase afundado na cadeira. Os Deputados do PT, não, os Deputados do PT já estão acostumados a isso, mas gente que veio aqui para votar só nisso, meu irmão, eu tive uma vergonha.

Rapaz, cabra falando grosso, na hora em que ouviu o nome, a carreira foi grande.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria parabenizar os Deputados que permaneceram, assumindo aquilo que fizeram, porque é vergonha. Pelo amor de Deus, eu vi gente que doeu no coração. Eu digo: meu Deus do céu, é melhor ficar e assumir.

O que é que aconteceu aqui? O que é que eu ia lhe pedir? Faça mais isso, não, porque o senhor cria um constrangimento generalizado. Nem todo mundo tem peito para aguentar a pancada, certo? Eu tinha que pedir isso ao senhor. É porque eu fico aqui e fico olhando no rosto de cada um.

Também eu queria dizer que eu não pedi a oitiva de Roberta Luchsinger e de Danielle Fonteles porque é narrativa, não. É porque foram milhões de reais do Careca do INSS, um dos maiores bandidos do roubo de aposentados e pensionistas, e aí blindaram.

Mas eu também pedi de um banqueiro que é muito forte. Olhem, é muito forte de verdade, e também blindaram. Então, para mim, hoje foi um dia de derrota, derrota contra a verdade a que o povo brasileiro tem direito.

Cada um conta a sua narrativa, mas, na investigação, Roberta Luchsinger e Danielle Fonteles já estão lá de tornozeleira. Elas estão já de tornozeleira! Então, aqui, hoje foi blindagem, foi blindagem.

Eu quero saber nem de pastor A, nem de pastor B, nem de pastor C, nem de religião A, nem de religião B. Isso não me interessa. Eu tenho a minha religião, respeito os outros. Quem tem sã consciência, ninguém vai ter que ser blindado, todo mundo vai ter que ser submetido a uma investigação.

Mas olhem, vou dizer o seguinte, eu não sei que igreja é essa a tal de Lagoinha. Nunca passei na porta, não sei onde fica, não tenho a menor ideia, nunca tinha ouvido falar nessa figura do Zettel. Eram pessoas de quem eu nunca tinha ouvido falar, mas eu quero dizer, para deixar aqui o meu nome registrado: que eu saiba, hoje, esse tal de Zettel, aqui nós aprovamos a vinda dele, certo? Isso é importante. Se vier a quebra do sigilo dele ou de qualquer outro que tenha interesse, da mesma forma.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas isso aí eu estou dizendo a todos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto a essa Igreja Lagoinha, eu, pessoalmente, como Relator, ainda não me debrucei sobre esse fato, mas eu já não aguento mais ouvir essa igreja.

O que eu quero dizer é o seguinte: minha gente, não vamos fazer dois pesos e duas medidas, não.

Eu estou implorando, desde o ano passado, muito antes disso, para a gente trazer aqui Roberta Luchsinger. Custa nada, Roberta Luchsinger, uma lobista, com indício de receber dinheiro roubado, por que ser blindada?

Danielle Fonteles, pelo amor de Deus, qual é o problema? A mulher recebeu mais de R\$10 milhões do Careca do INSS. Qual é o problema de estar aqui para ser ouvida? Poxa, tragam os pastores, tragam quem quiser, mas pelo amor de Deus, vamos pela ordem de chegada?

Eu estou tentando, há seis meses, ouvir quem a gente aprovou. O que é que custa trazer esse pessoal? O filho do Presidente da República. É porque é filho de Lula? Pelo amor de Deus! Por que nós queremos ouvir Lulinha? Porque Lulinha teve as viagens pagas pelo Careca do INSS. O Careca do INSS estava com Lulinha para cima e para baixo em Brasília, intermediado por Roberta Luchsinger. O Presidente da República disse para o Brasil inteiro: "Meu filho, se dever tem que explicar". Pelo amor de Deus, qual é o problema de esse rapaz vir aqui explicar?

Mas, mais do que isso, saiu na *Folha de S.Paulo* ontem ou antes de ontem, o Lula... Se foi mentira, foi do jornal e não foi desmentido... Lula ligou para o filho na Espanha para dizer: "Esse B.O. é seu, segure o B.O. e explique". Pois eu digo a mesma coisa. Poxa, se o pai está dizendo para explicar, se o Brasil está querendo explicação, o que é que custa esse rapaz pegar o avião de volta e vir aqui explicar? Não vamos... Por que tirar o sigilo do Lulinha? Se esses R\$19,5 milhões não representam nada errado, por que não deixaram a gente escutinar isso? Qual é o problema?

Então, assim, narrativa é boa, mas aqui a gente vai terminar a CPMI, seja daqui a um mês, seja daqui a dois, três... Eu achava interessante todo mundo na República ter um atestado de idoneidade, e eu começo esse atestado de idoneidade dizendo ao Ministro do STF. Rapaz, só tem uma banda da CPMI que cobra explicação. E a outra banda? Eu acho que isso aqui tem que valer para todo mundo. Vamos parar de covardia! Isso aqui é um Poder para ser respeitado na





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

República! Quer perseguir porque tem o poder da caneta, persiga. Mas a gente não pode baixar a cabeça, não. A gente tem que ir atrás de explicações. Estamos com fatos graves.

E termino dizendo, Presidente: gostei muito da postura de V. Exa. ontem, quando foi ao STF, de forma respeitosa, pedindo a independência dos Poderes e a liberdade para investigação dentro da Constituição. Nós estamos sofrendo violações constitucionais repetidas aqui na CPMI. Temos direito a investigar e isso nos está sendo tirado. O Congresso Nacional está sendo vilipendiado e poucas vozes estão se levantando. Quando se criou um Parlamento, a Comissão para investigar, é porque se deu ao povo brasileiro o direito de saber a podridão, independentemente de onde venha.

Agora mesmo V. Exa. está organizando a sala-cofre para nós termos acesso. O que é que eu vou dizer, Presidente? Eu espero que nós não tenhamos amanhã, ou hoje ainda, uma decisão judicial retirando 400 gigas de informações relevantes para a CPMI e impedindo a CPMI de aprofundar as investigações relacionadas a Vorcaro e à República do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

É questão de ordem ou pela ordem?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – É só para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Entre os documentos que chegaram ontem, chegou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Chegaram hoje, Excelência.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Não, ontem, o Imposto de Renda do Vorcaro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Certo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Quem não leu, leia. Inclusive o número de relógios e obras de arte, que eu não sei se já estão apreendidos.

Mas também, Relator, ontem chegaram as respostas da Anac, e as respostas da Anac estão muito evasivas. Eu sei que o senhor tem uma outra estratégia para encontrar as respostas que a Anac não nos deu, mas eu queria me colocar à sua disposição, Relator, se precisar ir a alguns hangares no Brasil, nós sabemos quais os hangares – não vou antecipar a investigação aqui. Eu estou à disposição para ir pessoalmente aos hangares para dar uma olhadinha em algumas aeronaves, o.k.? Então fica aqui a minha disposição para lhe ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora, pela disposição de V. Exa. em trabalhar inclusive no final de semana, eu vou estender o horário até pelo nosso prazo. Eu vou abrir também a sala-cofre no sábado, de 9 às 5h da tarde, e vou seguir aqui um pedido do Deputado Rogério Correia, de que os Parlamentares terão precedência sobre os assessores. Então, chegando lá os Parlamentares, eles poderão entrar na frente, para que possam ter o seu trabalho garantido.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente. Só... Pois não, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Evair.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Nós aprovamos, na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, uma visita às instalações da Polícia Federal em Belo Horizonte, até para que possamos ter uma compreensão melhor do Sicário. Eu peço a V. Exa., se eu preciso formalizar, para que esta Comissão tenha também membros representantes a essa visita, porque é um fato que nós estamos, na verdade, trabalhando com ele. É extremamente importante essa visita – poder fazer essa visita – para conhecermos *in locu* as circunstâncias e as condições nas quais o Sicário atentou contra a sua própria vida nas instalações da Polícia Federal em Belo Horizonte. Tem muita coisa que está sem explicação e sem entendimento. Portanto, eu faço consulta a V. Exa. sobre se há necessidade de apresentar um requerimento aqui, ou se a Comissão, pelo Presidente, pode nomear membros aqui para estarem nessa comitiva que vai a Belo Horizonte.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Correia, pela ordem.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, quero reiterar a solicitação que fiz a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... para que a gente possa ter lá, na leitura dos documentos, um equilíbrio entre oposição e Governo, para que não tenha que chegar de madrugada para ficar em fila para quem vai pegar os sete computadores. Se V. Exa. determinar que seja feito um rodízio equivalente, tanto de manhã quanto de tarde... É o pedido que faça a V. Exa. Eu acho que é em nome de todos, até para evitar esse tipo de disputa, de horário a que se chega.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu acho muito difícil a gente atender isso, Deputado. É muito difícil pela quantidade de Parlamentares que nós temos aqui. É bem complicado. Vou determinar quanto? Quatro computadores para o Governo? Três para a oposição?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pode ser num dia; no outro dia faz o revezamento, porque se vão chegar às 9h da manhã...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Chega-se às 9h, é evidente. Se chegou às 9h da manhã e só tiver sete pessoas, lá os sete entram; mas se tiverem vários, que se respeite esse processo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tá bom.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Que seja às 9...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e não que chegue lá... Se não fica algo em que vai ter que dormir gente na fila, para chegar lá às 3h para pegar... Então, não tem lógica isso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas vamos acompanhar os primeiros dias.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Presidente, da maneira como a V. Exa. colocou, estando um assessor e chega um Parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Parlamentar vai à frente. Tem é...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – O Parlamentar tem a prioridade. Acho que dessa forma caminha. Se você cria muita burocracia em torno disso, vai complicar tudo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou manter como está e vamos aguardar o movimento de tudo, para a gente entender um pouco o que está acontecendo. Eu queria só dar uma palavra aqui ao Relator. Tem sido muito falado aqui sobre igrejas. Os fatos mostram claramente o que está acontecendo ou não e quem tem razão ou não. Cada um tem direito a falar o que quiser; eu sou muito democrático nisso. Mas as nossas ações é que mostram com clareza.

E atacar cristãos, Alfredo, é desde Roma isso. Isso nunca parou a igreja. E outra coisa: Nero matou para poder esconder a verdade. Tem gente que até mata, entendeu? Hoje, mata-se a verdade para esconder a verdade. Mas isso não é problema; a igreja não vai parar por conta disso, ou se um pastor errou... Há dezenas de outros que agem corretamente, milhares de outros que seguem o princípio. Outros vão surgir, e o trabalho não vai parar de maneira nenhuma.

Bem, eu vou só reler mais algumas coisas aqui.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de o senhor reler, é só para fazer aqui um desagravo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... à figura do Pastor Márcio Valadão.

É um homem que vai fazer quase 80 anos, um homem de Deus, sabe, que não tem bola de cristal, sabe, para saber quem é bandido ou quem não é bandido. Um homem que entregou todas as suas energias, a sua vida, a sua juventude, pregando e servindo a Deus.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixou um grande legado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Imagino que está muito doente, muito doente, e eu quero ratificar e quero fazer um reparo ao nome desse homem, à memória desse homem, ao legado desse homem.

Então, assim, eu me preparei para ser até mais duro, sabe, sabe, Sr. Presidente, mas esse homem tem um legado tão digno, tão digno, Márcio Valadão, e tem o meu respeito de maneira tão incisiva que eu não teria, emocionalmente, como falar aquilo que minha mente preparou. Vou ficar só no reparo, sabe, do nome do Pastor Márcio, na honra e no ministério dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência, pelas palavras aqui.

Comunicado.

Acesso à Sala Cofre da Coceti – Sala 19, Subsolo, Alexandre Costa.

A Presidência determina: Informamos a atualização das regras de acesso à sala cofre da Coceti, destinada à consulta dos documentos sigilosos da CPMI.

Horário de Funcionamento:

- segunda a sexta, das 9h às 21h;
- sábado, das 9h às 17h.

Regras de Acesso:

- cada parlamentar poderá indicar um assessor para utilização da sala;
- o assessor pode acessar sozinho, sem necessidade de acompanhamento;
- assessores já cadastrados para documentos sigilosos não precisam realizar novo cadastro;
- Parlamentares têm precedência de acesso sobre assessores;
- não há preferência entre titulares e suplentes;
- o uso será organizado por ordem de chegada;





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

- não há limite de tempo de permanência na sala;
- a entrada é permitida somente com papel e caneta;
- a sala possui sete computadores, limitando a ocupação simultânea;
- o ambiente conta com monitoramento 24 horas, além de controle de acesso com raio-X e detector de metais.

As regras visam a garantir segurança, organização e igualdade institucional no uso do espaço e, naturalmente, se precisarmos fazer alguma mudança, os Parlamentares poderão apresentar a esta Presidência. Terei muito prazer em avaliar e melhorar o quanto for para que os senhores tenham acesso a essa investigação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, o monitoramento é feito por câmera de vídeo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Câmeras, câmeras.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o Davi não vai botar cem anos de sigilo e não resolve nada?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Esse lá...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Esse é o único lugar em que o Davi não põe sigilo, então?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É. Exatamente. Esse lá estará à disposição... Porque nós temos que nos preocupar, e, é claro, deixar isso muito correto, porque há um inquérito da Polícia Federal aberto e que pode responsabilizar qualquer um de nós, mas o primeiro na fila é o Presidente desta Comissão.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – E o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E o Relator, que está logo em seguida, isso ficou muito claro.

Então, vamos tomar todo o cuidado possível para que a gente possa seguir.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Presidente, só aproveitando também sobre essa questão do Davi Alcolumbre, a gente tem essa questão da prorrogação da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A gente sabe que V. Exa. tem um posicionamento a esse respeito. Só lamentar que, até este momento, a Mesa ainda não deu o recebido no nosso requerimento. É algo surreal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhoras e senhores, ontem, eu e o Relator desta CPMI, Deputado Alfredo Gaspar, estivemos em reunião, no Supremo Tribunal Federal, com o Ministro André Mendonça. Foi um encontro institucional importante, no qual tratamos de diversos temas relacionados às investigações e ao funcionamento das instituições da República. Mas o momento mais marcante daquele dia não aconteceu dentro da sala, aconteceu quando saímos do Supremo. Ao deixar o prédio, fiz questão de voltar caminhando até o Congresso Nacional. Caminhando pela Praça dos Três Poderes, olhei para o Supremo Tribunal Federal e fiz uma reflexão que quero dividir com esta Comissão e com todo o Brasil.

Quando o brasileiro olha para aquele prédio suntuoso, iluminado, o que nós esperamos? Justiça, nada mais do que isso. Justiça. O cidadão comum espera que os homens e mulheres que ali estão ajam em favor da Constituição, em favor da verdade e em favor do país, sem distinções entre poderosos e cidadãos comuns, sem privilégios e sem blindagens, porque a Constituição brasileira é clara ao afirmar que todos são iguais perante a lei. Mas essa frase não pode ser apenas uma linha bonita escrita em um livro, ela precisa ser vivida, aplicada e sentida pelo povo brasileiro.

Quero ir além dessa reflexão institucional. Quero falar também sobre algo que a história sempre nos ensinou: são os momentos difíceis que formam homens e mulheres de valor e revelam o caráter de cada um. E o Brasil está vivendo um desses momentos, senhores. Um momento difícil, barulhento, de tensão entre instituições e de disputas entre Poderes. Um momento em que muitas pessoas de bem se sentem injustiçadas ou prejudicadas. Esses momentos não são fáceis, eles cansam, desgastam. Sim, nós podemos cansar, mas desistir nós não vamos porque o justo prevalece e o Brasil merece o nosso esforço.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa não é apenas uma convicção política, é também uma convicção espiritual, da minha parte e de milhões de brasileiros que acreditam que a verdade sempre vence. Há momentos, na história, em que parece que Deus separa uma geração específica para enfrentar determinadas batalhas. Talvez não fosse para os nossos antepassados. Talvez não seja, Senador Magno Malta, para a próxima geração. Talvez seja exatamente para nós, no tempo certo da história. Para aqueles que hoje estão neste Parlamento, eleitos pelo povo brasileiro e colocados aqui para enfrentar este momento de história, não com covardia ou com medo, mas com coragem, responsabilidade, compromisso com a verdade e compromisso com o país.

Porque esta CPMI existe para trazer luz onde muitos preferiram e ainda preferem manter escuridão. O que estamos investigando aqui não é um episódio pequeno, senhores. Estamos falando de milhões de aposentados e pensionistas, de viúvas, de pessoas simples, que trabalharam 30, 40 anos da vida acreditando que, ao contribuir com o INSS, estavam garantindo dignidade na velhice.

Foram décadas de trabalho, décadas de contribuição e décadas de sacrifício! E quando finalmente chegou o momento da aposentadoria, encontraram fraude, esquemas de corrupção e blindagem.

Roubaram justamente aqueles que já tinham dado toda a sua vida ao país! Isso não é apenas um problema administrativo, gente! É uma ferida mortal, aberta no coração do Brasil, que cabe a nós, nesta CPMI, selar, para que essa cicatriz, no futuro, seja vista pelas gerações como um momento em que nós tivemos amplitude, coragem e altivez de investigar.

Estamos falando de idosos, de gente que trabalhou a vida inteira e confiou no Estado brasileiro, e muitas vezes quem traiu essa confiança foram justamente aqueles que ocupavam posições de alto poder: pessoas que deveriam proteger os mais vulneráveis, mas que, em vez disso, traíram essa responsabilidade. É por isso que esta CPMI precisa cumprir o papel para o qual foi designada e criada.

Hoje, existe um sentimento profundo na sociedade brasileira: o sentimento de que a Justiça tem sido seletiva. Quando o povo começa a sentir que a Justiça escolhe quem investigar, escolhe quem proteger e escolhe quem punir, algo muito grave começa a acontecer dentro de uma democracia, porque a Justiça não pode ter preferência, não pode ter lado e não pode ter medo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

do poder. Justiça verdadeira não olha para cargo, não olha para dinheiro, não olha para influência; Justiça verdadeira olha apenas para os fatos. Quando cidadãos simples começam a sentir que a lei pesa mais sobre uns do que sobre outros, eles começam a perder algo muito mais perigoso do que a confiança em um Governo: eles começam a perder a confiança nas próprias instituições.

Por isso, esta CPMI não pode ser tratada como um detalhe. Ela existe para restaurar algo essencial em qualquer nação civilizada: a confiança de que a lei vale para todos; nem mais para uns, nem menos para outros, mas para todos.

Mas também é preciso dizer algo com muita clareza e com coragem: em algum momento da nossa história recente, parece que entregaram a chave do Congresso Nacional ao Supremo Tribunal Federal. Chegou a hora, senhores, de nós retomarmos o controle, não por confronto entre as instituições, mas por respeito às prerrogativas de cada Parlamentar que está aqui, eleito pela população, e por respeito à Constituição brasileira, porque o verdadeiro dono desta Casa é o povo brasileiro. É o povo que nos coloca aqui e que sustenta esta democracia com o voto!

É por isso que eu faço uma pergunta direta a todos os Parlamentares desta Casa: até quando aceitaremos ver as prerrogativas do Parlamento sendo diminuídas? Até quando aceitaremos ver o Congresso Nacional sendo tratado como se fosse um Poder secundário? O Supremo Tribunal Federal precisa respeitar o Congresso Nacional e precisa respeitar esta Casa, porque esta Casa é eleita pelo povo brasileiro! (*Palmas.*)

Enquanto milhões de aposentados aguardam justiça, esta CPMI precisa ter liberdade para investigar, porque o Brasil tem o direito e precisa conhecer a verdade.

Diante de tudo a que estamos assistindo, esta Comissão também precisa agir. Não se trata apenas de discussões, trata-se de garantir que o Parlamento possa cumprir a função constitucional de investigar.

Todos sabem que já existe um número suficiente de Parlamentares para a prorrogação desta CPMI. O requerimento de prorrogação foi protocolado com apoio de 175 Deputados Federais e 29 Senadores da República, número muito superior ao mínimo constitucional exigido, de um terço do Congresso Nacional, mas até o momento não há conhecimento, no protocolo oficial do Senado, do Congresso, do recebimento desse documento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, isso é escandaloso! Mesmo assim, esse requerimento nem sequer pode ser lido pela Mesa do Congresso ou do Senado se não for protocolado devidamente, e isso não é um detalhe regimental, não. Isso é impedir o exercício de um direito constitucional da minoria parlamentar.

A Constituição é clara ao estabelecer que, preenchidos os requisitos, a investigação parlamentar não depende da vontade da maioria, nem da conveniência política de quem ocupa a Presidência da Casa.

Por essa razão, eu informo a esta Comissão e ao povo brasileiro que estamos protocolando, no Supremo Tribunal Federal, um mandado de segurança para garantir a prorrogação da CPMI do INSS por pelo menos 120 dias. *(Palmas.)*

Um mandado de segurança para assegurar algo muito simples: que o requerimento de prorrogação seja recebido e lido, como determina a Constituição, que esta Comissão tenha tempo para concluir as investigações e que o Parlamento possa cumprir o dever de investigar a fraude bilionária que atingiu aposentados e pensionistas de todo o Brasil.

E encerro lembrando algo que a palavra de Deus nos ensina. Leio mais uma vez para os senhores, em Isaías 1,17: "Aprendeis a fazer o bem, buscai a justiça, repreendei o opressor, fazei justiça ao órfão, defendei a causa da viúva". É exatamente isso que esta CPMI representa: buscar a justiça, enfrentar a injustiça e defender aqueles que mais precisam.

Com fé em Deus, respeito à Constituição e compromisso com o povo brasileiro, seguiremos firmes nessa missão, até o fim, de entregarmos uma resposta ao povo do nosso país.

Muito obrigado, senhores.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada no dia 16 de março, às 4 da tarde, para a oitiva de Aristides Veras dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag).

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 58 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia dezenove de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Carlos Viana e Alfredo Gaspar, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Eliziane Gama, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Magno Malta, Rogério Carvalho, Beto Faro, Coronel Chrisóstomo, Coronel Fernanda, Adriana Ventura, Duarte Jr., Átila Lira, Cleber Verde, Ricardo Ayres, Alencar Santana, Dagoberto Nogueira, Bia Kicis, Meire Serafim, Evair Vieira de Melo, Mauricio Marcon, Paulo Pimenta, Rogério Correia, Lindbergh Farias, Dorinaldo Malafaia, Marcel van Hattem, Luiz Lima e Sóstenes Cavalcante, e ainda do Deputado Ribeiro Neto, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Marcos Rogério, Teresa Leitão, Rogerio Marinho, Damares Alves, Sidney Leite e Neto Carletto. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às dez horas e quarenta e nove minutos e reaberta às dez horas e cinquenta e seis minutos. A reunião é suspensa às treze horas e doze minutos e reaberta às quatorze horas e cinquenta e três minutos. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 3168 de 2026** que : "Requer que seja convidado o Exmo. Sr. Gabriel Muricca Galípolo, Presidente do Banco Central do Brasil (BCB), a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre irregularidades em créditos consignados concedidos por instituições financeiras a aposentados e pensionistas." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 3169 de 2026** que : "Requer que seja convidado o Senhor Roberto de Oliveira Campos Neto, ex-presidente do Banco Central do Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre fraudes em empréstimos consignados e demais infrações relacionadas a instituições financeiras." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 3172 de 2026** que : "Requer que sejam compartilhadas, pelo Senhor Presidente da CPI do Crime Organizado, Senador Fabiano Contarato, informações relacionadas às transferências de sigilo fiscal, bancário, telefônico, telemático, RIF, e quaisquer outros a que a CPICRIME tenha acesso, do Senhor Fabiano Campos Zettel." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 3175 de 2026** que : "Requer envio de sugestão ao INSS para que seja prorrogado, por 90 (noventa) dias, o prazo para solicitação de ressarcimento dos descontos indevidos de mensalidades associativas nos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

benefícios do INSS." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Realização de oitiva. Oitiva do Artur Ildefonso Brotto Azevedo, CEO do Banco C6 CONSIGNADO S.A., em atendimento ao requerimento 3035/2026. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/19>

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, que se realiza nesta data, 19 de março de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 35ª Reunião, realizada em 12 de março de 2026.

Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Antes de nós começarmos, eu quero aqui me manifestar com os Srs. Parlamentares sobre os últimos eventos de decisões que nos impediram de ouvir nomes importantes nessa investigação, que nós estamos levando com seriedade, com profundidade e que o Brasil tem acompanhado com muita esperança.

Hoje, nas ruas, as pessoas olham e dizem: "Eu estava desacreditado de qualquer tipo de política ou CPMI, mas eu vejo que, quando há seriedade, a gente consegue chegar aos resultados". E esse mérito é de todos os senhores, de todos nós. Apesar das diferenças, dos posicionamentos, muitas vezes, mais efusivos, mas é um mérito de todos os Parlamentares, e eu quero deixar isso muito bem claro.

Eu tenho muita tranquilidade de que cada um, no seu segmento, tem conseguido, do seu público, o reconhecimento dos seus estados no trabalho que está sendo feito nesta Comissão.

Eu venho aqui, como Presidente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, conversar com todo o povo brasileiro como alguém que tem o dever de defender uma instituição que não nos pertence, individualmente; pertence ao povo do nosso país. E o que está em jogo não é apenas uma investigação, senhores. O que está em jogo é o equilíbrio entre os Poderes da República e o direito do Parlamento de exercer, em sua plenitude, a função constitucional para a qual nós somos eleitos.

Quanto ao Supremo Tribunal Federal, a Presidência da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS leva a essa corte uma preocupação grave, objetiva e inadiável.

Decisões recentes vêm limitando o exercício de uma prerrogativa que não é política, é constitucional, e a Constituição é clara: as CPIs possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

Isso não é simbólico, não é decorativo; isso é um instrumento efetivo de proteção da sociedade, e instrumento constitucional não pode ser relativizado por interpretação circunstancial, ou momentânea, ou mesmo monocrática.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CPMI do INSS investiga um escândalo que atingiu, diretamente, aposentados e pensionistas, pessoas simples, pessoas vulneráveis, pessoas que trabalharam a vida inteira, e foram lesadas, brasileiros que contribuíram, sustentaram este país com dignidade, chegaram à velhice esperando proteção do Estado e receberam fraude, abandono e desconto indevido.

É dever deste Parlamento... E eu tenho certeza de que falo por todos os Senadores, Deputados, Deputadas, Senadoras desta Comissão: é dever deste Parlamento ir até o fim, e não é por conveniência, mas por uma obrigação institucional.

Na semana passada, estive no Supremo Tribunal Federal, ao lado do Relator da CPMI, Deputado Alfredo Gaspar, em reunião com o Ministro André Mendonça. Tratamos de temas institucionais relevantes. Mas o momento mais marcante foi fora da sala, quando saí e voltei, caminhando, até o Congresso Nacional.

Ao atravessar a Praça dos Três Poderes, olhei para o Supremo Tribunal Federal e fiz uma reflexão que eu acredito seja feita por todos os cidadãos de bem, pessoas que creem na Justiça deste país.

Quando olhamos para aquele prédio, esperamos uma única coisa: justiça. Nada além disso. Justiça. E justiça não comporta seletividade, não comporta antecipação de juízo e não comporta restrição prévia ao exercício de qualquer tipo de investigação envolvendo quem quer que seja na República.

No dia de ontem... Em dia anterior, a decisão que afastou o comparecimento da Sra. Leila Pereira, ontem, não é apenas uma decisão processual; ela avança sobre uma competência que é exclusiva desta Comissão.

Quem define o alcance da investigação é o Parlamento. Quem decide quem deve ser ouvido é a nossa Comissão. E isso não é um detalhe regimental, senhores e senhoras; isso é a essência da separação de Poderes. Retirar esse poder é esvaziar a CPMI na sua raiz.

Não existe investigação sem liberdade para investigar quem quer que seja. Antecipar um juízo, antes mesmo de ouvir, é impedir que a verdade seja construída.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil assistiu recentemente a decisões que ultrapassam limites institucionais muito claros. Estamos falando de interferência direta no funcionamento desta CPMI, e isso não pode ser tratado como um episódio isolado. Estamos diante de um precedente, e precedentes moldam o comportamento das instituições. Se esse precedente se consolida, nenhuma CPI terá mais autonomia real. E um Parlamento, sem capacidade de investigar, deixa de ser um Poder fiscalizador, como a própria Constituição determina.

Eu faço uma pergunta objetiva: desde quando, cabe ao Judiciário estabelecer previamente o que pode, ou não, ser investigado por uma Comissão Parlamentar? Desde quando, se antecipa um juízo antes mesmo da produção da prova, no caso das nossas testemunhas? Eles são investigados num inquérito na Polícia Federal; aqui eles são testemunhas – isso é preciso ser respeitado. Isso não é controle, senhores, isso é restrição.

Não se combate irregularidade impedindo investigação. Não se fortalece a Constituição enfraquecendo o Parlamento. E não se preserva a democracia retirando dela os instrumentos de fiscalização. Se não há investigação, não há verdade, e, sem verdade, o que se instala é a desconfiança. E, quando a sociedade perde a confiança nas instituições, o dano é muito mais profundo que qualquer crise política.

O que está em jogo é a verdade. Estamos falando de aposentados, estamos falando de pessoas que trabalharam a vida inteira, estamos falando de dignidade, e o que aconteceu foi a violação desses direitos. Isso não é apenas uma irregularidade administrativa, é uma ferida moral no Brasil.

E é importante registrar: esta CPMI não se limitou a discursos, esta CPMI produziu resultados concretos. Já na primeira sessão, esta Comissão aprovou 21 pedidos de prisão; e, desses, 14 – 14 – estão presos. Isso demonstra que não estamos diante de uma Comissão simbólica; estamos diante de uma investigação real que produz consequências reais.

Além disso, valores bilionários começaram a ser rastreados, estruturas organizadas de fraude foram identificadas, patrimônios incompatíveis vieram à tona. O Brasil começou a enxergar aquilo que durante anos ficou escondido.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mais do que números, há fatos que marcaram esta CPMI. Durante os depoimentos, diante de contradições e evidências, esta Presidência determinou, ao vivo, voz de prisão por falso testemunho a cinco depoentes, entre eles, o Presidente da Conafer, um episódio que demonstrou de forma clara que esta Comissão não aceita desrespeito à verdade. Após a prisão, houve pagamento de fiança e posterior liberação. A esse senhor, por decisão judicial, também foi determinada a nova ordem de prisão. Até o momento, ele está foragido e não foi encontrado pelos trabalhos dos investigadores.

É exatamente neste momento que começam as tentativas de interrupção, decisões que impedem depoimentos, limitações que não existem. E isso não pode se tornar um padrão, porque, se se tornar padrão, o Parlamento deixa de investigar e, se deixa de investigar, deixa de cumprir a nossa função constitucional.

O Parlamento não pode assistir a isso como espectador, o Parlamento tem o dever de agir. E, mais do que isso, tem o dever de não se omitir, porque, quando o Parlamento se omite, alguém está sendo protegido.

Nós respeitamos o Supremo Tribunal Federal. Todas as decisões que esta Presidência tomou foi em respeito absoluto às decisões da Suprema Corte, mesmo não concordando, como eu não concordo, mas nós respeitamos. Nosso respeito não significa também subserviência, é respeito institucional, não significa que nós vamos abrir mão das nossas prerrogativas. Harmonia entre Poderes não significa que um Poder seja submisso ao outro. Cada Poder tem seu limite e ultrapassar esse limite compromete o equilíbrio institucional. Nós não queremos crise, nós queremos normalidade constitucional, e normalidade constitucional exige respeito recíproco.

O pedido de prorrogação desta CPMI não é um ato político; é um ato regimental, legítimo e respaldado pelos Parlamentares. Cumpriu todos os requisitos, conta com suficiente número de assinaturas na Câmara, no Senado e por isso, por si só, já deveria ser o suficiente para que fosse respeitado. Ainda assim, até hoje não obtivemos resposta, e a ausência de resposta nesse caso não é neutralidade, ela produz efeitos, ela diz muito. O efeito é a paralisação ou a tentativa de impedir uma investigação legítima. O silêncio desta Casa não será interpretado como prudência pela população, pelo brasileiro. O silêncio do Parlamento em relação à prorrogação e aos nossos pedidos será interpretado como omissão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, recorreremos ao Supremo Tribunal Federal, não por opção política ou por meu desejo, mas, quando as leis não são cumpridas, aí sim, existe uma função legítima do Supremo Tribunal Federal que é determinar o cumprimento da Constituição e não interromper os trabalhos de uma Comissão, dentro também da previsão da Constituição. E afirmo com clareza: só teme a prorrogação desta CPMI quem não quer que a investigação avance.

Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras, este é um momento de decisão. Até quando aceitaremos restrições às prerrogativas do Parlamento? Até quando permitiremos interferências que limitam a nossa atuação? Nós fomos eleitos para representar o povo brasileiro e representar o povo exige postura, exige coragem, exige responsabilidade. Se havia expectativa de omissão por parte desta Presidência, estão muito enganados. Esta Presidência tem a vida limpa, transparente. Tudo que eu faço, faço como determina o Evangelho, em cima do telhado para que todas as pessoas vejam. Sofro muitas críticas, mas nenhuma delas pode me apontar como desonesto ou covarde.

Esta CPMI seguirá com responsabilidade, com equilíbrio, mas com firmeza, porque o compromisso desta Presidência não é com a conveniência, é com a verdade. O Brasil precisa de instituições que funcionem, e instituições só funcionam quando há respeito aos limites. O Parlamento não pode ser reduzido, porque, quando o Parlamento se enfraquece, senhores, quem perde é o povo; e quando o Parlamento se posiciona, a democracia se fortalece.

E encerro com uma palavra que, acredito, resume este momento: "Aprendeis a fazer o bem, buscai a justiça, repreendei o opressor, fazei justiça ao órfão, defendei a causa da viúva". O nosso trabalho tem que continuar, para o bem do futuro das gerações de brasileiros.

Muito obrigado. Obrigado. *(Palmas.)*

Antes de darmos início à votação deliberativa, passo a palavra ao Relator Alfredo Gaspar.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência, só um instantinho.

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vai ter pela ordem. Isto é um Parlamento, aqui todos podem falar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, antes do pela ordem, eu queria, se possível, fazer dois...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, vou passar ao Relator, logo depois eu passo aos Parlamentares.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Assim, eram mais dois esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, farei com o maior prazer, mas primeiro o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, fatos rápidos, mas que necessitam um registro.

Primeiro, a inércia do Presidente Davi Alcolumbre em apreciar um requerimento que já foi protocolado há muito tempo. Eu fico espantado com essa omissão e queria deixar registrado.

A esperança do Relator é que o Ministro André Mendonça, que conhece bem os fatos tratados aqui, dê a oportunidade à CPMI de produzir um relatório com muito mais profundidade em relação aos indícios e às responsabilidades. Para isso, eu estou registrando aqui essa esperança de que a decisão do Ministro acompanhe a necessidade da expansão do prazo da CPMI. Fico espantado com a pressão que hoje se dá na CPMI para os trabalhos serem encerrados.

O segundo registro, Presidente, é que V. Exa. teve uma atitude digna, de preservar o texto constitucional, não abaixando a cabeça para uma nota completamente infundada da Polícia Federal, dizendo que dados de Vorcaro foram reintroduzidos no sistema. Não, a CPMI, em nome do interesse público, tem total liberdade de atuação. Os Poderes, cada vez mais, estão sendo invadidos nas suas competências. Portanto, Presidente, quero parabenizá-lo pela altivez.

Eram esses dois registros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Deputada Coronel Fernanda.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, obrigada.

Eu venho fazer um clamor a esta Comissão, Presidente. Amanhã, dia 20, será encerrado o prazo para que os nossos aposentados e pensionistas solicitem o ressarcimento do dinheiro que lhes foi roubado. E até agora o Governo não apresentou, pode ser que surja alguma coisa por agora, mas até agora não foi apresentado nada, Presidente, em relação a isso.

Desde o dia 2 de fevereiro, eu fiz o protocolo, nesta Comissão, para que nós não sejamos omissos nessa situação. O Requerimento é o nº 2.943, de 2026, para que entrasse em pauta e fosse votado por estes Parlamentares aqui, documento para que o Governo realizasse imediatamente essa prorrogação, no mínimo aí, para mais dois anos.

Eu fiz até um texto bonito para ler aqui, mas eu vou ser mais prática naquilo que eu estou vivenciando, assim como o senhor, ao atravessar o STF para vir para o Senado, Presidente. As pessoas estão pedindo clamor por justiça. Não adianta...

(Soa a campainha.)

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... nós fazemos justiça aqui em cima, prender 14, 15, 20 pessoas que estão no alto, que vão ser subsidiadas por advogados de alta patente, e o nosso aposentado, ribeirinho, rural, indígena, quilombola, aqueles mais vulneráveis não têm sequer dinheiro, às vezes, para ir a uma defensoria pública buscar auxílio judicial para requerer de volta o dinheiro que foi roubado dele.

Nós precisamos ter tempo, Presidente. Eu tenho andado em várias cidades. Os nossos aposentados não têm conhecimento suficiente ainda para fazerem isso. Eu tenho andado em todos os lugares, procurado os aposentados e orientado, colocado-me à disposição, buscando o apoio junto aos Prefeitos, Vereadores, para que os aposentados de cada cidade tenham o seu direito garantido. Se nós, nesta Casa aqui, não fizermos apenas um requerimento ou um documento, que não vai custar para ninguém – são dois, três minutos de ação dos nossos assessores –, buscando que o Governo Federal prorrogue, imediatamente, por mais 24 ou 36 meses... Nós não estamos falando de pessoas que têm assessoria, pessoas que têm um pouco de conhecimento técnico, com comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Então, eu peço que seja colocado, extrapauta, esse meu requerimento, para que a gente faça justiça na ponta, não só aqui em cima, mas, principalmente, na ponta; porque, aqui em cima, tem dinheiro para pagar advogado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... mas, lá embaixo, não tem dinheiro para pagar nem um vale-transporte para ir a uma defensoria pública.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Como posição desta Presidência, desde o início dos trabalhos, nós não colocamos aqui itens extrapauta. Todos os requerimentos e as pautas são votados em consenso, escolhidos pelo Relator e também com os Líderes, mas eu me comprometo com V. Exa e tenho muita confiança de que nós vamos ganhar um prazo de prorrogação, para o bem do Brasil, e que, na próxima quinta-feira, o requerimento de V. Exa. estará aqui, se não houver mudança em tudo isso.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. *Fora do microfone.*) – O prazo é amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas... O que eu posso garantir – e aceitar com V. Exa. – de compromisso é esse.

Muito obrigado.

Deputada Adriana Ventura.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas, se tiver acordo dos Líderes, o senhor bota extrapauta – o senhor disse. O senhor tem que ver se o pessoal concorda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se houver acordo dos Líderes, eu coloco, não há problema nenhum, mas, da Presidência, não haverá essa proposta.

Deputada Adriana Ventura.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente!

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, mas... Só uma pergunta...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Era mais...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Foi prorrogada?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Deputada Adriana, é só, se V. Exa. me permitir...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O Senador Davi Alcolumbre deu uma resposta objetiva ou não?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ainda não.

A senhora segue...

Pois não, Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Não é a inscrição, é porque V. Exa. fez um pronunciamento sobre o andamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E eu tinha duas questões a perguntar para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Questionamentos para entender o funcionamento da Comissão.

O primeiro é se tem já um planejamento para a semana que vem. Em especial, se não houver a prorrogação, nós precisamos saber qual o planejamento para a semana que vem.

E o segundo, são os dados sigilosos da sala-cofre...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... de que nós perdemos o acesso, por determinação do Ministro Mendonça. Posteriormente a isso, eu vi uma matéria pela imprensa – não sei o que aconteceu – em relação à Polícia Federal, dados, etc., vazamentos... Eu não entendi





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa questão levantada pela Polícia Federal. E, nos dados que vieram, em nenhum deles, ainda, veio dado sobre sigilo bancário e fiscal do Vorcáro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pelo que eu entendi, quando o Ministro Toffoli tomou a decisão, ele paralisou o nosso processo, não permitiu acesso e remeteu ao Presidente Davi Alcolumbre.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Aliás, uma decisão maluca.

Depois, o Ministro Mendonça nos deu acesso, mas disse que primeiro passaria pela Polícia Federal. Mas o que veio da Polícia Federal foi muito pouco.

Eu queria que V. Exa. pudesse explicar o que aconteceu e esse planejamento para a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Eu vou dar a resposta ao Parlamentar.

Primeiro, não havendo a prorrogação, nós, na semana que vem, já daremos início à leitura do relatório.

Na segunda-feira está marcada, inclusive pedi para convocar, a Sra. Martha Graeff e o Presidente do Dataprev. Serão as nossas últimas oitivas.

O Relator, então, na hipótese da não prorrogação, terminará o relatório como está e nos dirá o tempo de que ele precisa para a leitura.

Possivelmente, podemos fazer essa leitura na terça ou na quarta-feira, para que os Parlamentares tenham tempo de avaliar e nós votarmos já na quinta-feira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, na quarta-feira? *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então já ficamos decididos assim.

Não havendo prorrogação, o relatório será lido na próxima quarta-feira, deixado aos Parlamentares para avaliação e, na quinta-feira, nós votaremos o relatório já definitivo. Aí, com os acordos, com o que está aqui.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ou seja, na reunião da quarta também.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E a segunda-feira, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Na segunda, está previsto Dataprev, que está convocada, que pediu para vir no dia 23, e eu pedi também, determinei a convocação da Sra. Martha Graeff, como testemunha, aqui nesta Comissão. Está convocada para a próxima segunda-feira. O.k.?

Sobre os dados... Deputado Malafaia, só um instante porque vamos seguir a ordem aqui.

Sobre os dados, a decisão que nós recebemos sobre a retirada dos dados do Sr. Daniel Vercaro, segundo a Advocacia do Senado, eu tenho um parecer inclusive, inclui todos os dados, inclusive as quebras de sigilo. Então, nós temos, além do que foi colocado, pelo que está escrito lá, todos os dados de sigilo fiscal, bancário, essas coisas todas. Então, esses dados todos estão preservados para que até a gente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Ainda não chegaram, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ainda não, mas nós vamos, assim que chegarem, mantê-los também preservados, até que a gente tenha uma definição do Ministro sobre o que é de fato e o que vai ser devolvido, porque a decisão, segundo a Advocacia do Senado, não foi clara em relação ao que é e o que não é da investigação.

Os senhores viram uma nota ontem da Polícia Federal, uma nota despropositada. Eu tenho um respeito enorme pelo trabalho da Polícia Federal, mas a Polícia Federal não está acima da Comissão em absolutamente nada. Pelo contrário, a Polícia Federal presta serviço, é um órgão colaborador desta CPMI. Se dados foram reintroduzidos – e nós não sabemos quais –, quais dados foram reintroduzidos? Porque foram eles que manusearam os dados. Nós não tivemos acesso a nada. Então, dizer que nós manuseamos dados é uma decisão, no mínimo, estranha – uma fala.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje nós já fizemos, já oficiamos o Ministro André Mendonça, já foi feito, já foi protocolado um pedido, primeiro, que os dados sejam devolvidos o mais rapidamente possível, porque isso está atrasando os trabalhos da Comissão, e para que ele defina para nós, com clareza, o que é então, na decisão dele, que pode ou não pode ainda ser colocado para investigação, para não atrapalhar o inquérito lá. Então, nós estamos nessa indefinição.

Deputada Adriana Ventura.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Presidente, obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, qual é a ordem de inscrição?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – É só sobre o calendário da semana que vem ainda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – V. Exa. falou, se não for prorrogado, sobre o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Quando seria apresentado?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Na quarta-feira, Excelência. Na quarta-feira, tá?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, o senhor pode declinar a lista de inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Posso.

Deputada Adriana Ventura, Eduardo Girão, Luiz Lima, Evair de Melo, Rogério Correia, Dorinaldo Malafaia, Coronel Chrisóstomo, inscritos até agora. Marcel van Hattem, Izalci Lucas...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Lindbergh. Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Lindbergh Farias, Deputado Mauricio Marcon...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone.*) – Duarte Jr.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vai fazendo o sinal – Duarte Jr. –, o pessoal da Secretaria vai... E a gente vai dando a palavra.

Deputada Adriana Ventura, por favor.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

Presidente, assim, o que está acontecendo aqui é muito grave. Esta CPMI está chegando perto da verdade, e é incrível como tem gente desesperada para encerrar os trabalhos desta CPMI. É assustador. A base do Governo não tem o menor interesse na prorrogação, e não é por acaso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor. Por gentileza.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Pode restituir meu tempo, Presidente, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Posso, Excelência.

Só um minutinho, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

Deputada Adriana Ventura.

Pode restituir o tempo à Parlamentar, por favor.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Muito obrigada, Presidente.

Não, na verdade, eu estava comentando que o que está acontecendo aqui é muitíssimo grave. E toda vez que a gente chega perto da verdade, aumenta o número de desesperados para encerrar esta CPMI. A base do Governo toda não tem o menor interesse na prorrogação, e não é por acaso. Cada nova informação revela um novo esquema, e isso realmente assusta. E o que mais, mais assusta é que a gente não vê por parte do Presidente Davi Alcolumbre, assim, intenção de prorrogação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, eu quero informar a todos os colegas desta Comissão que eu fui pessoalmente entregar para o Senador Davi Alcolumbre o ofício, que foi assinado por todos, menos pela base do Governo. Nenhum Deputado do Governo Lula assinou pedido de prorrogação porque eles não querem prorrogar, quero deixar isso bem claro. E eu entreguei em mãos para ele. Eu até perguntei. Ele falou que estava pensando. Eu estou aguardando ele pensar. Espero que ele pense com cabeça de Presidente do Congresso Nacional, que representa o povo.

Agora...

(Soa a campainha.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... a decisão está nas mãos do Ministro André Mendonça. E a gente não está falando de um caso isolado, a gente está falando de um sistema que envolve outros escândalos, e – olha, gente – outros escândalos do sistema. Olha só, sistema que conecta o escândalo do INSS ao Banco Master, o Senador Jaques Wagner... Olha aqui, gente: R\$11 milhões para a empresa da nora do Jaques Wagner, que é Líder do Governo Lula. E a gente não está falando de qualquer serviço; a gente está falando de expansão de crédito consignado. É gravíssimo. Olha o caso da Roberta Luchsinger, amiga do Lulinha, que recebeu 4 milhões de empresários em licitação de educação, de saúde.

Então, esta CPMI precisa ser prorrogada. Quem quiser interromper é porque quer proteger bandido, porque, das duas, uma: quem não quer a prorrogação ou é corrupto, ou é conivente, ou é cúmplice.

Então, eu faço um apelo aqui: que não prevaleça o silêncio, que prevaleça a verdade.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Senador Eduardo Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... ilustre nome do Ceará.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – Obrigado, querido.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, eu quero me solidarizar com todos desta Comissão pela lambança que aconteceu aqui ontem, na segunda-feira – aliás, ontem, sobre o caso da banqueira, da Leila Pereira. Aquilo foi um desrespeito a todos nós. Tanto dela, que já tinha remarcado outras vezes – o Ministro Flávio Dino tinha dito para vir, combinou data –, quanto do Ministro Gilmar Mendes, que deu essa decisão para ela sequer dar as caras aqui. Então, mais uma decisão esdrúxula do Supremo, sabotando esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Não vale mais de nada Comissão Parlamentar, mas a gente resiste, porque a gente defende a Constituição.

Quando está chegando em gente poderosa, Deputada Adriana, começa isso. Chegou no Lulinha, chegou no Frei Chico, aí, começou a polvorosa. Chegou em banqueiro...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – A tropa de choque do Governo Lula blindando todos. O STF também.

Então é o seguinte, Presidente: foram 13 pessoas presas até agora, a partir do momento em que esta CPMI jogou luz. Vocês imaginem o que vai vir. Nós precisamos continuar.

Esqueça, tire o cavalinho da chuva, Deputada Adriana, porque, desculpe, o Davi Alcolumbre não vai prorrogar. Ontem, olhando nos olhos dele, eu disse: eu não vou cobrar mais, porque a gente não é palhaço. Eu cheguei para ele e disse: já entramos tanto no STF, pelo Banco Master, pela CPMI do Banco Master, como pela CPMI do INSS. A nossa esperança, a esperança do Brasil, está no Ministro André Mendonça, da prorrogação imediata, para que a gente possa passar o Brasil a limpo, como disse o Presidente, no roubo de órfãos, deficientes, viúvas, aposentados do Brasil, lesados, milhões deles, em bilhões de reais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana.

Presidente Carlos Viana, por que as pessoas não estão vindo mais aqui? Elas estão com medo, porque o senhor e o Relator, Alfredo Gaspar, estão combatendo a impunidade neste país.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitos Deputados sobem aqui, na tribuna da Câmara e do Senado, e falam: "No país falta educação". Não. Primeiro falta combater a impunidade, porque nós aqui, Deputados e Senadores, temos uma educação acima da média, um tempo maior nas escolas do que a média do povo brasileiro, e aqui é onde se comete mais crime no Brasil. A gente chega no escopo do Master, quando a gente tem Ivo, quando a gente tem Henrique Meirelles, quando a gente tem Guido Mantega, quando a gente tem Ricardo Lewandowski, que foram espinha dorsal do "lulapetismo" no Brasil. A gente tem o presidente do Banco Central, secretário, Ministro da Fazenda, a gente tem Ministro da Justiça do Lula, a gente tem Jaques Wagner, a gente tem o ex-Governador da Bahia, Rui Costa, e , quando chega nessa espinha dorsal, a gente começa a falhar a CPMI...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... e a gente começa, infelizmente, a justiça brasileira, a acobertar e proteger as pessoas que têm medo de vir aqui.

Cinco prisões em flagrante, nunca teve isso numa CPMI. Treze prisões. A gente recebeu operadores financeiros, recebedores de propina, a gente recebeu o Alessandro Stefanutto, que bateu no peito aqui e falou: "Eu tenho lado, eu sou PT, eu sou PDT", recebendo propina, Presidente do INSS. A gente tem Lulinha ontem, no Jornal Nacional, escancarado, só não vê quem não quer... É muita sacanagem no nosso país, e, quando a gente tem uma CPMI dando um voo, que eu espero que não seja um voo de galinha, mensalão, petrolão estão todos livres. A gente vai chegar em 2036 com todos esses personagens. O Mão Preta, que se sentou aí, da Conafer, ligado ao PDT... Sindnapi, do Frei Chico, 500 milhões agora a Justiça bloqueou, irmão do Presidente da República... Contag, do PT, uma das responsáveis por fundar a CUT, roubaram 6 bilhões.

É um orgulho na 36ª reunião, nós do Partido Novo... Eu estava conversando aqui com um jornalista que falou: "Luiz, o Partido Novo é o único virgem, os operadores financeiros há muitos anos são os mesmos. Entra governo e sai governo são os mesmos".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Roberto Jefferson, Ciro Nogueira, presidentes de partidos, todos no escopo, a gente tem cunhadas de Presidente da Câmara recebendo R\$22 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É um orgulho, Presidente Carlos Viana, parabéns pelo seu trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Parabéns, Alfredo Gaspar!

Desculpem o desabafo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Deputado Evair de Melo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Quero me inscrever, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quando muitos nos ignoravam – e hoje nós estamos aqui entregando trabalhos extremamente importantes, com a consciência tranquila de quem teve coragem –, quando muitos preferiram o silêncio, em 2023, quando quase ninguém falava sobre isso, fomos os primeiros a denunciar o roubo dos aposentados brasileiros.

Naquele momento, tentaram nos desqualificar, disseram que era exagero, que era discurso político, que não existia nada. Mas nós não recuamos, porque, quando se trata de aposentados, estamos falando de pessoas que trabalharam a vida inteira, que sustentaram suas famílias e que hoje dependem daquele benefício para sobreviver com dignidade. E ver esse dinheiro sendo desviado é algo que revolta qualquer brasileiro, hoje, de bem.

Em agosto de 2025, mais uma vez, fomos os primeiros a citar o possível envolvimento do Lulinha nesse esquema.

(Soa a campainha.)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Naquele momento, disseram que nós estávamos ficando loucos, disseram que era invenção, mas o tempo começou a mostrar quem estava certo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CPMI fez um grande e faz um grande trabalho até aqui: trouxe documentos, ouviu testemunhas e mostrou ao Brasil que nós estávamos no caminho certo. E a verdade é simples: onde tem fumaça, tem fogo.

Hoje não é mais uma denúncia isolada. Hoje é uma investigação séria, com fatos e com responsabilidade.

E eu quero aqui reconhecer o trabalho e a liderança de V. Exa., Senador Carlos Viana, e reconhecer a qualidade, a dedicação e o comprometimento do nosso Relator Alfredo Gaspar. A certeza é de que vocês fizeram um trabalho digno dos brasileiros. É isto que a nossa história e a nossa maneira honrada do Estado de Alagoas, de Minas Gerais, do Espírito Santo do Brasil esperam de todos nós: honrar os nossos valores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Veja bem, matéria hoje da *Folha de S.Paulo*: "Cunhado de Vorcaro [que é o Pastor Zettel] repassou R\$41 [...] [milhões na Igreja da] Lagoinha" – 41 milhões. Eu venho falando disso desde novembro, mas a blindagem aqui foi absurda em relação a esse caso. Fabiano Zettel: eu pedi a quebra de RIF dele em 25 de novembro de 2025. Falei isso o tempo inteiro, e a base bolsonarista protegendo Fabiano Zettel, porque foi ele quem deu 3 milhões para a campanha do Bolsonaro, na conta do Bolsonaro, segundo o Presidente do PL, e 2 milhões para a conta do Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Em 25 de novembro, e até hoje nada. Foi preciso que a outra CPI quebrasse o sigilo, porque aqui a blindagem foi absoluta, apesar de eu falar quase toda a reunião.

Mais do que isso: André Valadão...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... requerimento, 25 de novembro de 2025. E não me venha dizer que Valadão é diferente de Zettel. São amigos. E Vorcaro e todos eles dessa igreja. Eu cansei de falar isso aqui. Vou provar, quando tiver o tempo, quem que era Valadão, que teve até uma BMW paga pelo pai do Daniel Vorcaro, esse que está preso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer saber mais? Clava Forte Bank, uma igreja que tem um banco... Do banco também eu pedi, em 19 de novembro de 2025. Estão aqui os requerimentos, todos devidamente blindados para que isso não viesse.

Isso é o "bolsomáster", é o banco do Master feito à imagem e semelhança do Governo Bolsonaro, que teve em Vorcara, através de Campos Neto, a designação para que esse banco começasse a roubar dos aposentados.

Quarenta e um milhões que saem hoje. É apenas o final de 2024 e início de 2025. É, portanto, a roubalheira dos aposentados no "bolsomáster". Isso é o que devia estar sendo, de fato, visto. Mas a blindagem aqui, repito, foi absurda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Deputado Dorinaldo Malafaia.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... estamos indo para a finalização, provavelmente, desse relatório, que será apresentado pelo nosso Deputado e Relator Alfredo Gaspar, mas tem algo aqui, para ser coerente nessa CPMI e para o relatório ser condigno com a fala do Relator sobre coerência, sobre compromisso com a nação brasileira, que tem que se apresentar aqui, de fato; algo que não foi pautado – ou foi pautado e foi ignorado, ou bloqueado –, que é André Valadão. André Valadão, que é o cérebro da Lagoinha, de quem já teve requerimento, já foi blindado aqui pelo centrão. André Valadão e seu obreiro Fabiano Zettel e Nikolas Ferreira foram pautados e não aparecem em momento algum sendo...

(Soa a campanha.)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Foi prorrogado e foi blindado, Deputado. Foi blindado. Nós queremos saber aqui se constará, no relatório do Relator Alfredo Gaspar, essas figuras que são centrais.

Essas figuras são centrais e tem ligação direta do Valadão com Felipe Macedo Gomes, ex-Presidente da Amar Brasil Clube de Benefícios, uma das entidades suspeitas de roubar centenas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de milhões de reais de aposentados. Felipe Gomes, integrante do chamado grupo "*golden boys*", que veio aqui, tem ligações diretas, Presidente, tem ligações diretas. Essa semana foi emblemática. Eu fiquei preocupado porque aparece essa semana o nome de V. Exa. na doação, na entrega de emendas parlamentares para Lagoinha, que é o objeto central dessa crise que interliga o Banco Master e a crise do INSS, no mínimo. Aqui não tem a ver com o levantamento de dúvidas sobre a integridade moral do Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... mas, sobretudo, a partir do momento da sua responsabilidade que, óbvio...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... fica sob suspensão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Então, portanto, para finalizar, eu queria apenas trazer essa reflexão porque um relatório coerente não pode blindar e não pode ignorar o papel da Lagoinha, o papel dos obreiros Zettel e Nikolas Ferreira e André Valadão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Essa Presidência responde às falas do Parlamentar da seguinte forma: todos aqui sabem ou deveriam saber qual é o processo para liberação de uma emenda para assistência social. A emenda de assistência social não é nunca depositada diretamente no caixa dos beneficiados, é enviada às prefeituras, que aprovam um projeto de trabalho e que, quando destinada à compra de materiais, é a prefeitura quem faz a licitação e as compras. Todas as verbas que eu enviei para uma fundação ligada à igreja de que eu sou membro foram manipuladas pelas prefeituras das cidades e fiscalizadas pelo Ministério Público. Em 2019 – ou seja, há sete anos –, essa emenda foi enviada e fiscalizada e aprovada.

A questão dos requerimentos desta CPMI. Todos os requerimentos que têm a ver com a nossa investigação estão sendo votados. O problema, Excelência, é que eu, como Presidente, tenho de todas as maneiras evitado aqui... E respeito o embate político, porque há lados aqui,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada um defende o seu, mas essa investigação é sobre o INSS. Há Deputados aqui com requerimentos que deveriam estar em outra CPMI, que, inclusive, teve o sigilo do Sr. Fabiano Zettel quebrado. Nós estamos pedindo hoje o compartilhamento. E lá não foi retirado de ninguém, por quê? Porque lá é o local correto de investigação.

Terceiro ponto – e eu tenho declarado aqui –, seis igrejas apareceram nas nossas investigações, seis igrejas. Três delas têm todo o sinal de lavagem de dinheiro porque receberam grandes valores nas contas. Os três sigilos bancários, fiscal e os RIFs foram quebrados dessas igrejas e entregues a V. Exas., ninguém falou absolutamente nada. Das outras três igrejas, incluindo a Igreja Batista da Lagoinha, todos os envolvidos e investigados que fizeram doações – que não há nenhum sinal de lavagem de dinheiro, é preciso colocar isso aqui, o problema é um discurso político –, todos os investigados, inclusive os "golden boys", estiveram aqui em sua parte ou tiveram o sigilo quebrado. Os sigilos estão aí. Qual foi a ligação?

Sobre a ligação que o senhor falou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, V. Exa. falou agora sobre a ligação do Sr. Fabiano Zettel. É preciso colocar que na mesma reportagem de *O Estado de S. Paulo* está claro lá que o Sr. Fabiano Zettel usava o nome da Igreja Batista da Lagoinha, mas tinha um CNPJ separado, toda uma prestação de contas separada, e não há qualquer contaminação com a Igreja Lagoinha matriz, porque não foi identificada nenhuma ligação no trabalho.

E eu volto a dizer, com muita tranquilidade: doe as minhas emendas para uma fundação que todos os anos gasta R\$10 milhões em recuperar pessoas moradoras de rua, dependentes químicos. Só num asilo de que eu sou benfeitor, são 80 idosos sem qualquer tipo de renda. E vou continuar doando, Excelência, porque existe algo chamado Ministério Público, neste país, que nos investiga e nos investiga em profundidade. Portanto, eu não tenho a menor preocupação sobre as falas que estão aqui, porque tudo que eu faço eu faço em cima do telhado e, graças a Deus – graças a Deus –, eu não respondo a um processo, porque tudo que eu faço é transparente com dinheiro público e responsabilidade.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu entendo que aqui se tenha lado, que o Pastor tenha dado dinheiro para quem quer que seja, isso aí é da política. Agora, quando se levantam suspeitas, tem-se que se colocar corretamente a informação, porque já teve Deputado aqui desmentido por foto falsa e vai ser desmentido pelos fatos que estão aí à disposição de qualquer fiscalização.

Coronel Chrisóstomo, com a palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel Chrisóstomo; depois você, Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Posso trocar com o Coronel Chrisóstomo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, senhores. Dois minutos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Eu agradeço a deferência do Coronel Chrisóstomo, até porque eu entendo que é o momento justamente, Presidente, de mostrar como reagem a V. Exa. aqui os membros do Governo, porque V. Exa. teria todo o direito, aliás foi um acordo feito, de manter o policial Rogério Gilio na pauta hoje, que ia trazer aqui, se sentasse naquela cadeira, informações muito importantes sobre participação de membros desta CPI para tentar fraudar os nossos trabalhos, e V. Exa. não manteve na pauta.

Eu acho, Sr. Presidente, que o senhor deveria recolocar na pauta, porque é assim que o Governo age. O Governo PT, a base do Lula, vem aqui nos acusar e fazer o que eles fazem o tempo todo. Falaram em blindagem, que nunca se blindou tanto. É verdade, mas quem blindou foram eles.

Aliás, é importante lembrar que, no dia 4 de dezembro de 2025, Fabiano Zettel estava junto num bloco onde estavam as instituições financeiras, e sabe quem blindou, Sr. Presidente?

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Foi o PT, foi o PDT, do Wolney, foi a turma da base do Governo Lula. O nosso Senador Girão pediu lá na CPI do Crime Organizado, por meio de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

um requerimento, os sigilos e a vinda do Zettel, porque aqui o PT blindou. E agora eles vêm com esse discurso.

Esta CPI, Sr. Presidente, só está funcionando porque nós queremos que ela funcione, porque V. Exa. está trabalhando, porque o Relator está trabalhando, porque a oposição ao Lula está trabalhando. Eu me recuso a estar aqui num clima de encerramento de trabalho.

Estão tentando matar a CPML por inanição – inanição. Semana após semana, dia após dia, é depoente que não vem porque tem *habeas corpus*, é o PT blindando Lulinha, irmão do Lula, marqueteira do Lula, toda turma em volta da família. E V. Exa. é questionado aqui? Todos nós podemos ser questionados, mas a hipocrisia aqui, Sr. Presidente, grita, fala muito alto.

Por isso, quero aqui – encerrando, Sr. Presidente – agradecer a V. Exa. e ao Relator por terem entrado com o mandado de segurança junto comigo e espero que André Mendonça faça justiça ao país e prorrogue os trabalhos da CPML...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... apesar daqueles que dizem que querem investigar, mas não querem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... a continuidade dos trabalhos aqui.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Senador Izalci Lucas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Não. É o Chrisóstomo. Nós trocamos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, não. Trocou. Perdão, perdão, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alô, Rondônia!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, tem uma lista grande de inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tem sim, senhor. Depois dele, tem o Senador Izalci... Não, até que não, não temos muito, não. Temos o Izalci Lucas, Lindbergh Farias, Mauricio Marcon, Alencar Santana, Duarte Jr., e o senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, e a Deputada Bia Kicis também.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Pela ordem.) – Alô, Rondônia, olá, Brasil.

Senador de infantaria. Montanha!

Presidente, já temos dois votos aqui da esquerda, dos petistas, que vão votar conosco. Eles querem prorrogar... Pelo discurso deles, eles querem prorrogar... Parabéns a esses dois petistas! Que bom!

Presidente, eu estou envergonhado com o STF. Eu me sinto envergonhado com o STF, que atrapalha o nosso trabalho. Quando eu, Coronel Chrisóstomo, colhi a primeira assinatura para criar a CPI, não era para isso. Era para nós fazermos justiça aos nossos idosos, aposentados e pensionistas. Era o meu desejo, dei entrevista em todas as TVs falando disso, e ela se transformou numa CPI mista, fruto do trabalho da minha colega Coronel Fernanda e da Senadora Damares. Mas não era para isso. Era para verdades virem à tona e nós sabermos quem está roubando os aposentados e pensionistas.

(Soa a campainha.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Presidente, eu vou lhe falar uma coisa muito séria agora. Um homem de guerra... A omissão leva à ação de quem preserva o direito da defesa. Se nós estamos vendo claramente, se o Brasil está vendo claramente que o Presidente do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso está omissa, eu vou lhe dar um caminho: atravanque, e o senhor mesmo decide em ficar dois meses ou quatro meses, e vamos trabalhar. Problema de quem se omitiu. Vamos fazer isso em nome dos brasileiros. Nós podemos, e o senhor, como Presidente, pode fazer isso. E, se alguém perguntar, o senhor diga: "O Presidente se omitiu". Quem cala consente. Quem omite dá o direito de a defesa avançar. A guerra é assim. Se o comandante não decide, mas a morte está perto, o subcomandante manda realizar a ação. É assim que tem que ser. Vamos atravancar dois meses ou quatro meses. Quem decide é o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, está previsto que amanhã é o último dia, pelo aplicativo Meu INSS, de contestação – dia 20 de março.

É evidente que é importante esclarecer para os aposentados e pensionistas que, independentemente disso aqui, todos têm direito. Se ficar definido, se eles provarem realmente que houve desconto indevido, tem aí a Defensoria Pública para protegê-los. E deveria ser em dobro, todos eles. Mesmo aqueles que já receberam deveriam receber em dobro.

Segundo, Presidente, no consignado não vamos avançar porque parece que não vai ser prorrogado mesmo. O C6 foi definido pelo INSS de devolver 300 milhões, só que são 87 instituições. E essas outras? Será que vão definir também para devolver isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu não sei se a Presidência tem alguma informação sobre isso, mas eu também não poderia deixar aqui de manifestar a minha indignação, principalmente com o *habeas corpus* do Gilmar Mendes...

(*Soa a campanha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... porque, na prática, Presidente, está previsto no Código Penal que testemunha tem que vir. E foi dada uma liminar... Primeiro, foi um acordo com V. Exa. de vir; depois, conseguiu, através de um *habeas corpus* do Dino, dizendo que naquele dia





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

não, mas que teria que ser na marcação de V. Exa. V. Exa. marcou, aí vem agora uma liminar do Ministro Gilmar Mendes. Então, é para a gente ficar estarecido com essas posições do Supremo.

Então, espero que o Ministro André Mendonça consiga prorrogar esta CPMI, porque no consignado nós estamos entrando hoje aqui – acho que vai ser o único, se não for prorrogado –, para a gente realmente desvendar, porque é muito maior o rombo do que o dos descontos associativos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Senador... Deputado Lindbergh Farias. Quase que eu o chamo de Senador também.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Pela ordem.) – Poxa!

Presidente, tem um livro do filósofo alemão Arthur Schopenhauer, e o título do livro é *Como Vencer um Debate sem Ter Razão*. Eles falam aqui – isso é sofismo –, querem esconder a verdade, lançando fatos que não são o centro. Eu dou o exemplo do Lulinha. V. Exa., Presidente, deu uma entrevista à SBT News, com a jornalista Raquel Landim, em que ela pergunta: "Existe alguma evidência hoje de que o filho do Presidente da República tenha recebido dinheiro do Careca do INSS?". V. Exa. foi correto: "Bem, vamos deixar claro para o país o seguinte: eu não posso dizer que o filho do Presidente Fábio Luís da Silva tenha culpa. Eu não posso afirmar efetivamente que ele tenha qualquer responsabilidade sobre o INSS". Pergunta ainda ela: "No período em que vocês estiveram de posse do sigilo fiscal e bancário dele, não foi possível verificar se ele recebia ou não recebia esses R\$300 mil mensais?"

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – E V. Exa., corretamente, disse: "Não foi possível".

Eu quero dizer aos senhores aqui: essa investigação vai até o fim, porque a Polícia Federal entrou. Eu pergunto aos senhores: se o Presidente fosse Bolsonaro, Vercaro estava preso? Teria havido investigação do Banco Central? Não. Se não tivesse havido a liquidação pelo Galípolo... Sr. Presidente, esse caso do Master tem ramificação com a fraude bancária, mais com o INSS e o Ministério da Cidadania. Está tudo ligado. O Vercaro tentou comprar o Banco Máxima em 2017. O Banco Central não autorizou. Inabilitou em 2018. Só conseguiu comprar em 2019, com o





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Roberto Campos Neto. Por isso que esse convite é muito importante. Mas não era só o Roberto Campos Neto; tinha a parte do INSS e o crime que foi feito, Presidente, colocando Bolsa Família e BPC com juros de 50%. Nós vamos...

Só para encerrar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Nós vamos mostrar tudo isso. Eu vou ter uma fala mais longa aqui. Mas os senhores vão ver. A Polícia Federal não vai parar essa investigação e trancaram, inclusive, a sala-cofre...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – ... logo depois que surgiu o nome do Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Deputado Mauricio Marcon.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS. Pela ordem.) – Presidente, primeiramente o parabenizar pela mijada dada no outro Deputado que estava ali levantando dúvidas sobre a sua postura como Senador da República. É engraçado que o partido do Deputado... o Presidente esteve aí sentado e foi delatado por dois diretores do INSS por ele ter participado do esquema do INSS. Veja você que o PDT manda um representante para o atacar na CPMI; o senhor responde, porque, afinal, para se vencer um debate basta estar ao lado da verdade. Eu, se fosse o Deputado, teria entrado debaixo da mesa tamanha vergonha que passou, quando o Presidente dele logo, logo vai estar preso por ter participado dos esquemas de corrupção do INSS.

Bom, dito isso, Presidente, quero, para quem nos acompanha de casa, fazer um questionamento: a quem interessa a não prorrogação dessa CPMI?

Olha, a oposição é totalmente favorável; colhemos as assinaturas em tempo recorde, fizemos nosso trabalho, né?

(Soa a campanha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – E a gente vê de quem é o interesse de não continuar com essa CPMI – do Governo Lula. Aí eu pergunto para você, que é inteligente, que nos acompanha de casa: vocês realmente acham que, se Bolsonaro ou alguém da direita estivesse envolvido nos desvios do INSS, nós estaríamos querendo prorrogar a CPMI? Provavelmente não, que é exatamente o que eles estão fazendo. Como toda a patota da esquerda está envolvida, eles querem enterrar isso aqui.

Só, para dar um exemplo, Presidente, dias atrás o Líder do Governo, Jaques Wagner, esteve aqui arrotando honestidade, querendo pregar de bom moço, que eles não tinham nada a ver com o Banco Master. Passam-se alguns dias e pasmem: a nora do Líder do Governo recebe R\$11 milhões do Vorcaro! Claro que ele não sabia, porque ele não viu que a nora recebeu dinheiro, e ela recebeu simplesmente por existir. Então, é um deboche com a inteligência das pessoas o que a gente vê aqui. Se a gente prorrogar, vai ter mais petista e esquerdista na cadeia.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Assim como vários depoentes que aqui vieram e confirmaram que o roubo do INSS começou no Governo Bolsonaro, nós acabamos de escutar há pouco um Deputado bolsonarista, também assumindo isso, na data de hoje, nesta quinta-feira. Olha o que ele disse: "Não, eu sei desde 2023. Eu ali tomei conhecimento dos roubos". Ora, então, ele aconteceu em que ano? Se foi em 2023, isso não aconteceu em 2024? Só pode ter acontecido antes de 2023, na gestão anterior. Ele disse há pouco. A questão é: ele disse que tomou conhecimento, de uma certa maneira, disse que acompanha desde 2023. Quais providências efetivas foram feitas?

(Soa a campainha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Nada. Aliás, medidas também que não foram feitas pelo Governo anterior. O roubo do aposentado só cresceu, só aconteceu, porque houve omissão, houve participação e parceria do Governo anterior com as entidades que roubaram,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

com os dirigentes delas e as empresas que atuaram roubando e tirando o dinheiro dos aposentados e pensionistas.

Eu estou vendo um desespero aqui de alguns, tremendo, porque perderam o instrumento de uma disputa política, que não deveria ser – a CPMI tem um papel de investigação –, mas eles perderam o instrumento de disputa política, de falsas narrativas, das mentiras que contam, em que acabam até acreditando, mas a investigação continuará. E vocês não tenham dúvida de que muita gente ainda vai fazer parceria, novamente, com o ex-Presidente Bolsonaro, mas lá na prisão onde ele está!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Deputado Duarte Jr. (*Pausa.*) O Duarte não está? (*Pausa.*)

Deputado Paulo Pimenta, a quem inclusive quero dar os parabéns pelo aniversário hoje, Excelência. Muitos anos de vida e saúde, viu, Excelência? (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, veja a minha situação: ter que comemorar o meu aniversário trabalhando aqui na CPMI, né, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu tive mais sorte; o meu é domingo, Excelência. (*Risos.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, nós fizemos um grande trabalho, Presidente. Apoiando o trabalho da Polícia Federal, da CGU, nós conseguimos esclarecer para o Brasil a fraude do INSS. O Brasil já entendeu. Esse escândalo só foi possível... E nós provamos isto aqui com farta documentação. Se não fossem as mudanças ocorridas em 2021 dentro do Governo Bolsonaro, jamais a fraude do INSS teria ocorrido, as mudanças que permitiram que as entidades-fantasmas pudessem receber autorização para roubar dinheiro dos aposentados e aposentadas, dinheiro que foi devolvido pelo Governo do Presidente Lula. Nós provamos aqui as digitais do Governo Bolsonaro em cada mudança legislativa...

(*Soa a campainha.*)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... cada portaria que permitiu que esse roubo acontecesse. E foi na conta do Onyx Lorenzoni que apareceu o dinheiro roubado.

Posteriormente, aqui nesta CPI, nós mostramos para o Brasil o “bolsomáster”, gestado dentro do Governo Bolsonaro, com os mesmos personagens e mais o Campos Neto, em 2021. Sem o Governo Bolsonaro, não existiria o “bolsomáster”, não existiria o Vercaro, que tinha um banquinho, o Banco Máxima. E o dinheiro do roubo apareceu na conta de quem? Do Tarcísio e do Bolsonaro. Não apareceu na conta de ninguém do PT, não apareceu na conta de ninguém do Governo.

Portanto, nós fizemos um grande trabalho e mostramos para o Brasil que a fraude do INSS e o roubo do “bolsomáster” têm a mesma origem e o mesmo responsável: Jair Messias Bolsonaro e a quadrilha que junto com ele tomou de assalto o Brasil – e hoje está lá na Papudinha esperando o resto da turma que, logo, logo, vai chegar lá para se encontrar com ele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Deputada Bia Kicis, com a palavra.

Aqui estão encerradas as inscrições, o.k.?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiramente, minha solidariedade a V. Exa., que ainda tem que ouvir ataques mentirosos. Que coisa mais absurda! Com a sua condução desta CPMI, tudo que a gente conseguiu avançar até agora, o respeito que V. Exa. tem para cada um dos integrantes, não importam os absurdos que falam... Agora, claro, mentira não pode ser respeitada, tem que ser respondida com firmeza. E V. Exa. ainda prima pela educação. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Relator, também, eu estou aqui dividindo, compartilhando com o senhor esta angústia de vermos que talvez esta CPMI não seja prorrogada, apesar de todos os nossos esforços. Vamos esperar que o Ministro André Mendonça responda de forma positiva ao mandado de segurança, porque para o povo brasileiro...

(Soa a campanha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... há de ser uma decepção muito grande caso esta CPMI não seja prorrogada.

Vamos continuar trabalhando, esta CPMI aqui que é a CPMI da alucinação... A gente ouve coisa aqui que você pensa: "Meu Deus do céu, isto aqui é a CPMI da mentira, da alucinação". Mas a gente sabe que é assim mesmo. A gente já sabia que seria assim. Quando você tem o PT falando... Você sabe que o PT, quando não está mentindo, está roubando e, quando não está roubando, está mentindo, ou, então, está fazendo as duas coisas ao mesmo tempo.

Então, Presidente, o colega aqui atrás citou Schopenhauer: como vencer um debate sem ter razão. Eu acho que é o livro de cabeceira dele. Ele está tentando vencer sem ter razão. O problema é que ele nunca vence. Vá continuar lendo. Continue com o seu livro de cabeceira. Uma hora, talvez daqui a 30 anos, você consiga vencer algum debate sem ter razão, porque até agora você só passa vergonha de falar, falar, falar sem ter razão, tentando vencer, mas é o seu livro de cabeceira com certeza.

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... é inacreditável: nós aqui lutando para prorrogar, tentando com mandado de segurança, e eles querendo dizer que nós estamos tentando blindar alguém. Está muito claro... Eu quero falar aqui para o povo brasileiro, porque é por vocês que nós estamos trabalhando, pelos aposentados, por aquelas pessoas que tiveram seus consignados...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... também impostos, roubados, tudo isso que foi feito, sua pensão, sua dificuldade para poder comprar um remédio... E saber que esse dinheiro está na conta, sim, dos amigos do Lula...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... do filho do Lula, do irmão do Lula, da nora do Líder do Governo do Lula... É lá que está esse dinheiro. Parem de mentir. Vocês não vão conseguir parar de mentir, mas saibam que vocês não vão enganar o povo brasileiro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Só para fazer uma correção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – A base dos documentos que eu usei para fazer a primeira denúncia em 2023 é que a Contag, braço sindical do PT e cujo Presidente fugiu desta Comissão, faz desconto irregular e rouba os aposentados rurais desde a década de 90. Esses foram os documentos que eu usei para fazer a primeira denúncia em 2023.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Portanto, o PT entra debaixo da mesa e fica quietinho, porque eles estão nessa quadrilha de roubo desde a década de 90, pelo braço da Contag, que é o braço sindical dos trabalhadores rurais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Estão encerradas as inscrições.

Pauta deliberativa.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... já protocolei, só estou aguardando, está chegando aqui o número do protocolo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Tanto o Líder do Governo como o Líder da Oposição aceitaram o extrapauta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Será um prazer colocá-lo, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Estou entregando para o senhor aí. Só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu tenho uma sugestão também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Assim que chegar, nós já colocaremos aqui em votação o requerimento de V. Exa.

Itens 1, 2 e 3, previstos para a pauta de hoje.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pergunto aos Líderes se há consenso. Podemos votar aqui os três requerimentos?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... é consenso, mas nós gostaríamos de lhe pedir que tivesse duas falas a favor, duas contra de cada um dos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas nós podemos votar depois... Não, se é consenso, Excelência... Vamos votar em consenso.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Se todo mundo é a favor, não vai ter fala contra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, em consenso...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A oposição não quer que a gente fale sobre os requerimentos, a gente não vai falar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, pode falar à vontade. Se o senhor quiser dar, pode dar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu quero falar, Presidente.

Até porque tem gente nova aqui na Comissão que gostaria de ouvir e ficar por dentro dos trabalhos da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

Em votação os três itens previstos na pauta de hoje...

Pois não, Excelência. Obrigado.

Os três itens previstos na pauta de hoje, os Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A pauta está aprovada.

(São os seguintes os itens aprovados:

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 3168/2026

Requer que seja convidado o Exmo. Sr. Gabriel Muricca Galípolo, Presidente do Banco Central do Brasil (BCB), a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre irregularidades em créditos consignados concedidos por instituições financeiras a aposentados e pensionistas.

Autoria: Senador Carlos Viana





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 3169/2026

Requer que seja convidado o Senhor Roberto de Oliveira Campos Neto, ex-presidente do Banco Central do Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre fraudes em empréstimos consignados e demais infrações relacionadas a instituições financeiras.

Autoria: Senador Carlos Viana

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 3172/2026

Requer que sejam compartilhadas, pelo Senhor Presidente da CPI do Crime Organizado, Senador Fabiano Contarato, informações relacionadas às transferências de sigilo fiscal, bancário, telefônico, telemático, RIF, e quaisquer outros a que a CPICRIME tenha acesso, do Senhor Fabiano Campos Zettel.

Autoria: Senador Carlos Viana)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... eu quero também fazer aqui, e agradeço ao Líder do Governo por ter aceitado essa pauta da Deputada Coronel Fernanda, que é uma pauta muito importante...

Eu gostaria de também pedir, como requerimento extrapauta, que se pautasse o 2.863, de 2025, e lhe digo por quê, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foram feitos... Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete... Já foram oito requerimentos de convocação do Ministro Wolney que foram transformados em convite. Chegou o momento, Presidente... Ele está com a agenda livre na segunda-feira – a gente olhou aqui –, não tem nada marcado na agenda do Ministro. Chegou o momento, então, Presidente, de a gente aprovar a convocação aqui, a semana inteira está com a agenda livre.

Eu queria sugerir esse requerimento extrapauta. Com o apoio do Líder do Governo – tenho certeza de que vai dar –, a gente pode votar esse extrapauta.

Agradeço, Presidente.

O senhor poderia consultar se há consenso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Fique tranquila. Assim que o requerimento de V. Exa. estiver pronto, nós colocaremos em votação aqui.

Em respeito ao pedido, V. Exa. concorda com o extrapauta?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu vou mandar para a assessoria analisar. Na hora em que tiver uma resposta, eu informo o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Mas quero reforçar aqui o pedido para que o Ministro Wolney venha a esta Comissão convidado, pedindo a V. Exa. a atuação para que a gente possa...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vou me empenhar também, mas o requerimento...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Claro, Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... a assessoria vai analisar e, mais tarde, a gente avisa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu até faria uma sugestão adicional, Sr. Presidente: o Líder do Governo poderia consultar o próprio Ministro se ele pode vir na segunda-feira ou na terça, porque a agenda está vazia, e a gente não precisa aprovar o requerimento.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – No decorrer do dia, eu farei isso.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k. Então, até o final desta reunião, a gente decide se vota...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... ou se o Ministro vem de livre e espontânea vontade, como deveria vir desde o início.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Senhores, oitiva do Sr. Artur Ildefonso Brotto Azevedo, CEO do Banco C6 Consignado Sociedade Anônima, Requerimento 3.035, Deputado Alfredo Gaspar.

Peço à Secretaria que traga a nossa testemunha, para que possa ocupar o espaço da Secretaria. *(Pausa.)*

Suspendo a sessão por dez minutos.

(Suspensa às 10 horas e 49 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 56 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Senhores, senhoras, antes de dar início aqui à nossa oitiva, eu quero deixar bem claro a todos os brasileiros que estão assistindo, a todas as pessoas do relacionamento do Sr. Artur Ildefonso Brotto Azevedo, inclusive do relacionamento profissional, que o Sr. Artur está aqui como colaborador, não há sobre ele qualquer investigação desta CPMI. Ele está aqui representando uma instituição que tem relações com o INSS, decidiu comparecer, está sendo tratado e vai ser tratado aqui com todo respeito. Volto a dizer: não há qualquer investigação sobre as atitudes, a vida profissional do Sr. Artur Ildefonso Brotto Azevedo. Ele vem como testemunha, colaborador desta CPMI, e desde já agradeço a sua presença, Sr. Artur, assim como também agradeço a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

presença do advogado, Daniel Bialski, que o está acompanhando e terá toda a possibilidade de trabalho aqui exercida como advogado.

Como praxe, passo a palavra ao Sr. Artur Ildefonso Azevedo, por 15 minutos, se desejar, para apresentação.

Por gentileza, silêncio.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO (Para depor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente desta CPMI, Senador Carlos Viana; Sr. Relator, Deputado Alfredo Gaspar; Sras. e Srs. Parlamentares, muito obrigado por me receberem nesta sessão. O trabalho que os senhores vêm fazendo é exemplar e tenho total convicção de que os trabalhos e os resultados desta CPMI vão contribuir para uma grande melhoria no ambiente de negócios do crédito consignado em todo o país.

Sr. Presidente, permita me apresentar. Meu nome é Artur Azevedo, eu trabalho no setor financeiro há aproximadamente 20 anos, sempre atuando no desenvolvimento e na manutenção de produtos financeiros. Sou formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e trabalhei em três instituições antes de chegar ao C6 Bank, em outubro de 2019.

No segundo semestre de 2019, o C6 Bank adquiriu o Banco Ficsa, uma instituição que já atuava no mercado de consignados e possuía uma parceria com o INSS, o que chamamos de ACT (Acordo de Cooperação Técnica). Nós iniciamos efetivamente a operação em maio de 2020 e depois mudamos o nome de Banco Ficsa para Banco C6 Consignado.

O C6 Consignado é uma instituição que faz parte do mesmo conglomerado do C6 Bank e era, até dois dias atrás, a instituição financeira que mais fazia empréstimos consignados para beneficiários do INSS. Já fizemos, nestes cinco anos e meio de operação, mais de 10 milhões de empréstimos. Atualmente, temos cerca de 6 milhões de contratos ativos junto ao INSS.

Quero ressaltar que o C6 Consignado trabalha com quatro produtos: o crédito consignado a beneficiários do INSS; o crédito consignado a servidores aposentados e pensionistas da estera federal; o empréstimo trabalhador, que é o consignado privado, em que a empresa privada faz o





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconto diretamente no holerite do funcionário; e a antecipação de saque-aniversário. Este produto hoje praticamente é inexistente após mudanças nas regras do saque-aniversário.

Há quatro anos, sou o principal executivo do banco e posso afirmar que conseguimos construir uma excelente reputação. Nós temos um dos melhores índices de reclamação entre todas as instituições que atuam no setor. Segundo documento da Febraban, já entregue a esta Comissão, no *ranking* de reclamações registradas no consumidor.gov, plataforma da Senacom, para cobrança por serviços ou produtos não contratados, não reconhecidos ou não solicitados, no ano de 2025, o C6 aparece na 44ª posição, com índice de 0,013%, ou seja, uma reclamação, por esses motivos, a cada 10 mil contratos ativos. Foram 487 reclamações, em 2025, por esses motivos, para mais de 5,5 milhões de contratos ativos. É um índice baixíssimo para operações dessa magnitude.

E temos uma equipe dedicada a resolver essas reclamações administrativamente. É um compromisso nosso. No C6, fazemos questão absoluta de cumprir rigorosamente as regras estabelecidas no ACT, nas normas do INSS e no Ministério da Previdência Social e obviamente na legislação brasileira.

Não praticamos, por exemplo, venda casada de nenhuma espécie. Quando falamos sobre segurança da contratação, desenvolvemos tecnologia para garantir que o empréstimo seja feito apenas para o próprio beneficiário, inclusive com captura de biometria facial, com prova de vida, checagem na base de dados governamental do Serpro e o depósito apenas na mesma conta em que a pessoa recebe o benefício previdenciário.

Além disso, somos extremamente rigorosos com os agentes de crédito e correspondentes que prestam serviços para nós. Inclusive já excluímos da nossa base inúmeros prestadores de serviço.

Eu tenho muito orgulho do que construímos e ainda estamos por construir no C6 Consignado. Tenho o prazer de dirigir uma equipe extremamente competente e dedicada e sei que o serviço que prestamos é de extrema importância para uma determinada parcela da população brasileira e também para a nossa economia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dois dias atrás, justamente quando eu me preparava para comparecer diante das senhoras e dos senhores, para esclarecer todos os fatos, o INSS decidiu suspender a concessão de novos empréstimos consignados ao banco C6 Consignado. Discordo veementemente da decisão do INSS, porque temos convicção de que não praticamos nenhuma irregularidade. Nós cumprimos, sempre rigorosamente, todas as normas estabelecidas. Estamos impedidos de ofertar novos empréstimos consignados pelo INSS e já recorremos ao Judiciário para restabelecer a operação.

Quero esclarecer os fatos, Sr. Presidente, Sr. Relator e nobres Parlamentares.

De setembro de 2022 a junho de 2024, nós oferecíamos um seguro de vida, e menos de 3% dos clientes contrataram o seguro. Pela baixa adesão, decidimos passar a oferecer outro produto, que chamamos de pacote de benefícios, que é um conjunto de serviços como assistência funeral, acesso a consultas médicas, descontos em exames médicos e desconto em redes de farmácia perante todo o país. Mais de 30 mil estabelecimentos em todo o país aceitavam nossos descontos. Esse serviço foi comprado por cerca de 20% dos contratantes de empréstimo consignado, porque parte dos beneficiários passaram a ver valor nesse produto. Os descontos em farmácia são, em média, 40% nas compras de medicamentos e, dependendo do medicamento necessário, apenas esse desconto, isoladamente, já cobria o valor pago por todo o pacote.

Em novembro de 2025, o Presidente do INSS se manifestou verbalmente, em reunião da Federação Brasileira de Bancos e Associação Brasileira de Bancos, ser contrário à comercialização do que ele chamou de produtos acessórios. Como prezamos pelo respeito e bom relacionamento com nossos reguladores, prontamente suspendemos a comercialização do pacote de benefícios, mesmo que, até o presente momento, não exista – como nunca existiu – qualquer vedação legal ou normativa vigente sobre esse assunto.

Em dezembro de 2025, fomos notificados pela primeira vez a prestar esclarecimentos ao INSS sobre a inconformidade da cobrança de custos adicionais em operações de empréstimo pessoal, em desconformidade com o art. 12, incisos III e V da Instrução Normativa do INSS nº 138. Nós esclarecemos, na ocasião, que jamais cobramos tarifa de abertura de crédito ou seguro prestamista, que, sabemos, são vedados pela Instrução Normativa nº 138, em seu art. 12. Nessa ocasião, informamos que, nas operações, houve, sim, a venda de seguro de vida, entre setembro de 2022 e junho de 2024, e pacote de benefícios, entre junho de 2024 e novembro de 2025, que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

eram contratações facultativas – sem ser venda casada –, independentes e sem desconto mensal pelo benefício previdenciário, visto que o pagamento era realizado à vista para clientes contratantes.

Em janeiro de 2026, a Diretoria de Benefícios do INSS profere uma decisão contra o C6 Consignado. Já com a decisão publicada, e sem nunca ter ouvido a nossa argumentação sobre a legalidade da operação, o INSS nos convoca com o único objetivo de discutir a formalização de um termo de compromisso. Nele, o INSS exigia que o banco devolvesse aos beneficiários todos os valores referentes ao que eles chamam de produtos acessórios e que, inclusive, foram integralmente disponibilizados para todos os que contrataram.

Volto a reforçar: nunca houve venda casada ou qualquer tipo de irregularidade, pelo contrário, de todos os clientes que contrataram operações de crédito consignado no período em que houve oferta de seguro de vida ou de pacote de benefícios, somente cerca de 12% contrataram um desses produtos. Como falei anteriormente, na média, 3% pelo seguro de vida e 20% no novo produto pacote de benefícios. Isso mostra como somos absolutamente transparentes com os beneficiários em todo o momento.

A aceitação de outros produtos era feita em tela exclusiva, separada da tela de empréstimo, e com toda a possibilidade de recusa da oferta, sem qualquer implicação na continuidade da contratação do empréstimo. Além disso, após a aprovação pelo banco, as condições das contratações, seja do empréstimo, do seguro de vida ou pacote de benefício, eram comunicadas por SMS, sendo que o cliente ainda podia exercer o seu direito de arrependimento da aquisição de cada produto contratado de forma independente.

Estávamos discutindo com o INSS uma forma de resolver a questão. Nós temos convicção absoluta de que cumprimos rigorosamente as regras da autarquia. Unilateralmente, eles decidiram que deveríamos devolver integralmente o valor a todos os beneficiários que contrataram legitimamente os produtos da forma totalmente transparente que acabei de descrever. Não nos parece correto fazer a devolução integral dos valores contratados legalmente com anuência clara e explícita dos contratantes.

Reforço: o C6 sempre atuou dentro das regras estabelecidas pelo INSS, pelo Banco Central e pela legislação brasileira. Discordamos veementemente da decisão do INSS, porque temos a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

convicção de que não praticamos nenhuma irregularidade. Esse tema já está sendo tratado pela Justiça, onde buscamos o nosso direito de retornar às atividades. A Justiça vai determinar se praticamos irregularidades ou não, e respeitaremos a decisão judicial.

Peço perdão pela longa apresentação, Sr. Presidente, que achei necessária para demonstrar todo o nosso compromisso com a transparência e o respeito aos trabalhos desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Termo de compromisso.

Passo agora à leitura do termo de compromisso do depoente: V. Sa. promete quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. DANIEL BIALSKI – Sr. Presidente... *(Fora do microfone.)*

Não está funcionando. Agora está.

Sr. Presidente, com todo o respeito a V. Exa. e aos membros desta Comissão, em nome do Artur e diante até da decisão que foi proferida lhe garantindo que ele não faça nada que eventualmente possa lhe prejudicar, ele não vai assinar o termo, novamente louvando todo o respeito por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas por que, Excelência, se ele não é investigado em nada?

O SR. DANIEL BIALSKI – Por conta até da decisão ulterior que teve do INSS e, eventualmente, a gente não tem como prever aqui o que possa ser lhe perguntado. Então, ele vai exercer esse direito que lhe foi garantido por V. Exa. já em despacho anterior, mas também por uma decisão do Ministro André, que permite que ele não faça nada que eventualmente possa colocar em risco qualquer tipo de direito dele. Então, eu agradeço a compreensão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

É bom lembrar que o termo é apenas uma parte formal dessa presença.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma série de outras regras, o senhor sabe bem. Ele, como testemunha, terá de seguir nas respostas, que são públicas e que precisam ser esclarecidas a esta Comissão.

Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPARE (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, em nome de V. Exa., saúdo todos os presentes: Parlamentares, assessores, imprensa, o depoente, seu advogado.

Sr. Presidente, eu pedi para colocar isto aqui – por favor, passe aí –, Presidente, eu até tapei a foto aqui dos homenageados para poder não dar direito de resposta. Tive um trabalho danado, mas fiz essa alteração.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPARE (Bloco/UNIÃO - AL) – Não dá para ver, não. Não dá de jeito nenhum. Nem dá. Mas vamos ficar tranquilos, vamos ficar tranquilos que os brigões estão cobertos aqui pela tarja.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPARE (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

Mas eu não estou querendo ver foto. Eu quero, primeiro, falar sobre isto: operação abafa.

Presidente, eu já vi todo tipo de operação na República, mas essa operação abafa que estão querendo fazer com a CPMI do INSS tem cara, sobrenome e partido político. Investigações sobre o Master e Lulinha levam PT e Centrão a se unirem para sepultar CPI do INSS. Estão querendo sepultar um vivo. A CPMI do INSS está mais viva do que nunca e no encalço dos grandes corruptos da nação.

Hoje eu vi Parlamentares atacando o senhor. Presidente, isso é resultado concreto do acerto de suas ações. Presidente, na defesa da sua fé, o senhor não baixa a cabeça, mas nunca blindou quem quer que seja. Olha... Mas vamos adiante. Vamos adiante, Presidente, porque o Brasil sabe quem quer enterrar a CPMI. Mas nós faremos um relatório técnico, ressuscitando muitos defuntos, defuntos que teimam em não serem enterrados, defuntos que, num passado muito recente, estavam muito vivos também para roubar o povo brasileiro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passe aqui, por favor.

Presidente, eu não sei se tinha uma novela tratando sobre barriga de aluguel, mas hoje nós temos um diretor de roteiro que quer ressuscitar essa novela: se chama Gilmar Mendes, o Ministro Gilmar Mendes. Olha que coisa linda, olha a esculhambação que hoje está sendo feita no STF: Leila, a Sra. Leila. É porque é Presidente do Palmeiras que ela está aqui? Não. É porque ela é da Crefisa.

A Crefisa ganhou 25 dos 26 lotes do INSS. Está uma montanha de reclamação. O que é que o Sr. Gilmar Mendes fez? Pegou um processo que anulou uma quebra de sigilo aqui, fez uma cesariana e colocou o mandado de segurança da Leila da Crefisa. Já fez isso um dia desses, agora fez outra operação cesariana e colocou no mandado de segurança, que não tinha nada a ver, para ficar preventiva a Sra. Leila da Crefisa. Veja, se isso não for obstacular uma investigação legítima, eu não sei mais o que é obstrução de justiça.

A Sra. Leila, apesar de todo o poder dela e o dinheiro, ela deveria estar ali como testemunha. Mas, o que era para ser um parto normal se transformou numa cesariana, e ela escapou, pelas mãos de Gilmar Mendes, de estar prestando esclarecimento ao povo brasileiro sobre a atuação da Crefisa junto a INSS e Dataprev. Olha, como testemunha...

Então, você que vai ser testemunha, você que acha que tem a obrigação de ser testemunha, basta arrumar uma barriga de aluguel no STF para também não depor como testemunha.

Passa aqui.

A Polícia Federal tem dono? Não. A Polícia Federal é uma instituição de Estado. Polícia Federal, por mais que alguns queiram colocar coleira nela, mas é uma instituição de Estado. Por mais que o atual chefe da instituição tenha uma ligação muito próxima com o Governo, mas a PF continua sendo uma instituição de Estado: por que Lulinha está sendo citado?

Quando eu comecei a falar de Lulinha aqui, mas, rapaz, eu fui muito atacado. Eu disse: "Renuncio ao cargo de Relator se Lulinha não tiver ido na primeira classe, pagas as despesas de viagem e de hotel pelo Sr. Careca do INSS". A Polícia Federal está de parabéns!

Roberta Luchsinger foi tão citada aqui, que quiseram blindar e blindaram de forma reiterada. Mas olha, a Polícia Federal está aqui desvendando a participação de Lulinha no esquema.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passa.

Para não dizer que é *fake news*... Deixem-me dizer uma coisa: quando a Cecília Mota se sentou ali, aqui nós a inquirimos duramente sobre a Deputada Federal Maria Gorete. Deixem-me dizer: é mais um Parlamentar que está envolvido no rolo do INSS. Mas a Polícia Federal chegou há pouco tempo. Nós já a tínhamos aqui, porque sabíamos que a Cecília estava a mando de Maria Gorete. Para dizer que isso não é caso isolado, não: ela está com tornoeleira, mas tem mais gente do mundo político que precisa também entrar nessa mesma linha, e o relatório vai trazer.

Passa.

Eu me lembro de que, quando veio para cá a Cecília, ela tinha comprado dois Mustangs elétricos. Eu não sei se os dois juntos davam quase 1 milhão. E ela aqui achou isso a coisa mais normal. Mas uma coisa que esse povo que rouba aposentado e pensionista tem é bom gosto para carro. Aqueles dois Mustangs já dançaram, mas outros carros, como essa BMW, como bolsas caríssimas, como joias, como dinheiro vivo também foram arrecadados. É na conexão lá do Ceará, onde está presente também o direcionamento para o Sr. Careca e para o Sr. Stefanutto, Presidente do INSS.

Passa.

Ó, aposentado: isso aqui é seu.

Passa. (*Pausa.*)

Passa.

Tem mais alguma?

Então, Sr. Presidente, quero deixar claro para a nação brasileira: a CPMI deu frutos, está dando e ainda tem muita coisa a ser investigada. E o senhor está de parabéns. Esses ataques direcionados ao senhor representam um troféu, porque o senhor está seguindo adiante mesmo diante de tantas dificuldades.

Mas, Sr. Presidente, pela primeira vez aqui na CPMI, nós estamos ouvindo instituição financeira. Quem se recorda de que Deputados e Senadores aqui presentes da situação, do bloco do Governo, botaram a digital para salvar o C6? E o C6 ficou salvo, até que nós tivemos a outra





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

votação e, contra a vontade também desses mesmos Parlamentares, o C6 e mais outras instituições financeiras vieram aqui.

Então, quero dizer ao senhor depoente Artur: aqui tem muito advogado de defesa, entre os Parlamentares, do seu banco – muitos –, o que não deveria ocorrer. Mas, Sr. Artur, o senhor também requereu junto ao STF o direito de não comparecer, mas foi negado esse direito, porque a CPMI é uma instância legítima de investigação e tem fatos a serem esclarecidos. Portanto, como o senhor faz parte de um banco e, como um banco, tem uma clientela extensa, eu acho muito importante o senhor poder esclarecer os fatos. Mas muito me estranha um presidente com a carreira que o senhor tem não assinar um termo de compromisso para falar a verdade. Eu acho isso um desserviço à própria instituição que o senhor representa. Eu acho que alguém à altura do seu cargo não precisava sequer de documento, mas tendo um documento, é importante registrar que vai falar a verdade.

Sr. Artur Ildefonso Brotto Azevedo, o senhor pode me dizer há quanto tempo o senhor é Presidente ou CEO do Banco C6?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO (Para depor.) – Há quatro anos eu exerço a função de principal executivo do Banco C6 Consignado.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa função de principal executivo eu posso compará-la a Presidente do banco?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Acredito que sim, a gente não tem no Banco C6 Consignado, Excelência, a figura de CEO ou Presidente, mas eu sou o principal executivo da instituição neste momento.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer qual é a composição acionária do C6 Bank?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Excelência, 56% são dos controladores, sócios controladores...

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – ... e 46% são de uma empresa internacional.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer o que representa o produto crédito consignado para aposentado e pensionista do INSS na carteira? Qual é o montante de ativo dessa carteira em relação ao banco?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Em relação ao conglomerado como um todo, Excelência?

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, em relação é ao...

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O empréstimo... V. Exa. pode refazer a pergunta, por gentileza?

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – As operações de crédito para aposentado e pensionista do INSS representam quanto de ativo para o banco?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Hoje são R\$33 bilhões em ativos para o banco.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Hoje, 33 bilhões...

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Bilhões de reais de ativo.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, para aposentado e pensionista do INSS?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor fez parte... O senhor disse que está no banco desde 2018 ou 2019?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Dezenove, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor fez parte ou acompanhou a compra ou a incorporação do Banco Ficsa... É Ficsa, é?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Banco Ficsa, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pelo C6?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – As negociações iniciaram antes da minha chegada, Excelência, mas acompanhei todo o desdobramento dessa operação dentro do banco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não chame de Excelência, pode chamar de Deputado ou Relator.

O senhor poderia me dizer como se deu a decisão institucional do C6 para direcionar crédito consignado para aposentado e pensionista? Quando foi que o banco decidiu investir nesse segmento?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Por volta do ano de 2019, quando o banco entendeu que iria para o varejo brasileiro bancário. Se você está presente no varejo brasileiro bancário, a segunda maior carteira de crédito é a carteira de crédito consignado no país.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Estou falando de aposentado e pensionista do INSS.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Dentro da carteira de crédito consignado, a carteira de aposentados tem uma representatividade bastante importante.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa carteira, era isso que eu queria saber, em termos de percentual, representa quanto do Banco C6?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Do conglomerado como um todo, cerca de 40%, 45% hoje.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando os senhores decidiram entrar nesse segmento, os senhores fizeram um estudo sobre a vulnerabilidade desses possíveis clientes?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Sem dúvida nenhuma. São clientes que dependem muitas vezes do benefício para sobreviver. É um público bastante diferenciado, Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Os senhores fizeram estudo?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O banco trouxe profissionais que já conheciam esse negócio, como a própria minha vinda para o banco.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer que profissionais foram esses?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O banco trouxe a mim, e eu trouxe uma equipe bastante experiente dentro do mercado, principalmente dentro do mercado de consignados de INSS.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer que cargo ocupava antes de estar no C6?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eu era superintendente executivo de negócios.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – De quem?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Do Banco Pan.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Do Banco Pan. Isso envolvia, em algum momento, consignado para aposentado e pensionista?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor permaneceu quanto tempo no Banco Pan?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eu acredito que foram mais ou menos sete anos.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer quanto representava do Banco Pan essa carteira de aposentado e pensionista?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eu não vou me lembrar agora, Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu estive olhando o Banco Pan. Rapaz, tinha reclamação que só a respeito de consignado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando o senhor foi para o C6, o senhor foi convidado ou contratado também com essa ênfase em empréstimo consignado?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então nós estamos falando com a pessoa certa.

O senhor implementou lá a possibilidade de empréstimo pessoal na modalidade RMC e RCC?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O C6 Consignado não atua nas modalidades RMC e RCC.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, por que não atua nessas modalidades? Existe algum direcionamento contrário a essas modalidades?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Por uma decisão estratégica da empresa, a gente preferiu não operar nessas modalidades de cartão consignado e cartão benefício.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nós estamos estudando justamente essas duas modalidades: RMC e RCC. O senhor é contra? O senhor é contra? Tem algum motivo específico para o banco não operar nessas duas modalidades?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Deputado, acho que não cabe comentar aqui – com todo o respeito a V. Exa. – a minha opinião a respeito de um produto...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas eu pedi uma coisa objetiva, estou fazendo uma pergunta objetiva, e o senhor responde de forma objetiva. O senhor é contra essas duas modalidades de operação de crédito?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eu não sou nem contra nem a favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E por que o banco não opera essas duas modalidades?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Por uma decisão estratégica da instituição financeira.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então vocês operam exclusivamente o empréstimo pessoal?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Perfeitamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Hoje, quantos contratos o banco tem com aposentado e pensionista do INSS relacionado a empréstimo pessoal?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – De ativos, têm aproximadamente 6 milhões, e já foram concedidos ao todo aproximadamente 10 milhões desses empréstimos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando é que o C6 firmou ACT com o INSS e a Dataprev?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Com a compra do Banco Ficsa, o Banco Ficsa já possuía o ACT com o INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Desde quando?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não sei dizer, Excelência. Eu sei que a gente renovou o ACT recentemente, em 2025.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o ACT com o Banco C6 e o INSS ficou na renovação no ano passado.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Perfeitamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor participou dessa renovação?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Participei. Sou eu quem assino o ACT, pelo Banco C6 Consignado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me explicar como é que se deu esse processo de renovação do C6?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O processo de renovação se dá... À medida que o ACT vai chegando ao seu final, você protocola um pedido de renovação – são feitas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

inúmeras juntadas de documentação –, que é submetido à Diretoria de Benefícios do INSS, que faz os trâmites internos para proceder com a renovação ou não do acordo de cooperação técnica.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantas vezes o Banco C6, sob a sua Presidência, foi submetido à fiscalização pelo INSS?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Uma única vez, em outubro do ano passado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em outubro do ano passado. E me explique um pouco como é que foi essa fiscalização.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Houve um procedimento administrativo que foram...

Só me permite, Deputado... Antes disso, tem algumas trocas de ofícios entre as instituições, mas eu não vou chamar isso propriamente de uma fiscalização. Em outubro do ano passado, foi solicitada uma fiscalização de um processo administrativo que basicamente abordava sete temas. Começou-se abordando e, ao final, entenderam-se os sete temas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, detalhe esses sete temas.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Os sete temas versavam sobre... Quatro temas eram sobre assinatura e biometria facial, que são exigidas pelo ACT desde 2022. Um dos temas versava sobre envio das documentações, dos contratos, porque, no empréstimo consignado, se você tem um ACT, você é obrigado a informar e disponibilizar o contrato ao INSS através da Dataprev. E tinha algumas pendências... Eu posso citar, como exemplo, que o verso de um RG de um determinado cliente não tinha sido... estava ilegível. A gente teve que reenviar esse documento. Outro tema que versava o ACT era a comercialização do que o INSS chama desses produtos acessórios, que eu comentei aqui no meu discurso. E outro tema era sobre o crédito não sendo liberado na conta do beneficiário, mas que se provou que a conta do beneficiário atual é outra; na época do empréstimo, era outra conta corrente, e o empréstimo foi liberado na conta do beneficiário.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seria correto eu dizer que a suspensão do ACT ou dos novos contratos foi decorrente dessa fiscalização?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Foi decorrente do único tema da fiscalização do qual a gente discorda veementemente no INSS a respeito da venda de produtos acessórios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Os senhores têm contrato operacional com a Dataprev?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eu acredito que o ACT prevê a Dataprev como signatário, mas eu não tenho certeza, Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode informar se a Dataprev é remunerada pelo C6?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O C6 paga o que a gente chama de... Em todo empréstimo que é descontado no beneficiário do INSS, existe uma tarifa que é repassada à Dataprev.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então cada contrato de empréstimo formalizado junto à Dataprev tem uma taxa para ela, não é isso?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Exatamente... Cada repasse sobre o empréstimo, não é sobre o empréstimo em si, cada parcela do empréstimo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cada repasse.

O senhor pode me dizer por mês ou por ano quanto a Dataprev recebe do C6?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eu não tenho esse dado aqui, Deputado, mas eu posso encaminhar caso necessário.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não tem nem noção?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – São aproximadamente, salvo engano, R\$3 por mês por empréstimo, três vezes R\$6 milhões, mais ou menos nessa magnitude.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por mês ou por ano?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Por mês.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dezoito milhões por mês?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Por mês.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dezoito milhões por mês. Por que eu estou perguntando isso? Porque a Dataprev hoje sobrevive quase que exclusivamente dessas taxas. Então, quanto mais contrato a Dataprev formaliza lá no sistema, mais ela ganha. Você imagina: só com o C6, mais de R\$200 milhões por ano. Ou seja, a Dataprev é estimulada a liberar esses contratos.

O senhor pode me dizer quais sistemas operacionais existem entre o C6 e a Dataprev? Como é que vocês fazem esse intercâmbio de informações? É só para... A gente está falando para leigos. Eu sou um leigo, preciso saber o básico. Eu sou aposentado, assino um contrato, esse contrato chega como à Dataprev?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O C6 faz comunicações com a Dataprev através de uma plataforma tecnológica.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dizer qual?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não é uma plataforma, não tem um nome, Deputado, ou qualquer coisa. É através de integração sistêmica, que é comumente chamado no mercado de APIs.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Então são comunicações entre C6 e Dataprev. O contrato é basicamente assinado pelo cliente. A gente envia esses registros das informações do contrato à Dataprev. Uma vez que você envia os registros à Dataprev, ela basicamente consigna na folha do beneficiário do INSS. Uma vez consignado na folha do beneficiário do INSS, o banco faz a liberação do recurso financeiro. E, após isso, o banco envia, também através dessa API, plataforma tecnológica de integração sistêmica, o documento em si,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que fique disponibilizado lá no sistema do Meu INSS, para o aposentado ver a qualquer momento o contrato que ele assinou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Deixe-me lhe perguntar: o C6 tem quantas agências físicas no Brasil?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O C6 não tem... O C6 Consignado não tem nenhuma agência física no Brasil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu sou aposentado, o senhor é o banco, eu preciso do empréstimo, mas não sei da sua existência, porque não tem sequer agência física. Como é que o C6 chega até o aposentado?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O C6 tem basicamente o aplicativo do banco, onde são contratadas operações, ele tem o próprio *site* do banco, onde são contratadas operações, e ele tem a rede de correspondentes bancários.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

É sobre a rede de correspondentes bancários. Qual é o percentual de contratação do *site* ou o percentual da rede de correspondentes?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Hoje, aproximadamente 90% da operação do C6 é através da rede de correspondentes bancários.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

O senhor pode me dizer como é que funciona a questão do correspondente bancário?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Correspondente bancário é um prestador de serviço, basicamente, que tem uma força de vendas e vendedores que fazem a comercialização do produto para o C6 ou também para outras instituições financeiras.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No caso do C6, quais são os correspondentes bancários? É uma rede de correspondentes bancários? Como é?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – É uma rede de correspondentes bancários...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pode dizer o nome da rede?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Até é público isso, todos os correspondentes bancários do C6 Consignado estão disponíveis no *site* do banco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas estou perguntando ao senhor: que rede é essa?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – São empresas que prestam serviço.

Não entendi a pergunta, Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que são pessoas diferentes, pessoas jurídicas diferentes ou é uma rede única?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não, aproximadamente 2,9 mil pessoas jurídicas hoje prestam serviço ao C6 Consignado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já ouviu falar em "pastinha"?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Já ouvi falar. É um termo, na minha visão, pejorativo para o prestador de serviço que...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode explicar o que é que o pessoal chama de "pastinha"?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Os vendedores de empréstimo consignado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Os correspondentes bancários seriam, teoricamente, com essa pecha, os "pastinhas"?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O correspondente bancário é a entidade jurídica em si, né? "Pastinhas" é a nomenclatura que se dá para os vendedores desses correspondentes bancários.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer – já que o senhor falou que 90% dos seus clientes de consignado vêm dos correspondentes bancários –, o senhor





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderia me dizer qual o tipo de *marketing* ou de definição estratégica para buscar esse aposentado e convencê-lo a ir ao C6 através desses correspondentes? Vocês fazem o quê? Vocês fazem propaganda, vocês fazem alguma divulgação? Como é que vocês chegam a esse aposentado e pensionista?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O C6, nos seus canais próprios, faz mídias digitais, como a natureza da nossa empresa, e também ofertas no *app*, no aplicativo do banco ou mesmo no *site* do banco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem notícia de que os seus correspondentes bancários compram dados de aposentados e pensionistas?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não tenho essa informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca teve essa informação?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor chega a ter no seu banco de dados informações diretas de Dataprev ou INSS sobre aposentado e pensionista?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não, as únicas comunicações são do banco à Dataprev. (*Pausa.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer quem do C6 faz essa interface com INSS e Dataprev?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Funcionários da minha equipe, e, às vezes, eu mesmo faço a integração diretamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, nesse ano de 2025, esteve no INSS?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Estive algumas vezes para discutir esses processos administrativos os quais citei aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vi que, em 2024, se não me falha a memória, o senhor esteve reunido com o Sr. Alessandro Stefanutto, uma reunião do C6,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

representado pelo senhor. O senhor poderia nos dizer qual foi o motivo dessa reunião e o tema tratado ou os temas tratados?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eu não me recordo de estar em nenhuma reunião com o Alessandro Stefanutto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor não se recorda dessa reunião?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não. *(Pausa.)*

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu fiz uma pergunta ao senhor, mas aqui ela está mais completa: qual é a garantia que nós consumidores temos, principalmente esse público mais vulnerável, de que essa abordagem a eles pelo C6 e seus associados seja uma abordagem ética coerente com os princípios?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Deputado, acho uma excelente pergunta, e permita-me explicar como é que funciona dentro do C6 a gestão de correspondentes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Basicamente, a gestão de correspondentes dentro do C6 Consignado ocorre em três grandes pilares. O primeiro pilar é o pilar de credenciamento de um correspondente bancário. O C6 avalia a pessoa jurídica correspondente bancário. O C6 avalia se essa pessoa jurídica está endividada ou não, analisa questões de prevenção à lavagem de dinheiro, o C6 analisa questões reputacionais sobre essa empresa, inclusive questões reputacionais que possam ter já sido citadas na autorregulação de crédito consignado.

Além disso, o C6 avalia também sobre a empresa os seus sócios, os seus sócios e os seus procuradores, que é quem, de fato, representa aquela empresa. Da mesma forma, os sócios e os procuradores são avaliados em risco reputacional, em prevenção à lavagem de dinheiro, assim como outras demandas.

Importante reforçar que, além da avaliação jurídica da empresa, cada vendedor que é cadastrado à plataforma para poder comercializar o crédito consignado, o C6 faz uma análise





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

cadastral completa dele. É obrigatório ao vendedor informar todos os dados cadastrais dele, além de ele fazer o processo de biometria facial com o banco e, além disso, a captura do documento de identidade. Todo vendedor de crédito consignado é obrigado a passar por exame de certificação específico para poder comercializar o produto em nome do banco.

Além disso, também são exigidas... no início de uma operação, é exigido que este vendedor passe pelos treinamentos obrigatórios. Esses treinamentos obrigatórios são, além de inicialmente implementados, atualizados anualmente, e, de novo, é necessário que esses vendedores passem por esses treinamentos todos os anos. Nestes treinamentos regulatórios, são abordadas questões de relacionamento com o cliente, prevenção à lavagem de dinheiro, adequação às normas de LGPD.

Importante que, após esse pilar, existe o pilar de monitoramento. São monitorados semanalmente e mensalmente, para com as vendas dos correspondentes, indicadores de controle de qualidade, índice de satisfação do cliente, reclamações administrativas e judiciais. E, além disso, o banco realiza auditorias anuais, internas e externas. Dentro dessas auditorias externas, também estão presentes relacionamento ao cliente, políticas de governança, tecnologia da informação e também adequação da empresa à LGPD.

Importante que a gente realiza também o que a gente chama de cliente oculto. O que são clientes ocultos? A gente contrata atores que se passam por aposentados e pensionistas do INSS e vão verificar, lá na ponta, como é que está a prestação de qualidade de atendimento desse correspondente bancário. Esses monitoramentos geram indicadores, e existe um terceiro pilar, que é a gestão de consequências. Os correspondentes podem ser basicamente suspensos ou eventualmente podem vir a tomar o descredenciamento do banco. Importante que, inclusive, existem casos do C6 – dezenas de casos desses – que o C6 reporta às autoridades sobre eventuais irregularidades que possam ter acontecido.

Nós temos, Deputado, muito orgulho, porque, na autorregulação de crédito consignado, no ano de 2025, a gente conseguiu nota máxima e foi a instituição financeira em primeiro do *ranking* em gestão de correspondentes na autorregulação de crédito consignado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Me diga uma coisa: tudo isso é verdade?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Tudo isso é absolutamente verdade.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – E por que o senhor não assinou o termo de compromisso?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Por orientação do meu advogado.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa aqui, por favor. *(Pausa.)*

Nós estamos tratando... Eu fui ver C6 com ações judiciais. Encontrei milhares de problemas relacionados ao C6.

O senhor falou agora da questão dos 300 milhões, mas, muito antes da questão dos 300 milhões, a gente fez um rápido percurso e a gente tem Ministério Público Federal processando C6, a gente tem C6 liderando *ranking* de instituições financeiras no quarto trimestre de 2022, a gente tem C6 tendo o TJ – só não me lembro se é de São Paulo – mandando suspender desconto irregular; ou seja, o C6 tem problemas.

Passa aí, por favor.

Para coroar esses problemas já identificados, na véspera da sua vinda, o INSS está cobrando R\$300 milhões de devolução do seu banco, dizendo que vocês faziam venda casada, dizendo que vocês têm problemas e suspenderam o ACT.

Eu pergunto ao senhor: o senhor já, inclusive, disse que não concordava com a atitude do INSS e judicializou essa suspensão. Então, o banco judicializou essa suspensão?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe pergunto, de forma breve e objetiva: qual o produto que ocasionou isso aqui?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – São os produtos que o INSS chama de produtos acessórios, no caso do C6...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer quais são esses produtos?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Seguro de vida e pacote de benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe eu dizer uma coisa para o senhor: isso é contratado no correspondente?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Isso é contratado pelo cliente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No correspondente?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Em qualquer um dos canais disponíveis...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não. Eu quero saber... O senhor disse que 90% eram no correspondente. Eu pergunto: esses 90% também se repetem, nesses produtos acessórios, no correspondente?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Também eram contratados no canal de correspondentes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Explique-me uma coisa, porque é importante para nós: o senhor foi para o C6 com o objetivo de implementar o consignado – assim eu entendi. Quando é que o banco faz uma estratégia de produto acessório? Como é que ele casa aquele cliente com um produto acessório? Ele diz "olha, ele vai pedir um empréstimo pessoal. Nesse empréstimo pessoal, você aproveita..."? Porque eu, que sou eu, não tenho conhecimento dos produtos acessórios. Imagine uma pessoa hipervulnerável... Coitado: só está querendo o dinheiro. Aí eu pergunto: qual é a abordagem, exatamente a abordagem que vocês fazem para o aposentado e pensionista nesses produtos acessórios?

O senhor, como presidente do banco, melhor do que ninguém, diz à gente como é essa abordagem.

Eu sou o aposentado. Eu chego ao correspondente bancário atrás de um empréstimo de R\$2 mil – dando um exemplo. É isso que eu quero da minha vida: pagar minhas contas, comprar remédio... Como é que esse cidadão chega, consegue R\$2 mil e vai com um pacote completo desse pra casa?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Deputado, eu posso explicar como são as abordagens nos canais diretos do banco, aplicativo do banco e no *site* do banco.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, o senhor me deu uma aula de *compliance*, principalmente na abordagem com o cliente. O senhor disse que tem treinamento, bota ator na ponta, faz tudo que tem pra fazer. Eu estou fazendo uma pergunta simples, pergunta simples, que é o objeto principal lá do seu negócio: como é que esse pacote acessório chega ao aposentado? Como é essa oferta?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eu não posso responder pelas ações comerciais de uma entidade jurídica que não é o C6 Consignado.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só: os produtos são do C6. Não são?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não. Os produtos são... O C6 é um mero vendedor dos produtos. Os produtos são de outras empresas, as quais são as detentoras desses produtos.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. O senhor, agora, me explicou: o C6 é um intermediário, é o vendedor. Certo?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Eu sou o aposentado atrás de R\$2 mil. Saio de lá com esses R\$2 mil e, na minha ótica, com a venda casada. Eu só quero saber, eu quero desmistificar isso, eu quero saber como é... Eu quero saber como é que o aposentado é apresentado a esses produtos. Existe uma condicionante: "Você vai ter os R\$2 mil, mas vai ter esse pacote junto?"

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Como eu disse, Sr. Deputado, não existe venda casada no C6. O C6 não condiciona a venda de empréstimo consignado à obrigatoriedade de o cliente contratar o pacote de benefício. Dos números que foram citados aqui, 20% apenas, no período em que a gente comercializava pacote de benefício, foi comercializado o produto especificamente. Os outros 80%, aproximadamente, comercializaram exclusivamente o empréstimo consignado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Senhor depoente, o INSS está cobrando 300 milhões à devolução ao C6. Eu só quero saber do senhor – o INSS me parece que não está pensando como o C6 está pensando, como o senhor está dizendo –, essa cobrança aqui é desses produtos acessórios?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. O senhor, como Presidente do banco, e deu uma aula de ética na relação cliente-banco... O C6 vai devolver esses 300 milhões?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Esse tema está sendo discutido na Justiça, e a gente não... Eu vou me ater a não responder sobre esse tema específico, Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa aqui, por favor.

Bancos com maior número de reclamações de beneficiário do INSS sobre consignados. Eu mesmo fiz a lista: ó, não conheço o senhor, não conheço os outros bancos, conheço nada. Foi um trabalho técnico com uma equipe técnica. Campeão absoluto: C6 Consignado. Foi uma lista feita dos últimos cinco anos, certo? Dos últimos cinco anos. Só para o senhor ver como está ranqueado.

Passa aí. Passa.

C6 Consignado, soma de reclamações. No ano de 2021 – e faz o escopo da CPMI, faz parte –, os senhores tiveram mais de 5 mil reclamações, só, só, nessa via.

Ações judiciais? Os senhores tiveram várias ações judiciais.

Passa aqui.

Contratos com indicativos de cobrança de custo adicional nos empréstimos. Vamos ver só o C6. Ficou em segundo lugar. C6 Consignado, 327 mil com problema.

Passa.

Operações sem envios de documentação contratual: 137 mil o Banco C6.

Passa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Escore de validação com bases biométricas do Governo insuficientes para garantir a validade da operação: 2,911 milhões.

Passa.

Quantidade mensal de contratos consignados em benefícios previdenciários – isto aqui não é só do C6, isto é do Sistema Financeiro –: nós saímos de algo que praticamente não existia para, a partir de 2020, batermos na casa de milhões, já em 2024. Olha, eu fui corrigido, é só o C6!

Então, olha o que é uma estratégia de banco: ele foi contratado, em 2019 ou 18, não me recordo – esse é um funcionário que apresentou resultado. Ele chegou, estava aqui; hoje, a gente colocou 2024 com 3 milhões, mas ele já disse aqui 6 milhões, ou seja, a eficiência na contratação está comprovada, resta saber se essa contratação está obedecendo aos critérios de ética mesmo.

Aí eu pergunto: como é que passa esse produto para o aposentado? O Presidente do banco não responde, porque ele disse que lá ele não pode interferir, mas a estratégia sai toda do banco. E o banco montou uma estratégia eficiente, isso aqui é um crescimento exponencial digno de louvor.

Agora, e os nossos aposentados e pensionistas? No final, o INSS está dizendo o seguinte: "O banco tomou de aposentado e pensionista R\$300 milhões, o banco botou no bolso R\$300 milhões". Quem está dizendo não é o Relator, não; quem está dizendo é o INSS, que, pela primeira vez, depois de todo esse percurso, fez em outubro ou novembro uma fiscalização – uma –, nós estamos falando de uma! E, na primeira fiscalização, encontra esse desvio de finalidade de R\$300 milhões.

E aí eu queria dar ao senhor a oportunidade, mais uma vez, porque, para mim, tudo isso que a gente está discutindo aqui tem uma única finalidade: é a proteção do aposentado e pensionista, que, no Brasil, está endividado, muitas vezes passando fome. E os senhores montaram uma estratégia vitoriosa de captação de clientes.

Eu só estou fazendo uma única pergunta ao senhor: o senhor é o responsável pela estratégia, o senhor teve a mente brilhante para sair desse patamar aqui, quando foi contratado, para 6 milhões de contratos. E eu só estou pedindo uma explicação, lá na ponta: como é essa abordagem para com o aposentado?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Com todo respeito a V. Exa., mas, como eu disse, as ações comerciais de outra entidade eu não posso comentar.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Eu acho que era uma oportunidade ímpar em que o senhor, representando um banco do porte do C6, poderia esclarecer à sociedade brasileira, aos aposentados e pensionistas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, ele está falando que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas veja, ele está falando dos correspondentes. O correspondente, como ele explicou aqui, passa por um verdadeiro escrutínio para se associar à ação do C6. Olha, passa por um escrutínio.

Eu não acredito que, num escrutínio desses, não seja discutida a estratégia de abordagem ao aposentado. Ele chegou a dizer que o C6 contrata atores para se passarem por aposentados. Eu estou perguntando só uma coisa: poxa, qual é a abordagem? Pô, é uma coisa simples. Quer dizer que o C6 faz esse escrutínio todo, mas não pode responder aqui como é que oferece o produto? "Ah, não, porque o produto, a gente não pode se meter no..." Como não pode se meter no correspondente, Presidente, se foram vocês que fizeram toda a estratégia?

Passa aí.

Aqui é do Reclame Aqui também, com a série de reclamações.

Mas vou continuar a inquirição.

O senhor, enquanto banco, o senhor tem acesso direto às bases do INSS?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Alguém do seu banco tem?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não que é do meu conhecimento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPÁR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é que funciona esse acesso de cliente DataPrev? Os senhores fazem auditoria desses funcionários nessa ação de remessa de contratos, por exemplo? Quantas pessoas o C6 possui para essa interface com a DataPrev?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Deputado, pode refazer a pergunta, por gentileza?

O SR. ALFREDO GASPÁR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou refazer. O senhor já me disse que tem uma interface direta com a DataPrev, não é isso? Se eu não estou enganado, essa interface é o local em que o contrato sai do banco e chega à DataPrev. Estou perguntando ao senhor quantos funcionários têm acesso a esse *login* e podem fazer essa remessa?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Deputado, não sei dizer quantos funcionários tem, mas as interligações são tecnológicas. Elas dependem de poucos funcionários, por utilizar alta tecnologia.

O SR. ALFREDO GASPÁR (Bloco/UNIÃO - AL) – E eu estou perguntando isso, porque o senhor já pensou se o senhor não tiver o controle desse acesso e puderem ser feitos, com a base de dados, descontos irregulares pelo funcionário? O senhor não sabe dizer se tem auditoria nesse sistema, não?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Todo o sistema construído do banco é absolutamente consistente. A gente tem, por exemplo, uma função de enviar documentos...

O SR. ALFREDO GASPÁR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – ... para a DataPrev. A gente envia o documento e basicamente a gente confere se o documento foi enviado ou não. E existe também o relatório de inconsistência, que é disponibilizado pela DataPrev. Se algum desses contratos não está enviado, são reportados nesse relatório de inconsistência.

O SR. ALFREDO GASPÁR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pergunto ao senhor: o senhor tem trilha de auditoria desse sistema?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Sim, senhor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode mandar aqui para a CPMI, dos últimos cinco anos?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Posso, sim, à medida que fizer o requerimento. Estou à disposição.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Então, Doutor...

Não, já acabei de fazer o requerimento!

O senhor me falou desse monitoramento dos correspondentes e disse que iam atores para a rua e faziam uma série de confirmações e investigação.

O senhor pode me dizer o que é que encontrou nessas fiscalizações dos correspondentes bancários? O senhor me disse aí que tinha mais de 2 mil. O que é que... Vou dar um exemplo: nesses últimos cinco anos, quantos correspondentes bancários foram descredenciados pelo C6?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eu não tenho essa informação aqui comigo, Deputado, mas, se o senhor entender necessário, posso encaminhar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não tem nenhuma noção de quantos correspondentes bancários foram descredenciados?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eu tenho o número de correspondentes ativos: hoje há aproximadamente quase 3 mil correspondentes ativos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor disse isso, mas eu quero saber é a eficiência do seu sistema de controle. O senhor pode dizer quantos foram descredenciados ou não tem esse número?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eu não tenho esse número neste momento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Pode dizer se foram mais de cem ou menos de cem?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eu acredito que tenham sido mais de cem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer quais os problemas encontrados nessa relação C6 com o correspondente bancário?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Perdão, Deputado. Pode repetir a pergunta?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quais os problemas comuns encontrados nessa relação C6 com o correspondente bancário?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eu gostaria de deixar claro, Deputado, que os correspondentes bancários não são exclusivos do C6, eles operam para todas as instituições financeiras.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas eu estou perguntando sobre o C6.

Quais os problemas que vocês encontram e por isso descredenciaram correspondentes bancários?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – São avaliados inúmeros critérios nessa gestão e nesse monitoramento, desde uma reclamação e insatisfação do cliente até o visitante... *In loco*, por exemplo, é obrigado a existir lá uma plaquinha de que ele é correspondente autorizado C6 Bank. Os relatórios vão apontar isso, eu não tenho aqui comigo uma informação precisa dos principais motivos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é essa contratação? Vamos voltar a isto: como é essa contratação? O senhor falou que tinha critérios éticos. Me relacione aí que critérios éticos são esses na contratação de correspondente bancário?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O banco faz uma análise, por exemplo, de nível de endividamento da empresa. Se a empresa estiver com muito nível de endividamento, pode ser que a gente tome uma decisão por não credenciá-la. A autorregulação de crédito tem as etapas dela: de advertência, suspensão e coisas nesse sentido. E, eventualmente, o correspondente que tomou uma advertência, a gente pode ser que não queira colocar para prestar serviços para o C6 Consignado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu perguntei sobre ética, o senhor me respondeu sobre nível de endividamento do correspondente bancário. Fora esse pressuposto, falando de ética, quais são outros critérios relacionados à ética para a contratação do C6 de um correspondente bancário?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Os critérios avaliados são basicamente o nível de endividamento, políticas de prevenção à lavagem de dinheiro, adequação às normas e legislações atuais, notícias que não desabonem – seja na autorregulação, sejam notícias que estão disponíveis na mídia – e coisas nesse sentido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Senhor depoente, qual é o percentual para o correspondente bancário por cada contrato?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – A remuneração varia, hoje, em torno de 3% a 6%.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De 3% a 6%, de cada contrato. Qual é a média contratual nos empréstimos de aposentado e pensionista, o senhor sabe dizer?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Acho que, hoje, até a gente estar operando, nos últimos dois dias, acredito que estava em torno de R\$3 mil a R\$4 mil, R\$5 mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O banco tem uma política de incentivo à contratação de cliente em relação a aposentado e pensionista para os correspondentes bancários?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Perdão, Sr. Deputado. Pode repetir a pergunta?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, deixa eu dizer e até dar parabéns ao advogado, porque o cliente não pode responder a uma pergunta que em toda ela o advogado está. Eu espero que não seja ditando a resposta, até porque é um advogado de respeito e com a reputação muito boa.

A pergunta que eu estou fazendo ao senhor é a seguinte: existe uma política de incentivo, premiação, maior percentual do C6 para o correspondente bancário que contrata mais?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – As remunerações são individuais por contrato, de maneira geral.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – É isto que eu estou perguntando: é só?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Existem bonificações adicionais que possam vir de acordo com o volume de originação.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Então, vamos falar de uma linguagem mais popular. Quais são essas bonificações? Eu sou um correspondente bancário e danei-me a fazer contrato com aposentado e pensionista. Qual o tipo de bonificação extra a esse percentual de 3% a 6%?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – São bonificações, de novo, em cima do valor do contrato. Pode chegar a 1%, 1,5%.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Baseado em número de contratos?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Baseado em número de contratos, qualidade dos contratos e assim por diante.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Então, existe um incentivo para os correspondentes bancários contratarem mais.

O senhor tem alguma planilha que pode disponibilizar para a CPMI sobre esses pagamentos de comissões e também incentivo à contratação? O banco tem isso?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Temos sim.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem como disponibilizar para a CPMI?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe agradeço.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O C6 estabelece meta de contratação para cada correspondente bancário? Melhor dizendo, existe um piso na contratação?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não, não existem metas acordadas com o correspondente. Obviamente, na campanha em específico, existem metas, mas não é uma meta... Se ele vender um contrato, ele vai receber a remuneração daquela operação em específico.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Já houve descredenciamento de correspondente bancário pelo baixo volume de contratos?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é que essas metas são comunicadas aos correspondentes?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – São comunicadas pela estrutura comercial.

Permita-me, V. Exa. Foram 2 mil descredenciamentos do banco C6 Consignado nos últimos cinco anos.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso é importante.

E como é que eu sei que os senhores descredenciaram esses 2 mil, e os 2 mil ou quase 3 mil que estão credenciados não estão praticando a mesma coisa que os 2 mil que foram descredenciados? Como é que a gente faz essa comparação?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Desculpa, Deputado. Pode repetir a pergunta?

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor falou que tem quase 3 mil correspondentes e quase 2 mil foram descredenciados. Quais foram as práticas que o banco adotou para não repetir os mesmos erros dos descredenciados?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Como eu disse, a gente evolui sempre o processo de gestão de correspondentes, que são aqueles três pilares que eu citei aqui.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas só um minuto. Esse processo está em prática no banco desde quando?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Esse processo está em prática no banco desde 2019, quando a gente instaurou o banco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Olha só, então, o processo não está sendo suficiente, porque se vocês fazem todo esse processo e ainda conseguem os correspondentes burlar a atuação... É isto que eu quero saber: o que é que vocês estão fazendo de diferente para não permitir os mesmos erros?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Se me permite, Deputado, nos últimos três anos, o C6 não figura entre as dez maiores instituições reclamadas no *ranking* do Consumidor.gov. É verdade o fato que o senhor apresentou ali, que o C6, no acumulado de cinco anos, aparece entre os dez maiores, mas, nos últimos três anos, o C6 aparece, se a gente juntar os conglomerados financeiros ali: na 12ª posição em 2023, tendo sido o maior originador de crédito naquele ano; na 15ª posição em 2024, tendo sido novamente o maior originador de crédito naquele ano de 2024; e tendo sido o 14º em 2025, tendo sido novamente o maior originador de crédito consignado. Volto a reforçar: a gente teve 483, salvo engano, reclamações em 2025 sobre os temas específicos de não contratado, não reconhecido ou não solicitado no ano de 2025. Foram 487 reclamações em 5,5 milhões de contratos. A posição, segundo consta inclusive do relatório apresentado pela Febraban, do C6 era a 44ª posição se a gente comparar com contratos ativos, porque você olhando de fato – perdão: V. Exa. –, se a gente analisar, de fato, o número isolado, ele pode trazer uma interpretação não tão correta, na minha visão, dos fatos, mas se você analisa pela quantidade de operações que se tem, o C6 é, como disse no meu discurso inicial, um dos melhores em qualidade de prestação de serviço ao aposentado e pensionista do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, é só para a gente relembrar.

Volta aqui.

Olha, vocês saíram desse ponto para 6 milhões.

Volta outro. Volta. Volta mais aí. Não. Cadê aquelas notícias? Aqui. É essa aqui.

Deixe-me dizer, o seu discurso está perfeito, mas a prática do banco tem um débito para com o aposentado e pensionista. Está aqui. Isso é de agora, não é de ontem, não. De ontem que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu digo é de um tempo passado. É de agora: R\$300 milhões. Eu acho que a prática supera o discurso. Mas eu entendo. Deixe-me lhe dizer: o escopo da CPMI é de 2015 a 2025, e os senhores têm um débito para com a população nesse período. Para mim, pouco importa se é 2021, 2022, 2023. Nós estamos com o escopo nesse período. Nós estamos aqui discutindo, e eu entendo que o senhor está querendo dizer que essas falhas já não existem mais. Mas nós temos um débito para com o aposentado e pensionista.

O senhor tem registro de treinamento em vídeo dessas metas comerciais?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – A gente tem auditoria sobre todo o treinamento realizado, com trilha de auditoria sobre os usuários que realizaram esses treinamentos.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem como repassar para cá?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Acredito que sim.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, lá como Presidente do banco, tem treinamento para correspondente bancário?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Parte da função da equipe do banco é fazer treinamento à equipe de correspondentes bancários.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, passe esses dados para cá. (Pausa.)

Aqui eu estou com nota da auditoria da CGU, 1752268/2023. O senhor poderia me dizer, nessa suspensão pelo INSS, se o ACT foi rompido, está suspenso, ou o ACT está vigente, mas sem os senhores poderem contratar novos consignados?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O ACT está suspenso, e, reforço: a gente discorda veementemente da decisão do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor, mas então o ACT se encontra suspenso.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Suspenso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Internamente falando, eu lhe perguntei... Nós estamos falando de 300 milhões. O Banco C6 discute a possibilidade, sem ser na Justiça, mas internamente, de devolver esses 300 milhões aos aposentados e pensionistas por esses produtos que, na minha ótica, foram casados? Estou falando independente da Justiça, os senhores pretendem fazer uma devolução administrativa desses valores?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Como eu disse no meu discurso inicial, Deputado, não nos parece correto fazer a devolução integral dos valores contratados legalmente com anuência clara e explícita do contratante.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem... Olha só. O Presidente do INSS esteve aqui nesta Comissão. É Gilberto Waller? Como é o nome do Presidente? Gilberto, né?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Presidente Gilberto disse que assinou um termo de compromisso com o C6. O senhor recorda da assinatura desse termo de compromisso?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não houve assinatura de termo de compromisso com o C6.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pô, o Presidente disse aqui que tinha assinado! Então alguém está faltando com a verdade.

Não houve assinatura com o C6 do termo de compromisso para devolução de valores descontados irregularmente?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não, não houve.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem...

Nota da auditoria CGU que eu acabei de citar coloca que as averbações com o problema em documentação do C6 chegam a quase 10%. Que tipo de problema é? Qual é a natureza desse tipo de problema de documentação para ter um índice tão grande desse? Eu até li lá os quase 200 mil contratos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Deputado, eu não tenho ciência deste número, mas o número que a CGU nos pontuou no processo administrativo, salvo engano, versava sobre aproximadamente entre 10 e 20 mil operações, das mais de 10 milhões de operações que o C6 já fez. E, como exemplifiquei aqui, por exemplo, se um documento estava ilegível no verso e havia uma pontuação sobre essa documentação ilegível, da qual o banco regularizou 100% delas no prazo estabelecido, salvo engano, de 60 dias... E este tema, inclusive, foi dado como feito com total... feito como... sem que houvesse novos apontamentos da CGU e do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Artur, aqui eu estou com a auditoria da CGU, e ela aponta 137 mil contratos com problemas na documentação entre o período de outubro de 21 a abril de 2023.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Se me permite, Deputado, eu acredito que este número não é referente à falta de documentação, mas sim... Deixe-me explicar aqui. Quando você faz a averbação junto ao INSS, você tem que enviar o documento da operação e, além do documento, você tem que mandar alguns metadados da biometria facial. Dentro desses metadados, o banco tem que mandar, quando ele valida a face em bases governamentais do Serpro, ele tem que mandar, por exemplo, salvo engano, zero ou um. O banco, incorretamente, por um procedimento incorreto, mandava -100 quando não existia a base governamental do Serpro, mas corrigimos essa deficiência única e exclusivamente operacional e passamos a informar o valor correto. Era apenas uma inconsistência de informação entre o C6 Consignado e a Dataprev, mas em nada prejudicou os aposentados e pensionistas do país.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor está falando do assunto que eu ia tocar agora. Essa mesma nota de auditoria indica que 78% das averbações foram realizadas com escore de validação biométrica insuficiente. Isso entre junho de 23 e setembro de 25. O erro foi do banco?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O procedimento... O banco errou em informar a informação que ele detinha para a Dataprev, mas a informação sobre o procedimento, como foi feito o procedimento, a validação em base biométrica, tudo isso aconteceu absolutamente dentro da legislação e das normas previstas pelo INSS. E o banco corrigiu, em 30





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou 60 dias, salvo engano, todas as informações junto à Dataprev, demonstrando que todos os contratos estavam absolutamente corretamente assinados e presentes ali. Isso, inclusive, foi pauta da decisão final da Dirben, a qual eu relatei aqui no meu discurso, na qual a Dirben assume que o único ponto, de todos os pontos da CGU, é a venda sobre seguro de vida e pacote de benefício, que, na nossa visão, não entendemos como... respeitamos a opinião do INSS, mas não entendemos como correta a ilegalidade sobre a venda de seguro de vida e pacote de benefício.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, nessa mesma auditoria da CGU, foram analisadas, por amostragem, 25 operações entre 24 e 25 agora. Dessas 25, 14 estavam com escore biométrico sem convergência válida com bases oficiais. Como é que o senhor explica que o banco desembolsou crédito com uma falha biométrica tão grave?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Excelente pergunta, e me permita trazer luz à legislação. Nem todo aposentado e pensionista está nas bases governamentais do Serpro, porque as bases governamentais do Serpro, de biometria, versam basicamente hoje sobre Carteira Nacional de Habilitação, e em todo aposentado e pensionista do nosso país está lá. Existe, sim, uma previsão legal de, quando você não encontra o aposentado e pensionista na base governamental do Serpro, você faz análises específicas da documentação do aposentado e da biometria capturada e você faz verificações se a biometria capturada é da mesma pessoa do que o documento de identidade. Essas informações foram prestadas e foram esclarecidas pelo próprio INSS e pela CGU, no qual... Basicamente, nesse termo, eles arquivariam o processo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Na mesma auditoria e na IN 138 e na Nota Técnica 65, de 23, foram apontados casos de reutilização de biometria em refinanciamentos, o que é um problema que nós estamos enfrentando aqui direto. Então, pergunta direta: o C6 utiliza a biometria do primeiro empréstimo para a continuação de outro empréstimo? Aqui está dizendo que sim.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não, em nenhum momento o C6 utiliza a biometria capturada. A jornada é única e é utilizada para aquelas operações que ali estão sendo assinadas de forma biométrica.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A CGU detectou isso em relação ao C6.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Na realidade...

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Ou a CGU está faltando com a verdade e o relatório é falso, ou o senhor está aqui nos dizendo uma coisa que não acontece. Quero saber, de forma objetiva: o C6 já utilizou biometria para refinanciamento?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O C6 utiliza biometria para refinanciamento por...

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, a mesma biometria...

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O C6 nunca se utilizou de biometria, a não ser aquela utilizada na jornada de contratação específica daqueles contratos os quais estão sendo assinados?

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou fazer a pergunta, então, mais direcionada.

Eu sou o contratante e tem o contratado. Faz-se a biometria para o primeiro empréstimo. Essa biometria, em algum momento, o C6 utiliza para o refinanciamento? Ou já aconteceram casos como esse?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Se o empréstimo foi contratado... Por exemplo, Deputado, em 2024, o empréstimo que a gente concedeu para o cliente, por exemplo, R\$2 mil...

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – ... e, em 2025, ele vem fazer um novo empréstimo...

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – ... ele vai passar desde o início pela jornada de contratação com nova biometria para fazer o refinanciamento dessa operação. Em nenhum momento o C6 vai se utilizar daquela biometria passada para qualquer tipo de operação do futuro. Ele não se utilizou e não se utilizará.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, eu quero justamente fazer esse confronto e quero deixar isso esclarecido. O C6, para refinanciamento, já utilizou, em algum momento, biometria passada?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, quando o senhor mudou um pouco a resposta, eu quero saber o seguinte: o senhor tem certeza de que não aconteceu ou o senhor não pode ter essa certeza?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Que seja do meu conhecimento, não aconteceu.

Esse tema, Deputado, se me permite, foi esclarecido à CGU. E a CGU, de novo, sobre este tema, salvo engano, arquivou o ponto para com o C6.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me explica outra coisa. Eu contrato lá, sou aposentado. Acontece de esse dinheiro não cair na conta contratada? O senhor tem esse tipo de problema? Estou me baseando também no relatório da CGU.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Cem por cento dos empréstimos consignados concedidos são creditados na conta em que o aposentado recebe o benefício da Previdência Social.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem certeza desse direcionamento?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Existem validações sistêmicas que garantem essa obrigação legal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E no C6 existe desconto na folha do que ele recebe sem ter contrato? Já existiram casos como esse?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não existe no C6 casos desse aí. Que eu saiba, do passado, não existiram casos dessa natureza também.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em algum momento, vocês reportaram ao INSS qualquer falha sistêmica nesses contratos, nessa relação banco-INSS?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Que eu me recorde não, Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não. Existe alguma denúncia interna sobre esse tema?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Que eu me recorde não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, eu tenho algumas perguntas, mas são perguntas mais técnicas, e eu gostaria de falar um pouco mais para o aposentado e pensionista.

Esse é um marco inicial novo na CPMI. Estamos aqui com o Presidente de um banco chamado C6. Esse Presidente está aqui prestando esclarecimentos, e ninguém mordeu ele, apesar de ter até cachorro hoje na segurança. Ou seja, nós estamos aqui para esclarecimentos como testemunha.

Queria saber do senhor: existe transparência e fiscalização suficiente nos empréstimos e na relação com o INSS e a Dataprev?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Acho que essa é uma opinião pessoal, Deputado, eu não gostaria de...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, é uma opinião pessoal, é uma coisa objetiva, o senhor é Presidente do banco. O senhor aí falou sobre controle, falou sobre ética, falou sobre uma série de procedimentos. O senhor é Presidente do banco, o senhor tem como dizer se existe transparência nessa relação, fiscalização ou não.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – No que diz respeito ao C6 Consignado, a relação entre o banco e o cliente é uma total transparência sobre a jornada de contratação que ele faz e sobre aqueles aceites que ele está dando. Volto a reforçar: na jornada de formalização do C6 Consignado, o cliente tem que dar 12 manifestações de vontade para de fato contratar o empréstimo. Esse empréstimo passa pela biometria facial, o cliente tem que passar por essa





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

biometria facial como prova de vida, e o dinheiro é creditado exclusivamente na conta em que ele recebe benefício previdenciário dele, que ele tem gestão sobre essa conta corrente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, como Presidente de uma instituição financeira, teria alguma sugestão legislativa para melhorarmos essa relação de transparência e não haver prejuízo para aposentado e pensionista?

O senhor está tendo a oportunidade, diante de Parlamentares, com a sua experiência em consignado, de fazer um bem para o país. Qual é a sua sugestão? O senhor tem uma sugestão?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eu acredito que esse é um tema que a gente possa tratar de maneira setorial. A Febraban e a ABBC são as associações que melhor tratam isso, e eles têm alguns itens que são discutidos como membro da Febraban e membro da ABBC. Existem, sim, relações como, por exemplo – posso citar uma aqui, Deputado –, a anuência do aposentado no Meu INSS sobre cada operação que ele faz com os dados da taxa de juros, o valor do empréstimo, o prazo contratado, assim como o valor da parcela, que fica absolutamente transparente. Do lado do banco, a gente entende que já existe essa transparência, mas é mais uma camada de segurança.

Acho que, como evolução – e acho que este é o principal objetivo desta Comissão –, a gente deveria avançar nessas agendas com o setor ABBC e Federação Brasileira dos Bancos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, como um representante com cadeira nessas associações, em relação a esse aspecto específico – os senhores estão discutindo isso –, se pudessem mandar um ofício para cá, nos ajudaria a tornar o sistema mais transparente.

Mas eu não vou me prolongar mais. Eu só queria fazer duas perguntas para finalizar. A primeira: o senhor é Presidente de um banco, montou uma estratégia que, para o banco, foi vitoriosa; para o aposentado e pensionista, nem tanto. Pergunto – já perguntei e volto a perguntar –: qual é a estratégia que o banco deu ao correspondente bancário nesses treinamentos para a captação do aposentado e pensionista nos produtos acessórios?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O banco não participa da estratégia comercial das empresas. O banco dá treinamentos a respeito da responsabilidade do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

correspondente perante o cliente, o atendimento que tem de ser de qualidade e absolutamente transparente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor é uma empresa privada que visa ao lucro e o senhor deu muito lucro ao C6, mas o resultado está no prejuízo aqui que o INSS detectou em uma fiscalização de R\$300 milhões. É para o aposentado e o pensionista que nós estamos aqui.

Deixe-me lhe dizer... Aqui chegaram presidentes de associações, foram tratados como criminosos, foram tratados como bandidos porque eles são bandidos, eles roubaram do aposentado e do pensionista, meteram a mão no dinheiro do povo mais sofrido. Aí eu pergunto ao senhor: 300 milhões retirados ilegalmente de aposentado e pensionista. O que é que diferencia um Presidente de associação que tirou 300 milhões de aposentados e pensionistas, que estão apertados e muitos, presos, de um grande banco, instituição financeira, detectado pelo INSS, que também meteu no bolso 300 milhões que pertencem a aposentados e pensionistas?

Primeira pergunta: vai devolver? O senhor disse que não reconhece. Segundo: qual é a imagem que a gente vai ter do senhor? O senhor montou uma estratégia para meter a mão no bolso de aposentado e pensionista ou o senhor faz isso com muita responsabilidade?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTA AZEVEDO – Sobre este tema, em específico, a gente não concorda com a informação, com a opinião do INSS e, por esse motivo, entramos na Justiça para que a gente possa ter uma decisão judicial. A decisão judicial a gente vai respeitar, e ela vai dizer se a gente atuou de forma irregular ou de forma regular.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu confesso que eu não sei se trato o senhor, a partir de agora, como testemunha ou investigado, eu não sei. Vou me aprofundar no tema.

Mas tem uma notícia aqui que me deixou muito alegre: "C6 registra lucro líquido de 2,5 bilhões em 2025". Meu Deus! Tira 300 milhões e devolve a quem mais precisa. Nós não precisamos desse lucro exacerbado, não. Tem gente passando fome. As instituições financeiras precisam ter responsabilidade. Essa captação massiva de aposentado e pensionista com venda de produto casado é crime e precisa cessar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Relator.

Senhores, antes de passar a palavra ao primeiro orador, e depois faremos um intervalo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então faz a troca, Excelência, faz a troca com ele, faz a troca com ele.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, não dá para falarem cinco, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, nós vamos parar às 13h, Excelência, como temos feito.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Então dá tempo, 13h.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Antes de darmos sequência à fala do Senador Izalci...

Havendo acordo, coloco em votação, extrapauta, o requerimento citado pela Deputada Coronel Fernanda, nº 3.175, 2026, prorrogação de prazo para as restituições dos descontos indevidos, uma solicitação. O Líder Paulo Pimenta concordou e também o Líder, hoje, Marcel van Hattem. É um extrapauta da Coronel Fernanda, solicitando ao Governo a dilação de prazo para as instituições dos descontos indevidos.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 3175/2026





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer envio de sugestão ao INSS para que seja prorrogado, por 90 (noventa) dias, o prazo para solicitação de ressarcimento dos descontos indevidos de mensalidades associativas nos benefícios do INSS.

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

Os Parlamentares que aprovam...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – E a proposta do Deputado Marcel van Hattem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estamos aguardando a resposta do Líder.

Os Parlamentares que aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

A Secretaria dará sequência às deliberações.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, posso só pedir para serem dois a falar, o Senador Izalci e a Deputada Adriana, até chegar ao intervalo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode, perfeitamente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, quero perguntar aqui ao Artur: relatórios da CGU e da Presidência do INSS mostram algo que parece ser um método de trabalho. Foi identificado que 77,67% dos contratos da C6 – são mais de 2,9 milhões de contratos – possuem falha na biometria. Além disso, há indícios de uso de tecnologias que aceitam fotos de fotos e operações realizadas via telefone, métodos hoje já vedados. Quase 80% – são quase 3 milhões de contratos – com falha biométrica. Com esse nível de falha, como você pode garantir que esses empréstimos foram realmente solicitados pelos aposentados? Ou isso foi de propósito para o banco ganhar com isso?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO (Para depor.) – Senador, como comentei, os apontamentos da CGU, à exceção do que eu citei aqui, do seguro de vida e do pacote benefício, todos eles foram esclarecidos junto à CGU e ao INSS e basicamente todos eles foram arquivados. Eram meramente... Não eram falhas do processo em si; era falha da informação que o C6 havia disponibilizado à CGU, ao INSS/CGU.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O.k.

O parecer técnico mostra que a cobrança da biometria no C6 era mera formalidade. Qualquer um poderia inserir e validar dados sem se preocupar com a biometria.

Teve fraudador que inseriu autorização no sistema da Dataprev usando bonecos, fotos paradas e até o Chico Bento – até Chico Bento foi cadastrado.

Vocês já mudaram essa tecnologia no sistema C6 ou até hoje o sistema aceita qualquer imagem como prova de vida?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não há nenhum indício e nenhuma informação sobre que o sistema do C6 tenha sido burlado com base na biometria. Só para eu deixar bem claro, os sistemas da Dataprev são independentes e não têm absolutamente nenhuma relação com os sistemas do banco. O sistema do C6 Consignado, até o meu conhecimento de hoje, nunca foi burlado por bonecos, foto de foto ou qualquer coisa do gênero. Nós temos uma tecnologia de ponta e entendemos que o sistema hoje nunca foi burlado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Tá.

Artur, antes da exigência de biometria facial, o Banco C6 operou massivamente com a contratação por telefone ou gravação de voz; milhões de aposentados com dívidas que eles assumiram com o C6 por telefone, o que hoje é proibido. Quantos contratos ativos hoje, na carteira do C6, foram feitos neste período? O Banco C6 fez algum *recall* para confirmar com aposentados se esses contratos eram reais ou se omitiu?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Permita-me esclarecer, Senador: a oferta pode ser feita através do telefone ou qualquer outro mecanismo; a contratação, nunca. A contratação é feita, desde 2021, abril de 2021, no C6 Consignado de forma totalmente digital e,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

antes desse período, ela era feita de forma manuscrita, ou seja, com um documento assinado de forma manuscrita pelo aposentado e pensionista do INSS. De maneira alguma...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Entendi.

Pergunto: a auditoria da CGU encontrou mais de 600 mil contratos com juros acima do permitido pelo Conselho Nacional de Previdência, ou seja, prática de juros abusivos que ultrapassam o limite permitido; foi dito aqui, inclusive, com relação ao seguro, que é, inclusive, descontado no empréstimo, praticamente. Explique isso para o aposentado e também para o cliente do banco: Artur, o Banco C6 trabalhava com taxas ilegais ou o C6 é um banco que possui falhas de cálculo de taxas?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O Banco C6 sempre atuou dentro das normas e regras estabelecidas pelo INSS e, no que tange à taxa de juros, sempre atuou dentro dos tetos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Previdência Social. Inclusive, há, salvo engano, dois anos, essa validação é feita pela própria Dataprev. É impossível, sistemicamente, você colocar uma operação acima do teto permitido por lei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – A gente já viu aqui, no desconto associativo, que a Dataprev realmente aceitava qualquer coisa.

O INSS identificou 324 mil contratos do C6 com cobrança de clube de benefícios – clube de benefícios –, com desconto de até R\$500 mensais ou no ato da operação. Explicando melhor, do nada, o aposentado fazia parte de um clube de que ele não queria ser sócio e ainda cobrava para ele participar. Isso parece venda casada. Como você explica o clube dos benefícios sendo cobrado sem autorização do aposentado?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O C6 nunca realizou, em qualquer hipótese, venda casada. E este tema exclusivo do pacote de benefícios é um tema tratado na Justiça, da qual aguardamos a decisão judicial a respeito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Artur, o relatório identificou também contratos ativos do Banco C6 com beneficiários nascidos em 1899 ou 1900, alguns com vencimento previsto para 2031 – detalhe é que a pessoa mais velha no Brasil hoje tem 118 anos e nasceu em 1908, ou seja, impossível estes supercentenários serem reais. O sistema do Banco C6 considera normal conceder





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

empréstimo a uma pessoa com mais de 120 anos? Ou você reconhece que houve falha grave no controle de óbitos?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O C6 nunca contratou operação para pessoas em óbito.

Se me permite, Sr. Senador, um primeiro relatório da CGU foi incorretamente com o nome do Banco C6 Consignado, que era de outra instituição financeira e versava, inclusive, sobre temas que o senhor está relatando aqui...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O senhor pode mandar para a gente depois essa... identificar quem foi a instituição que fez...?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eu não sei, Deputado – Senador, desculpe –, quem foi a instituição. Eu sei que ela incorretamente apresentava como Banco C6 Consignado nesse processo, mas não eram questões do Banco C6 Consignado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Documentos desta CPMI comprovam que empresas de fachada como a Tirreno Consultoria, The Pay, ligados ao escândalo do Banco Master, simularam a origem de bilhões em créditos que não existiam. Eu pergunto: o Banco C6 comprou carteiras, operou cessões ou manteve contrato com empresas investigadas por simulação de crédito ou lavagem de dinheiro com a Tirreno ou com o The Pay ou com a Holding Merope ou qualquer outra empresa ligada ao escândalo do Banco Master?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não. Dessas empresas nunca operamos com nenhum tipo de compra e venda de carteira.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Artur, o aposentado que teve dinheiro roubado e até mesmo o cliente do Banco C6 acham que o banco quis lucrar com o roubo das aposentadorias. Um jeito de mostrar para o cliente o comprometimento do Banco C6 é explicar como vocês reagiram. Por exemplo, quantos correspondentes bancários foram descredenciados pelo C6 por fraude ou falsificação de assinatura nos últimos cinco anos?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Cerca de 2 mil em cinco anos foram correspondentes descredenciados...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Em função de fraude, falsificação de assinatura...?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Em função de todo tipo de irregularidade, desde uma irregularidade de uma exigência legal de que tem que ter lá uma placa escrito que presta serviço para o banco até eventuais...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eles foram descredenciados, mas a operação ocorreu, mesmo com essas falhas?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Muitas das falhas... O processo de tecnologia do C6 atualmente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Atualmente, não. Eu queria saber lá dos últimos cinco anos.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Grande parte das irregularidades que nós observamos são irregularidades que a gente pega antes, inclusive, da concessão e da disponibilização do crédito ao cliente, com um trabalho preventivo, através de tecnologia, com biometria facial, prova de vida e inúmeras outras checagens, como, por exemplo, a geolocalização de onde foi feita a venda, onde é que esse cliente de fato reside e outras tecnologias, o que nos permite ser preventivos junto ao aposentado e pensionista do INSS.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Artur, agora, temos aqui um exemplo de eficiência ou um exemplo de vazamento de dados, junto com o assédio comercial. O aposentado tem o benefício aprovado e, antes mesmo de ele receber a carta oficial do INSS, minutos depois, ele já recebia a ligação do C6 com ofertas do banco. Como os correspondentes do banco conseguem ligar para aposentados minutos antes da concessão do benefício, antes mesmo da comunicação oficial do INSS? E quem, dentro do INSS, estava ignorando as leis de proteção de dados e entregando dados sigilosos para vocês?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Como eu disse, eu não tenho ciência sobre esses fatos. O C6 Consignado opera os canais próprios dele, através do aplicativo do banco e no site do banco, fazendo ofertas dentro desse único ambiente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Artur, o Banco C6 teve quase 3 milhões de contratos com falha na biometria, 600 mil contratos com juros acima do limite...

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... ou taxas, ou seguro, ou clube de benefícios, 340 mil contratos com venda casada, empréstimos para pessoas com mais de 120 anos, relação com empresa do escândalo Master-Tirreno.

Você, sendo o CEO, pode dizer quem, dentro do Banco C6, é legalmente responsável pelas operações de consignado perante o Banco Central e o INSS?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Pelo Banco Central, atualmente é o outro Diretor nosso, o Renê.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente, só para encerrar, eu disse aqui, na última reunião, com todo respeito aos advogados, que a maioria dos advogados que aqui vem não defende o interesse de quem está depondo, mas de outros, terceiros, e acaba comprometendo.

Por exemplo, o Sr. Artur poderia com certeza assinar, dizendo que vai dizer a verdade, porque, da forma como ele está colocando, não tem nada que possa prejudicá-lo; muito pelo contrário, é o momento de ele mostrar para a população, para os aposentados e pensionistas que o banco trabalha corretamente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Gaspar. Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado, Senador.

Só um esclarecimento: vou passar a palavra para a Deputada Adriana Ventura, depois para o Deputado Alencar Santana, e a sessão será suspensa.

Então, Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Obrigada, nosso Relator, Deputado Paulo Gaspar... Alfredo Gaspar. Paulo Gaspar... a gente tem esse problema. Deputado Alfredo Gaspar, que tem feito um excelente trabalho como Relator.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o depoente, o Sr. Artur Azevedo, e o Dr. Daniel Bialski. Sejam bem-vindos a esta Casa e obrigada pelos esclarecimentos.

Sr. Artur, eu não tenho um grande conhecimento dessa área, mas eu pude ouvir o que você falou no início, depois eu tive que... e peço desculpas até, porque eu tive que assumir o Plenário da Câmara, porque estava tendo sessão ali, e, assim que acabou, eu retornei. Eu ouvi alguns esclarecimentos que o senhor fez para o Relator – os últimos.

Então, a primeira coisa de que eu queria um esclarecimento e que eu achei muito interessante é que o senhor falou que, mais ou menos, do faturamento do banco, do volume, são 33 bilhões de ativos de consignados, de uma maneira geral. O senhor confirma isso, por favor? É só para eu ver se eu estou na mesma página, até porque eu me ausentei.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO (Para depor.) – Está correto, Deputada. São 33 bilhões de carteira de ativos de empréstimo consignado do INSS.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Isso.

Então, a minha pergunta é: qual é o volume de faturamento desses 33 bilhões do banco com os chamados pacotes acessórios? Estou falando dos últimos cinco anos. Então, assim, eu queria uma referência, até para a gente ver o percentual, se é uma coisa grande ou se é uma coisa pequena.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Os pacotes participavam, em média, com aproximadamente 3,8% do valor do empréstimo, mas, esse tema – e peço perdão, Deputada –, a gente vai tratar ele na Justiça. Então, eu vou me reservar a não comentar muito a respeito sobre esse tema, por causa da decisão judicial que a gente está aguardando.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É porque, na verdade, eu também não sei, eu acho que eu queria um esclarecimento. Por quê? Porque a minha pergunta é: 90%, mais ou menos, dos contratos que são feitos são feitos via esses correspondentes bancários, e eles oferecem esses produtos. Então, eu entendo que tem umas questões aí que causam preocupação para vocês, mas o que eu queria entender é como é feita uma contratação. Que tipo de empresa vocês, C6 Consignado, contratam? Ela é grande? Ela é pequena? Como é que é feita essa seleção? Tem essa seleção? Que tipo de empresa? Essa é a pergunta. Eu não sei se você vai entrar nisso ou não, eu





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

peço que entre, porque eu gostaria realmente desse esclarecimento, porque eu acho que é uma coisa simples, até para a gente entender como um banco contrata um correspondente bancário. Eu, por exemplo, que não sou da área, não tenho noção de como é que essa contratação é feita, como é que é feita uma seleção, quais são os critérios para isso...

Você, como presidente do banco, eu acho que, pelo menos, pode dar um direcionamento? Porque eu não sei mesmo. Não é minha área.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – A gestão de correspondentes do banco é feita basicamente em três pilares, Deputada. O primeiro pilar parte do credenciamento desse correspondente no banco.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum...

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – A gente analisa a pessoa jurídica, porque, inicialmente, tem uma pessoa jurídica sobre isso, e a gente analisa todos os critérios dessa pessoa jurídica: análise de risco, de crédito, análise de risco reputacional, análise de prevenção a lavagem de dinheiro e demais critérios utilizados na pessoa jurídica.

Além disso, os sócios e procuradores dessa empresa passam também pelo mesmo escrutínio, mas aí na pessoa física, está o.k.?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Todo correspondente do banco tem que cadastrar os agentes de venda dele, portanto os vendedores de crédito, na plataforma do banco. Esse cadastro é feito também com escrutínio, da mesma forma como se ele fosse o sócio da empresa ou um procurador dessa empresa. E, além disso, é capturada a biometria facial e o documento de identidade de 100% dos agentes de crédito do banco. Isso faz com que a gente tenha o controle sobre quem são os agentes e quem está falando em nome do banco.

Esses agentes de crédito são obrigados a passar em exame de certificação próprio e em entidades reconhecidas, como, por exemplo, a Febraban.

A partir disso, o banco tem o segundo pilar, que a gente chama de monitoramento. O monitoramento são índices mensais e semanais, a respeito de índice de reclamação, índice de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

satisfação dos clientes... Assim como auditorias internas e externas, que são realizadas anualmente.

Dentro dessas auditorias externas, a gente busca olhar a adequação da empresa à LGPD, a gente olha a tecnologia de informação dessa empresa, como é que se dá o processo de governança dessas empresas e, além disso, como é que são as políticas de relacionamento com o cliente dessas empresas.

Do lado do banco, a gente também faz clientes ocultos. O que é isso? São atores que se passam por aposentados e pensionistas que, de fato, vão buscar em crédito consignado, e esses atores geram um relatório de como é que foi o atendimento, como é que se deu esse atendimento, se teve clareza, se teve transparência, e esse relatório gera parte do processo de melhoria contínua, dentro do banco, para melhorar os serviços prestados por aqueles que estão falando em nome do banco.

Vale lembrar que os correspondentes são multibancos. Não prestam serviços exclusivamente para o C6 Consignado, mas, dentro do C6 Consignado, a gente é extremamente rigoroso na gestão desses correspondentes, da forma que eu aqui citei.

E o terceiro pilar é o pilar de gestão de consequências, em que a gente suspende correspondentes e descredencia, quando for o caso, inclusive informando eventuais agentes de venda ou correspondentes às autoridades competentes, e já fizemos dezenas de informações sobre eventuais irregularidades que esses indivíduos estão fazendo, lembrando que o vendedor assina um termo de responsabilidade cível e criminal ao operar com o banco. Isso faz com que a gente possa encaminhá-lo às autoridades competentes, por estar, eventualmente, fazendo algum tipo de irregularidade.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada, Sr. Artur, pelo esclarecimento.

Eu tenho, então, andando um passinho a mais. Então, na verdade, assim... Você que é a conexão direta com o aposentado, a questão do consignado, o contrato é feito com o seu banco.

Aí, esses terceiros, que são contratados... A minha pergunta é assim: a responsabilidade... Até porque você falou que ele assina um contrato, civil e criminalmente, respondendo que tem monitoramento e tal. A responsabilidade com este consumidor, com este aposentado, ainda que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja, é do... Primariamente, quem o senhor acha que seja o responsável? O seu banco que fez o contrato com ele? Esse terceiro é solidário? Como é que isso se dá? Porque quem vendeu, na verdade, foi o senhor, correto? O seu banco, eu quero dizer.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Perante o INSS, por exemplo, a responsabilidade é integralmente do banco. A empresa tem a responsabilidade cível e criminal sobre as atividades que ela exerce.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Certo.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Mas, perante o contrato de acordo de cooperação técnica com o INSS, a responsabilidade é integralmente do banco.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E minha outra pergunta também, até porque eu ouvi você falando que dentro... Porque a gente olha esse número, esse volume de contratos, e a gente fala: "Nossa, é um monte de contrato". Mas você percentualmente falou que isso, em relação ao total, ainda é um dos menores, segundo a lista, aquela tabela que foi divulgada, do percentual correspondente. Correto?

Então, minha pergunta é outra. Vocês já venceram algum pregão eletrônico para pagamento de benefício de INSS? Você já participou de pregão? Você lembra de qual que você participou?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – A gente participou dos últimos dois pregões sobre pagamento de aposentados como conglomerado, mas a gente deu o lance mínimo em todos os pregões e não ganhou, vamos chamar assim, nenhum lote de pagamento de aposentados.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E... Não, na verdade, é uma dúvida até, porque eu estava muito curiosa, porque eu li aqui que... Agora é opinião, tá? Não tem... É uma questão assim, eu vi que a Crefisa venceu 25 dos 26 lotes, em 24.

E a minha pergunta é, assim, olhando você que conhece o setor, participou de pregão: por que tem esse valor? É porque o lance inicial é muito alto? O lance mínimo de que você falou?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Os pregões são feitos por, por... Quem adquire, de fato, deu o maior lance de forma pública. Os primeiros lances são feitos de forma privada, mas, a partir disso, são abertos os envelopes, e a partir daí existe um pregão público sobre quem vai, basicamente, levar o lote de pagamento de aposentados.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá. E vencer 25 dos 26 lotes, de 2024, no mínimo, é estranho? Ou realmente, assim, colocam muito dinheiro na mesa, porque é muito lucrativo, na opinião do senhor?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Deputada, não cabe a mim comentar...

(Soa a campanha.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não, eu estou te fazendo uma pergunta de opinião. Não quer comentar, eu te deixo livre, está tudo certo.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Obrigado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu agradeço, Presidente. Agradeço ao depoente, agradeço ao advogado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Gaspar. Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado, Deputada Adriana.

Com a palavra o Deputado Alencar Santana, que fez a permuta com o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Sr. Artur, quando que o C6 foi autorizado a funcionar pelo Banco Central? Que ano?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO (Para depor.) – O C6... Somos duas instituições: o C6 Bank é uma instituição e o C6 Consignado é outra instituição.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Fale das duas. O C6 Bank, quando? Que ano?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eu acredito que o C6 Bank, salvo engano, foi em 18 ou 19.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A informação que eu tenho é que foi em 2019.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Acredito que está correto.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E quando o Consignado?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O Consignado... Nós fizemos a compra do Banco Ficsa, à época, que já tinha essa autorização para fazer consignação em folha. Não me recordo de quando é datada, mas o Banco Ficsa era um banco que operava crédito consignado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas desde quando vocês operam?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Nós operamos desde 2019; desde 2020, perdão.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Consignado desde 2020?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Desde 2020.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tá. Então, 2019, o C6 Bank foi autorizado a funcionar pelo Banco Central, Governo Bolsonaro; 2020, vocês começam a fazer consignado. Governo Bolsonaro, correto? O Presidente era o Bolsonaro?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Correto.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tá, obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E Roberto Campos Neto, Presidente do Banco Central. Bem lembrado e que nós, inclusive... Aqui foi aprovado para que ele venha a esta CPMI. E falo ao Presidente, mais o Relator, que está na Presidência, que a gente possa – por que não? – trazê-los semana que vem, tanto o Roberto Campos Neto como o Galípolo, que foram requerimentos aprovados aqui de maneira consensual. Acho que temos urgência de ouvi-los, podemos fazer na segunda, podemos fazer na terça. Eles precisam vir, até porque era para terem vindo outros banqueiros aqui, era para ter vindo o Vorcaro, era para ter vindo o Zema, da Financeira Zema, era para ter vindo a dona da Crefisa, era para ter vindo o sócio do Vorcaro, todos eles era para terem vindo.

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Olha só, o Vercaro não veio porque o Ministro André Mendonça deu uma decisão favorecendo ele, praticamente tirando ele da CPMI, e assim também o Augusto Lima, que é o sócio dele. Depois, a dona da Crefisa conseguiu também outra decisão no tribunal.

Mas está o senhor aqui. O Relator fez boas perguntas, com base no relatório da CGU. O senhor ali não assumiu o compromisso de falar a verdade, se defendeu, respondeu, mas vou ser sincero: eu espero que todo mundo, seja das entidades laranjas, seja dos bancos que estão fazendo consignado, tem gente séria fazendo consignado, mas tem gente que operou de maneira maliciosa, fraudando documentos, fraudando a vontade do aposentado, para depois praticar o roubo contra eles, e aí faturando bilhões, que todos, todos, sejam banqueiros, não banqueiros, empresários, outros, a turma das entidades, "*golden boys*" e companhia, servidores públicos envolvidos, autoridades políticas, todos sejam julgados, devido com a lei, condenados se tiverem culpa e presos devidamente. Deixar isso muito claro.

Recentemente o dono do Master disse que banco é igual à máfia, palavras dele. Por isso que eu gostaria que ele estivesse aí onde o senhor também está, porque ele também operou consignado. E, da mesma maneira que o C6 foi autorizado a funcionar a partir de 2019, primeiro ano do Governo Bolsonaro, o Banco Master, o Vercaro assumiu a Presidência também em 2019, durante o Governo Bolsonaro. E, da mesma maneira que o C6 começou a operar o consignado em 2020, o Banco Master também começou a operar o consignado em 2020, também, como V. Exa. disse, durante a gestão do Governo Bolsonaro.

Se a gente pegar tantos outros depoentes, vários responderam: "Não, foi em 2019 que eu comecei", "foi em 2020 que eu criei a empresa", "foi, eu tive autorização em 19", "cresci em 20, 21" – todos, sem exceção. Servidores que aqui vieram também relataram que tudo começou lá atrás. É muito nítido. Aliás, teve até Deputado bolsonarista hoje admitindo que existia essa fraude no Governo Bolsonaro, está na minha rede, inclusive, a fala dele. Peço que vocês acompanhem.

Sabe por que isso é importante, Deputado Rogério? Porque as pessoas têm que saber onde começou a trama, onde começou o roubo. Está muito claro que o roubo dos aposentados começou e cresceu de maneira significativa durante a gestão anterior, que não investigou, que não apurou, que não botou a Polícia Federal para investigar, mesmo diante de denúncia até de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

servidor público do INSS, que foi ameaçado de morte. A CGU da época, ó, caladinha, fingiu que não viu, que não era com ela, diferentemente da CGU do Governo Lula, que é quem fez o primeiro relatório, constatou as irregularidades, passou para a Polícia Federal.

E é com base nesse relatório, nesse relatório, que dinheiro está sendo pedido à devolução do C6, com o trabalho da CGU, diferentemente da CGU anterior.

Será que as pessoas conseguem compreender muito bem a diferença, de uma blindagem, de uma proteção, porque havia parceria, durante a gestão Bolsonaro, da gestão do Presidente Lula, que mandou apurar, cessou os descontos indevidos, entrou na Justiça, está devolvendo o dinheiro, entrou na Justiça contra as entidades, como também está cobrando o banco, para que devolva o dinheiro roubado. Essa diferença é muito clara, é muito nítida – é muito nítida.

Infelizmente, para o senhor, no caso, o senhor não teve a sorte do Daniel Vorcaro, que conseguiu não vir. Não teve a sorte do sócio dele. Não teve a sorte da Presidência da Crefisa e, assim, do Zema e outros banqueiros. Era importante que todos aqui viessem também, todos aqueles que estão envolvidos eventualmente, que têm débito irregular, desconto irregular, que fraudaram ali a vontade, que manipularam a vontade.

O senhor disse que não, mas esperamos que a Polícia Federal continue e continuará investigando, vá a fundo e chegue à verdade, para a gente saber quem manipulou ou não, quem roubou ou não. E se o senhor estiver falando a verdade, vai ali ser inocentado. Mas se tiver culpa, que pague devidamente, como nós queremos também que o Sr. André Mendonça... ou André Vorcaro... o Daniel Vorcaro, Presidente do Master, também responda devidamente na Justiça. Já está preso, mas que responda e pague pelos seus crimes, porque o que ele fez aqui foi uma fraude.

Aliás, consignado, é importante lembrar que o do Master começou também aqui no Banco de Brasília. Fazia empréstimo aqui no Banco de Brasília. Não é à toa que o Governador de Brasília atuou fortemente para tentar salvar um banco falido, comprometendo o patrimônio do banco do Distrito Federal, que agora pode falir, o BRB, porque ele atuou tentando salvar um banco falido, comprando crédito podre. Comprou título podre. E agora, e aí? Eu, se fosse cliente do BRB, se tivesse dinheiro lá, eu ia sacar urgentemente, porque o risco de falir é... O risco de falir e a turma levar um calote é grande.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então esperamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Oi? Ibaneis, que é o Governador Ibaneis, que está pianinho agora, fingindo que não tem nada a ver.

Então lamentavelmente outros banqueiros tiveram a sorte, ou tiveram amigos, ou tiveram privilégio, tiveram essas decisões favoráveis, não estão aí para responder.

O senhor foi... E aí, quero admitir, nesse sentido, o senhor está aqui sem decisão judicial, verdade que não fez o compromisso de responder a verdade, mas foi muito firme nas suas respostas, muito firme. Tem o direito da dúvida, logicamente, mas a investigação vai prosseguir, e esperamos ver quem tem razão: se são os relatórios que apontam a fraude praticada pelo C6, ou se é o senhor, aqui, que respondeu e contestou inclusive esses dados. Tem esse direito natural da defesa. O processo vai correr.

Mas seria importante, sem dúvida, e queremos... Quem sabe a gente consiga ainda na semana que vem! Falei, Presidente, eu fiz um pedido aqui ao Presidente que estava em exercício, ao Relator, já que os dois requerimentos do Galípolo, atual Presidente do Banco Central, e do Campos Neto foram aprovados hoje...

(Soa a campainha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... de maneira consensual, então há um sentimento de urgência, quem sabe eles não possam vir ainda na semana que vem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... marcada a data de depoimento deles, para que a gente possa perguntar. Porque o C6, assim como o Master, foi autorizado em 2019 – 2019. O C6, assim como o Master, começou a operar consignado em 2020, e sob a benção do Campos Neto. O C6 operou, foi um dos poucos que operou o Auxílio Brasil. Então, tem muita coisa para responder. É importante que eles possam vir... Assim como o Zema foi um dos poucos bancos – a financeira Zema – que operou consignado no Auxílio Brasil. Ali foi uma barbaridade: um crédito temporário e fazendo consignado, pegando renda dessa turma.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esperamos que essa turma venha responder – e dá tempo ainda para a semana que vem.

Então, fica o nosso apelo para que eles venham fazer o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está suspensa. Será retomada às 14h30.

(Suspensa às 13 horas e 12 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 52 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Na sequência das falas, está inscrito o Deputado Rogério Correia. *(Pausa.)*

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Bem, Presidente, Deputados, Senadores, Senadoras, Deputadas, eu vou começar já perguntando ao Dr. Artur.

Através de uma mensagem que recebi agora no celular, que eu pediria para colocar...

Esse aí é o senhor. Enquanto o senhor falava, explicava aí ao Relator, eu recebi – pode passar para a tela seguinte – um questionamento que me foi enviado pelo meu irmão, o Marcelo.

Marcelo é meu irmão. Foi lá... – Viana às vezes conhece – foi Presidente do Sindieleiro.

Ele recebeu aquilo ali, olha: "o banco C6" – foi uma pessoa que enviou – "depositou sem eu saber 3.670,00 como consignado e não consegui devolver. Descontam em 84 prestações. Nunca fui consultado. Entrei na Justiça pedindo o ressarcimento e danos morais. Entrei na Justiça contra o C6 e o INSS."

Ele se chama Fernando Antônio Pereira Cançado. Disse que eu podia, inclusive, falar o nome dele, porque ele está indignado em relação a isso. Ele foi vendo agora, enquanto via o programa... enquanto via a nossa audiência. Ele foi ficando indignado e me relatou isso.

Vamos ver a próxima tela.

Aí ele mandou, inclusive, a comprovação, olha lá: "Dinheiro depositado na minha conta, sem o meu consentimento".

Dá um *zoom* ali.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Valor (R\$): 2.890,13" – está lá em cima.

"Banco B6 Consignado" – tem lá o banco dele, remetente, CNPJ, tudo.

Pode passar a próxima.

Esse aí. Antes de dar o zoom.

Marcelo, que é o meu irmão: "Encontrei por acaso, e é praticamente impossível...".

Ele encontrou por um acaso, ele não sabia de nada. Encontrou na conta dele, por um acaso, e disse que era praticamente impossível comunicar com o banco. Ele tentou falar com o banco para dizer que ele nunca fez aquele empréstimo.

Olha lá as prestações: "Total de parcelas". Pode dar um *zoom*: 84 parcelas de R\$69,71.

O Relator perguntou para o senhor, diversas vezes, se isso era prática do banco, se tinha acontecido. O senhor disse que não tinha a menor hipótese, e explicou aí várias vezes que não tinha a menor hipótese. O Relator parece que sabia dessas coisas também, porque perguntou muitas vezes. O senhor negou várias vezes. Agora, ele vendo a nossa audiência, remeteu.

Isso é um caso. Eu fiz questão de trazer, porque comprova que realmente os tais 300 milhões, dito aqui pelo Relator que o INSS, ao fazer uma peneirada, viu que o banco devia, só podem ser realidade, porque como é que isso foi parar num desconto na conta de uma pessoa que jamais pediu isso?

Eu perguntaria, então, as mesmas perguntas que o Relator fez: por que isso acontece? Isso não é possível acontecer?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO (Para depor.) – Excelência, primeiramente, eu desconheço esse caso em específico, é um caso pontual, mas, nessa própria tela, dá para você notar ali "Baixar Contrato". Essa tela é a tela do Meu INSS, o Meu INSS é a plataforma do Governo em que são registradas as consignações em folha e todo contrato assinado o banco remete ao INSS, o contrato e a documentação de identidade que foi feita para essa operação. Embaixo em "Baixar Dados de Identificação", são duas informações que o banco prestou ao INSS referentes a este caso em específico.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas vamos ver a outra tela, volte um pouquinho, onde está escrito "Banco C6 Consignado". "Banco C6 Consignado", foi para o Banco C6 que está sendo feito o desconto.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Essa é uma tela que é um comprovante de transação financeira, ou seja, é o comprovante de que o banco pagou, na conta do beneficiário, R\$2.890,13.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Na outra, então. A outra onde faz... Isso. O banco pagou a ele, ele disse que nunca fez... O banco entregou a ele, mas ele disse que jamais ele recebeu isso, ele não pediu esse empréstimo e agora está sendo descontado.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Como eu disse, Excelência, na tela do Meu INSS, ele pode baixar o contrato que ele assinou com o banco. Ali está a materialidade da formalização feita através de biometria facial, mas o banco vai apurar o caso com o nome do beneficiário.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então, o senhor está dizendo que o Fernando Antônio Pereira Cançado está mentindo? Porque ele fala claramente: "Eu não fiz nenhuma autorização para o banco depositar isso na minha conta e muito menos, seja para o banco, seja para o INSS, fazer desconto. Ele diz que está sendo descontado em 84 parcelas e o depósito foi feito pelo banco, e está ali a prova de que fez o banco. Então, nós temos que olhar isso. O senhor acha que ele ia mentir, mandar algo falando mentira para a gente aqui com nome, CPF e tudo?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Excelência, vou pedir para levantar detalhes do caso e depois repasso a informação sobre os casos em si. Como é um caso isolado, não consigo responder agora neste momento.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É isolado, mas também seriam isolados os casos em que clubes de benefícios foram colocados junto com os empréstimos feitos, que é a denúncia que o INSS faz que chega aos R\$300 milhões? Eu não acredito que seja caso isolado, porque tem o próprio INSS que fez esse balanço e, por isso, cancelou o contrato com o C6. Não é só no Banco C6 que acontece isso, nós vimos isso acontecer também com descontos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

associativos. Por isso, o INSS agora paralisou o processo com o C6, como paralisou com o Banco Master, 240 mil contratos com o Banco Master foram paralisados também de crédito consignado.

Nessa questão de crédito consignado, a impressão que eu tenho é que o INSS, neste caso, está certo e que vocês estão usando e abusando do direito do crédito consignado. Aliás, dizem que banqueiro não tem coração, só tem bolso. Às vezes, eu fico pensando que é isso mesmo, só tem cofre, porque não é possível que uma pessoa... E tem um lucro. O Relator disse um lucro que foi de quanto? Lucro de 2,5 bi no ano, no caso do C6. Eu estava olhando outros aqui, o Master teve um lucro de 532 milhões. A Financeira Zema foi menos um pouco, 21,1 milhões. Então é muito lucro! E ficam fazendo, depois, economia e, sei lá, coisas estranhas como essa que a gente viu aqui.

Mas, Presidente, eu estou convicto de que algumas questões precisam ser resolvidas e, para serem resolvidas, tem que ter pulso para resolver. O caso do dinheiro recolhido por desconto associativo. Isso só foi resolvido depois que a crise ficou tão grande que nós aprovamos um projeto de lei e que o Presidente Lula já tinha cancelado qualquer desconto associativo. Foi a única forma de resolver, e aí sim, paralisou todo o processo de fazer desconto associativo em entidades, porque apareceu uma série de entidades picaretas.

Com crédito consignado, nós temos que ter alguma forma, porque as reclamações que são feitas com os bancos são muito grandes e fica-se pensando se o banco também não está utilizando os mesmos recursos, como esse que a gente demonstrou aí. Finalmente estamos vendo isso. O caso do C6: foi autorizado a funcionar junto com o Master, em 2019; deu crédito consignado em 2020, como colocou o Alencar, e isso continuou agora. O Master, a gente o chama aqui de "bolsomáster", porque ele foi criado à imagem e semelhança do Governo Bolsonaro, desde lá. A gente viu agora, depois de eu falar várias vezes, que o banco "bolsomáster" estava fazendo lavagem até em igreja, que foi o caso da Igreja da Lagoinha – e hoje, aparecem 41 milhões de lavagem lá na Igreja da Lagoinha, onde o Zettel, que está preso, era o pastor. Olha como se chega: um banco fazer lavagem de dinheiro até em igreja, e eu fico assustado com os números. Este caso de 41 milhões foi em um ano e três meses.

Eu vi aqui muita gente indignada falar: "Mas olha o Lulinha! Em cinco anos, ele fez...

(Soa a campanha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... transações – várias movimentações – que chegaram a 19 milhões". Era dobrado, não é? Então, eram dez e nove; e tudo quanto é movimentação, em cinco anos. Agora, olha só o Zettel, passando por uma igreja 41 milhões em um ano e três meses, para fazer lavagem de dinheiro de, inclusive, créditos consignados – porque, repito, 240 mil associados aposentados, foi desfeito o contrato porque tinha erros do Banco Master e, no caso do C6, R\$300 milhões, que é o que o INSS cobra, e o banco está na justiça dizendo que não reconhece.

Eu trouxe um caso, e eu duvido que o Sr. Fernando Antônio Pereira Cançado esteja falando mentira ou esteja enganado. Se ele mandou isso, é porque ele tem certeza de que ele não pediu para ter empréstimo, e muito menos para ter 84 prestações que se cobram dele mensalmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Sr. Arthur. O senhor quer se manifestar?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Gostaria, Sr. Presidente. Obrigado.

Só um esclarecimento sobre esse caso em específico: não consta, em nenhum canal do banco – direto –, nenhum tipo de solicitação ou chamada desse cliente em específico. Esse foi um contrato firmado em 2021 – portanto, ainda antes da época da biometria facial –, assinado com o contrato físico. Temos o contrato físico que foi assinado pelo cliente, temos documento de identidade. Fica à disposição o banco, para prestar esclarecimentos a respeito da documentação completa sobre esse caso em específico.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É só, Presidente, para dizer que esse caso está na Justiça. Ele está na Justiça para rever o recurso porque o banco diz exatamente isso, que jamais... O banco fala com ele que fez o empréstimo, mas ele disse que não; ele teve que entrar na Justiça. Eu não creio que ele esteja mentindo, não. Acho que o problema aí é do banco mesmo, e olha que não é só esse, viu?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana; obrigado, Sr. Artur, Sr. Daniel, pela presença; Relator Alfredo Gaspar.

Artur, eu vou fazer uma pergunta simples, assim, para o senhor, porque todos esses movimentos bancários, todas essas atividades que exploram a vulnerabilidade social brasileira, seja desde o cara que explora o gás em uma comunidade carente a um cara que tem a "catnet", que é o "gatonet" no Rio de Janeiro, e que impede que um serviço seja realizado... Qual o propósito do seu banco? Porque 80% das famílias estão endividadas. O senhor recebe um cadastro do Dataprev do INSS, que não deveria – que não deveria –; o senhor paga uma espécie de cala-boca para o Dataprev, com R\$3 por contrato firmado, o que totaliza mais de 200 milhões por ano, o que significa 10% do lucro do seu banco, que é de 2,5 bilhões. Qual o propósito que o senhor tem lucrando 22,5 bilhões por ano, enquanto o valor médio de aposentadoria do cidadão brasileiro pago pelo INSS é de R\$1.770, e quando a gente sabe que os empréstimos médios de três, quatro, cinco mil reais que o senhor realiza essas pessoas vão pagar em 24, 36, 48 vezes, com juros de 2%, o dobro do que uma renda fixa está dando? O banco do senhor ganha dinheiro legitimamente, não é ilegal, mas não com o dinheiro que vocês ganharam. Vocês ganham juros sobre um trabalhador que trabalhou a vida inteira. Aí, o senhor fala que não tem estratégia em seus colaboradores bancários, que são os "pastinhas" que a gente chama – 2,9 mil.

Artur, sei que você deve ganhar muito bem sendo CEO do banco, também é legítimo, mas qual o propósito de vocês, quando vocês também usam uma garota propaganda, gastam muito dinheiro com publicidade? É outra coisa que me chama muito a atenção, e eu vou ler aqui porque foi uma pergunta feita pela minha assessoria: nenhuma das propagandas fala de serviço de empréstimos consignados na televisão. Considerando que a C6 é um banco digital, algo ainda novo para a maioria da população, principalmente os idosos, qual foi a manobra de *marketing* de captação de tantos clientes – 3 milhões de clientes – e na maioria, 90%, aposentados?

Essa é a minha pergunta, se o senhor puder responder.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO (Para depor.) – Excelência, só para fazer um esclarecimento...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Primeiro, qual o seu propósito, sendo CEO de um banco que explora consignados num país com tanta vulnerabilidade social? O senhor é um mecanismo para ganhar dinheiro de forma pessoal ou para realmente ajudar as pessoas?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Excelência, eu trabalho há mais de 20 anos em instituições financeiras. Há mais de 20 anos eu trabalho em empréstimo consignado, em específico, aposentados e pensionistas do INSS. Eu posso dizer a V. Exa. que eu tenho muito orgulho daquilo que eu faço.

A população à qual a gente atende, aposentados e pensionistas, ela é uma população, de fato, como o senhor disse, hipervulnerável. É uma população que hoje está mais ou menos 50% negativada. Se não fosse pelo crédito consignado, essa população não conseguiria, de maneira alguma, ter acesso a crédito dentro do país que nós vivemos.

Este crédito é o único crédito, muitas vezes, que famílias inteiras conseguem sustentar. Muitas vezes, as famílias inteiras conseguem se sustentar através da aposentadoria, mesmo tendo pessoas da população economicamente ativa dentro da própria família. É uma das linhas de crédito com menor taxa de juros do mercado, regulada através do Conselho Nacional de Previdência Social.

De novo, eu tenho muito orgulho daquilo que eu faço, que é emprestar, para os mais de 10 milhões de contratos que o C6 Consignado já fez, essa modalidade de crédito, que é única no mundo – só o Brasil tem essa modalidade de crédito –, e eu acho que é muito orgulho para a nação a gente ter uma modalidade de crédito como essa que a gente tem. E a gente pode atender milhares e milhares de famílias que não conseguem, através de nenhuma outra forma, crédito neste país.

Então, o senhor pergunta sobre o propósito, Excelência: eu tenho muito orgulho daquilo que eu faço. Diuturnamente, eu tenho muito orgulho de poder oferecer para a população um crédito que, de verdade, a maioria dessa população não conseguiria se não fossem as regras legislativas aprovadas para a concessão de crédito no empréstimo consignado do INSS.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Eu não duvido que você tenha orgulho porque, com certeza, você tem uma mistura aí de profissionalismo, de objetivo e de retorno para o banco em que você trabalha, mas, quando você fala que seus colaboradores bancários não têm uma estratégia, você sabe o que passa na minha cabeça? São aqueles estandes simples em cidade pequena, onde passa uma senhorinha curvada de 80 anos e que, você não tendo estratégia... O que me passa é que a estratégia do banco é dar privilégio àquele colaborador bancário que vende mais, e vocês não querem saber como ele vende, vocês não querem saber se a proposta dele é uma proposta em que você tem uma margem mínima e máxima, de como ele vai persuadir aquela senhora que, muitas vezes, é solitária, é carente, e que, de repente, é convencida, no meio da rua ali, em que ela nem estava precisando de um dinheiro, de ela ter um empréstimo de R\$5 mil. E, muitas das vezes, vocês ligam para essas pessoas com dados que o próprio Governo passou para vocês, o próprio Dataprev, e o próprio Dataprev ganha uma Comissão perante aquele empréstimo que vocês fizeram.

Olha, eu vou ser muito sincero, Artur: eu tenho certeza de que esses 200 milhões que vocês pagam para o Dataprev não ficam no Dataprev, a totalidade deles. Eu duvido que fiquem, perante tudo isso que a gente observou aqui, entre recebedores de propina do INSS... A gente tem o Presidente do INSS preso, o Sr. Stefanutto, que era um servidor federal e que recebia propina.

Então, o que me passa, Artur, mesmo sentindo propósito, fazendo coisas boas, é que você alimenta um mecanismo que gera dinheiro não só para os aposentados, mas para vocês e para terceiros.

Então, eu gostaria de fazer uma outra pergunta aqui. Qual a faixa etária da carteira de clientes do consignado, a faixa etária média da carteira de vocês de consignado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eu não tenho essa informação aqui, Excelência.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Jura que não tem?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não tenho...

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – ... mas posso voltar a informar.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Poxa, mas seria como você ser dono do McDonald's e você não saber a faixa etária de quem compra o Big Bob, ou o Big Mac.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Grande parte da população que a gente atende são aposentados e pensionistas no INSS, devem ter entre 50 e 70 anos de idade, mas, exatamente, a proximidade eu não sei informar.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É isso que fica estranho porque a propaganda de vocês na televisão não diz nada disso. A propaganda com a Gisele Bündchen não diz nada disso na televisão, não é direcionada para esse público, que é a grande maioria. É isso que me causa muita estranheza, muita estranheza.

E o que me causa estranheza também... Eu comparo sempre com empresas privadas, o McDonald's, por exemplo, que me veio à cabeça: 40% das lojas do McDonald's são franqueadas. Vocês têm 100% de franquia no serviço de vocês e não têm uma estratégia de venda.

Como é o canal de atendimento e reclamação do C6 para tirar dúvidas sobre juros, parcelas e cancelamentos? Quantos atendimentos vocês fizeram em 2025?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Só me permita alguns esclarecimentos antes, Excelência.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Por favor, Artur.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O primeiro esclarecimento: o C6 não recebe, em absoluto, nenhum dado de Dataprev ou INSS. Nós transmitimos dados de beneficiários que contratam empréstimos conosco. Nós nunca recebemos e, provavelmente, não receberemos, no futuro. Mas, no passado, eu consigo te afirmar, com certeza, que nunca recebemos dados do INSS, nunca recebemos dados da Dataprev de nenhum aposentado e pensionista deste país. Não existe isso.

O C6 presta o serviço, de acordo com o ACT, de empréstimo e consignação em folha. É um serviço que o C6 presta e o C6 dá as informações do cliente para os órgãos do INSS e Dataprev.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo ponto que eu gostaria de esclarecer: a gestão de correspondentes já descredenciou mais de 2 mil correspondentes nos últimos cinco anos. O banco tem hoje 2,9 mil correspondentes ativos, me parece ser uma gestão bastante firme...

(Soa a campanha.)

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – ... com bastante gestão de consequências sobre eventuais irregularidades que possam acontecer.

Com relação aos canais, os canais do banco são canais telefônicos para atender essa população em específico.

E só me permita um último esclarecimento. O C6 Bank é uma empresa que faz parte do conglomerado do C6 Consignado. O C6 Consignado nunca fez uma propaganda na TV. O C6 Consignado, que é o banco do qual eu sou o executivo-chefe, nunca fez propaganda. Ele é parte do conglomerado do C6 Bank, mas são empresas completamente individuais, completamente diferentes. Têm uma relação, por serem do mesmo conglomerado, mas é uma empresa independente o C6 Consignado.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Artur, queria agradecer a sua presença e apenas fechar aqui com...

O que me gera muito espanto – não sou contra ninguém ter lucro – são os 2,5 bilhões de lucro em cima de muita gente humilde no Brasil. Então, embora as taxas de juros, as taxas que vocês cobram estejam dentro da legalidade, eu acho um lucro absurdo.

E também me causou, assim, surpresa o que eu falei, na primeira pergunta que eu fiz, em relação a dados do Dataprev, do INSS, para o C6 Consignado. Você respondeu no final, mas após a instrução do seu advogado. Então, isso já era para ter sido respondido ali, bateu e respondeu. E isso me chama atenção, porque tudo que a gente viu aqui, a gente leva a crer que não são vocês apenas que estão ganhando, é um grupo muito maior. Então, os 208 milhões que vocês pagam para a Dataprev é um valor muito alto, chega a 10% do lucro que vocês têm anual.

Artur, muito obrigado pela sua presença.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Dorinaldo Malafaia.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Mais uma vez retornando a esse importante Plenário, eu queria, antes de mais nada, fazer dois esclarecimentos que, ao longo do dia, nós tratamos. O primeiro deles é respondendo aqui aos meus colegas da base bolsonarista. Primeiro, eu sou a favor da continuidade desta CPMI. Esta CPMI tem um papel importante e, portanto, nesse atual momento em que se abrem novas camadas de denúncias que impactam diretamente no centrão, com envolvimento muito profundo sobre a relação entre crise do INSS e crise do Banco Master, eu, mais do que nunca, tenho toda a intenção de que ela, essa CPI, continue investigando.

Então, quero aqui declarar o meu apoio na continuidade da CPMI.

Segundo, é que também apoio a CPMI, a CPI, tanto que assinei, no dia 8 de dezembro, o parecer favorável à CPI apresentado pelo Deputado Rollemberg.

Eu queria solicitar à assessoria que a gente pudesse passar três eslaides, três ou quatro eslaides, para que a gente pudesse fazer aqui uma breve consideração sobre a fraude no INSS, com uma linha do tempo, que eu acho que é importante, porque essa é uma contribuição nossa para o relatório do Deputado Alfredo Gaspar.

É muito importante para nós que a linha do tempo seja registrada.

Em 2019, no Governo do Bolsonaro, os descontos associativos explodiram. Por exemplo, a Conafer aumentou em 16,185% o valor arrecadado correspondente aos descontos realizados nas aposentadorias. Nesse período, o responsável pela facilitação dos descontos foi o Sr. Oliveira. Ele foi Diretor de Benefícios e virou Presidente do INSS, e Ministro do Trabalho, neste mesmo ano, no Governo de Bolsonaro. Hoje, ele usa tornozeleira eletrônica e é investigado nas fraudes do INSS. Indicado por Bolsonaro, e já esteve na CPI e foi muito bem tratado aqui por diversos Parlamentares.

Eu quero registrar oficialmente este momento.

O segundo eslaide, por favor, é sobre o Banco Master.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode voltar um pouquinho. É a segunda imagem lá.

Retorna um minutinho, por favor. A anterior.

A imagem do Banco Master e do Daniel Vorcaro tem, cronologicamente, uma importância, porque foi também em 2019 que o Banco Máximo virou Banco Master e Daniel Vorcaro teve autorização para operar no mercado financeiro. Especificamente, em 14 de outubro de 2019, o Presidente do Banco Central nessa época era Roberto Campos Neto, indicado pelo Bolsonaro.

Importante relatar que essa CPMI também convidou Campos Neto para estar aqui na semana que vem. Acho que é uma importante decisão desta Comissão.

O Banco Master operou por todos esses anos sem intervenção do Banco Central e sem investigação da Polícia Federal.

E aqui tem um quadro da influência política, porque eu acho que é muito importante também a gente perceber como a influência política e o financiamento estão relacionados. O Banco Master teve a liberação para atuar na ilegalidade por anos, graças à influência política de políticos da direita e do centrão, garantindo blindagem nas investigações.

E vamos aos nomes.

Nikolas Ferreira: utilizou o avião de Vorcaro para passar por todas as capitais do Nordeste em 2022, junto com pastores e com lideranças bolsonaristas. Ele utilizou o avião em viagem para uma reunião com Jair Bolsonaro em Brasília durante as eleições de 2022.

Ciro Nogueira: também citado e apresentada a sua imagem aqui, foi chamado de amigo de vida de Daniel Vorcaro. O Senador apresentou uma emenda para ampliar a cobertura do Fundo Garantidor de Crédito de R\$250 mil para R\$1 milhão por depositante, beneficiando diretamente o Banco Master. Vorcaro festejou a apresentação dessa emenda, mas a emenda não foi aprovada.

Entidades ligadas à Igreja Lagoinha.

A Igreja Lagoinha tem também um papel central aqui. É a Igreja Lagoinha que aparece em um dos lados mais obscuros da investigação sobre o Vorcaro. A influência de Vorcaro envolve também entidades religiosas e, principalmente, a Igreja Lagoinha. O Pastor André Valadão é pastor da Lagoinha, que mantém relações antigas com Vorcaro. Pessoas próximas dizem que os





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dois teriam se conhecido ainda na infância em Belo Horizonte. A proximidade entre as famílias também inclui o casamento da irmã de Vorcaro com Fabiano Zettel, ex-pastor ligado à Igreja Lagoinha.

Isso é importante, Presidente, na CPMI, porque o Pastor André Valadão é próximo a Felipe Macedo. Felipe Macedo faz parte dos "*golden boys*", que desviaram mais de R\$700 milhões do dinheiro dos aposentados e pensionistas por meio de associações.

A CPMI precisa descobrir se houve lavagem de dinheiro também por meio da igreja. Os requerimentos para aprovação e quebra de sigilo do Pastor Valadão nunca foram pautados na CPMI, por isso que eu tenho solicitado o reposicionamento deste requerimento.

Outra influência da Igreja da Lagoinha, o relatório do Coaf identificou transferência de aproximadamente R\$3,9 milhões do Banco Master para a empresa Amando Vidas Produtora e Gravadora Ltda., companhia associada ao grupo religioso da Igreja Batista Lagoinha. Essas transações podem indicar lavagem de dinheiro de aposentados e pensionistas que tinham empréstimos consignados no Master.

E aqui eu quero responder ao Presidente sobre o nosso debate no início da CPMI.

Não há problema, Presidente, em repassar dinheiro ou emenda para instituições religiosas. O problema é que o Banco Master e Daniel Vorcaro são os maiores investigados no Brasil de hoje. As investigações envolvem a CPMI do INSS, a CPI do Crime Organizado no Senado, o escândalo da compra do Master pelo BRB em Brasília, e ainda podem existir muito mais denúncias.

Mas uma entidade que representa o braço social da Igreja da Lagoinha é a Fundação Oásis. A Fundação recebeu ao menos R\$3,6 milhões de emendas parlamentares do Presidente, do Senador Carlos Viana. Aqui, como mínimo, nós precisamos verificar, para dar transparência, se não há, por parte da igreja, uma lavagem de dinheiro utilizando o depósito, Rogério, dessas emendas. É fundamental aprofundar para dar transparência nessa questão.

Os documentos foram divulgados pela imprensa. Para ter clareza sobre essas informações, é importante quebrar o sigilo da fundação, convocar os responsáveis. Essas medidas protegem também a reputação do Senador, do Presidente, evita questionamento sobre a suspensão do Presidente da CPMI e de invalidar os trabalhos da Comissão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe um documento da prefeitura, Presidente – da Prefeitura de BH –, que mostra que o Senador Viana indicou a emenda parlamentar especificamente para a Fundação Oásis. Ou seja, Rogério, há uma indicação. Não foi necessariamente a prefeitura que fez o direcionamento, mas, sim, uma indicação, com a documentação aqui que eu posso disponibilizar para a Comissão. Existe um documento da prefeitura que mostra que o Senador indicou a emenda parlamentar para a Fundação Oásis, tanto é que houve...

Pode passar o próximo eslaide, por favor? Eu acho que é o anterior. É muito importante essa imagem.

... dispensa de chamada pública pela prefeitura, em razão dessa indicação direta. Não é verdade que a escolha da instituição foi uma opção discricionária da prefeitura, mas sim do próprio indicador, do próprio Senador. Isso é importante para esta CPMI...

(Soa a campainha.)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Para concluir.

... porque estamos investigando lavagem de dinheiro. Essas instituições podem ter sido utilizadas para lavar dinheiro e desviar dinheiro do INSS. O Ministro Flávio Dino, agora, neste recente dia, pediu explicações, hoje, sobre essas emendas. Isso é realmente importante aqui para a nossa CPI.

Por fim, eu gostaria de citar que as relações com a *fintech* Clava Forte também não devem... Não teve requerimentos votados nesta CPMI. Nós precisamos averiguar também se não há blindagem de todos esses braços da Lagoinha.

Muito bem, para encerrar, essa imagem demonstra exatamente o que representa a importância desta CPMI. A imagem anterior, vou me posicionar na imagem anterior.

Essa imagem anterior estabelece exatamente os atores que estão diretamente ligados ao escândalo de Vorcaro: Flávio Bolsonaro, que é contato direto desse grupo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Para encerrar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

... Ciro Nogueira e Nikolas Ferreira. Esse grupo tem uma harmonia entre eles; esse grupo tem relações; esse grupo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... foi beneficiado diretamente por esse escândalo.

Portanto, é necessário que avance a CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... mas que nós, para não termos blindagem, possamos de fato chamá-los aqui para prestar esclarecimento.

Era neste sentido que eu queria compartilhar essa contribuição do nosso relatório para o Relator e para a CPMI: sem blindagem, convocando todos aqueles que estão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... envolvidos nessa que é a maior lavanderia de dinheiro público, que é comandada pelo centrão. Está claro isso, e tem que estar nos anais do relatório...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputado Dorinaldo Malafaia, por favor.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... apresentado aqui nesta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Contribuiu bastante.

Deputado Coronel Chrisóstomo.

Alô, Rondônia!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, grato por essa oportunidade. Presidente Senador de infantaria!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Montanha.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Montanha!

Senhor... Vou ver o seu nome de guerra aqui. Sr. Artur, meus cumprimentos; ao senhor advogado, também, meus cumprimentos.

Olá, Rondônia! Olá, Brasil!

O senhor está vendo, Sr. Artur? Eu estou falando com o meu povo de Rondônia também. Falo com o meu povo e muito me orgulho. Não sei se o senhor tem conhecimento, mas este Deputado, Coronel Chrisóstomo, foi o criador da CPI do roubo dos aposentados, que se transformou numa CPI mista! O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO (Para depor.) – Tive conhecimento assim que o C6 foi convocado, Deputado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Muito bem.

Como o nosso amigo que estava falando anteriormente gosta do Nikolas! Ele já foi embora, não é, rapaz? Adora o Nikolas...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – Malafaia, Malafaia.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – ... adora o Malafaia. Não, não; eu sei, eu sei.

Ele gosta muito do Nikolas, demais; adora o Flávio Bolsonaro; adora o Presidente Bolsonaro. Rapaz, o Nikolas é tão ruim que eu queria que ele ficasse todos os dias comigo na minha campanha lá em Rondônia.

O Flávio... Eu já sei por que você está falando do Flávio; já sei, Presidente, eu já conheço essa turma. É porque o Flávio está disparado na frente do barbudinho mentiroso, está disparado! E o Brasil já sabe! Pré-candidato a Presidente da República, ele estava sábado comigo lá em Rondônia – Rondônia abraçou ele total! Parabéns, Flávio! Se eles estão falando mal de ti, é porque tu estás sendo o cara, rapaz!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, Bolsonaro, essas pessoas são assim mesmo. Mesmo o senhor doente, precisando da família, preso, em vez de eles orarem pelo senhor, ficam falando besteira aqui, olha. Não sabem nem o que falam. O senhor merece é muita oração e sair daí e ir para casa, porque o STF tem que fazer isso. O senhor não merece mais estar preso, nem deveria estar! Tem que ir para casa, para a sua esposa cuidar do senhor, para a sua família cuidar do senhor.

Quanto a esses que falam aqui, eles não sabem nem quem são, falam muita besteira. Mas um voto eu já sei. Atenção, eu não sei de onde o Deputado anterior que falou de mim é – eu não me recordo agora –, mas atenção, ao seu estado: ele disse que vai votar com a gente, se tiver que prorrogar. Ele quer votar conosco. É um voto a mais. Se ele não votar, na campanha, desçam o sarrafo nele, está bem? Façam isso!

Sr. Artur, quantos pediram consignados no C6, por favor?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO (Para depor.) – O C6 já teve, Deputado, mais de 10 milhões de empréstimos consignados.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – O.k. Mais de 10 milhões, Brasil! Ouça bem, 10 milhões! Se fosse apenas R\$1, já eram R\$10 milhões, aí o resto vocês fazem a conta aí. É muito dinheiro, né?

Mas eu vou o respeitar muito aqui, como eu devo, porque o senhor vem aqui como uma testemunha. Até pode nos ajudar, porque talvez o senhor saiba coisa que a gente ainda não sabe; quem sabe o senhor não pode falar aqui para nós? É possível, tenho quase certeza de que o senhor sabe de muita coisa. O senhor deve ter visto muita coisa que nós não sabemos. Essa é a hora de o senhor ajudar o Brasil, é a hora de o senhor ajudar esta Comissão.

Mas vamos continuar. Agora, uma pergunta: quantos – eu falei quantos pediram consignados para o senhor –, quantos não pediram e houve o consignado?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Do meu conhecimento nenhum, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Nenhum? Está bem; nenhum, então.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em algum momento os senhores imaginaram uma investigação sobre esses roubos dos aposentados?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Desculpa, pode repetir a pergunta, Deputado?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Em algum momento, os senhores imaginaram uma investigação sobre o roubo dos aposentados?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Acho que essa é uma pergunta de resposta pessoal. Acho que não cabe...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Então, responda.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Acho que não cabe responder aqui uma opinião pessoal minha, Deputado, com todo o respeito.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Eu estou fazendo uma pergunta aqui no processo investigatório. O senhor pode dizer "sim" ou "não".

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Prefiro permanecer em silêncio.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Está bem.

Alguém procurou o senhor para receber propina?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Nunca, senhor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Nunca?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Nunca.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Ninguém do Governo?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Nunca, e também nunca dei abertura para tal.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Ah, não deu abertura. Sim, senhor. Muito bom.

Alguém aposentado ou pensionista procurou o senhor sobre o roubo que estava ocorrendo?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Também não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Como cidadão, como o senhor é, e parte desse imbróglio todo, o senhor é favorável à prorrogação desta CPMI?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – De novo, Deputado, isso é uma opinião pessoal, que eu prefiro não comentar.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Mas é uma pergunta tão simples.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eu acredito que a CPMI tem um papel muito importante para a sociedade.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Muito bom! Parabéns!

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Se estamos aqui e tem mais coisas a esclarecer, eu não vejo por que não seria prorrogada.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Excelente! Bela resposta! Serve muito para a outra turma, lá do outro lado. Que bom. Parabéns pela resposta!

Está na hora, Presidente, de nós termos a prorrogação desta CPMI.

O senhor soube de algum rolo sobre consignado de aposentados e pensionistas? O senhor teve conhecimento disso dentro do seu banco?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Dentro do meu banco, são apurados alguns casos de alegação de irregularidade pelos clientes. Todos os casos que são analisados, são analisados de forma individual. Caso haja algum critério de irregularidade, o cliente é absolutamente ressarcido. Lembrando que o cliente recebe o valor do empréstimo. Então, pelo valor do empréstimo, por força de lei, ser depositado na mesma conta dele, ele tem, de fato, o recurso financeiro; mas as parcelas que foram descontadas são obviamente ressarcidas em caso de encontro de irregularidade.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – É o procedimento do Banco C6?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Perfeitamente, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – O Governo realizava algum movimento sobre vocês a respeito desse roubo?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Excelência, a respeito de roubo, nunca recebemos absolutamente nada. O que houve foi um processo administrativo perante o INSS, como eu disse, de outubro de 2025. Foi instaurado um processo administrativo, no qual a gente respondeu absolutamente a todos os itens. O único item que ficou em aberto, dada a suspensão de dois dias atrás, é a venda do que o próprio INSS chama de produtos acessórios.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Eu sei que o senhor está vendo muita televisão, com certeza, muitas notícias. E nós temos dado todo, todo o nosso esforço...

(Soa a campainha.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – ...para encontrarmos todos os ladrões dos nossos aposentados, pensionistas e pessoas doentes.

Todos nós, em especial os da direita.

O senhor sabia que a maioria dos 13 que estão presos são todos da esquerda? Tudo, adoram aquele barbudinho mentiroso. Tem quase 13. Eles falam muito do Governo do Bolsonaro, mas quase toda aquela galera que está presa é toda lulista. Sabe por quê? Porque a maioria desse roubo que aconteceu, a grande massa, foi tudo em 2023, 2024. A massa do roubo – triplicaram – foi no ano de 2023, 2024. Eles ficam mentindo em relação ao Presidente Bolsonaro, mas o rolo maior foi o Lula, a turma do Lula. Foi essa turma da esquerda que roubou o povo brasileiro dentro dos bancos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Portanto, Excelência, eu agradeço as suas respostas. E, no que o senhor puder ajudar, nos ajude: informe coisas que a gente não sabe. Ajude o Brasil a saber quais são os ladrões dos nossos velhinhos, aposentados e pensionistas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. *Fora do microfone.*) – Art. 14, Presidente.
Art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – No momento certo, Excelência.
Deputado Duarte Jr., com a palavra.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Gente, ele foi citado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu não disse que não vou ceder o art. 14.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O momento certo é agora, após a fala...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Depois da fala do Deputado Duarte Jr., eu cedo a fala a ele, está o.k.?

Deputado Duarte.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Presidente, se o Deputado Malafaia quiser logo fazer uso da palavra, não tem nenhum tipo de problema.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, é porque eu vou me ausentar mesmo, porque eu preciso ir ao banheiro, Excelência. Então, fica a palavra com V. Exa.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Pode ir, pode ir. Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não tem, não?

Então, Excelência, pode ir.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É melhor fechar o assunto, já que eles dois estão um...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É melhor encerrar logo, então.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Dorinaldo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Para explicação pessoal.) – Vai ser muito mais um esclarecimento. Nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, V. Exa. tem cinco minutos.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Nós estamos chegando à Páscoa e o Deputado que me antecedeu, quando cita que eu faço uma crítica ao Deputado Nikolas Ferreira, é verdade, porque me ocorreu a lembrança de um fato e de um episódio bíblico, que é a expulsão dos vendilhões do templo. Não sei se vocês se lembram dessa passagem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Era menino?

Foi quando Jesus exatamente expulsa os comerciantes que utilizavam, durante a Páscoa, comerciantes, cambistas, que utilizavam da fé exatamente para ludibriar – a fé e ludibriar.

Deputado Rogério, em Minas Gerais, em Belo Horizonte, tem os vendilhões, com todo o respeito que eu tenho aos pastores, às igrejas, mas há vendilhões da fé, como é o caso de Nikolas Ferreira, que saiu, patrocinado por Fabiano Zettel, com o maior doador privado das campanhas de Jair Bolsonaro, em R\$3 milhões, e de Tarcísio Freitas, em R\$2 milhões, num aviãozinho patrocinado. Isso não é à toa. O cérebro da Lagoinha, André Valadão, e os seus dois obreiros, os dois vendilhões, Fabiano Zettel e Nikolas Ferreira.

O Nikolas Ferreira, para que todos saibam, Deputado do PL, de Minas Gerais, surge no fim dessa estratégia como um obreiro em construção de uma cadeia de chantagens e ilegalidades da Lagoinha, denominação religiosa onde pregou, e por cujo caixa foi pago, em 2022, para fazer campanha para Jair Bolsonaro.

Os vendilhões, Coronel, fazem parte disso. Eles vendem, eles patrocinam, eles têm articulações, ludibriando a fé da população. É isso que está acontecendo. Então, quando V. Exa. diz "qual é o meu problema com o Nikolas Ferreira", o meu problema não é com o Nikolas; o meu problema é com o seu método de utilizar da fé do povo brasileiro, de financiamento e lavagem de dinheiro através da Lagoinha, para patrocinar campanha de Bolsonaro, utilizando a fé – e está claro isso nos documentos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que bom que nós estouramos isso, porque, até então, tudo isso estava debaixo do pano, tudo isso estava escondido, porque não foi apresentado nada pelo Banco Central no momento, na época de Bolsonaro, e veio à tona agora.

Portanto, eu queria esclarecer apenas a minha diferença. Nós temos que, neste país, passar a limpo, enfrentar os vendilhões. Neste momento da Páscoa em que nós entraremos, é fundamental refletir! Belo Horizonte tem que refletir, Rogério Correia, porque a quantidade de amigos de Vercaro que utilizam de emendas, que utilizam de recursos públicos para patrocinar igreja que faz lavagem de dinheiro, é incomum. E que bom que nós temos a Polícia Federal, que abriu essa caixa-preta e está revelando ao Brasil quem são os vendilhões da fé dos brasileiros

Então, portanto, a minha diferença reside exatamente aí. Que a gente possa, realmente, chegar a fundo, continuar essa CPMI, investigar, trazendo aqui Nikolas Ferreira, trazendo aqui André Valadão e Fabiano Zettel.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Duarte Jr.

Ah, antes de dar sequência aqui na fala, antes de dar sequência na fala, eu quero comunicar aos Srs. Parlamentares que a Comissão fez uma solicitação oficial. Foi solicitado às empresas de telefonia a confirmação da propriedade de um dos números citados na quebra de sigilo do Sr. Vercaro e que, divulgado pela imprensa, deu como destinatário o Ministro Alexandre de Moraes.

O relatório oficial que nos foi enviado é de que o número é do Supremo Tribunal Federal. Está confirmado oficialmente que o Sr. Vercaro tinha acesso com alguém do Supremo Tribunal Federal. Não posso aqui fazer a afirmação de qual ministro, uma vez que, naturalmente, nós vamos oficiar ao Supremo para que nós tenhamos essa informação e a clareza de com quem estava o número no dia em que a comunicação foi feita. Mas apenas para que os Srs. Parlamentares tenham a informação completa sobre isso, como tem sido claro desta Presidência, para que cada um se manifeste da maneira que entender.

Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Presidente, inicio o questionamento aqui ao Sr. Artur sobre o fornecimento do serviço bancário de empréstimo consignado, porque todos nós sabemos que o serviço de empréstimo consignado, em regra, é um serviço lícito, é um





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviço correto, que pode ser contratado por qualquer consumidor brasileiro. Fazendo aqui uma analogia, talvez seja como o consumo do vinho – o problema ali é a dose; ou, talvez, o medicamento – a diferença do medicamento para o veneno é a dose, é a dosagem.

E o que eu questiono diretamente a você, Artur, é sobre o posicionamento dele sobre o relatório da CGU, porque a CGU traz aqui uma nota técnica destacando pelo menos três pontos de irregularidades, de ilicitudes na prestação do serviço de empréstimo consignado, não em sentido lato, mas do empréstimo consignado do banco C6.

Primeiro ponto: falhas na formalização, ou seja, contratos incluindo ausência de documentos. Segundo ponto: contratos ativos sem documentação registrada na Dataprev. Terceiro ponto: cobrança indevida aos consumidores.

Então, sobre esse aspecto, o senhor afirma que o relatório da CGU está equivocado?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO (Para depor.) – Deputado, o relatório da CGU versou sobre sete temas, e eu vou discorrer um a um aqui para que fique bem claro cada um dos temas e cada um dos posicionamentos do banco a respeito do relatório.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Inicialmente, só começa pelos pontos que eu mencionei. Os três pontos, por gentileza.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Correto arquivamento de toda a documentação da operação junto à Dataprev. Foi um dos temas que o senhor mencionou. Nós tínhamos uma pendência de 10 a 20 mil operações pendentes num universo de aproximadamente 6 milhões de...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Espere aí só um minutinho.

Presidente, por gentileza, eu peço restabelecimento aqui porque estão fazendo *live* aqui e aí, com todo o respeito aos Parlamentares, mas está atrapalhando a oitiva.

Por favor, peço silêncio aqui aos colegas Parlamentares, por gentileza.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Inclusive, Presidente, acho que o tempo não estava contando, né? Acho que pode começar de novo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Por favor.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Obrigado, Deputado.

Então, o primeiro tema, sobre o correto arquivamento de toda a documentação junto à Dataprev, dentro de um universo de 6 milhões de operações que nós fizemos – e que constavam que a partir desta data se precisava enviar a documentação –, aproximadamente 10 a 20 mil operações estavam pendentes de algum tipo de documentação.

Essas documentações foram, no prazo ainda do relatório da CGU, respondidas ao CGU e... Ao INSS, desculpa; é o INSS quem faz relacionamentos com a CGU, o banco nunca fez relacionamentos com a CGU, e todas as operações dentro desse universo de 10 a 20 mil foram sanadas ainda em tempo da resposta que o banco deu à CGU.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – As falhas das formalizações?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – As falhas das formalizações eram questões meramente informativas.

Vou dar um exemplo do que é considerado no relatório como falha da formalização. Existia um campo na comunicação entre o C6 Consignado e a Dataprev, em que você tem que informar o escore biométrico presente na Serpro da biometria facial que você capturou do aposentado. O que isso quer dizer? Você captura, através da sua tecnologia, a biometria do aposentado, você faz uma conferência dessa biometria junto às bases governamentais da Serpro. Vem uma escoragem aqui, de zero até cem...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – E essa falha dessa formalização seria porque, lá na ponta, quando é realizado o empréstimo consignado, não se tem aquela estrutura necessária, não se tem aquela atenção necessária de quem está fazendo a formalização?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não, Deputado, isso foi uma falha exclusiva da informação que o C6 prestou à Dataprev.

Todo o processo da captura da biometria, da formalização do cliente, ele foi absolutamente íntegro. Só que o banco, quando não tinha a biometria da Serpro, ou seja, quando esse aposentado não tinha uma carteira nacional de habilitação e ele não estava presente nas bases





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

governamentais da Serpro, em vez de o banco mandar um campo específico – que é exigência do manual – como zero, o banco mandava menos cem.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – E no que diz respeito à cobrança indevida?

Por exemplo, na prática, teve uma redução do valor líquido; o consumidor solicitava o empréstimo de um valor, mas na conta caía um valor menor. Solicitava o empréstimo no valor, por exemplo, de R\$ 1 mil, mas, na hora em que caía o valor na conta, caía um valor menor, como se tivessem cobranças indevidas, configurando venda casada, que é a prática abusiva discriminada no art. 39, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Esse tema é o tema que eu comentei anteriormente, Deputado, que é: nós vendemos, num período, um seguro de vida que teve uma... Dentre todos os contratos de empréstimo durante a venda do seguro de vida, aproximadamente 3%... Em menos de 3%, vendemos um seguro de vida, descaracterizando por completo venda casada. Se venda casada fosse, não daria para 97% dos contratos serem única e exclusivamente feitos somente do empréstimo.

Num outro período de tempo, pela baixa adesão do produto, nós substituímos esse produto para um outro que chamamos de "pacote de benefício". Pacote de benefício que tinha entre todas as suas características: era um plano de serviços, um conjunto de serviços com assistência funeral, acesso a consultas médicas, desconto em exames médicos, desconto em farmácias – mais de 30 mil redes de farmácia em todo o país.

Esse produto teve, durante a vigência da sua comercialização, até novembro, quando verbalmente, pela primeira vez, o Presidente do INSS, numa reunião com a Federação Brasileira dos Bancos e a Associação Brasileira dos Bancos, deu o entendimento de que ele não gostaria que fosse mais comercializado...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Só... Eu já consegui compreender, porque eu acompanhei a sua oitiva através dos questionamentos dos outros Parlamentares. Estou satisfeito com os seus questionamentos.

Eu queria aqui, Presidente, aproveitando o tempo que aqui resta nessa oitiva, compartilhar uma reflexão sobre o que parece ser o fim da CPMI. Porque, aparentemente, as pessoas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanham pelas redes sociais, acompanham pelo YouTube, acompanham pela imprensa, e parece que, de fato, há uma grande polarização aqui dentro. Mas o que, de fato, está acontecendo é uma unidade, é uma união para sepultar a CPML.

Infelizmente, a gente percebe que, quando um Parlamentar levanta acusando outro Parlamentar de que... "Ah, porque o governo da esquerda é o governo que está cheio de bandido", como se o governo da direita não tivesse ninguém de errado, esquece, por exemplo, que o Mohamad Oliveira está preso, que é ex-Ministro da Previdência do Governo Bolsonaro.

Agora, quando alguém da esquerda levanta com o peito cheio de ar para alegar, por exemplo, que, ali do outro campo político, tem alguém... que só lá cometeram o erro, esquece, por exemplo, que André Paulo Fidelis foi preso com propina aqui, infelizmente, nos dias atuais.

Então, o que a gente precisa fazer, gente, é perceber que o povo está acompanhando, é perceber que o povo brasileiro está assistindo tudo o que a gente está fazendo aqui. A gente não encontra aqui, em nenhum governo, não encontra em nenhum partido a perfeição, infelizmente. Eu já disse em outras oportunidades, e aqui eu repito: perfeição somente no reino dos céus. Até discussão de decisão de Ministro do Supremo. Tem Parlamentar que só critica decisão de Ministro A e esquece de criticar a decisão de Ministro B, tem os seus Ministros de preferência. A decisão... A discussão tem que ser técnica, tem que ser jurídica, e não discutir e criticar tão somente quando lhe agrada.

Eu faço esse questionamento, Presidente, porque a gente tem, aparentemente, poucos dias. Nós recorremos ao Supremo para que houvesse a prorrogação da CPML. Infelizmente, o Senador Presidente Davi Alcolumbre não se posicionou. Nós conseguimos aqui mais de 170 assinaturas de Deputados, mais de 26 assinaturas de Senadores para prorrogar os trabalhos. Trabalhos esses que nós já mostramos que estamos no caminho certo. Temos mais de duas dezenas de poderosos presos: pessoas ex-procuradores federais, ex-dirigentes do INSS, ex-Ministros da Previdência, ex-empresários que tinham empresas para lavar dinheiro, que nunca imaginavam que iam ser presos, e hoje estão presos e estão sendo punidos.

Estamos conseguindo devolver o dinheiro de aposentados, mais de R\$3 bilhões foram devolvidos aos aposentados brasileiros, mas, infelizmente, o que a gente percebe aqui são algumas narrativas vazias.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Só se critica quando o erro é do outro, mas, quando o erro é do seu partido, quando o erro é do seu campo político, coloca o erro para debaixo do tapete, se esforça para escondê-lo, e isso está errado. Eu espero que o povo realmente esteja vendo, esteja acompanhando isso, porque há limite para tudo, inclusive para a discussão política, para a discussão partidária, porque, quando a gente fala do empréstimo consignado, por exemplo, aqui é tudo bonito, é tudo perfeito, mas, quando a gente vai lá ao interior do Maranhão, quando a gente vai lá para Chapadinha, quando a gente vai lá para Cururupu, quando a gente vai lá para Mirinzal, quando a gente vai para o interior, à Baixada Maranhense, a gente percebe que os aposentados são violados, são roubados através de pessoas que ofertam a eles aquilo que eles nunca vão receber. E cabe a nós, que estamos aqui neste Plenário confortável, nesse ar-condicionado, usando terno e gravata, e temos o poder de resolver esse problema, nos unir, independentemente de partido, independentemente de ideologia, para resolver essa questão e punir aqueles que estão roubando os aposentados brasileiros.

Portanto, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... para concluir aqui o meu encaminhamento, eu gostaria muito que a gente pudesse prorrogar essa CPMI por pelo menos mais 30 dias, para que a gente pudesse aprofundar nesse caso do Banco Master e, não sendo possível essa prorrogação, que houvesse uma unidade pelo menos na apresentação desse relatório, que não houvesse um debate político na construção desse relatório, que o relatório pudesse ser encaminhado para os órgãos de fiscalização e para a Justiça, para que a gente pudesse punir com todo rigor esses criminosos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... bandidos que utilizaram o seu poder para roubar aqueles que mais precisam.

E, claro, eu posso aqui reafirmar, mais uma vez, que a Justiça pode demorar, mas ela não falhará. O Vorcaro vai falar e, quando ele falar, pode ter certeza de que vai ter bandido da direita,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

da esquerda, do centro, do canto, tudo tentando se esconder, mas vai estar tudo preso para aprender a não mexer com o aposentado, para aprender a não mexer com aqueles que mais precisam e a não mexer com o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Artur Ildefonso, o senhor é o primeiro banqueiro que está sentado aqui na mesa da CPMI, e nós tentamos, algumas vezes, inclusive, aprovar requerimentos que, infelizmente, contaram com a blindagem do PT. Ou seja, o PT e a base do Governo protegeram os banqueiros – não sei por que – tentando evitar que viessem. Foi justamente por causa de uma manobra malsucedida do Governo, quando colocou um requerimento aqui para tentar rejeitar todos os requerimentos de convocação e de quebra de sigilos, que nós conseguimos, finalmente, aprovar a convocação de vários representantes de bancos, inclusive do senhor, que está aqui hoje.

Então, a primeira pergunta que eu queria lhe dirigir é: o senhor tem ideia de por que o PT e os partidos aliados ao Governo tentaram impedir a sua vinda aqui à CPMI?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO (Para depor.) – Deputado, eu estou aqui hoje, gostaria...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Isso eu estou vendo, está todo mundo vendo, mas a pergunta é: por que o PT teria tentado evitar a sua vinda?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eu não reconheço essa tentativa, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E houve alguma interlocução com alguma entidade que represente o banco ou do próprio banco com Parlamentares para tentar evitar a sua vinda aqui à CPMI?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não do meu conhecimento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor tem vontade de colaborar com a CPMI?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Estou aqui para colaborar com a CPMI, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Certo, e por que, então, o senhor preferiu não assinar o termo de compromisso de dizer a verdade?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Fui orientado pelo meu advogado para assim fazê-lo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu lhe digo que... E eu conheço seu advogado, que, aliás, eu respeito muito e é um excelente profissional, mas eu gostaria de lhe dizer que, assim como o Relator disse no início da sua fala, aqui, para a CPMI, quando chega alguém e não assina o compromisso de dizer a verdade, fica a impressão de que pode ter algo a esconder.

A gente sabe que é direito constitucional, a gente sabe que o senhor está completamente respaldado pelo direito legal, aqui, de não dizer nada que o comprometa, mas o senhor está aqui na condição de testemunha, uma condição que o próprio Relator, o Deputado Alfredo Gaspar, depois colocou em dúvida, quando passou a apresentar argumentos fortíssimos – até porque há processos judiciais hoje em curso contra o C6 – de que a condição de investigado pode talvez lhe caber melhor.

E aí eu lhe pergunto adiante – o senhor disse que está aqui e quer contribuir –: o senhor chegou a pedir um *habeas corpus* ao STF?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Foi solicitado pelos meus advogados.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Com qual intuito?

Quais eram os pedidos do *habeas corpus*?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O *habeas corpus* era para ter basicamente a mesma conduta de outras oitivas que foram solicitadas a essa também.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas foi solicitado o direito de não precisar vir?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – A mesma conduta, sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E por que o senhor diz que quer colaborar e, ao mesmo tempo, pediu para o STF para não vir? Eu não entendo. Onde está a coerência nisso?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Só me parece não corretas determinadas...

Só o C6 está aqui, basicamente. Não me parece correto...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas nós pedimos a vários outros bancos que viessem.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Digo nas questões de *habeas corpus*, por exemplo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Bom, todos pediram *habeas corpus*, e aí depende do juiz, mas, assim, o senhor não precisava ter pedido *habeas corpus*. O senhor pediu *habeas corpus* para não vir; e está aqui porque não foi lhe concedido esse *habeas corpus*, correto?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Foi pedido *habeas corpus* para garantir direitos. E, hoje, eu estou aqui exatamente para colaborar com a CPMI.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois é, Presidente e Sr. Relator, eu vejo aqui que há uma dificuldade, muitas vezes, de as pessoas que vêm aqui como testemunha admitirem que não estão aqui tão dispostas, assim, a colaborar, porque nós queremos, aqui, a verdade. Eu sei que o senhor discorreu sobre vários assuntos, aqui, relacionados ao banco.

Eu tenho minha opinião sobre o consignado. Eu acho que, no momento em que o INSS veio aqui dizer que não tem condição de fiscalizar o consignado, o INSS jamais poderia passar para os bancos essa faculdade de oferecer tal produto, porque, se o INSS está dizendo: "Olha, eu não tenho como fiscalizar", como pode o INSS oferecer aos bancos que ofereçam esse produto aos seus clientes ou a novos clientes?

Então eu lhe pergunto: se o INSS admitia que não poderia fiscalizar, como a entidade, como o Banco C6 passou a fazer essa fiscalização interna sobre esses contratos?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O banco sempre atuou e sempre atua de acordo com as normas estabelecidas pelo INSS, pelo Banco Central e pela legislação brasileira.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E, não obstante isso, o banco está enfrentando uma demanda judicial a partir do INSS, para que devolva R\$300 milhões em associações feitas por aposentados brasileiros a clubes de benefícios que tais aposentados dizem não terem jamais assinado.

E o senhor diz, vindo aqui, com todo o conhecimento que tem, com todo o currículo que tem, que lhe fez chegar à posição que ocupa, que, apesar de conhecer todo o resto do funcionamento do banco, a parte específica e mais importante, que é a da venda, o senhor não conhece, não sabe como era feita a oferta do produto para o cliente final.

Confere essa informação?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – A oferta do produto nos canais próprios do banco, que é onde o banco tem a responsabilidade da oferta em si, é feita através de ofertas no aplicativo do banco, no *site* do banco. Quando tem uma outra entidade envolvida, com outro CNPJ, de outra natureza jurídica, eu não posso responder pela oferta dessa outra natureza jurídica.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, vamos pegar só a oferta feita diretamente pelo banco.

Então, o senhor tem total responsabilidade sobre essas ofertas do banco e total certeza de que nenhuma vez foi feita uma venda casada, ou feita uma oferta de um produto, de um clube – como é que chama? – de benefícios que não estivesse claro para o consumidor final.

O senhor dá essa certeza, de que, quando saiu direto do banco, não houve nenhum tipo de informação que tenha sido sonegada ao cliente na hora de fazer a compra desse produto.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Deputado, eu vou reforçar os números...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, os números, não. É uma pergunta.

A pergunta é: o senhor dá certeza de que todo produto vendido pelos canais oficiais do banco foi vendido com a transparência necessária para que o cliente final não estivesse comprando, ao mesmo tempo, um consignado juntamente com clube de benefícios sem que soubesse disso?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Sim, os canais do banco... Só vou reforçar: o próprio cliente entra e faz toda a adesão ao empréstimo. E, obviamente, pode ser ofertado o pacote de benefícios ou seguro de vida, e ele pode, a qualquer momento, em uma tela completamente separada, cancelar esse produto de uma oferta recebida.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas na hora da compra, não cancelamento. Não quero saber se, depois de...

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – No momento da compra, existe um botão escrito "cancelar pacote de benefícios" ou "cancelar seguro de vida".

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas isso já não é transparência; é o contrário. Você já está vendendo casado e está pedindo para ele cancelar depois. Você já mandou o produto pronto e depois tem que botar... Está aí a venda casada! Você está assumindo que houve venda casada. Ou não?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Deputado, na época de comercialização do seguro de vida, em 98% dos contratos, foi contratado especificamente somente o empréstimo consignado, e o cliente não fez adesão ao seguro de vida.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas ele tinha que pedir a adesão ou ele tinha que cancelar a adesão?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Ele faz o pedido de adesão. No canal interno do banco, ele faz o pedido de adesão e ele vai lá e contrata o produto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ele precisa dizer: "Eu quero aderir a isso junto com o clube de benefícios"?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E por que o senhor não teve esse mesmo cuidado com os correspondentes bancários? Por que o banco não teve esse mesmo cuidado com os correspondentes bancários? Porque o que o senhor está dizendo aqui é que o banco não se responsabiliza, não conhece exatamente como aconteceu lá na ponta e, agora, está respondendo judicialmente por isso. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma pergunta. Por que não teve esse mesmo cuidado?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O banco tem absolutamente o mesmo cuidado na jornada de formalização seja ela do banco, seja ela fora do banco.

Só lembrando que a contratação do produto em si... Antes da formalização do contrato, existe a venda verbal – vamos assim dizer. Caso o cliente nem opte, na verbal, pela contratação do produto, nem é apresentado ao cliente o produto em si.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente...

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Caso o cliente entenda pela contratação verbal, aí existe uma jornada em que é, em telas separadas...

(Soa a campanha.)

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – ... de forma facultativa, contratado o empréstimo consignado; e, com parte do recurso do empréstimo consignado, ele pode contratar o pacote de benefício ou seguro de vida, de forma à vista, sem desconto...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, eu...

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – ... do benefício previdenciário.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Para mim aqui, está muito claro... Todos nós temos experiência com vendedor. Infelizmente, muitas pessoas que talvez nem têm a condição de interpretação suficiente numa venda verbal, muito menos na contratual, foram enganadas. Para mim, está muito claro, porque o cuidado que o banco disse ter – e também precisa ser verificado, na hora da venda, nos canais oficiais – não teve com os correspondentes. E, na hora que a pessoa fecha algo verbal e depois manda assinar com letras miúdas, ela não sabe realmente...

Então, para mim, está muito configurado que esses 300 milhões que o Deputado Alfredo Gaspar aqui apontou foram realmente vendas casadas não autorizadas, noventa e tantos por cento, isso pela nossa experiência empírica.

E aí a gente traz aqui...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu peço um minuto, se for possível, só para poder concluir o raciocínio.

Aqui a gente vê que esta CPMI precisa ser prorrogada, porque finalmente chegamos na parte dos bancos, finalmente chegamos na parte dos consignados, que geraram esse monstro chamado Banco Master, e que o PT tanto tentou blindar aqui. Finalmente temos o primeiro banqueiro sentado e finalmente temos as primeiras admissões de como aconteceu esse processo.

E pior, Presidente, com a informação que o senhor traz aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... que Daniel Vorcaro esteve em contato com o celular do STF... Para mim nem importa tanto – aliás, importa muito, obviamente –, mas, narrativamente, que seja do Alexandre de Moraes, porque o fato de esse banqueiro, que hoje está preso, ter contato com o celular do STF já é gravíssimo por si.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, Sr. Presidente, para encerrar aqui, agradeço a sua condução. Eu lamento que o depoente aqui tenha pedido um *habeas corpus*, e eu espero que os demais possam vir, os demais bancos, para ajudar a esclarecer, e não, infelizmente, tentar, como tem acontecido tanto, evitar dar mais informações que colaborem com os trabalhos desta CPMI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Deputado Evair de Melo...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Fazer um esforço, usar a criatividade, extrapolar os limites da imaginação para tentar relacionar Nikolas Ferreira, nosso brilhante Parlamentar, no caso Master, na verdade, é até cômico. Agora, quero elogiar aqui a coragem de blindar Lulinha, os verdadeiros camisas da política. Quem votou para proteger Lulinha, quem





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

votou para proteger Careca do INSS não tem habilitação para falar de Nikolas Ferreira. Que fique registrado.

Sr. Artur, C6 Consignado é o quê do C6 Bank?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO (Para depor.) – Ele faz parte do mesmo conglomerado financeiro.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – C6 Bank tem relação com J.P. Morgan?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Sim, J.P. Morgan é um dos acionistas do banco.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor sabe a participação do J.P. Morgan no C6 Bank?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Salvo engano, 46%.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Eles têm conhecimento dessa ação, para que o senhor devolva os 300 milhões que foram captados indevidamente?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eles têm conhecimento total sobre todas as ações do banco e tudo o que está em curso.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Presidente, eu queria que a CPMI enviasse um documento à diretoria do J.P. Morgan para que tivesse conhecimento da tramitação, inclusive do convite que foi feito aqui, para que tivesse conhecimento, inclusive, Sr. Relator, desses 300 milhões, para que talvez o maior banco americano tenha conhecimento do que o seu braço do Brasil está mentido e está totalmente enrolado.

Quais são os serviços que o C6 Consignado está autorizado a fazer?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O C6 Consignado hoje opera, basicamente, quatro produtos: empréstimo a beneficiário do INSS; empréstimo a servidores aposentados e pensionistas da esfera federal; empréstimo consignado do trabalhador, que é o empréstimo que empresas privadas debitam na folha do trabalhador; e também o saque-aniversário, modalidade que ultimamente está bem...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Vocês estão autorizados oficialmente a prestar esses serviços?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Esses serviços.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor vende algum outro tipo de produto? Os seus "pastinhas" vendem outro tipo de produto para o C6 Bank?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Essencialmente a gente vende empréstimos consignados nessas quatro modalidades.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Somente isso?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – A gente vendeu, como citei aqui, seguro de vida e pacote de benefícios.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Eles são exclusivos de vocês?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Os "pastinhas"?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eles são multibancos.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Muito bem.

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Na verdade, o Brasil é refém dessa máfia do sistema bancário não é de hoje, isso só é conhecimento histórico. Os bancos não têm nenhum escrúpulo quando é num relacionamento com o cidadão. Quanto mais humilde, parece que eles têm mais ganância em atacar sobre eles. Usam de artifício, de artimanha, de inteligência bancária, que, na verdade, o cidadão comum não tem a mínima capacidade de interpretação.

Como disse Marcel van Hattem, os contratos são completamente impossíveis de serem lidos, muito menos interpretados. No caso específico do C6 Consignado, eles operam com a inocência, operam com a humildade das pessoas, usam pessoas treinadas, até adestradas – é





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tanta repetição que se faz – para extorquir pessoas humildes. Mesmo que a operação esteja autorizada, a gente sabe como aquele esquema que foi montado ali... A gente sabe como os bancos operam para fazer essa captação. Na verdade, com o percentual desse que é pago aos "pastinhas"... Inclusive eu quero saber como é a relação trabalhista dos "pastinhas", porque eu estou esperando que os governos, que o Governo da esquerda aqui possa entrar com um projeto para que os "pastinhas" tenham os mesmos direitos, quero saber sobre os direitos trabalhistas, INSS, previdenciário, seguro, escala, porque é inadmissível que essas pessoas estejam tão expostas aí às intempéries do nosso dia a dia.

Portanto, é preciso, sim, encarar esse esquema desses bancos. E não é só o C6 Bank; este é só mais um que está envolvido nessa falcatura de extorquir os brasileiros. Há muito tempo nós temos um sócio oculto no Brasil, e esse sócio oculto chama-se banco. E aí, essas inteligências, na verdade, esses "C6 Consignados"... Não deveriam nem existir essa modalidade de prestação de serviço, porque isso é uma quadrilha montada, isso é uma máfia montada, estruturada no Brasil. E a gente sabe para quem eles alimentam essa estrutura do nosso dia a dia.

Então, eu quero, mais uma vez, pedir a V. Exa. que o Conselho do JPMorgan possa ser notificado para saber que o maior banco americano está envolvido numa maracutaia aqui no Brasil. Mas maracutaia é comum no nosso dia a dia; quando nós, em agosto de 23, dissemos que o Lulinha estava envolvido, negaram, blindaram o Lulinha. E agora está demonstrando aqui o envolvimento do Lulinha pela própria Polícia Federal. E é óbvio, o Governo está preocupado porque o Lulinha gerou um novo desgaste para o Governo, não estava combinado. Combinaram outros crimes, mas o que o Lulinha ia fazer de estrago, naturalmente, não estava combinado. E isso, cada dia mais, está destruindo – como eu vou fechar aqui no final. A defesa do Lulinha não tem como negar, porque o Lulinha viajou com o dinheiro do Careca do INSS. A Sra. Roberta Luchsinger esteve na Espanha. Ela é amiga pessoal da esposa do Lulinha, portanto talvez ela até tenha levado dinheiro na mala.

Eu queria pedir a V. Exa. também para que nós pudéssemos fazer uma identificação oficial do endereço do Lulinha da Espanha. Alguém que é investigado, que é denunciado por esse crime, precisa ter residência conhecida. Acho que eu queria pedir à Comissão também para que possa pedir à Polícia Federal para que possa disponibilizar – nem que seja em segredo para esta Comissão – o endereço do Sr. Lulinha, onde ele está na Espanha. Afinal de contas, ele está sendo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigado, está sendo procurado. Nós precisamos saber onde ele mora, porque vai que nós precisamos ir lá conversar com ele.

E a amiga do Lulinha gasta R\$474 mil em joias. Óbvio que é lavagem. Aliás, o PT, Lulinha, o pai do Lulinha, eles sabem o que é isso, o que é – muito bem – lavagem de dinheiro.

E aí, é óbvio, depois de Lula... A gente já sabe que o Lula está no final. Não deveria ter nem sido levado novamente ao poder. O Lula agora já sabe que está condenado e o PT sabe que seus dias estão contados. Conseguiram aí respirar um pouquinho.

Mas eu dizia: o retorno do Lula vai ser um presente para nós, Marcel van Hattem, porque o retorno do Lula – anotem aí – é o sepultamento do PT. É tudo de que nós precisávamos para o Brasil tomar nojo, o Brasil se libertar dessa quadrilha de imediato.

Portanto, eu sempre digo aqui: por que é que nós queremos o endereço do Lulinha? Porque o Lulinha é um procurado. Esse senhor tem uma riqueza não só do INSS, mas de envolvimento em tantos outros escândalos da República que são extremamente importantes para que a verdade possa ser revelada para todos nós.

E aí o Ministro André Mendonça... Aqui eu quero dizer, assim, das minhas orações, para que continue abençoando o Ministro André Mendonça pelo seu discernimento. É muito bom ver o Ministro com bom senso e com equilíbrio. Às vezes não atende a expectativa de um lado, não atende a expectativa do outro. Porque nós queremos as respostas no nosso tempo, e não é assim que as coisas funcionam, mas o Ministro André Mendonça tem sido sereno: não tem colocado gasolina, não tem colocado pólvora, tem usado bom senso e equilíbrio.

E vou avisar, Sr. Artur: o senhor pode até ser honesto, o senhor pode ter até falado a verdade aqui hoje, mas o senhor não pareceu o relator da verdade, o senhor não pareceu honesto. O fato de o senhor ter tentado o *habeas corpus* para não vir aqui é a prova de que nós precisávamos, de que o senhor tem algo a esconder. E que pode ser não só isso, porque tem outras estratégias de captação ilícita de recursos; financeiras e bancos, iguais ao senhor – aquela lista que está posta ali –, articulam para fazer essa captação.

Tem a denúncia, Sr. Presidente, daquele dinheiro que foi exposto ali...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... muitas vezes os bancos creditam, sem físico, creditam na conta de um aposentado, que, de forma inocente, faz lá o registro e saca esse recurso, e ali entra o consignado. É a armadilha que eles usam.

Eu digo isso porque o primeiro requerimento para convocar a D. Leila, da Crefisa, foi de nossa autoria aqui, ainda no ano passado. Nós estamos estudando e pesquisando, investigando... rastrear esse documento. E, às vezes, o próprio banco cria um depósito fictício.

Todos nós, Deputados Sóstenes, já ouvimos um aposentado humilde e simples – muitos deles associados nessa máfia que é a Contag – dizer que foi ao banco, Bia Kicis, e chegou lá e achou R\$1 mil a mais na conta, R\$500 a mais na conta, e não sabia a origem daquele dinheiro. Na sua inocência, na sua simplicidade, saca esse dinheiro. Quando saca esse dinheiro, ele destrava o consignado. Estaria tudo autorizado, porque essa é a quadrilha que foi montada, a máfia que foi montada.

Portanto, Sr. Artur, eu digo para o senhor que o senhor não convenceu, o senhor não trouxe argumentos e a C6 precisa continuar sendo investigada, porque, possivelmente, pela fragilidade dos seus argumentos e por ter tentado um *habeas corpus* para não vir aqui hoje, o senhor deixou o rastro de crimes de que possivelmente a sua instituição está acometida.

É por isso que eu tenho certeza de que os acionistas da JP Morgan, quando souberem desse detalhe, possivelmente vão vender ou vão... Porque o lucro que o senhor anunciou de R\$2,5 bilhões é irrisório para uma instituição igual à JP Morgan.

E aqui, com as palavras do Relator, quem teve de lucro R\$2,5 bilhões devolve os R\$300 milhões e acabe com essa discussão, que o senhor vai ajudar muita gente simples e humilde no nosso Brasil.

Vai vendo, Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O Senador Eduardo Girão não está.

Deputado Paulo Pimenta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Artur Ildefonso, eu vou fazer uma linha do tempo e vou pedir ajuda ao senhor para que a gente possa compreender, no tempo, as responsabilidades políticas e também as do Banco Central sobre o conjunto de fatos que eu quero aqui expor.

O C6 Bank foi fundado por ex-executivos do BTG Pactual; Marcelo Kalim é sócio do BTG e o principal fundador. O Banco Central aprovou a criação do banco em janeiro de 2019, correto?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO (Para depor.) – A informação que eu obtive junto ao banco é que foi em 2018.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Em 2018 foi fundado, o Banco Central aprovou em janeiro de 2019. O senhor sabe quem era o Presidente da República em janeiro de 2019?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não me recordo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Em 2019. Não sabe quem era o Presidente da República?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Acredito que era o Bolsonaro.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Bolsonaro.

E o banco foi lançado em agosto de 2019. Sabe quem era o Presidente em agosto de 2019?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O mesmo Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quem era?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Jair Bolsonaro.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E o Presidente do Banco Central o senhor sabe quem era?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não me recordo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Campos Neto. Tomou posse no dia 28/02/2019.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Artur Ildefonso passou a integrar a equipe executiva desde o início das operações, em outubro de 2019, correto?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Correto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quem era o Presidente da República?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quem era o Presidente do Banco Central? (*Pausa.*)

Campos Neto.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Campos Neto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, o Presidente Jair Bolsonaro, e o Presidente do Banco Central, o Campos Neto.

O C6 Consignado foi criado após o C6 Bank receber a aprovação do Banco Central em 2020, correto?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O C6 Consignado parte do Banco Ficsa. A gente comprou o Banco Ficsa e trocou.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Em 2020, foi adquirido o Banco Ficsa, correto?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Correto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quem era o Presidente da República?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Jair Bolsonaro.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quem era o Presidente do Banco Central? (*Pausa.*)

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Campos Neto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Campos Neto. Muito bem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa subsidiária era dedicada ao crédito consignado para aposentados e pensionistas. Em agosto de 2020, a compra do Banco Ficsa foi aprovada pelo Banco Central – em agosto de 2020. O senhor sabe quem era o Presidente da República?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O mesmo Presidente da República.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Como é o nome dele?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Jair Bolsonaro.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quem era o Presidente do Banco Central?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Campos Neto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A aquisição permitiu ao C6 Bank expandir sua atuação em crédito consignado, herdando a carteira do Ficsa. O Banco Ficsa já possuía um acordo de cooperação técnica com o INSS, firmado em 2020. Quem era o Presidente da República?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O Sr. Jair Bolsonaro.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quem era o Presidente do Banco Central?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O Sr. Campos Neto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito bem.

Perceba, Sr. Presidente, percebam, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores e Senadoras: todo o processo de credenciamento para que o banco pudesse operar os consignados da forma como nós estamos aqui discutindo ocorreu a partir de decisões – todas elas – durante o Governo Bolsonaro e durante a gestão do Sr. Campos Neto à frente do Banco Central.

Quando a gente vai lá e percorre o trabalho que fizemos aqui, na CPI do INSS, e buscamos na linha do tempo, quando foi publicada a portaria que permitiu que as entidades-fantasmas pudessem começar a roubar dinheiro dos aposentados e aposentadas? Dois mil e vinte e um. Quem era o Presidente da República? Jair Bolsonaro. Quem era o Ministro? Onyx Lorenzoni. Quem era o Presidente do Banco Central? Campos Neto. Curiosamente, logo em seguida, na campanha eleitoral, entrou dinheiro das entidades-fantasmas na campanha do Onyx Lorenzoni.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí vamos lá no Banco Master, que era o antigo Banco Máxima. Virou Banco Master quando? Dois mil e vinte e um. Quem era o Presidente da República? Jair Bolsonaro. Quem era o Presidente do Banco Central? Campos Neto. Aqui surge Vorcaro. Quem é o cunhado do Vorcaro? Zettel. Quem é o maior contribuidor individual para a campanha do Bolsonaro? Zettel, cunhado do Vorcaro, que recebeu autorização para virar o Banco Master em 2021. Quem é a pessoa que fez a maior contribuição individual para a campanha do Tarcísio? Zettel. Quem é o Zettel? Cunhado do Vorcaro, que recebeu autorização para operar, em 2021, como Banco Master; e que depois, curiosamente, quando o Tarcísio faz a privatização da Sabesp, o Banco Master passa a ser sócio.

Todas as situações aqui descritas, Sr. Presidente, envolvem, única e exclusivamente, decisões tomadas durante o Governo Bolsonaro. Se nós olharmos aqui, Sr. Presidente, quem são os políticos que nós conhecemos que receberam dinheiro, na campanha de 2022, das entidades que roubaram os aposentados e aposentadas ou que estão envolvidos no escândalo do "bolsomáster"? Quem são? Eu achei aqui: Onyx Lorenzoni, Tarcísio e Bolsonaro.

Essas entidades são muito poderosas, têm estrutura, têm aviões, carros. Curiosamente, o pai do Vorcaro doou para o pastor André Valadão, da Igreja da Lagoinha, uma BMW – doou uma BMW! O avião do Vorcaro foi utilizado, na campanha de 2022, para fazer campanha para quem? Jair Bolsonaro. O avião do Vorcaro carregou por todo o Brasil o Deputado Nikolas, para fazer campanha para quem? Para o Jair Bolsonaro. Não foi para ninguém do PT, não foi para ninguém do Governo.

O Governador Ibaneis Rocha, que pegou o dinheiro dos servidores aqui do DF para botar numa operação escandalosa, para salvar o Vorcaro, era apoiador de quem? Jair Bolsonaro. O Governador Cláudio Castro, que pegou dinheiro do fundo de aposentadoria dos servidores e servidoras do Rio de Janeiro e botou no Banco Master – botou fora o dinheiro dos aposentados e das aposentadas –, é apoiador de quem? Do Jair Bolsonaro.

Portanto, Sr. Presidente, não tem nenhum personagem político desta operação criminosa, tanto do esquema do "bolsomáster" como do roubo do INSS, que não sejam personagens vinculados diretamente ao esquema criminoso comandado dentro do Governo Jair Bolsonaro. Isso está mais do que comprovado. Isso não é narrativa. Isso não é discurso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Ah, mas e o filho do Presidente Lula?" O filho do Presidente Lula não tem nada a ver com o INSS, não tem nada a ver com consignado, não tem nada a ver com o Banco Master. "Ah, mas e o irmão do Presidente Lula?" O que o irmão do Presidente Lula tem a ver com isso, Sr. Presidente? A não ser discurso para tentar desviar o foco e a atenção das pessoas para aquilo que é o central.

Falam aí que tem fotos de eventos com o Vorcaro.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tem alguém do PT? Não tem ninguém do PT, não. Tem alguém que aparece naquelas fotos e nos tais eventos que votou no Lula? Nenhum! As pessoas que aparecem nos eventos sociais, nas chamadas fotos, todas são eleitoras do Bolsonaro. Nenhuma é eleitora do Lula!

Então, Sr. Presidente, não adianta querer tapar o sol com a peneira. A verdade apareceu de forma inequívoca, e o Brasil já entendeu que existe uma relação de identidade. É umbilical. O escândalo do "bolsomáster" e o roubo do INSS, na hora em que você pegar a impressão digital, você vai enxergar Jair Messias Bolsonaro, o responsável principal por toda essa situação escandalosa de roubo que nós desvendamos, Sr. Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. *Fora do microfone.*) – Então, "bora" prorrogar! "Bora" prorrogar, Presidente. "Bora" prorrogar!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Senadora Damares Alves... Ah, não. Desculpe, Senadora. O Sr. Artur pediu aqui a palavra.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Obrigado, Presidente. Só fazer uma correção de uma informação que eu passei incorretamente.

A autorização de funcionamento do Banco C6 Consignado foi concedida em janeiro de 2019 pelo senhor, na época, gestor do Banco Central, Sr. Ilan Goldfajn, não o Sr. Campos Neto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, o Campos Neto não foi janeiro, foi outubro. Foi quando recebeu a autorização. Em janeiro de 2019, eu falei aqui, se o senhor me permite, foi,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, a aprovação do Banco Central; lançada em público, agosto de 2019; e a entrada do Sr. Ildefonso, outubro de 2019.

Então, o senhor tem razão. Em janeiro ainda não era o Campos Neto, já era o Bolsonaro, mas em outubro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... já era o Campos Neto, porque ele tomou posse dia 28/02/2019.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – E o Goldfajn era indicado pela Dilma, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora Damares Alves, por favor.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Quem indicou?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente. Relator, boa tarde. Depoente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Boa tarde, Excelência.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza. Por gentileza.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos repor o tempo da Senadora, por favor.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Posso falar, senhores, colegas?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Lógico, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, eu quero cumprimentar o depoente, o advogado. Eu estava aqui pensando: será que tem partido que tem faculdade para ensinar a fazer discurso e narrativas? Porque é impressionante, é impressionante como falam bonito, mas não convencem. Esses partidos tinham que lutar para a prorrogação da CPMI, para eles continuarem tendo palanque, tentando convencer o povo. Se eu fosse vocês, assinava o requerimento de prorrogação.

Presidente, tem pessoas que estão guardando champanhe para abrir no dia 28, quando encerrar esta CPMI, sabia disso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não sabia, Excelência.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Mas deixa eu mandar um recado para essas pessoas: é caminho sem volta. Já disse isso várias vezes aqui, não é discurso repetitivo, não: aonde nós chegamos é caminho sem volta. Porque esta é uma CPMI que não é subjetiva, ela é cruzamento de dados, e nós estamos cruzando dados.

Inclusive, que o Presidente do C6 fique sabendo que não se encerra num depoimento, não se encerra aqui, a gente vai continuar. Esta CPMI pode encerrar as atividades nos próximos dias, estamos correndo contra o tempo, mas existem outras iniciativas na Casa que continuarão. Eu estou no protagonismo das outras duas iniciativas, e o Banco C6 está lá também, nessas outras duas iniciativas parlamentares, sendo acompanhado.

Nesse sentido, Presidente, já no final da resposta para o Relator...

Sóstenes, você pode virar um pouquinho assim, para eu ver o rostinho do Presidente? Só ficar assim.

Logo no final das respostas para o Relator, o senhor disse que vocês, bancos menores, estão reunidos e discutindo aprimoramentos, inclusive o Relator disse que ia mandar um ofício para o senhor. Lembra-se dessa parte do depoimento, logo de manhã? Ia mandar um ofício para o senhor informar essa discussão, o que vocês já têm de sugestões para aprimoramento. O senhor se lembra dessa resposta?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO (Para depor.) – Sim, eu comentei que a avaliação setorial poderia enviar... Aliás, ele pediu que fosse enviado pela avaliação setorial, que é a Federação Brasileira de Bancos e a ABBC, um ofício sobre melhorias, propostas para a melhoria do empréstimo consignado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O que eu quero é consignar o mesmo pedido. A CPMI, se ela encerrar, talvez a gente não consiga se debruçar sobre esse documento, mas eu vou mandar um ofício para o senhor por meio da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) no mesmo sentido, para que o senhor também faça as informações para a CAE, porque lá nós estamos trabalhando a questão de governança e transparência.

Então, eu só queria um compromisso do senhor, que mande para esta CPMI, mas o nosso grupo de trabalho da CAE e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, o mesmo pedido nós vamos lhe fazer, para o senhor colaborar com o Parlamento. É possível?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Se me permite, Senadora Damares, claro que é possível.

Minha visão é que o setor como um todo, para não ser uma opinião única e exclusivamente do C6 Consignado, seria o mais recomendado, a Federação Brasileira de Bancos e a Associação Brasileira de Bancos. Mas eu, como membro, posso internamente...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Fazer esse encaminhamento...

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – ... fazer esse encaminhamento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ... essa interlocução. O.k.

Ainda me dirigindo ao senhor, Presidente, também no final das suas respostas ao Relator, quando ele lhe perguntou: "O senhor considera que o senhor atuou, o seu banco atuou com lisura diante de todos os contratos?", o senhor respondeu o seguinte: "Aquilo que a CGU já nos questionou, nós já respondemos; já foi tudo arquivado lá porque perceberam que a gente atuou certo, mas o processo judicial é que vai dizer se nós atuamos certinho ou não".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor não poderia antecipar? O senhor acha que o C6 trabalhou com lisura? Para a gente não ficar esperando uma sentença judicial, o senhor não poderia antecipar? Vocês trabalharam corretamente, Presidente?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O C6 sempre trabalhou dentro das normas e com lisura.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Presidente, aqui nós tivemos uma preocupação muito grande...

Sóstenes, de novo... Eu vou trocar de lugar. Eu troco, pode deixar.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Desculpa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Aqui a gente trabalhou muito, Presidente, com relação a povos tradicionais, indígenas, povos ribeirinhos. Os "pastinhas" de vocês tinham acesso aos povos tradicionais, aos ribeirinhos, aos povos indígenas, aos pescadores tradicionais e aos quilombos? Como que eles faziam a abordagem a esse grupo específico?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eu não sei te dizer exatamente, especificamente, sobre essa população. Não acredito que a gente faça distinção e nem discriminação sobre nenhum povo em si, mas eu não sei especificar, Senadora, exatamente como é que era a abordagem desse povo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Um treinamento aos "pastinhas" para abordar especificamente este povo?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não, não existia um treinamento específico. Toda a população de aposentados e pensionistas, ou a sua grande maioria, é vulnerável em si, né?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – A gente considera, dentro do banco, uma categoria de vulneráveis. Então os treinamentos de vendas sobre toda essa população que a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente atende já segue critérios de transparência, lisura, para exatamente poder prestar um serviço à altura da população, que ela merece.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Sr. Artur, o senhor falou de tecnologia, que seu banco tem tecnologia. Vocês têm um recorte dentro do banco de esses consignados referirem-se a esse povo específico, a essa comunidade específica? O senhor teria como me dizer, por exemplo: "Nós temos consignados com povos indígenas e com povos quilombolas e isso está registrado em nosso sistema"? Se o senhor tem, o senhor poderia me dizer um percentual de quanto é de povo tradicional, de povo ribeirinho, de pescador tradicional? Porque tem umas associações aqui, ligadas a alguns partidos, que são ligadas ao pescador tradicional. Eu estou muito preocupada com este público específico. Vocês, na tecnologia de vocês, têm esse recorte? Conseguem identificar?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – A gente tem a geolocalização de 100% dos contratos firmados, a partir do momento que a gente implementou a biometria facial. O que isso quer dizer? Quer dizer que a gente sabe exatamente em qual localidade, no momento da formalização, o contrato foi feito. Mas, infelizmente, eu não sei te precisar qual o percentual da população quilombola ou indígena...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Mas é possível pesquisar na sua tecnologia interna – porque vocês, parece, são muito organizados –, e a gente ter esse recorte? Porque é uma questão de direitos humanos, e eu estou muito com o olhar de direitos humanos também nessa investigação.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Se a geolocalização servir para tal, Senadora, sem dúvida nenhuma a gente consegue passar as geolocalizações de todas as operações que foram firmadas com o C6.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Tá. Então, nós também vamos encaminhar para o senhor um ofício solicitando que faça uma busca interna da questão dos povos tradicionais.

E aí, Presidente, eu vou lhe fazer uma outra pergunta, Sr. Artur, Presidente do C6: vocês tinham apoio de agentes públicos para dialogar com esse público mais vulnerável? Eu vou citar,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

por exemplo: vocês tinham o apoio da Funai? De servidores públicos da Funai, da Sesai (Secretaria de Saúde Indígena), da Fundação Palmares, de instituições que trabalham diretamente com esse grupo? Do Ministério da Pesca? Vocês tinham agentes públicos, junto com os "pastinhas", indo abordar esse público mais vulnerável?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não é do meu conhecimento, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Não é do seu conhecimento. O.k.

Presidente, eu me sinto satisfeita com as respostas e eu quero só o compromisso de que o senhor responderá aos ofícios. Eu vou encaminhar por meio de meu gabinete. Recepcione, porque, se esta CPI acabar, talvez não dê tempo de o senhor encaminhar as respostas para a CPI. Mas ela vai...

Só vou lhe dizer uma coisa, Sr. Artur: que o senhor não esteja na fila daqueles que estão esperando o 28 para abrir uma champanhe. São várias investigações paralelas: TCU, CGU, Polícia Federal, Ministério Público, Banco Central, auditorias, esta CPI, grupo de trabalho na CAE, grupo na Comissão de Governança. Tem muita gente investigando. E o Brasil, se esta CPMI não for prorrogada, o Brasil vai ter a resposta por meio de outras linhas de investigação. Então, não abra a champanhe, porque a gente vai se encontrar algumas vezes em outras linhas de investigação.

Parabéns por ter vindo, ter tido a coragem de responder a todos os Parlamentares e não ter se omitido!

Parabéns ao seu advogado também pela forma como o conduziu.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O Deputado Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu participo pela primeira vez desta CPMI. Estava acompanhando à distância. Mas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. foi orientado sobre as regras que nós temos aqui com relação a citar outros Parlamentares?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Sim, eu fui Senador. É o art. 14, né? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É isso.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Está valendo ainda. (*Risos.*)

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Segura meu tempo aí. Começa de novo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode devolver o tempo ao Deputado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Segura meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Presidente, eu via muito de fora e vi aqui os debates.

Eu, infelizmente... Escute, os Parlamentares, às vezes, são julgadores. Eu já fui de uma Comissão do Impeachment. Naquele momento, a gente muda a posição. Tem que ter uma posição de julgador.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito, desculpe, Presidente, não pode ser isto: um circo, em que um puxa para um lado, o outro puxa para o outro. Não pode, com todo o respeito, ser um palco para a V. Exa. ser candidato a Senador em Minas Gerais, nem para o Relator, o Deputado Alfredo Gaspar, ser Senador em Alagoas. Nós temos que ir atrás da verdade.

E aqui eu vou dizer uma coisa aos senhores: aqui é preciso restabelecer a verdade. Se tem uma investigação sobre o Banco Master e sobre o INSS, é porque o Governo do Presidente Lula começou no INSS com a CGU, o Ministro Vinicius Carvalho, e a Polícia Federal, no Governo do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lula. Porque, como disse o Deputado Pimenta, eu quero aqui fazer uma cronologia: Vercaro tentou comprar o Banco Máxima em 2017; o Banco Central não autorizou. Em 2018, o Banco Central inabilita o Banco Master. O que aconteceu? Em 2019, Bolsonaro assume, Roberto Campos Neto é Presidente do Banco Central. Houve um fato extraordinário. Um banco que estava inabilitado volta a ser habilitado e o Vercaro assume o controle acionário – e o Banco Central autoriza.

Quando os senhores viram os telefones que foram vazados – porque uma Comissão Parlamentar de Inquérito tem que investigar, não pode ser uma Comissão só de vazamento –, quem estava lá? O telefone do Flávio Bolsonaro. O Vercaro tem oito telefones. Apareceram dois. O Nikolas aparece nos dois.

Se tiver mais um, é música no Fantástico, Deputado Sóstenes.

Na verdade, houve uma movimentação política, sim, de setores do bolsonarismo e de outros partidos dentro do Banco Central para fortalecer e dar força ao Banco Master.

Ontem eu entrei na Polícia Federal e na PGR para abrir uma investigação contra o Roberto Campos Neto. Sabe quantos comunicados houve da Febraban e do Fundo Garantidor de Créditos? Dezenas de comunicados escritos ao Roberto Campos Neto de que aquela operação do Banco Master era fraudulenta, que não tinha lastro. O que fez o Roberto Campos Neto? Nada! E não sou eu o investigador, mas todo mundo sabe aqui a pressão política que houve. De muita gente! De Ministros do Governo Bolsonaro que viviam em cima do Roberto Campos Neto!

Presidente, eu desafio aqui a imprensa: perguntem ao Flávio Bolsonaro se ele nunca encontrou o Vercaro, se ele não jantou com o Vercaro, se não teve encontro pessoal com o Vercaro. Ele vai fugir, porque ele não vai ter coragem de negar, porque eles eram próximos.

Em que momento houve a virada? Em 2025.

Quero dizer mais uma coisa. Em 2024, no final de 2024, Roberto Campos Neto tenta salvar o Banco Master vendendo-o a outra instituição financeira, o que não foi permitido pelo Fundo Garantidor de Créditos – em especial, teve o Banco Itaú, que se posicionou contra. O que teria acontecido se essa operação privada tivesse acontecido? Vercaro estaria livre, com bilhões e bilhões desviados! Essa era a verdade de tudo isso. Houve um crime feito pelo Roberto Campos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neto com seus patrocinadores políticos, com gente grande do Governo Bolsonaro, desde o começo! Desde o começo! Entra 2025, aí começa a pressão para o BRB comprar o Banco Master. Foi a última tentativa de salvar a cabeça do Vercaro.

O que aconteceu no nosso Governo? Galípolo faz a liquidação do Banco Master, a Polícia Federal foi para cima e Vercaro está preso. Sr. Presidente, alguém aqui acha que – até os senhores –, se fosse o Governo Bolsonaro, a Polícia Federal teria prendido o Vercaro? Teria feito uma investigação como essa? Foi uma decisão de um Governo, do Presidente Lula, do Ministro Fernando Haddad. Esse escândalo teria que ser apurado. Faria-o a Polícia Federal no Governo Bolsonaro?

Os senhores querem que eu lembre a frase do Bolsonaro quando investigavam o seu filho por rachadinha? "Eu não vou esperar [desculpe os termos] foder minha família toda, de sacanagem, ou amigos meus, porque eu não posso trocar alguém da segurança na ponta [...]. Vai trocar! Se não puder trocar, troca o chefe [...] Troca o ministro! E ponto final". Isso é o Bolsonaro.

O que o Moro disse do Bolsonaro? "Um estadista [...] tem o compromisso de dirigir o país pensando no bem-estar geral e não em proteger o filho ou a família da ação da lei".

Isso é o Moro, que agora está abraçado com o Flávio Bolsonaro. É uma contradição dele. Disse mais o Moro: "O que não se poderia admitir era a destruição do sistema de prevenção à lavagem de dinheiro com o propósito de salvar da lei o filho de alguém, mesmo sendo ele o filho do presidente da República".

De que forma agiu Lula? Quando os senhores tentaram fugir dessa verdade aqui, falando de Lulinha, o que disse o Lula? "Vai ter que investigar tudo. Se tiver algum problema, algum crime, vai ter que pagar".

E o senhor disse – eu já falei hoje cedo – numa entrevista ao SBT News com o Presidente Carlos Viana: "Existe alguma evidência [a jornalista é Raquel Landim] hoje de que o filho do Presidente da República tenha recebido dinheiro do Careca do INSS?". Responde o Presidente Carlos Viana: "Bem, vamos deixar claro para o país o seguinte: eu não posso dizer que o filho do Presidente, Fábio Luís da Silva, tenha culpa. Eu não posso afirmar efetivamente que ele tenha qualquer responsabilidade sobre o INSS". O senhor foi correto. Ela continua: "No período em que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

você estivessem de posse do sigilo fiscal e bancário [...] [do Lulinha], não foi possível verificar se ele recebia ou não recebia esses R\$300 mil [...]?”. E V. Exa. responde: “Não foi possível”.

Agora, o crime é do Roberto Campos Neto, mas não é só do Roberto Campos Neto! Aqui é onde entra o ponto importante. O Banco Master entrou com força no consignado, nas operações do INSS. A fraude era de um Governo: Onyx Lorenzoni, José Carlos Oliveira... Aqui em 2020, depois de o Vorcaro ter assumido o controle do Banco Máxima, o Banco Máxima firmou um acordo com o INSS para operar crédito consignado – foi depois do Vorcaro.

Depois continua: ampliaram a margem de crédito consignado de 35% para 40% para 45%! Onyx Lorenzoni – os senhores sabem – tinha 60 mil na conta dele de campanha, do dono daquela Amar, Felipe Macedo Gomes, que colocou na conta dele.

Mas vamos mais à frente: tem envolvimento do João Roma, do Ministério das Cidades. Sabe o que fizeram? Algo criminoso, que até hoje impacta a população brasileira: colocaram crédito consignado no Bolsa Família, Presidente!

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Colocaram crédito consignado no BPC! Criaram um cartão benefício consignado para auxílio-funeral, para tudo isso! Hoje, isso é responsável por uma boa parte dos endividamentos da família.

E aqui foi a junção: você sabe que boa parte desses recursos foi em outubro de 2022. O interesse eleitoreiro do Bolsonaro juntou-se ao interesse financeiro desses grupos; em especial, ao do Banco Master.

Sr. Presidente, quem vai levar isto aqui à frente, esta investigação, é o Banco Central. Vão aparecer todos os nomes! Abriram a sala-cofre; fecharam no mesmo dia. Por que fecharam? Porque apareceu o nome Flávio Bolsonaro.

Se de uma coisa a gente tem orgulho é de ter uma Polícia Federal independente, porque essa é a orientação do nosso Presidente Lula!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Deputada Bia Kicis...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor quer fazer uso... O senhor vai fazer uso, Excelência, do art. 14?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone.*) – Eu vou fazer. Ele citou o meu nome.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Mas eu elogiei. Sabe que o Sóstenes é meu amigo de muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Usei um tom elogioso.

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Sabe, sempre elogioso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Deputada...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Sabe que eu tinha direito...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Sim.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Mas eu vou abrir mão, atendendo ao Pimenta...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – É que o art. 14 é assim, quando é...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputada...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Aqui é assim...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, não, quando a gente fala bem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É por que no começo, Excelência, era um tiroteio aqui, mostrando foto...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Eu entendo...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Agora citou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Uma forma civilizatória... (*Risos.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Um gesto bonito mesmo, gesto bonito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

Deputada...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Registrado aqui, Sóstenes...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputada Bia Kicis.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... com crédito, crédito, crédito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputada Bia Kicis com a palavra.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para interpelar.) – Boa tarde, Sr. Presidente (*Fora do microfone.*), Sr. Relator, colegas, Sr. Artur Ildefonso e o Dr. Daniel Bialski, Advogado, quase todas as perguntas que eu havia preparado, na verdade, já acabaram sendo respondidas, mas eu queria ainda perguntar: quando o senhor mencionou a quantidade de consignados, que são 6 milhões, e que a Dataprev recebe R\$3 por pagamento que é feito dos consignados, juntando aí, formando 18 milhões mensais, 200 milhões ano, a Dataprev recebe por esses consignados. Quanto é que o banco recebe por cada consignado desse, quando há o pagamento?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO (Para depor.) – O banco recebe os juros dessa operação...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Sim.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – ... que hoje está fixado em 1,85, pelo Conselho Nacional de Previdência Social, até 1,85, operando sempre um pouco abaixo do teto estabelecido.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Então, a Dataprev recebe três e o banco recebe 1,85?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – É, hoje esse é o teto de juros estabelecido pelo Conselho Nacional de Previdência.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Certo.

Então, mas esse montante todo, do que o banco fatura, digamos, com esses consignados, o senhor pode repetir o valor? O senhor até chegou a falar para a minha colega, a Deputada Adriana, só para consignar aqui novamente.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O faturamento do banco em si, em 2025, foi R\$8,6 bilhões. A informação que eu passei para a Deputada foi a carteira de crédito, que é de aproximadamente R\$34 bilhões.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Certo.

Bom, nós estamos aqui diante de uma situação que me parece... de tudo o que eu ouvi, e assisti à sua exposição sem nenhum prejulgamento, ouvindo e tentando fazer uma avaliação como magistrada mesmo aqui, como disse o colega, porque aqui nós estamos como magistrados... E o que ficou claro para mim, o que eu depreendi, aprendi disso é que existe realmente um esquema que é feito para que muita gente ganhe dinheiro, muita gente ganhe dinheiro, sem o cuidado devido para com os aposentados, com as pessoas vulneráveis, porque o senhor coloca aqui o cuidado que tem com o treinamento que é dado para as pessoas, *compliance*, como se diz. Tudo que é feito para que a pessoa que vai fazer a venda tome todos aqueles cuidados.

Mas, mais uma vez, eu vou reafirmar o que meus colegas aqui disseram, porque isso é muito revelador, quando o senhor fala que não tem como explicar como é que o seu correspondente faz para fazer a venda.

Se ele é treinado, se ele recebe todo o treinamento, toda a explicação de como ele pode agir, como é que vocês não podem responder como é que a pessoa que está vendendo um produto que vem de vocês – embora o produto seja de terceiros, mas vocês é que são os responsáveis por isso –, não pode explicar, não pode dizer como é que é feita essa venda, o que é que é dito lá na ponta?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é inacreditável, porque nós estamos falando de pessoas vulneráveis. Mesmo quando há um contato por telefone e uma oferta verbal, a gente sabe como isso é confuso, como as pessoas não entendem. E o fato é como elas são lesadas. Então, infelizmente, o C6, assim como vários outros bancos, tem milhares de reclamações. É muito dinheiro envolvido e é muita gente lesada, e pessoas vulneráveis, pessoas simples.

Então, eu quero dizer que a sua explicação, para mim, foi burocrática; parece que o senhor não quer se envolver. É a sensação que me passou: burocrática, na defensiva, enquanto está aqui como testemunha, e não esclareceu o que a gente realmente gostaria de saber.

A gente está vendo que, neste momento, temos a necessidade, Sr. Presidente, de que esta Comissão seja prorrogada. É imperioso que ela seja prorrogada, porque nós finalmente chegamos aos consignados. É o primeiro banqueiro que está vindo aqui. Nós temos muitos para ouvir. Mas a blindagem é algo terrível. E a gente fica aqui vendo vários leitores de Schopenhauer – vários, vários –, que estão aqui tentando ganhar o debate sem ter razão. Mas eles não conseguem, porque eles não vão conseguir enganar o povo brasileiro mais uma vez, porque já enganaram. Mas de tanto o povo ser enganado, lesado, roubado, o povo acordou.

A gente sabe que o Lula diz o seguinte: as pessoas, quando ganham mais de dois salários mínimos ou quando têm mais educação, não votam no PT. Pois é! Então, eles contam com isso, eles contam com a ignorância do povo. E vocês ganham com a ignorância do povo. Esse é que é o problema. Isso acontece nos fundos privados de pensão, isso acontece em várias coisas, quando as pessoas mais espertas, mais educadas, mais estudiosas, mais talentosas se unem para ganhar muito dinheiro nas costas do povo sofrido, do povo trabalhador. É isso o que vem acontecendo no Brasil há muito tempo.

Na época do Governo Bolsonaro, abriu-se um portal para a gente poder ver o que este país poderia ser, que a gente finalmente poderia ser uma nação: respeito ao povo – nunca o povo ganhou tanto –, dinheiro direto na conta, sem passar por intermediário. Aí vem o Governo Lula e traz de volta todo o caos, toda a falta de prosperidade, todo o roubo, que volta sem cerimônia. Está tudo de novo. E o que a gente fica ouvindo? "Foi na época do Bolsonaro. Quem era o Presidente? Era o Bolsonaro. Quem era...". Mostra, por favor – passa as fotos aí –, porque o fato de ele ser Presidente ou o fato de alguém ter um nome numa agenda de telefone, a pessoa ter o





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

seu nome numa agenda, sem que haja conversas comprometedoras ou qualquer ação dolosa, não significa nada, não transforma ninguém em bandido, não. Essa narrativa aí é falsa, é muito fajuta.

Vamos ver quem são essas pessoas que estão ali? O senhor sabe quem são aquelas pessoas?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTT AZEVEDO – Sei, pela mídia só, à direita, o Carlos Lupi.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Carlos Lupi e a Tonia, do Sindnapi, que roubou, desviou milhões dos aposentados, milhões. Carlos Lupi é aliado do Bolsonaro? O senhor sabe dizer se ele é aliado do Bolsonaro ou do Presidente Lula?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTT AZEVEDO – Não sei, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Pois ele é aliado do Presidente Lula. É ele que está à frente também desse esquema e não veio aqui depor, embora já convidado oito vezes. Precisa ser convocado, porque, convidado, faltou oito vezes. E a Tonia é uma das grandes mentirosas que a gente viu aqui, e uma das grandes fraudadoras intermediárias, que fraudou muita gente. Se passa por advogada, mas usou do seu conhecimento jurídico para roubar aposentados.

Passa para a próxima foto, por favor.

Alguém está vendo algum aliado do Bolsonaro ali? O senhor está vendo algum aliado do Bolsonaro ali? *(Pausa.)*

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTT AZEVEDO – Deputada, eu acredito que eu não conheça ninguém da foto.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Pois é, então eu vou falar para o senhor: não tem nenhum aliado do Bolsonaro, mas está assim de aliado do Lula, do filho do Lula, do irmão do Lula. Estão todos eles ali. Então, tudo aliado.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Oi?

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Ministro Wolney Queiroz...Ah lá, Ministro Wolney Queiroz, PDT. Não tem ninguém do Bolsonaro ali, não, mas eles vão continuar querendo jogar nos ombros do Bolsonaro. Mas não vão conseguir, porque essa narrativa deles já nasceu falida, é ridícula. Porque eu digo o seguinte: se é o Bolsonaro culpado, eu quero propor aqui: vamos prorrogar! Prorroguem, porque nós vamos continuar investigando e vai aparecer o Bolsonaro, vai aparecer o Bolsonaro dando dinheiro, sabe para quem? Para o Lulinha, para o filho do Lula, para o irmão do Lula. É, só pode ser, porque todo esse esquema só beneficiou a família do Lula, os companheiros do Lula. E não adianta o Lula dizer: "Se meu filho estiver envolvido, vai pagar". O filho dele está lá na Espanha.

Ninguém acredita no Lula.

(Soa a campainha.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Ele é um mentiroso confesso. Ele fala: "Ai, quando eu ia lá fora, eu dizia que tinha não sei quantos milhões de crianças passando fome na rua. A gente tem que mentir. É só achar a narrativa que a gente convence qualquer um." O Lula é um mentiroso e eles todos aqui são parceirinhos dele, estão mentindo juntinho com ele, para tentar safar o Lula. Não vão safar. Este Governo vai acabar. O povo acordou. Chega! Chega de mentira, chega de narrativas falidas. O povo não acredita nisso, não.

Não tem nada que ligue o Bolsonaro a esses escândalos, mas que ligue o Lula e sua trupe e Ministros do Supremo, infelizmente, têm muitos indícios, muitos. E Vorcaro até já falou: "Vou fazer uma delação, mas só vou entregar aos Ministros do Supremo se for necessário". E é por isso que eles estão interferindo aqui, Presidente, é por isso que querem blindar, impedir essa CPMI de andar. Nós temos que continuar, porque nós temos que chamar mais e mais banqueiros aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Eu quero ver aparecer um banqueiro amigo do Bolsonaro aqui, porque até agora eu só vi gente amiga e ligada ao Lula.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Sóstenes Cavalcante.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para questão de ordem.) – Para uma questão material.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A Parlamentar que me antecedeu, ela falou na fala dela que o Ministro Lupi, em oito oportunidades...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Presidente, eu queria corrigir, é o Wolney.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Estou falando, por gentileza, Presidente.

Presidente...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Eu quero corrigir. Eu quero ratificar aqui, retificar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A Parlamentar que me antecedeu, de forma enfática...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Troquei nome.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... afirmou que o Ministro Lupi, em oito oportunidades, teria fugido e que não veio depor, mostrando uma foto do Ministro Lupi...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – É o Wolney.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O que não é verdade. Ela mostrou a foto do Lupi, acusou o Lupi. O Ministro Lupi esteve aqui, foi uma das primeiras pessoas a prestar depoimento, e nós temos que corrigir isso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... nos autos, aqui na ata, para que não fique mais uma mentira aqui consignada nessas falas que são feitas aqui, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Presidente, não foi mentira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pergunto a V. Exa. se deseja modificar nas atas o nome.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem.) – Eu desejo, sim, claro, por favor. Retifico, porque o Ministro Lupi veio e disse que não sabia de nada, porque o INSS não tinha nenhuma ligação com o Ministério. Só que depois a gente descobriu que ele, como ministro, avocou todas as atribuições do INSS...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... e foi ele que nomeou. Então, ele era o responsável. Agora, ele veio, de fato. Eu mostrei a foto para mostrar a ligação entre eles, mas quem não veio aqui foi o Ministro Wolney...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... que a gente continua esperando que venha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, solicito à Secretaria que, na ata, o nome citado seja substituído pelo ministro, corretamente, que foi convidado e não compareceu aqui, o Ministro Wolney.

Deputado Sóstenes.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria saber, porque já estamos... Tem mais inscritos depois de mim?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Senador Girão.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Quer passar ele primeiro e eu falar por último? Porque a gente está aguardando uma resposta do Governo se vai aceitar o acordo para a gente resolver o problema do fujão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – Mas eu ia questionar justamente isso. Você está tirando a minha fala.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Desculpe, Senador.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Tem jogral agora, Presidente?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – É só porque foi apresentado um requerimento e até agora, vai chegar ao final, a gente não sabe se tem acordo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu pedi uma análise para a assessoria e até agora não veio resposta. Eu acho que não vai chegar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Só segunda-feira vai chegar a análise.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

Deputado Sóstenes, o senhor está com a palavra.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Eu vou falar, então.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Para interpelar.) – Eu vou fazer uso da palavra. Bom, eu vou usar a frase do Deputado Evair de Melo, que já foi: "Vai vendo, Brasil". Foi feita aqui uma proposta... O atual Ministro fujão, que está aqui, o Wolney Queiroz, Ministro do Lula... Foi feita uma proposta, já que ele tem... Vou ler aqui os números dos requerimentos: 30/2025, 363/2025, 408/2025, 420/2025, 525/2025, 806/2025, 875/2025, 926/2025... Todos convites. A gente aqui é educado, V. Exa., o Relator... Depois vem o Governo falar que a gente aqui não respeita protocolos. Tudo isso, requerimento aprovado de convite.

Aí, hoje a gente quer um extrapauta para convocar, porque vai, daqui a pouco... Os petistas estão aqui dizendo que não, que querem investigar, mas não assinam para prorrogar a CPMI. O atual ministro deles não veio até agora. Não veio! Trocaram o primeiro, lá do PDT do Rio, como é que é o nome, que eu esqueci aqui? O Lupi, que acabou a minha colega confundindo... Trocaram para colocar esse e até agora não traz. E aí, a gente já está acabando mais uma sessão, e com todo o respeito ao Líder do Governo, falar que até agora não tem resposta... Ora, é o Ministro incomunicável? Será que ele é igual ao Lula, que também não usa celular? Porque um Presidente





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

da República de um país, no mundo moderno, de tecnologia, que não usa celular? Então, assim, é uma cara de pau dessa "esquerdalha", que eu fico assustado, de verdade.

Agora, vamos lá. Eu não vou, com todo o respeito, fazer perguntas. Eu acho que o Relator e todos que fizeram perguntas ao Artur me contemplaram com todas elas. Eu só queria esclarecer uma coisa. Eu soube que existe, não sei se é o C6 ou alguns outros bancos, alguma modalidade de consignado, que cobra juros entre 18% e 23%. V. Sa. tem conhecimento disso? Eu sei que você está para responder pelo C6, mas já que V. Sa. tem a intenção de contribuir com esta CPMI, V. Sa. tem conhecimento? Isso acontece com algum banco? E, se acontece com o C6, por quê?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO (Para depor.) – No C6, certamente não acontece. Não tenho conhecimento de empréstimo consignado nesse nível de taxa de juros.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Nem empréstimo pessoal?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Acho que empréstimo pessoal, inúmeras instituições têm, mas eu não sei dizer...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Não sabe? É porque eu soube que era um outro banco – não era o de V. Sa. –, eu só queria esclarecer. Obrigado pelo esclarecimento.

Eu vou deixar com o Relator aí para o final, se ele quiser mais perguntas, mas eu vou encerrar aqui, Presidente.

Vamos fazer aqui algumas coisas bem claras. O que é mais grave? Presidente, inclusive falam que o Vorcaro tinha o telefone de V. Exa. Ora, telefone, ter de alguém, não quer dizer que você tenha contato com essa pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É verdade.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Qualquer pessoa pode ter o meu telefone salvo no telefone dele e eu nunca ter tido contato com ela. Isso é normal. Agora, receber em agenda secreta três vezes no Palácio do Planalto, quem recebeu foi o "descondenado" Lula, que recebeu Vorcaro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí querem vir aqui e colocar, porque eu falo muito pouco o nome do "descondenado". Agora, essa "esquerdalha", a cada dez palavras, cinco é Bolsonaro. Eles amam o Bolsonaro. Eles têm idolatria com o Bolsonaro. É por isso que, em tão pouco tempo, o filho do Bolsonaro já está aí empatado com o Lula, desesperando o Palácio do Planalto, que já acende alerta amarelo e vê que tem que atacar Flávio. Por quê? Porque Bolsonaro dá ibope para a esquerda; é por isso que eles gostam tanto desse nome.

Eu prefiro tratar o atual mandatário da República de "descondenado", que é o que ele é. Eu não vou ficar falando nome de quem eu não gosto. Não gosto mesmo! Não, é "descondenado"; eu não vou chamar ele do que vocês querem. Eu chamo do que eu quiser, porque ninguém bota a palavra na minha boca, porque aqui eu tenho mandato para falar o que eu penso, o que eu acredito. Ele é "descondenado" e ponto final.

Agora, receber três vezes fora da agenda é muito mais grave do que ter o telefone de alguém, mas isso aqui querem esconder: ninguém quer falar da amizade dele com o Vercaro.

Vamos lá! Vamos lá! Consignado: eu estou aqui há muito tempo falando que isso é um problema. Errar é humano, permanecer no erro é burrice. Eu não vou tapar o sol com a peneira, que esse erro aconteceu no Governo do Presidente Bolsonaro, em que abriu-se o consignado. Está lá! Agora, eu estou aqui desde o início da CPMI falando: "Está bom, criticam que houve erro no Governo para ele permitir o consignado, e cadê a MP do atual Governo, que fala que é contra o consignado, para trancar esse consignado?" Nunca mandaram, não vão mandar porque são hipócritas. Ficam falando dos outros, mas eles não estão aqui para cortar dinheiro de banco. Não estão! Porque, se estivessem, a MP já tinha chegado. Não chegou. Aí, sabe o que eu tive que fazer, Presidente? Eu não sou Executivo; só sou um Parlamentar. Entrei com um projeto de lei para conter esses consignados. Espero que a Câmara vote rápido, e o Senado.

E aí, Relator, eu quero aqui deixar uma sugestão: se os petistas – que tanto falam aqui que querem investigar – não prorrogarem a CPMI e a gente tiver que aprovar o relatório, vamos, no nosso relatório, recomendar o imediato trancamento desses consignados, em especial para quem ganha até dois salários mínimos, porque muitas dessas pessoas não estão sabendo o que estão assinando. São pessoas iletradas, analfabetas. Lamentavelmente, elas não podem continuar sendo enganadas desta forma.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, o Governo precisa, de verdade, parar de ficar falando, querer enganar a população – e vêm aqui e posam de bons moços –, mas, na verdade, o Governo está aqui simplesmente acoitando e incentivando que a população brasileira se endivide.

Sr. Relator, eu acabei de ler matérias dos jornais de que 80% dos brasileiros estão endividados, e aqui tem duas coisas que contribuem para isto: consignados, desse jeito que está acontecendo; e outra, esse joguinho que nós temos aí, como é que se chama? O tigrinho, ou não sei o quê, esta porcaria de jogo de azar legalizado em celularzinho, das *bets*, que foi sancionado pelo atual Governo do "descondenado". Eu lutei, enquanto tive acesso ao anterior Governo, para que não fosse sancionado. Bolsonaro não sancionou *bet* no Brasil. Quem sancionou foi o "descondenado".

E eu agradeço... E aqui eu tenho que reconhecer: tem muita gente da Bancada do PT – e eu quero reconhecer – que é contra *bets*. E eu sei, eu sei que vocês são contra. Pois então, peçam ao Presidente de vocês para acabar com essa porcaria de *bet* que está endividando os brasileiros: 80% de brasileiros endividados por conta de *bets* e consignados. E não vai fazer nada, o Governo? Vai fingir que não está acontecendo nada? Então, pelo amor de Deus, nós precisamos resolver isso.

Vou terminar, meu tempo está chegando, Presidente.

Eu ouvi... Eu ouvi uma entrevista do atual "descondenado" Presidente da República, dizendo que se o filho dele devesse, tinha que investigar. Ora, um pai que não defende o filho? Um pai que não defende o filho? Aliás, já é praxe dele: sítio não é dele, é do amigo; triplex é do amigo; tudo é do amigo, tudo é de alguém, nada é dele. Então, assim, que eu saiba, é normal um pai defender o filho...

(Soa a campainha.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... até a honra. Ele deveria falar: "Não, eu acho que se tem investigação, seja investigado, mas eu quero defender a honra do meu filho". Até que se prove algo contra ele, ele tem que defender a honra do filho. Mas não, parece que para se livrar dos problemas, é igual ao Pilatos, lava as mãos e joga para as covas. Lulinha, vou te falar, Lulinha, um pai desse é preocupante, tá?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha aqui você, você deve explicações a essa CPMI, porque aqui você foi blindado. E o Brasil quer saber se você teve ou não teve viagens com o Careca do INSS... Porque o Relator até abre mão da relatoria, já desafiou, ele fala que você não viajou, ele abre mão da relatoria. Se você não viajou, é só vir aqui falar: "Não viajei, estão aqui as provas" e prova tudo, igual fez o...

Inclusive, Presidente, quero aqui registrar a admiração que eu tenho pelo trabalho do advogado Daniel Bialski – um judeu que eu conheço há um bom tempo, parabéns pelo seu trabalho –, e dizer que a gente pode não concordar com tudo que o representante do C6 falou, mas se todos os representantes de banco fizessem igual a ele, a gente poderia esclarecer muito mais coisas na CPMI e diminuir ou aumentar o nosso trabalho. Se todos seguissem esse caminho, a gente não estava discutindo nada aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana.

Eu peço à secretaria, sempre muito atenciosa, que possa colocar a foto... Não é nem o vídeo que eu vou apresentar daqui a pouco, é a foto que a Deputada Bia Kicis colocou aqui, do Ministro Wolney com o Careca do INSS.

Olha, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – A gente terminar... Não, não é essa, não. Essa aí vai criar uma confusão, porque aí vão dizer que eu estou... Está aqui, perfeito.

Olha lá, aumenta essa foto aí, é importante que o povo brasileiro veja isso. Quem é que está na mesa do Ministro da Previdência do Governo Lula? É foto, e não é montagem, não. Isso aí não é inteligência artificial, não. Isso é uma foto reconhecida, postada durante a CPMI inteira. Estão ali o Careca do INSS, o símbolo; e Ministro, na ponta, sorridente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ô Sr. Presidente, se essa CPMI terminar sem a vinda do Ministro da Previdência aqui, não tem cabimento, nem que a gente tenha que trabalhar aqui no sábado ou no domingo. Eu tenho esperança de que o Ministro André Mendonça, Deputado Sóstenes, prorrogue isso aqui – eu tenho esperança – porque é um homem de bem, é um homem que está vendo o resultado, o trabalho honrado que todos nós estamos fazendo aqui.

Inclusive, Sr. Artur, seja bem-vindo, e o seu advogado, também, Daniel.

O Ministro André Mendonça foi correto em ter mantido o senhor vir aqui. Parabéns, Ministro André Mendonça! Fez diferente de outros Ministros, que disseram, que liberaram outros depoentes de virem aqui. Isso é uma humilhação com o Congresso Nacional e com todos nós, Deputados e Senadores! Ninguém concorda com isso aqui, não! Agora, eu vou dizer uma coisa: a gente não pode absolutamente terminar essa CPMI sem ouvir a cereja do bolo, que é o Ministro da Previdência do Brasil, aquele que estava comprando, parece que era caneta Montblanc; enquanto a gente estava trabalhando aqui, estava comprando caneta Montblanc. Esse Ministro tem muito a vir aqui explicar, ele tem o dever de vir.

E eu ouvi a palavra do nosso colega aqui, Deputado Líder do Governo, falando: "Ah, mas a nossa assessoria não respondeu ainda". Pô! Não brinca! O povo brasileiro merece respeito, gente! A assessoria do PT – a gente tem que reconhecer – é uma das melhores assessorias que tem na Casa. Não vamos brincar com o povo brasileiro que está ali assistindo, querendo saber para onde é que foi o dinheiro dele. O Governo, tendo um pinga de vergonha, tem que trazer, tem que fazer questão de trazer... O Ministro da Previdência tem que vir, Wolney Queiroz precisa vir.

Então, Sr. Presidente, antes de fazer a pergunta para o Sr. Artur, que pediu para não vir aqui – e o Ministro André Mendonça corretamente disse que tinha que vir – e não fez o juramento da verdade – para mim, perdeu muito com isso, mas faz parte –, eu tenho recebido mensagens aqui de pessoas. Olha, por exemplo, esse senhor aqui, o Sr. Pedro, de Goiás, recebeu o meu telefone aqui e passou:

Sr. Senador [aí fala que está acompanhando e tudo], é a respeito do seguro que é cobrado nos empréstimos consignados, são valores fora da realidade. Suponho que se trata de uma situação anormal; uma análise imparcial, com certeza, vai demonstrar isso. É um absurdo. Espero que não seja mais um assalto aos aposentados.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gato escaldado tem medo de água fria. O que tem de gente endividada até as próximas gerações com essa coisa do consignado. A gente precisa avançar nisso, Sr. Presidente.

Chegou aos poderosos. Está chegando em gente importante – eu vou ler aqui algumas manchetes –, por isso que estão querendo acabar com essa CPMI. Brasileiro, estão querendo acabar com essa CPMI porque chegou no andar de cima. Está claro isso! Olha aqui: "Escândalo do INSS. Homem de confiança de Alcolumbre recebeu R\$3 milhões de empresa investigada na fraude".

Por que não teve a prorrogação, cara pálida? Por que não teve a prorrogação? A gente tem que ir ao STF para pedir. Ainda bem que caiu com o Ministro André Mendonça. Tenho muita confiança de que vá prorrogar. É isso que o povo brasileiro espera.

Na hora que está chegando ao andar de cima, aí para? Não pode, não pode. É lamentável que o PT não tenha assinado a prorrogação, porque eu vejo, aqui, que nós temos que quebrar sigilo, temos que fazer... Vamos quebrar! Vamos quebrar!

Eu mesmo entrei, quando o Fabiano Zettel, que era ladainha que vinha se dizendo aqui... Eu entrei lá na CPI do Crime Organizado e aprovamos o requerimento da quebra de sigilo – eu entrei. Então não tem justificativa, mas tudo bem, é uma opção que o PT faz: "Não quero mais; não quero mais essa CPMI"; mas por quê? Não está com a razão? Não está dizendo que a culpa é do Governo anterior? Se tivesse razão isso, eles queriam continuar.

Porque eu participei, aqui, de uma CPI, Presidente, que foi a da covid, lembra? Da pandemia. Aquela arruaça que foi feita, palanque político em cima de túmulo de gente morta. Não deixaram a gente investigar Governadores e Prefeitos, não. E o requerimento para dar origem àquela CPI era meu. Eles blindaram. Eles são blindadores. O Ministro Dino disse que eram os vingadores; eles são os blindadores. Eu não sei como é que o Sr. Artur está aqui. Passou batendo, foi? Porque eles blindaram os bancos tudinho. Eu nasci para ver o PT blindar banco; e blindaram. E o Sr. Artur está aqui. É por isso que a gente não pode perder essa oportunidade; e eu vou lhe fazer pergunta.

Mas, aqui, olhem: "PF apontou que mudança de Lulinha ao exterior poderia ser 'evasão do País' por investigação do INSS"; "Roberta Luchsinger recebeu R\$2,2 milhões de pivô de esquema com Juscelino Filho" – chegando a andar de cima, de ex-Ministro. Está aqui, olhem, ligada ao PT.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Preso pela Polícia Federal tem contrato no Ministério da Defesa", gente, no Governo Lula – começou em 2023. Esse cara é do Ceará e movimentou quase um bi – "b" de bola e "i" de índio – do Ceará. Isso é o quê? Que Governo é esse?

"Banco Master paga empresa de nora de Jaques Wagner." É por isso que querem acabar com essa CPMI, gente. Acordem! Vai vendo, Brasil, como diz o Senador Marcos Rogério também. Então, assim...

"Defesa de Lulinha admite viagem a Portugal a convite [de quem? De quem?] do Careca do INSS", que é aquele que está na foto. Stefanutto está preso.

Aliás, essa CPMI... Presidente, o senhor está de parabéns, e o Deputado Alfredo Gaspar também. Encheram de orgulho, encham de orgulho o Brasil, e de esperança. Treze pessoas presas, e foi, coincidentemente, quando começou o trabalho aqui, de jogar luz nessa sombra, nessas trevas.

Olhem aqui outro – chegou ao andar de cima, galera –: "Ganhando R\$3 mil, ex-assessor de Hugo Motta movimentou R\$3,1 milhões [...]" – está aqui!

Ministro André Mendonça, o Brasil espera do senhor que a gente possa continuar o nosso trabalho; e o senhor está de parabéns hoje, por ter mantido, aqui, um banqueiro para vir aqui, porque o da Leila Pereira foi terrível, do seu colega Gilmar Mendes – foi feio demais.

Mas a pergunta que eu faço: dos mais de 6 milhões de contratos ativos do consignado de vocês, qual o índice de seguro prestamista nesses contratos, Sr. Artur?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO (Para depor.) – Esse tema específico, Deputado, está sendo tratado na Justiça, então eu vou guardar o devido...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor não pode dar uma dica para a gente?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Não responderei a essa pergunta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – É o dinheiro da população.

(Soa a campanha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – É interesse do brasileiro que está lhe assistindo aí.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Esse tema específico está sendo tratado na Justiça, então eu vou me reservar o direito de permanecer calado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E qual o índice de clientes que solicitaram o uso desse seguro? O senhor pode responder qual o índice?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O banco não é o administrador do produto em si. O banco só comercializa esse. Os dados sobre uso ficam nas empresas que...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Os senhores fazem o *modus operandi*, né? Os senhores fazem com os "pastinhas", como são chamados os encarregados, não é isso? Os senhores... Os correspondentes, né? Os senhores fazem aqueles eventos, aqueles eventos para apresentar a empresa, para conhecê-los, para dar metas. Como é que funciona esse trabalho de captação com relação a esses encarregados que trabalham para vocês?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Eu vou fazer só um apontamento importante: o seguro que a gente vende é o seguro de vida, em nada tem a ver com o seguro prestamista. Por que que eu digo isso? Porque a gente sabe da vedação legal sobre venda de seguro prestamista. O seguro que a gente faz é seguro de vida. Seguro prestamista é um seguro que cobre, basicamente, o próprio empréstimo em caso de óbito. Seguro de vida, se acontecer alguma coisa, o familiar vai ganhar o recurso financeiro daquilo. Em nada o banco vai receber o dinheiro em si.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Acabou o meu tempo. Acabou o meu tempo, mas eu deixo uma pergunta, Presidente, se ele puder responder...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Como é que são esses eventos que vocês fazem, que pegam centro de convenção, ou pegam um espaço menor, para apresentar a empresa, dar metas para esses correspondentes, que são os "pastinhas" conhecidos? Como é que funciona essa relação entre vocês? Porque ficou um vácuo muito grande aqui.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – O único evento que o C6 Consignado faz é um evento de premiação, e premiação em troféus. Não existe prêmio em dinheiro, não existem viagens, não existe absolutamente nada nesse evento.

Como eu disse anteriormente, não são estabelecidas metas para os correspondentes. Os correspondentes, se eles quiserem vender um único contrato no ano inteiro, não há nenhum problema com isso. E o evento é exclusivamente para uma finalização de ano em si.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Troféus?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Troféus.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estão encerradas as inscrições e falas.

Relator Alfredo Gaspar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Excelência, posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não está inscrito, Excelência. Não está inscrito, Excelência.

Obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, diante da covardia, eu não podia me furtar a estar aqui de volta. Mas, antes, eu gostaria de passar aqui.

Olha...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Voltou a foto?

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu voltei a foto, não. Eu voltei à mesa do Ministro da Previdência Social diante de uma organização criminosa. Pouquíssimos aqui se salvam – pouquíssimos!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Presidente, eu gostaria de deixar a minha indignação pela ausência, pela oitava vez, do Sr. Ministro da Previdência Social. Se não deve, não precisa temer! O Lupi esteve aqui, mas o Lupi foi demitido!

Eu quero ouvir o Ministro da Previdência Social, que recebeu, no Ministério da Previdência Social, o crime organizado – o crime organizado –, com raras exceções aqui.

Olha quem ele recebeu: Virgílio. Onde está Virgílio? Preso.

Olha quem ele recebeu: Careca do INSS. Onde está? Preso.

Olha quem ele recebeu: André Fidelis. Onde está? Preso.

Esse Leandro aqui recebeu R\$50 mil, assessor do pai do Ministro. Nós precisamos ouvir o Ministro. Não podemos mais esperar convite, tem que colocar em votação a convocação.

Passa aqui.

Sr. Presidente, eu vi que Deputado representou V. Exa. no STF. Isso é a vingança do sistema contra quem está agindo corretamente. Esses X9, que muitas vezes plantam *fake news* e têm que desmentir, não têm a coragem – não têm a coragem – de mostrar que um bandido como o Vorcaro pagou R\$11 milhões para familiares de Jaques Wagner, Líder do Governo Lula aqui no Senado Federal. Jaques Wagner deve se sentar aí para prestar depoimento.

Passa.

Olha, eu quero saber quem teve ou deixou de ter, mas falaram muito bonito sobre o indício do Master, mas se esqueceram de dizer que o atual Presidente da República recebeu quatro vezes, no Palácio do Planalto – no Palácio do Planalto...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – O senhor está mentindo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... o Sr. Vorcaro. Vorcaro. E o pior: fora da agenda presidencial. O que um mafioso – o que um mafioso – tem a ver com o Presidente da República?

Mas, senhores, vamos falar de fatos, fatos verdadeiros. O Presidente Viana hoje foi alvo de ataques covardes de forma reiterada. Eu vi um Deputado aqui: "Presidente, as suas emendas...",





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

processado por improbidade administrativa. Vi um Deputado cometendo crime ambiental, e vem cantar de galo para cima de um homem decente como o Presidente Viana. Presidente, não baixarei a cabeça nem calarei a minha voz. Chega de narrativa mentirosa! Voltaram os bombardeios direcionados para o senhor, porque o senhor não tem atendido a interesses escusos, mas o seu escudo, que é Deus, e o compromisso com a sociedade... Vamos levar esta CPMI até o final.

Mas dizer aqui: está vendo esse cidadão que está aqui, Presidente do C6? No dia 4 de dezembro, eu pedi a convocação dele, e muitos que estão aqui, com a voz da moralidade, agiram como advogados de defesa e não deixaram ele comparecer. Hoje está aqui porque foi negado o *habeas corpus*, mas aqui está cheio de advogado do sistema financeiro. É uma verdadeira vergonha, é uma verdadeira falta de compromisso com a sociedade.

Eu vejo tanta gente dizendo "Há banco ganhando muito dinheiro", mas ali no escurinho do cinema trancado, quer não a convocação de banco – eu vi a pressão e os pedidos de perto. O C6 está aqui presente porque foi uma votação simbólica, reconhecida pelo Presidente da Casa como correta; mas lá, quando a gente se sentou para decidir quem vinha depor ou não vinha depor, o C6 foi bravamente defendido para não estar aqui. Então, hoje o C6 está aqui e não pode ser penalizado como o único representante do sistema financeiro; não é justo. O C6 está aqui, mas aqui está faltando o Santander, que também foi blindado; está faltando o PicPay, que ganhou um conjunto de normas sob medida – foram milhões de reais. O Sr. Batista, eu fiz a convocação dele aqui e foi blindado.

Olha, tá... Hoje, nós temos a prova de que não podemos deixar de fora os outros nove bancos para prestarem depoimento. Eu reconheço uma coisa: o senhor não teve o tratamento VIP do STF que outros banqueiros estão tendo. E nós, reconhecendo isso, jamais vamos imputar responsabilidade só para o senhor, esquecendo os demais. Quem praticou a atitude correta está tranquilo; quem não praticou, pouco importa para mim se vem depor, ou deixa de vir depor, tem que estar na mesma linha de atuação.

Então, eu queria dizer, Sr. Arthur, que V. Sa. realmente se expôs mais. Se expôs mais porque foi obrigado a comparecer, mas os outros nove, que não compareceram, serão igualmente lembrados no relatório, ninguém vai ficar esquecido. A Sra. Leila Pereira, da Crefisa, que ganhou





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

25 dos 26 lotes, que está com uma série de procedimentos incorretos no INSS, em que aposentado e pensionista estão sendo prejudicados, jamais será esquecida no relatório, não tem como. Ela pode ganhar mil *habeas corpus* para não vir depor, mas vai ser item por item lembrado. O PicPay, podem blindar, vai ser lembrado. Santander e companhia: vocês podem ter uma vitória momentânea, mas nós iremos discorrer sobre a atuação de cada uma dessas instituições financeiras.

Eu só não lhe dou os parabéns – porque o senhor compareceu – porque o senhor também está aqui porque foi forçado a estar, pediu muito para não estar presente. Mas tem duas perguntas que eu preciso fazer ao senhor. Aquele gráfico que eu apresentei no começo. (*Pausa.*)

É esse gráfico aqui.

O senhor saiu de 10 mil contratos – olha, 10 mil contratos – para 6 milhões de contratos.

Pergunta que eu esqueci de falar ao senhor: qual foi a estratégia comercial do Banco C6 para esse salto gigantesco, de 10 mil para 6 milhões?

É uma pergunta simples. O senhor foi para o C6 para fomentar o consignado, e o senhor conseguiu.

Por favor, nos diga qual é a estratégia comercial.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Deputado, eu tenho 20 anos de experiência no mercado de crédito consignado...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – ... para aposentados e pensionistas do INSS. Basicamente, a gente colocou uma operação no ar. O C6 Bank e o conglomerado nasceram em 2019, como aqui foi dito, mas trouxeram inúmeros profissionais com alta experiência deste mercado de crédito consignado de INSS.

O banco o qual eu represento conseguiu, de fato, atingir o volume de operações que hoje... Aliás, me perdoa, até dois dias atrás, se não fosse uma suspensão unilateral do INSS – da qual a gente discorda e entrou na Justiça sobre essa suspensão –, a gente continuaria líder na concessão de empréstimos consignados a aposentados e pensionistas do INSS.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor não respondeu à pergunta que eu lhe fiz. Se o senhor não quiser responder, o senhor não responde.

Qual foi a estratégia comercial para esse aumento tão exponencial?

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – A estratégia está ligada a muito uso de tecnologia. Nós somos um banco digital e isso é a raiz da nossa essência. Como eu disse, nos últimos três anos, nós não figuramos entre as dez instituições mais reclamadas em reclamação. Isso denota que a satisfação do cliente nas operações do C6 Consignado é óbvia. A gente ficou, como eu disse, em décimo quarto, salvo engano, décimo quinto e depois décimo segundo... décimo quarto de novo em reclamações.

Quando você olha o índice que a Febraban apresentou das reclamações sobre não reconhecimento, foram apenas 483 reclamações, salvo engano, para 5,5 milhões de contratos ativos. Isso denota a qualidade da prestação de serviço, e, com qualidade de prestação de serviço aliada a tecnologia e processo, os clientes escolhem o C6 do outro lado para poder fazer o seu empréstimo consignado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, eu não sei se estou compreendendo errado. Eu só queria saber qual foi... não estou falando de qualidade, eu quero saber qual foi a estratégia comercial para esse aumento exponencial.

O SR. ARTUR ILDEFONSO BROTTTO AZEVEDO – Essa estratégia é muita tecnologia, Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, está ótimo.

Com esse aumento exponencial... Olha, esse aumento exponencial...

Agora, passa a reportagem aqui. Aqui, eu peguei umas cinco ou seis, tudo de ação judicial contra o C6 e ação coletiva. Mas passa mais uma. Mas nessa última aqui... essa veio parece que por encomenda.

A estratégia comercial dos senhores, a estratégia comercial, para mim, está muito clara: os senhores ampliaram essa malha de captura de cliente em detrimento da segurança jurídica, da ética e do compromisso com o aposentado e pensionista, chegando a R\$300 milhões.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz questão de vir, Presidente, por dois motivos.

Para dizer, Presidente, que a jornada está sendo dura. O senhor aguentou firme, com equilíbrio e decência. Operou um câncer, venceu a morte e está levando pancada porque está agindo corretamente. Presidente, quando eu ouço algumas pessoas falando em nome da moral, e vendo o passado, dá vontade de vomitar. A partir de agora, cada ataque vai ter uma resposta com um dossiê completo do elemento. Faço questão, para deixar claro, Presidente, para a gente separar o joio do trigo! A vagabundagem não vai falar mais alto, seja quem for. Chega de perseguição e mentira! Chega! Cansei. Presidente, enquanto Relator, eu vou defender a nossa honra aqui, mostrando quem fala da boca para fora e quem fala com as atitudes da vida. Chega de mentira e covardia!

Segundo, o senhor entrou aqui como testemunha. Se depender de mim, o senhor sairá como investigado. Muita coisa ficou em aberto. O C6 em nada se diferencia das associações que foram criadas e ousaram roubar aposentados e pensionistas. Botem a mão na consciência e devolvam o dinheiro dos aposentados e dos pensionistas! Apesar dos empregados de um sistema financeiro na CPMI, ainda tem Parlamentares com honra para exigir o cumprimento da lei! Pode ser o C6 ou qualquer outra instituição financeira. O dinheiro desviado de aposentados e pensionistas tem que voltar para o bolso do povo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Estão encerradas as falas.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Por favor, encerrada...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Eu peço desculpas, Excelência, mas eu vou terminar com os Líderes aqui e vamos encerrar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Sr. Presidente, eu sou membro... Encerrou e eu não estou inscrito, quer dizer, eu sou o último.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois é, Excelência...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – E todo membro de uma CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas nós temos uma regra de inscrição, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Mas a regra de CPMI, de CPI é que você tem inscritos, você tem os suplentes e, no final, dá a palavra por três minutos a quem não está inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Não houve esse acerto aqui desde o início da CPMI, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Não, V. Exa... Eu não estou pedindo nem benevolência, eu estou pedindo o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não está no Regimento isso, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Não estou pedindo benevolência. E normalmente são três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, hoje eu vou pedir...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu vou pedir ao Sr. Presidente aqui de Belo Horizonte: o senhor me concede, senhor?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – É para quem está inscrito...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Ah, tá. Você concede, Lindbergh? Porque agora você é o Líder.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

Nós vamos ao tempo da... O senhor vai usar o tempo da Liderança, Excelência?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – É o quê?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O tempo da Liderança.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – O senhor não vai me dar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Hoje eu não vou conceder o tempo a V. Exa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Não vai deixar eu falar sobre os ladrões?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Hoje...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Dos que roubam aposentados eu não vou falar hoje?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Hoje eu peço vênia e perdão a V. Exa., mas nós vamos dar sequência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – V. Exa. não vai deixar eu falar sobre o STF para que não dê *habeas corpus*...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... a fim de que o indivíduo venha prestar depoimento? O senhor não vai me deixar falar isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. tem todo o direito de falar...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – V. Exa. não vai deixar eu falar hoje?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Está bom, porque, se eu fosse falar, eu ia dizer que essa raça que rouba aposentado – se eu fosse falar – é um monte de ladrões, seja banqueiro, seja intermediário, seja lobista do porte de Alexandre de Moraes, assassinos de honra e da vida daqueles que nem podem comprar remédios. Mas como eu não posso falar hoje, eu reafirmo que são ladrões.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu ainda tenho muito o que aprender... (*Risos.*)

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pelo tempo da Liderança, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, eu não pretendia usar o tempo da Liderança. Mas, infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Marquem o tempo. Isso. Cinco minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... diante de uma mentira repetida aqui pelos Parlamentares que me antecederam, eu sou obrigado a falar, porque eles demonstraram aqui não ter nenhum compromisso com a verdade. São mentirosos contumazes, sem nenhuma preocupação com a verdade.

Coloca na tela, por gentileza, lá, o meu pedido.

Só que agora há pouco isto aqui foi postado lá, Sr. Presidente: "Vorcaro esteve no Planalto quatro vezes e teria falado [...]". O repórter ainda foi mais cuidadoso, falou "teria". Mas os Parlamentares não tiveram nenhum cuidado com a verdade, e afirmaram aqui que o Presidente Lula teria, em quatro oportunidades, se reunido com o Sr. Vorcaro para tratar de assuntos do Banco Central. Isso é mentira, Presidente! Isso é uma mentira que tem sido repetida. Inclusive, Sr. Presidente, esses Parlamentares sequer tiveram o cuidado de analisar a agenda do Presidente da República, que é pública.

Esse indivíduo esteve no Palácio do Planalto no dia 04/12/2023, e o Presidente estava na Alemanha, Sr. Presidente. Numa outra oportunidade, ele esteve lá dia 1º/03/2024, e o Presidente estava na reunião da Celac, em São Vicente e Granadinas. E na outra oportunidade em que ele esteve lá, às 17h29 do dia 03/04/2024, o Presidente estava na Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É mentira! E eu quero aqui desmentir os Parlamentares que, sem nenhuma preocupação com a verdade, vieram aqui e mentiram para o povo brasileiro, tentando criar um vínculo que não existe entre o Presidente Lula e este banqueiro criminoso do Banco Master.

É verdade – e foi reconhecido – que, numa oportunidade, teve uma agenda. E é verdade também – porque é público o que foi dito por esse indivíduo – que questões técnicas envolvendo o Banco Central devem ser tratadas com o Banco Central. E o Presidente Lula recebeu esse banqueiro, como recebeu dezenas de banqueiros e empresários do Brasil. Agora, imputar ao Presidente Lula ter recebido em agendas quando ele sequer estava no Brasil é algo muito grave que nós não podemos, Sr. Presidente, tolerar e ficar calados diante dessas mentiras, que são repetidas aqui como se fossem verdade.

O povo brasileiro já sabe: não foi na conta da campanha do Presidente Lula que o Sr. Daniel Vorcaro botou milhões de reais.

Não foi na conta do Presidente Lula, Sr. Presidente. O Sr. Daniel Vorcaro e o seu cunhado Zettel colocaram R\$5 milhões na conta do Bolsonaro e do Tarcísio de Freitas. Foram os maiores... As maiores contribuições individuais da campanha do Bolsonaro e do Tarcísio foram feitas pelo Sr. Zettel, cunhado e braço direito do Vorcaro.

Não foi para a campanha do Lula, Sr. Presidente, que o Sr. Vorcaro disponibilizou o seu avião. O Deputado Nikolas Ferreira percorreu o Brasil fazendo campanha para o Bolsonaro, Sr. Presidente, com o avião do...

(Intervenção fora do microfone.)

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Desculpa aí, Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, foi o avião do Vorcaro que carregou o Deputado Nikolas Ferreira pelo Brasil para fazer campanha para o Jair Bolsonaro.

Sr. Presidente, foi o Campos Neto, Presidente do Banco Central do Bolsonaro, que permitiu que o Banco Máxima virasse o Banco Master e que esta bandalheira acontecesse sem que o Banco





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Central fizesse nada. E foi agora, quando mudou o Presidente do Banco Central, quando o Galípolo, indicado pelo Presidente Lula, teve coragem de enfrentar essa bandalheira.

E não adianta o Vorcaro nem ninguém mandar recado e ameaçar Haddad ou qualquer outra pessoa, porque estão falando com as pessoas erradas, e este Governo não vai se omitir de fazer aquilo que é certo, Sr. Presidente.

Portanto, os Parlamentares tinham que ter, no mínimo, o cuidado de analisar a agenda oficial do Presidente para não mentirem da forma descarada...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... e irresponsável como mentiram aqui hoje, tentando vincular o Presidente Lula, em dias, inclusive, em que ele estava no exterior, como se ele estivesse reunido com esse indivíduo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Deputado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente. Cinco minutos, Excelência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, eu fico ouvindo o discurso do Governo... Eu acho que eles estão vivendo em outro planeta. Quem fala que o Presidente Lula recebeu quatro vezes fora da agenda são os jornalistas. Ora, se é mentira, como eles estão falando, processaram o jornalista? Não. Sabe por quê? Porque é mentira deles. O jornalista tem fonte. Está aqui, ó. É pior! Jornalista afirma: "disse Vorcaro sobre reunião com Lula, ministros e Galípolo", "Foi ótimo" – abre e fecha aspas. A reunião foi boa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – No celular do Vorcaro.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Está aqui no celular do Vorcaro.

Ora, quem é a jornalista? Natália Portinari. Ei, processaram a Natália? Não. Aí quer vir aqui falar que é mentira. Sabe por quê? Quer enganar você, aposentado e pensionista.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem recebeu quatro vezes fora da agenda? Está aqui: é o "descondenado" Presidente da República, o Lula – eu não gosto de falar o nome, mas já falei; está dito.

Quer mais? Está aqui, ó – se querem processar e querem dizer que é mentira –, CNN, jornalista Pedro Teixeira: "Lula esteve com Vorcaro em encontro fora da agenda em dezembro de 2024". Processaram o Pedro Teixeira? Não! Não!

Aí vêm aqui para a CPMI, querem enganar o coitado do aposentado e pensionista roubado, saqueado por essa quadrilha que tem acesso ao Palácio do Planalto, com Lula. E aí vêm para cá para fazer isso?

Aí tem mais. Vamos lá, vamos lá, tem mais.

Guilherme Grandi, da Gazeta do Povo: "Vorcaro esteve no [...] [Palácio] quatro vezes e teria falado com Lula sobre venda do Master". Processaram o Guilherme Grandi? Não. Então, vir aqui com essa falácia de querer desqualificar até a imprensa agora? Não eram tão defensores da democracia, agora vão atacar a imprensa? Então, processem os jornalistas. Se não estão processando, é porque, para mim, é verdade.

Eu termino os dois minutos com o Deputado que não pôde falar, coitado. Ele é da oposição e eu dou os minutos restantes para ele.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. Pela ordem.) – O Senador... O Deputado Sóstenes foi muito assertivo. A imprensa... As escamas dos olhos caíram, como aconteceu com o Saulo. A imprensa virou Paulo agora, de olhos abertos, já não mais acoberta e passa pano. Aquele espírito de flanelinha que a imprensa tinha com eles acabou. Eles agora estão falando a verdade. Processa a Malu Gaspar? Alexandre de Moraes, vai lá, manda a sua milícia prender a Malu Gaspar, faz isso!

Vorcaro disse que Lula chamou três ministros, e a frase é: "Foi forte". Esses três ministros não falam nada, não se manifestam. Eu sei que o meu amigo aqui fica defendendo e os caras ficam calados; ele bota a cara na reta, porque eu o conheço, é de briga mesmo... Eu até gostei que trouxeram ele para cá, porque a gente está acostumado, passamos oito anos aqui juntos no





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

embate, o nosso querido... Eu não vou falar o nome, mas que gosta de um art. 14, rapaz (*Risos.*), eu não gosto...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Não, não vou falar não, senão ele vai apimentar...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... o negócio aqui.

E, veja, por que esses Ministros não se apresentam e dizem: "Não, senhor, eu não fui!", falar igual à Vera Verão: "Êpa! Eu não!". Estão caladinhos, e o Parlamentar é obrigado a botar a cara na reta, ficar exposto em recorte, e daí eles caladinhos na mansão, porque moram tudo no Lago Sul... É sacana.

Vixe, falei um palavrão, não é? Desculpe aí, mas, diante de ladrão, sacana...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Não, falei foi "sacana" mesmo. Não tire, não, das notas, não, minha palavra, não.

Então, Sr. Presidente, ninguém se apresenta para dizer: "Não fui eu, não foi..."; agora, Vorcaro tem no ar um som, que vai ficar muito alto, de que essa dinheirama do Grupo Master... Vorcaro é um laranja que lava dinheiro que vem de Portugal.

Não vou adiantar mais, mas vocês vão ver o tamanho das pernas desse povo, o tamanho do crime. Nós não vimos nada ainda. Estava vindo aos poucos, são 200 bilhões.

Joga aí, está no ar. Está no ar. Está no ar.

Olha, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – O que eu espero do Supremo Tribunal Federal?

Eu disse a um ministro, com todo o respeito, da Suprema Corte... Tive a disposição de pedir para me receber. Fui a esse ministro, que eu não vou dar o nome, e disse: "O Senador Viana tem





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

o seu tamanho, a sua estatura. Eu posso não ter anel de formatura no dedo, ministro, mas de CPI eu entendo".

Esse instrumento...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... esse instituto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele vai encerrar, Excelência. Vamos deixar terminar o raciocínio.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Esse instituto...

Não apimenta, não; deixa eu só encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu vou encerrar.

Esse instituto... Na verdade, esse instituto não pode ser violado, porque, se um bandido recebe uma carta de alforria para ir para a piscina enquanto a gente se digladia aqui, se expondo, ele está rindo de nós e zombando do aposentado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – "Então, Sr. Ministro, aquele aposentado – que possivelmente seja da sua família – está sendo zombado por esse que ganhou o *habeas corpus* para não vir aqui". Não é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu não tenho tempo para indagar o dono do Banco...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... C6. Não é? Mas não há ninguém diferente nesse metiê, todos são iguais.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha solidariedade a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... à sua coragem e disposição. Tenha certeza de que V. Exa. não está só.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – E cada golpe terá contragolpe. Sabe?

Aqui é como nas artes marciais: a toda ação vai corresponder uma reação. A única coisa importante é que pressão se responde com pressão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – E é assim que nos vamos praticar. V. Exa. conte conosco.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, os 5 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Para discursar.) – Estão encerradas as falas, estão encerradas as falas.

Sras. e Srs. Parlamentares, povo brasileiro, hoje esta tribuna não é apenas um espaço de fala, é um espaço de responsabilidade histórica com o Brasil.

Nas últimas 48 horas, a nação assistiu a uma sequência de fatos que não podem ser tratados como episódios isolados. Eles revelam um cenário que exige clareza, firmeza e posicionamento deste Parlamento e é isso o que esta Presidência vem fazer.

No curso regular das investigações desta CPMI, foi realizada, por meio do sistema Citel, uma solicitação formal às empresas de telefonia. O objetivo era simples e técnico, confirmar a titularidade de um número telefônico citado na quebra de sigilo do banqueiro Daniel Vercaro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A resposta veio oficialmente e é grave: o número está vinculado ao Supremo Tribunal Federal. Isso não é interpretação da minha parte, isso é informação oficial desta CPMI.

Diante da resposta, esta Presidência adotou o caminho correto: determinou o envio de ofício ao Diretor-Geral do Supremo Tribunal Federal, responsável pela gestão administrativa da corte, para que informe quem era o titular da linha no momento da comunicação descoberta pela Polícia Federal e que esteve em mãos desta CPMI até a decisão de serem retirados os documentos. Sem especulação, sem prejulgamento, com responsabilidade, mas com firmeza, porque o que está em jogo não é um detalhe técnico, é a necessidade de esclarecer se houve contato entre investigado desta CPMI e alguém vinculado a uma das mais altas instituições da República. Isso precisa ser explicado. O povo brasileiro exige respostas.

Hoje também ouvi aqui uma série de discursos e acusações contra esta Presidência. Ouvi discursos graves de pessoas que não têm o menor passado limpo para que possam fazê-lo, mas respeitei a palavra de todos eles. E quero deixar aqui muito claro: os dados todos estão à disposição. Como pessoa pública, eu aceito responder a qualquer tipo de pergunta sobre o meu trabalho, com legalidade, documentos a serem apresentados e uma verdade objetiva.

Diante disso, eu coloco, com muita clareza: não haverá silêncio em nenhuma das manifestações.

Eu fui eleito pelo povo. Não fui... Ao Senado, não cheguei aqui por indicação. Minhas ações são públicas, rastreáveis e submetidas à lei. Não há qualquer irregularidade na minha atuação. E isso não é opinião, é fato. A Constituição é clara também.

Eu espero, com sinceridade, que tudo o que foi colocado tenha sido uma provocação republicana, porque, em se tratando de represálias às minhas falas como Presidente desta Comissão no Senado da República, eu quero deixar aqui, àqueles que esqueceram do dever constitucional: o art. 53 garante a inviolabilidade parlamentar; o art. 2º estabelece a independência entre os Poderes. Esses limites não são negociáveis e não serão relativizados por esta Presidência.

Nas últimas horas, o Brasil assistiu a decisões que impactam diretamente esta Comissão e o relacionamento entre Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal. Depoentes sendo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispensados, limitações sendo impostas, restrições que não existiam até então. Isso precisa ser dito com clareza. Não se trata de um caso isolado. Estamos diante de um padrão e todo padrão cria precedente. Precedentes, quando consolidados, mudam o funcionamento das instituições. Se isso não se normaliza, nenhuma CPI no Brasil terá autonomia real.

Nós respeitamos e eu respeito o Supremo Tribunal Federal, mas respeito não é submissão. Harmonia não é abdicação. Cada poder tem seu papel e o papel do Parlamento é o de investigar. A Constituição não deixou isso em aberto. Foi objetiva: CPIs têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Isso não é simbólico. Isso é garantia constitucional. Quando se impede uma oitiva antes mesmo de ela acontecer, não se está controlando; se está limitando. Quando se antecipa um juízo, não se está protegendo; se está interferindo.

Essa CPMI não investiga um tema abstrato. Estamos falando de aposentados, de pensionistas, de pessoas que trabalharam a vida inteira. Pessoas simples, vulneráveis confiaram no sistema e foram lesadas. Isso não é apenas irregularidade administrativa, é uma violação moral. E talvez seja exatamente por isso que começam as tentativas de interrupção, porque essa CPMI não ficou no discurso. Ela produziu resultados.

E a estratégia, senhores, ao longo das grandes investigações a que o Brasil assistiu, sempre foi a mesma. Primeiro, tentar-se colocar nessa Presidência uma pessoa amiga. Nós já tínhamos colegas dando entrevistas como Presidentes pré-eleitos e Relatores. Não conseguiram. Se esperavam um Presidente omissos, se enganaram. Se esperavam um Presidente que não tinha coragem de enfrentar uma investigação como essa, estão mais enganados ainda.

O segundo passo é tentar desqualificar as provas. Não foram poucos os Parlamentares que deram entrevistas, dizendo que essa CPMI não chegaria a lugar nenhum.

que deram entrevistas dizendo que essa CPMI não chegaria a lugar nenhum. Se enganaram, senhores.

O terceiro passo, agora, é tentar desqualificar os investigadores e, especialmente, os que presidem esta CPMI, mas os resultados é que mostram claramente: 21 pedidos de prisão aprovados; 12 investigados, ou melhor, 14 investigados ainda presos; bilhões sendo rastreados; estrutura de fraudes sendo desmontadas; patrimônios incompatíveis expostos; e mais, durante





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

depoimentos, esta Presidência determinou a prisão em flagrante por falso testemunho cinco vezes. Isso nunca aconteceu, nessa dimensão, no Congresso. Isso é uma amostra, senhores: aqui não há espaço para mentira.

O pedido de prorrogação desta CPMI cumpre todos os requisitos: tem assinaturas suficientes, tem respaldo regimental e, ainda assim, não foi respondido pela Casa. E, nesse caso, o silêncio não é neutro. O silêncio paralisa, o silêncio protege, o silêncio cobra um preço institucional. Diante disso, recorreremos ao Supremo Tribunal Federal, cuja função é fazer com que a Constituição seja cumprida, e não interferência nos trabalhos do Congresso. Não por estratégia política, mas por necessidade.

Deputados, Senadores, Senadoras, este é o momento de escolha: o Parlamento vai exercer seu papel ou vai aceitar limitações? Vai investigar ou vai recuar? Porque quando o Parlamento recua, alguém avança. E quando alguém avança sobre o Parlamento, quem perde é o povo. Se alguém esperava recuo, da minha parte não haverá.

Esta CPMI seguirá com responsabilidade, com equilíbrio, mas com a firmeza que o povo espera de todos nós. Porque o compromisso desta Presidência não é com conveniência, é com a verdade. O Brasil não precisa de silêncio, precisa de coragem, mas também não precisa de versões, precisa de fatos. Não precisa de contenção da verdade. Muitos discursos são feitos aqui, mas não se sustentam diante da realidade. O Brasil precisa de revelações.

Esta CPMI vai até o fim. Porque quem trabalhou a vida inteira merece respeito e quem foi lesado merece justiça. Esta Presidência respeita os aposentados brasileiros. Eu e o Relator respeitamos o povo brasileiro e estamos imbuídos de uma função que nós não vamos abrir mão, nós vamos cumpri-la. Justiça não pode ser seletiva, e é isso que a nação espera de todos nós, e eu espero, também, que todos os Parlamentares caminhem juntos nessa determinação pelo povo brasileiro.

Muito obrigado, senhores.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos – inclusive do Sr. Artur Idelfonso, muito obrigado, e do Sr. Daniel Bialski, o advogado – e convido a todos para a próxima





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião, a ser realizada segunda-feira, 23 de março, 4h da tarde, para as oitivas previstas de Rodrigo Assumpção, Presidente da Dataprev, e Martha Graeff, ex-noiva de Daniel Vorcaro.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 03 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1323, DE 2025 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE FEVEREIRO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia três de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Sidney Leite e Josenildo, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1323, de 2025 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Carlos Viana, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Jorge Seif, Beto Faro, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Mecias de Jesus, Henderson Pinto, Albuquerque, Raimundo Costa, Fausto Jr., Cleber Verde, Jadyel Alencar, Rodrigo Gambale, Dilvanda Faro, Padre João, Dr. Francisco e Márcio Honaiser, e ainda dos Parlamentares Fabiano Contarato, Carla Dickson, Paulo Paim e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Efraim Filho, Omar Aziz, Angelo Coronel, Cid Gomes, Carlos Portinho, Weverton, Dr. Hiran, Geraldo Mendes, Doutor Luizinho, Sóstenes Cavalcante, Alberto Fraga, Pedro Uczai, Neto Carletto e Marcel van Hattem. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição.** **Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Realizada a 1ª Reunião da Comissão Mista. A Comissão é instalada, sendo eleito o Deputado Josenildo para Presidente e designados Relator o Senador Beto Faro e Relator-revisor o Deputado Sidney Leite. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Josenildo

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1323, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2026/02/03>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. Bloco/PSD - AM. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.323, de 2025.

Saúdo a todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

Instalação e eleição.

De acordo com a Resolução 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há um acordo de lideranças para a eleição da mesa, tendo sido indicado para Presidente o Deputado Federal Josenildo, nosso candidato lá do querido Amapá.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação. Podemos? *(Pausa.)*

Os Parlamentares que concordam com a eleição do Deputado Federal Josenildo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleito o Deputado Federal Josenildo para presidir esta Comissão Mista da Medida Provisória 1.323, de 2025.

Passo a Presidência da Comissão ao Deputado Josenildo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Boa tarde. Boa tarde a todos os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras presentes.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer aos pares pela nossa eleição para presidir esta Comissão da medida provisória que trata dessa atividade de pescadores artesanais, que é muito importante para nossa economia, para a segurança alimentar dos alimentos que põem na nossa mesa.

Eu me sinto muito honrado e agradeço também à pessoa do Presidente Hugo Motta pela indicação como membro da Câmara de Deputados.

Indico, como Relator, o Senador Beto Faro e já o convido para fazer parte da Mesa. *(Palmas.)*

Pergunto ao Senador Beto Faro, como Relator, se quer usar a palavra.

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA. Como Relator.) – Como procedimento, primeiro, é um tema que já vem sendo debatido há um bom tempo, aqui, no Congresso, inclusive na última medida provisória – que teve o relatório aprovado na Comissão, mas depois não foi aprovado no Plenário –, que foi a 1.303, que tratou, entre outros aspectos, dessa questão do seguro-defeso. Como você mesmo, Presidente, falou, é uma questão muito importante para nossa região, principalmente a Amazônia. Lá no Pará, o número de pescadores artesanais é... Acho que a segunda categoria maior do estado. Primeiro, os agricultores familiares; depois, os pescadores. E qualquer medida que trate dessa questão cria um impacto rapidamente nos municípios – a questão ambiental, inclusive a reprodução das espécies.

Nós estamos vivendo um momento em que meio que atrasou o pagamento do seguro, e as famílias têm que sobreviver e têm que pescar no período do seguro, né? Então, acaba que nós temos um problema grave, a que rapidamente nós temos que dar uma solução.

Nós temos até abril, mais ou menos aí para poder fechar. Nesta semana que vem e neste início dos trabalhos, semana que vem, Carnaval, essa coisa toda...

Eu sei que já tem requerimento, inclusive do Padre João aqui, que está aqui, na minha frente – está certo? E já tem requerimento para audiência pública, né?

Como também foi um tempo muito curto aqui, já estava no Congresso essa medida, mas foi rapidamente que nós acertamos essa instalação, né? Então, não tinha sido logo na primeira semana aqui a instalação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não sei, Presidente, mas a gente poderia, até de forma virtual, se for na semana que vem, ou entrar direto no pós-Carnaval, numa sessão, porque aí a gente aprovaria todos os requerimentos, porque, com certeza, mais Deputados e mais Parlamentares, Senadores, farão requerimentos aqui para a Comissão – não vai ser só esse que o Padre João estabeleceu –, e, aí, a gente organiza o trabalho e organiza para fazer o relatório dessa medida provisória, que é importante, mas vamos estar conversando, dialogando.

Agradeço aos pares, ao partido que me indicou, ao Presidente Davi Alcolumbre, a todos e estou à disposição.

Eu tenho um certo conhecimento dessa causa, porque sou agricultor, e, no Pará, muitas das pessoas se confundem: até agricultor, pescador artesanal, moram nas ilhas, nas áreas de beirinhas e acabam exercendo as duas atividades.

Então, fico muito à vontade para, junto com vocês, construir o melhor relatório possível dessa medida provisória, e que a gente possa dar o andamento necessário para esse tema.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Só lembrando que o pescador artesanal representa 70% da produção de pescado no Brasil, que vem da pesca artesanal, inclusive com baixo impacto ambiental.

Passo a palavra agora ao Deputado Sidney Leite, do Amazonas.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela sua eleição. Fico feliz, porque essa Presidência será conduzida por V. Exa., que é Deputado do Amapá, e a relatoria pelo Senador Beto Faro. São dois Parlamentares conhecedores da realidade da pesca artesanal na Amazônia e no Brasil, e eu não tenho dúvida de que, pelo perfil de V. Exas., a capacidade de ouvir, de dialogar, nós avançaremos nesse projeto que foi encaminhado para o Congresso Nacional.

Quero registrar a presença do Presidente da Confederação Nacional de Pescadores (CNPA), que se faz presente aqui, o Edivando.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente – eu conversava com o Senador Beto Faro –, Srs. Deputados e Deputadas, nós estamos vivendo uma transição; isso está no decreto. Esse relatório da atividade pesqueira necessita, hoje, utilizando o sistema do gov.br, que seja feito em duas etapas – certo? –, mas a gente sabe da dificuldade com que se dá hoje este processo, e, segundo esse decreto, ele é necessário para garantir o pagamento do seguro-defeso 2025-2026. Sem ele, o pescador não terá acesso.

Então, eu quero aqui que a gente possa construir, juntamente com o Relator, que nós pudéssemos fazer aí este pagamento de uma transição. Não que não tivesse a obrigatoriedade do gov.br, mas não em duas etapas, porque a grande maioria dos pescadores do Brasil não está conseguindo acessar e confirmar isso, por uma série de fatores. Então, eu entendo que isso tem que ser levado em consideração.

A outra questão, Deputado Josenildo – e nós discutimos isso na 303 –, é que nós sabemos da questão da constitucionalidade do acesso do pescador, ao solicitar para que ele possa ter a garantia do pagamento do seguro-defeso, mas nós não podemos deixar de reconhecer o papel das instituições, das colônias, dos sindicatos e das associações. E que, nesse texto, nós pudéssemos contemplar um cadastro que fosse no Ministério da Pesca ou no Ministério do Trabalho das instituições idôneas, bem como a sua diretoria, porque eu não tenho dúvida de que grande parte – para não dizer a totalidade –, a grande maioria das instituições de pescadores e pescadoras deste país e marisqueiros e marisqueiras são feitas por pessoas sérias, pessoas idôneas e que cumprem um papel importante.

Eu afirmo aqui: se hoje nós temos problema de fraude no seguro-desemprego, no seguro-defeso, não é em função das instituições, mas é em função de outros.

Para se ter uma ideia, segundo dados do Ministério da Pesca, quem mais acessa o sistema para requerer esse benefício não é a Confederação Nacional de Pescadores, não é colônia, não é sindicato, não é uma federação; é quem tem OAB. E por aí a gente pode ver uma divergência, certo? Por quê? Porque a grande maioria dos pescadores – e eu falo pelo meu estado – que exercem a atividade são ligados a uma instituição, são ligados a uma colônia, uma associação, um sindicato.

Então, eu trago essas duas questões, certo?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero ressaltar aqui o bom diálogo no Ministério do Trabalho, para que a gente possa melhorar o questionário, porque tem perguntas com termos e palavras que não são utilizados no cotidiano do pescador. E aí, mesmo sem intenção, acaba-se induzindo ao erro, e tenho certeza de que esse não é o objetivo do Ministério do Trabalho. Mas isso está sendo corrigido.

E, Deputado Josenildo, Senador Beto Faro, eu não tenho dúvida de que, pela capacidade de V. Exas. e pelo Colegiado de Parlamentares e Senadores que compõem esta Comissão, nós avançaremos muito nesta questão de poder inibir, com esse esforço do Governo, que é interesse de todos nós, no sentido de quem não seja pescador não acesse o sistema, não tenha a possibilidade de fraudar esse sistema, que, na realidade, é, sem dúvida nenhuma, um programa importante para que a gente possa garantir a reprodução das espécies e colocar um alimento saudável na mesa do povo brasileiro.

Obrigado.

Sucesso! Que Deus ilumine os senhores e que a gente possa fazer um bom trabalho, que corresponda não só à expectativa de pescadores e pescadoras, mas da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Sidney Leite.

Com a palavra a Deputada Carla Dickson.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Deputado Josenildo, eu quero, primeiro, parabenizá-lo pela Presidência e o Senador Beto Faro pela relatoria.

Para mim, é uma honra estar aqui representando as colônias de pescadores do Rio Grande do Norte.

Nesse período agora, de dezembro e janeiro, eu tive a oportunidade de percorrer grande parte das colônias do meu estado, e a reclamação era a mesma: "Nem cadastrar no sistema estamos conseguindo".

Eu entendo que nós precisamos, tendo em vista o escândalo do INSS, os escândalos que estão acontecendo no Brasil, dar transparência para esses cadastramentos e fazer chegar até aos pescadores e marisqueiros o recurso – é importante. Mas o que eu vejo em relação a essa





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

medida provisória é uma dificuldade, porque muitos pescadores não entendem, como o colega muito bem falou aqui, o termo e acabam, de novo, reféns de uma pessoa, de um advogado, e aquilo que parecia bom continua na mesma situação para aqueles que querem trabalhar na corrupção.

Uma senhora chegou para mim, chorando, e disse: "Deputada, era para estar saindo em dezembro, já está terminando janeiro; o período de defeso daqui a pouco está acabando, e a gente não recebe nada".

Eu não tinha entendido, porque, na Câmara, nós aprovamos uma medida provisória com o recurso. Eu falei assim: "Mas o recurso está garantido." Ela disse: "O recurso está garantido, mas o problema é que a burocracia está grande demais".

Foi quando eu observei que a Comissão da Medida Provisória 1.323 estava sendo instalada, e pedi a minha vaga. Por sinal, daqui a pouquinho, está aparecendo o meu nome aí.

Ela chorava e dizia o seguinte, Presidente: "Eu não posso pescar, eu não posso ir para o mar, mas o Governo pode deixar de me pagar. Foi um dos Natais mais amargos que a minha família teve. Se meu marido, no desespero, para dar de comer aos meus filhos, for para o mar e for pego, ele vai ser preso, e receberemos uma multa que a gente não tem condições de pagar. Olhe pela gente!".

Então, eu estou aqui em nome da Fecopesca, do Rio Grande do Norte, da Fepern, também do Rio Grande do Norte, e de todos os pescadores e marisqueiros do nosso Brasil que estão sofrendo com isso.

As pessoas esquecem que existem filhos, famílias para dar de comer, em nome da manutenção do meio ambiente. E tem que ter esse período de defeso, porque é ruim até para eles. Mas chega a um ponto em que, quando você vê um pescador preso, sendo tido como bandido, porque estava querendo dar alimento na sua casa, porque o Governo não faz a parte dele... Recurso o Governo tem para muitas coisas, inclusive R\$12 milhões para o Carnaval. E como é que a gente fica? E um Carnaval que vai ser já a eleição dele, a pré-campanha dele. Como é que a gente fica? Como é que esse povo fica? O que é que eu vou falar para esse povo?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns, Deputado Josenildo! Parabéns, Senador Beto! Eu tenho certeza de que, da forma mais rápida possível, nós daremos uma resposta para essas famílias que hoje estão impossibilitadas de trabalhar, por respeito ao meio ambiente e que não têm respeito nenhum pelo atual Governo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputada Carla.

Com a palavra agora o Deputado Padre João.

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, também parabéns e êxito aí na condução dos trabalhos.

Quero saudar o colega e companheiro Senador Beto Faro, junto aqui com a Dilvanda.

É isso, os desafios são grandes. Eu acho que já está valendo, na verdade, só que nós entendemos – acho que essa leitura já foi feita aqui, Presidente – que temos pequenos problemas. Acho que podemos ajustar, aprimorar o texto. Acho que esse é o trabalho.

Quando a gente requer uma audiência, Relator, Senador Beto Faro, não tem vaidade nenhuma aqui. Acho que, dentro do seu plano de trabalho, se puder apresentar.... Porque acho que o desafio para nós é este: se a gente puder, sem atropelar a participação dos pescadores e das pescadoras, que são os principais interessados, acelerar a apreciação, vai dar mais segurança legal para o próprio governo e para a gente comprar outras lutas, que é a questão do orçamento.

Eu entendo a fala da companheira Deputada, mas veja bem: é porque não tem essa garantia orçamentária para o todo. Então, nós temos que estabelecer enquanto, de fato, uma política pública... foi uma grande conquista o seguro-defeso. Acho que é uma grande aposta do Governo levar para o Ministério do Trabalho e Emprego, devido a *expertise* que tem com o seguro-desemprego. Então, se tem uma *expertise*... E o seguro-desemprego é muito dinâmico. Quantas pessoas que saem por dia e deixam de ser... passam a ser desempregadas e logo já estão...? Então tem uma *expertise*, tem tecnologia no Ministério do Trabalho e Emprego com essa grande dinâmica. Até porque o seguro-defeso também é diverso. Esse mês concentra a maior parte, mas com determinado marisco o seguro-defeso é outro, é diferente, tem uma outra





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

data. Então, é como isso se adequa em tê-lo a tempo. Acho que esse que é o grande desafio para nós.

Eu tenho orgulho de ser base do Governo, mas nós temos esse grande desafio de fazer valer esse direito importante. É muito triste o que, de fato, está acontecendo, com essa mudança da lei, de ter esse grande atraso. Muitos não receberam em dezembro, não receberam em janeiro. Então, eu acho que esses ajustes são precisos.

Há, ainda, Relator, algumas exigências. Sabe por quê? Quando você exige o relatório da atividade... Tem casos concretos assim, Dilvanda: a pessoa estava fazendo um tratamento oncológico e não tem como provar.

Em Minas Gerais e Espírito Santo nós temos um grande desafio, porque foram impedidos de pescar durante anos por causa do crime da Vale, que inviabilizou todo o Rio Doce, toda a Bacia do Rio Doce. Então, muitas pessoas ficam penalizadas duplamente. Tem um caso concreto mesmo, a pessoa estava fazendo tratamento oncológico, ficou sem, não tem como provar. Então, com outras situações assim... Eu acho que a gente já tem que prever determinadas situações para a pessoa não ficar prejudicada nesse direito.

Então, conte conosco, mas o que puder ajustar... A gente já apresentou requerimento, acho que não tem como apreciar hoje, mas o que for possível, no sentido de a gente garantir participação, mas também acelerar a apreciação para ajustar a legislação... Embora esteja valendo enquanto medida provisória, enquanto não for votado não dá essa garantia maior, essa segurança maior.

Obrigado, e bom trabalho. Conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Padre João.

Com a palavra agora o Deputado Fausto Jr.

O SR. FAUSTO JR. (Bloco/UNIÃO - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Presidente Deputado Josenildo e o Senador Beto Faro, desejar sorte, um excelente trabalho. Fico muito feliz de ver dois Parlamentares do Norte do Brasil, que é a região que será mais contemplada com os efeitos da medida provisória.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero me colocar à disposição como Deputado do Amazonas, entendendo que a gente precisa assegurar que essa medida provisória alcance a todos os pescadores, que são pessoas que trabalham muitas vezes em regiões de difícil acesso. Falo pelo meu Estado do Amazonas.

Hoje, a dificuldade que existe no cadastramento através do Gov tem impactado de forma negativa a realidade dessas pessoas que vivem nas regiões de zona rural mais inóspitas e que, portanto, precisam de atenção.

Eu já apresentei algumas emendas, Presidente e Relator, no sentido de envolver as colônias de pescadores, as prefeituras também, que, através dos Creas e Cras, teriam também uma oportunidade de auxiliar nesse cadastramento, para, portanto, a gente conseguir alcançar na totalidade a todos os pescadores e pescadoras também – porque nós temos muitas mulheres que vivem e sustentam as suas famílias, com muita dignidade, a partir dessa atividade. Então me coloco à disposição.

Sempre disse lá no meu estado: existem pautas de um ou de outro Deputado, mas essa é uma pauta que, pela quantidade da população que sobrevive a partir da pesca lá no Amazonas, é uma pauta de toda a bancada; independentemente de ideologia, de partido, de qualquer lado político, essa é uma pauta que está acima de todos nós e que, portanto, nós precisamos discutir com muita seriedade e compromisso lá no nosso estado.

Então, desde já, desejo uma boa sorte, um bom trabalho ao Deputado Josenildo, na Presidência, ao Senador Beto Faro, na relatoria, e me coloco à disposição para contribuir neste debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Fausto Jr.

Com a palavra agora o Deputado Márcio Honaizer.

O SR. MÁRCIO HONAISSER (Bloco/PDT - MA. Pela ordem.) – Quero saudar e parabenizar nosso Presidente, meu colega de partido, Deputado Josenildo – tenho certeza de que vai fazer um brilhante trabalho, já tem demonstrado isso nas missões que recebeu –, e o nosso Relator, Senador Beto Faro, os dois da Região Norte, que tem um percentual muito importante da sua população que vive da pesca, assim como o meu querido Maranhão. E fico muito feliz de estar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

representando também o meu estado, que tem mais de 0,5 milhão de pescadores e pescadoras artesanais. Isso é muito importante para a economia dessas pessoas, que precisam de sua sobrevivência e que, infelizmente, pelos acontecidos deste último ano, estão passando dificuldades.

Tive a oportunidade de ser Secretário de Agricultura, Pecuária e Pesca, então conheci a realidade e, principalmente, neste último ano, em função da Medida Provisória 1.303, participei ativamente... Trouxemos aqui várias vezes... Mais de três comissões do Maranhão estiveram aqui presentes, participando das discussões, participando e ajudando nas audiências, e a gente tem defendido essa classe. Infelizmente, a gente viu que houve realmente um desvio, o número de pescadores aumentou. Houve um aumento muito grande. Hoje são praticamente R\$2 bilhões de débitos que ficaram do ano passado, mas o pescador legítimo, o verdadeiro, não pode pagar pelo fraudador. Tem que se separar o joio do trigo.

Eu tenho certeza de que aqui a medida provisória já vem funcionando, está ajudando, mas as pessoas estão tendo algumas dificuldades. Pequenos ajustes serão feitos aqui, é lógico que com a participação, principalmente, das entidades, dos representantes, do pescador e da pescadora. Não podemos deixar de fora as entidades. Não são as entidades – há alguma ou outra exceção – que criaram as fraudes, são os atravessadores que estão fraudando, que estão fazendo... Conheço entidades antigas, de 10, de 15, de 20 anos, que são sérias, são honestas e os defendem, porque grande parte do nosso pescador e da nossa pescadora é muito humilde, não tem instrução, não tem acesso à tecnologia. Uns não têm nem celular e, quando têm um celular, não são celulares para acessar e ter domínio disso. Eles demandam algum local para poder ajudá-los, e essas entidades passam a ser importantes. Então, eu tenho certeza de que elas serão ouvidas, serão também contempladas, porque o que a gente precisa, de fato, é fazer com que o pescador e a pescadora que vivem e sobrevivem disso e que são legítimos tenham o seu direito assegurado. E eu tenho certeza de que nós e o Governo não vamos deixar nenhum de fora.

Temos aí alguns desafios, não é? Desde o final de outubro para cá, muita gente já teve, inclusive, o seu defeso aprovado, mas não o recebeu; outros estão em análise desde o ano passado; os que estão lá no INSS não têm perspectiva ainda de quando vai ser feita essa análise, só depois, quando tiver orçamento; e aqueles que já começaram do dia 1º de novembro para cá, já dentro do Ministério do Trabalho, têm avançado. Mas não podemos deixar ninguém... Nas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

idades em que é preciso fazer a entrevista, tem que se fazer a entrevista, tem que se preencher a documentação, preencher o relatório exatamente, por mais difícil que seja, para separar quem de fato é pescador e quem não é; porque aquele pescador e pescadora legítimos, que trabalham, que vivem disso vão ser, sim, contemplados. E a gente vai estar aqui para defender os seus direitos e poder garantir que a lei seja cumprida.

É isso aí, meu Presidente. Eu tenho certeza... Conte com a gente para podermos aqui ajudar os pescadores e as pescadoras do nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, companheiro Deputado Márcio Honaiser pela colaboração.

Com a palavra o Deputado Dr. Francisco.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Desculpas, Deputada.

Com a palavra... O Deputado Dr. Francisco fala e, em seguida, a Deputada Dilvanda Faro.

O SR. DR. FRANCISCO (Bloco/PT - PI. Pela ordem.) – Minhas saudações aqui a todos os presentes. Quero saudar aqui o Presidente desta Comissão Mista, o Josenildo, e também o nosso Relator, o Senador Beto Faro.

Essa é uma pauta extremamente importante para o Brasil; e, para o Estado do Piauí, não é diferente. Também, a exemplo de outros estados aqui que já me antecederam e relataram, nós temos uma quantidade significativa de homens e mulheres que vivem da pesca, e o defeso da pesca acaba sendo uma renda extremamente importante para essas famílias.

Tivemos, realmente, recebido algumas reclamações sobre essas alterações que aconteceram no final desse ano, dificultando um pouco, mas tenho certeza de que, com a sensibilidade do Presidente e também da boa escolha do nosso Relator, o Senador Beto Faro, que conhece muito essa realidade da pesca, lá pela experiência do seu estado, vamos conseguir aperfeiçoar aqui o texto necessário para que a gente garanta, acima de tudo, o rigor necessário do acompanhamento, do monitoramento, para que evitemos fraudes no cadastramento de pescadores e também para que possamos simplificar, facilitar o acesso deles à pesca.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu não poderia deixar de destacar, ainda no ano de 2023, quando fui Relator do programa do novo Bolsa Família, tivemos a oportunidade, aqui a pedido de alguns colegas, eu destaco aqui a Deputada Federal Dilvanda, o Senador Beto Faro, que foi para que os pescadores e pescadoras, durante o período do defeso, não tivessem a suspensão do recebimento do seu auxílio lá do Bolsa Família. E isso é algo que já passou a ter efeito ali a partir de 2024; mas são realmente muito importantes, impactante, fruto do convencimento da sensibilidade do Governo do Presidente Lula, nessa compreensão e valorização dos pescadores. E mais essa medida, com certeza, é para ajudar, para aperfeiçoar e a gente vai estar junto discutindo aqui com esta Comissão para que possamos cada vez mais qualificar essa legislação e, acima de tudo, garantir benefícios para esses homens e mulheres que vivem da pesca.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Dr. Francisco.

A palavra agora é da Deputada Dilvanda Faro.

A SRA. DILVANDA FARO (Bloco/PT - PA. Pela ordem.) – Boa tarde, Sr. Presidente Josenildo; ao Relator Beto Faro, parabéns por estar aí representando o Congresso Nacional, tanto no Senado quanto na Câmara.

Meus pares, é com muito orgulho que eu estou aqui nesta Comissão, fazendo parte, titular desta Comissão. Eu tenho orgulho que meus pescadores, meus parceiros, o povo paraense me chama de Madrinha dos Pescadores. E eu queria agradecer já de antemão ao Francisco, Dr. Francisco, que foi o Relator da medida provisória do Bolsa Família, na qual a gente conseguiu encaixar os nossos pescadores que, no período do defeso, não ganhavam ou deixavam de ganhar o Bolsa Família. E às vezes o defeso era quatro meses e eles passavam até oito sem ganhar o Bolsa Família. Então, isso aí era muito complicado e a gente... Eu tenho um prazer de dizer que nós conseguimos essa vitória para os pescadores. E agora é mais uma etapa que a gente tem que conseguir.

Eu queria primeiro, primeiramente, dizer que o nosso Presidente, eu faço parte da base do nosso Presidente, que nunca deixou de apoiar os pescadores. No tempo do emergencial, tanto das estiagens quanto das secas, eles ganharam o emergencial dos pescadores. Essa situação agora do período do defeso, do Seguro Defeso, está um pouquinho atrasado, mas porque eu





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que é uma etapa que a gente tem que organizar. Enquanto estava nas entidades, nas colônias, nos sindicatos, nas associações, até sede eles fazem nos municípios para receber os pescadores, para organizar a papelada, para acolher os pescadores que vêm do interior. E teve todo esse processo querendo tirar o direito das colônias. Mas uma coisa que eu sempre digo e o Dr. Francisco sabe, o Dr. João sabe, porque a gente sempre lutou em defesa dos pescadores, é que o nosso Presidente sempre também apoiou os pescadores. E eu tenho certeza de que vocês, tanto Josenildo presidindo quanto o Relator Beto Faro, vamos ter vitórias boas para os pescadores, assim como nós tivemos na medida provisória do Bolsa Família.

Então, eu queria agradecer a todos que estão presentes, que estão fazendo parte disso. Eu sei que todos que estão fazendo parte, de qualquer maneira, defendem os pescadores, mas eu acho que a gente não tem que misturar a eleição, a política; isso, às vezes, acaba prejudicando os pescadores. Então, a defesa é pelos nossos pescadores. E eu sei que, a gente mantendo uma medida provisória, como a 1.323, que vá beneficiá-los... Acho que a gente não tem que olhar nem lado A, nem B, nem direita, nem esquerda; a gente tem que lutar e tentar defender os nossos pescadores. E eu, com muito orgulho aqui, estou defendendo os pescadores paraenses.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputada Dilvanda Faro.

Com a palavra, agora, o Deputado Cleber Verde, do Maranhão.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar V. Exa., que preside essa medida provisória, muito importante para o Brasil, mas especialmente para as Regiões Norte e Nordeste, onde se concentra aí o maior número de pescadores. Quero cumprimentar V. Exa. pelo desafio de presidir esta Comissão e, ao mesmo tempo, quero cumprimentar o Senador Beto Faro.

V. Exa., que é do Amapá, Beto Faro, que é do Pará, e eu, que sou do Maranhão, entendemos a importância de discutir isso com muita propriedade, em um debate em que a gente possa ouvir aqui também as instituições sérias deste país, que conduzem esse setor da pesca e que querem ver, na verdade, aquele que trabalha da pesca, que subsiste – ele e sua família – dessa atividade tão importante que é a pesca, pelo menos no meu estado... A gente precisa de alguma forma encontrar caminhos e meios para manter um direito que, a meu ver, é legítimo. Relator Beto Faro, nós sabemos que o seguro-defeso é garantido ao pescador no





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento da proibição da pesca, ou seja, no momento da piracema, no momento em que o pescador é proibido de trabalhar. Então, se o Governo proíbe esse pescador de trabalhar, de sustentar sua família naquele período, esse Governo precisa assistir aquela família. Do contrário, ele vai cometer um crime ambiental.

Então, o que nós vamos fazer aqui, de verdade, é defender este legítimo direito, assim como, óbvio, a gente também defende o direito da manutenção do direito da mulher, com 55 anos, lavradora e pescadora poder se aposentar, comprovando sua atividade. Ao mesmo tempo, o homem... Nessa atividade, a mulher com 55 anos e o homem com 60 podem se aposentar com menos tempo, são segurados especiais, porque é uma atividade penosa, uma atividade que provoca, acima de tudo, um desgaste físico a esse trabalhador. E é por isso que o Constituinte, que os legisladores anteriores, que os governos passados têm assegurado esse benefício da aposentadoria, garantindo a esses trabalhadores a condição de serem segurados especiais.

E esse benefício específico que é o seguro-defeso... E não tenho dúvida de que a MP, ao detalhar mecanismos de provas para que esse pescador possa fazê-lo para obtenção do direito, é uma forma, lógico, de o Governo separar o joio do trigo, porque, infelizmente, a verdade tem que ser dita: nós temos aí muitas irregularidades nesse setor, instituições e pessoas que não são pescadores adentraram a esse processo de filiação junto ao Governo Federal, tirando sua carteira da Seap e obtendo um benefício que não é legítimo para muitos. Mas muitos são os pescadores que merecem de nós, desta Comissão, uma avaliação muito criteriosa para que nós possamos garantir efetivamente esse benefício, porque nós sabemos que, da forma como está, a exigência posta de nota fiscal de produção, que, infelizmente, na ponta não acontece, pode trazer um prejuízo para essas famílias que eventualmente, naquele período de defeso, precisam desse benefício.

Portanto, eu quero dizer que faço parte desta Comissão, como membro suplente. Tem um Deputado do nosso partido, Henderson Pinto, que é do Pará, que também é um grande representante do setor, que defende o pescador, é conterrâneo aqui do nosso Relator. Juntos, nós vamos debater, discutir esse tema, para buscar um texto que, no final da deliberação desta Comissão, nós possamos entregar um texto, que vá ao Plenário, condizente com aquilo que espera esse pescador, esse legítimo trabalhador, que todos nós aqui defendemos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho certeza de que o Deputado Josenildo, o Senador Beto Faro, todos nós, o Deputado Márcio Honaiser, que é do meu estado, todos nós aqui defendemos o legítimo trabalhador. E, nesse sentido, nós precisamos encontrar caminhos para que esses benefícios realmente cheguem a quem realmente precisa, para quem realmente é pescador e que vive da sua atividade de pesca, conforme preconiza o direito previdenciário, e o direito, óbvio, é garantido a esse trabalhador.

Portanto, eu quero me colocar à disposição para o debate, para a discussão, e vamos trazer sugestões de entidades do estado, para que nós possamos compartilhar aqui com V. Exa., com o nobre Relator, para que, como eu disse, ao final, possamos votar aqui um texto que possa ser condizente com o que esperam todos os pescadores do nosso país.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP. Fala da Presidência.) – Obrigado, Deputado Cleber Verde, do Maranhão.

Eu designo como Relator Revisor o Deputado Sidney Leite, do Maranhão – desculpem-me –, do Amazonas. *(Pausa.)*

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Convoco reunião para apreciação do plano de trabalho e de requerimentos para o dia 10 de fevereiro, terça-feira, às 14h30, neste mesmo plenário, e será na forma semipresencial.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 20 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1323, DE 2025 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia dez de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Josenildo, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1323, de 2025 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Carlos Viana, Confúcio Moura, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Paulo Paim, Hamilton Mourão, Fausto Jr., Silvia Cristina, Henderson Pinto, Sidney Leite, Albuquerque, Cleber Verde, Júnior Ferrari, Pedro Uczai, Dr. Francisco, Nelsinho Trad, Zenaide Maia e Carla Dickson, e ainda dos Parlamentares Eduardo Girão, Renan Calheiros, Bebeto, Lucas Barreto e Tereza Cristina, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Efraim Filho, Omar Aziz, Angelo Coronel, Cid Gomes, Carlos Portinho, Beto Faro, Weverton, Dr. Hiran, Mecias de Jesus, Raimundo Costa, Sóstenes Cavalcante, Alberto Fraga, Padre João, Dilvanda Faro, Neto Carletto e Marcel van Hattem. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência comunica que foram recebidos pedidos para realização de Audiências Públicas nos estados, mas que as Comissões Mistas de Medida Provisória não dispõem de estrutura e previsão regimental para esse tipo de evento, devendo todas as reuniões serem realizadas dentro do Congresso Nacional. A Presidência pondera, no entanto, que os parlamentares membros da Comissão podem realizar encontros nos seus estados e ao final trazerem suas considerações, sugestões e afins para subsidiar os trabalhos desta Comissão. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho. Finalidade:** Apreciação do Plano de Trabalho e Requerimentos. **Resultado:** Realizada a 2ª Reunião da Comissão Mista. Aprovado Requerimento nº 04, de autoria do Senador Beto Faro, subscrito pelo Deputado Josenildo, que estabelece Plano de Trabalho da Comissão, com as alterações propostas em plenário. Aprovados os Requerimentos nº 01, 03 e 05, de realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e oito minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Josenildo

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1323, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2026/02/10>





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.323, de 2025, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de fevereiro de 2026.

A presente reunião se destina à leitura do plano de trabalho e dos requerimentos de audiência pública apresentados.

Nós tínhamos a expectativa de realizar esta reunião na modalidade semipresencial. No entanto, como o Senado não agendou sessão plenária para esta semana, não foi possível a reunião semipresencial nas Comissões. Por esse motivo o Relator, Senador Beto Faro, que participaria por via remota, não vai poder estar presente hoje.

A Presidência comunica que foram recebidos pedidos para a realização de audiências públicas nos estados. As Comissões Mistas de medida provisória não dispõem de estrutura e previsão regimental para esse tipo de evento, devendo todas as reuniões serem realizadas dentro do Congresso Nacional. A Presidência pondera, no entanto, que os Parlamentares membros da Comissão podem realizar encontros nos seus estados e, ao final, trazer suas considerações, sugestões e afins para subsidiar os trabalhos desta Comissão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Não, só com gabinete mesmo. Fica o seu gabinete responsável, entendeu? Porque o Regimento não prevê a possibilidade. *(Pausa.)*

O Secretário está informando que é divulgado, no *site* da Comissão, o evento, é dada publicidade.

Foi apresentado pelo Relator o Requerimento nº 4, que fixa o Plano de Trabalho da Comissão. O requerimento está subscrito por esta Presidência. *(Pausa.)*

Eu vou só fazer um resumo do que está no plano de trabalho.





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

A ideia é fazermos duas audiências públicas aqui, no Congresso: uma audiência no dia 24 de fevereiro, com parte dos participantes indicados; e a outra no dia 3 de março. Então, seriam duas: uma no dia 24 de fevereiro e uma no dia 3 de março. E o Relator apresentaria o seu relatório no dia 10 de março. Caso haja um pedido de vista, no dia 11 de março, na quarta-feira, a gente já vota, delibera, porque aí tanto a Câmara quanto o Senado ficariam com quase cinco semanas de prazo para deliberar a medida provisória nas duas Casas.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA. Pela ordem.) – Presidente, sou Deputado Henderson Pinto, do Pará. Só uma dúvida. Estamos falando de duas audiências públicas. Era interessante estabelecer a questão da regra para não se repetir – porque a medida provisória é de interesse de todo o setor da pesca artesanal –, ou seja, para ver como seria, para o mesmo pessoal que participaria de uma não participar da outra. Como ficaria essa divisão, qual é a sugestão da Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – É justamente isso. Por isso, que a gente está... Entre todos os requerimentos que foram apresentados até o momento, tem 14 proposições de membros para participarem da audiência pública. Por isso, a gente está dividindo, para ouvir sete em uma audiência pública e sete em outra audiência pública.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA) – Daria para dar conhecimento à Comissão da questão, para ver se é necessário inserir mais alguém? *(Pausa.)*

Só se puder anunciar para a gente, que já fica mais tranquilo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Deputado, a gente não vai fechar a lista agora. Por quê? Porque existem Deputados que ainda vão apresentar requerimentos posteriormente. E aí, depois de apresentarem, pode ocorrer que, no seu requerimento, tenha autoridades que já constam no meu ou no requerimento de outro Parlamentar, entendeu?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Isso. Isso. É. *(Pausa.)*

Os demais requerimentos que solicitam audiência pública no Senado serão atendidos parcialmente pela Presidência.

Em discussão o plano de trabalho. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, em votação o plano de trabalho.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Foram apresentados os Requerimentos nºs 1, 3 e 5, de realização de audiência pública no Senado Federal.

A Presidência subscreve esses requerimentos.

Em votação os requerimentos.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Pergunto se tem algum Parlamentar que queira usar da palavra. *(Pausa.)*

Deputado Cleber Verde.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA. Pela ordem.) – Em conformidade com a sua fala, que nos autoriza, inclusive, a fazer audiências públicas nos estados, dialogando com as entidades que, de fato, têm interesse em discutir essa MP, que é a 1.323, de interesse direto dos nossos pescadores artesanais, comunico a V. Exa. que nós vamos promovê-la no dia 27 deste mês, na sexta-feira, em Imperatriz, no sul do Maranhão, inclusive convidando também entidades do Tocantins e do Pará, pela proximidade ali do Bico do Papagaio, para que nós possamos realmente dialogar com profundidade e trazer de lá sugestões que possam dar contribuições para o nosso Relator, para que nós possamos, de fato, apresentar, como eu disse na fala inaugural desta Comissão, uma proposta que atenda, de fato, o nosso setor.

Nós sabemos que as dificuldades para o pescador artesanal comprovar a sua condição de trabalhador do setor com o que está posto na MP é muito difícil, porque o pescador artesanal não tem o hábito de emitir nota fiscal para a venda do produto. Então, tem uma série de terminologias e de implicações – na verdade, de exigências – dessa MP, que é necessário que a gente possa realmente debater com o setor e trazer as sugestões e as contribuições de todos os estados possíveis, para que o Relator possa, eventualmente, ter as condições de apresentar um texto para ser aprovado pela Comissão. Por isso, eu já comunico a V. Exa. que estamos convidando





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

as entidades do Maranhão para participarem desse debate, inclusive os Parlamentares membros da Comissão, a exemplo do Deputado Márcio Honaiser, que tenho certeza de que poderá participar, e outros que eventualmente assim desejarem.

Vai ser muito importante, porque a gente vai enriquecer, uma vez que a gente acabou de mencionar, no plano de trabalho, duas audiências públicas – pois a gente sabe que esse tema tem que ser bastante debatido, discutido com o setor –, acho que é até uma sugestão. O Henderson Pinto vai fazer a sua no Pará, nós vamos fazer a nossa no Maranhão, e com certeza muitas contribuições virão no sentido de corroborar aquilo que nós queremos, que é a garantia de que o legítimo pescador, aquele que trabalha no setor, que vive da pesca – ele e sua família – possa, no período da piracema, por exemplo, garantir a condição de ser assistido pelo Governo, ou seja, de receber o seguro-defeso, que é um benefício legítimo, porque todos nós aqui defendemos o direito. Se tem algo errado, o Governo realmente tem que procurar encontrar caminhos de fiscalizar, combater fraudes, irregularidades, mas no direito nenhum passo atrás. Nós temos que consolidar esse direito não só do seguro-defeso, mas a prerrogativa que tem o pescador, como eu disse, que é segurado especial: a mulher com 55 anos pode reunir sua documentação e garantir sua aposentadoria junto ao INSS e o homem com 60 anos, porque também reúne essas condições.

Então, eu creio que este é o papel desta Comissão: consolidar o direito e, óbvio, encaminhar sugestões para que a gente evite que pessoas estranhas ao setor possam ser beneficiadas e, com isso, comprometer esse tão importante benefício.

Então, já comunico a esta Comissão que vamos realizar uma audiência pública em Imperatriz, no sul do nosso estado, no dia 27 de fevereiro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Eu queria fazer duas sugestões: uma é que os Parlamentares que vão fazer a audiência pública nos estados enviassem *e-mail* para cá, para a Comissão, já comunicando a data. E outra, por exemplo, no caso do Deputado...

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA. *Fora do microfone.*) – Henderson.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – ... Henderson, do Pará... O Senador Beto Faro fará também uma audiência pública lá. Então, que vocês possam...

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA. *Fora do microfone.*) – Então, vamos juntar...





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – ... se juntar para fazer uma única audiência, entendeu? Então, essa é a sugestão: que os Parlamentares, por exemplo, do Estado do Pará que são membros da Comissão e queiram fazer uma audiência pública, que se juntem e façam uma única audiência, até mesmo para dar celeridade na tramitação da medida provisória, e que enviem o *e-mail* com a data sugestiva da audiência.

E outra sugestão nossa é que essas audiências públicas nos estados se façam até o dia 2 de março, que é o prazo anterior à última audiência pública nossa aqui no Congresso.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN. *Fora do microfone.*) – Até 2 de março?

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Isso. Porque aí é o último prazo antes da última audiência nossa aqui, que é 3 de março, no Congresso. Entendeu? É até importante fazer até esse prazo de 2 de março, porque 3 de março é a última audiência pública nossa aqui. No dia 10, vamos discutir e votar o relatório. Então, é importante fazer até esse prazo, porque aí vocês já vão ter bastantes elementos para dar sugestões na audiência pública do dia 3 aqui para enriquecer o relatório do Senador Beto Faro.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN. *Fora do microfone.*) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Passo a palavra à Deputada Carla Dickson.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN. *Pela ordem.*) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar pelo plano de trabalho que eu estou visualizando aqui.

Já indico que eu vou fazer uma audiência pública também no Rio Grande do Norte. Eu estava vendo aqui, eu não sei se tem mais algum representante do Rio Grande do Norte. Eu gostaria que depois me passassem, porque faremos, sim, a audiência em conjunto, porque isso é muito importante.

E eu queria, na verdade, tentar entender o que está acontecendo... Eu já conversei aqui com o colega, de qual estado o senhor é?

O SR. FAUSTO JR. (Bloco/UNIÃO - AM. *Fora do microfone.*) – Amazonas.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN) – Do Amazonas... É uma inconsistência do sistema, é o que o Superintendente do Ministério do Trabalho lá no Rio Grande do Norte, o Sr. Cláudio, vem alegando. Eu não sei se aconteceu com os outros colegas também.





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós estávamos aqui na abertura dos nossos trabalhos e, à tarde, apareceu uma data provável de pagamento do seguro-defeso. Vários pescadores do Rio Grande do Norte receberam isso. Gente, eu fiz um vídeo, feliz. Eu disse: "Olha só, bastou a gente implantar a nossa Comissão Mista que a gente já está conseguindo fazer andar".

No outro dia...

O SR. FAUSTO JR. (Bloco/UNIÃO - AM. *Fora do microfone.*) – Sumiu.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN) – ... a data sumiu. E agora já apareceram novas datas. Eu tentei conversar com o Superintendente do Ministério do Trabalho e nada aconteceu. Tem um outro também do qual esqueci o nome, mas enfim...

Os nossos pescadores artesanais, continentais, o que for, eles merecem respeito. Você dá... Era para estarem aceitando e recebendo isso desde novembro. Eu falo do Rio Grande do Norte porque eu sei que cada estado tem o seu período e cada tipo de pesca tem o seu período de defeso também.

Então, eu falo em nome dos pescadores do Rio Grande do Norte, principalmente aqueles que estão ligados à Fecopesca, que comemoraram, por menos de 24 horas, uma data prevista de pagamento de R\$1.650. Eu tenho tudo aqui. Vários mandaram – e parabenizando a Comissão! – e, no outro dia, os mesmos mandaram com o sumiço da data. E o que eles tiveram como resposta? Nada será dado até o dia 15. Depois do dia 15/02, só após 15/02, é que teremos novas datas.

Então, assim, essas famílias merecem respeito. E o Ministério do Trabalho tinha que parar com tanta burocracia. Eu queria – mas eu queria! – muita burocracia para as emendas de recursos de R\$12 milhões que estão sendo mandados para a propaganda eleitoral antecipada do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva no Carnaval do Rio de Janeiro. Isso tinha que ter burocracia, e não o TCU passando pano, passando a mão na cabeça.

Agora, pescador, pescadora que não tem o que comer porque não pode pescar, porque senão vai ser preso, não se tem respeito. E fica dando, estimulando: "Vai chegar", "Não vai chegar"; "Vai chegar", "Não vai chegar". Isso é desumano! Isso é desumanidade!

Então, assim, não sei se aconteceu só no Amazonas ou no Rio Grande do Norte. Espero que só esses dois estados tenham tido os direitos dos pescadores desrespeitados – só isso, espero que só nós dois, viu, meu colega? – e que o Ministério do Trabalho realmente trabalhe e não fique





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

botando culpa no sistema, porque alguém alimentou o sistema. E eu creio que esta Comissão aqui é uma comissão séria. É uma Comissão que vai trazer respostas para os pescadores, de qualquer tipo, e que dependem do auxílio defeso do nosso estado, do nosso Brasil. E eu estou muito feliz porque eu acabei de ver que o PL me colocou como titular desta Comissão. Aí me dá mais gás ainda para trabalhar.

Então, essa é a minha fala. Conte comigo. A minha equipe já vai entregar o requerimento de audiência pública lá no Rio Grande do Norte, e será bem antes do dia 02/03. Quiçá, acabou o Carnaval, a gente já esteja fazendo esta audiência pública. Quero trazer a fala desses guerreiros e dessas guerreiras que estão sofrendo por falta de compromisso do atual Governo.

Obrigada.

O SR. FAUSTO JR. (Bloco/UNIÃO - AM) – Um aparte bem rápido para complementar a fala da colega.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Deputado Fausto Jr.

O SR. FAUSTO JR. (Bloco/UNIÃO - AM. Pela ordem.) – Com a permissão do Sr. Deputado Presidente, a gente poderia sugerir também, Deputada Carla, um requerimento de pedido de informações à Superintendência do Ministério do Trabalho, para explicar a alimentação do sistema, informando essa data e depois o desaparecimento dessa informação.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN. *Fora do microfone.*) – Pronto. Vamos juntos?

O SR. FAUSTO JR. (Bloco/UNIÃO - AM) – Vamos juntos já. Desde já...

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN. *Fora do microfone.*) – A assessoria...

O SR. FAUSTO JR. (Bloco/UNIÃO - AM) – ... eu me coloco à disposição para solicitar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – O Ministro do Trabalho, inclusive, é um dos convidados para participar da audiência pública.

Deputado Henderson Pinto, do Pará.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA. Pela ordem.) – Presidente, quero inicialmente parabenizar todos os membros desta Comissão pela indicação dos seus partidos e bancadas para comporem a discussão dessa medida provisória, que é importante.

O Governo já tinha tido a oportunidade de ter resolvido logo isso no ano passado. Infelizmente, não nos ouviu. Tivesse ouvido, a gente tinha resolvido; não dava para misturar a medida provisória que foi lançada com diversos assuntos diante da pesca e agora a gente está tendo retrabalho para resolver essa questão.

Mas eu quero apenas alertar os colegas em relação a alguns pontos que foram colocados. Lá atrás nós avisamos que as medidas de alteração para a pesca artesanal, para o seguro-defeso, elas deveriam valer a partir de 2026 para não causar o que estavam causando hoje. A gente já estava prevendo o óbvio, né?

E é o que está acontecendo hoje: pescadores sem receber, sem poder trabalhar, indo pescar por uma questão de sobrevivência e sendo apreendidas suas malhadeiras pelo Ibama e por todos os órgãos de fiscalização, ou seja, é preciso levar muito a sério a questão do seguro-defeso.

O seguro-defeso só existe para poder proteger as espécies, mas, se você não dá oportunidade e não paga os nossos pescadores, obviamente que eles vão passar fome. E isso está acontecendo, eu quero logo dizer aqui, no Estado do Pará e em vários estados do Brasil, e isso é preocupante.

Tem dois pontos que eu chamo a atenção também para a gente analisar – eu estou falando isso porque é a primeira reunião. Já aprovando o plano de trabalho, que a gente observe: uma é a exigência da Reap, que até antes dessa medida provisória, a Reap era obrigatória, para 2025, apresentar até o final do ano. De 2021 a 2024 está resolvido, porém 2025, não, ou seja, o pescador tem dificuldade, porque a realidade da Região Amazônica é diferente de outras regiões do país. A Reap não dá para, de imediato, você fazer todo esse processo dos nossos pescadores. Só no Pará são aproximadamente 500 mil pescadores, por isso o número baixo de informação em relação ao primeiro pagamento que está previsto para segunda quinzena de fevereiro, por conta dessa dificuldade.

E o outro é em relação à entrevista que foi implantada, com o objetivo, claro, de buscar mais informação de novos pescadores, mas muitos pescadores caíram com respostas de forma equivocada no problema. Eu vou dizer para vocês: a entrevista na forma e nos moldes que ela foi





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

feita só favoreceu o fraudador, porque o Governo não criou nem o mecanismo ainda para, de fato, combater a fraude. Ele fez uma entrevista em que o cara que estava preparado pela entrevista, ou seja, o fraudador orientado por alguém, respondeu de forma correta, mas o pescador originário da Amazônia, que não tem o conhecimento, talvez, adequado para responder perguntas com palavras de difícil observação, ou seja, de você interpretar aquela palavra, teve essa dificuldade.

E eu digo para vocês: na região do Baixo Amazonas, lá no Pará, aproximadamente, a cada dez que foram entrevistados, seis ou sete fizeram a resposta de forma equivocada e vão perder o benefício por conta da maneira que foi realizada. Está errado. Então, já chamei a atenção do Governo para isso, nós nos reunimos o Ministério do Trabalho, nos reunimos com o Ministério da Pesca.

Precisa resolver, precisa levar a sério isso. Nós somos totalmente favoráveis a combater a fraude e vamos dar apoio para isso, mas nós não podemos combater fraude prejudicando o pescador, porque quem faz fraude não é pescador. Se o camarada é pescador, ele tem que fazer o quê? Pescar. Então se ele não pesca, ele não é pescador, obviamente. Então, ele recebe, só recebe... Só deve receber seguro-defeso quem é pescador. Infelizmente, quem recebe de forma indevida não é pescador, porque também foi mais um equívoco lá atrás, que alteraram a lei, possibilitando que o camarada entrasse no *site*, pudesse fazer o cadastro e ser orientado por alguém a se tornar pescador. Inclusive, dividir... denúncias de divisão do seguro-defeso meio a meio para quem orientou ele. Então é algo grave que a gente precisa levar a sério.

Eu queria desejar muito sucesso para a nossa Comissão. Eu apresentei cinco emendas à medida provisória. Ela não está... O texto dela não está conforme nós aprovamos o relatório aqui no ano passado. Se tivesse deixado o texto conforme o relatório estava resolvido também, infelizmente não deixaram. As alterações foram complicadas.

Essa transição do INSS de voltar para o Ministério do Trabalho está dando mais trabalho ainda, porque não estão conseguindo fazer em tempo hábil. Nós estamos hoje... Hoje, no dia 10 de fevereiro, já era para estar saindo a terceira parcela do seguro-defeso, ainda não saiu a primeira. Isso é preocupante. Você imagina um trabalhador que depende disso – porque o seguro-defeso não é complemento de renda, é a própria renda do pescador nesse período de defeso –, você imagina isso? O pescador não está recebendo renda, o que ele vai fazer? Pescar, porque ele não tem outra saída. Ninguém deu alternativa para ele, ou seja, cometeram uma irregularidade, por





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

conta da burocracia na qual, infelizmente, o Estado brasileiro tem deixado o nosso pescador artesanal.

Então, nós vamos estar atentos a isso. Já anunciei aqui também o interesse nosso, tanto meu como do Deputado Júnior Ferrari, de fazer esta audiência pública no Pará. Vamos tentar unir forças, porque eu acho que não é hora de a gente separar as questões de interesse político-partidário, mas, sim, de interesse do pescador artesanal, e tentar fazer isso juntos, Deputado. Eu acho que a gente rende muito mais, porque a nossa pauta é a mesma, e, quando a gente junta forças, eu não tenho dúvida de que a conquista vem.

E quero conclamar os colegas para que, de fato, a gente possa fazer um relatório que venha ao encontro de garantir os direitos do nosso pescador e combater a fraude, que, de fato, está causando todo esse transtorno ao pescador artesanal do Brasil.

E sucesso na condução dos trabalhos aqui, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Com a palavra o Deputado Sidney Leite.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sra. Deputada e colegas Parlamentares, primeiro, quero parabenizar, para que a gente possa ter efetividade e concluir os trabalhos desta Comissão, no sentido de garantir a votação pelo Congresso Nacional.

Segundo, a gente está vivendo um momento de transição, e, quando eu me refiro a isso, é ao que nós, um exemplo disso, e quem lida com o setor passamos. Há quatro anos não se conseguia emitir uma carteira – no Governo passado. Era um aplicativo que não funcionava. E, muitas vezes, pelo então Secretário da Pesca, foi dito que o grosso dos pescadores eram bandidos – então, isto precisa ser dito –, inclusive fazendo referência a pescadores da nossa região, da Amazônia.

Terceiro, esse instrumento da Reap, no qual o pescador tem que informar, no prazo de 30 dias, todo o processo de captura e comercialização, que foi prorrogado para o início de abril... Nós dialogamos com o Governo, tanto no Ministério do Trabalho quanto no Ministério da Pesca, mas essa é uma decisão, Sr. Presidente, que está concentrada na Casa Civil, no sentido de garanti... Porque só quem informar o Reap terá direito a acessar o pagamento do seguro-defeso, que está previsto para a segunda quinzena de fevereiro. É essa a informação que nós temos do Ministério do Trabalho.





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

E nós sabemos que, aqui, nós temos um desafio que é garantir a lisura do processo, para que o verdadeiro pescador garanta o pagamento do seguro-defeso em detrimento dos fraudadores – e isto está muito posto. E foi lembrado aqui, quando nós discutimos a Medida Provisória 1.303, que há um limite orçamentário, certo?

Então, nós precisamos, inclusive, nos debruçar e ouvir os companheiros e companheiras pescadores e pescadoras, marisqueiros e marisqueiras, no sentido de que medidas que já foram adotadas no passado possam ser avaliadas neste momento – não de forma açodada. E o sistema facilitou o acesso a essa solicitação do RGP, mas trouxe esse grande problema, que é a fraude. E é só ver aí, em alguns estados, o número de cancelamento de carteiras por suposta fraude. Isso está claro, inclusive, no estado do colega, no Maranhão, em que a gente viu um volume muito grande de cancelamento de carteiras, mas eu concordo que a gente precisa avançar num modelo de transição.

Então, por exemplo, o que a colega Deputada coloca é uma verdade, nós precisamos... Por exemplo, essa confirmação em duas etapas o sistema não roda, nós temos muita dificuldade em relação a isso, e o pescador não pode ser penalizado se o sistema não funciona. A outra questão é que eu concordo com que a gente faça um recadastramento. Para mim, não há problema de que seja o Ministério do Trabalho. Agora, você não pode fazer perguntas, usar termos e palavras que o pescador nunca ouviu. E uma coisa é o seguinte... Por exemplo, uma pergunta: "Você pesca o ano todo de forma ininterrupta?". Para subsistência, sim; ele pode pescar espécies que não estejam ameaçadas de extinção estipuladas no seguro. Ele pesca para se alimentar, não tem crime nenhum nisso, não há incompatibilidade nenhuma. Agora, isso não pode ser levado em consideração para que aquele pescador seja vedado de acessar o seguro-defeso, como outras questões que estão colocadas no questionário.

Nós dialogamos, Sr. Presidente, com o Ministério do Trabalho, no sentido de rever isso, e eles concordaram, para que o objetivo nosso... E eu acho que o grande desafio da Comissão de Senadoras e Deputadas, de Senadores e Deputados é a gente blindar esse programa que é um verdadeiro instrumento, não só do ponto de vista ambiental, mas também do ponto de vista social, e que a gente elimine o fraudador.

Eu vou trazer um dado aqui com o qual, quando eu soube, Senador, eu fiquei chocado: quem mais acessa o sistema do Governo para solicitar RGP não é nenhuma confederação de pescador, não é uma colônia, não é um sindicato, não é uma cooperativa; é quem tem OAB. Eu





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

não estou dizendo que todos os advogados que acessam o sistema estão fraudando, mas algo tem de estranho nisso, certo?

Inclusive, eu defendo, Sr. Presidente – nós discutimos isso na Medida Provisória 1.303 –, e entendo que tudo aquilo que venha a contribuir... Não que seja condição, não que seja condicionante, mas já passou da hora de o Ministério do Trabalho, que hoje está responsável, juntamente com o Ministério da Pesca, ter um cadastro de todas as instituições de pescadores e pescadoras, de marisqueiros e marisqueiras deste país que tenham interesse em se cadastrar, até para que a gente possa facilitar esse cruzamento e a idoneidade, tanto da instituição quanto das pessoas que dirigem a instituição. Porque, hoje, nós temos duas situações, Deputado Fausto: uma é o problema da fraude no seguro-defeso; e também aqui, inclusive neste Plenário, nós estamos com outro problema, que é a fraude, Deputado, que o senhor coloca aí, da aposentadoria, em que nós temos uma fraude significativa de pescadores e pescadoras que foram lesados nesse rombo da roubalheira do INSS.

Então, eu entendo que a nossa grande função aqui é blindar, blindar para que esse programa exitoso não vá para o ralo por causa da corrupção. Então, eu acho que a gente tem que ter esse desafio, as audiências públicas são necessárias, certo? Mas nós temos que ter aqui o grande desafio de separar o joio do trigo. Porque, até então, nós tínhamos um represamento, Senadora, no pagamento do seguro-defeso, porque pescador nenhum conseguia acessar. Depois que o Governo facilitou, também abriu-se a porteira, e muita gente que não é pescador acessou isso, porque não há condições de que tudo isso seja pescador artesanal, marisqueiros e marisqueiras.

Então, eu entendo que a gente também tem essa responsabilidade, Deputado, de criar as condições de que a gente possa, efetivamente, de forma legal, garantir essa transição daquilo em que há dificuldade, de ferramentas, de plataformas do Governo, como essa confirmação em duas etapas, porque é uma reclamação generalizada, país afora – a gente tem dialogado com o Presidente da confederação –, e para que nenhum pescador efetivamente seja prejudicado. Naquilo que há dificuldade da devida comprovação nesse questionário, que o Ministério do Trabalho tenha a sensibilidade de rever, de aceitar os recursos, mas que a gente aproveite este momento e que não seja condicionante para emitir o RGP, mas que a gente possa ter um cadastro nacional de todas as instituições, colônias, sindicatos, associações, cooperativas, devidamente cadastradas e analisadas pelo Governo. Por quê? Porque nós não temos como saber corretamente,





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

100%, mas a grande maioria dessas instituições são tocadas por pescadores e pescadoras e por pessoas sérias. Então, eu advogo isso, defendo isso. Agora, nós não temos como fazê-lo se nós não blindarmos, e, para blindar, nós temos que ter ferramenta e instrumento, porque senão o Governo não consegue.

Então, Sr. Presidente, essa é a minha fala. Quero parabenizar mais uma vez o plano de trabalho, dizer que essas audiências públicas serão fundamentais. Essas iniciativas de fazer o debate nos estados também é importante, porque ela corrobora, porque a realidade do Rio Grande do Norte não é a mesma do Pará, que não é a mesma do Maranhão, que não é a mesma do seu Amapá e não é a mesma do meu Amazonas, né? Isso é importante para que a gente possa ter essa radiografia. Nós temos pescador artesanal em 100% deste país, certo? Então, isso é importante para que a gente possa respeitar essa peculiaridade.

O Deputado Fausto, como eu, conhece... Nós já estamos fazendo aqui algo que parece impossível, que é a ausência da internet. Lembrando que, na Amazônia, mais de 1 milhão e meio de pessoas sequer têm acesso à energia elétrica, mas a gente precisa criar as condições, porque a gente precisa garantir a lisura do processo, mas também garantir que quem é pescador e se adeque de forma legal possa ter a garantia do pagamento do seguro-defeso.

Agora, eu defendo que, nesse relatório, nós tenhamos aqui a capacidade de construir essa transição, porque nós não vamos conseguir fazer esse processo sem penalizar pescadores e pescadoras se nós não tivermos as ferramentas corretas. Quando o próprio sistema do Governo tem dificuldade de rodar, fica difícil, fica complicado. Que a gente possa fazer seja uma medida provisória, seja uma portaria, disciplinando essas medidas, e que elas sejam efetivamente cumpridas!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Com a palavra, o Deputado Albuquerque, de Roraima.

O SR. ALBUQUERQUE (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados e Senadores.

Presidente Deputado Josenildo, este momento é especial, tratarmos de uma medida provisória tão importante para a classe pesqueira do nosso Brasil, em que a celeuma, o caos, está





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

instalado por conta das fraudes que estão acontecendo e aconteceram ao longo dos anos acerca dos pescadores que realmente necessitam.

E o que me faz estar hoje aqui com os senhores é para trazer essa preocupação – inclusive do meu Estado de Roraima – acerca dos pescadores que ali estão, Presidente. E o desafio que o Governo tem, e que nós temos junto, é fazer com que os pescadores deste Brasil não sejam penalizados.

Agora há pouco, ouvindo aqui a fala do nosso Deputado Sidney Leite... Como fazer para a gente poder tirar os fraudadores do INSS, acerca do seguro-defeso, os que o fizeram ao longo do tempo, ou seja, definir quem fraudou o seguro-defeso da vida real do pescador que necessitou, que trabalhou e que não fez, que não pagou essa conta, e agora estão querendo colocar esse prejuízo na vida desse profissional? Mas aqui a minha fala é em defesa desse brasileiro que trabalha, a minha fala é em defesa desse brasileiro que precisa que essa medida provisória venha reconhecer verdadeiramente o trabalho desse profissional da agricultura familiar.

A minha fala, Presidente, é que esta Comissão também – eu sei que nós iremos trabalhar e elaborar, no final, um relatório que venha atender as demandas dos brasileiros que trabalham nessa atividade –, que a gente possa fazer também uma ida ao Ministro do Trabalho e pressioná-lo, conversar, porque sabemos que o desmando está grande em todo o Brasil. Enquanto que, para o Governo, dois meses, três meses, talvez, não sejam tão ruins – o Governo pode até pensar que: "Não, mas iremos fazer esse seletivo e depois pagar o seguro-defeso" –, para o pai de família que ali está, em todo o Brasil, Senadora, ele carece de se alimentar, ele precisa se alimentar, Presidente. Então, um mês de alimento, para quem vive da pesca, é fome para essa família; tem dois ou três ali que estão carentes, necessitados. Então, eu peço que analisemos, que façamos uma análise e, se for o caso, iremos juntos – a Comissão – ao Ministro do Trabalho. Que a gente faça essa força tarefa, de imediato, para que, tão breve, nós possamos fazer com que esses milhões de brasileiros que necessitam desse seguro-defeso tenham recebido esse benefício público e eles possam ali alimentar suas famílias.

Presidente, o Governo abriu essa modalidade de busca desse benefício aleatoriamente. A minha sugestão, para que nós possamos endurecer e tirar esse malandro que encontrou no seguro-defeso a oportunidade de sacar esse dinheiro, é o Governo fazer um cadastramento geral das entidades, e o seguro-defeso ser atrelado diretamente, conveniado, ao Governo Federal e às entidades de Federação – é "facinho". Hoje, qualquer escritório público pode dar entrada no





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

seguro-defeso, qualquer escritório, qualquer telefone... Qualquer malandro pode pegar um telefone desse e dar entrada no seguro-defeso. Por que não fazemos?

Por que o Governo não faz um convênio direto, um cadastramento direto com as federações e entidades responsáveis pelos pescadores deste Brasil, e criamos um modelo, um código em que seja convalidada qualquer ação – seja de RGP, seja da entrada do seguro-defeso –, e todo aquele que venha a dar entrada nesse pedido seja responsabilizado, e ele possa ser rastreado amanhã?

Então, há, sim, solução para tudo isso. A bem da verdade, é que o pescador – aquele que trabalha, aquele que precisa –, está sendo penalizado.

Então a gente, hoje, fazendo parte aqui dessa medida provisória, queremos chegar a um senso melhor e atender esse brasileiro que hoje está carente desta realidade. Que nós possamos, tão breve, ouvir esse pescador, chegar a uma racionalidade e levar o alimento, e o Governo possa entender que esse seguro-defeso é importante demais para o pescador.

Senão, o pescador vai ter que cometer um crime: vai ter que ir ao rio pescar. E, se ele for ao rio, ele é um criminoso, e, se ele deixar a família morrer de fome, ele continua sendo um criminoso. Por isso, nos apressa muito poder chegar ao relatório final dessa medida provisória. Que o Governo possa dar o direito – reconhecer esse direito – ao pescador artesanal, que leva o alimento para a mesa dos brasileiros; que trabalha diuturnamente para dar sobrevivência e para alimentar o Brasil.

Essa é a minha fala, Presidente.

Quero me colocar à disposição desse grupo de trabalho que está aqui para a gente poder resolver esse problema nacional, que é fazer o reconhecimento dos brasileiros que trabalham na pesca artesanal de norte a sul, de leste a oeste, e, em especial, no meu Estado de Roraima.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Albuquerque.

Eu acredito que a gente não precise ir lá no ministério com o Ministro do Trabalho, porque ele já vai estar presente na audiência pública do dia 24, então a gente vai ter oportunidade de ouvi-lo aqui, com todos os membros e participantes que estiverem aqui, entendeu?





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, como a gente está com o prazo até já um pouco... e já está com as audiências públicas marcadas – ele vai participar da primeira data –; como essa semana do Carnaval e, após a semana do Carnaval, nem vai ter atividade aqui no Congresso, acho que fica prejudicado, e a gente tem oportunidade de ouvi-lo aqui na audiência pública no dia 24.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia, do Rio Grande do Norte.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco/PSD - RN) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras aqui presentes, eu queria... eu sigo a mesma linha do colega Parlamentar aqui.

Eu conheço de perto mulheres – a gente fala aqui de pescadores, mas as mulheres fazem essa pesca artesanal –, e acho que a gente tem que correr atrás de aprovar essa medida, porque eles têm fome, e quem tem fome tem pressa.

E aqui neste país o que eu observo é o seguinte: se tem fraudes, têm que ser apuradas, e cobrado o ressarcimento.

Agora, nós não podemos não aprovar essa medida provisória. Vamos ver esse cadastro, ver isso tudo.

Muitas vezes, o que eu presencio aqui é o seguinte – vou dar um exemplo aqui que não tem muito a ver –: por exemplo, o cigarro eletrônico está para ser aprovado, e o que se fala é que é por causa do contrabando do cigarro eletrônico, por isso que tem que legalizar, porque não temos Polícia Federal nem Rodoviária Federal suficiente para combater esse tipo de crime, que é um dano à vida.

E eu me pergunto: nós temos... Daqui a uns dias, se a gente deixar, não vai aprovar, porque não temos quem apure as fraudes. Daqui a pouco, se assaltarem a casa da gente, como não temos polícia civil nem militar para investigar, mando derrubar a casa para não ser assaltada novamente. Então, esses trabalhadores e trabalhadoras, que eu conheço de perto... É claro que a gente está ouvindo fraudes e mais fraudes, mas nós temos órgãos controladores, e acho que botar um edital com uma portaria dando essas prioridades, porque a gente sabe que não tem pessoas no Ministério do Trabalho o suficiente... O grande problema deste país é que se combate que não pode aumentar o serviço público e, ao mesmo tempo, nós não investigamos, porque não temos quem investigue em tempo real as fraudes.





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu concordo, acho que a gente tem que chamar o Ministro do Trabalho aqui, mas, gente, este é um apelo que eu faço aqui, por favor: são pais e mães de família que vivem, que sustentam sua família, que alimentam, para não morrer de fome, e uma grande parte de mulheres, marisqueiras, tudo aquilo que eu presencio. Agora, não estou dizendo aqui: "A Senadora Zenaide quer que não se combatam as fraudes". Tem que combater, mas não punindo aqueles que realmente precisam. Então, é bom que venha o Ministro e mostre, mas não perdendo essa medida provisória, porque a gente sabe que é muita gente passando fome e não cabe aqui a nós do Congresso deixar milhares e milhares de famílias brasileiras que vivem da pesca e que têm uma dificuldade imensa, não só no período de defeso... Por exemplo, muitos já não estão pescando por causa da seca, porque já não tem o peixe. E, quando chegar o período de defeso, que é essencial, cabe à gente incentivar, mostrar que não pode, como ele falou, e não deixar fazer clandestinamente, porque a gente se põe no lugar. Eu, como médica, já vi muito isto: "Senadora, não tenho nada para comer em casa, Dra. Zenaide". É isto que a gente tem que ver também, esse lado humano. E essa medida provisória vem a calhar, porque esse povo está... Depois da medida... que vence quando? Caduca quando?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco/PSD - RN) – Quinze de abril? Então, vamos ver se a gente aprova em março, em nome desses homens e mulheres de bem, e vamos descobrir quem está fraudando, gente.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – A gente tem prazo, Senadora, para aprovar em maio, porque a gente vai votar o relatório aqui no dia 10 de março. Então, a Câmara e o Senado vão ter cinco semanas para o vencimento da medida, mas dá para aprovar em março.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco/PSD - RN) – Dá para aprovar em março, vamos aprovar, gente. E vamos criar mecanismo, eu não sei como o Ministério do Trabalho vai fazer, porque não é simples. A gente conhece que a maioria dos ministérios não tem pessoas suficientes para investigar, mas vamos ver quais são os órgãos e corrigir isso aí, porque nós não podemos viver assim: encontrou uma fraude, fecha aquela instituição; encontrou uma fraude, faz isso. Não é por aí. Vamos descobrir a fraude, vamos descobrir a causa, o que é que está causando e não vamos deixar esses homens, mulheres e seus filhos com fome, porque a gente sabe que a grande maioria está lá pescando para sobreviver.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Antes de terminarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores, os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Convoco a 3ª Reunião da Comissão para o dia 24 de fevereiro, às 14h, lembrando que nessa reunião será feita a primeira audiência pública.

(Iniciada às 14 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 38 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1323, DE 2025 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Josenildo, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1323, de 2025 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Marcelo Castro, Efraim Filho, Carlos Viana, Professora Dorinha Seabra, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Jorge Seif, Beto Faro, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Henderson Pinto, Sidney Leite, Albuquerque, Raimundo Costa, Cleber Verde, Carla Dickson, Padre João, Dilvanda Faro e Márcio Honaiser, e ainda dos Parlamentares Duarte Jr., Bruno Bonetti, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Augusta Brito e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Omar Aziz, Angelo Coronel, Cid Gomes, Carlos Portinho, Weverton, Dr. Hiran, Fausto Jr., Silvia Cristina, Sóstenes Cavalcante, Neto Carletto e Marcel van Hattem. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater a Medida Provisória nº 1323, de 2025. **Participantes:** Luiz Marinho, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; Carlos Augusto Gonçalves, Secretário de Proteção ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego; Rivetla Édipo Araujo Cruz, Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura; Márcia Eliza de Souza, Diretora de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão no INSS e Vanessa de Oliveira Gaudereto Guimarães, Mestre em Pesca e Aquicultura e membro do Instituto de Promoção Humana. **Resultado:** Audiência Pública realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e dois minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Josenildo

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1323, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/24>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas.

Vamos iniciar a nossa audiência pública.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.323, de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a Medida Provisória nº 1.323, de 2025, em atenção ao plano de trabalho do Sr. Relator Senador Beto Faro e requerimentos aprovados na reunião anterior.

Serão realizadas duas audiências públicas nesta Comissão: uma com a participação dos representantes do Governo, no dia de hoje, e outra com a participação dos representantes das associações de pescadores, na terça-feira que vem, associações e federações.

Conforme informado na reunião anterior, os Parlamentares membros da Comissão que desejarem realizar eventos nos estados, por conta de seus próprios gabinetes, podem fazê-lo até o dia seis de março. Seria até o dia dois, mas, por uma solicitação dos Deputados e Senadores do Estado do Pará, vai haver, no período do dia primeiro e dois, a Festa do Mapará, e solicitaram que a gente estendesse esse prazo até o dia seis e que encaminhássemos à Secretaria informações do evento – data, local e horário – para serem divulgados no *site* da Comissão.

Fomos informados há pouco que o Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Antonio Waldez Góes da Silva, que estava confirmado para esta audiência, não poderá comparecer em face dos sinistros ocorridos em Juiz de Fora, Minas Gerais, onde mais de vinte pessoas já morreram, em razão de uma enchente, e o Ministro precisou se deslocar para lá para dar apoio ao estado.

Sendo assim, faremos duas rodadas de exposição: uma primeira mesa com a palavra do Ministro do Trabalho, seguida das indagações dos Parlamentares e das respostas do Ministro; e uma segunda mesa com os demais representantes, seguida das participações dos Parlamentares.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria antes registrar a presença do Sr. Leidinaldo Gama, Presidente da Federação dos Pescadores do Amapá, que se faz presente; de Edivando Soares, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores, e de Orlando Lobato, Presidente da Federação dos Pescadores do Pará.

O Ministro Luiz Marinho, do Trabalho, já se faz presente aqui à mesa, assim como o Sr. Carlos Augusto Gonçalves, Secretário de Proteção ao Trabalhador, do Ministério do Trabalho e Emprego, a quem eu já dou a palavra para fazer uma apresentação da Medida Provisória 1.323.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até 15 minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas e comentários.

Com a palavra, neste momento, o Sr. Carlos Augusto Gonçalves, Secretário de Proteção ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego.

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas.

Agradeço, na pessoa do Deputado Josenildo, Presidente da Comissão, o convite ao Ministério do Trabalho e Emprego para fazer esta apresentação. E estendo os agradecimentos a todos os membros da Comissão.

Vou fazer uma apresentação rápida sobre a inserção do Ministério do Trabalho e Emprego na absorção da habilitação de seguro-defeso e, a partir daí, no conjunto de medidas que foram tomadas pelo Governo e pelo próprio Ministério do Trabalho para assegurar na plenitude que o pescador artesanal possa receber o benefício do seguro-desemprego.

O primeiro aspecto que eu gostaria de observar e chamar a atenção é o contexto dessa alteração.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só um minutinho. Não estou conseguindo passar aqui.

Passou... (*Pausa.*)

Bom, no contexto que levou à decisão de Governo de transferir a responsabilidade para o Ministério do Trabalho e Emprego da habilitação do seguro-defeso, os principais fatores são os indícios e, em particular, a elevada curva de expansão de pescadores habilitados ao programa ao longo das últimas décadas, em particular no período de 2016/2017 até 2023.

Só para apresentar para os senhores, esta é uma curva de 2014 a 2024. O número de beneficiários do programa oscilou, de 2014 até 2020, próximo a cerca de 800 mil pescadores habilitados ao programa.

Logo após esse período de 2019, ele passa a exibir uma expansão acelerada e alcança, em particular, em 2023/2024, cerca de 1,3 milhão pescadores que receberam o benefício do seguro-defeso.

Essas são as curvas dos valores de execução do programa.

De 2014 até 2019, acompanhando o número de beneficiários do programa, há uma evolução, há uma relativa estabilidade na execução do programa de 2,3 bilhões até 2,6 bilhões, em 2019. Após esse período, há uma expansão acelerada de execução do programa, alcançando 7,2 bilhões, em 2024.

Deve-se ressaltar aqui que, a despeito dessa inequívoca evolução dos trabalhadores habilitados, dos pescadores habilitados ao programa, tem um efeito não computado aqui que é o impacto da recuperação do salário mínimo, especialmente de 2023 a 2024, no valor do benefício pago ao pescador artesanal. Então, isso é uma ponderação importante a ser feita.

De todo modo, esse elemento trouxe ao Governo uma necessidade de trazer mais próximo um trabalho de edição de um conjunto de critérios em que pudessem ser complementados aqueles que já estavam em vigor no âmbito da habilitação do programa.

Só para repassar, quem tem direito ter o benefício do pescador profissional e artesanal? Quem está inscrito no RPG por, no mínimo, um ano, contando da data de requerimento do benefício; não disponha de outra fonte de renda além daquela relacionada à atividade





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesqueira; se dedicou à pesca durante o período compreendido entre defesos, ou nos 12 meses imediatamente anteriores ao do defeso em curso, ou o que for menor; não esteja recebendo benefício previdenciário ou assistencial contínuo, exceto pensão por morte, auxílio-acidente e programas de transferência de renda.

Quanto a esses requisitos da habilitação, é importante observar que eles já estavam presentes antes da edição da primeira medida provisória, que foi a 1.303, convertida em lei. Então, é importante deixar claro. Esses são elementos constitutivos do processo de habilitação que já faziam parte da legislação que preside a pesca artesanal.

Além disso, foram acrescentados outros elementos: comprovação de residência em municípios abrangidos pelas portarias que estabelecem os períodos de defesa, essa é uma nova regra estabelecida pela Lei 15.265, de 2025, aquela que foi convertida na Medida Provisória 1.333; comprove com notas fiscais a comercialização da sua produção ou com comprovantes de recolhimento da contribuição previdenciária. Aqui é importante observar que esse elemento também já estava presente na legislação como exigência da comprovação da atividade pesqueira, no entanto, ele passa a ter uma regulamentação um pouco mais clara na conversão da medida provisória em lei.

Além disso, o Governo já adotou um conjunto de outras medidas em decreto e também em resolução do conselho curador que vem regulamentando as novas medidas que disciplinam a execução do benefício.

Neste caso, é importante observar que se trata do benefício não só do seguro-defeso, mas do conjunto dos benefícios de Governo. Boa parte das exigências adicionadas aqui se aplicam basicamente para todos os benefícios de Governo, não só para o seguro-defeso.

Então, é o relatório periódico que comprove a atividade ininterrupta com o pescador artesanal – isso foi implementado nessa exigência e já está em vigor, que é o Reap –; ter registro biométrico em uma das bases de CNH, CIN ou Tribunal Superior Eleitoral – isso já está presente, já foi implementado na pesca artesanal e em todos os benefícios também, que o Ministério do Trabalho e Emprego paga, ou seja, as outras modalidades do seguro-desemprego –; ter inscrição no Cadastro Único, já também implementado; a confirmação do endereço de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

residência do pescador e verificação da compatibilidade entre o município de residência e os territórios abrangidos pelo defeso, também implementado.

O que ainda está em curso, em discussão técnica e que poderá ser implementado nos próximos meses até o fim do ano? Notas fiscais de vendas de pescado ou comprovantes de contribuição previdenciária. Atualmente é exigida apenas uma contribuição ou nota – é o que está hoje previsto como exigência normativa. E as justificativas, portanto, para essas medidas são: garantir o direito ao benefício a todos os pescadores e pescadoras profissionais que cumpram esses requisitos; e, portanto, afastar a condição de que o pescador artesanal, no benefício, possa ter a concorrência de outras concessões irregulares, em que não se caracteriza a figura do pescador artesanal. Então, a medida do Governo é especialmente para assegurar que o pescador artesanal possa receber regularmente o seu benefício.

Estas são as informações do período recente do Ministério do Trabalho e Emprego, na parte da responsabilidade, de novembro em diante. De 1º de novembro a 21 de fevereiro, nós já recebemos 999 mil requerimentos aproximadamente. É importante isso porque já equivale a 78,4% do volume registrado no mesmo período de 2024. Isso comprova, ao contrário – ou dá indícios, pelo menos, para uma reflexão –, que o pescador pode não estar encontrando dificuldades para preencher e registrar o seu requerimento, porque esse número equivale já a quase 80% do mesmo período de 2024, apesar das mudanças tecnológicas que foram processadas. O Pará representa 85% do volume de 2024, 29,3% do total nacional; Maranhão, 57,8% do volume do ano anterior – o menor desempenho, se comparado a 2024, é o do Estado do Maranhão –; Amazonas, 99,2%; Bahia, o número de requerimentos excede o número de 2024; Piauí, 86,3% em relação a 2024. Em conjunto, esses cinco estados concentraram 776 mil requerimentos, representando 78% do total nacional e 76% do observado no mesmo período. Eu gostaria só de chamar a atenção para a estabilidade desses cinco estados em relação a 2024, que é um período anterior a um conjunto de implementações executadas pelo Governo.

Esse é só um quadro da distribuição dos requerimentos por estado; e as parcelas de seguro-desemprego do produtor artesanal, especialmente neste período em que o Ministério do Trabalho e Emprego assumiu a responsabilidade por habilitação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já emitimos um primeiro lote de pagamento, no dia 17 de fevereiro, com a emissão de cerca de 47 mil parcelas, correspondendo a R\$76 milhões; um segundo processamento, no valor equivalente a 38 mil parcelas, totalizando R\$61 milhões; e um terceiro lote, equivalente a 51 mil parcelas e um montante de R\$82,5 milhões. No total, desde a primeira data ali, de 17 de fevereiro, já foram emitidas cerca de 135,4 mil parcelas, alcançando um montante global de R\$220 milhões.

É importante observar – diferentemente da dinâmica anterior – que esses números de parcelas desses lotes correspondem sempre a um pescador artesanal, que representa um requerimento. Então, isso dá uma amostragem da cobertura em relação ao total já de requerimentos solicitados ao Ministério do Trabalho, que é aquele valor inicial ali de 950 mil, aproximadamente.

Em nível geográfico, então, o Maranhão é o primeiro, com R\$51,2 milhões; o Pará, com R\$36 milhões; e a Paraíba, com R\$30,2 milhões. O processamento dos lotes de Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal possui prazo de 14 dias, contados a partir da data de emissão.

Isso é importante, porque, em alguns estados, parte desses lotes ainda... as pessoas podem não ter – os pescadores – recebido o depósito nas contas-correntes registradas no programa. Tem um intervalo de 14 dias para efetuar o pagamento.

Na coleta complementar de informações, mais conhecida como questionário, que tem sido aplicado especificamente nos cinco estados que são mais representativos do defeso de novembro a fevereiro, de 24 de novembro a 23 de fevereiro, o MTE realizou 380 mil atendimentos a pescadores, abrangendo 127 municípios do Pará, do Maranhão, do Amazonas, da Bahia e do Piauí, por meio de 420 agentes territoriais locais, em parceria com a Fundacentro.

Então, diante do desafio de fazer a habilitação, o Ministério do Trabalho e Emprego celebrou um TED com a Fundacentro e fez uma contratação de agentes, que são cerca de 480. Tem 60 ainda que serão distribuídos – esses agentes – em áreas ainda que necessitam do atendimento deles.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, na distribuição desses requerimentos... Desculpe, não dos requerimentos, mas, na distribuição da cobertura da aplicação desse questionário de atendimento ao pescador, no Pará, foram realizados 115 mil questionários, equivalentes a 39,2% dos 293 mil requerimentos distribuídos em 22 municípios, com atuação... Está cobrindo ali a lista, não consegui identificar quantos agentes. E o tempo médio de atendimento ali, por questionário, é de seis minutos, aproximadamente.

No Maranhão, foram registrados 91.470 atendimentos, equivalentes a 45% do total de requerimentos do estado, distribuídos em 27 estados.

No Amazonas, foram realizados 82 mil atendimentos, correspondendo a 85,1% do total de requerimentos do estado, distribuídos em 35 municípios.

Na Bahia, foram 55 mil atendimentos, correspondendo a 78% do total de requerimentos do estado, distribuídos em 26 municípios.

No Piauí, 36 mil atendimentos, correspondendo a 68% dos requerimentos.

Então, só gostaria de fazer uma observação. No caso específico, por exemplo, do Amazonas, que é um estado tão grande, tão importante em termos territoriais, tão grande quanto os demais...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – ... tem uma estrutura logística de suporte que é complexa para atender a todos esses pescadores, mas a taxa de cobertura no Amazonas alcançou 85%, o que para nós, equipe técnica do Ministério do Trabalho, é uma taxa razoável, pelo menos até o momento em que nós conseguimos consolidar as informações para trazer para os senhores. Essas informações são alimentadas diariamente na base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

Um outro ponto que o Ministro nos orientou a trazer na agenda da discussão com os senhores é sobre o legado do INSS, o que nós estamos chamando de legado do INSS. É um conjunto de requerimentos de responsabilidade do órgão. Esse é um trabalho que nós fizemos em conjunto com o INSS e o Dataprev, sob a supervisão da Casa Civil. Foram identificados, aproximadamente, 456,5 mil requerimentos de responsabilidade do INSS. Esses são





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimentos que vão até 31 de outubro, que são da responsabilidade formal ainda do INSS, entrando na habilitação, então, do seguro-defeso. São requerimentos recepcionados até 01/06, que são, portanto, anteriores à Medida Provisória 1.303.

Para fazer uma estimativa do que significa esse legado, o que ele representa hoje, considerando a aplicação dos diversos requisitos de batimentos que devem ser feitos, nós estimamos ali cerca de 4,26 parcelas. Posterior a 12 de junho, o valor médio da parcela considerada é de 2,35 parcelas. Fizemos um estudo considerando uma análise de risco, uma pré-qualificação desse legado para estimar o que seria, de fato, um compromisso com os pescadores, se tem que ser efetuado um pagamento. Nós fizemos esse pré-batimento do conjunto dos requisitos que presidiam e presidem a habilitação do seguro-defeso quando há responsabilidade do INSS. Eu não vou me alongar neles. São batimentos de CPF, lista de RGPs, lista dos advertidos por não cumprirem ou não terem entregado ainda o Reap 202/24, além de outros elementos que são constitutivos das normas que já presidiam a esteira de batimentos e de pagamentos do INSS.

Em decorrência desse estudo dos 456,4 mil requerimentos, nós constatamos que efetuando todos os batimentos que devem ser feitos, hoje, e que estão previstos em medida provisória, em decretos, em resoluções ou em normas internas do próprio INSS, dos 456 mil requerimentos, nós teríamos hoje, aptos a pagamento, 176,2 mil requerimentos. É importante observar que, desse total de requerimentos, tem uma parcela – nós não colocamos aqui – que, se houver uma decisão de Governo ou Congresso Nacional para efetuar o pagamento, que entra em uma esteira manual. Portanto, é uma parcela significativa desse legado, são cerca de 70% – a Márcia, do INSS, está aí e pode me corrigir –, e deles tem que ser feita uma análise pela equipe técnica e manual do INSS. Mas, pelo desempenho feito historicamente pelo INSS – nós pagamos esse indicador também com o INSS –, essa parcela, que é cerca de 70%, pode entrar na esteira de pagamento após três meses, no máximo de avaliação. Então, é como se fosse uma esteira automática, mesmo, de qualquer sistema de pagamento: à medida que vão liberando, vão entrando na esteira de processamento e na esteira posterior de pagamentos pelos agentes financeiros, mas tem, de fato, para 70% do legado, essa necessidade ainda – ainda – de uma análise manual, que pode exigir até três meses.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

De todos esses batimentos, nós chegamos a um valor de cerca de R\$1,19 bilhão, que seria o legado de compromisso, caso se decida por pagar esse valor.

É isso, senhores. Esta é a apresentação que nós temos.

Agradeço pela oportunidade e pelo convite ao Ministério do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, então, ao Sr. Carlos Augusto.

Com a palavra agora, por até 15 minutos, o Sr. Luiz Marinho, Ministro do Trabalho e Emprego.

O SR. LUIZ MARINHO (Para expor.) – Meu boa tarde a todos os nossos Parlamentares presentes, aos convidados, à imprensa.

Quero cumprimentar o Presidente Josenildo, o Relator Beto Faro; quero cumprimentar a Dilvanda, na pessoa de quem eu cumprimento todos os Deputados e Deputadas presentes, Senadores e Senadoras, amigos e amigas.

É um prazer enorme, Presidente, estar aqui com vocês mais uma vez, desta vez aqui na Comissão Mista, para falar sobre seguro-defeso.

É importante registrar que essa é uma matéria por que o Ministério do Trabalho respondeu até acho que 2015. Em 2015, o Governo achou por bem transferir essa parte para o Ministério da Previdência, no papel de incumbência do INSS de recepcionar e validar os pedidos de seguro-defeso.

O Governo acha por bem retornar isso para o Ministério do Trabalho. Ainda temos alguns quadros com *expertise*, muitos deles já se aposentaram, saíram da casa, até por essa razão há a necessidade de fazer essa parceria com a Fundacentro, através dos agentes no local, para poder fazer esse trabalho tão importante nos cinco estados referidos, a partir de um trabalho realizado pela CGU, de constatar uma curva de possibilidade de fraudes. Então, esta é a razão desses agentes na ponta: a partir dos relatórios, dos formulários a serem preenchidos, a gente fazer os cruzamentos, e a razão da medida provisória é trazer a necessidade de dados para cruzamento exatamente para evitar fraudes no processo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero lembrar que o Ministério do Trabalho tem essa tarefa também no seguro-desemprego, e o sistema tem tido muita agilidade no processo de observar tentativas de fraude do seguro-desemprego. Isso acontece quase todos os dias, mas o próprio sistema trava essa possibilidade; para o que foge desse ponto, a gente aciona imediatamente a Polícia Federal e companhia limitada, buscando cuidar com muita responsabilidade de cada centavo que brasileiros e brasileiras pagam de impostos – os trabalhadores, que dão duro no dia a dia –, a partir da folha de pagamento, que abastece FAT, que abastece tanto os investimentos do BNDES, mas também a proteção ao trabalhador, através do seguro-desemprego, seguro-defeso, e assim sucessivamente.

É importante observar que a nossa tarefa, como disse assim... Quando o Governo, o Ministro Rui Costa, me chama provocando se o Ministério do Trabalho poderia voltar a assumir essa tarefa, eu disse à imprensa, quando me perguntaram – quando o nosso Ministro da Previdência, o Ministro da Pesca e eu apresentamos essa possibilidade dessa transição –, perguntaram se eu tinha a missão de reduzir o pagamento do seguro-defeso, que era uma questão orçamentária. Eu fui categórico ao dizer que não, que não trata em absoluto de qualquer ajuste orçamentário, aqui se trata da busca de garantir ao trabalhador pescador artesanal, efetivamente, acesso ao seu direito.

Então, esta é a nossa tarefa: é garantir ao pescador ou pescadora que ele tenha acesso ao direito que a lei lhe confere. Para isso, evidentemente, ele tem os requisitos de comprovação dessa condição e a nossa tarefa, portanto, é, a partir disso, garantir o seu pagamento e, ao mesmo tempo, evitar qualquer malandragem de quem venha a ter acesso a um recurso que a lei não garante a quem não tem a tarefa, a profissão de pescador permanente artesanal.

Então, resumidamente, Presidente, essa é a tarefa que nos cabe aqui. O que é importante ressaltar é que a medida provisória traz vários requisitos que reforçam a tarefa de combater fraudes. Acho que esses são elementos importantíssimos para que a gente possa atuar para poder evitar. É evidente que às vezes causa até um transtorno ou outro – as dificuldades eventuais do nosso trabalhador simples, lá na ponta, de responder alguns requisitos –, mas a gente tem que ter muita flexibilidade para ter o tempo que ele necessitar, evidentemente, mas ao mesmo tempo lhe oferecer condição de ele poder comprovar, porque isso afasta qualquer





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade de quem eventualmente tentou passar ou tentará passar por pescador, não sendo pescador.

Portanto, o cruzamento do domicílio nos municípios que compõem as bacias pesqueiras é importante: o cruzamento, o acesso aos demais dados, seja da Receita ou de outro órgão que convier, para facilitar o trabalho de cruzamento, para garantir o direito exatamente a quem tem esse direito.

Então, assim, eu queria aqui trazer aos nossos Deputados e Senadores – viu, Beto? – e garantir a vocês que o Ministério do Trabalho está focado para proteger os trabalhadores pescadores artesanais em todo o território nacional, para, a partir dos requisitos cumpridos por eles, garantir o pagamento efetivamente no período.

Houve esse processo de atraso a que o Carlos Augusto se referiu, mas a nossa missão é, a partir daqui, não permitir qualquer atraso que possa comprometer, especialmente, a sobrevivência dessas pessoas em cada local do nosso país. Então, esse é um pouco o compromisso, o foco em que nós estamos trabalhando com muita dedicação.

Posso afirmar a vocês que a equipe do Ministério do Trabalho, apesar de ele ter sido interrompido, apesar de ele ainda ter alguma insuficiência estrutural que nós estamos resolvendo no tempo, está preparada para dar conta da missão oferecida ao Ministério do Trabalho e Emprego, sob orientação do Presidente Lula, para garantir, acima de tudo, o direito, o acesso ao direito ao pagamento de todos os pescadores e pescadoras.

No mais, Josenildo, até porque eu creio que o debate em si está coberto, quero me colocar à disposição da Comissão e dos Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras para todo e qualquer esclarecimento que couber de nossa parte. Estamos sempre à disposição. A casa você conhece, já estive lá comigo algumas vezes e sabe que nós sempre estamos à disposição, tanto o Ministro como a sua equipe. Estamos aqui com o Secretário-Executivo, Chico Macena; estamos aqui com o nosso Secretário de Inspeção do Trabalho, Luiz Felipe; a nossa Secretária-Executiva Adjunta; o Prof. Luizinho, que vocês conhecem aqui, nosso assessor Parlamentar; o Panquestor, nosso Consultor Jurídico; Carlos Augusto e sua equipe. Enfim, o ministério está sempre à disposição da Casa para tudo o que vier, na condição não somente de Ministro, mas de colega da Casa também. Estamos inteiramente à disposição.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Ministro Luiz Marinho.

Quero passar a palavra agora para o Senador Beto Faro, Relator.

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, demais membros da nossa Comissão para analisar essa medida provisória e proferir um parecer, quero agradecer aqui a presença do Ministro Luiz Marinho, de toda a equipe do ministério, que está aqui bastante robusta, inclusive, hoje para atender esse pedido.

Queria agradecer, Ministro, não só por a convite ter vindo aqui, mas também por ter recebido a gente dentro do ministério. Eu mesmo, nesse período agora, recente, trouxe uma equipe grande do Pará, e nós ficamos lá por umas quatro horas debatendo com V. Exa. as questões da pesca do nosso estado. Então, quero agradecer-lhe por esse compromisso.

Para afastar qualquer situação, e acho que nós vamos passar... A minha compreensão a respeito desse tema é de que nós teremos um ano ainda meio que turbulento nessa questão para ajustar o procedimento.

Você já falou, referiu-se aqui ao atraso no pagamento, e esse é um problema, porque não pagar o seguro-defeso no período do seguro, no período em que as pessoas interrompem a pesca, já complica a vida das pessoas, porque é como se o cidadão tivesse uma poupança que dá conta de segurar, o que não é verdade. Então, o cara tem que receber no período, no período correto. Nós estamos agora iniciando o pagamento, e que bom que nós estamos iniciando – você já tinha até me falado na audiência que começaríamos a partir do meio do mês de fevereiro, como está começando –, mas no Pará nós vamos abrir a pesca dia 1º de março. Então, nós passamos todo o período do seguro-defeso sem receber efetivamente o recurso. E isso leva, inclusive, pescadores a terem que ir pescar no período em que não era para estarem pescando. Leva, inclusive, a esse problema. Tem muitos desses casos acontecendo lá no nosso estado.

Então, a gente deve fazer um trabalho que... A medida provisória, na minha avaliação, vai responder a muitas das questões, mas nós temos que fazer um trabalho contínuo para que a gente possa acabar com esses problemas, cadastrar, efetivamente, quem são os pescadores e





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantir que, no período correto, a gente possa reproduzir as espécies, para que a gente possa fazer isso e que isso seja feito.

Então, o Ministério do Trabalho vai ter muita coisa ainda para dialogar nesse período, além da medida provisória. Nós estamos aqui... Na minha avaliação, a medida vai responder a algumas questões, mas não faz tudo.

Hoje nós temos mais de 40 emendas, para você ter uma ideia, no tema. E esse é um tema muito, na nossa região lá... Estou vendo aqui o Deputado Henderson Pinto, a Dilvanda, que são Deputados do Pará, mas tem outros Parlamentares que atuam e que têm uma força nessa questão. Nós somos um estado que tem muitos pescadores, o estado maior do país em termos de pesca artesanal. Para nós, na economia do Pará, isso mexe muito. Acho que os pescadores no estado são a segunda categoria. Perdem para a agricultura familiar, depois, vêm os pescadores. Muitos até se confundem, porque fazem as duas atividades.

Então, essa é uma situação em que qualquer desarrumação nessa questão mexe diretamente na vida das pessoas.

Nas medidas, nas emendas que nós temos, eu posso adiantar, até porque, nesse período, daqui até o meado do mês que vem, nós temos que conversar sobre isso. Sobre algumas questões aqui nós vamos ter que conversar para fazer um ajuste que seja a vontade do próprio Governo, que enviou a medida, mais a dos pescadores e a ideia dos Parlamentares aqui.

Tem emendas que vão desde a flexibilização dessa questão do registro biométrico, que é uma questão que a gente poderia fazer, até a como estabelecer parceria efetiva do Ministério do Trabalho, por parte do Governo, que é o executor da política, com as entidades dos pescadores. E, aqui, com a experiência de quem vive isso no dia a dia, Ministro, para que a gente não repita o que aconteceu nas aposentadorias em que nós temos uma CPI em curso aqui no Congresso, o aumento ali foi crescendo muito na medida em que essas entidades representativas dos trabalhadores, na minha interpretação, foram perdendo importância na indicação de quem eram, efetivamente, os pescadores. Quando começa a entrar um monte de gente que não era entidade representativa dos pescadores, a fraude aumenta, que foi um pouco o que aconteceu no rural, nas aposentadorias rurais. São escritórios, é despachante, é todo mundo hoje... Então, esses critérios aí nós precisamos remontar, restabelecer.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem emendas no sentido de se agravar, inclusive, as penalidades para quem comete as fraudes, e aumentar essas penalidades.

Nessa questão dos recursos financeiros, não ter emendas, no sentido de acabar com essa questão do teto, para que você tenha recursos que garantam o pagamento de quem são os pescadores, efetivamente, sem ter estabelecimento de um teto inicial.

Ajuste na forma de comprovação da atividade. Nós precisamos fazer isso. E há proposições neste sentido de ajustar essa comprovação da atividade, até facilitando, porque nós não estamos tratando com pessoas que estão já conectadas à internet, que têm computadores, que têm uma série de coisas hoje. São muitos analfabetos, inclusive, com dificuldade de interpretação de um questionário, de um questionamento. Então nós temos que ajustar, sem que isso deixe margem para continuar com as fraudes. Mas nós temos que... Um equilíbrio, na minha avaliação, meu Presidente, é a gente fazer com que o programa continue, que se garanta o programa continuado, com as restrições para quem faz a fraude, mas não podemos cercear o direito daqueles que têm, por serem pescadores, de receber o recurso. Então é esse equilíbrio que eu acho que nós vamos ter que trabalhar bastante aqui na Comissão, para que a gente possa apresentar um bom relatório.

Então, têm iniciativas, Ministro, sobre as quais eu queria ouvi-lo.

Por exemplo, o Codefat hoje tem um conselho: seis do Governo, seis dos trabalhadores e seis do empresariado. Até pela organização dos pescadores, eu não conheço nenhum dos pescadores que esteja pelos trabalhadores nesse conselho. Você tem confederações e entidades muito mais representativas e fortes nessa questão. Eu nem diria... É porque não é uma situação fácil você chegar lá e mudar a representação das centrais e tudo. Mas, na medida em que se vai discutir no Codefat, no conselho, medida para os pescadores, tem que ouvi-los. Mesmo que a pessoa não tenha direito ao voto, ela tem que estar lá para poder expor... E é bom para o próprio conselho que vai deliberar sobre a questão da pesca ouvir os pescadores. Eles não conseguem – as suas entidades hoje, com todo o crescimento que essas entidades têm – ter essa representação lá. Nem estou aqui reivindicando a mudança na composição do conselho, mas, se vai discutir a questão dos pescadores, chamem os pescadores para, a título de consulta, ouvi-los.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isto aqui é uma questão para nós fundamental: como a gente ajusta e a garantia de que efetivamente esse seja o último ano que a gente paga o seguro-defeso fora do período do seguro-defeso, senão, daqui a pouco, qual é o sentido mesmo desse pagamento? Então, é garantir que a gente faça isso e são medidas que nós avaliamos importantes.

E têm umas medidas, Ministro...

Quero aproveitar aqui, e não se vai necessariamente discutir tudo isso na medida provisória, mas é ainda justo. Depois da conversa que nós tivemos com o senhor, nós tivemos o aumento do pessoal da fundação nos municípios, e ainda temos problemas, está certo? Ainda temos problemas. Então, como é que a gente trata ainda desses problemas? É porque nós temos ali cerca de trinta e poucos por cento dos pescadores do Pará que já fizeram esse cadastro. São trinta e poucos por cento. Então, nós temos aí cerca de sessenta e poucos por cento ainda, o dobro do que nós já fizemos, para ser feito o cadastro e responder à pesquisa. São sessenta e poucos por cento, mesmo com o aumento – e aqui eu reconheço o trabalho e o esforço que vocês fizeram para aumentar. Mesmo com esse aumento, nós ainda vamos levar um bom tempo para poder fazer isso, e atrasando mais ainda, porque há uma condicionante do Ministério dizendo que paga só a partir do momento que fizerem essa pesquisa, esse novo cadastro. Então, quando é que o último aí vai estar recebendo esse benefício?

Nós temos que compreender, Ministro, que nós estamos numa etapa... E aqui, para mim, encerrando, só colocamos isso: eu sou da base do Governo, sou Senador do PT do Pará, ligado à questão rural e da pesca artesanal, e sei do compromisso que vocês têm com relação aos pescadores, até porque o seguro-defeso tinha uma primeira lei lá de noventa e pouco, depois da Constituição Federal, mas, efetivamente, o pagamento, uma ação concreta foi a partir de 2003, quando o Presidente Lula assumiu a Presidência do Brasil, está certo? Inclusive, a minha companheira Ana Júlia era Relatora no Senado – era Senadora aqui – e foi quem relatou a nova lei do seguro-defeso. É um Governo, e aqui eu me reivindico, em que nós ajudamos e construímos essa política. Então, quem construiu não pode vacilar agora – está certo? – neste momento de problemas.

Nós temos que conversar, dialogar, entender como vocês estão falando. Nós estamos vivendo um momento... até porque tem gente que desde o ano passado que não recebe, está





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

certo? Vocês mesmos colocaram ali cerca de 400, precisamos de um bilhão. Eu acho que é um bilhão para aqueles que vocês já estão dizendo assim: "esses aqui já estão certos". Mas tem uma série de pessoas que ainda não foram avaliadas. Então aquele um bilhão pode aumentar ainda, está certo? Na minha avaliação, não sei se é essa a compreensão do Ministério, mas a minha avaliação é de que esse um bilhão pode aumentar.

Então, não pode ficar mais um acumulado, essa coisa. Nós temos que, meu Presidente, ajudar no sentido inclusive de negociar com o Ministério da Fazenda para poder liberar esse dinheiro, porque senão o Ministério do Trabalho não vai ter como efetivamente pagar, porque isso distensionaria. Na medida em que se paga esse dinheiro que estava faltando no passado, já distensionaria muito aquilo que está sendo feito lá na ponta agora.

Acho que são medidas que... eu estou falando isso aqui, já expus isso para o Ministro noutra oportunidade, e sei do compromisso dele de estar junto com a gente enfrentando isso aqui. Nós aqui, como Parlamentares, porque nós representamos essas categorias, o pessoal vem à gente, procura a gente. Então, nós temos que buscar o melhor jeito para poder resolver essas questões.

São pontos que eu queria colocar. Quero dizer que nós vamos estar fazendo audiências aqui, vai ter audiência na semana que vem com as entidades. Depois dessas audiências com as entidades, Ministro, eu acho que aí é o momento de a gente – não sei se toda a Comissão, mas pelo menos parte dela – voltar a conversar com o senhor, porque, na medida em que a gente vai ouvir as entidades, vão aparecer os problemas maiores, porque a gente vai ouvir quem de fato está vivendo o problema. Então, a partir daí a gente poder dialogar com V. Exa. Espero que a gente tenha mantido esse diálogo que tem sido feito com a gente, para que a gente possa chegar pelo meio do mês de março com um bom relatório e uma ajuda do Parlamento, para que a gente possa garantir a continuidade do seguro-defeso como uma política correta, como nós viemos fazendo nesse longo tempo no país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Senador Beto Faro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para esclarecer, esse é o primeiro bloco da nossa audiência pública, que é com a participação do Ministro Luiz Marinho. Como tem alguns Parlamentares que chegaram agora, neste momento, as perguntas vão ser direcionadas só ao Ministro. No segundo bloco, depois que a gente ouvir os outros representantes da mesa, a gente abre novamente a palavra, o.k.?

Com a palavra agora, o Relator Revisor, o Deputado Sidney Leite, por até três minutos.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Beto Faro, colegas Deputados e Deputadas, Senadora Zenaide, Sr. Ministro, seja bem-vindo a este Parlamento. Na pessoa do Secretário Carlos, quero saudar todos os secretários.

Primeiramente, Senador Beto, eu defendo, até como efeito pedagógico, que nós teríamos que ter uma punição dura para quem frauda, inclusive ser banido dos programas sociais, porque aí muita gente vai repensar antes de querer fraudar e tentar destruir um programa tão importante, principalmente para V. Exa., o Presidente e eu, que somos da Amazônia e sabemos da importância que tem o pagamento do seguro-defeso para o pescador e pescadora artesanal.

Segundo, Sr. Ministro, a gente precisa ter a colaboração de todos, mas é necessário que a gente possa fazer com que os sistemas funcionem com mais celeridade. Porque, veja bem o seguinte: se aqui no Brasil, de primeiro plano, vamos dizer assim, acessar o gov.br já não é fácil, imagine isso nos rincões da Amazônia, no Brasil profundo. Então, nós temos essa dificuldade. E, quando você pede para fazer essa confirmação em duas etapas, há um desafio muito grande. Não é que não se queira fazer, mas tem que se levar isso em consideração.

Terceira questão: nós sabemos da implicação da questão legal, porque há um consenso, no sentido de todos os Parlamentares e lideranças com quem a gente conversa, de que o ideal é que o pescador fosse vinculado a uma instituição, certo? Nós sabemos das limitações, mas, a título de sugestão, que o Ministério do Trabalho pudesse fazer, de forma livre, um sistema de adesão de todas essas instituições que desejarem, assim, fazer parte de um cadastro do Governo, e sabendo que terão que ser analisadas pela idoneidade, pelo compromisso e pela representatividade de pescadores e pescadoras, marisqueiros e marisqueiras. Mas eu entendo que nós daríamos um grande avanço ao começar a separar o joio do trigo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quarto, a título de sugestão – informações de reuniões que nós tivemos no Ministério da Pesca –: quem mais acessa o sistema do Governo para solicitar o RGP, para se cadastrar no sentido de garantir o pagamento do seguro-defeso, não é uma confederação, não é uma federação, não é uma colônia, não é um sindicato, uma cooperativa ou associação de pescadores; são pessoas que têm OAB. Eu não estou dizendo que todo advogado está envolvido nisso, mas eu entendo que, nesse recadastramento, o Ministério do Trabalho tenha que ter um olhar sobre isso, certo? Porque nem todas as soluções vão sair no formato do que nós aprovamos na medida provisória; isso tem que ser um trabalho vigilante e constante para que a gente possa inibir a fraude. Então, eu trago essa sugestão.

E, a título de colaboração – e foi muito boa a fala do Senador Beto Faro sobre a questão da representatividade dos setores nesse conselho –, eu quero deixar uma sugestão: que a gente pudesse também, via Ministério do Trabalho, desenvolver programas de qualificação não só para o pescador – para a família do pescador –, mas especialmente para o filho do pescador. Isso articulado, inclusive, a partir dessas instituições que aderirem de forma livre e espontânea, a um banco de dados que o Governo teria, até para saber e monitorar quantas instituições ligadas à pesca e à atividade dos marisqueiros nós temos no Brasil. Então, eu gostaria aqui de deixar essa solicitação.

Mas fica aqui, Senador Beto Faro e colegas, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, que nós temos que ser rígidos com quem fraudava esse programa, porque, se assim nós não fizermos, fica muito fácil. A pessoa... Não acontece nada. Eu estou dando aqui um exemplo, mas eu acho que a gente tem que engrossar tinta nesse sentido, para que a gente não viva isso que nós estamos vivendo neste momento.

E, eu encerro a minha fala no sentido de a gente fazer um apelo. Com o que o Senador Beto fala eu concordo integralmente, porque nós vínhamos... Quando eu digo nós, digo quem acompanha essa questão do pescador e da pescadora numa rotina de pagamento do seguro-defeso, e isso quando ele não pode pescar, porque, no Estado do Amazonas, não são todas as espécies que estão proibidas nesse período do defeso, mas ele pesca para a subsistência, ele não pesca para a escala de comercializações e da garantia do sustento da sua família. Lembro que muitos pescadores e pescadoras, na Amazônia, saem para pescar sem conseguir deixar uma cesta básica em casa, muitas vezes pegando dinheiro emprestado ou para comprar o diesel ou





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

para comprar o gelo. Não é uma atividade fácil, porque quem ganha dinheiro, nesse caso, é o atravessador e não o pescador, mas é importante que a gente busque unir esforços para garantir a celeridade do pagamento de quem efetivamente é pescador, inclusive, pela prioridade do pretérito, dos mais antigos para os mais recentes. Que nós possamos fazer isso, mas garantir o pagamento a essas pessoas, que, neste momento, têm atravessado muita dificuldade. Se não podem exercer sua atividade e não recebem o seguro, fica muito difícil, muito difícil para garantir o sustento dessas famílias.

No mais, quero agradecer a sua participação aqui, agradecer por nós termos sido ouvidos no sentido de rever alguns termos, algumas colocações do questionário, porque tem palavras que inclusive não são usuais, não são do conhecimento do pescador. E tem pescador que, quando é entrevistado, é assim: "Mas você pesca o ano todo?", "Eu pesco". "Mas e quando está no período que você não pode pescar?" "Não, eu trabalho", mas ele fala aquilo com o sentido de reconhecimento, de orgulho porque ele é um trabalhador. Não é que ele tenha uma outra fonte de renda, não é que aquilo garanta a sustentabilidade dele.

Então, essas preocupações... Tem aqui alguém que entende que quem tem que receber é quem é pescador; quem não é pescador não tem que receber, e defende isso, certo? Agora, nós temos que ver como isso se dá na prática. Essa questão da tecnologia: nós sabemos que nós temos uma parcela de pescadores analfabetos; nós sabemos que temos uma parcela significativa de pescadores que têm o telefone celular, mas não baixam aplicativo. Então, isso nós precisamos compreender e entender, para que a gente possa efetivamente fazer funcionar.

Eu não vou nem falar da internet, porque a gente vem de uma região, Ministro, a Amazônia, em que, em torno de 1,6 milhão de pessoas não têm energia elétrica. Tem cidade no meu estado que você pode fazer o que quiser, mas você não consegue falar. Então, esse é um desafio que a gente tem e a gente vai buscando superar. Entendo que medidas precisam ser tomadas, mas é preciso garantir isso e essa responsabilidade.

Eu tenho visto aqui, acompanhado, o trabalho do Presidente, o trabalho do nosso Relator, no sentido de que a gente possa construir isso, como muito bem colocou o Senador, no sentido de garantir o êxito desse programa, que é um programa, diga-se de passagem, vitorioso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou citar aqui uma espécie – não é isolada, em função disso – como o Pirarucu, que estava em extinção e saiu da lista de extinção. Tem lá a estrutura de manejo do Pirarucu, mas, com certeza, esse programa garante que uma espécie dessa saia da ameaça de extinção. Isso é um exemplo claro. Vou citar aqui um único exemplo.

Então, eu quero aqui dizer que esse programa não tem o alcance que, muitas vezes, as pessoas acham: meramente um programa social. E, diga-se de passagem, a gente precisa fazer esse reconhecimento. Até antes deste Governo, quem recebia seguro-defeso não recebia Bolsa Família, mas isso foi corrigido agora, depois de muita luta e diálogo. E eu quero agradecer ao seu colega Ministro, que foi sensível a isso, dialogou conosco para que, no período do seguro-defeso, todo mundo receba o Bolsa Família. Se enquadrrou, está no CadÚnico, tem o perfil? Que receba nos meses seguintes, porque nem sempre essa pesca garante a sustentabilidade mínima daquela família que está ali naquela condição social.

Então, é isso. Conte conosco. Eu entendo que tanto o Presidente quanto o Relator vão estar abertos também às sugestões, para que a gente possa melhorar, avançar e para que esse programa continue sendo exitoso, no sentido de garantir a efetividade dessa sustentabilidade ambiental, mas também para quem exerce essa atividade tão importante para o nosso país, principalmente para a nossa região, que tem o maior índice *per capita* de consumo de peixe deste país.

Obrigado e bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Sidney Leite.

Com a palavra agora, por até três minutos, o Deputado Albuquerque.

Por favor.

O SR. ALBUQUERQUE (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Para expor.) – Boa tarde, Presidente Josenildo, Ministro Marinho, Secretário Augusto, nosso Senador Beto Faro, Deputado Sidney, Senadora Zenaide, do Rio Grande do Norte, e nossos colegas Deputados aqui presentes.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, a sua vinda para cá hoje é importantíssima para que nós possamos colocar as dores de milhões de brasileiros que estão por aí afora na pesca artesanal, que promove a alimentação deste país.

Nós, como representantes aqui deste povo brasileiro, de forma nenhuma queremos que esses que hoje estão causando essa celeuma nacional passem em branco. Nós queremos que sejam punidos com o rigor da lei, esses cujos escritórios são ambulantes, que não têm uma residência para o seu escritório, em todo o Brasil, e que criaram esse problema nacional. E quem está pagando essa conta é o trabalhador brasileiro, é o pescador artesanal de todo o país. Nós queremos que aquele, sim, pague essa conta.

Mas eu gostaria de fazer uma reflexão com todos os que estão aqui neste recinto hoje. Se nós ficássemos sem o nosso salário por um mês apenas... Ah, mas a dor seria grande. Aí nós gritaríamos, nós iríamos a quem teríamos que ir para dizer que não tem como viver sem salário, Senadora, é impossível. Mas por que o pescador artesanal, que está aí há quatro, cinco meses, está podendo viver sem o salário dele? Como é que ele está vivendo?

(Soa a campainha.)

O SR. ALBUQUERQUE (Bloco/REPUBLICANOS - RR) – Será que nós, responsáveis por esse ato de gestão de Governo, não estamos empurrando esses trabalhadores a um ato criminoso, Ministro?

Nós estamos empurrando esse trabalhador a um ato criminoso, porque ele precisa alimentar a sua família, porque ele precisava, Deputado, de comprar o material escolar para a sua família. Comprar apenas uma roupa para o seu filhinho ir para a escola. E esse seguro-defeso, que para mim é uma grande ação do Governo Federal, deixou de suprir neste momento esta dor.

E aí eu quero só colocar uma referência para que V. Exa., Ministro, faça um pensamento futuro do que vai acontecer.

Esse brasileiro que deu entrada agora nesse requerimento para ter direito ao seu seguro-defeso é o mesmo brasileiro que está transgredindo a lei, o que vai se tornar um ato criminoso para ele, porque, amanhã, a própria lei e a justiça, as forças vão pegar esse brasileiro e vão





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer: "O senhor está pescando no período que não pode. O senhor está infringindo a lei. O senhor é um criminoso". E, em consequência disso, esse pescador artesanal, Deputado Raimundo, vai perder o direito à pesca.

A pergunta que eu faço para quem está com a gestão na mão é a seguinte: Qual vai ser o critério para se avaliar essa transgressão desse pescador que se obrigou a ir ao rio para levar o alimento para sua família? Essa pergunta fica para a gestão do Governo Federal. Como é que os senhores vão avaliar esse crime causado por esse cidadão, que foi obrigado, Senadora, a cometer esse crime? Como é que nós vamos avaliar isso?

Além do mais, o Deputado Sidney falou de um ponto especial. É preciso que as entidades criem um vínculo direto com o Governo Federal. Enquanto não se criar um vínculo de responsabilidade de todas as entidades de pesca deste país, teremos esses problemas recorrentes para o futuro, Ministro. É preciso saber quem vai assinar esse requerimento e mandá-lo para o Ministério do Trabalho para a solicitação do seguro-defeso, essa responsabilidade, não só do pescador, mas da entidade que o chancelou, que o carimbou e que o assinou, porque, do contrário, vamos deixar a Polícia Federal trabalhando o resto da vida nos escritórios *online* do país.

Há a necessidade de se fazer esse vínculo direto, de se encontrar uma forma de se fazer esse vínculo com as entidades de pesca no país.

Mas eu quero só, para finalizar a minha fala, dizer para V. Exa. que lá no meu Estado de Roraima também tem pescador artesanal. E eu ouvi, na apresentação do Sr. Carlos Augusto, que, previamente, para este ano, iremos pedir também a nota fiscal para o pescador como parcela de aproveitamento e identificação desse brasileiro. Só quero deixar registrado aqui, e como disse o Sidney, que milhares de amazonenses não têm internet nem energia.

Em Roraima não é diferente não, Presidente Josenildo. Ora, se não temos nem energia, faça uma ideia internet! Como é que esse pescador artesanal, Senador Beto Faro, vai conseguir uma nota fiscal, se ele pesca na comunidade e vende na comunidade dele?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é preciso fazer uma reflexão dos brasis que nós temos neste Brasil; desse continente, que é este país. Entendendo de Roraima, do Acre, do Amazonas, até o Rio Grande do Sul, porque são brasileiros que levam a comida às mesas dos brasileiros.

Então, Ministro, o senhor tem uma grande missão, uma grande responsabilidade, de poder atender, fazer cumprir esta lei, entendendo que, lá na ponta, têm as famílias que trabalham e que precisam do seguro-defeso em todo o país.

Corra, monte equipe, contrate, fale para o Governo que o povo está precisando comer, somente. Que o lema do Governo é matar a fome. Se é matar a fome, não é tirar o seguro-defeso.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Albuquerque.

Com a palavra agora o Deputado Raimundo Costa.

O SR. RAIMUNDO COSTA (Bloco/PODEMOS - BA. Para interpelar.) – Oi, alô.

Quero saudar, de forma especial, o nosso digníssimo Presidente da Comissão, Deputado Josenildo; também o Senador digníssimo Beto Faro; o Ministro Luiz Marinho; e também o Carlos Augusto Gonçalves, que tem uma missão específica, no âmbito do Ministério: a proteção do trabalhador. Olha que palavra extremamente forte, né? Proteger o trabalhador.

E, retornando à minha fala nessa questão hoje da Medida Provisória 1.323, eu gostaria, primeiramente, mesa, de voltar ao ano passado, quando nós aqui discutimos a 1.303 e que, depois de tantas discussões, foi derrubada, caducou, porque não houve consenso na Câmara. E isso me trouxe surpresa quando, em novembro, parece-me, em 4 de novembro, a 1.323 foi editada. Pelo nosso entendimento, a maioria dos itens que estão nessa medida foram discutidos e derrubados anteriormente.

Eu apresentei, com o Deputado Federal, um requerimento solicitando a devolução da Medida 1.323, porque ela é reedição de matérias que foram discutidas e rejeitadas, e não vi, de forma formal, um resultado da mesa. Eu gostaria, inclusive, de solicitar da mesa os motivos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

legais pelos quais ela não foi – pelo menos, até então a minha chegada – diante desta condição, da formalidade e da legalidade sobre as quais eu a questioneiei...

E eu quero, já que nós estamos aqui, nesta primeira oportunidade, ouvindo os Ministros e, de forma muito especial... Eu ouvi aqui o relatório do Carlos Augusto...

(Soa a campanha.)

O SR. RAIMUNDO COSTA (Bloco/PODEMOS - BA) – ... e me deixou bastante aliviado, Senador e Relator, a sua fala sobre as emendas que estão chegando, e, mais ainda, quando o Sidney Leite colocou a questão da sensibilidade. Isso nos traz um alívio, entendendo que o que era no passado, o terror daquela Medida Provisória 1.303, que, primeiramente, levava a uma discussão para defender e homologar numa prefeitura... Imagine a que caminhos nós estávamos levando o seguro-defeso! Eu não consigo entender.

Como já foi dito aqui, se tem um Presidente da República que teve um olhar especial para a pesca foi o Presidente Lula, tanto é que, neste novo Governo, reeditou o Ministério da Pesca. Mesmo sem orçamento, mesmo sem a condição de disputa no ambiente político, traz dignidade e voz àqueles que efetivamente, há anos e séculos, não tinham, e começaram a ter.

E a gente recebeu isso de forma muito apavorada, porque a gente está vendo que se quer fraudar... Se se quer combater a fraude, eu acho que – aqui o amigo Sidney, o Albuquerque e tantos outros com certeza vão dizer – tem várias condições de a gente combater. E é chamar justamente essas entidades, as federações, as confederações, as colônias, associações, sindicatos, e tantas outras que efetivamente fazem o papel e sempre fizeram o papel de governo.

Quem faz o seguro-defeso, quem faz o direito do pescador acontecer, graças a Deus, são esses homens e mulheres que estão nesse Brasil afora, a exemplo das dificuldades que tem no Pará, no Amazonas, seja lá onde for... A Bahia não é diferente. Nós temos 416 municípios, nós temos rios, nós temos oceano, nós temos águas federais, nós temos manguezais; então, são várias espécies que estão em defeso e que precisam... E a dificuldade de você estabelecer requisitos novos é impossibilitar o pescador e a pescadora de acessarem o seguro, e não vai combater a fraude na nossa concepção.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a gente aproveita a oportunidade para trazer também uma discussão. Se o seguro-defeso começa com data estabelecida, ele não pode ser só, como está previsto, me parece no Codefat aí, na regulamentação: começa 30 dias antes e termina 30 dias depois. Ora, a piracema na Bahia e em alguns lugares é em novembro, dezembro, janeiro e termina agora em fevereiro; ou seja, o pescador tem só 60 dias para fazer isso? Isso não é proteger o trabalhador; é criar dificuldade. Portanto, é uma observação que eu quero fazer aqui de forma bastante clara.

E outra questão ao Ministério: rever essa condição de entrevista. É desnecessário, não é eficiente e é, no mínimo, constrangedor, porque tem perguntas que não se faz nem tampouco o pescador vai ter condição de responder. O que é que ele, pelo que eu vi... Como é que ele sente a atividade dele, como é que ele compreende a atividade dele... Ora, é uma pergunta para quem tem uma condição de interpretar o que vai responder.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAIMUNDO COSTA (Bloco/PODEMOS - BA) – Ele tem que... O pescador não foi... A maioria deles, inclusive, é semianalfabeto, com pouca alfabetização e poucos tiveram a condição de ter uma universidade. Agora, se faz necessário porque... Voltando, inclusive, à aplicação de uma obrigatoriedade de apresentar nota fiscal? É punir o pescador deste país. É necessário que o Codefat realmente reveja essa posição.

Outra coisa oportuna, que foi dita pelo Senador Relator: a pesca artesanal está representada no Codefat? Quando o Presidente assina uma instrução dessa, tem o aval de todos os membros? Não estou aqui desqualificando ou desfazendo ou achando que não foi, mas eu gostaria de compreender como é que funciona isso, porque eu desconheço, particularmente, uma participação do pescador nesse processo e é muito importante que ele participe, discuta, que ele seja ouvido. Não só ouvido, não; ele tem que deliberar! Ele contribui! O seguro-defeso não é só um repasse, uma transferência de renda; ele também contribui de forma direta e indireta: direta, quando ele paga a previdência; indireta, quando ele entrega seu produto no mercado, no hotel, no turismo. Isso gera toda essa riqueza e divisas. Então, de forma indireta, todos os recursos, de alguma forma ou de outra, se não vão para o Codefat, vão para alguma parte do Governo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, são pontos que a gente precisa entender: primeiro, o da legalidade dessa condição, da medida provisória que está sendo discutida; e pontos – porque, efetivamente, é a primeira das discussões que nós estamos tendo aqui – para a gente discutir a alteração, se porventura...

(Soa a campainha.)

O SR. RAIMUNDO COSTA (Bloco/PODEMOS - BA) – ... for necessária.

Muito obrigado.

Quero saudar todos os Parlamentares que aqui contribuem com este momento.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Raimundo Costa.

Com a palavra, por até três minutos, o Deputado Henderson Pinto.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA. Para interpelar.) – Presidente, primeiramente, é uma honra fazer parte desta Comissão Mista.

Quero saudar S. Exa. o nosso Relator, o Senador Beto Faro. A escolha da relatoria para nós é importante, por se escolher um Parlamentar que tem vínculo direto com um dos estados que tem o maior número de pescadores – no caso, o Pará e o próprio Maranhão, que, lado a lado, também representam os dois estados com o maior número de pescadores artesanais do Brasil.

Quero saudar o Ministro Luiz Marinho e o Carlos Augusto, que representam aqui o Ministério do Trabalho, junto com toda a equipe.

Quero saudar nossos colegas Deputados e a Senadora Zenaide, que está aqui conosco nesta Comissão.

Eu queria começar o meu questionamento questionando o questionário. *(Risos.)* Se eu tivesse a oportunidade de estar no Governo, eu trocaria o questionário por curso de formação, de aperfeiçoamento, de incentivo ao pescador, para criar políticas que possam, inclusive, ajudar o pescador a ter, por exemplo, o *kit* pesca, e incluí-lo na lei que já tem as atividades rurais – como o agricultor, que tem esse direito. A entrevista seria um instrumento apenas de avaliação, de se conhecer melhor a vida do pescador.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje eu trago para vocês um retrato de um problema histórico que nós estamos causando na pesca daquela nossa região, em especial lá do Estado do Pará, onde eu tenho acompanhado a situação. Trago como exemplo a cidade de Santarém: dos 5 mil e poucos pedidos, apenas 25% estão analisados; o restante ainda está com pendência, e a maioria deles por conta da entrevista, do questionário apresentado. Por quê?

Porque, de fato, o nosso pescador a gente não pode comparar com o Brasil. A pesca artesanal do Brasil tem situações diferentes: tem pescador que mora num lugar e pesca no outro; tem pescador que mora ao lado do local em que ele pesca. Essas são realidades diferentes, e nós não estamos...

(Soa a campainha.)

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA) – ... levando em consideração essa questão.

Hoje, da forma como está sendo colocada, nós estamos tirando... Eu vou afirmar isso aqui; se eu estiver errado – espero que eu esteja – eu quero ser questionado. Hoje, da forma como está, está melhorando a vida de quem frauda o sistema. Por quê? Porque ele está preparado, treinado para responder qualquer questionário ou preencher qualquer requisito, porque nenhum que se apresentou até agora é tão hábil como se fossem diretamente as entidades no local onde aquele pescador mora, onde reside. Lá atrás, quando as entidades tinham autonomia para fazer isso, tinha-se, inclusive, assinatura de duas testemunhas daquela comunidade para comprovar que aquele camarada era pescador. Hoje, não tem; basta alguém orientar.

Eu queria também saber qual é o percentual de pessoas que já foram punidas, que já foram denunciadas, que estavam dividindo a metade do seu seguro-defeso com quem as orientou a se tornar pescador. Quem frauda o sistema do seguro-defeso não é pescador, porque os caras que são pescadores têm direito ao seguro. Agora, se ele não for pescador e estiver recebendo, está recebendo de forma indevida. Nós temos que mudar.

Eu confesso para vocês que eu estou extremamente preocupado. Trouxe a realidade de Santarém, mas essa é uma realidade do Estado do Pará, de que combater a fraude com este modelo nós não vamos conseguir. Eu acho que nós temos que montar estratégias. Inclusive, eu discordo, na época, do momento em que se estava querendo combater a fraude, que era o





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento em que se precisava cadastrar os pescadores para receber o seguro-defeso. Aí, além de a gente não combater a fraude, nós estamos colocando os pescadores na criminalidade, porque estão indo até para o rio para pescar, porque não vão deixar a atividade por conta de não estarem recebendo o seguro-defeso.

E esta Comissão, esta medida provisória só tem efeito real se, ao final da aprovação desse relatório, a gente garantir verdadeiramente que 100% dos pescadores artesanais deste país recebam o seguro-defeso, e os fraudadores sejam identificados – mas com o modelo que está, isso não vai acontecer. Pelo contrário, nós estamos prejudicando os pais de família.

Eu vou dar um exemplo: dez pescadores pescam juntos naquele lago; um deles é responsável, inclusive, pela venda do pescado. Aí já é uma dificuldade, porque os outros nove não tiveram acesso. Quando ele vai responder o questionário, "se é para a minha sobrevivência, para a minha alimentação", porque ele não tem... por conta da forma como está o linguajar, e, com certeza absoluta, não houve uma preparação em tempo hábil para quem foi fazer a entrevista, para conhecer as peculiaridades da nossa região. O camarada se sentia com uma resposta... dava uma resposta, mas o resultado vinha contrário àquilo que ele queria dizer. Sabe a que está levando isso? As pessoas estão com essa dificuldade.

Nós nos reunimos no Ministério do Trabalho, o Sr. Luizinho esteve conosco. Foi solicitado que houvesse o recurso – e eu acho que, inclusive, se poderia fazer isso de forma coletiva, porque é muito difícil fazer individualmente –, mas não tem como fazer o recurso, porque o sistema não permite esse recurso. Eu recebi hoje essas informações de que ninguém está conseguindo acessar para recorrer da pendência após a sua análise. Então, esse é um problema que nós temos que resolver.

Infelizmente, o período em que nós estamos fazendo isso está errado. Era para ter organizado o pagamento do seguro-defeso e passar todo esse período do pós-defeso, agora até o próximo, para a gente resolver até estabelecer a regra.

Então, eu gostaria, Presidente e Ministro Luiz Marinho, de que a gente pudesse fazer uma avaliação porque, da forma como está, nós estamos ajudando a piorar a situação dos nossos pescadores artesanais do Brasil, e eu falo, em especial, do Estado do Pará.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA) – Eu queria deixar esse registro porque, de fato, nós melhoramos a regra em relação ao ano passado, mas ainda precisamos analisar bem para a gente não tirar esse direito do pescador.

Notificação e confirmação em duas etapas não existe para o pescador. Eu recebi telefone ainda analógico do pescador artesanal; essa é uma realidade da nossa região. Então, a gente precisa rever esse critério. Nós não podemos penalizar o nosso pescador tentando combater a fraude, que é fraude do sistema. É como se a gente fosse penalizar um inocente diante de um criminoso, que pode continuar recebendo o seguro-defeso.

Então, eu faço essa fala até de forma bastante veemente, Ministro, para a gente compreender um pouco essa realidade de que tem lugares em que não é a mesma coisa dos outros. A gente não pode colocar todo mundo no mesmo saco. E separar o joio do trigo, tem que ser com novas regras, mas de forma clara e coesa, que possa facilitar a vida do pescador artesanal, e não facilitar a vida de quem fraudava o sistema, porque hoje, infelizmente, o fraudador ainda está bem orientado e está conseguindo ter direito a receber o seguro-defeso, em detrimento de quem está precisando voltar para o sol, para as intempéries, para voltar a pescar, para garantir a sobrevivência da sua família.

Mas conte comigo nessa luta, porque eu acho que é um desejo de todos, do Governo, deste Parlamento, mas principalmente dos pescadores, que a gente não possa prejudicar. E eu vou ficar extremamente feliz se a gente chegar ao final, Senador Beto, nosso Relator, com o relatório aprovado, que venha, de fato, atender 100% dos nossos pescadores artesanais e, de fato, punir aqueles que estão fraudando o sistema e levando à decadência o nosso pescador artesanal.

Muito obrigado pela oportunidade. Vamos continuar o debate e espero que a gente faça o melhor para o nosso pescador.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Henderson Pinto.

Com a palavra, Deputado Padre João.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Quero agradecer a sensibilidade e a disponibilidade do Ministro de estar aqui, de estar debatendo com toda a equipe, na pessoa também do Carlos Augusto; do Presidente Josenildo; do Senador Beto Faro, que também, já de muitos anos, vem nessas batalhas.

Primeiro, é muito bom ouvir o senhor, Ministro, quando diz que quem tem direito vai receber. Isso é importante, porque acho que implica em mudança na medida provisória quando as despesas estão discricionárias, não obrigatórias. Acho que nós vamos ter que ter esse ajuste aí, porque não pode... O dinheiro acabou. Então, você, mesmo tendo direito, não vai receber mais. Acho que tem uma mudança substancial que tem que ser ali readequada.

Segundo, acho que é consenso – é consenso – que tem que se combater a fraude. Ninguém aqui pode compactuar com a fraude e, mesmo que tenha, também tem que ser punido, seja Deputado, seja Senador, tem que ser responsabilizado. Então, agora o processo não pode ser excludente. Nós estamos lidando também com o público de trabalhadores e trabalhadoras que são excluídos digitais – estão excluídos. Aí vale – é redundante – a gente valorizar e respeitar a organização dos trabalhadores.

O senhor já foi dirigente dos trabalhadores, sabe a importância que têm as entidades que representam a categoria serem sérias. Lamentavelmente, acho que, desde 2013, veio a criminalização do sindicato, criminalização de quem organiza a classe trabalhadora para lutar pelos seus direitos. Também as colônias não ficaram livres desse processo de criminalização...

(Soa a campainha.)

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG) – ... ainda que tenha gente lá infiltrada.

Mas eu acho que a própria medida provisória, Relator Beto Faro, mesmo que não trate aqui, em específico, da questão do RGP, poderia dar essa abertura do RGP, do registro geral, de valorizar as organizações, como valorizar e habilitar para ter o RGP. Infelizmente, muitos ainda confundem. Nem todos que têm o registro estão aptos para o seguro-defeso, porque, às vezes, colocam todo mundo. Às vezes, metade dos que tem o registro de pescadores estão aptos para o seguro-defeso. Por isso, cruzaram as informações. Hoje, nós temos inteligência, nós temos um sistema fantástico de cruzar dados, informações e tudo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, é possível desburocratizar, tirar o que tem sido gargalo. É o gov.br. Tem coisas que é possível dispensar sem afrouxar o processo de rastreabilidade, de identificação do verdadeiro e autêntico pescador. Então, acho que é possível porque são os dados de informação do CPF da pessoa, se ele tem outra renda.

A medida provisória também é um clamor que já vem há mais tempo. Como contemplar, Relator Beto Faro, quem é o pescador, exclusivamente pescador, quem tem uma renda principal e quem tem simplesmente como complementação de renda. Aí é só aquele que tem, de fato, exclusivo como pescador que vai ter o seguro-defeso, considerando ainda a renda da família, como o CadÚnico e outros pontos.

Então, é isso. Acho que nós não podemos abrir mão de reconhecer, Sr. Presidente Josenildo, que toda ação nossa, a força-tarefa, nem é só para estar defendendo o pescador – que já é muita coisa e valiosos que são –, mas também o meio ambiente, a proteção do meio ambiente, como já foi dito aqui, preservação das espécies. Isso também é fundamental – é fundamental. Tem – acho – emendas nossas nesse sentido, tanto da valorização da organização dos pescadores... Mas é preocupante quando se trata das despesas ainda sendo discricionárias e não pode... Nós temos que também reverter essa situação.

E aí, Ministro, o problema é nosso. Aqui é do Governo – nosso. Não é questão de INSS, se é do Ministério da Pesca, como é que a gente identifica e a gente consegue fazer essa concertação em tempo.

Obrigado. Contem sempre conosco.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Padre João.

Com a palavra agora a Deputada Carla Dickson.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, é um prazer estar aqui com o Sr. Ministro e todos os colegas Deputados Federais e Senadores.

Ministro Luiz Marinho, eu tinha solicitado protocolar um requerimento de informação, mas, com a sua presença aqui, eu já acho que esse documento é inócuo e peço para retirar, inclusive da pauta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou direto ao fato. Aqui foi falado: "quem tem direito vai receber". Concordo. Mas a pergunta é: quando? Porque a fome, o atraso desse seguro-defeso está deixando muitas famílias de pescadores – principalmente no Rio Grande do Norte; eu venho falar em nome de algumas colônias do Rio Grande do Norte –, os nossos pescadores à beira da marginalidade para poder sustentar as suas famílias.

Entre as perguntas, eu já vou deixar aqui, para o senhor, o que é que tinha elencado no requerimento de informação.

Primeiro, informar se o Ministério do Trabalho e Emprego divulgou, em meios oficiais, datas e previsões de pagamento do seguro-defeso, indicando quais datas e previsões foram divulgadas e quais meios oficiais foram utilizados. Por que isso aqui? Porque, há duas semanas, eu relatei aqui nessa mesma Comissão que pessoas receberam informações de que, no dia 15 de fevereiro, mil e seiscentos e poucos reais estariam nas suas contas. A turma vibrou lá no Rio Grande do Norte. No outro dia, a informação sumiu, e quando nós perguntamos ao superintendente lá do Rio Grande do Norte: "Não, foi falha do sistema – falha do sistema". O.k.

Outro ponto, informar a situação atual do passivo do seguro-defeso em atraso, com indicação do período de referência das parcelas pendentes, do quantitativo estimado de beneficiários impactados por unidade da Federação, se for possível, e da estimativa...

(Soa a campainha.)

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN) – ... do passivo financeiro, bem como as principais causas administrativas e operacionais do atraso.

E o último ponto, informar o cronograma vigente para regularização e pagamento dos valores em atraso, com indicação das datas previstas, etapas ou lotes, critérios de priorização, abrangência territorial e medidas de comunicação oficial adotadas para orientar os beneficiários após a retirada das publicações, inclusive quanto à validade das informações anteriormente divulgadas e a nova previsão de pagamento.

O que todo mundo está querendo aqui é que esse recurso chegue diretamente na ponta e nunca mais isso aconteça, ainda mais com uma classe produtiva tão importante, tão penalizada nesse Governo, principalmente no que tange à proibição – graças a Deus, suspensa – da tilápia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em contrapartida, comboios da China estão trazendo tilápias de lá, enquanto nossos produtores da área da pesca ficaram a ver navios, literalmente.

E uma das coisas, Ministro, que eu acho que é... Você penalizar quem está fraudando, isso é fato. Gostei da ideia do banimento de programas sociais quem frauda. Isto aqui pode sair como um projeto de lei dessa CPMI, se é que já não existe nesta Casa. Já pedi para a minha equipe fazer um levantamento, tanto no Senado como na Câmara, se existe esse projeto de lei. O banimento dessa pessoa, desse CPF, em qualquer programa financiado pelo Governo...

Mas o que urge é criar um programa de fácil uso, um programa intuitivo, que integre o Ministério da Pesca, o Ministério do Trabalho e a Receita Federal. Se nós não fizermos isso, vamos ficar na mão daqueles que tem OAB, como foi falado aqui, e os nossos pescadores, mais uma vez, vendo navios, e de longe, na praia, porque em período de defeso, eles não podem pescar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputada Carla Dickson.

Com a palavra agora a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco/PSD - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente desta Comissão, Deputado Josenildo; nosso Relator, Senador Beto Faro; Ministro Luiz Marinho; Carlos Augusto; colegas Parlamentares, Deputados e Senadores, o que eu ouvi aqui que é unânime: combater as fraudes e socorrer os pescadores e as pescadoras deste país.

Combater fraudes e dificuldades, nós temos que reconhecer que esse é o papel do Estado brasileiro. O que não podemos é adiar a ajuda, esse auxílio, a homens e mulheres que vivem da pesca. E a gente vê que tem uma diversidade grande neste país, como foi mostrado aqui, na região, onde não tem luz, onde não tem... imagina internet para esse povo?

Eu não vi o questionário, mas vi que foi muito falado aqui sobre o questionário, e a gente tem que usar... Como foi falado aqui, a grande maioria não tem nem... são semianalfabetos, e os outros usam para isso, como disse, advogado. Mas não podemos punir os honestos, que são





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses homens e mulheres que estão pescando para poder alimentar sua família ou aumentar um pouco a renda, porque é fácil a gente dizer isso.

Então, quem tem que cuidar disso aqui somos nós, que somos Governo. Poder Judiciário, Governo... Eu falo do Governo como um todo, todos os Poderes. Esse combate à fraude não está limitado ao Poder Executivo, nós temos que ter esse olhar e apresentar soluções. Somos nós. Agora, quem não pode esperar – porque quem tem fome, tem pressa –, são justamente os homens e mulheres deste país que são honestos e que estão pagando um preço por alguém que fraudou.

Punir fraudadores, devolver os recursos, mas não punir os honestos e trabalhadores. Com isto eu acho que todos nós concordamos: a gente aqui não está defendendo o fraudador, nós temos é que combater, mas, neste país, nós temos que parar com essa história de alguém fraudar, e você acabar com aquela instituição porque alguém fraudou. Não é assim.

Eu vou falar aqui como médica algo que não tem nada a ver: lembrem-se das APAMIs, aquelas associações em que as mulheres tinham seus filhos e que em quase todas as cidades tem? Na época – eu não me lembro em que ano foi, mas acho que foi em 1970 ou 1980 –, descobriram algumas fraudes nas APAMIs, que eram AIHs que não tinham existido e que tinham sido pagas. Em vez de se punir quem fraudou...

(Soa a campainha.)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco/PSD - RN) – ... fechamos todas as APAMIs deste país e passamos a ver mulheres tendo seus filhos no chão, nos corredores e dentro de ambulância.

Então, nós temos que usar o bom senso aqui. Só quem não pode ser punido aqui são os honestos, homens e mulheres que precisam desse seguro.

Dois, quem tem obrigação de pensar, todos juntos, de como combater a fraude e ser rígido nesse combate é o Estado brasileiro, que eu digo como um todo. Como eu costumo dizer, a responsabilidade não pode ser só do Executivo; tem que ser de todos nós, gente. Vamos punir os honestos? Não, mas pais e mães de famílias, cada um que pense. Como ele falou aqui, a probabilidade de ele resolver fraudar, ir lá, pescar no seguro-defeso e ser punido é grande,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque quem vai ver seu filho com fome vai ficar de braço cruzado? Como podemos exigir ética e moral de quem está com fome?

Quero agradecer, aqui, a presença do Ministro, mas nós temos que ter esse olhar diferenciado, gente. São vidas que a gente tem que salvar; e morrer de fome é uma morte muito cruel, porque ela é lenta e devagar; na verdade, é uma tortura.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Com a palavra, agora, o Deputado Márcio Honaiser, do Maranhão.

O SR. MÁRCIO HONAISSER (Bloco/PDT - MA. Para interpellar.) – Boa tarde, Presidente, colega Josenildo, nosso Relator, Senador Beto Faro, Ministro Luiz Marinho, Secretário Carlos Augusto – obrigado pela presença.

Eu vou fazer três perguntas – algumas até já foram tratadas aqui –, mas, antes disso, quero dizer o seguinte: sempre que a gente se manifesta em reuniões ou em redes sociais sobre a pesca, no sentido tanto daquela que ainda é devedora do INSS até 31 de outubro, ou já depois agora, ou com o ministério, com as carteiras que foram suspensas, a pergunta que a maioria faz: "E o pagamento?". Todo mundo quer saber do pagamento. Não adianta a gente dar informação nem dizer como funciona ou como vai funcionar. O pescador pergunta logo: "E o pagamento?". Inclusive, deixando a gente numa situação às vezes constrangedora, achando que a gente está querendo dificultar: "Tu só estás enrolando e não estás falando do pagamento". E não depende de nós essa informação.

É uma preocupação que todos nós temos, e sei que também é do ministério. Então, temos que, realmente, buscar aí uma força-tarefa para garantir o mais rápido possível o pagamento daqueles que já estão aprovados, daqueles que já têm registro.

Não é com vocês, mas nós vamos ter depois outros painéis para ver com o que ficou ainda de saldo lá do INSS, como vai ser feito, e, com o pessoal da pesca, as carteiras suspensas de quem realmente é pescador.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas sobre, aqui, então, as perguntas. A primeira é ainda sobre o questionário. O questionário realmente tem dado algumas dificuldades. Ele poderia tratar mais do apetrecho, da pesca, dos peixes e dessas coisas assim, e ele traz algumas perguntas que deixam o pescador em dúvida. Nosso pescador é leigo, é lá da comunidade, e, na verdade, quando ele vai dar entrevista, ele vai tremendo, com medo, sentar lá – é como se fosse para a frente de um juiz; então, ele se embanana. Aí eu pergunto: há como se fazer um recurso quando ele preenche ali? De que forma e como, concretamente, ele faz? Porque eles não estão sabendo na ponta como fazer isso. E isso não tem sido um ou dois casos; são muitos casos. Inclusive, em uma das colônias lá de Tutóia, a maioria dos pescadores erraram, porque, na hora de perguntar se eles pescavam para consumo ou se pescavam para vender, eles se atrapalham ali com medo de dizer, se estão falando certo ou falando errado... Não foram orientados a falar com mais tranquilidade, o questionário talvez seja um pouco burocrático. Quem elaborou não tinha a sensibilidade de quem está lá na ponta.

Outro questionamento que eu faço aqui e que eu recebi de algumas entidades também: o seguro-defeso é deferido pelo Ministério, o pescador já com as datas previstas; daí, no primeiro abatimento automático, as parcelas desaparecem, fica pendência cadastral, e ninguém sabe informar que pendência cadastral é essa e aonde vão. Com vários pescadores está acontecendo isso. Não sei se é problema de sistema e como faz para tirar essa dúvida. Eles já estavam com tudo pronto e, depois, aparece isto aí: as parcelas somem, e fica no sistema lá pendência cadastral.

E o terceiro e último...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO HONAIER (Bloco/PDT - MA) – ... é sobre a autenticação em duas etapas. Realmente, há dificuldades. A gente sabe que temos que combater a fraude; a fraude foi a grande vilã, por isso dificultou. E o ano de 2025 foi ruim para o nosso pescador, que de fato pesca e precisa disso.

São milhares de pescadores artesanais que temos no Brasil. No meu Estado do Maranhão, são mais de meio milhão de pescadores e pescadoras que precisam da pesca, que vivem do seguro-defeso e que, nesses quatro meses ou cinco meses, dependendo se é de água salgada





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou de água doce, precisam desse suporte do poder público. E, infelizmente, por causa da fraude, se elevou muito esse número.

E a gente sabe: as entidades, querendo ou não, uma ou outra pode ter criado algum problema, mas a maioria é o suporte do pescador. Pescador não tem conhecimento, pescador não tem tecnologia, pescador não tem acesso à internet, pescador não tem um celular decente para poder fazer isso.

Então, se a gente pudesse criar uma forma de não serem necessárias as duas etapas, e se houvesse, realmente, como combater a fraude e, com os cuidados necessários, fazer os acordos com as entidades, e elas se responsabilizassem... Uma ou outra seria até mais fácil depois você verificar, porque, de fato, hoje, o atravessador, os escritórios de advocacia e as *lan houses* continuam fazendo com muito êxito, porque eles têm a *expertise*, eles pegam e fazem tudo com muita celeridade. Já o pescador comum, que depende da sua entidade, está lá batendo cabeça e não está conseguindo avançar.

Então, era para a gente realmente colocar aqui, neste relatório que vai ser feito, e que, com certeza, será aprovado – eu sei que o Ministério vai ter todo o interesse –, para a gente criar a forma de solucionar esses sistemas.

Era isso, e uma boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Márcio.

Com a palavra, agora, o nosso Deputado Cleber Verde, do Maranhão.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA. Para interpelar.) – Do Maranhão para o Maranhão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA) – Queria cumprimentar o nosso Presidente Josenildo; o nosso Relator, Senador Beto Faro; o Ministro Luiz Marinho; o Carlos Augusto; o nosso Secretário-Executivo, com quem eu tive a honra de participar de uma reunião e já obter algum esclarecimento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar aqui o Prof. Luizinho, nosso ex-Deputado, e que, agora, está fazendo parte do Ministério. Com certeza, com a sua experiência, vai dar uma grande contribuição a esse diálogo do Parlamento com o Ministério.

Quero cumprimentar os colegas Parlamentares e, de forma especial, o Florismar, que é de Matinha, pescador e representante de uma entidade.

Eu não sei se o Ministro já chegou a receber, mas eu quero fazer questão de entregar em sua mão, Ministro, a manifestação das entidades representativas da pesca artesanal do Estado do Maranhão.

Vou aproveitar aqui e ler uma introdução curta apresentada por eles, que reúnem as colônias, os sindicatos e as associações de pescadores artesanais legalmente constituídas no Estado do Maranhão e vêm exatamente a esta audiência, através deste documento que vou apresentar, apresentando propostas concretas para o aperfeiçoamento do sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira, atualmente administrado pela Secretaria de Aquicultura e Pesca, com reflexos diretos na concessão de seguro-defeso pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Inclusive, eles todos reunidos em audiência e debate, as entidades todas do Maranhão reconhecem a importância dos mecanismos de controle e combate às fraudes, inclusive com a atuação da Polícia Federal. No entanto, é imprescindível afirmar que o maior problema enfrentado hoje não é apenas a fraude, mas as inconsistências e falhas do próprio sistema, conforme mencionou aqui o colega Márcio Honaiser, que vem prejudicando os verdadeiros pescadores e enfraquecendo as entidades sérias.

Por isso, como é um documento extenso, mas com pontos específicos...

(Soa a campanha.)

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA) – ... Ministro, eu faço questão de mencionar apenas o problema central da inconsistência e falhas operacionais, apontadas pelas entidades, que estão no dia a dia, ali no contato com os pescadores: um deles é o reconhecimento facial com alto índice de falhas, já mencionado aqui pelos colegas; verificação em duas etapas com baixa funcionalidade prática, de que certamente os senhores já têm conhecimento; pendências





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

cadastrais sem explicação clara; notificações sucessivas e contraditórias; além de critérios adicionais de controle.

Vou entregar a V. Exa., mas antes eu quero mencionar, Presidente, que nós vamos fazer uma audiência pública talvez em duas etapas, uma em Imperatriz e outra em São Luís, prestigiando as entidades e pescadores do sul do Maranhão e também da capital e do entorno ali da capital maranhense.

O Maranhão é um dos estados com o maior número de pescadores cadastrados. Também há o registro do TCU de que é o estado também que apresentou o maior número de fraudes, até porque, aqui já foi mencionado e eu quero aqui reiterar o que foi dito, infelizmente, há escritórios de advocacia que buscam, através de intermediários, identificar pessoas alheias ao processo da pesca para a obtenção de um benefício que eles acham que é algo gratuito, ou seja, algo que basta se cadastrar, e eventualmente vai receber, que é o seguro-defeso, sem levar em consideração que é dado ao... Quando o Governo foi instituir o benefício... É bom que se ressalte aqui, eu costumo dizer isso, que todos nós, certamente, defendemos o direito. Olhe, se o pescador, aquele que vive da pesca, da atividade artesanal, sustenta a sua família com esse trabalho e, no momento em que há a piracema, em que é proibido pescar, o Governo diz a ele: "Olhe, se você pescar, você comete um crime ambiental", e ele pode ser preso, sofrer as sanções previstas em lei, é natural que o Governo possa assisti-lo. Daí vem o seguro-defeso; então, esse seguro-defeso é dado para o pescador, aquele que vive da pesca, só que desvirtuaram esse benefício.

É importante ressaltar que nós temos municípios no Maranhão que têm lavradores e pescadores. Antes, o sindicato rural era muito fortalecido, sindicato...

(Soa a campanha.)

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA) – ... dos trabalhadores rurais. Hoje, os trabalhadores preferem ir para a pesca, porque lá na pesca tem o seguro-defeso, e lá no sindicato rural não tem. Porque o lavrador também é pescador, o pescador também é lavrador, mas, infelizmente, desvirtuaram esse direito, e cabe a nós, a esta Comissão agora, com a medida provisória, e principalmente ao ministério – e eu fico feliz de ver aqui o Ministro Luiz Marinho, que tem muita experiência–, ao Ministério do Trabalho, com a sua *expertise*, na identificação de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidades sérias, porque aqui, nessa manifestação, também se está solicitando ao ministério que identifique as entidades sérias, através, quem sabe, da carta sindical, para que opere e continue ali garantindo ao pescador, porque às vezes a entidade conhece o pescador pelo nome, pelo apelido, sabe quem são realmente aqueles que vivem da pesca.

Então, eu quero aqui dizer, Ministro, que você pode contar aqui com o nosso trabalho. Eu estou aqui no meu o quinto mandato e, desde que cheguei aqui, eu passei a coordenar, a ajudar no trabalho de apoio ao pescador, para mantê-lo, porque eu sou do interior do Estado do Maranhão. Eu sei a importância, por exemplo, nos municípios que não tem, por exemplo, de uma indústria porque a maioria dos municípios não tem comércio. O lavrador e o pescador vivem exatamente das suas atividades que são penosas. O lavrador e o pescador... Por isso, o legislador foi muito feliz quando reconheceu como segurados especiais o lavrador e o pescador, permitindo a eles se aposentarem: a mulher com 55 anos e o homem com 60, sem precisar pagar a previdência, apenas comprovando a atividade como rurícolas, com documentos comprobatórios. Só que desvirtuaram principalmente esse benefício. Isso é muito ruim! Isso pode afetar aqueles que realmente têm direito.

E é em nome desses que têm direito que nós aqui estamos reunidos e que precisamos, lógico, de acordo com a MP apresentada, ajustar o texto para não prejudicar o pescador, porque, infelizmente, neste momento, muitos que não são já estão recebendo o seguro-defeso ou receberam, e aqueles que são legítimos tiveram suas carteiras canceladas ou estão aí tendo problemas diante do sistema ou de algum tipo de burocracia que os impedem de receber aquilo que é de direito.

Portanto, nós todos aqui... Eu fico feliz em ver tantos colegas que atuam nesse setor, porque, imaginem, no quinto mandato, e eu acompanho, vejo quem, de fato, está nessa luta, nessa defesa – este é o meu caso. Está aqui o Beto Faro, que é do Pará; o Josenildo, que veio somar conosco, lá do Amapá. Eu não tenho dúvida de que juntos nós vamos entregar uma MP, um texto, que, de fato, ao aprovarmos, possa, de repente, melhorar aquilo que nós queremos: a perspectiva da garantia do direito para aquele que tem direito a receber. Então, eu louvo aqui a iniciativa do Presidente desta audiência pública. Tenho certeza de que, V. Exa., Ministro, tem aí uma grande missão. Conte aqui com este Parlamento, conte conosco para ajudar nas tratativas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falava, inclusive, com o Carlos Augusto, que a Comissão de Orçamento daqui a pouco vai se instalar. Vamos organizar a questão orçamentária para implementar condições ao Ministério do Trabalho, para que, lá na ponta, na superintendência, tenha funcionários, servidores, para atender às entidades, ao pescador, para que nós possamos, de fato, garantir esse benefício tão importante. E, no final das contas, fazermos justiça aos trabalhadores. E aí concluo citando o Ruy Barbosa, que diz que: "Não há nada mais relevante para a vida social do que a formação do sentimento de justiça". E é isso que todos nós queremos: fazer justiça ao pescador do nosso país.

Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Cleber Verde.

Ministro Luiz Marinho, eu fiquei aqui atentamente ouvindo os colegas Parlamentares que me antecederam – os Deputados, as Deputadas, o Senador Beto Faro, a Senadora Zenaide –, e eu pude observar que tem três questões que são bem específicas, que chamam mais atenção ao debate: que é a questão de combater a fraude – que é importante, não é? –, de realmente se garantir o direito a quem tem direito; a questão da burocracia, a gente vai falar da questão do RGP, do questionário, no sentido de estabelecer uma regra mais específica para se conceder a questão do RGP; e a questão da celeridade, que eu acho que é a questão principal, porque o nosso pescador e as nossas pescadoras, que trabalham com essa atividade, que realmente vivem da pesca, precisam ter a subsistência da sua família nesse período, e deixar de receber isso com celeridade prejudica a subsistência das suas famílias. Então, pelo que nós estamos clamando aqui, Senador Beto Faro, é para que realmente a gente possa dar celeridade para que o pescador e a pescadora possam receber de forma mais célere esse seguro.

A gente parabeniza o Governo, que já iniciou o pagamento, mas ainda é muito pouco diante do volume de pagamento que precisa ser feito; parabeniza o Presidente Lula, porque, de fato, é um Presidente que tem se preocupado com essa política da pesca. Desde que ele assumiu a Presidência da República, lá em 2003, ele tem se dedicado realmente a favorecer, a garantir o direito e a melhorar essa política, mas a gente precisa avançar, cada vez mais, nesse sentido.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente acredita que pode ser melhorada essa questão do combate à fraude, que é importante, para que realmente receba o seguro-defeso aquele que realmente tem o direito de receber – que é aquele que realmente merece receber –, mas também precisamos diminuir a burocracia.

Talvez tenha um excesso de burocracia que impede, que prejudica e que não facilita a vida do pescador, como alguns colegas colocaram aqui – o Deputado Sidney Leite colocou. Tem estados, tem regiões do nosso país, principalmente na Amazônia, que não têm sequer energia elétrica, alvará, internet. Então, quanto mais a gente cria burocracia que depende do uso da internet, mais a gente dificulta que esse pescador e que essa pescadora possam acessar esse benefício, que é extremamente importante para a subsistência dele e da família dele.

Então, o meu ponto central aqui seria isso, no sentido de a gente avançar no combate à fraude, que é importante, e foi colocado aqui por alguns colegas. A Deputada Carla Dickson colocou, inclusive, no sentido de elaborar um projeto de lei para que aquele que fraude deixe de receber, inclusive, os benefícios sociais do Governo.

Eu acho importante esse projeto de lei da Deputada Carla Dickson, que já está trabalhando com a equipe dela nesse sentido. Inclusive, quero pedir apoio do Governo para que a gente consiga – uma vez apresentado esse projeto de lei – aprovar de forma rápida, aqui, nesta Casa, ainda este ano, esse projeto de lei. Eu acho que é importante.

Mas, acima de tudo, que a gente realmente consiga dar, ao final desse relatório, Deputado Beto Faro, celeridade para que o nosso pescador e a nossa pescadora consigam receber, de fato, o mais rápido possível, as parcelas do seguro-defeso, para que, realmente, a sua família... para que ele tenha a sua subsistência garantida.

O SR. LUIZ MARINHO – Querido... **O SR. PRESIDENTE** (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Eu passo a palavra, agora, ao Ministro Luiz Marinho, para que ele possa, então, fazer as suas intervenções e responder as perguntas desse grandioso debate nosso aqui.

O SR. LUIZ MARINHO (Para expor.) – Bom, primeiro, eu quero agradecer profundamente as várias questões colocadas – e comentar mais uma vez – aos nossos Parlamentares.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria destacar a Fundacentro, nossa parceira, que é uma autarquia subordinada do Ministério do Trabalho e Emprego, que teve a função de arregimentar os agentes para aplicar o questionário, mas não somente: para, também, atuar em pesquisa, em estudo sobre a atuação em saúde e segurança do pescador, provendo conversas lá nos locais, e orientar os pescadores em relação à sua função – os cuidados, excesso de sol, essas questões todas relacionadas também à saúde.

Esses agentes, nós buscamos selecionar nos locais – nos vários locais – para que sejam pessoas que conheçam minimamente também a realidade da pesca em cada localidade. Tivemos problemas, evidentemente, porque teve vários cadastrados... se cadastraram e fomos constatar que era tentativa dos próprios fraudadores, tentando entrar como agentes nesse processo. Então, tivemos que descadastrar um monte de gente, fazer substituição... Tivemos muito trabalho aqui para selecionar uma equipe, de fato, que não fosse trazer mais contaminação ao sistema já contaminado – pelo menos a CGU trouxe esse processo constatando que tinha cidades com mais pescadores do que moradores. Então, esse é um processo, de fato, em que nós levamos um tempo para fazer os ajustes.

E o questionário... Quando se começaram a aplicar os questionários, o próprio Senador Beto Faro e outros Parlamentares presentes me trouxeram essa questão, e nós fomos observar. Falei: "Poxa vida, o questionário é para o nosso agente usar como base, mas a conversa com o pescador tem que ser traduzida para o momento atual, da realidade atual de cada pescador e pescadora". Portanto, o questionário foi ajustado para isso, para facilitar esse diálogo com os nossos pescadores e pescadoras.

Quando eu disse que o desejo... A minha tarefa assumida junto ao Governo é a de garantir o pagamento de quem tem direito. Contudo, é preciso esclarecer... O nosso Secretário-Executivo da Pesca está aqui, depois acho que vai falar, e tem toda a condição de trazer, inclusive, alguns esclarecimentos. Inclusive, a Deputada Carla trouxe a história da tilápia da China. Eu desconheço – talvez a gente possa depois trazer esclarecimentos – que nós estejamos importando tilápia da China e proibindo a pesca da tilápia no Brasil. Isso eu acho que não é realidade. Quando saiu, eu até achei que fosse *fake news*, porque não tenho conhecimento disso, mas o nosso Secretário pode trazer esclarecimentos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também temos a nossa Diretora de Benefícios do INSS aqui presente, a Márcia, que pode também trazer esclarecimentos em relação a outras questões, em especial relacionadas ao período de 31 de outubro para trás. Eu estou me referindo ao período de 1º de novembro para frente, que está sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego. Contudo, é evidente que eu tenho responsabilidade, como Ministro, de estar solidário e participante ativo na reflexão junto ao Governo em relação também ao legado para trás, de 31 de outubro para trás.

Quanto a essa previsão de R\$1,19 bilhão, isso está apurado junto aos colegas da Previdência, também em relação ao exercício anterior àquele a que nós estamos nos referindo aqui. Sobre isso aqui é preciso, sim, dialogar com a Casa Civil primeiramente – alguém falou do Presidente da República, mas acho que primeiro é com a Casa Civil, para dialogar – e, a partir daí, Fazenda... Enfim, vocês têm todas as condições de, na própria medida provisória, eventualmente, trazer, abarcar cobertura para a gente solucionar isso. Solucionando, o próprio Ministério do Trabalho com a Previdência podem fazer a operação do ajuste para trás, o.k.?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – É certo que é esse R\$1 bilhão ou tem possibilidade de ser maior?

O SR. LUIZ MARINHO – Pode ser maior ou pode ser menor. Vai depender, porque isso é a previsão dos requerimentos colocados junto à Previdência, certo? A partir daí... A Luciana pode trazer esclarecimentos sobre isso de uma forma mais detalhada, mas é nessa ordem de grandeza.

De novembro para cá, nós tivemos que ajustar o sistema, tivemos que reassumir a questão, delegar pessoas profissionais para tocar, e estamos buscando tocar para criar o que vocês estão pedindo aqui e que é o desejo de todos, está certo? Celeridade nos processos. E, nesse processo, nós falamos... Inclusive, quando o Senador Beto esteve lá, eu disse: "Olha, nós vamos iniciar o pagamento a partir de 17 de fevereiro, porque até lá nós estamos ajustando as informações".

Enfim, a partir de 17 de fevereiro, para quem entrou com o requerimento e está apto a partir dos quesitos colocados – legais –, nós vamos iniciar o pagamento. E nós já fizemos pagamento, de lá para cá, de 135.433 pessoas, no Brasil inteiro, que receberam. Inclusive, aqui





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando foi falado do Rio Grande do Norte: nós já fizemos o pagamento de 4.867 pessoas, no Rio Grande do Norte.

Algumas informações que chegam não estão exatamente batendo com o que nós já executamos até aqui, de estado para estado. Nós temos aqui, podemos dar para vocês a informação. Enfim, não temos absolutamente nenhum problema com isso; muito pelo contrário, nós queremos trazer todo o esclarecimento a vocês, estamos abertos a todas as questões colocadas. É como disse o nosso Presidente Josenildo: ele elencou aqui os três pontos mais debatidos e discutidos, que são o combate à fraude... Está todo mundo de acordo com o combate à fraude.

Um item colocado na medida provisória é importantíssimo, que é ter acesso ao banco de dados das demais instituições – Receita e companhia limitada –, para a gente poder fazer o cruzamento. O questionário é um quesito em relação a isso, ele não é a peça central no combate às fraudes. O questionário, o que posso aqui falar para vocês: na verdade, foi colocar... O fraudador não vai vir aqui para responder o questionário. É: "Opa, me descobriram, e eu nem vou lá". Está certo? Então, é o seguinte: do ano passado para este, já caiu a quantidade de pessoas, porque os malandros não vão aparecer aqui para responder os questionários.

Para os verdadeiros pescadores que tiveram problema em responder o questionário, a orientação é: "Entre com recurso". E eu tenho dito ao nosso pessoal, a diretriz é a seguinte: nós temos a obrigação, se precisar, de pegar na mão desse pescador para ajudá-lo a comprovar sua condição de pescador. Está certo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Vai ter que entrar com recurso, Ministro? Porque eles não estão conseguindo acessar o sistema para recorrer desse item no sistema.

O SR. LUIZ MARINHO – Vamos olhar isso, se tiver alguma dificuldade no sistema, nós temos que olhar como a gente atua, lá na ponta, inclusive. Neste momento, um dos nossos diretores está lá, no Pará, junto com o pessoal da Fundacentro, olhando essas questões todas, para buscar encontrar o mecanismo de facilitar esse processo. Nós vamos ajustar tudo que tivermos que ajustar nesse sentido, para facilitar e criar a condição para o verdadeiro pescador de ter acesso ao que lhe é direito. Isso que é o ponto aqui.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz referência ao legado, porque desse nós vamos ter que cuidar, porque senão nós não teremos recurso para ajustar, o.k.? Então, para ter clareza, estamos trabalhando juntos: trabalho, pesca, previdência. Tudo aqui é um Governo, não estamos aqui jogando: "Ó, isso é culpa da previdência, isso é culpa da pesca, a minha responsabilidade é essa"; não, nós somos responsáveis por tudo, afinal de contas, nós somos parte do Governo. São responsabilidades diferentes, mas, no fundo, no fundo, nós somos responsáveis por absolutamente tudo que tirarmos aqui, o.k.?

E a realidade é esta: o pessoal entrou com o requerimento, cumpriu os requisitos legais, em dez dias estará recebendo. É o que nós estamos dando, daqui para a frente; é o que vai acontecer; é o que nós estamos trabalhando duro para acontecer.

Gostei muito do que o Cleber falou aqui, no finalzinho. Ele disse: "Olhem, vamos ver as condições, inclusive, do Ministério do Trabalho". É muito importante que a Comissão de Orçamento olhe as nossas condições. Nós fomos um dos ministérios que foram descontinuados, fomos extintos por um período. Nós fomos reconstituídos, assim como o da pesca, assim como outros ministérios, e fomos reconstituídos relativamente rebaixados da condição estrutural que tínhamos.

Para você terem uma ideia, o nosso orçamento de 2013... Eu fui Ministro do Trabalho no Governo Lula 1, de julho de 2005 a março de 2007; depois, de março de 2007 a junho de 2008, Ministro da Previdência. Pegando o orçamento de 2013, puxando para hoje, o nosso orçamento seria de R\$2,7 bilhões. É isso, Chico? O nosso orçamento de 2026 é de R\$890 milhões. Percebem? E com mais tarefas do que tínhamos lá atrás. Então, é o seguinte.

Nós estamos buscando reconstruir o concurso dos auditores – não é, Luís Felipe? –, com 900 auditores, o maior concurso da história. Mesmo assim, eu não consigo restituir tudo o que éramos. A nossa atividade meio... É necessário – estamos aí discutindo na esfera de Governo para o concurso – melhorar a atividade meio do ministério, de suporte à atividade fim, o papel da superintendência, que é estratégico para garantir o serviço, a prestação de serviço lá na ponta. É o caso do seguro-defeso, entre outros. Então, a tudo isso, talvez, é bom a gente estar atento. Se os nossos colegas Parlamentares puderem estar atentos a isso, eu agradeço de coração.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Poderia adentrar em várias questões aqui, mas eu acho que, no âmbito geral, é isso o que está colocado. Certo, Presidente Josenildo? Então, se achar que eu deixei alguma coisa sem responder, posso entrar no mérito de cada questão individualmente, mas acho que isso daria conta. O Carlos Augusto pode falar rapidamente – não mais que cinco minutos –, para os outros companheiros poderem falar, porque, senão, o Carlos Augusto se apaixona e vai embora.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN) – Sr. Presidente, eu poderia só ver essa questão?

O SR. LUIZ MARINHO – Você poderia, Carla, entregar o seu requerimento. Eu levo. Faço questão de responder a cada questão.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN) – Está, joia. Eu vou até pedir, porque eu risquei todo o meu aqui.

O SR. LUIZ MARINHO – Não tem problema.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN) – E mandar um documentinho bonitinho.

Eu queria só...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN) – Perfeito.

Essa questão da tilápia... É até importante o Ministro estar aqui para acabar com todas a *fake news*, com todas as coisas. De onde é que eu tirei isso? No dia 6 de novembro de 2025, a JBS iniciou a importação de aproximadamente 700 toneladas, o que dão 36 contêineres, de tilápia do Vietnã para o Brasil. Isso gerou... Foi uma operação que foi autorizada, óbvio, pelo nosso Governo – o nosso não –, pelo Governo Federal. E o que acontece? Isso gerou uma preocupação, porque, no dia 9/11...

O SR. LUIZ MARINHO – É o nosso Governo, o Governo do Brasil.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN) – É o Governo do Brasil. Exatamente.

No dia 09/11, na *Gazeta do Povo* – e eu vi vários produtores reclamando disso – o Governo incluía a tilápia, a Conabio, em lista de espécie invasora. Isso pode gerar um impacto econômico





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito grande. Então, quando você junta a Conabio, que é um órgão importante, deixando a tilápia como espécie invasora – e 60% dos peixes produzidos são tilápia – você cria, pelo menos, um alerta. Para completar, dia 6 de novembro, 700 toneladas de tilápia chegam do Vietnã. Então, assim, é interessante a sua presença, foi interessante o senhor abordar isso, porque já acaba com todo tipo de *fake news*, de telefone sem fio, e se expõe aqui a verdade. A Comissão é para isso.

O SR. LUIZ MARINHO – Perfeitamente.

O Governo tem estimulado a criação de tilápia em várias bacias, tanques, redes. Eu sou de São Paulo. Tenho vários amigos que criam tilápia, inclusive estimulados pelo Governo.

Então, nós jamais íamos... De fato, acho que tem várias questões que, às vezes, escapam nos olhos deles, né?

Por isso, são importantes as Comissões, até para a gente esclarecer e, muitas vezes, repreender eventuais equívocos que possam estar sendo cometidos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Vou passar a palavra agora para o Carlos Augusto Gonçalves, para que ele possa fazer as explicações de finalização.

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES (Para expor.) – É apenas um complemento de algumas questões específicas apresentadas.

Em relação à nota fiscal, a regra, hoje já prevista na legislação se apresenta como uma possibilidade de comprovação da atividade pesqueira para os casos em que a venda é para pessoas jurídicas, e não para físicas. Em não havendo, a lei é clara. Ela estabelece a possibilidade do "ou". Declaração, recolhimento e previdenciário.

É um ou outro.

Então, é importante deixar... (*Pausa.*) Exatamente.

Então, é importante deixar claro isso para que não se crie uma ideia de que a nota fiscal se aplica a todas as situações e a todos os casos. É apenas para a pessoa jurídica.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O outro caso, acho que... *(Pausa.)* Isso. É o inciso II do §2º do art. 1º.

O segundo eu acho que é importante em relação a recurso. O dispositivo de recurso já está disponível e tem três mecanismos para o pescador solicitar o recurso. O primeiro é via App da CTPS Digital, o App; o segundo é o Portal Emprega Brasil; ou na superintendência. Ele pode se dirigir também à superintendência mais próxima. *(Pausa.)* Exato.

O segundo aspecto para que eu gostaria de chamar a atenção é que, a despeito do curto espaço de tempo que o Ministério do Trabalho e Emprego teve, a partir de novembro, como responsabilidade, nós já fizemos vários instrumentos de perguntas e respostas, a partir do questionamento que a gente tem direto das redes, colocamos isso na internet, passamos isso para as superintendências e, em todos os dias de todas as semanas, nós estamos fazendo *lives* ou nos relacionando diretamente com todas as entidades – federações, confederações e as próprias entidades específicas no território.

Nós já fizemos, basicamente, desde o início de novembro, cerca de 300 a 400 eventos de esclarecimentos para as comunidades que orientam os pescadores. Nós estamos avançando nesses instrumentos. A gente pretende fazer vídeos de desenvolvimento do passo a passo para o pescador se orientar em relação ao requerimento e, depois, também, a recursos.

Isso, ainda, a gente deve apresentar no próximo período. *(Pausa.)* Exatamente. Todas elas.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA) – Secretário... Só aproveitando essa sua fala, Secretário...

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – Pois não.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA) – Nós vamos ter duas audiências públicas no Maranhão, e aí, se pudermos entrar, de repente, *online* para falar com os pescadores, com as entidades lá...

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – O convite já está aceito.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA) – Na sexta-feira, às 9h da manhã. Eu vou combinar com a assessoria do Ministério para que a gente possa ter essa interação e possa esclarecer ainda mais às entidades.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – Ótimo.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN) – E eu gostaria de convidá-lo para uma audiência pública que nós vamos ter também no Rio Grande do Norte, sexta-feira, às 10h da manhã, para o senhor entrar *online* também com a gente.

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – Está ótimo. Grato. (*Risos.*)

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN) – Às 11h. Entra às 11h. (*Risos.*)

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – Costuma passar de uma hora, viu? Mas, enfim, a gente se organiza para isso, né?

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN) – Tá joia.

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – O outro aspecto para o qual eu gostaria de chamar a atenção é em relação à pendência cadastral. De fato, ela começou a se apresentar no início, quando a gente colocou o sistema no ar, e ela também, às vezes, se apresenta em relação ao Reap. Eu acho que o Édipo, que deve tratar aqui, em nome do Ministério da Pesca, pode abordar melhor esse assunto.

O que nós temos conhecimento no Ministério do Trabalho é que ele, em geral, está associado a suspensões decorrentes de notificação de CGU e de Polícia Federal, são os 480 mil registros que foram suspensos. Então, aparece mesmo, de fato, isso como uma das principais motivações da pendência cadastral, pelo menos em relação ao Reap, tá?

Por último, em relação aos dois fatores de certificação. Ele, de fato, se apresenta como uma exigência no Reap e, caso o pescador assim o faça, para o caso do Reap, ele vai se apresentar também como uma necessidade para o requerimento do seguro-defeso. Então, de fato, esse é o instrumento que é exigido, especialmente quando ele já o faz na habilitação no gov.br, através... para poder fazer, de fato, o preenchimento do relatório.

O SR. RAIMUNDO COSTA (Bloco/PODEMOS - BA) – Secretário...

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – Pois não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO COSTA (Bloco/PODEMOS - BA) – Com referência ao Reap 2025, que está sendo obrigado a partir do dia 8, o prazo é muito curto para o pescador apresentar, para garantir o direito de seguro. Seria importante prorrogar esse prazo ou não exigir, para esse exercício de 2025, a apresentação do Reap.

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – Esse prazo...

O SR. RAIMUNDO COSTA (Bloco/PODEMOS - BA) – Por que foi aberto há muito pouco tempo.

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – Esse prazo, salvo engano ou melhor juízo, Deputado, acho que já foi prorrogado.

O SR. RAIMUNDO COSTA (Bloco/PODEMOS - BA) – Foi prorrogado, mas o prazo é curto.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA. *Fora do microfone.*) – Foram 60 dias...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – De 21 a 24. Foi prorrogado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – Até 5 de abril, Deputado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – O 21 a 24.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA) – Mas o problema de que nós estamos falando, no caso nosso lá da região, é o 25 mesmo.

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – É o 25.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA) – Porque o prazo era até o final do ano. Aí com essa decisão...

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – O prazo é até o final do ano para efeito das obrigações em relação à pesca. Para o caso específico do pagamento de seguro desemprego, ele é uma exigência. Então... Pois não?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – Isso. Não, mas para o caso específico do pagamento do benefício, a partir da responsabilidade do Ministério do Trabalho de novembro, o prazo do 2025... 2025 vai até dezembro. Mas isso é para as obrigações em relação à pesca.

Para o pagamento da habilitação, ou seja, o pagamento de seguro desemprego, para que ele possa ser habilitado pelo pescador, ele tem que preencher e registrar o Reap de 2025. Isso é uma exigência estabelecida na norma.

O SR. RAIMUNDO COSTA (Bloco/PODEMOS - BA. *Fora do microfone.*) – É justamente essa exigência, é que o prazo é curto, porque é muita coisa...

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – Nós podemos avaliar isso, Deputado, podemos.

O SR. RAIMUNDO COSTA (Bloco/PODEMOS - BA. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. LUIZ MARINHO – Eu acho o seguinte: acho que é questão de avaliar... Eu estou percebendo, Carlos Augusto, o seguinte: nós estamos falando do seguro-defeso de 2025. De repente, pode estar muito apertado para este momento. De repente, temos que pensar, inclusive, no decorrer da análise da medida provisória, para eventualmente ajustar, na medida provisória, qual é esse período de transição de um para o outro, qual é o período adequado para ele poder dar conta, o.k.?

Vamos estudar esse assunto junto com pesca.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ MARINHO – E antes de... quando você acha que vamos votar a medida provisória?

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – Ministro, o Édipo já está sinalizando ali com a possibilidade de estudar isso. É via portaria.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – A ideia aqui, Ministro, é aprovar o relatório no dia 10 de março.

O SR. RIVETLA ÉDIPO ARAUJO CRUZ – Estão me ouvindo?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – Sim.

O SR. RIVETLA ÉDIPO ARAUJO CRUZ – Certo? O que acontece? O Reap de 2025, para fins de atividade pesqueira, precisa ser entregue só no ano seguinte. Então os de 2025 precisam ser entregues até o final de 2026. Como trouxe o decreto e a lei, para a questão da concessão do seguro-defeso, ele precisa ser do ano exercício.

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – Isso.

O SR. RIVETLA ÉDIPO ARAUJO CRUZ – Se o pescador... E aí o MTE assumiu a responsabilidade a partir de novembro. Se o pescador quer receber o seguro-defeso de novembro de 2025, ele precisa entregar o Reap de janeiro até setembro de 2025 para receber o seguro-defeso deste ano.

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – Isso.

O SR. RIVETLA ÉDIPO ARAUJO CRUZ – Sobre a questão do prazo, realmente o prazo está muito curto, porque o sistema de 2025 entrou no ar no dia 5 de janeiro.

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – De janeiro. Exato.

O SR. RIVETLA ÉDIPO ARAUJO CRUZ – Então, essa questão da possibilidade é algo que a gente precisa realmente avaliar, tá, Ministro Marinho?

O SR. LUIZ MARINHO – Perfeito. Vamos estudar esse assunto para ver como a gente faz essa adequação para não ter maiores dificuldades.

O SR. CARLOS AUGUSTO GONÇALVES – Ótimo, chefe.

O SR. LUIZ MARINHO – Bom, obrigado, viu? Eu queria agradecer, Presidente. Eu queria agradecer desde já...

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN) – Eu queria fazer só uma pergunta de leiga mesmo. Uma pergunta aqui, leiga.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a gente... Eu sei que tem uma medida provisória, eu sei que tem toda uma lei em curso, mas não seria possível, já que a gente está com tanto atraso no pagamento desse seguro, manter esses pagamentos como eram antigamente e, a partir de agora, ter este ano todinho para regularizar? Para quando chegar o defeso, por exemplo, do meu estado, o Rio Grande do Norte – que eu sei que cada estado tem um tempo necessário –, não seria possível uma maneira emergencial de fazer esse pagamento? Acaba com essa celeuma e, este ano, agora, faz toda a burocracia necessária e salva esse povo aí.

Essa era uma ideia. Não sei se pode, é leiga... Eu sou leiga nesse sentido.

O SR. LUIZ MARINHO – É que nós não podemos exatamente assim, porque senão nós botamos toda a malandragem para dentro.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN. *Fora do microfone.*) – Ah, entendi. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Bom, quero agradecer a presença do Ministro Luiz Marinho, do Secretário Carlos Augusto, por ter dado essa oportunidade a esta Comissão, de vir aqui debater conosco a Medida Provisória 1.323 e oportunizar aos Parlamentares para que eles pudessem tirar suas dúvidas.

Obrigado, Ministro.

(Soa a campainha.)

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Só uma coisa, Ministro, depois... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Nós vamos dar sequência à audiência pública e, agora, vamos para o nosso segundo bloco, em que nós vamos ter a participação de mais três membros.

Então eu queria convidar, agora, para tomar lugar à Mesa, os seguintes convidados: Rivetla Édipo Araujo Cruz, Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura; Vanessa de Oliveira Gaudereto Guimarães, Mestre em Pesca e Aquicultura e membro do Instituto de Promoção Humana; Márcia Eliza de Souza, Diretora de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão, no INSS. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra agora, por dez minutos, para Rivetla Édipo Araujo Cruz, que é o nosso Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura do Governo Federal.

O SR. RIVETLA ÉDIPO ARAUJO CRUZ (Para expor.) – Obrigado, Deputado.

Eu gostaria de cumprimentá-lo e, na pessoa do senhor, cumprimentar também o Senador Beto Faro, todos os Parlamentares que se fazem aqui presentes, cumprimentar também nossos colegas aqui do Executivo, a equipe do Ministério do Trabalho e Emprego, que acabou de participar de um bom momento, aqui, de debate sobre a Medida Provisória 1.323, cumprimentar também a minha colega do INSS, que até pouco tempo fazia parte de todo esse processo de operacionalização que cabe à concessão do seguro-defeso.

É uma honra estar participando deste debate de um tema necessário, caro e muito importante, porque ele atrela três pilares muito importantes que cabem à questão ambiental, social e econômica, uma vez que só existe seguro-defeso porque existe uma medida de manejo chamada defeso, que é um período de reprodução e recrutamento dessas espécies. Entendo que é uma política muito importante para que a gente esteja aqui, no dia de hoje, debatendo, para garantir, além da segurança ambiental, também os aspectos sociais e econômicos que envolvem toda essa atividade.

Dentro do Registro Geral da Atividade Pesqueira, que é uma competência do Ministério da Pesca e Aquicultura, mais especificamente da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa, hoje nós temos o número de 1,85 milhão de pescadores e pescadoras cadastrados no nosso sistema e espalhados por todas as unidades federativas do nosso país, com um maior destaque, principalmente, para os cinco estados que foram mencionados aqui na apresentação do Ministério do Trabalho e Emprego.

Falar do Registro Geral da Atividade Pesqueira é falar do momento em que nós assumimos a gestão do Ministério da Pesca e Aquicultura, quando não se existia uma única base de dados de pescadores.

Nós recebemos ao menos três diferentes bases de pescadores. Recebemos um sistema legado, antigo, com um pouco mais de 900 mil pescadores, um sistema chamado 4.0, e, quando assumimos a gestão, passamos a chamá-lo de PesqBrasil, e um quantitativo em um volume





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

enorme de pescadores que estavam amparados por um papelzinho chamado protocolo. Então, nós tínhamos três diferentes bases de dados.

Então, o principal desafio do Ministério da Pesca e Aquicultura, no início da sua reestruturação, foi que nós precisávamos ter uma única base de dados.

Esse desafio foi sanado em março do ano passado, quando se encerrou o recadastro e o cadastro desses pescadores. Então, hoje podemos dizer que nós temos uma única base de dados no Ministério, que é o nosso sistema PesqBrasil Pescador e Pescadora Profissional.

Tida essa única base de dados, nós começamos em uma outra problemática: precisávamos qualificar aqueles usuários que estavam nesse sistema, e foi feita uma estratégia em duas etapas.

A primeira foi o cruzamento de informações. A gente precisava saber se aqueles pescadores e pescadoras que estavam na nossa base eram especificamente pessoas que estavam elegíveis de acordo com as nossas normas infralegais. Então, foi aí, com a ajuda da CGU, que a gente conseguiu fazer o cruzamento da nossa base de dados com questões que eram vedações da nossa Portaria 127, de 2023.

Então, a gente conseguiu vencer essa primeira etapa, que seria de cruzamento de base de dados.

O segundo momento é o da qualificação desses pescadores.

Realmente, quais são as informações que estão nesse banco de dados? Será que são realmente pescadores?

Para isso, nós precisávamos avançar num instrumento que é muito importante para a manutenção do pescador dentro desse registro, que é o Reap (Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira).

Nós tínhamos uma portaria que prorrogava a entrega desse relatório de 2021 a 2024, até o dia 31 de dezembro de 2025.

Então, esse é um passo muito importante, porque, se você efetivamente é um pescador, nós temos um documento, mesmo que seja autodeclaratório. Aquele profissional que exerce





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividade pesqueira precisa entregar um relatório de produção pesqueira, dizendo quanto ele pescou, como ele pescou e onde ele pescou, que é o Reap.

Então, nós conseguimos avançar também na exigência da obrigatoriedade de entrega desse Reap, que foi prorrogado até 31/12 do ano passado.

Nós advertimos em torno de 860 mil pescadores na nossa portaria de janeiro deste ano. Isso quer dizer que os pescadores advertidos que não entregarem esse Reap, esse relatório de produção dos quatro anos atrás, serão suspensos.

Então, nós prorrogamos a entrega do Reap, porque nós entendemos que um dos principais desafios da gestão do registro da atividade pesqueira do pescador é o sistema. Isso é muito claro. A gente ouviu aqui de vários Parlamentares, a gente vem escutando de muitas entidades que dialogam diretamente conosco lá no Ministério, e a gente vem encarando esse desafio.

Esse desafio foi encarado desde o momento em que a gente atualizou o sistema. Era um sistema realmente muito lento, que trazia muitos problemas técnicos. Muitas pessoas reclamavam que não conseguiam ter acesso. Então, a gente conseguiu, nessa atual gestão, já melhorar esse sistema.

Nós fizemos uma migração do sistema, que antes era gerido na Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério da Agricultura, por conta do arranjo colaborativo que nós tínhamos. Nós não temos uma TI específica do Ministério e nós migramos esse sistema para a Dataprev, por uma orientação do Governo.

Nós temos um grupo de trabalho interdisciplinar, com a participação de vários ministérios, e a gente entendeu que o melhor local para esse sistema estar, com melhor aproveitamento para as melhorias que precisam ser feitas, seria se esse sistema fosse para a Dataprev, onde estão todas as outras bases do Governo.

Então, a gente entende que, com esse sistema lá, a gente consegue fazer cruzamentos e melhorias mais céleres, para que realmente a gente não venha a impactar diretamente os nossos pescadores.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um processo que a gente vem avançando, ao longo de tudo que envolve a questão do registro.

Não é um registro – e aqui eu gosto sempre de frisar – para pagamento de seguro-defeso. O Registro Geral da Atividade Pesqueira é para além de um canal e de um instrumento para pagar um seguro. Ele serve de informações, para a gente contribuir com a estatística pesqueira, ele nos traz informações preciosas para a gente construir políticas públicas eficazes para o nosso público.

Então, a gente precisa desmistificar que o RGP é para pagamento de seguro-defeso apenas. Ele vai até mesmo para outras questões que envolvem previdência e questões que envolvem o trabalho.

O RGP, inclusive, tem um número de pescadores maior do que o de pescadores a quem é pago o seguro-defeso, porque os critérios elegíveis para você ser um assegurado especial são diferentes dos critérios para você fazer parte do RGP. Então, é muito importante que a gente saiba diferenciar que ele é apenas uma porta de entrada para dar suporte a uma política como o seguro-defeso.

Então, a gente precisa dizer, inclusive, que o número de registro de pescadores é maior do que o que são aqueles pescadores que estão elegíveis para receber o seguro-defeso.

Um outro ponto importante que eu queria colocar aqui trata-se da participação social e debate com as entidades. Inclusive, eu gostaria de cumprimentar todas as entidades aqui presentes, na audiência de hoje, em especial a CNPA, visto que o Sr. Edivando estava aqui conosco, e também a federação do Amapá.

Quero dizer também que a equipe do Ministério da Pesca e Aquicultura se faz presente aqui, Presidente: nossa Secretária Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa, Carolina Dori, nossa equipe do departamento que trata diretamente de registro e monitoramento, nossa SPA, e também a Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, onde esse tema é totalmente transversal, porque é lá que realmente os pescadores se ancoram em fazer os seus pedidos e seus anseios. Então, é uma secretaria muito importante em relação a todo esse processo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que o MPA, com essa preocupação de escuta, sempre esteve aberto ao diálogo. Nós temos vários fóruns de diálogo com o público, com os atores da pesca artesanal, desde o Fórum da Pesca Artesanal, nós temos um GT...

(Soa a campainha.)

O SR. RIVETLA ÉDIPO ARAUJO CRUZ – ... específico para tratar as questões do RGP Pescador, nós temos o nosso Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca, em que esse tema é sempre recorrente, nós temos canais de comunicação com os pescadores...

A gente tem tentado melhorar esses canais, desde telefone, desde contato via WhatsApp. Então, a gente tem tentado trabalhar realmente em atender ao nosso público, que é o pescador e a pescadora artesanais.

Então, para encerrar, eu agradeço a oportunidade.

A gente, enquanto Ministério da Pesca e Aquicultura, fica à disposição.

Reforço a fala do Ministro Marinho, de que isso é realmente um problema de governo. Não tem que esse é o problema do MPA ou do Ministério do Trabalho e Emprego ou do INSS. Nós estamos unidos para ver de que forma sair, da melhor forma, de toda essa problemática que envolve realmente a garantia dessa concessão do seguro-defeso aos trabalhadores das águas do nosso país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Com a palavra, a Sra. Vanessa de Oliveira Gaudereto Guimarães, Mestre em Pesca e Aquicultura e membro do Instituto de Promoção Humana, por até dez minutos.

A SRA. VANESSA DE OLIVEIRA GAUDERETO GUIMARÃES (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas.

Na pessoa do Presidente, cumprimento, mas também faço um cumprimento especial aqui às mulheres presentes. Não abro mão sempre de fazer isso, né? As mulheres nesse espaço são muito importantes.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também cumprimento os pescadores e pescadoras que estão nos assistindo agora, ansiosos para que essa medida retrate a realidade dos pescadores que estão lá na base.

Trouxe uma apresentação, mas, devido ao tempo, vou abrir mão. Então, vou passando aqui só para alguns detalhes que eu pude anotar.

Eu acho que a primeira mesa, Deputado, foi muito rica, e a gente vê aqui também uma aula de pesca.

Eu me senti aqui, Secretário Édipo, na academia, eu acho que todos os Parlamentares também se apropriando de um tema tão complexo, que é a pesca artesanal.

O Secretário disse aqui dos 1,85 milhão de pescadores que possuem o RGP. Isso é muito importante, esse dado.

Ter o RGP não significa acessar o seguro-defeso, significa muito mais; e, por isso, muitos atores, inclusive órgãos de controle, precisam parar de criminalizar pescadores que possuem RGP.

Qualquer um de nós, inclusive, tirando as regras estatutárias, poderíamos ser pescadores artesanais pela lei geral da pesca, mas estaríamos limitados a acessar o seguro-defeso, estaríamos limitados a acessar outras políticas públicas conforme as regras de cada uma.

Do seguro-defeso, gente, não dá para a gente deixar de falar da importância dele. É uma política simplesmente genial.

E, aí, a gente traz aqui um dos maiores defensores dos pescadores, Deputado, que é o Presidente Lula. A gente não abre mão de falar isso.

E, inclusive, creio eu que o Presidente Lula, na sua juventude, possa ter sido um pescador profissional... É aquilo que se diz...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. VANESSA DE OLIVEIRA GAUDERETO GUIMARÃES – Não, não tinha... Mas eu acho que aquilo que a lei diz, que o pescador profissional, basicamente, é aquele que pesca e





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

comercializa... E a lei é um pouco falha; ela precisa ser aprimorada também – trago aqui, inclusive, uma proposta.

A lei foi uma proposta criada, que é uma ferramenta de sustentabilidade social, econômica, mas, sobretudo, ambiental.

O que seria se não existisse o seguro-defeso? Como nós iríamos garantir que os pescadores deixassem de pescar no momento do defeso? Quem poderia fazer esse controle?

Então, é simplesmente genial, e é para garantir um seguro e uma compensação financeira, para garantir a sobrevivência.

Não tem ninguém falando de uma renda astronômica. É simplesmente a sobrevivência dos pescadores aqui, com um salário mínimo naquele período que ele fica sem pescar.

Então, esse contexto da MP, Deputado, e demais Deputados e Senadores, virou um cabo de guerra.

A gente percebe também uma disputa política, mas hoje a gente pode perceber que, inclusive, a oposição e a situação têm dito a mesma coisa: o combate à fraude é necessário, mas que nenhum pescador de verdade seja prejudicado por esse combate à fraude. Então, que a lei, a pesca, o RGP e o seguro-defeso estejam alinhados numa lei que seja inclusiva e que possa punir aquele verdadeiro fraudador.

Mas como identificar o fraudador? Quem é o fraudador? É quem está recebendo o seguro-defeso irregularmente, e não aquele que tem o RGP. Aquele pode ter e ter pescado, às vezes, um peixe no mês, se tiver comercializado. Ele tem que ter o direito. Se ele pescar sem a carteira de pesca, ele não poderia sequer pescar e comercializar, ou, então, ele teria que ter a carteira de amador e não comercializar.

Então, acho que essa reflexão é muito importante, para dizer que não dá para, com a mesma medida, dar o mesmo remédio. Temos que tomar cuidado com a medida provisória, para que o remédio não mate o paciente.

E algumas propostas da medida provisória, como a proposta da questão tecnológica e digital...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer um desafio aqui: quem nunca passou raiva com aquela fotinho do .gov lá? Quem caiu do nível ouro para o nível prata, e para você voltar para o nível ouro?

Eu tenho pânico de mexer. Imaginem o pescador que tem dificuldade, o pescador lá dos rincões da Amazônia...

O pescador também... E vem outra questão aqui, sobre notas fiscais e sobre as próprias notas em si.

Ele não pesca e vende. Ele não vai lá, pega o peixe com facilidade e vai comercializar. Muitas vezes, eles vão para ilhas, vão para o meio do rio; em ilhas, vão para o mar, ficam muito tempo, pescam uma quantidade boa e depois tiram um tempo para comercializar.

Então, como pedir que o pescador proponha as notas fiscais, ou notas mensalmente, se às vezes vai ter mês que ele está lá no rio e vai ter mês que ele está comercializando?

E, além de tudo, o pescador sabe das condições climáticas, inclusive falo aqui das mudanças climáticas.

O combate à fraude é extremamente necessário, mas acho que a medida provisória pode, sim, ser um pouco mais robusta no combate à fraude, mas cabe lembrar: quem é o fraudador? É o que tem RGP? Não. Então, isso é muito importante.

E mesmo, eu me lembro bem – eu estive já como superintendente federal da pesca no meu estado – de que uma senhora me procurou e falou: "Eu sou empregada doméstica, mas eu estou sem receber o meu seguro. Como eu faço para receber meu seguro-defeso?".

Ela não tinha informação. Será que também a medida provisória pode garantir a conscientização e a transparência, para que todos saibam quem tem direito ao seguro-defeso e quem não tem? Será que todos aqui sabem que, para receber o seguro-defeso, ele precisa, de certa forma, viver exclusivamente da pesca?

Eu encerro em dois minutos.

Quero dizer que essa medida provisória não pode ser uma barreira de exclusão tecnológica. Então, a sensibilidade de V. Exas. é muito importante.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro choque que, na minha avaliação, a medida provisória traz: a questão digital e tecnológica, sem dúvida alguma, é exclusiva.

O segundo choque é o cultural e social: as notas mensais não refletem a realidade do pescador, dos territórios também e das especificidades de cada região.

O terceiro choque é o teto de gastos.

Não dá! Não dá para ser limitador, e quem vai acessar esses recursos primeiramente, sem dúvida alguma, são os fraudadores. É inegável isso. Os fraudadores têm acesso à tecnologia e vão conseguir acessar muito rápido. E, aí, quem vai ficar lá atrás é aquele que não teve a informação. Então, não dá para ter essa exclusão e esse recurso limitado: inverte-se a lógica da questão do controle.

O fraudador profissional tem acesso à tecnologia; o pescador artesanal e tradicional, muitas vezes, não tem. Essa é uma fala do movimento pastoral da pesca, que a gente vê em alguns relatórios.

Então, a medida provisória, Presidente, pode potencializar, criar uma judicialização intensa também e punir o verdadeiro pescador.

O quarto choque é o risco à exposição de dados pessoais, que já vem acontecendo.

Muitos representantes e muitos pescadores têm pedido, desesperadamente, para o seu vizinho fazer o pedido, porque eles não têm acesso à tecnologia. Então, a gente está falando de LGPD: como vamos garantir os dados pessoais desses pescadores com uma digitalização do processo?

E o quinto choque...

(Soa a campainha.)

A SRA. VANESSA DE OLIVEIRA GAUDERETO GUIMARÃES – ... é a exclusão do papel das entidades representativas e do controle social, dos próprios conselhos e da participação social.

Nós precisamos garantir o fortalecimento das entidades representativas, das colônias, das associações, dos sindicatos de representação de pesca e das respectivas federações.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A burocracia *versus* a economia real da pesca.

Então, a exigência da MP não dialoga com o que traz o Plano Nacional de Pesca Artesanal, aprovado.

Eu estive presente como delegada, aprovamos um plano, fizemos uma discussão muito importante. Gostaria de parabenizar o Ministério da Pesca por ter feito esse debate em todo o Brasil, do qual eu tive a felicidade de participar.

O plano nacional não fala em burocratização; o plano nacional fala em participação social; o Plano Nacional do Pescador Artesanal fala em respeitar os territórios; o plano nacional...

(Soa a campainha.)

A SRA. VANESSA DE OLIVEIRA GAUDERETO GUIMARÃES – ... fala em garantir os direitos ao verdadeiro pescador.

Para encerrar, eu trago aqui também algumas propostas para as quais não basta a gente ser somente crítico; a gente tem que também trazer algumas propostas de solução.

Aliás, não posso me ausentar de falar dos atingidos e das atingidas por barragem, mas também pelas mudanças climáticas. Como ficariam esses atingidos que não podem pescar? Onde eles entrariam na medida provisória?

Em Minas Gerais, nós somos palco de dois grandes crimes socioambientais. Como ficará a situação desses atingidos?

Eu peço a V. Exas. para olharem, na situação da MP, para aqueles que não têm como colocar... A pesca não vende, não está pescando por portaria... Como ele vai declarar o pescado?

Então, finalizando, trago aqui alguns filtros que poderiam ser colocados.

O primeiro filtro é, sim, com o RGP.

A própria lei da pesca poderia ser um pouco mais específica e trazer em si as categorias de pescadores. Por que não termos três categorias básicas de pescadores?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho uma proposta, que posso repassar para o Ministério e também para esta Comissão: três categorias básicas de acesso às políticas públicas.

Uma categoria seria a do pescador que vive exclusivamente da pesca; a segunda categoria seria a daquele pescador cuja renda, em maior parte, vem da pesca; então, esse também não teria direito, mas ele teria direito a outras políticas públicas; e a terceira seria a daquele pescador para quem a pesca é um complemento de sua renda, que também existe.

Se eu morasse à beira do Rio São Francisco, mesmo que eu tivesse outra renda, eu quereria ser pescadora e quereria o meu RGP.

O segundo filtro é o fortalecimento das entidades representativas, do controle social, das colônias, associações e sindicatos.

O terceiro filtro é o cruzamento de dados.

Outras políticas públicas são fiscalizadas com muito menos critério e preconceito; outras políticas públicas, como o próprio Bolsa Família – motivo de muitas críticas também, de debate político –, cuja forma de fiscalização e de entrada é muito mais simples; outros programas, como tarifa social, programas sociais mesmo, que têm muito mais simples a fiscalização e o cruzamento de dados.

Cruzar dados hoje... Já se diz, no mundo tecnológico e digital, que dados são o novo petróleo, e, de fato, é como nós podemos fazer: com a inteligência artificial, criar programas que possam cruzar dados com a Receita, com o próprio trabalho...

A gente precisa saber se ele tem outra renda; isso é o grande foco.

O quarto filtro é, de fato, aumentar a fiscalização, mas a conscientização também e a transparência.

Em 2013, existia uma lista no Portal da Transparência onde todos os pescadores, preservando seus dados pessoais, podiam estar ali retratados como recebedores daquele benefício, porque é um benefício público de fato, e nós todos, como brasileiros, queremos combater a fraude.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerro por aqui, dizendo que o orçamento garantido com controle social é importante, e a pesquisa e a extensão também.

A itinerância dos órgãos também pode estar lembrada aí nessa medida provisória, no projeto de lei, porque a gente precisa estar próximo à superintendência dos órgãos.

Nesse sentido, eu agradeço. É uma alegria imensa estar aqui podendo contribuir.

Digo aos pescadores e pescadoras que estão nos assistindo, porque eu tenho certeza de que todos eles estão assistindo a esta audiência, nos quatro cantos deste Brasil: eu senti hoje que esta Comissão vai fazer a diferença e que essa medida provisória vai ter grandes avanços.

Parabéns a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Vanessa.

Passo a palavra agora, por até dez minutos, à Márcia Eliza de Souza, Diretora de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão, do INSS.

A SRA. MÁRCIA ELIZA DE SOUZA (Para expor.) – Obrigada, Presidente.

Bom, início cumprimentando toda a mesa, o Senador Beto Faro, o Presidente e Deputado Josenildo, o Secretário do MPA Édipo e a Mestra Vanessa.

Uma boa-tarde a todos que estão aqui presentes.

Agradeço o convite ao INSS para participar deste debate, porque trabalhamos com o benefício do seguro-defeso do pescador artesanal por dez anos. Iniciou em 2015, e terminamos agora, em 2025, com a medida provisória.

A gente vem, durante todo esse período, Deputado, buscando medidas para trazer segurança.

A gente conhece, sabe que é uma política extremamente importante para o país. Ela é necessária para a preservação da espécie e também para manter os nossos pescadores nessa atividade, que é fundamental para o país, mas a gente precisa realmente trabalhar mecanismos que deem segurança na concessão dessa política, na implantação, na operacionalização.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o INSS, desde que ele começou a trabalhar, eu acompanho. Eu sou Procuradora Federal e trabalho ali no INSS desde essa época. E a gente vem acompanhando o desenvolvimento de todos os mecanismos, para poder dar vazão a esses requerimentos.

Quando começamos esse trabalho, os requerimentos eram feitos com protocolos nas agências, em folhinhas. Então, era muito complicado que os servidores tivessem que analisar requerimento por requerimento.

Então, a possibilidade de a gente não pagar em um ano era muito grande. E, cada vez mais, a sociedade tem exigido do serviço público.

O INSS, todo mundo conhece, tem visto na mídia que, mês a mês, o número de requerimentos tem aumentado. Hoje nós estamos em torno de 1,3 milhão requerimentos de benefícios do regime geral, não contando com os benefícios do seguro-desemprego.

Então, para que você dê atendimento a toda a população, você necessita utilizar as ferramentas tecnológicas. E, nessa estrutura, foram criados, realmente, os canais eletrônicos de atendimento: o Meu INSS, ou através do computador ou através do celular, e a Central 135. E nós também operacionalizávamos através dos requerimentos pelas entidades associativas, pelas colônias de pescadores.

Então, esses requerimentos entravam por todos esses canais, e criamos estruturas para a análise automatizada.

Todos aqueles pescadores que já haviam requerido benefícios anteriores passavam diretamente pela análise dos batimentos de dados que o INSS estrutura, não só para o seguro-defeso, mas para todos os demais benefícios em que a autarquia utiliza as concessões automáticas. Então, foram desenvolvidas essas ferramentas.

E mais: nem tudo a gente consegue fazer no automatizado, que seria o modelo ideal. Por quê? Porque aí realmente o nosso pescador vai receber dentro daquela competência, mas isso não acontece em grande percentual desses requerimentos, necessitando da análise individual.

E aí entra nas trilhas de análise do INSS. Aí entra toda a discussão de a gente não conseguir entregar o benefício no tempo do período do defeso, que é o correto.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas do que a gente precisa em todo esse cenário? É buscar medidas em que realmente a gente consiga trazer a automatização e o reconhecimento dos requisitos de forma estruturada. E aí depende-se muito, exatamente, desse trabalho que vocês fazem, de buscar auxiliar que os nossos pescadores possam ter os requisitos exigidos pela lei antes de eles precisarem, porque, quando eles forem requerer, tudo isso já estará implementado e eles poderão dar vazão, e o órgão que for analisar – no caso agora, o Ministério do Trabalho e Emprego – poderá dar o resultado e a resposta o mais rápido possível.

Então, o INSS, nesse período de amadurecimento, buscou trazer essas bases, principalmente do Cnis, do Ceap, de outras bases, o Sirc, para abater a questão do óbito, para ele poder analisar com maior precisão.

Mas ainda nós estamos com um número muito grande de requerimentos para análise manual. O Secretário-Executivo do Trabalho, Dr. Carlos, apresentou: nós estamos ali com 167 mil análises individuais que nós vamos ter que fazer agora; 33 mil a gente já passou pelo requerimento automático – ele está pronto para liberação, assim que for liberado o orçamento. Então, já teríamos para receber. Mas esse outro grupo de beneficiários, nós vamos ter que fazer a análise manual. Então, aí a gente tem que fazer os grupos de trabalho para poder entregar.

Não é um trabalho tão complexo, mas depende de os servidores analisarem processo por processo. E aí, realmente, a gente vai precisar de um tempo para poder concluir.

Mas, enfim, a medida provisória, na nossa avaliação, foi bastante assertiva, porque o pagamento... O INSS fazia apenas a operacionalização da análise dos requisitos, mas toda a política não era da autarquia, não era nem do Ministério da Previdência. Então, acaba não tendo uma integração e até uma preocupação de quem executa com a própria política. Você acaba só cumprindo, e não desenvolvendo mecanismos para melhoria da política.

Então, essa transferência, novamente, o retorno ao Ministério do Trabalho, ela só tem a ganhar para os pescadores e vai poder estruturar melhor e conseguir dar vazão a esses requerimentos da melhor forma possível.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, principalmente, realmente é o que a gente busca: pagar o benefício para quem faz jus, quem realmente é o pescador e que tem direito a receber esse benefício. É a nossa grande preocupação.

Eu acho que a medida provisória tem buscado essa proposta. Inclusive, se fosse possível, se a gente conseguisse, em termos de governo, evoluir, buscar as bases dos estados e dos municípios, porque aí, sim, a gente teria um universo bastante seguro para poder conceder para quem realmente trabalha com a pesca no nosso país.

Obrigada, Deputado. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado à Márcia Eliza.

Eu vou agora passar a palavra ao Deputado Duarte Jr., por até três minutos.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Presidente, agradeço a disponibilidade de fala, mas eu gostaria de ouvir um pouco mais da audiência pública antes da minha manifestação. Eu estava acompanhando, no gabinete, todas as manifestações, inclusive a manifestação do Ministro Luiz Marinho, mas, para que a minha manifestação possa ser mais colaborativa, eu gostaria de ouvir um pouco mais dos oradores já presentes.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Deputado, essa já foi a última oradora.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, nesse sentido, Sr. Presidente, Dra. Márcia, Dra. Vanessa, minha manifestação aqui é trazendo a indignação, é trazendo a dor dos pescadores de verdade do Estado do Maranhão.

Eu falo do estado que V. Exas. já conhecem. É um estado que não tem a maior bacia hidrográfica, mas, infelizmente, meia dúzia de políticos que se apoderaram de alguns órgãos públicos, que utilizaram sua força política para influenciar negativamente, inclusive na atuação do INSS, foram responsáveis por uma série de fraudes, ou seja, a concessão de benefício àqueles que não têm direito.

Veja, por exemplo, no Estado do Maranhão, no interregno de 2023 a 2024: nenhum outro estado da Federação teve um aumento na concessão de seguros-defesos, um aumento sequer que se justificasse, mas, no Estado do Maranhão, foi diferente, foram mais de 130 mil novos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

benefícios concedidos, 130 mil novos benefícios de seguro-defeso, e há uma grande probabilidade de que esses benefícios tenham sido concedidos àqueles que não têm direito.

E quem é que sofre com isso? Sofre, claro, o orçamento público, que acaba não investindo, mas gastando com quem não merece, com quem não tem direito; sofre aquele que tem direito, e não consegue usufruir do seu direito.

É que não são apenas os pescadores; por exemplo, as pessoas com deficiência que têm direito ao BPC, e não conseguem acessar o BPC porque não tem orçamento suficiente para pagar o benefício.

Quantos são os pescadores que vivem da pesca de verdade, no Estado do Maranhão, e hoje não conseguem ter acesso ao seguro-defeso porque o dinheiro que era para garantir o financiamento do seu direito acaba sendo investido, gasto, indo pelo ralo da corrupção, para pagar pessoas que não vivem da pesca, mas que recebem o benefício para fazer rachadinha...

(Soa a campanha.)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... para dividir com políticos bandidos, políticos corruptos.

Então, a minha manifestação é para que possa ser dada uma atenção muito especial ao Estado do Maranhão, porque o que eu vejo é que pessoas que têm direito, pescadores de verdade, que merecem receber o benefício, acabam sendo lesados.

Então, essa reflexão é muito importante neste debate sobre a MP 1.323, de 2025, e eu quero aqui, como Vice-Presidente da CPMI e do INSS, me colocar à disposição, não só para trazer elementos fáticos do meu estado, do estado de onde eu venho, de onde eu fui eleito, mas, sobretudo, argumentos e fundamentos jurídicos, técnicos, para que essa medida provisória, de fato, possa resolver e dar direito àqueles que tanto precisam e tanto merecem.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e aqui eu quero registrar que essa manifestação é para contemplar os pescadores do Estado do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado pela sua participação, Deputado Duarte.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra agora o Deputado Henderson Pinto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, perdoe-me... Só um questionamento.

Eu respeito os três minutos – eu odeio descumprir o tempo –, mas eu queria fazer um questionamento principalmente à Dra. Márcia, ao nosso Relator, Senador Beto: quais são as medidas que podem ser realizadas de imediato? Quais são as medidas que já estão sendo realizadas, para fins de solução desses casos, nos quais nós sabemos que houve a suspensão do benefício daqueles que têm o direito ao benefício?

Quando se corta o benefício de quem não tem direito, esse sujeito dificilmente reclama. Ele nem reclamar reclama, porque sabe que não tem direito.

Mas o que a gente percebe também é que, por essa fraude que, infelizmente, vem acontecendo, principalmente no meu estado, muitos são aqueles que têm o direito, e tiveram seus benefícios cortados. Ou seja: a corda arrebentou para o lado mais fraco e para o lado que tem direito.

Então, como é que é essa força-tarefa que o INSS está fazendo? Qual é a força-tarefa que está sendo realizada para poder identificar e fazer como a Bíblia nos ensinou, diferenciar o joio do trigo?

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Eu vou dar a palavra primeiro para o Deputado Henderson. Aí depois a senhora pode responder.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, só para refazer um complemento da minha fala.

Como ela se direcionou basicamente ao Ministério do Trabalho, eu queria fazer apenas duas perguntas, para que o Ministério da Pesca pudesse até fazer uma referência muito especial ao sempre bom atendimento que o Ministro André tem dado às nossas comitivas – pelo menos do Estado do Pará. De fato, quando a gente leva algumas demandas, de forma parcial têm sido resolvida, parte delas, e só gostaria de fazer essa observação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porém, ainda voltando a essa questão da existência do Reap, que é uma dificuldade que a gente tem no estado... Talvez algumas entidades, em algumas áreas do Brasil, as pessoas tenham essa facilidade, o que não é o caso nosso, específico.

Inclusive, neste momento está se fazendo um mutirão, mas, mesmo assim, não está num tempo hábil para a gente conseguir chegar ao número esperado, para exatamente fazer o que disse muito bem o Deputado Duarte Jr., que é separar o joio do trigo, ou seja, separar o nosso pescador e proteger o nosso pescador dos fraudadores. Então, esse é o objetivo.

E uma das perguntas que eu gostaria de fazer... Essa exigência, exigência da inscrição, do CadÚnico, não cria um critério socioeconômico indireto, que descaracteriza o seguro defeso como um benefício laboral e não assistencial? Essa é uma pergunta que eu gostaria de fazer, se o CadÚnico não vai trazer essa dificuldade para a gente.

A outra, ainda para o Ministério da Pesca, é: no caso da exigência do domicílio do município impactado, considera-se a realidade de pescadores que residem em município limítrofe, mas pescam tradicionalmente em outros locais?

Porque também há essa questão, né? Existem situações em que um pescador está numa comunidade, e, basicamente, os lagos onde ele pesca são próximos da casa dele, e existem outros que moram numa cidade, e acabam pescando em outra, assim como existem, por exemplo, os pescadores do mar, entre os quais alguns moram, grande parte, nas áreas urbanas da cidade, mas vão mar adentro fazer a pesca.

Então, é uma preocupação que a gente tem.

E a última, que é uma pergunta que serve para todos...

(Soa a campainha.)

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/ MDB - PA) – ... da mesa, é: qual o equilíbrio pretendido entre o combate às fraudes e a proteção da renda mínima ao pescador artesanal? A MP 1.323 não estaria advogando o ônus da prova integralmente ao trabalhador informal?

É o que hoje está sendo feito, principalmente com a questão do questionário e outros procedimentos, que têm deixado muitos pescadores... Não vou dizer pescador "verdadeiro",





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque não existe pescador falso; existem pessoas que se passam por pescadores. (*Risos.*) O pescador é pescador em qualquer lugar.

Então, quero saber se isso não está criando um problema de excluir mais quem, de fato, merece continuar no sistema, recebendo o benefício, e, de repente, dando oportunidade para que os fraudadores continuem fraudando o sistema, até porque o próprio questionário não tem toda essa intensidade de que você vai conseguir identificar, na base, essa pessoa lá como fraudadora, porque as perguntas são bastante claras, porém, muito difíceis para os nossos pescadores que têm essa dificuldade do dia a dia.

Eu vou dar um exemplo muito claro, para finalizar. Quando se pergunta "você pesca para se alimentar ou para vender?", na cabeça dele, do pescador tradicional, até o "se alimentar"... Ele pesca para se alimentar, "porque eu vendo para me alimentar". Então, a forma como ele responde, se não foi bem orientado, pode ter cometido esse equívoco.

No caso específico daquilo que eu já pude observar... Porque eu sou filho de ex-pescador. O meu pai é de uma comunidade ribeirinha. Então, eu passei a minha vida, muito tempo, nas comunidades ribeirinhas. E, como Vereador – e agora como Deputado Federal –, eu tenho feito esse trabalho.

A gente sabe, hoje, que, de fato, os nossos pescadores, parte deles... Eu vou citar aqui uma comunidade. Eu citei Santarém, no exemplo de cinco mil e poucos. Vou citar agora a comunidade de Igarapé do Costa, que é a comunidade onde o meu pai nasceu, por exemplo.

Lá, hoje, a grande maioria está fora do sistema, porque está pendente, por conta da forma como respondeu o questionário, que é hoje um dos maiores problemas que se tem apresentado. Não estou nem falando do Reap. Estou falando de o questionário ter sido um grande problema lá na região.

Então, é só para deixar essas duas perguntas aí e ir fortalecendo.

O nosso objetivo, de fato, aqui, com essa MP, é, de fato, a gente aprovar um relatório que vá ao Plenário ser aprovado em defesa do pescador, para combater a fraude, mas que não tire direitos nem prejudique ou burocratize a vida do nosso pescador artesanal.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Henderson.

Com a palavra, agora, a Márcia.

D. Márcia, por favor.

A SRA. MÁRCIA ELIZA DE SOUZA (Para expor.) – Bom, em relação ao nosso...

Primeiro vou colocar o nosso trabalho em relação às fraudes.

Nós temos uma coordenação específica dentro da diretoria de governança, que trabalha com todas as situações em que é informada a existência de fraude ou mesmo um monitoramento, que é feito através das nossas trilhas, para verificar se houve algum pagamento indevido. Então, constatando a existência de fraude, são encaminhados a esse setor, para que faça apuração e promova todo o processo de encaminhamento à Polícia Federal, enfim, todo aquele processo que a gente precisa executar em relação à fraude.

Agora, o que é que acontece, Deputado? Nós temos os requisitos da lei, eles são definidos pela legislação. O INSS se estrutura em cima daqueles definidos, que são: não existir nenhuma outra atividade; ter o recolhimento; ter o RGP ativo. Então, se ele preenche todos aqueles requisitos, passa pelo benefício e passa pelos batimentos, se não houver nenhuma indicação de algum fato que leve à convicção ou for apontado alguma irregularidade, o INSS vai acabar concedendo, porque não tem a informação se aquela pessoa que solicitou é ou não pescador.

O que nós tínhamos no passado e eu tenho certeza de que deve estar melhorando? É a questão da biometria, porque agora é necessário que o próprio pescador faça o seu pedido.

Então, nós tínhamos, no passado, aqueles convênios com colônias, com sindicatos, com entidades, enfim, que poderiam fazer pelo pescador. Como agora só ele pode fazer o requerimento, se houver alguma entrada indevida, através de algum outro canal, isso já foi eliminado. Então, atualmente, somente o pescador pode fazer, e precisa fazer o batimento pela biometria. Então, já traz uma segurança.

Depois, são todos os demais batimentos. Inclusive, com a medida provisória, nós temos o Reap, em que ele vai ter que demonstrar o exercício da atividade da pesca, além de aumentar o período de recolhimento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por essa nova legislação, os problemas que estavam apontados no passado vão ser minimizados. A gente não pode nem, assim, garantir que não vão existir, mas tudo o que tem sido feito agora é com esse objetivo de melhorar.

Nós tivemos, um tempo atrás, inclusive, uma auditoria da CGU, em que foi constatado que havia servidores públicos que recebiam seguro-defeso. Eram servidores públicos de município, de estado, e recebiam seguro-defeso. Isso por quê? Porque nós não tínhamos como fazer o batimento daquela base. A gente não tinha informação.

Agora, o CNIS, o eSocial, inclusive, é para que todos o utilizem, para que a gente possa localizar todas as pessoas e o que elas fazem na verdade.

Qual é a grande dificuldade do INSS, principalmente trabalhando com essas políticas? É saber o que a pessoa que está pedindo está fazendo, se ela realmente executa aquela atividade.

Então, a gente precisa, o Estado necessita desenvolver mecanismos, fazer cadastramento...

Nós temos, por exemplo, o pescador artesanal. Ele é um segurado especial. Além do benefício de seguro-defeso, ele vai ter direito a um auxílio-doença, a uma pensão por morte, a um salário-maternidade, a uma aposentadoria...

Então, a gente precisa ter segurança na concessão desse benefício não só por ele, também, ser um benefício, vamos dizer assim, por um período curto no ano, mas pela vida toda, porque a gente está contando aquilo para uma aposentadoria.

Então, a necessidade que a gente tem, que o Estado precisa desenvolver, na minha avaliação, além dessa questão de a gente apurar aquelas pessoas que receberam indevidamente, que não são os pescadores, através de apoio dos órgãos de controle, de Polícia Federal, Ministério Público e, inclusive, o próprio INSS, através dos seus batimentos e pesquisas, é a gente melhorar a política, para que a gente tenha a certeza de que essas pessoas trabalham naquela atividade e vão receber. E aí não causa, justamente, esse problema que o senhor está colocando. A gente tem um valor alto de custo para o Estado, e aquelas pessoas que precisam acabar sendo preteridas porque outros estão recebendo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, realmente, é um prejuízo muito grande para a política, e a gente precisa trabalhar através da legislação, principalmente, que dá respaldo para a atuação administrativa – a gente tem muita dificuldade em ações civis públicas.

Um outro exemplo que eu queria trazer para o senhor: nós tivemos um período que não foi – acho que até foi por demanda da CGU, eu não tenho certeza absoluta, mas me recordo –, em que não estavam sendo emitidos os RGP. Aí, nós tivemos uma ação civil pública que determinou – nós tivemos até que fazer um acordo no processo – que nós iríamos receber o protocolo que o beneficiário, que o pescador fez perante o órgão, para poder fazer o RGP, e fazer os demais batimentos para conceder.

Então, assim, a legislação é fundamental para trazer a segurança, trazer os requisitos, para que a gente possa atuar nesse processo, não deixar o próprio INSS, que agora não é mais o responsável pela operacionalização, mas que a gente crie mecanismos que não ganhem força, como instrumento normativo, dentro do nosso ordenamento.

O Congresso é fundamental para que essas políticas fiquem de pé e tragam instrumentos com as quais a gente possa trabalhar no âmbito administrativo, porque o INSS mesmo é um mero executor de uma política. Mero no sentido de que ele não trabalha com a política. Ele precisa executá-la no modelo em que ela é construída.

Então, quanto mais forte for a nossa legislação com os requisitos... E, é claro, buscando instrumentos que deem possibilidade de as pessoas, por exemplo, fazerem a biometria, para que a gente possa evitar, com a nossa atuação, a fraude.

Concessão é atribuição do INSS. Agora, se existe uma fraude por trás, você não está enxergando e, aí, você acaba errando na concessão.

O SR. PRESIDENTE (Joseildo Ramos. Bloco/PT - BA) – Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente e demais membros, agradeço a presença do Ministério da Pesca, do INSS e do Instituto, no cumprimento desta audiência pública.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, estou satisfeito com a audiência que nós estamos fazendo, porque muitos dos debates que foram feitos aqui são extremamente importantes. Nós estamos construindo um texto para medida provisória. Isto aqui vai ajudar muito.

Acho que, da própria audiência também com as entidades, na próxima terça, também vão surgir ideias, inclusive, para ajudar nessa questão do combate, nessa questão toda, e para dar celeridade na liberação do processo que nós estamos estabelecendo hoje.

O que a Comissão está nos permitindo, Presidente, é, ao mesmo tempo em que a gente vai estabelecer as regras para o futuro, resolver esse passivo que nós temos hoje. Nós temos uma tensão, hoje, por estar devendo ainda uma coisa do ano passado e deste período agora. Então, nós temos que fazer.

A própria vinda do Marinho e dos ministérios aqui nos permite dialogar sobre isso. Ao mesmo tempo em que se está produzindo o relatório, a gente está dialogando.

Então, acho que, a partir das intervenções, das informações, dos dados que foram solicitados aqui, muita coisa a gente vai cobrar deles, neste período agora, para poder funcionar.

O INSS não vai sair da vida dos pescadores. Ele sai do seguro-defeso, mas todo o procedimento que nós vamos fazer, para comprovar que esse pescador é pescador, vai servir lá na frente, para ele poder fazer a aposentadoria, para poder obter outros benefícios.

Então, é fundamental a participação do INSS também neste debate, mesmo que ele não seja o executor, vamos dizer assim, do seguro-defeso.

O relatório, na minha avaliação e aqui, Deputado Henderson, pela fala geral, tem que ter esse equilíbrio. Nós temos que combater as fraudes, mas não podemos cercear o direito do pescador. Isso aqui não pode ser desculpa para poder cercear o direito efetivo do pescador que está lá na ponta. Então, nós temos que ter esse equilíbrio.

Tem um monte de emendas aqui. Já tem mais de 40 emendas, que vêm de todas as áreas. Eu tentei colocar, inclusive, dividindo já por áreas, as emendas...

Então, acho que está bem, para que a gente possa fazer.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos que cobrar ainda do Ministério do Trabalho essa questão dos recursos, que não está legal ainda.

Quando o cidadão está sendo rejeitado – "ele disse que não, vou fazer o recurso" –, é preciso mais agilidade nisso e o sistema funcionar, porque as pessoas não estão conseguindo fazer o recurso, e aí vão ficando para trás.

Então, nós temos que agilizar, assim como nós já agilizamos, por exemplo, a melhoria do questionário da pesquisa, como nós já melhoramos uma série de coisas, mais funcionários...

Das últimas conversas que nós tivemos com eles, já tem mais funcionário trabalhando na ponta, para aumentar a capacidade do ministério. Já foi contratada mais gente.

Mas essa questão do recurso, que você levantou na primeira fala, para que o cara tenha o direito, é fundamental que tenha melhor agilidade, senão o recurso vai ficando. Daqui a pouco, é mais um monte de gente que tem direito atrasado.

Então, eu estou feliz pelo trabalho aqui.

E tem uma polarização na Casa e na sociedade, hoje, muito grande, mas eu fiquei feliz, hoje, aqui na Comissão, Presidente, que nós não entramos nessa questão. Nós fizemos um debate da pesca, dos problemas da pesca artesanal, sem ter entrado lá... "Esse aqui é o responsável", "esse aqui é o culpado", "esse aqui não foi culpado".

Nós fizemos aqui um debate positivo, e eu espero que a gente continue fazendo desse jeito.

Vamos fazer lá no Pará, na Assembleia Legislativa. Temos quatro – o Henderson, a Dilvanda, o Ferrari e eu – do Pará aqui na Comissão. Mas todo mundo que é Parlamentar lá do Pará tem um pedaço desse negócio da pesca lá.

É porque aqui tem a representação dos blocos. Então, não dá para botar todo mundo. Mas, no dia em que nós formos fazer audiência, com certeza vai estar cheio de Parlamentar lá, porque todo mundo é cobrado, de todo mundo se exige a resposta.

Eu acho que a gente vai fazer um bom debate, como eu falei.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A medida provisória não vai resolver todos os problemas, mas ela vai encaminhar, decerto, uma parte dessas questões.

E a nossa conversa aqui com o Governo tem que se intensificar e nós temos que ficar cobrando, para que eles agilizem esses melhores espaços, até da estrutura do Ministério do Trabalho.

De fato, o Ministério do Trabalho foi meio que desmontado, e, agora, está-se retomando.

Para poder pegar mais uma atividade dessa e dar conta não é simples. Tem que retomar toda a força de trabalho lá para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Secretário Édipo.

O SR. RIVETLA ÉDIPO ARAUJO CRUZ (Para expor.) – Obrigado.

Só para responder aqui ao Deputado Henderson.

O primeiro ponto é em relação ao CadÚnico, a essa questão de descaracterizar a questão trabalhista, social.

Acho que é um ponto de que a gente pode tomar nota. Não seria eu que iria responder, mas muito mais o Ministério do Trabalho e Emprego, mas é importante registrar esse ponto que o senhor levantou aqui em plenária.

Em relação aos municípios limítrofes, algo que está realmente previsto já ali, na lei de 2025, foi reiterado em decreto... O ministério é responsável por publicar essa lista de municípios, de acordo com a portaria de defeso, mas eu acho que isso é uma problemática mais para os municípios do litoral do que para os municípios do continente.

Por exemplo, ali na sua região, Santarém, a gente sabe muito bem que o pescador de Santarém pode pescar praticamente em todo o Baixo Amazonas. Vai de Parintins a Almeirim. Isso não seria um impedimento – a gente tem registro de que os pescadores, principalmente de águas continentais, podem pescar em toda a bacia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o ponto que o senhor levantou é um ponto de atenção muito para os municípios que estão no litoral, que têm muita questão do que é costeiro. Então, a gente teve um cuidado muito grande de listar esses municípios.

Obviamente, tem distâncias muito longas que seriam meio que impossíveis. Um pescador que é defeso do camarão, que abarca todo o Nordeste, vai do Maranhão até o sul da Bahia, pode dizer que é do Maranhão e pescar no litoral sul da Bahia. Então, há alguns desses casos, e a gente está analisando caso a caso.

Mas, recentemente, nós tivemos revisões. É óbvio que a gente tenta acertar e construir a melhor forma de compreender os defesos com os municípios que realmente fazem parte daquele recurso e que estão naquela área de abrangência.

E revisamos alguns períodos, quando a gente observou que tinha questões que não estavam consistentes por parte da metodologia utilizada pelo Ministério da Pesca em levantar esses municípios.

Então, nós estamos abertos se tiver algum caso.

Inclusive, hoje, recebemos ali do pessoal do Pará. O Município de Parauapebas deveria estar listado na bacia não da IN 48, que trata dos defesos da bacia de água doce, mas, sim, na IN 13, que pega Araguaia-Tocantins.

Então, são coisas que a gente precisa realmente ver. Se tem casos desses, que a gente possa visitar e, às vezes, revisar e atualizar essa lista de municípios.

Perfeito. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado.

Observando a fala do Secretário Édipo ainda agora, até comentei com o Relator Beto Faro: eu acho que, talvez, a gente tenha encontrado um mecanismo que possa acelerar os pagamentos, tornar esse pagamento mais rápido, porque tem um dado aqui que eu acho que pode ser importante. É que, de 2021 a 2024, em torno de 79% a 78% dos pescadores apresentaram já os Reaps. Então, talvez, esse banco de dados possa ajudar, para que a gente





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

consiga acelerar os pagamentos do seguro-defeso de 2025, enquanto, obviamente, se apresentem, se façam os RGPs.

Então, a gente vai levar isso como sugestão ao Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, para ver se a gente consegue acelerar os pagamentos, que é o que, de fato, a gente precisa fazer neste momento, para que o nosso pescador, a nossa pescadora, realmente, tenham o direito deles assegurado.

A gente vai levar essa sugestão, para ver se esse banco de dados aqui pode colaborar, pode ajudar, para que o seguro-defeso de 2025 tenha o seu pagamento acelerado.

O SR. RIVETLA ÉDIPO ARAUJO CRUZ – Sr. Presidente, eu posso colocar um número?

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Pode.

O SR. RIVETLA ÉDIPO ARAUJO CRUZ – A portaria de advertência de não entrega de Reap, quando ela foi publicada, nós tínhamos que o percentual de 54% dos pescadores já havia entregue o seu Reap. Então, quem não entregou Reap estava em torno de 860 mil.

A gente vem monitorando desde esse momento de advertência. Com a advertência, eles tinham 30 dias, e nós prorrogamos por mais 60 dias.

E a gente vem vendo, realmente, o incremento na entrega desses Reaps, como senhor tem aí escrito. Pelos dados de 2021 a 2024, em torno de 75% a 78% desses pescadores já entregaram o Reap.

Em relação aos Reaps do ano de 2025, 600 mil pescadores já entregaram o Reap. Qual é o total que deveria entregar? Em torno de 1,8 milhão.

Então, em relação a 2025, que é a exigência para o seguro-defeso do ano, de novembro de 2025 para agora, é preciso entregar esse Reap.

Então, é importante também que os pescadores não entreguem apenas o de 2025, mas entreguem os de 2021 a 2024, porque a sanção é ficar suspenso do sistema.

Se ele é suspenso, ele não estará ativo no RGP e não poderá receber nenhum seguro-defeso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem um desafio muito grande aí, que é realmente alcançar os verdadeiros pescadores para que possam entregar os Reaps neste tempo hábil, até 5 de abril de 2026.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – O.k.

Antes de encerrarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. Presidente, só como você havia falado, agora há pouco, sobre a questão do RGP, uma das denúncias que nós recebemos é que essa questão do RGP continua sendo autodeclaratória. Essa talvez seja uma das grandes problemáticas.

O SR. RIVETLA ÉDIPO ARAUJO CRUZ – Não o RGP, correto? O RGP é o registro dele. O que é autodeclaratório são as informações que ele coloca no relatório de produção.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Pronto.

Se se estabelecesse uma outra condição, não seria uma forma de minimizar esses problemas?

O SR. RIVETLA ÉDIPO ARAUJO CRUZ – Sim. A gente tem trabalhado muito em que mecanismo comprovar efetivamente que um pescador exerceu atividade como pescador.

Então, primeiro é avaliar as informações que estão sendo colocadas dentro desse relatório. Realmente, esse pescador está colocando... Ele pesca 10kg em janeiro, 10kg em fevereiro, 10kg em março? Isso é algo que já vai nos chamar atenção. Como é que ele só pesca 10kg, 10kg, 10kg e só pesca pacu, pacu, pacu? Então, a gente vai começar a analisar as informações que estão sendo inseridas dentro desse Reap.

Para além disso, a gente tem discutido muito quais outros documentos poderiam ser comprobatórios de que ele está exercendo atividade como pescador, para tentar fazer esse cruzamento, como a própria nota fiscal, o que já foi colocado aqui. A gente precisa, para além do Reap, de outros documentos que a gente possa entender que são comprobatórios.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Outro exemplo seria dentro das unidades de conservação. Muitos pescadores também são cadastrados dentro da unidade de conservação e têm todos os seus relatórios de produção, que são geridos e controlados pelo gestor dessas RESEXs. Seria uma outra forma de cruzamento de dados, talvez, a gente cruzar nossos dados com os dados do ICMBio.

Então, a gente tem trabalhado entendendo que a gente precisa ir para além de um dado autodeclaratório e, realmente, comprovar e fazer um cruzamento de informações.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – O.k.

Antes de encerrar, queria agradecer a presença do Secretário Édipo, do Ministério da Pesca e Aquicultura; da Vanessa Oliveira, que é Mestre em Pesca e Aquicultura e membro do Instituto de Promoção Humana; da Dra. Márcia, que é Diretora de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão no INSS, por terem atendido o nosso convite, desta Comissão.

O debate que vocês proporcionaram a nós aqui foi muito importante, porque isso vai enriquecer, ao final, o relatório desta Comissão, que tem o objetivo principal de garantir o direito, mesmo combatendo a fraude, com segurança jurídica, mas o objetivo principal é garantir o direito ao nosso pescador, à nossa pescadora, para que tenham acesso ao seguro-defeso, que, de fato, é importante para a sua subsistência e da sua família. Então, muito obrigado por terem atendido ao convite.

A SRA. MÁRCIA ELIZA DE SOUZA (*Fora do microfone.*) – Nós que agradecemos.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 42 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1323, DE 2025 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia três de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Josenildo, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1323, de 2025 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Efraim Filho, Carlos Viana, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Jorge Seif, Beto Faro, Weverton, Humberto Costa, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Fausto Jr., Henderson Pinto, Sidney Leite, Albuquerque, Raimundo Costa, Carla Dickson, Padre João e Márcio Honaiser, e ainda dos Parlamentares Marcio Bittar, Marcos do Val, Laura Carneiro, Fabiano Contarato, Fred Linhares, Paulo Paim, Bohn Gass, Sérgio Petecão e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Omar Aziz, Angelo Coronel, Cid Gomes, Carlos Portinho, Dr. Hiran, Silvia Cristina, Sóstenes Cavalcante, Dilvanda Faro, Neto Carletto e Marcel van Hattem. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater a Medida Provisória nº 1323, de 2025. **Participantes:** Edivando Soares de Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores; Jane dos Santos Menezes, Representante dos Pescadores do Amazonas; Josana Pinto, Coordenadora Nacional do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais; Valtin Quintino da Rocha, Presidente da Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado de Minas Gerais; José Fernandes Barra, Presidente da Associação da Pesca e Aquicultura do Estado do Pará; Pedro Oliveira dos Santos, Presidente da Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Ceará; Anderson Garcia Pantoja, Coordenador de Pesca do Estado do Amapá; Leidinaldo Gama, Presidente da Federação dos Pescadores do Estado do Amapá; Walzenir Falcão, Representante dos Pescadores do Amazonas; Maria Aparecida Luciano, Diretora e Coordenadora da Região Sul da Federação dos Pescadores de Santa Catarina; e Orlando Palheta Lobato, Presidente da Federação dos Pescadores do Pará. **Resultado:** Audiência Pública realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e nove minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Josenildo

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1323, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2026/03/03>





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.323, 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a Medida Provisória nº 1.323, de 2025, em atenção ao plano de trabalho do Sr. Relator Senador Beto Faro e requerimentos aprovados na reunião anterior.

Realizamos, na semana passada, audiência com os representantes do Governo e teremos hoje a participação dos representantes das associações e federação dos pescadores e pescadoras. A audiência será dividida em duas mesas de exposição, cada uma seguida de um tempo para indagações dos Parlamentares aos respectivos participantes.

Convido agora para tomar assento à mesa os seguintes convidados: Edivando Soares de Araújo, Presidente da Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores; Raimunda dos Santos e Sousa, Presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura; Valtin Quintino da Rocha, Presidente da Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado de Minas Gerais; José Fernandes Barra, Presidente da Associação da Pesca e Aquicultura do Estado do Pará; Pedro Oliveira dos Santos, Presidente da Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Ceará. Irá participar de forma remota o Sr. Jane dos Santos Menezes, representante dos pescadores do Estado do Amazonas. *(Pausa.)*

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até cinco minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Sr. Edivando Soares de Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores.

O SR. EDIVANDO SOARES DE ARAÚJO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Nas pessoas do Presidente Josenildo e do Senador Beto Faro, eu cumprimento todos da mesa e todos vocês.

Pessoal, é lamentável que a gente esteja aqui, mais uma vez, discutindo assuntos para resolver a fraude da pesca, porque, com todo esse aparato, a vítima sempre é o pescador. É sempre o pescador que sofre. Então, a gente precisa, mais uma vez, aqui tomar atitude.

Presidente, como eu já falei, quando foi discutido na Medida Provisória 1.303, eu falei e volto a repetir: tem que se dar responsabilidade para as entidades. Tem que parar com esse negócio de tirar a carteira de pesca em qualquer esquina, porque isso foi um inchaço no Governo passado. Quando começou isso, eu já falei para o Secretário da época que isso ia acontecer, porque já era uma coisa prevista.

Hoje nós temos despachantes que têm mais de dois mil pescadores. Agora, a pergunta que eu faço: são pescadores? Onde está a responsabilidade das entidades? Simplesmente o Governo quis limpar as entidades, ameaçou até jogar esse seguro-defeso para as prefeituras, tirando a responsabilidade das entidades. Então, as entidades têm que ter a sua responsabilidade, têm que ter o seu papel perante a sociedade e perante a categoria de pesca.

Eu fui ali para a Ilha do Marajó, Piauí, Paraíba, Amazonas, Pará, e a gente vê a dificuldade que os pescadores têm, e com tudo isso aí que está acontecendo, é o pescador que está pagando. Então, a gente precisa, Presidente, rever uma lei justa para o pescador. Esse relatório do Ministério do Trabalho para o pescador é o fim! Isso é para o pescador não receber.

Como eu estava conversando com o João Paulo, do ministério, na realidade, o entrevistador tem que ler a pergunta para o pescador e ler as quatro alternativas que têm. Isso não está acontecendo! Não está acontecendo! Simplesmente ele está lendo a alternativa e ele está marcando uma resposta qualquer que ele acha que é conveniente. É por isso que a gente conversa com todos os pescadores e eles falam: "Não foi isso que eu falei. Não foi isso que eu respondi na entrevista". Então, quer dizer, nesse relatório, vai ficar a maioria dos pescadores sem receber.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, assim, o Codefat prorrogou agora até junho, ou seja, para todos aqueles defesos que forem dar entrada até junho, eles vão ter validade até o último período do dia do defeso. Só que aí a pergunta vem: e o ano que vem? São 30 dias antes? São 30 dias depois? Os primeiros 30 dias que o ministério dá para o verdadeiro pescador são 30 dias mortos, porque são os últimos 30 dias que ele tem para trabalhar no ano e é o mês que ele mais vai trabalhar para, como disse, tentar ganhar uma gordurinha para aguentar passar os quatro meses com o salário mínimo, com aquele pouco que ele tentou economizar nesse mês. E aí vão sobrar 30 dias?

E aí eu falo assim: gente, não é querer me desfazer do Codefat, não é querer me desfazer de ninguém, mas são pessoas que estão acostumadas a lidar com leis, a fazer leis, a fazer regras. Eles não têm conhecimento do que é a pesca. Eles não sabem o que é a vivência de um pescador. Eles não sabem o que é a vivência de um pescador. Eles não sabem a diversidade da pesca de Santa Catarina para a pesca do Amazonas, para a pesca do Pará, para a pesca de São Paulo, para a pesca de Minas. O Brasil é diverso.

Outra pergunta que eu faço: quem da pesca está no Codefat para falar sobre pesca? Porque ali eu sei que tem indústria, centrais sindicais, várias outras entidades, menos a pesca – menos a pesca. Então, para quem conhece, para quem está acostumado a viver com a pesca, a pesca tem a linguagem dela, a pesca tem o seu modo de falar. Se eu chegar para o pescador e conversar com ele como a gente conversa aqui em Brasília, ele vai escutar, mas pouco vai entender. É por isso que, quando eu estou na comunidade junto com os pescadores, eu falo a língua do pescador, da maneira deles, do jeito do pescador. É o jeito mais simples, mais humilde que se tem para falar. E, hoje, infelizmente, as leis que estão saindo pelo Codefat não estão indo para a frente.

Outra coisa que nós temos que ver, Deputados, são essas suspensões de carteiras do Ministério da Pesca. Estão suspendendo carteiras com suspeita de fraude, só que, no meio dessas suspensões, tem muitos pescadores que vivem da pesca, que estão tendo a carteira suspensa e que, futuramente, vão ter essas carteiras canceladas. Então, quer dizer, é preciso rever essa maneira de o Ministério da Pesca suspender essas carteiras, porque são pais e mães de família que vão ser prejudicados por uma medida de Governo que vem sem o conhecimento do público-alvo, que é o pescador.

Então, a gente precisa relevar, ter cuidado com o que a gente vai fazer aqui, porque a gente está impondo a mais de 1,5 milhão de pescadores; e, em novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, esse pescador não recebeu um centavo. Quantas e quantas famílias de pescadores,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesse Natal, nesse Ano-Novo, não puderam ter um Natal digno, não puderam ter um Ano-Novo digno, porque o Governo não pagou o seguro-defeso deles? Isso aí é injusto, isso aí a gente não pode aceitar, isso aí a gente não pode deixar acontecer!

Gente, eu fui ali para aquela região da Ilha de Marajó. Gente, que pessoal amoroso, que pessoal que tem um afeto, que pessoal que tem uma simplicidade! Aí, eu pergunto para o Governo: não dói o coração saber que essas pessoas, Presidente, mais humildes, mais necessitadas, ficaram sem o seu pão, sem a sua ceia de Natal, sem o seu Réveillon, sem poder comprar um chinelo para um filho? Agora, estão começando as aulas, e muitos deles não têm dinheiro para comprar um caderno. Então, quer dizer, para corromper a fraude, a gente judia do trabalhador, judia daquele que realmente precisa?

Aí, a pergunta que eu faço: dessas instituições que fraudaram, que fizeram com que isso acontecesse, quem é que está preso? Quem é que está respondendo? Ninguém. Ninguém.

Hoje, se você for procurar, Presidente, você acha despachante fluvial que tem mais de 2 mil pescadores com ele. Aí, a pergunta que eu faço: são pescadores? Dependem da pesca? Vivem da pesca?

Então, é onde que eu falo: tem que ter a responsabilidade das entidades. E aquela entidade...

(Soa a campanha.)

O SR. EDIVANDO SOARES DE ARAÚJO – ... que não quiser responsabilidade, que saia fora e dê caminho para quem quer trabalhar, porque o que nós pedimos aqui é responsabilidade.

Obrigado, Senador. Obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Com a palavra o Sr. Jane dos Santos Menezes, Representante dos pescadores do Estado do Amazonas, que irá participar de forma remota, por até cinco minutos.

O SR. JANE DOS SANTOS MENEZES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Presidente da Confederação, o Sr. Edivando. Cumprimento o Presidente da mesa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui no Amazonas, a situação não é diferente do que o nosso Presidente Edivando tem falado. Aqui a dificuldade muito grande para nós pescadores é a verificação de duas etapas.

Os pescadores não têm conhecimento de se fazer a verificação de duas etapas e identificar aonde chega o código. Então, a dificuldade é muito grande e a gente precisa que seja visto – revisto, na verdade – para tirar essa verificação de duas etapas, para melhorar o nosso atendimento, porque, na verdade, os pescadores aqui não têm esse conhecimento. Eles não têm – como eu posso falar? – esse conhecimento de saber a questão da verificação de duas etapas.

Nós temos comunidade aqui, distante aqui da sede, como a comunidade de Socó, e lá não pega internet, não tem energia; então, como que o pescador vai fazer com essa questão da verificação de duas etapas? Então, é uma dificuldade muito grande para nós aqui.

Uma outra questão também é sobre a entrevista que o pescador faz. É onde ele fala que pesca, mas ele se refere ali à subsistência, como a da Portaria nº 48, de 2007. Então, ele fala que pesca. Então, essa pergunta da entrevista para o pescador foi uma pegadinha de muito mau gosto a todos os pescadores, porque, quando ele fala que pesca, não é para subsistência, não é para pescar para sobreviver ali da pesca. Então, ali, ele não está dizendo que está pescando para comercializar. Ele fala que pesca porque ele pesca para a sua subsistência e, como a Portaria nº 48 fala, o pescador pode pescar até 10kg para a sua subsistência. Então, essa questão das perguntas é muito difícil, entendeu? Então, o pescador também...

A outra, a primeira pergunta, em que ele fala que tem outra fonte de renda. Então, ele está se referindo ali ao Bolsa Família que ele recebe, que para ele é uma renda; à farinha que ele faz... Todos os pescadores aqui no Amazonas trabalham na roça, fazendo a sua farinha... Sempre tem um outro trabalho ali para ajudá-los a se manter, principalmente agora, no período em que os pescadores estão sem receber aqui no Amazonas. *(Falha no áudio.)*

Está difícil aqui para nós, né? Os pescadores estão cobrando, estão cobrando todos os presidentes de entidade, estão nos cobrando: "Cadê o seguro-defeso?". Então, já está finalizando o seguro-defeso e, até o momento, ninguém recebeu aqui no Amazonas. A dificuldade está muito grande aqui para nós aqui no estado. Esse é o meu relato.

Eu sugiro, também é uma situação... Nós somos contra a fraude, nós estamos querendo responsabilidade para nós – entidade –, como a gente tinha antes, só que também o Governo abriu para fraude, quando coloca aí para todo mundo fazer no seu celular, tirar carteira, inserir o seguro-defeso, tudo pelo seu celular... Então, abriu um leque para fraude. Nós queremos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade para os presidentes de entidade, porque, quando sai no jornal, a fraude é dos presidentes, das colônias, da associação, do sindicato. Mas se você for ver, aqui no nosso município, tem entidade – três entidades. Agora estão criando mais uma entidade da Assembleia de Deus.

Então, os pescadores, os filhos dos pescadores estão todos filiados já à entidade. De onde vão arrumar mais pescadores para criar outra entidade? Isso não pode acontecer. Isso é um absurdo para nós. Nós queremos responsabilidade para combater a fraude no seguro-defeso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Com a palavra agora a Sra. Josana Pinto, Coordenadora Nacional do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, por até cinco minutos.

A SRA. JOSANA PINTO (Para expor.) – O.k.?

Então, em nome do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do MPP Brasil, eu saúdo o Presidente da mesa, todos que compõem a mesa e a plenária, enfim, todos aqueles que nos acompanham em outros espaços.

Eu vou tentar pontuar algumas coisas aqui que nós entendemos que, nessa medida provisória, violentam diretamente os pescadores e pescadoras artesanais do Brasil. Um dos principais, pelo qual eu quero começar, é dizer assim: o seguro-defeso... Todos nós sabemos que ele tem um caráter ambiental, que é para proteger as espécies, que é para que a gente tenha cada vez mais, para que não falte peixe nas nossas regiões, mas o seguro é um recurso para os pescadores garantirem a sua soberania alimentar.

Então, nesse sentido, a gente entende que essa medida provisória que traz a limitação de orçamento para o seguro-defeso é uma violação aos direitos humanos, aos direitos dos pescadores e pescadoras artesanais. Compreendemos que não se pode limitar um recurso e achar que o corte tem que ser feito em cima dos nossos direitos, vendo quantas carteiras são canceladas para garantir que o mínimo tenha acesso a receber o seguro-defeso.

Então, essa é uma das coisas que o movimento repudia, porque nós não aceitamos que uma medida provisória se transforme, porque, a partir do momento em que é publicada, vira lei. E aí nós somos obrigados a ficar esperando por um pagamento de seguro que não sai, pelo defeso que, em muita região, já está acabando, já passou, e os pescadores não tiveram acesso a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum centavo para comprar caderno escolar dos seus filhos, para comprar alimentação e assim, sucessivamente, outros bens de que a gente precisa.

Reforçando o que o Sr. Edivando já trouxe, esse reconhecimento facial, essa situação de fazer em duas etapas é uma forma de burocratizar, de criminalizar e de colocar, cada vez mais, os pescadores e pescadoras artesanais em dívida, em dívida com várias lojas e na mão de atravessadores.

Por quê? Se você não tem um celular que tenha condição de capturar a imagem, de capturar a nossa imagem, não tem como fazer, não reconhece.

E aí a gente está vendo que o Estado está nos obrigando a comprar um aparelho celular, quando, na verdade, muitas das vezes, aquele dinheiro que a gente tem em casa é para comprar alimentação, que estamos precisando porque o pagamento não saiu.

E aí, gente, um dos posicionamentos do movimento dos pescadores é pedir que essa medida provisória seja revogada, porque, na forma como está sendo colocada, não tem condição de manter garantidos os nossos direitos como pescadores e como pescadoras artesanais.

Essa situação coloca os pescadores como criminosos, como pessoas que não têm a qualificação e que não conhecem, não sabem tecnologicamente mexer num celular. E muita gente sabe que, de fato, nós temos dificuldade, sim. Precisamos muitas das vezes de ajuda de terceiros. Muitas entidades conseguem ajudar, mas, muitas das vezes, não conseguem.

Então, imaginem um pescador que sai por cinco, seis dias de casa para fazer uma manutenção, chega na cidade e não consegue! E isso, eu estou falando em nível do Brasil, não estou falando em nível local. Estou falando de várias regiões do Brasil em que acontece isso.

Por exemplo, no Estado do Amazonas, no Estado do Pará, pescadores que vão um dia antes para a cidade e ainda, ao chegar lá, não conseguem, porque não conseguem ter o seu reconhecimento facial registrado.

(Soa a campainha.)

A SRA. JOSANA PINTO – Então, uma outra coisa que a gente também coloca, quero pontuar aqui: não adianta colocar – como é que eu posso dizer – limite para o pagamento do seguro quando, na verdade, o PesqBrasil é um sistema que não ajuda, não colabora. Ele tem sido falho, tem perdido o registro de pescadores.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está vendo o prazo, que está aí muito próximo, e é uma dificuldade para conseguir fazer REAPs. Isso é um problema, e a gente precisa, e a gente tem que trazer isso aqui para a mesa. Não dá para a gente achar que está tudo o.k.

E outro ponto que eu quero trazer aqui e deixar registrado é sobre os trezentos e poucos mil que ficaram no INSS nessa transição do INSS para o Ministério do Trabalho, e esses pescadores até hoje estão sem receber o seguro. Quem é que vai responder por isso? Quando é que vai ser resolvida essa situação?

E aí entendemos que é preciso alguém se responsabilizar por isso, porque não dá para ficar criminalizando a nossa categoria enquanto os dias vão passando.

E aí uma outra observação que eu trago, já concluindo aqui, no meu tempo, porque é muita coisa que tem aqui, mas eu vejo que o tempo é pouco: a gente viu que, nesses outros anos, quando passava o período do defeso, os pescadores recebiam o seguro-defeso; se saía atrasado, eles recebiam as parcelas retroativas. Agora a gente está recebendo isto aqui: a previsão, para quem está para receber agora, 12/03/2026; e, a outra, a previsão para emitir ainda, 09/04; e assim sucessivamente, um mês... Ou seja, vão passar quatro meses após o defeso para poder concluir o recebimento das suas parcelas.

Então, gente, entendemos que, sinceramente, nós estamos sendo muito violados, muito violentados por essa forma de ajuste, que não está ajustando e que não está trazendo, de fato, o reconhecimento dos pescadores.

Esse relatório da Fundacentro com o Ministério do Trabalho, sinceramente, é vergonhoso para nós. Foi uma vergonha para nós, porque pescadores, esposa e marido que dependem somente da pesca, que são pescadores, tiveram o seu direito negado, como se não fossem pescadores. Com isso a gente não concorda, e nós pedimos que seja revisto isso, ou então que se pare esse negócio e vamos pagar os pescadores, de fato e de direito, mas não vamos fazer ajuste deixando quem não é pescador recebendo, e crucificando quem é verdadeiramente pescador. (*Palmas.*)

Não dá para a gente continuar com isso! Não dá, minha gente! É muito triste a situação que os pescadores artesanais estão vivendo no Brasil.

Aí eu pergunto: qual é o resultado? Qual vai ser a situação futura desses pescadores e dessas pescadoras que foram criminalizados por essa entrevista, por dizer que pescavam para





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua subsistência no período da defeso? Então, nós vamos morrer de fome? Nós não recebemos, não estamos recebendo o seguro... Não podemos pescar nem para nossa subsistência? Gente, isto é um crime, dizer que nós não temos direito a nos alimentar, sendo que nós somos povos e comunidades tradicionais, somos reconhecidos pelo Decreto 6.040, pela Convenção 169. Como povos e comunidades tradicionais, nós temos direito à consulta livre, prévia e informada, e essa medida provisória não está respeitando isso, ela não está, porque nós não fomos consultados de forma digna para a gente dizer da forma como nós entendemos e como compreendemos que deve ser.

Então, dessa forma, nós estamos sendo violentados, os nossos direitos estão sendo negados, e a gente precisa de uma resposta à altura.

Vou tomar uma água, que a minha boca está seca.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Com a palavra o Sr. Valtin Quintino da Rocha, Presidente da Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado de Minas Gerais, por até cinco minutos.

O SR. VALTIN QUINTINO DA ROCHA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Queria cumprimentar a mesa, os companheiros colegas da pesca que estão aqui presentes.

Primeiramente, eu quero agradecer a Deus, por Deus ter me dado esta oportunidade de estar aqui falando em nome dos pescadores de Minas Gerais, e eu quero deixar bem claro, companheiros: nós não somos oposição do Governo, não somos oposição de ninguém, nós estamos aqui para defender os verdadeiros pescadores, nós estamos aqui defendendo os verdadeiros pescadores. Aqueles pescadores que estão usufruindo o direito dos pescadores, eles que paguem a conta. Nós estamos aqui defendendo que os nossos pescadores tenham o direito, o direito garantido. Nós não estamos aqui para fazer oposição a ninguém, falar mal de ninguém, mas nós queremos que o nosso Brasil ande para a frente, que os nossos pescadores, que são uma classe tradicional em Deus, que, quando Jesus andava pelo mundo, nós tínhamos os nossos pescadores... Que nossos pescadores continuem trabalhando e sendo respeitados por todo o povo do Brasil.

Nós estamos nessa situação... Tem muitas pessoas em nosso meio, igual os colegas aqui já disseram, os atravessadores... Isso é uma coisa que tem que... Eu gostaria de pedir a vocês,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados e Senadores, é que colocassem isso na lei, porque, se tiver a lei, lá embaixo a coisa funciona. Por que a coisa está nesta situação em que está hoje no Brasil? O reclamo, o clamor do nosso povo, está nessa situação porque a lei não nos ajuda.

Nós estamos, aqui, defendendo os verdadeiros pescadores e aquelas pessoas que trabalham pela pesca, incansavelmente. Faz quase 40 anos que eu estou nessa luta com os colegas aí, defendendo os pescadores. E nós queremos, cada dia mais, que nossos pescadores estejam em um trabalho digno e sejam respeitados.

Hoje, nós temos, no Brasil inteiro, em Minas Gerais, pessoas que vão lá, incentivam aquela pessoa que não é pescadora a tirar carteira, receber o seguro e dividir aquele valor com as pessoas, e não são punidas. Não quero dizer que as colônias também estão dentro da legalidade, mas vamos nos alinhar, e que aquelas colônias também que não se queiram alinhar ao sistema, para dar tudo certo, que sejam punidas também, companheiros. Nós queremos umas colônias, uns pescadores que tenham orgulho de serem brasileiros. E nós estamos aqui no Brasil, nós estamos querendo ajudar, para que as coisas funcionem, e nós temos orgulho de sermos brasileiros.

Uma coisa importante também que eu quero destacar é que as prefeituras não interviessem em nosso sistema da pesca, porque nós não queremos também que os municípios, lá embaixo, façam política em cima dos nossos trabalhadores, que são pessoas humildes.

Nós temos a Lei 11.699 – não me lembro direito –, que diz que as colônias, desde 2011, são realmente legalizadas e representam o verdadeiro pescador. A gente queria que, sinceramente, as coisas fossem mais bem organizadas aqui, no Brasil.

E outra coisa importante também que eu quero dizer – e eu quero ser breve – é a questão do crédito para os nossos trabalhadores da pesca. Hoje, nós estamos junto aos pequenos agricultores, agricultura familiar, e nós temos uma dificuldade grande com o nosso crédito, porque lá na base, no Banco do Brasil – vou dizer dele –, chega o fim do ano, e, se tiver 3% de inadimplência, nós não conseguimos fazer mais projetos. De repente, hoje, o pescador não deve nada, mas o pequeno agricultor está com uma dívida com o banco; aí é vetada aquela questão do crédito para o verdadeiro pescador.

E a gente tem visto que tem ajudado muito o Pronaf Pescador. Quando nós começamos o Pronaf Pescador, muitos trabalhadores foram beneficiados e tiveram uma condição de vida melhor para trabalhar. Eu gostaria que...



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. VALTIN QUINTINO DA ROCHA – ... os nossos Deputados e Senadores pudessem separar a questão da agricultura familiar com os nossos pescadores, com uma linha de crédito específica para os nossos pescadores do Brasil.

Que Deus abençoe a todos!

Estou muito contente de estar podendo participar e defender os meus pescadores de Minas Gerais.

Que Deus abençoe a todos! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Com a palavra o Sr. José Fernandes Barra, Presidente da Associação da Pesca e Aquicultura do Estado do Pará.

O SR. JOSÉ FERNANDES BARRA (Para expor.) – Sr. Presidente, Sr. Senador Relator, Srs. e Sras. Parlamentares, senhores e senhoras presentes, compareço a esta audiência para tratar dos impactos concretos da Medida Provisória nº 1.323, de 2025, na vida dos pescadores artesanais, especialmente nas regiões ribeirinhas da Amazônia.

É importante iniciar deixando claro que o combate à fraude é legítimo, necessário e deve ser permanente. A correta aplicação dos recursos públicos é interesse de todos. O que se questiona aqui não é o controle; o que se questiona é a forma como ele vem sendo implementado, de maneira desproporcional, desestruturada e socialmente excludente.

O seguro-defeso não é um benefício acessório; ele possui natureza alimentar e finalidade constitucional de proteção social. O que está ocorrendo na prática é que, sob a justificativa de aprimorar o controle, estão sendo criadas barreiras administrativas que milhares de pescadores não conseguem superar, não por irregularidade, mas por absoluta ausência de estrutura estatal.

A exigência de entrevistas presenciais é o exemplo mais evidente. Em municípios do Estado do Pará, temos realidades como: quatro servidores para atender cerca de 16 mil pescadores; dois servidores para atender mais de 6 mil trabalhadores; um único servidor para atender 14 mil pescadores. Esses números demonstram uma impossibilidade material de atendimento. Não se trata de mera dificuldade operacional; trata-se de inviabilidade concreta: filas extensas, deslocamentos fluviais custosos, perda de dias inteiros de trabalho, entrevistas remarcadas, atrasos acumulados, e, ao final, indeferimento em massa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, há um problema grave relacionado ao instrumento utilizado nas entrevistas: o questionário aplicado contém linguagem excessivamente técnica, incompatível com a realidade sociocultural do pescador artesanal. Termos jurídicos e administrativos complexos são apresentados a trabalhadores que, muitas vezes, possuem baixa escolaridade formal. Esses pescadores são submetidos a responder perguntas que não compreendem e, ao final, assinam declarações que passam a ser utilizadas contra eles, sob a alegação de inconsistência. Isso fere o direito à informação clara e acessível. Não se pode transformar incompreensão linguística em presunção de fraudes. Não se pode ser responsabilizado por inconsistência que decorre da própria estrutura estatal.

O resultado concreto dessas medidas é que famílias ribeirinhas estão sem renda durante o período de defeso. Há um aumento da vulnerabilidade social e uma pressão para o retorno irregular da atividade pesqueira, justamente no período em que ela deveria ser suspensa para a preservação ambiental, ou seja, além de gerar injustiça social, a má operacionalização compromete a própria política ambiental que o seguro-defeso pretende proteger.

Diante desse cenário, os pedidos que apresentamos são objetivos e absolutamente razoáveis.

Primeiro: que seja suspensa a exigência de entrevistas presenciais nas localidades em que não haja estrutura material e humana suficiente para atendimento adequado à demanda, evitando que a ausência da capacidade administrativa do Estado recaia sobre o pescador artesanal.

Segundo:...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ FERNANDES BARRA – ... que a obrigatoriedade das entrevistas presenciais seja prorrogada para o próximo ciclo de defeso, garantido tempo hábil para o poder público estruturar adequadamente equipe logística e planejamento, assegurando que o controle seja exercido com mais eficiência.

O combate à fraude deve ocorrer por meio de rastreabilidade, responsabilização institucional, integração do sistema e uso de tecnologia, não por meio de barreiras desproporcionais que excluam o trabalhador legítimo. Ele garante a subsistência de quem vive da pesca e sustenta as economias locais. Quando o benefício falha, não falha apenas o sistema





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrativo. Por isso, esta audiência não trata apenas de procedimento, trata de justiça social, trata de legalidade, trata de sobrevivência de milhares de famílias brasileiras.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares e Sras. Parlamentares, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Com a palavra o Sr. Pedro Oliveira dos Santos, Presidente da Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Ceará.

O SR. PEDRO OLIVEIRA DOS SANTOS (Para expor.) – Boa tarde.

Primeiro, quero agradecer a Deus por estar, neste momento, aqui e agradecer a Deus por terem os Srs. Deputados e Srs. Senadores aberto este espaço tão importante para nós pescadores. Em nome dos pescadores do Estado do Ceará, (*Fora do microfone.*) quero cumprimentar o Presidente da Comissão, o Deputado Josenildo; o Relator, Dr. Beto Faro; meu querido amigo lutador Edivando, Presidente da CNPA.

Companheiros, senhoras e senhores, nós pescadores não somos contra o combate à fraude. Nós somos a favor de que o Governo bote, na cadeia, aquelas pessoas que colocaram os pescadores na lama, mas não podemos aceitar que uma MP dessa venha prejudicar quem realmente é pescador, porque as medidas dessa MP vêm para dificultar quem realmente é pescador. Quem não é pescador já cumpriu todas as determinações que o Governo colocou para receber o seguro-defeso.

Quero dizer que é inadmissível nós termos um PesqBrasil que não funciona. É inadmissível, Edivando! Nós sabemos que, ano passado, nós fizemos Reap 2021, 2022, 2023, 2024, enviamos e colocamos 2025 para ser enviado este ano, e o Governo modificou o PesqBrasil, e sumiu tudo. Nosso trabalho foi perdido.

Então, nós queremos trabalhar, mas o Governo não dá condições. É uma covardia um pai de família que mal tem dinheiro para comprar sua alimentação pegar dinheiro emprestado de agiota para comprar um telefone de última geração, para poder fazer um reconhecimento facial. Eu me pergunto: eu não sei onde é que está essa exigência, um documento do Governo, obrigando o pescador a fazer reconhecimento facial. Eu não vi no Codefat, eu não vi na MP. Se tem, eu passei. Desculpe eu dizer isso, mas que eu saiba é opcional do cidadão fazer verificação de duas etapas. Quer dizer, o pescador não é cidadão, não?

Eu vejo que a gente tem que ter mais um olhar quando for discutir ações que impactam o pescador, porque a maioria do pescador é de analfabeto de informações.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja a importância, Edivando, desta participação nossa aqui. Quero agradecer ao Presidente desta Comissão por estar abrindo este espaço para a gente, e dizer que nós já estamos perdendo direito há anos. Quem lembra o período da sexta parcela da lagosta? O Governo obriga os pescadores da lagosta a pararem seis meses, mas só quer pagar cinco. E aquele outro mês? É lei. Então, por que ele não cumpre também?

Então, queria falar dessa importância, de ver isso daí, Relator. Se o pescador para seis meses, então ele tem que ser pago seis meses, não só cinco. O Governo não mandou?

Vejo a importância também, Edivando, das colônias, das entidades representativas, serem esse elo com o Ministério do Trabalho, de fazerem esse filtro, de ajudarem as entidades a requererem o seguro, da mesma forma como o MDA faz. Quem é que emite as CAFs? São os sindicatos, são as colônias. Por que nós não podemos fazer isso também? É uma ajuda que não vamos dar ao Governo. Porque eu, como Presidente da minha colônia, não vou assinar seguro-defeso para quem não é pescador, não.

Você vê que a maioria desses pescadores, Edivando, que não são pescadores, na sua RGP, não têm o nome da sua entidade representativa, é em branco. Então, podia ver também essa questão. Porque quem deve reconhecer e dizer quem é pescador, quem não é, somos nós, nós é que conhecemos a realidade.

Então, de antemão, quero agradecer a cada um dos senhores e dizer que estou à disposição para ajudar cada um de vocês. Quero dizer aos Deputados, aos Senadores, muito obrigado. Muito obrigado aos senhores por abrir esse espaço para discutir com a gente a nossa realidade. Por quê? Porque nós não podemos aguentar mais pessoas, aqui em Brasília, dizendo o que é bom e o que é ruim para nós. Porque quem deve dizer...

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO OLIVEIRA DOS SANTOS – ... o que é bom e o que é ruim para nós somos nós pescadores e pescadoras, que estão lá no campo.

Um abraço. Fiquem com Deus. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Quero só registrar a presença do Presidente da Câmara Municipal de Santarém, que está presente aqui com a gente, o Vereador Jandeilson Pereira, e o Vereador Emerson Canto, que é de Óbidos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora ao Relator, o Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA. Como Relator.) – Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente Josenildo, os representantes das federações, da confederação, dos movimentos de pescadores. Ainda vamos ter uma segunda mesa que tem mais gente ainda para poder falar.

Primeiro, não é em todas as medidas provisórias que nós temos tido a oportunidade de fazer os debates que nós estamos fazendo nessa medida provisória. Já na primeira, que era a 1303, que tinha parte dela para a questão dos pescadores, abrimos esse debate. E o estamos fazendo agora. Então, acho que essa é uma virtude do Congresso Nacional. Quero parabenizá-lo, Presidente, por a gente estar fazendo isso.

Ouvimos o Governo, hoje estamos ouvindo as entidades. Tem Parlamentares nossos que estão participando da Comissão e que estão fazendo esse debate nos estados. Nós vamos fazer lá no nosso, na sexta-feira, na Assembleia Legislativa. Vamos convocar toda a bancada porque, se a gente for construindo um entendimento com toda a bancada, isso é bem melhor, porque nós vamos ter a votação aqui, mas depois vamos ter a votação no Plenário da Câmara e do Senado. Portanto, com quanto mais gente a gente puder falar, a gente vai estar falando. Hoje tem um representante aqui do Estado do Pará, na mesa, mas lá, na sexta-feira, vamos ter vários, porque nós vamos estar lá debatendo. É uma medida que tem apelo social, que tem apelo, e todo mundo está querendo fazer esse debate.

Então, eu queria ressaltar isso aqui, porque não pode pairar a dúvida de que o Congresso não está querendo discutir. O Congresso está discutindo, está ouvindo, e nós vamos tentar chegar a um entendimento, o mais correto possível, para ajudar os pescadores.

Eu sou daqueles que dizem o seguinte: nós temos que combater as fraudes, mas isso não pode ser nenhuma desculpa para cercear o direito de quem é pescador, efetivamente, está certo? Nós temos que combater, temos que ter esse equilíbrio para poder fazer... Tem o combate às fraudes, mas nós temos que garantir o direito de quem é pescador. Então, não podemos, sob o pretexto de "Ah, estamos aqui combatendo", criar dificuldades para poder cercear direito.

Tem uma série de medidas de que nós vamos precisar. Tem medidas que são da medida provisória e tem medidas que... Nós temos que, inclusive, Presidente, voltar a nos sentar na semana que vem com o Ministro, porque tem ações que não estão ainda do jeito que nós





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

estávamos cobrando naquele dia – o aumento de gente, por exemplo, para poder fazer a pesquisa. Tem uma série de questões que nós estamos fazendo.

Nessa medida, nós temos que costurar e trabalhar uns acordos. Eu estou trabalhando já com muita gente de fora. Por exemplo, hoje eu tenho uma reunião sobre a questão do financiamento do pescador artesanal. Qual é a regra? Com que base se faz? Nós temos, por exemplo, um financiamento da agricultura familiar, do pessoal da reforma agrária, que, entre outras coisas, Henderson... A gente tem 0,5% de juros ao ano, com 40% de rebate, quando você paga em dia, do capital e dos juros.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA) – Não, não é microcrédito; é até R\$50 mil. Hoje, do pessoal da reforma agrária, o limite é até R\$50 mil – é o Pronaf A –, 0,5% de juros ao ano, com 40% de rebate. Pegou R\$50 mil, vai pagar aí uns trinta mil e um pouquinho.

Qual é a diferença que tem entre um pescador artesanal e um agricultor familiar que está dentro de uma área recém-assentada? Não tem; é todo mundo das mesmas condições: pobres, que precisam – muitas das vezes não tiveram oportunidade de estudar... Então, não tem por que ter essa diferença.

Eu estou tentando trabalhar para a gente adequar, inclusive, isso à linha do Pronaf e facilitar a vida do pescador, porque aí não dependeria só da questão, Deputado Henderson...

(Soa a campainha.)

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA) – ... do seguro-defeso: seria trabalhar a política como um todo para esse pescador.

O Codefat nós debatemos aqui.

Eu queria só, para eu ir fechando aqui...

Nós debatemos aqui: como é que o Codefat põe o recurso e estabelece regras sem ouvir quem de fato é pescador? Então, nós temos que criar um mecanismo, e eu vou apresentar no relatório um mecanismo para que, nas reuniões em que tiver debate sobre a questão da pesca, a gente tenha, pelo menos, um representante de cada região do Brasil – porque entre as regiões tem diferenças –, para poder vir para as reuniões, para poder debater, para poder dialogar, para poder fazer...





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa
(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA) – É, dentro de um estado! Lá no Pará mesmo tem diferença de como fazer a pesca, tem diferença de peixe, né, Lobato? Lá tem tudo... Os que vão lá para comer o peixe no Pará sabem que, para onde ele vai no estado – se ele vai para Santarém, se ele vai para Conceição do Araguaia, se ele vai para Marajó, Cametá, Bragança –, o cardápio é diferente, porque nós temos variedade para todas as regiões.

São medidas sobre as quais nós vamos ter que dialogar, porque vocês sabem que aqui tem a força do Congresso, a expectativa de vocês, que são representantes da categoria, e temos que mediar isso com o Governo, porque também não dá para aprovar uma medida que daqui a pouco não seja executada, que não tenha ação.

Nós estamos dispostos... Tem essa questão dos prazos, que eu estou vendo, inclusive, se é na medida ou não: prazo para Reap, prazo para não sei o quê, tudo que não é compatível com o tempo com que nós estamos trabalhando na ponta. Então, como é que isso fica estabelecido?

Outra... Lá no Pará, por exemplo, a abertura da pesca do mapará foi... na segunda?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA) – No domingo. Nós abrimos a pesca do mapará no domingo, 1º de março. E em vários outros estados, para outros peixes, também essa semana é o prazo final de seguro-defeso.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA. Fora do microfone.) – Dia 15.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA) – E as pessoas ainda não receberam nenhuma parcela do seguro.

Então, não está estabelecido numa regra que as pessoas têm que receber o seguro-defeso no período do defeso? Aí é achar que o cara está acumulando dinheiro, tem dinheiro guardado para poder gastar lá no período do seguro porque eu recebo depois? Não é a realidade. E aí força as pessoas a irem fazer o pescado.

Então, tem uma série de ações que nós vamos estar incluindo, vamos estar debatendo. Tem ações sobre as quais nós precisamos, Presidente, dialogar. Eu espero... Nós temos uma audiência – e até por respeito à audiência que nós vamos estar fazendo ainda, Deputado





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Henderson, lá na sexta-feira –, mas eu quero, na sexta-feira, já ter o relatório para apresentar a vocês, para poder a gente dialogar para que, na semana que vem, não só a gente debata e vote aqui, mas para que a gente possa debater com o próprio Governo as medidas que nós vamos estar tomando para poder fazer essa ação.

Eu espero muito que na sexta a gente passe esse relatório. Eu estou dialogando com eles, tem questões para serem resolvidas. Hoje nós estamos atrasados, e, no ano passado, ficou gente que está mais atrasada ainda. Então, ficou gente fora com mais atraso ainda. Então, tem que ter uma medida para cada situação, e eu espero que a gente dê conta.

Eu estou parabenizando a nossa Comissão porque aqui, de fato, nós estamos fazendo o debate, que era para fazer em muitas outras matérias no Congresso, e, infelizmente, às vezes a gente nem faz: o relatório já vai direto para o Plenário sem ouvir ninguém, sem dialogar com ninguém, mas eu tenho muita alegria de estar relatando uma matéria em que a gente está ouvindo as pessoas, tanto do Governo como a representação dos trabalhadores.

Então, parabéns a todos nós que estamos conduzindo esse passo da medida provisória!

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Com a palavra, agora, o Deputado Henderson Pinto.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, nosso querido Deputado Josenildo; Beto Faro, nosso Relator, que bom que foi, mais uma vez dizendo, escolhido um Relator do Norte do país para relatar um projeto tão importante para a vida de 1,5 milhão, pelo menos, de pessoas que estão espalhadas nos diversos rincões deste país. Eu fico muito feliz por isso.

Semana passada, nós discutimos com o Governo, questionamos o Governo, e hoje estamos ouvindo aqui quem trabalha com a pesca. Então, eu acho que nós não vamos mais ver a questão do convencimento, porque eu acho que todos nós desta Comissão já estamos convencidos de que a regra, da forma como está, está totalmente injusta para quem verdadeiramente pesca, ou seja, para o nosso pescador. Até porque eu tenho falado, de forma reintegrada, que não existe pescador fraudador; existem pessoas que se passam por pescador, que é fraudador. Porque o pescador, por si só, se é pescador, ele tem que fazer o quê? Pescar. Então, ele tem que ter acesso aos benefícios sociais. É claro que, quando ele pesca e fica sem pescar naquele período, ele tem direito também ao seguro-defeso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, eu fico muito feliz com o que eu estou escutando dos nossos representantes porque estão falando a mesma língua, dos problemas identificados. Nós já tiramos grande parte dos problemas na medida provisória do ano passado, e vieram parte desses problemas para esta. Mas tem algumas coisas, Senador Beto Faro, que a gente precisa logo definir. Por exemplo, nós não podemos permitir que a entrevista seja um instrumento que impeça o acesso ao seguro-defeso. Ele tem que ser o que o próprio Ministro disse aqui semana passada, que serve para levantar o perfil, inclusive, para as questões trabalhistas ou o perfil das condições de trabalho daquele pescador. O.k., porque você vai ter um levantamento, um perfil, como é que está a vida do pescador, como é que ele sobrevive. Até porque essa entrevista, para fim de receber o seguro-defeso, não precisa, porque no Reap ele já diz onde ele pesca, o que ele pesca, se ele pescou ou se não pescou. Então não precisa entrevistar mais para isso.

Então, o que eu queria solicitar é que, no relatório de V. Exa., já fosse colocado que as entrevistas, mesmo permanecendo, não tenham o efeito suspensivo do seguro-defeso, porque esse não é o instrumento que vai eliminar as fraudes. O que vai eliminar as fraudes é: valorização das entidades que verdadeiramente fazem a defesa do pescador artesanal. Por exemplo, o retorno... Inclusive, a todo lugar que nós vamos – todo lugar –, as entidades de responsabilidade deste país falam nos ACTs, nos acordos de cooperação técnica, que já foram um instrumento importantíssimo, porque você vai dar mais responsabilidade para quem? Para as entidades.

Então, eu queria fazer esse pedido, como um encaminhamento, que eu sinto que esse é o sentimento – não só de quem trabalha com a pesca, como desse Parlamento – de que, de fato, a gente acabe com isso. Outro: que no relatório a gente precisa garantir o pagamento. Não adianta a gente ter uma defesa do nosso pescador e não ter a garantia do pagamento – tem que ter! –, porque senão deixa de fazer sentido, porque o seguro-defeso não é um complemento de renda. Ele é a própria renda, ele é o seguro-desemprego do pescador que fica quatro, cinco ou seis meses desempregado. Então, ele tem que receber o seguro-defeso como garantia de renda e, se não o faz, como está acontecendo agora, ele volta para pescar, porque é natural.

Inclusive, todo pescador: "E agora, Deputado?" Vai fazer o que você sabe, pescar, porque você não vai deixar sua família passar fome. Infelizmente, essa é uma realidade. Cantamos a pedra lá atrás.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra questão: o Reap. O Reap tem que ser editado também para não ser um impedidor. O cara comprova, depois de receber o seguro-defeso, toda a atividade dele durante aquele ano, para valer para o próximo, mas, da forma que está hoje, nós resolvemos em 2021-2024, e aí o pescador teve a vida dele dificultada por conta do Reap para 2025, para receber 2026.

Então, são regras assim, amigos. O pescador não frauda o sistema. Já bati nessa tecla e vou continuar batendo, porque parece que ainda tem gente que ainda não entendeu isso. Quem frauda é quem não é pescador. Quem frauda é quem tem má intenção, que vai a uma *lan house*, pega um camarada que não tem nenhuma relação com a pesca, faz o cadastro...

(Soa a campainha.)

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA) – ... e faz, inclusive – como tem denúncia –, divisão de renda quando recebe o seguro-defeso. E eu não vi ninguém ser punido.

O SR. ORLANDO PALHETA LOBATO *(Fora do microfone.)* – Deputado, um segundo para ajudá-lo nisso. O senhor permite, Presidente?

Sobre a entrevista...

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA) – Com a permissão do Presidente, até porque o Orlando também representa uma entidade importante lá na...

O SR. ORLANDO PALHETA LOBATO – Sobre a entrevista, a medida provisória legisla que o Codefat poderá *(Fora do microfone.)* tratar sobre atos, digamos, posteriores. E a entrevista não é portaria do Codefat. A entrevista que está posta é uma portaria unilateral de S. Exa. o Ministro do Trabalho. Portanto, ela não tem sustentação legal – com todas as vênias ao Ministro do Trabalho –, mas acredito que essa entrevista – de pronto, Presidente, de morte – deve ser anulada porque ela não faz parte do mundo jurídico que foi estabelecido, que é a Medida Provisória 1.323 e a resolução – ainda que não com tanta legitimidade – do Codefat, mas vamos admitir que é um colegiado. Para ter legitimidade, como já foi falado, tem que ter a presença de um representante da categoria.

Muito obrigado, Deputado Henderson Pinto.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA) – Perfeito.

Para finalizar, Presidente, eu peço, inclusive, a aquiescência de V. Exa., nós temos que ter a garantia, inclusive, do pagamento do seguro atrasado em parcelas únicas, como já foi no ano





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

passado, porque senão a gente está deixando o pescador em situação difícil. No caso específico, já vai completar agora a quarta parcela, que deveria ser paga dia 15 de março.

Então, eu queria deixar isso como uma sugestão para o relatório. Isso é um assunto que dá para se discutir com o Governo, mas, em relação à entrevista, eu acho que é uma decisão muito nossa aqui.

E, para finalizar, Senador Beto, o senhor entrou num assunto espetacular, que é a estruturação de proteger – não só de proteger, mas também de dar condições de trabalho para o nosso pescador artesanal. Eu tenho uma proposta de lei que vai corrigir isso, que é a inclusão do pescador artesanal na Lei 12.512, que trata dos benefícios do programa de fomento às atividades produtivas do país, a que o agricultor já tem acesso.

Vamos trabalhar para aprovar esse projeto de lei, porque aí nós vamos não só criar o acesso ao crédito, mas também criar o *kit* pesca dos nossos pescadores, para dar condição de trabalho, que é uma bandeira que nós dessa bancada federal temos que levar para o nosso pescador. Isso porque, diferentemente de muitos lugares, o pescador é o seu próprio patrão – essa é a verdade. E, se ele não pesca, não tem renda, não tem essa garantia. Quem é responsável por dar essa garantia para ele, hoje, somos nós.

Quero agradecer a presença do Presidente da Câmara de Santarém, Jandeilson, que é pescador da Colônia de Pescadores Z-20 e do Mopebam, junto com o Emerson, Presidente da colônia de pescadores e Vereador lá de Óbidos, que também representa a pesca aqui. Nós vamos estar juntos na sexta-feira.

Eu quero agradecer-lhe, Presidente, pela dedicação, pela palavra de todos, e à minha prima.

E finalizo, com a sua permissão, lendo uma carta de uma página só, que eu recebi, lá em Santarém, de um pescador:

Santarém 23/02/2026.

É com grande indignação que me manifesto através dessa carta, pois sou pescador artesanal [...] [com a minha carteira] ativa a vários anos.

Pois nunca tinha passado por tamanha humilhação nesses anos exercendo minha atividade de pesca. Pois esse ano de 2026, o Ministério da Pesca, orientado pelo Governo Federal, está, através do Ministério do Trabalho, realizando uma entrevista





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a desculpa de coibir fraudes no seguro da pesca, mas, da forma que está sendo feito esse processo, está ainda mais beneficiando fraudadores, pois nós ribeirinhos temos pouco conhecimento digital.

Da forma como está hoje, o pescador ativo está vendo e sentindo na pele os direitos antes conquistados [...] [serem] tirados de forma brusca e sem dó, pois, no meu entender, no lugar dessa entrevista, deveria ou poderia ser [...] [feita] uma prova na prática, pois só assim saberemos quem realmente exerce a função. Fica aqui meu descontentamento com o [nosso] Governo. Peço e agradeço sua ajuda e que não nos abandone com mais essa luta, pois você sempre esteve do nosso lado, a única saída é derrubar a entrevista, pois só assim o verdadeiro pescador será e terá seus direitos garantidos.

Termino com indignação, mas acredito na [...] luta [de V. Exas.] a favor dos pescadores e pescadoras de todo território brasileiro.

Carta endereçada ao Deputado Federal Henderson Pinto.

Eis aqui o relato de um pescador pai de família que pede ajuda, pois a renda para seu sustento e de sua família está construída na pesca artesanal, meu muito obrigado.

Assinado: Marlon Tapajós [pescador de uma comunidade ribeirinha do Município de Santarém, na região de várzea, lá no Pará]

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Com a palavra o Deputado Márcio Honaíser.

O SR. MÁRCIO HONAISSER (Bloco/PDT - MA. Pela ordem.) – Boa tarde, Presidente Josenildo; Senador Roberto Faro, nosso Relator; e, na pessoa do Edivando, todos os representantes de entidades e de federações que estão aqui participando desta reunião.

Nós realizamos, no Maranhão, duas audiências públicas: uma na sexta-feira, na cidade de Imperatriz, que é centro-sul; e, ontem, na Assembleia Legislativa, lá em São Luís, que pega o pessoal da parte de água salgada e mais próximo. Todos são bastante parecidos e unânimes.

Então, uma das coisas que eu quero reforçar e que foi dita aqui – e com a qual eu acredito que vocês vão concordar – é realmente eliminar, suspender a questão da entrevista. Um dos fatos relatados lá é que, de uma entidade com mais de mil sócios, só 50 passaram. Não é justo isso, gente. Não é... São sócios de muitos anos. Ou seja: já foi colocado que o questionário é





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

equivocado, mas, além do questionário equivocado, uma própria entrevistadora, que também é de uma entidade, mas que passou no concurso da Fundacentro, no seletivo, relatou lá, em frente a um funcionário do ministério que nos acompanhava de forma *online*, alguém aqui do ministério, disse o seguinte: ela não pode induzir ninguém, pois tem um gravador aqui do lado. Ela via pessoas que são pescadores, que ela conhece – o pai, que era pescador, é pescador, a viu crescer, nascer, indo para o mar –, não passando na entrevista e chegando um mototaxista, chegando uma professora, porque foram orientados pelos escritórios, e passando normalmente. E ela dizia: "O que eu faço?". Ela perguntou para o próprio funcionário, o chefe dela lá do Ministério do Trabalho. Ele disse: "Você não pode fazer nada, você tem que seguir o que o relatório tem, diretamente". Ou seja: ela, na consciência dela, sabe que está reprovando um pescador artesanal que, de fato, é conhecido por todos e aprovando uma pessoa que só quer receber aquele recurso e não vive da pesca. Então, nós temos que, de fato, eliminar – não é? – esse... Eu acho que o ministério tem que reconhecer que teve uma boa intenção com o questionário, mas a forma como foi colocado está equivocada.

Outro ponto que a gente percebeu é a questão dos prazos. Nosso Relator já citou que tem que realmente rever os prazos; é muito em cima da hora, é muito difícil. Nos rincões do nosso Brasil não tem internet, as pessoas não têm celular, não têm habilitação, e, hoje, o que se fez com as entidades, de a maioria ser criminalizada, está prejudicando. A gente sabe que, na verdade, é o contrário: quem orienta o pescador, de fato, é a entidade, que tem, hoje, dificuldade, porque o pescador não tem um celular habilitado para poder fazer o reconhecimento facial, não tem nem como ter acesso a isso, porque lá onde ele mora não tem internet de boa qualidade.

Aí entram os escritórios de advocacia, entram as *lan houses*, e eles, que têm habilidade, conseguem botar e, dali a poucos dias, estão recebendo. E o pescador, de fato, com a sua entidade batendo, patinando, patinando, patinando, não consegue avançar no seu seguro-defeso.

Outra coisa: já foi citada aqui realmente essa eliminação... Temos que combater a fraude? Temos, mas temos que achar outro mecanismo, não pode ser a autenticação em duas etapas. Sobre isso existe até uma comprovação colocada por lá: de que pessoas negras têm dificuldade, às vezes, na questão facial, isso tem dificuldade da aprovação. Então nós temos que achar um mecanismo para suprir isso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o cadastramento de entidades, já falei: não tem outro mecanismo que não seja criar os ACTs, tanto da pesca quanto do trabalho. Tem que fazer e buscar as parcerias. Se não for através das entidades... Aí o pessoal coloca: "Mas tem município com mais de 20 entidades". Não sei, vamos separar o joio do trigo. Tem entidades que são antigas – 20, 30 anos – e tem entidades criadas no ano passado que têm mais associados do que aquelas que tem dez anos. Então, isso aí está muito claro, nítido e notório. Então, dá para separar com o cadastramento, fazer de forma que aquelas que de fato representam possam fazer esses ACTs para poder...

É mais fácil o ministério ir atrás de uma fraude quando se tem uma entidade que tem um registro do que um CPF lançado sem ter rastro nenhum para ir atrás.

E é aquilo que nós falamos: os escritórios têm habilidade, as *lan houses*, esses atravessadores, eles fazem tudo perfeito; eles são estudiosos, eles conhecem, têm conhecimento, diferentemente do nosso pescador, que não tem conhecimento tecnológico e conhecimento de estudo para poder fazer o que está sendo exigido hoje.

Outra coisa...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO HONAIER (Bloco/PDT - MA) – ... não é fácil – tem uma regra –, mas ter assento no Codefat; se não puder ter assento, que participem das reuniões, como foi colocado aqui, mas não se pode discutir uma categoria sem ninguém dela estar presente.

Outra coisa é a gente envolver... Não está direto aqui, mas que o MPA faça uma revisão da norma de entrada de manutenção. Hoje se escancarou a porta da entrada, qualquer um chega lá, entra e se diz pescador.

Antigamente vocês tinham que ter lá alguém assinando, dizendo que ele era pescador, alguém se corresponsabilizava. Hoje qualquer pessoa pega e se autodeclara pescador, sem nunca ter nem visto um rio, um mar, pegado uma vara, uma tarrafa ou uma rede.

Então, tem que haver uma... Nós precisamos conversar com o ministério, se é através da própria lei ou através do convencimento, de fazer essas revisões necessárias nessa normativa, nas normas de entrada e de manutenção do RGP.

Segundo, outra coisa é o CadÚnico – já foi colocado aqui –: a natureza do CadÚnico é transferência de renda, diferente da natureza indenizatória do seguro-defeso. E muitos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

municípios estão tendo dificuldade. Não se chega... O Cras não quer atender; o Cras não faz. Então, fica hoje uma dependência. Se isso for para médio e longo prazo, tudo bem, mas não exigir de imediato. Porque, de imediato, vai prejudicar o nosso pescador hoje.

E depois, finalmente, é garantir o pagamento. Nós estamos batendo nessa trave desde o ano passado. O que vai acontecer com o seguro-defeso que está autorizado? As pessoas estão com a carta de recebimento do INSS, e o dinheiro nunca caiu na conta, porque acabou o orçamento. E aqueles que estão lá, milhares e milhares de pessoas que deram entrada e nunca foram analisadas. E de lá para cá, realmente, todo mundo que der entrada, que foi realmente pescador, tenha a garantia de que vai poder receber.

Então, essas contribuições, Senador Roberto Faro, nós vamos entregar depois todas elas sintetizadas por escrito, para lhe ajudar com o levantamento das duas audiências, que com certeza vão lhe ajudar. Vou passar também uma cópia para o nosso Presidente Josenildo, e eu acredito que vocês das entidades que estão aí, é mais ou menos isso que vocês também sofrem na pele. Não é o Maranhão sozinho; eu acredito que grande parte do Brasil está passando por essas mesmas dificuldades.

Conte com o nosso apoio, com a nossa ajuda. A gente sabe que o Governo quer, de fato, não prejudicar o verdadeiro pescador; isso todo ministro tem dito e tem falado. Mas não é no combate à fraude que a gente vai penalizar aqueles que precisam.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Márcio Honaiser. Eu gostaria de solicitar que os Deputados, os Parlamentares que estejam realizando audiência pública nos seus estados, apresentem os relatórios dessas audiências aqui à Comissão até sexta-feira, até o dia 7. Porque, como está previsto a gente votar o relatório no dia 10, é importante para que o Relator possa debater aqui com os membros da Comissão, e a gente possa, de fato, usar essas audiências públicas que estão sendo feitas, usar as sugestões.

Nós estamos dando voz ao pescador, à pescadora, às entidades que representam a pesca, e a gente precisa agora extrair o melhor que vai ser sugerido através dessas entidades que representam os pescadores, para que a gente possa melhorar o texto da Medida Provisória 1.323 e, de fato, garantir o direito do pescador e da pescadora e fazer com que ele receba o seu seguro, que não é o seguro-defeso, é o seu seguro-desemprego, porque ele não está pescando por uma questão ambiental, para que ele possa receber esse recurso o mais rápido possível.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, agora, o Deputado Albuquerque.

O SR. ALBUQUERQUE (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente Josenildo, Senador Beto Faro, Sr. Pedro, Sr. José, Sr. Edivando, Sr. Valtin, D. Josana, os demais Deputados aqui presentes, Vereadores, e todo esse público que nos ouve aqui, que está presente nesse recinto...

O Senador Beto Faro falou algo importante agora há pouco, na sua fala, quando disse que uma medida provisória igual a essa, dando oportunidade de se discutir e de apresentar aqui o contraditório, podemos dizer assim, está sendo essa uma das mais bem trabalhadas, exaustivamente sendo contemplados os direitos que temos como Parlamentares, como entidades, e isso é muito importante. Democraticamente, é melhor desconstruir um relatório à base daquilo que se clama, que é apontar a dor do pescador lá na linha de frente, do que ouvir todas as partes. A gente construir um relatório que dê condição a esse homem pescador artesanal e não ao bandido que se infiltrou no meio do pescador, Presidente Josenildo.

O problema, hoje, que nós estamos enfrentando é retirar aquele que se infiltrou no meio do pescador neste Brasil. Só é esse o problema. Olha o tamanho da tarefa que nós temos, Senador, e esse seu relatório está consubstanciado de muita informação, mas muito embasada, Presidente Josenildo e demais que estão aqui. Por quê? Porque não tem ninguém melhor neste Brasil representante do pescador do que eles que estão aqui na nossa frente. São eles que sabem dizer quem são os pescadores e quem não são os pescadores.

Essa entrevista não vai tirar o apurado da verdade, Senador, infelizmente; não vai. Quem sabe dizer quem são os pescadores são os presidentes de colônias, são os presidentes de associação e sindicatos, são eles que conhecem os seus. Uma central de funcionários ligando para o pescador, fazendo perguntas que o próprio pescador não sabe nem responder... Porque, se perguntasse para o pescador de verdade, Senador, qual é a malha que pega o mapará, ele sabe te dizer. Mas, se você pergunta coisas que não são inerentes à sua profissão, ele vai gaguejar, vai ficar fora e vai ficar fora do seguro que é o direito dele.

Portanto, eu quero aqui parabenizar o Presidente Josenildo por estar dando essa voz democrática a ouvir os Deputados que brigam pelos seus em seus estados, as entidades representativas, para as quais eu digo, na minha primeira fala – reitero aqui a minha fala: só tem um jeito de combater o malfeitor que entrou no meio dos pescadores – termo de parceria das entidades com os ministérios.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tem outra forma, gente. Não existe outro meio – telefone, ligação –; a própria Polícia Federal não vai dar conta. Porque quem sabe quem é o pescador é o Presidente da associação, gente, não tem outro meio. Como é que nós vamos combater um cara por telefone enquanto o Governo não entender, mestre, Valtin, Edivando, que só tem este meio de nós tirarmos o ladrão do meio do trabalhador? São os senhores que representam diretamente o pescador artesanal lá na ponta. E só tem este meio, não existe outro meio.

E eu tenho certeza de que o nosso Senador Beto Faro, aqui presente... Eu acho que não existiu ninguém melhor para poder fazer esse relatório final – porque é um paraense comedor de mapará salmourado, não é, Senador? Come e gosta do mapará salmourado; não tem coisa melhor com farinha e o nosso açaí –...

(Soa a campainha.)

O SR. ALBUQUERQUE (Bloco/REPUBLICANOS - RR) – ... para poder reconhecer e saber que a melhor forma que nós temos de fazer reconhecer o direito do pescador neste Brasil é valorizar as associações cooperativas e todas as federações e colônias que tem neste país.

Desta forma, verdadeiramente nós iremos combater o mau elemento que se infiltrou no meio dos pescadores neste país, porque, em se tratando do meu Estado de Roraima, das 22 comunidades que tem no Baixo Rio Branco – de Santa Maria até Cachoeirinha, até Terra Preta –, Senador, tem comunidade que não tem internet, meu irmão.

A maioria dos pescadores são analfabetos ainda, Pedro, e, a título de conhecimento aqui – veja aqui na minha frente –, nós apresentamos um projeto na Câmara aqui, amigos, para dar carteira ao pescador artesanal analfabeto. E já está aqui no Senado. Eu e o Senador Beto Faro estamos alinhados para a gente botar para andar essa carteira do pescador artesanal, porque é importante reconhecer esse homem trabalhador que leva o alimento à mesa dos brasileiros, gente. O pescador artesanal, Raimundo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALBUQUERQUE (Bloco/REPUBLICANOS - RR) – Carteirinha de navegação.

Então, ele é o agricultor, ele faz parte desse clã da agricultura familiar. Não podemos deixar de reconhecer tudo isso. Por isso, eu quero agradecer esse empenho de todos esses Parlamentares brasileiros, que estão aqui, que representam o Norte, Centro-Oeste, Sul, Nordeste, para defender esses trabalhadores que vivem na luta, apenas, Pedro – apenas –, para a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobrevida de sua família. É só isto que eles querem: eles querem poder ter a dignidade de levar o alimento para a sua casa e alimentar o Brasil. É isso que eles querem.

E agora o mau elemento, o malfeitor entrou nesse meio e está tirando o direito desse cidadão poder viver a vida dele em paz, porque, para quem pesca, gente, não é fácil, não. Levantar às 4h da manhã, passar cinco, seis, dez, vinte dias no mar, ou que seja nos rios do Norte do país, não é para qualquer um. É a missão que Deus deu a ele de ter uma sobrevida para alimentar este país.

Por isso, eu quero reiterar o meu comprometimento, o do meu Estado de Roraima, de que estamos lá lutando pelos pescadores artesanais do Estado de Roraima todo, todas as colônias, as federações que representam o meu estado, e dizer aqui: "Vamos juntos, Senadores, Deputados, entidades, lutar para defender esse trabalhador que tanto precisa, que é o pescador artesanal em nosso país!".

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Albuquerque.

Com a palavra o Deputado Padre João.

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Quero saudar V. Exa., Presidente Josenildo. Parabéns.

Senador Beto Faro, nossa gratidão pela sensibilidade, pelo comprometimento, no sentido de ouvir, capacidade de escutar e, assim, ir consolidando o seu relatório. Quero saudar o Edivando e, na pessoa do Valtin, saudar todos também das federações. Sou testemunha da dedicação do Valtin, do comprometimento dele com as colônias em Minas Gerais.

É isto: acho que muitas coisas já são consensos para nós. Primeiramente, a importância do seguro, que não é simplesmente um dinheiro para o pescador – o que já é muita coisa –, é a sobrevivência do pescador e de sua família. Entender que é um compromisso com as gerações futuras – com as gerações futuras –, porque é a preservação das espécies. É manter o pescador... O seguro é diretamente aos pescadores de agora, mas ele garante o pescador daqui dez, cinquenta, cem anos com a preservação das espécies.

A sensibilidade do Senador Beto Faro também no sentido de acolher alguns pontos, ou pelo menos já sinaliza essa acolhida de muitos pontos que já foram debatidos aqui. Então, essa





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacidade de escuta e essa boa vontade também de as federações poderem participar, como vimos o Governo na semana passada. E, na verdade, o próprio trâmite da medida provisória tem possibilitado o próprio Governo de estar revendo. Então, este debate, nós já temos frutos do debate com as adequações: a prorrogação de prazos para o requerimento do próprio seguro, que já se estendeu até 31 de junho. Então, é uma conquista já desses debates importantes e a sensibilidade do Governo em readequar. No atropelo... Porque a gente percebeu, pessoal, que o Ministério do Trabalho também foi pego de surpresa, que não estava ali com eles. Aí, de repente, vai ter que sair do INSS. Pelo menos, eu entendo o esforço do Governo de acertar. Diferente do Governo anterior, que desmontou tudo, que perdeu documentação. Houve um grande estrago nos governos anteriores. Perderam os documentos, não sabiam onde estava a pesca, se estava na economia, depois se estava no Mapa. Então, tem um rumo.

Eu entendo esse sofrimento, essa angústia, mas ela nos dá uma esperança de que, com esta medida provisória, a gente arredonde e possa debater a política da pesca, como já foi dito pelo Senador aqui. É verdade: não basta só a questão da pesca. Nós temos que ter uma política mais robusta, ter condições de beneficiar o pescado, de transportar o pescado e, assim, melhorar outras situações, desde uma alimentação escolar, e garantir mais renda, garantir perspectiva para os filhos dos pescadores, as filhas dos pescadores, aqueles que, às vezes, estão tentados a abandonar a atividade e ir para os grandes centros, dar perspectiva de renda. Então, acho que é esse esforço.

Nós chegamos a colocar emendas também na expectativa de que vão ser acatadas. Reconheço a sensibilidade do Senador Beto Faro nesse sentido de acertar. Então, acho que é esse conjunto de esforços que vamos aprimorar. O Governo deve escutar aqui o Presidente e o Relator para, assim, a gente ter, de fato, uma lei. Por quê?

Algumas questões, pessoal, estão valendo, porque a medida provisória, assim que foi publicada, está valendo. Então, trata-se das identificações. Eu acredito que, para evitar a fraude, a biometria pode ser um acerto, porque aí faz valer a razão de existir a colônia, de prestar esse serviço também...

(Soa a campainha.)

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG) – ... e de organizar a categoria, mas a razão de ter determinado serviço e garantia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Beto Faro, Senador, é muito importante a habilitação das entidades, Sr. Presidente, e a valorização das entidades. Cada uma tem um código. Você vai saber quem requereu, a entidade tal, porque ali tem o código dela, tem como ter a rastreabilidade de quem são fraudadores e onde houve erro, onde houve má-fé, para readequar o sistema, o aplicativo e vamos saber o pescador que requereu e que foi amparado por entidade tal, tal, tal.

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Até para identificar quem eles têm que punir.

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG) – Sim, aí identifica. Vão ter rastreabilidade, ter o CPF de cada um e CNPJ de quem também bancou e patrocinou.

Obrigado.

Estamos no caminho certo, de acerto. Entendo que esta Casa também, Senador – e encerro –, deve dar garantia de orçamento – eu já falei aqui –, de ser despesa obrigatória e não discricionária, o que faz uma diferença enorme no sentido de que também nós temos que buscar orçamento para bancar todos os pescadores. "Ah, o dinheiro acabou." De jeito nenhum. Terminou o número de pescadores que requereram o seu seguro. Aí sim, então, estamos em paz.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Padre João.

Com a palavra, a Deputada Carla Dickson.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas, a minha fala é mais para dar um resultado do que foi a audiência pública, sexta-feira passada, em Ipanguaçu, no Rio Grande do Norte, com mais de 200 pescadores e da sua importância, ainda mais por ser *in loco*, usando uma Câmara Municipal, o que foi muito valioso, porque nós escutamos. Eu falei pouco. Tinha apenas a representante do Ministério da Pesca, o Ministério do Trabalho não mandou, nem *online*, não mandou representante, nem o Superintendente da Pesca do Rio Grande do Norte, que disse que sabia que o assunto era importante, mas não podia ir. Então essa foi a resposta que o Superintendente da Pesca do Rio Grande do Norte deu.

E nós escutamos muito bem a fala de quem está lá na ponta. É unânime a dificuldade em relação ao uso do programa. É um programa complicado, que requer reconhecimento em duas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

etapas, e eles falaram que não existe conversa entre o Ministério do Trabalho, o Ministério da Pesca e a Receita Federal. Tem que ter um programa intuitivo, simples, que consiga agregar todos esses dados, em que todos eles consigam fazer isso.

Outra coisa que foi falada também, eu achei muito pertinente: hoje o auxílio-defeso é vinculado ao auxílio-desemprego, cinco meses, mas tem mês, por exemplo, o mês de abril, em que alguns pescadores não vão poder sair ao mar. Então eles querem, uma sugestão, que esse auxílio-defeso seja de acordo com a lei da pesca, a lei do defeso. Se são seis meses, que sejam pagos seis meses; porque eles vão ficar um mês sem comer?

Outra coisa também: punir de forma eficaz os fraudadores. Inclusive nós falamos lá agora que o sistema está parado, mas qualquer um consegue tirar uma carteira de pescador. Conseguia, porque acho que, de tanta reclamação, o sistema foi suspenso e apenas aqueles... Escutei muito bem a fala do nobre Deputado e concordo: dar voz às federações, dar mais autoridade, eles são os representantes legais das colônias de pescadores, fazer cursos, ensinar. A gente tem a dificuldade da internet lá nos rincões do Brasil, tem lugares no Rio Grande do Norte em que mal pega a internet, eu estava num local em que mal pegava a internet. Como é que essa pessoa... Outra coisa, o sistema não funciona no final de semana, o sistema só funciona até 5h da tarde, e eles ficam pedindo, reiteradas vezes, para você mandar o mesmo documento e isso cansa.

Então foi um dia inteiro, foram quatro horas de audiência pública, nós vamos entregar o relatório completo, especialmente com todos os pontos que nos foram passados.

E uma coisa que também foi solicitada: os marisqueiros, lá no Rio Grande do Norte tem muito, não fazem parte do período de defesa. Então nos foi solicitado isto: eles precisam parar também, porque tem que ter a renovação dos mariscos, e eles querem entrar também no período de defeso. Então esses foram os pontos básicos.

Eu quero agradecer ao Ministério da Pesca, à funcionária Elielma, com toda a sua assessoria parlamentar. Eles tiveram muita paciência, explicaram ponto a ponto, disseram o que cabe ao Legislativo e o que cabe ao Ministério, e, principalmente, a gente chegou à conclusão de que o grande gargalo está no Ministério do Trabalho, que não está conseguindo lidar com a sobrecarga de informações, nem processar e muito menos pagar.

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN) – O período de defeso já acabou – já acabou. O dinheiro que era para estar sustentando esse pessoal desde novembro, eles têm que receber retroativo, mas agora eles vão voltar para o mar. E teve um caso de um pescador que foi preso porque precisava colocar comida na casa dele, foi preso e teve que pagar uma multa. E eles perguntaram: por que o Governo é tão ágil na hora de punir a gente e não se lembra que tem que pagar o que nos deve?

Então, eu deixo aqui a minha fala da Fecopesca, do Rio Grande do Norte, na pessoa de Rodrigo, que é o Presidente, que está dando todo o suporte.

Nós estávamos com 15 colônias de pescadores – eu sei que é uma representatividade pequena –, mas nós pudemos escutar o choro e a dor deles. Eles se sentem excluídos pelo atual Governo, acho que isso nunca aconteceu, foi a primeira vez. Então, esta é a minha fala.

Parabéns pela audiência pública, Senador Beto e Deputado Josenildo! Contem comigo! Vou mandar o meu relatório. Entrei até com um projeto de lei, mas eu estou pensando em refazer esse projeto de lei. Vou submeter as V. Exas. para a gente poder fazer algo mais robusto e mais eficaz para a categoria.

Que Deus os abençoe! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputada Carla Dickson.

Com a palavra o Deputado Fausto Jr.

O SR. FAUSTO JR. (Bloco/UNIÃO - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente, mais uma vez, cumprimento, Deputado Josenildo, e o Relator, Senador Beto Faro. Eu me somo ao posicionamento dos colegas Parlamentares em relação às dificuldades que os pescadores e pescadoras têm sofrido ao longo desses meses sem receber o seguro-defeso. Como já foi dito aqui, esse atraso faz com que esse seguro-defeso perca o seu propósito, que é exatamente de sustentar os pescadores no período em que eles estariam impossibilitados de exercer o seu trabalho, de exercer o sustento da sua família.

Eu digo pelo meu estado, que é o Estado do Amazonas, em que a maioria dos pescadores vivem em locais de difícil acesso, com uma dificuldade logística muito grande e que, portanto, o custo amazônico é algo que impacta de forma muito relevante a vida dessas famílias que sobrevivem da pesca. Então, eu me somo à ideia de a gente postergar ou até mesmo tirar, retirar, essa exigência da validação em duas etapas desse cadastro do GOV, e enaltecer o





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho que as colônias de pesca têm, em todos os municípios, de cadastrar, de fazer com que esses pescadores sejam ouvidos, de ter essa representatividade assegurada.

Então, é exatamente por isso, Sr. Presidente, que nós precisamos fortalecer a atuação e o papel da colônia de pescadores. Eu quero aqui mandar desde já um abraço ao meu amigo Presidente da Fepesca, que se faz aqui presente nesta reunião, nesta audiência pública aqui da MP dos Pescadores, que é o meu amigo Walzenir Falcão, e destacar essa relevância da representatividade das colônias de pescadores.

É muito importante que nós possamos, Sr. Presidente, fazer com que os pescadores recebam o valor em parcela única do seguro-defeso, o mais breve possível, para que a gente possa, assim, então, encobrir os prejuízos que esse atraso tem causado no sustento dessas famílias, que no meu estado são mais de 200 mil pessoas afetadas com esse atraso.

Então, Sr. Presidente, é nesse sentido que eu quero me colocar, me posicionar, nesta Comissão, para que a gente possa fazer com que esses pescadores recebam em parcela única o valor que está devido a eles do seguro-defeso e acabar com essa exigência desse cadastramento para que a gente possa, de uma vez por todas, fazer a inclusão. É incabível, é inconcebível que, com esse empecilho que está sendo colocado, a gente esteja punindo as pessoas que realmente precisam desse auxílio por conta de uma minoria que é fraudadora. A gente tem que atender, primeiramente, a maioria; não pode prejudicar uma maioria por conta de uma minoria, Sr. Presidente.

Era essa a minha contribuição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Eu quero agradecer ao Sr. Edivando Soares de Araújo, ao Sr. Jane dos Santos Menezes, a Josana Pinto, Valtin Quintino da Rocha, José Fernandes Barra e Pedro Oliveira dos Santos por terem atendido o convite desta Comissão e terem vindo até aqui participar desse debate importante. Com certeza, o pronunciamento de vocês é importante para que, ao final do trabalho desta Comissão, o relatório do nosso Senador Beto Faro realmente possa atender as expectativas dos nossos pescadores e das nossas pescadoras. As sugestões e as críticas que vocês fizeram, com certeza, vão ser de grande valia para o nosso relatório.

Eu vou desfazer a primeira mesa e já aproveitar para convidar...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JOSANA PINTO (*Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, eu tenho... Eu peço, rapidamente, um momento para fazer a entrega de um documento – é rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Tá.

A SRA. JOSANA PINTO – Eu vou ler, porque quero deixar registrado. (*Fora do microfone.*)

O Movimento de Pescadores, com a Confrem Brasil e o Conselho Pastoral dos Pescadores, traz aqui umas propostas.

Também quero ressaltar que não foi só a questão do formulário, de as perguntas serem difíceis, mas também houve perguntas que eles responderam corretamente e foram colocadas respostas contrárias. Na nossa região, no Município de Óbidos, aconteceu isto, e em várias outras regiões: o pescador disse que comercializava a produção e lá está como se ele tivesse dito que não comercializava. Então, isso também tem que ser revisto.

Aqui está a proposta do Movimento de Pescadores Artesanais, com a Confrem e o Conselho Pastoral dos Pescadores.

Uma via eu quero que o senhor e o Senador Beto Faro assinem, para que nós possamos levar; aí, uma fica para o senhor e outra, para ele.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Pausa.*)

A SRA. JOSANA PINTO – Este aqui vai ser o seu, e o senhor assina este aqui com o Presidente para mim, por favor.

Uma das coisas – enquanto o senhor assina a recepção desse documento – é que nós queremos propor uma reunião com V. Exa., com essas organizações e demais, para que a gente possa discutir sobre essa medida provisória e sobre outros assuntos relacionados à pesca artesanal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOSANA PINTO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Convido para tomarem assento à mesa os seguintes convidados: Anderson Garcia Pantoja, Coordenador de Pesca do Estado do Amapá – representando, neste ato, o Secretário de Pesca do Estado do Amapá, Sr. Paulo Nogueira. Tudo bem?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Leidinaldo Gama, Presidente da Federação dos Pescadores do Estado do Amapá.

O SR. LEIDINALDO GAMA (*Fora do microfone.*) – Tudo bem, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Tudo bom, meu irmão? Tranquilo?

Walzenir Falcão, representante dos pescadores do Amazonas; Maria Aparecida Luciano, Diretora e Coordenadora dos pescadores da Região Sul. (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Eu vou convidar também, para participar com a gente nesta mesa, o Sr. Orlando Lobato, da Federação dos Pescadores do Estado do Pará. (*Pausa.*)

Com a palavra, por até cinco minutos, o Sr. Anderson Garcia Pantoja, Coordenador de Pesca do Estado do Amapá.

O SR. ANDERSON GARCIA PANTOJA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Como bem apresentado, sou Anderson Pantoja. Hoje, estou como Coordenador de Pesca do Estado do Amapá. Sou engenheiro de pesca de formação, então eu quero agradecer, em nome do Governo do Estado do Amapá, a oportunidade de estar participando desta importante audiência pública que está tendo nesta Casa. Quero parabenizar os representantes das entidades que aqui estão, porque eles vêm trabalhando diariamente para, de fato, fazer valer os benefícios dos pescadores.

O Governo do Estado do Amapá vem trabalhando uma política para o desenvolvimento de fato do setor pesqueiro. Como o Senador Beto falou, há necessidade de nós trabalharmos política pública de fato, olhando toda a cadeia produtiva, porque isso levará, também, ao desenvolvimento social e econômico do pescador. Então, de primeira fala logo, a gente fala que o Governo do Estado está lançando, este mês agora, o Plano Mais Pesca e Aquicultura, em que, do setor pesqueiro, nós temos nove programas para o desenvolvimento social, desenvolvimento econômico e ordenamento pesqueiro. Prevemos também a criação do Fundo de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura, que tem, além da finalidade de a gente trabalhar as políticas públicas de infraestrutura, também a de desenvolvimento social.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero fazer um breve histórico da secretaria. Ela foi fundada em 2023, pelo então Governador Clécio Luís. Ele criou a secretaria justamente para a gente elaborar e executar as políticas públicas para o desenvolvimento desse setor.

Desde lá, a gente tem feito audiência pública, a gente tem feito reuniões, juntamente com os presidentes de colônias e de outras entidades, inclusive com a Federação de Pescadores, para a gente elaborar esse plano.

Logo no início do ano – falo no início do ano, mas foi ali em maio –, veio a primeira medida provisória, que foi a 1303. Nós identificamos já, naquele momento, que havia necessidade de o Estado fazer uma intervenção. E nós criamos juntamente... O Governo do estado criou um comitê de crise, juntamente com a Federação de Pescadores, e nós conseguimos fazer uma ação que levasse à emissão de uma carteira nacional para os pescadores, que até aquele momento era um item obrigatório. Dentro dessa ação, nós conseguimos atender, em dois meses, basicamente 7 mil pescadores. Então, foi uma ação superpositiva. Logo depois, foi falado que não seria mais necessário. Então, nós perdemos um pouco de força dentro do movimento, porque não continuamos com esse trabalho, que nós pretendíamos estar fazendo.

Esse programa que a gente trabalhou nesse momento – ele se chama Programa Pescador Cidadão – tem justamente o objetivo de a gente estar trabalhando o desenvolvimento social através do fortalecimento das entidades sociais e também a parte de consultas médicas para os pescadores, dentre outras ações que a gente tem dentro do Pescador Cidadão.

Foi muito bem falado aqui pelos representantes de entidades que aqui estiveram anteriormente, e a gente vê que hoje...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDERSON GARCIA PANTOJA – ... de fato, há necessidade que se volte como era anteriormente e que as entidades tenham, de fato, uma responsabilidade dentro desse processo.

Eu penso também, como ente técnico, que há necessidade de a gente fazer o fortalecimento do pacto federativo, até mesmo porque, hoje, nenhum estado, com exceção do Estado do Amapá, tem uma política, de fato, para o pescador, mais próxima – os estados têm se afastado todos esses anos. E há necessidade dessa política, também, ser fortalecida pelo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo do Estado para que a gente consiga levar melhorias para o desenvolvimento do setor da pesca. Então, se faz necessário a gente fazer isso.

Eu me preocupo muito com relação ao nosso estado. Por exemplo, nós temos 16 municípios e, em todos os 16 municípios, nós temos atividade pesqueira. Sendo umas mais importantes com relação ao desenvolvimento econômico, até mesmo da macroeconomia, porque a pesca, hoje, é a terceira maior economia do Estado do Amapá, mas, também, a gente tem outros municípios em que ela tem uma importância social.

Qual é a minha preocupação? Com a Medida Provisória 1.323... Nós temos uns municípios – por exemplo, Oiapoque, Calçoene e Amapá –, onde os pescadores não se enquadram, por exemplo, no CadÚnico, porque a produção deles é bem acima. Então, você tira uma parte dos pescadores que vão parar de pescar, só que não vão receber o seguro-defeso, porque a renda dele é incompatível a estar no CadÚnico, dentre outras situações de que nós podemos falar aqui no decorrer desse evento.

Então, meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Anderson, por sua participação.

Com a palavra agora, por até cinco minutos, o Sr. Leidinaldo Gama, Presidente da Federação dos Pescadores do Estado do Amapá.

O SR. LEIDINALDO GAMA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar aqui o Presidente da Comissão, Deputado Josenildo Abrantes, Deputado do meu Estado do Amapá, nosso Deputado da pesca, e, na sua pessoa, também cumprimentar aqui os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, e o Senador Beto Faro também, que é um apoiador da pesca do Estado do Pará.

Quero falar dessa medida provisória e de tantos outros assuntos que já foram falados aqui pelos expoentes anteriores.

São muitos os problemas, mas precisa ser atacada a raiz do problema.

O seguro-defeso é um problema hoje, mas ele tem um fator gerador desse problema que é a emissão do RGP. Todos sabem que, a partir do desmonte que houve no Ministério da Pesca lá em 2015, isso foi se acumulando e foi se agravando cada vez mais. Chegou ao ponto de uma





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ação civil pública da DPU garantir o direito para os pescadores que solicitavam o RGP junto ao Ministério da Pesca, ou Ministério da Agricultura na ocasião.

Porém, essa ação civil pública se transformou, infelizmente, numa indústria de protocolos falsos. Em vários estados das Regiões Norte e Nordeste começaram a falsificar protocolos. Isso agravou o número de beneficiários do seguro-defeso, e hoje, infelizmente, os nossos pescadores, Senador Beto Faro e Deputado Josenildo, estão sofrendo por essa, vamos dizer assim, essa fiscalização mais rigorosa por parte do Governo.

Foram tantas questões... Advogados, infelizmente, despachantes, LAN house, carro de som, todos tirando carteira de pescador. Isso a partir do Governo passado, infelizmente, de uma portaria editada no Governo passado.

Pois bem. Mas, hoje, precisamos discutir essa medida provisória. Eu vejo, Anderson, Lobato, que ela é uma oportunidade para a gente resolver esses problemas.

Com esse seguro-defeso agora, os nossos pescadores estão sofrendo, e não há medida fácil para resolver isso rapidamente, mas, através dessa medida provisória, todos os representantes podem propor medidas para resolver o seguro-defeso. E que ele possa ser uma política pública de segurança alimentar para os pescadores, econômica, mas também ambiental; que ele realmente possa servir para o que foi criado.

Não foi só na hora em que o pescador procurou o seguro-defeso que deu problema. Isso já faz um tempo. E essa medida provisória é a oportunidade que a gente tem para resolver isso, fazer aqui propostas que realmente resolvam esse problema e que o seguro-defeso se torne autossuficiente, para garantir o direito do pescador, ajudar o pescador quando ele está impedido de pescar; não é só quando o Ibama ou algum batalhão ambiental chega lá e prende o pescador, porque ele foi pescar um peixe para a família dele comer.

Precisamos aqui – todos – ter essa responsabilidade. É uma oportunidade. E eu agradeço ao Parlamento por conduzir isso, com muita responsabilidade, por ajudar os nossos pescadores. Quem sabe possamos criar um fundo garantidor do pagamento do seguro-defeso, tirar esse teto de limite orçamentário – isso, infelizmente, hoje, a gente entende a situação de o Governo não ter recurso para pagar todo mundo, mas, se pagar só os verdadeiros pescadores, eu acredito que precisaria complementar bem pouco o que já foi estabelecido.

(Soa a campainha.)



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEIDINALDO GAMA – Para concluir, agradeço...*(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. LEIDINALDO GAMA – Falta um minuto? Pensei que tinha estourado o meu tempo aqui.

Atribuir responsabilidade para as entidades representativas.

Somente através das entidades representativas, o Governo conseguirá estabelecer critérios tanto para pagamento de seguro-defeso quanto para concessão de RGP. Então, é muito importante estabelecer uma parceria com as entidades sérias de pescadores do país e que eles possam ter a responsabilidade de dar os encaminhamentos, Presidente Lobato, porque, quando estavam nas mãos das entidades, não tinha esse problema, ou, se tinha, era mínimo, muito pequeno. Então, hoje está na hora de atribuir responsabilidades e, com toda certeza, vamos galgar que o seguro-defeso seja permanente, no mínimo, por dez anos, fazendo revisão a cada cinco anos.

Então, Deputado Josenildo e Senador Beto Faro, agradeço a minha participação aqui e coloco a Federação dos Pescadores do Estado Amapá à disposição para contribuir com esta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Leidinaldo Gama.

Com a palavra, por até cinco minutos, o Sr. Walzenir Falcão, representante dos pescadores do Amazonas.

O SR. WALZENIR FALCÃO (Para expor.) – *(Falha no áudio.)* ... essa federação através do Ofício nº 16.

Cumprimento também o nobre Relator, Senador que, com muita habilidade, tem chamado todo o pessoal da Bacia Amazônica para conversar e para discutir.

Atentamente aqui peço permissão à mesa para fazer uma correção onde foi colocado representante: eu sou o Presidente da Federação dos Pescadores do Estado do Amazonas, sou ex-Deputado Estadual também lá no Amazonas e fui Presidente da confederação por três mandatos, da confederação nacional, da qual sou ex-Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caro nobre Presidente Josenildo e caro Senador, nós vimos aqui a intenção de todos que me antecederam e que fizeram suas observações, suas colocações, de forma muito proveitosa, de forma muito feliz para o setor. Nós estamos trazendo também a nossa contribuição e vamos deixar à mesa, exatamente, porque, quando a gente viu o Deputado aqui, com quem faltava ter tido esse diálogo, Deputado do meu estado... Porque, ele, sem ter conversado – viajando muito, eu viajando muito –, saiu com uma demanda de duas emendas, Deputado Josenildo e caro Relator, do nobre Deputado Fausto Jr., que me antecedeu ainda agora há pouco. Ontem, na minha chegada a Brasília, tive a preocupação de fazer uma visita ao gabinete do nobre Deputado e fui levar a preocupação nossa, que era voltar ao que se tinha lá, antes da Medida Provisória 1.303, que era concedendo a prefeituras assinar, fazer a recepção do seguro-defeso.

E, para mim, foi uma forma até de surpresa, a delicadeza e, sobretudo, a atenção que aquele Deputado, que o colega de vocês deu aqui no Parlamento Federal. Disse a Walzenir Falcão e que eu levasse a todos os outros presidentes do Amazonas: "Da parte do meu gabinete, vocês não vão ter essa participação minha, porque é um pedido dos pescadores. Isso é um pedido dos pescadores, Falcão. Nós estamos retirando". E aqui eu quero fazer esse registro, nobre Relator, ao Deputado Federal nosso, do Amazonas, Deputado Fausto.

Quero cumprimentá-lo também, Deputado decano desta Casa, Átila Lins, que, de certa forma, com maestria mesmo, conseguiu as conversas que nós tivemos com o Presidente Sérgio Luiz, do Codefat. Hoje foi publicada essa resolução do Codefat, em que a gente vinha tendo dificuldade.

Em conversa que tive com o pessoal do Mato Grosso, lá terminou o defeso, Sr. Relator, Sr. Presidente. Em 1º de fevereiro, mais de 70%, nobres líderes, ficaram prejudicados sem fazer a recepção do seu seguro-defeso. Com esse remédio que saiu hoje, esses pescadores vão ter a garantia de que poderão voltar às suas colônias, à demanda do Ministério do Trabalho, lá com o pessoal da Fundacentro, e fazer a sua recepção.

(Soa a campainha.)

O SR. WALZENIR FALCÃO – O que nós queremos com isso aqui, nobre Presidente, é – já foi pedido até pelo querido Deputado que está aqui na frente, do Pará – que se dê a responsabilidade para as colônias, mas, sobretudo, se estabeleça critério. E o critério que nós estamos pedindo é que as colônias serão as responsáveis para fazer a recepção desse





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento e que se dê responsabilidade a cada presidente de colônia, a cada presidente de federação – isso é o que precisamos fazer.

Essas demandas, queremos dizer que somos contra, que estão lá pedindo Reap 1, Reap 2, Reap 3; etapa 1, etapa 2, etapa 3, etapa 4, as etapas vão por aí afora... É parar com esse negócio, e, no período do defeso, nós termos a nossa demanda para nós atendermos os nossos irmãos e as nossas irmãs pescadoras nas nossas entidades de classe. Essa é uma demanda que nós estamos trazendo aqui.

E quero muito agradecer, ser grato, ao Presidente Josenildo e ao Relator por estarem nos ouvindo. Foi dito aqui que vão dar condições a mais, mesmo estando vencido. Parabéns – viu, Relator? –, Senador, gostei da sua observação. Nós, no Amazonas, estamos aí para somar e contribuir com todos os nossos companheiros, e esta Casa Federal sempre foi uma diretriz de ressonância para atender toda a nossa classe. Não é a primeira vez que vocês estão fazendo isso, isso já tem algumas... Até podemos dizer, assim, que quase por dez vezes que a gente vem aqui e sempre saímos daqui com nossos pleitos, com nossos encaminhamentos atendidos aqui pelos nobres pares, pelos nobres Deputados.

Muito obrigado. Sucesso e um bom trabalho a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Sr. Walzenir.

Com a palavra, agora, a Sra. Maria Aparecida Luciano, Diretora e Coordenadora dos Pescadores da Região Sul.

A SRA. MARIA APARECIDA LUCIANO (Para expor.) – Boa tarde. Cumprimento e parabenizo, ao mesmo tempo, o Deputado Josenildo, o Senador Beto Faro, o nosso Deputado catarinense Pedro Uczai, que nos ajuda todos os dias lá e que hoje está aqui em parceria com o Padre João. Parabéns, Padre João, e obrigado por ter nos atendido no seu gabinete.

Eu não sei como eu fui apresentada aí, mas eu sou da Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina e responsável pela coordenação das colônias da Região Sul. Em Santa Catarina, somos 40 colônias, e eu sou Presidente da Colônia do Balneário Rincão, aquela que vocês veem nos vídeos de vez em quando puxando aquelas redes com 10, 12 toneladas de tainha, e que também pesca bagre, que também pesca anchova e que não está sofrendo tanto porque os defesos dela começaram em dezembro, no período novo, e já começamos a receber.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas nossos vizinhos, pescadores de camarão, estão numa angústia desesperada, defeso desde setembro solicitado e nada conseguido ainda, que é essa luta que a gente faz aqui.

Mas hoje se trata especialmente dessa medida provisória que vem. E eu acho que tem muitos pontos bons nela: ela seleciona, ela nos ensina que é preciso fazer justiça social, ela nos ensina um monte de coisa, mas ela vem de forma muito atabalhoada, gente. É uma medida, depois revoga aquela, vem a outra... Precisamos ter uma ordem melhor para essa legislação e precisamos, também, ter um tempo maior para os pescadores se adequarem. Eu digo, às vezes, para o meu pescador: "Não, cara, hoje não precisa mais ter rede, nada. Você tem que ter só um celular bom porque o resto já está resolvido".

Então, eu fico preocupada. Fico preocupada porque, assim, a gente precisa combater a fraude. A gente precisa, a gente está combatendo a fraude, de um certo ponto, mas quando eu vejo que a gente está abrindo a possibilidade de fazer carteira individual, possibilidade de as prefeituras entrarem para fazer carteira... E nós já tivemos uma prefeitura vizinha nossa com um alto-falante, lá na boca da eleição: "Estamos fazendo carteira gratuitamente para os pescadores!". Não é assim? Toda eleição em cidade como as nossas, do litoral com 8, 10, 15 mil habitantes, vai ser moeda de barganha na eleição, não importa quem seja o candidato.

Se nós deixarmos as prefeituras... Se nós não fortalecermos as nossas entidades, sejam elas colônias, sindicatos, desde que elas estejam plenamente organizadas, assim, organizada com CNPJ, caracterizado lá no CNPJ que é para atender a pescador, que tem função social, que tem as funções necessárias... Se qualquer associação faz carteira, se qualquer despachante faz carteira, não tem como coibir esse rolo imenso que já está aí hoje.

Hoje, todo mundo faz uma carteira. O problema da carteira não é só a pesca, não é só o defeso, é a CAF, é o Pronaf, é tudo mais que vem junto com a carteira, empréstimo pessoal, empréstimo dos estados que oferecem políticas públicas específicas para o pescador.

Então, gente, eu não quero me estender muito, não gosto de furar o tempo. Não sou desse tipo aqui, assim, acostumada com essa coisa, mas eu fico muito orgulhosa de estar aqui enquanto mulher, enquanto mulher nesse antro masculino, que é difícil para a gente. Na pesca é difícil, gente, é muito difícil, porque os pescadores gostam muito de discutir rede e malha, mas função social é uma coisa mais difícil para discutir. Hoje, a gente não consegue explicar por que teve essa necessidade, por que quem pediu defeso em setembro não recebe e quem pediu defeso em dezembro está recebendo, é difícil.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

A SRA. MARIA APARECIDA LUCIANO – Então, é nessa luta, é nessa guerra que a gente coloca a Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina, com as nossas 40 colônias de pescadores, à disposição para o que se fizer necessário, desde que a gente consiga fortalecer nossas entidades, fazer acordos cooperativos, como a gente já teve com o INSS, fazer acordo cooperativo com o Ministério do Trabalho; sanar... Hoje as pendências, a gente não consegue sanar uma pendência nem de erro no nome da mãe, nem de nada, porque não tem uma linha de ida e volta.

A gente sabe que isso se dá porque o processo é novo, mas a gente precisa adequar esse processo, e a gente, que tem experiências, que está na colônia há bastante tempo, a gente se dispõe a ajudar, gente, a colaborar no que for preciso, a desmontar esse sistema que foi fundado por despachantes, por escritórios e toda essa coisa, por federações – a gente hoje se esquece de falar, mas não dá para esquecer, porque estão enrolados até o pescoço – e isso é muito preocupante, gente.

Então, vamos à luta e vamos com esperança, porque esse Governo é do povo, esse Governo é nosso!

É isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, D. Maria Aparecida.

Com a palavra agora o Sr. Orlando Palheta Lobato, Presidente da Federação dos Pescadores do Pará.

O SR. ORLANDO PALHETA LOBATO (Para expor.) – Quero cumprimentar o Presidente Josenildo, desta Comissão que analisa a Medida Provisória 1.323; o Senador Beto Faro; quero cumprimentar aqui o restante da mesa na pessoa do meu companheiro Leidinaldo Gama, do Amapá; quero cumprimentar o Presidente da confederação, Vando; o Deputado Raimundo, da Bahia; o Deputado Henderson Pinto; o Vereador Jander Ilson, de Santarém; o Vereador Emerson Canto, de Óbidos; a Dra. Adriana, da federação; a Elisangela Rafael e o Reginaldo, que estão aí; e todos os pescadores e pescadoras do Pará que estão hoje, Presidente, com a audiência desta Comissão.

Quero me ater aqui a alguns pontos específicos, somar com tudo aquilo que já foi falado, mas, mais uma vez, reforçar a questão da – digamos – ilegalidade da portaria que trata sobre a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

coleta de informações. Observem bem que qualquer direito tem que ser positivado em lei, ou seja, não pode ninguém usufruir da prerrogativa do Parlamento – e quando a gente fala no Parlamento é do Congresso Nacional – e inovar através de uma portaria.

O critério da coleta de informações... Olha só o pecado cometido. *Data máxima vênia*, quero acreditar que o nosso Exmo. Ministro foi mal-assessorado. Não acredito, Senador Beto Faro, que o Ministro Marinho, com a competência que tem, tenha feito isso da própria cabeça. Não. Acredito numa má assessoria, perfeito?

Então, ele baixou a Portaria 1.991, de 2025, e diz assim na portaria dele: "A coleta de que trata o *caput* destina-se à comprovação da elegibilidade e confirmação da veracidade dos dados no ato do requerimento ao benefício". Ou seja, ele criou uma portaria, e essa portaria traz o critério mortal da elegibilidade: quem não estiver conforme a coleta de informações pela portaria está fora do benefício. Olha, ceifar um benefício sem passar pelo Congresso Nacional, eu vejo que isso é muito grave. Então, eu creio que o relatório tem que se ater a esta questão. Não pode uma portaria simplesmente, de uma forma unilateral, criar... Inovar, inovar aquilo que é do Congresso Nacional. Isso não pode.

A medida provisória diz o seguinte, vamos às letras da lei, da medida provisória, que tem efeito de lei, ela sim, apesar de assinada unilateralmente pelo Presidente da República, mas, pelo nosso ordenamento jurídico, ela tem efeito de lei. Art. 2º, §12:

A concessão e a manutenção do seguro-desemprego de que trata esta Lei ficam condicionadas à comprovação do exercício da atividade pesqueira, no período entre defesos, por meio de relatório periódico, que deverá conter informações sobre a venda do pescado, a ser submetido ao Ministério do Trabalho e Emprego, na forma, nos prazos e [aí vem a parte mais importante da norma] com os critérios estabelecidos em resolução do Codefat.

Ainda que – eu, pelo menos, assim entendo – que o nosso Codefat não tenha legitimidade para tratar sobre matérias que envolvam a pesca, seguro-defeso, atos decorrentes, Registro Geral da Pesca, habilitação profissional. O Codefat não tem por que... Porque ele é constituído de um colegiado...

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORLANDO PALHETA LOBATO – ... com categorias empregadas, perfeito? Não é o caso do pescador artesanal, que é um trabalhador, como diz a lei do seguro-desemprego, sem contratação de terceiros, é um trabalhador individual, autônomo. Não se aplica para ele aquilo pelo que o colegiado do Codefat está composto hoje. Precisa o quê? Urge a reformulação do Codefat, se for para ele ficar editando normas: incluir o Ministério da Pesca – aí já é um encaminhamento –, o Ministério da Pesca no Codefat; um órgão de confederação nacional, pelo menos, dos pescadores – temos aqui a CNPA, perfeito? – para que ele tenha a legitimidade.

Ademais, Presidente, já existe um colegiado da pesca, que é o Conselho Nacional da Pesca, no âmbito do Ministério da Pesca, que existe, está positivado, está apenas adormecido, mas que deve ser restabelecido para tratar dessas questões macro da pesca.

Eu gostaria também, Presidente, aqui, no meu minuto que falta... A questão do prazo do pagamento, porque está estabelecido esse atraso. Ora, defesos que se encerraram... Isso traz uma ineficácia para o programa. O programa tem quatro meses, e diz que a cada mês vai pagar um salário para o pescador que estiver parado. Terminou o defeso, não foi pago nada para a maioria, então o benefício perdeu a eficácia, ele não cumpriu com a sua obrigação.

O Reap também, de 2025... Complicado, isso aqui já foi falado, a não ser que a gente coloque no relatório que o Governo Federal vai ter que dispor orçamento também para dar um celular compatível para cada pescador beneficiário do seguro-defeso, porque a maioria não tem aparelho compatível. Passa em torno de uma hora para ser feito um procedimento de Reap.

Gostaria de encaminhar, finalmente, por tudo o que foi falado aqui na Comissão... E esses erros, Senador Beto Faro, eu sei que V. Exa. vai saber tratar disso como ninguém com o Ministro do Trabalho. Eu acho que a gente não tem que expor o Ministério do Trabalho a uma ADI no Supremo Tribunal Federal, mas eu acho que nós devemos tratar sobre a portaria conversando com o Ministro, de forma política, vamos dizer assim.

Por tudo isso que foi falado aqui, entendo que nós estamos em uma situação de crise. Estamos já indo... O seguro-defeso deste ano se instalou como, na verdade, um grande episódio maldoso, a gente poderia dizer até como um pacote maldoso para os pescadores. Por isso, eu gostaria de encaminhar aqui que esta Comissão analisasse a suspensão imediata dessas entrevistas e anulasse seus efeitos e que fosse criado aqui, no âmbito da Comissão, Sr. Presidente, um comitê de crise, com a participação da categoria, para ir analisando tudo isso que está sendo trabalhado até a votação. Porque a ideia qual é? Dia 10, ela ser votada aqui na





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão e depois ela vai a Plenário. Olhe a nossa responsabilidade. Então, se nós não tivermos a responsabilidade de trabalhar isso bem trabalhado aqui no âmbito da Comissão, nós vamos expor uma legislação para um Plenário grande e que vai cheia de deficiência. Eu acho que a criação de um comitê de crise, eu acho que é isso que se faz todas as vezes em que se instala uma questão desta magnitude.

Uma questão grave também: na passagem, Sr. Presidente, do Ministério da Previdência para o Ministério do Trabalho, as entidades legais, as colônias de pescadores e as outras entidades também, porque tem uma lei federal, a 11.699 – uma lei federal! – aprovada pelo Congresso que diz que essas entidades representam a categoria judicial e administrativamente... E elas tinham um acordo de cooperação, firmado com o INSS, que foi uma conquista nossa em 2015. Esses acordos de cooperação, na passagem de um ministério para o outro, foram extintos de forma unilateral, sem que essas entidades tivessem cometido nenhum ato infracional, como diz o próprio acordo que está publicado no *Diário Oficial da União*. Então, esses acordos têm efeitos de lei, porque acordo no Brasil é uma declaração de vontade, pelo ordenamento jurídico. Então, que seja feito o restabelecimento.

Não adianta ignorar o papel das entidades. Não é a Previdência nem o Ministério do Trabalho que vai na ponta habilitar ninguém, não têm capacidade para isso. A exemplo, a Fundacentro, coitada, que se atrapalhou toda com o pessoal lá na ponta. E a portaria diz que a coleta de informações tinha que ser no ato do requerimento – é isso que diz a portaria. A coleta de informações em muitas colônias ainda nem começou e o período do defeso já terminou, e já terminou também o período do requerimento.

Então, esta é a minha contribuição à Comissão, porque eu acredito que a gente precisa, Deputado Henderson Pinto, Senador Beto Faro, aprofundar mais, porque nós estamos tratando com muita responsabilidade de 2 milhões de trabalhadores e de 2 milhões de famílias desses trabalhadores no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Sr. Orlando Palheta.

Com a palavra agora o nobre Senador Beto Faro, Relator da MP 1.323.

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, quero agradecer aos representantes das entidades e parabenizá-los pela participação. São contribuições





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente importantes e de quem conhece, de fato, os problemas nessa área. Até quero solicitar – o Presidente já falou, aqui – que o relatório das audiências que houve nos estados venha até na sexta, porque nós estamos prevendo que, na semana que vem, é o debate e votação, aqui, da medida provisória. E às próprias entidades que estão aqui quero solicitar que, se tiverem alguma coisa escrita ou algum complemento, porque nem sempre se acaba fazendo isso, possam passar para a gente.

Principalmente, eu acho que nós temos um fato na medida provisória, e é com isto que eu percebo que é toda a preocupação governamental. Como responder às denúncias de corrupção? Isso é o que mais pressiona para se ter essa medida, na minha avaliação. Então, neste aspecto, não só a gente deve ficar no diagnóstico, porque nós já diagnosticamos bem aqui, mas decidir quais são as soluções que nós vamos apresentar, para que a gente de fato chegue...

E é unânime – e eu concordo – que essa participação das entidades na seleção das pessoas é fundamental, participação, responsabilização das entidades, credenciamento, inclusive, dessas entidades, para poder fazer, porque, à medida que você faz isso, ninguém vai querer dar declaração para quem não conhece e para quem não é pescador efetivamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA) – É, porque senão vai estar sendo responsabilizado. Então, acho que isso aqui, de fato, eliminaria uma série de situações.

Mas, além dessas, que vocês possam passar aquilo que tiverem de sugestão por escrito para a gente – aqueles que ainda vão ter audiência vão ter oportunidade, e outros, que possam escrever –, para que a gente possa estar, na semana que vem, em um debate bem amplo aqui e possa ajustar. Vai ter questões que nós não vamos ajustar, e vai ser com a própria negociação de vocês com o próprio Governo, com a nossa intervenção no dia a dia com o próprio Governo, para que a gente possa ajustar.

Então, eu queria falar isso.

Sr. Presidente, eu tenho que sair, porque eu tenho uma audiência lá com a Ministra Gleisi agora, para tratar de um outro...

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Hum-hum.

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA) – ... tema importante.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se você imaginar um estado que tem confusão para resolver, é o Pará. *(Risos.)*

O SR. ORLANDO PALHETA LOBATO *(Fora do microfone.)* – Pode levar um pouquinho desse tema aqui também. Não tem problema.

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA) – Tem confusão de todos os jeitos lá, no agrário, no ambiental, na pesca, em tudo tem. Nós temos confusões à vontade; nós temos problemas à vontade lá.

A SRA. MARIA APARECIDA LUCIANO *(Fora do microfone.)* – Tem também do ouro.

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA) – Tem de tudo, ouro... Tem de tudo, mineração e tudo.

Hoje, nós vamos tratar disso; e eu queria pedir, mas já foi feito: aquilo que tiver de complemento aqui – a nossa assessoria e a assessoria da Comissão estão resgatando tudo – eu pego posteriormente, para poder encaminhar.

E agradeço, mais uma vez, a participação.

E tem sido assim. Eu acho que todas as audiências, tanto de quem está nos estados, como... O pessoal já está, todo mundo, interessado para ir lá para Belém. Vai ver que lá em Belém, na sexta-feira, a assembleia vai ser pequena para receber o pessoal, porque os eventos que têm havido são muito grandes, porque é um problema muito grave. Nós estamos falando de um estado em que são mais de 200 mil pescadores – não são as famílias envolvidas. Se você for contar as famílias envolvidas, é um negócio imenso.

Então, nós temos um problema de que isso mexe... O não pagamento do seguro-defeso no período mexeu com quantas famílias lá no estado? Para nós que somos Parlamentares – para o Henderson, deve até ter sido mais, porque o Henderson tem mais dinheiro que eu –, o tanto de pedido, Henderson, para cesta básica nesse período foi fundamental e foi muito grande, inclusive.

Eu cheguei a ir a municípios em que eu teria que ter levado cesta básica mesmo para os pescadores, para poderem se recuperar nesse período em que o pessoal não recebeu nada.

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA) – É uma situação grave que nós temos que resolver, e eu acho que nós temos entendimento...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa positiva – e eu encerro assim – é que, com os cuidados todos necessários, aqui nós não ficamos polarizando, nesse debate todo da medida, com esquerda, direita, Governo, oposição. Nós fizemos o debate da pesca, para tentar apresentar... Por exemplo, para a pesca, ninguém tentou buscar culpado; tentou-se achar soluções. Eu acho que isso é bom, um bom exemplo do que a gente tem feito, o que é diferente de outras medidas aqui, em que ficam só no debate de quem é contra e quem é a favor, e acabam não achando as soluções. Eu espero que a gente ache.

É isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Senador Beto Faro.

Com a palavra, agora, o Deputado Raimundo Costa.

O SR. RAIMUNDO COSTA (Bloco/PODEMOS - BA. Para interpelar.) – Quero saudar o nosso Presidente Josenildo, o nosso digníssimo Senador Beto Faro.

Nós estamos na segunda audiência pública. Na primeira, ouvimos aqui os órgãos de Governo; e, nesta, desta vez, as entidades de classe. Pela quantidade maciça de presença das entidades, teve que se fazer em duas etapas – isso é bom.

Eu quero, já que foram tantos, nas pessoas do Presidente da CNPA, Edivando, e de Orlando, que participou dessas duas etapas e está participando, saudar todos os demais membros das federações.

E aqui aproveito para saudar também a federação da Bahia, a Fepesba, as entidades de classe – a tantas delas pertence, em todos os estados, essa união de forças – e, de forma muito especial, sem esquecer a razão maior de todas essas entidades de existir, os pescadores e as pescadoras do Brasil.

Desde 2025, no ano passado, em junho, nós fomos pegos de surpresa com a MP 1.303; e, hoje, logo depois, veio o Projeto de Lei 458, de 2021. Aquilo que estava contido na medida provisória não teve efeito legal, porque se perdeu o prazo de votação, mas muito daquilo que estava previsto foi aprovado no Projeto de Lei 458, de 2021. E, agora, nós estamos discutindo itens remanescentes e novos que complementam a tentativa de ordenar o seguro-defeso, com o intuito de combater a fraude.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, antes de falar de combater a fraude, vale salientar, Presidente Josenildo, que o Brasil tem quase 2 milhões de pescadores ativos. A Bahia tem, em média, 176 mil ativos. Nas discussões que aqui nós fizemos com a sociedade, com o Parlamento, com os Senadores, com os Deputados, avançamos e muito – já avançamos e muito.

Aquilo que se imaginava no passado, no ano passado, que seria impossível ultrapassar, passar essas barreiras, sobretudo a condição de ter o pescador sendo direcionado para uma prefeitura na qual garantiria a certeza do seu benefício. E aí a gente traz essa... Além da preocupação de orçamento.

Eu fico muito feliz, porque, quando o Projeto 458 estava sendo discutido na Câmara dos Deputados, nós apresentamos uma emenda de Plenário em que o art. 5º, que falava da questão... E vale aqui citar, porque era muito relevante, porque suprimimos a Emenda nº 5, que falava na dotação orçamentária limitada – ou seja, não tem recurso, não se paga –, obedecendo, inclusive, ordem de chegada por benefício: a quem conseguisse chegar naquela condição de garantia e ter orçamento, se pagava; e, sobretudo, a dotação vigente só em 2025. Logo depois veio...

(Soa a campainha.)

O SR. RAIMUNDO COSTA (Bloco/PODEMOS - BA) – Que bom que nós conseguimos estabelecer com o Governo um valor mínimo de R\$7 bilhões e mais alguns R\$300 milhões, mais ou menos, em que se garante parte ou, acredito, quase tudo; mas isso, enfim, foi fruto dessa luta de Deputados, Senadores, que entenderam essa importância.

Eu sempre digo... Quando isso aconteceu, por mais que eu saiba das dificuldades, eu via sempre uma forma de a gente mostrar ao pescador do Brasil que, na maioria das vezes, ou sempre, ou poucas das vezes, ele é esquecido, sobretudo como cidadão, porque muitas das vezes é lembrado no processo político, com projetos e atendimentos que só garantem benefícios de imediato.

Como já foi dito aqui, nós avançamos muito, mas tem coisa ainda que se precisa avançar ou derrubar. Avançamos na condição de garantir, como eu já disse, para 2026, valores, quem sabe até o mesmo 2025, para que a gente estabeleça um valor mínimo, já que não tem... Se tem tanto recurso, como aqui tivemos o Ministro Haddad, e ele demonstrou a dificuldade de recurso, mas, garantindo o pagamento do seguro-defeso, é preciso que a gente, na Comissão,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ofereça o mínimo de valor, para que se estabeleça a garantia do pagamento desse seguro-defeso de 2026, que não está previsto neste momento.

Entre outras coisas, reconhecimento em duas fases... É brincadeira! Entrevista... Parabéns, Orlando, pela sua fala, e juridicamente você trouxe, dentro dessa portaria... Que também entendo que ela não tenha valor de legalidade do ponto de vista de garantir um direito que já é sacramentado. Só existe seguro-defeso porque existe defeso. Uma coisa está relacionada a outra, e, quem não é verdadeiro pescador, é a oportunidade de o segmento se organizar e dar as mãos ao Governo, como sempre fizemos. Acordo de cooperação técnica não é para estabelecer dificuldades ou regramentos para afastar quem quer e quem tem direito. Muito pelo contrário: é para garantir justamente àqueles que têm o direito.

A identidade tem que demonstrar o cumprimento e a seriedade que ali representa, seja onde ele esteja – seja em uma associação, um sindicato, uma colônia.

Eu acho que não deve ter uma entidade A que seja detentora do acordo de cooperação. Eu acho que, neste momento, todas têm que ter, porque dessa condição não só aparece o CNPJ daqueles que estão vinculados à entidade, mas sobretudo obriga-se a quem quer que seja... Eu acho que obrigar é uma palavra muito forte, mas, digamos assim, que garante a lisura.

E, se quiser o Estado cobrar, buscar informação, uma entrevista vai garantir isso. Está ali o endereço dele, a entidade à qual ele pertence, o bairro. Está muito fácil do ponto de vista de tentar buscar e eliminar essa fraude.

A questão do INSS... Eu sempre fui, Presidente, contrário à transferência do INSS para o MTE. Não por uma questão de órgão A ou de órgão B. Eu tinha certeza absoluta, porque o MTE não estava preparado, e o sistema que se usa no INSS...

E, vale aqui ressaltar: quem diria que estamos aqui elogiando – sobretudo o segmento da pesca – o sistema do INSS, que não foi fácil. Começou desta forma, com muita dificuldade, mas chegou no ponto em que estava tudo funcionando a quase 100%. E a mudança ia trazer – como está trazendo – transtorno para todos, sobretudo para o Governo, que está tentando ajudar, está tentando corrigir. Mas com certeza esta Casa – as Casas – vai encontrar, Presidente, uma forma melhor de a gente buscar o resultado de combater essa fraude.

Eu quero finalizar a nossa participação, porque, como eu disse, traz ao pescador um alento, uma reflexão: quem sou eu neste Brasil? Quem me representa? E o pescador do Brasil





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

está tendo oportunidade, nas audiências públicas que estão acontecendo aqui, de ter quem o representa, ou aquele que mais se aproxima da representação.

Eu – que sou neto, que sou filho; sou pescador, fui pescador; estou Deputado Federal – sei das dificuldades. Conheço, há mais de 40 anos, esse sistema. Sou de um período em que o pescador quase não se aposentava. E, quando se aposentava, era meio salário mínimo.

A garantia do seguro-defeso não foi um ato de governo, não: foi um ato de compromisso do setor, do segmento, que saiu das bases, seja lá de qualquer município, e veio aqui no Congresso mostrar que o pescador tem que merecer o respeito do direito de preservar, da obrigação... aliás, do dever de preservar, mas da garantia de ter seu direito enquanto não puder pescar. E aí a gente faz.

E eu espero que, a partir dessas discussões aqui e as novas etapas, a gente possa – essas duas Casas – discutir políticas públicas – discutir políticas públicas.

Porque o Presidente Lula está nos dando a oportunidade de ter um ministério, um porta-voz entre a sociedade e Governo, mesmo num momento tão difícil. E é um momento em que a gente chama a atenção de Deputados e Senadores, Deputadas e Senadoras, para que a gente possa, a partir de agora, entender que projetos, fomentar o Ministério da Pesca, o orçamento maior para o Ministério da Pesca... Para que a gente possa, em vez de tentar dificultar o acesso de benefícios, doar redes ou financiar equipamentos, fábricas, etc.

E o quadro que eu ia dizer, para finalizar, é que, já que está se trabalhando, Presidente Ivana, uma etapa em duas fases, que se faça uma doação de celulares, mas, se assim não pode, o custo é caro, nós temos o Projeto 3.653, de quando cheguei aqui, em 2019, que é o Funpescar, Fundo de Amparo à Pesca Artesanal e Aquicultura. É preciso tirar um percentual desse orçamento, das multas de empresas e indústrias que operam na nossa área, seja em rio, mangue, etc., ou que não opere, opere em outro e termine contaminando ou criando dificuldade, para que parte das multas e de licenças possa fomentar recurso e financiamento para garantir justamente, inclusive, quando o Governo não puder ajustar as suas contas, pede-se emprestado aqui e depois se repõe. Eu acho que essa união de forças e ideias, com certeza, vai nos permitir a passar este momento difícil, mas, com certeza, de vitória.

Portanto, quero aqui agradecer a oportunidade que esta Comissão nos dá de poder defender, nos mostrar, mas dizer assim: estamos com o pescador, parabéns a todos vocês que entendem e ajudam.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E para finalizar, mais uma vez, não poderia deixar de parabenizar a mesa desta Comissão. Nós tivemos a outra que a gente elogiou, ajudou, contribuiu, mas essa é mais natural, é a Presidência e a relatoria genuinamente de estados de pesca, de pessoas que conhecem e vivem o drama do pescador. A sensibilidade no ouvir e no entender, com certeza, é diferente. Não vamos ter um resultado final menor do que a gente espera.

Muito obrigado, obrigado a todos. Que Deus abençoe ir até um resultado positivo desse relatório. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Raimundo Costa.

Com a palavra, o Deputado Henderson Pinto.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA. Para interpelar.) – Presidente, só para aproveitar o momento para agradecer a realização desse plano de trabalho, que, até então, a Comissão organizou, de ouvir o Governo e agora as entidades. Parabenizo as contribuições valorosas de cada pessoa que fez a utilização da palavra nesta Comissão Mista, que está responsável por fazer essa correção e garantir esse direito dos pescadores artesanais de todo o Brasil.

Eu acho que devo fazer uma menção muito especial também a todos os Deputados e Senadores que já estão nessa luta há muito tempo. Eu chego neste primeiro mandato para também contribuir e acho que, quando a gente junta a força, o resultado é maior em defesa da coletividade. Muitas vezes eu vejo entidades ou bancadas, às vezes, se debruçando, se isolando, por conta de acharem que, ao estarem no mesmo espaço, estão disputando. Eu acho que aqui a gente soma força para conquistar cada um o seu espaço e quero reconhecer esse trabalho e parabenizar mais uma vez a condução de V. Exa. nesta Comissão, assim como a forma como estão sendo conduzidos pelo Relator, Senador Beto Faro, os trabalhos desta Comissão.

Quero enaltecer uma fala do Senador Beto, de verdade, e digo para vocês, com todas as letras, uma das frustrações minhas neste Parlamento é que os debates nas diversas Comissões, muitas vezes, são ideológicos e não de casos específicos e de causas justas em favor dos brasileiros. Esta Comissão tem dado ênfase a este debate construtivo de corrigir aquilo que precisa ser corrigido, melhorar o que precisa ser melhorado e garantir, principalmente, o direito aos nossos pescadores artesanais, pescadores artesanais de todo o Brasil.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

De minha parte, vou continuar envidando esforços para que a gente possa fazer as devidas correções e mostrar realmente para o Governo que, de forma equivocada, alguns critérios, querendo acertar, está prejudicando o pescador. E acho que isso tem a ver com a falta do conhecimento específico da causa – quem conhece a causa e quem vive nela e os Parlamentares que vivem, convivem com os pescadores e com as entidades que defendem o pescador em todo o Brasil.

Então, da minha parte, até aqui, na segunda audiência pública, estou muito satisfeito. Eu vejo todo mundo com o mesmo intuito – inclusive o Governo, quando vem aqui através do Ministério do Trabalho, do Ministério da Pesca, do INSS –, tentando acertar. Eu acho que esse é o caminho. O diálogo sempre vai ser o melhor caminho em qualquer regime, em qualquer assunto. Eu digo que a divergência é boa quando as pessoas estão também despidas do desejo do benefício próprio, mas estão vestidas e revestidas do anseio da maioria, que é o do nosso pescador artesanal, que só quer o direito de continuar pescando, de continuar preservando, mas de ser beneficiado com esse salário – que é o seguro-desemprego deles, o seguro-defeso, que realmente tem feito falta, está fazendo falta para muitos pescadores.

E quero aproveitar e convidar, também, esta Comissão e os membros dela para estarem presentes conosco lá no Estado do Pará no próximo dia 6, conforme consignado aqui pela Presidência da Casa. Eu acho que é a última audiência pública no Brasil, essa do dia 6, para culminar num relatório que, se não atender os 100%, que atenda a maioria, que são os nossos pescadores artesanais de todo o Brasil. Quando eu digo a maioria, não é porque tem pescador fraudador, mas porque tem gente que está infiltrada no meio, que está recebendo de forma indevida, e esses a gente tem que buscar. E os mecanismos... Eu espero muito que o Governo encontre os mecanismos para encontrar o fraudador, mas que não prejudique o nosso pescador artesanal de todo o Brasil.

Finalizo fazendo menção, mais uma vez, à minha proposta de lei para incluir o pescador artesanal no programa de fomento às atividades produtivas em que o nosso produtor rural, agricultor, já é inserido, muito bem falado pelo Senador Beto Faro.

(Soa a campanha.)

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA) – Que a gente possa estar levando como uma pauta nossa também e, também em relação a esse projeto de lei, que ele venha ao encontro daquilo que a gente espera; que não só faça a defesa do pescador do ponto de vista





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

do seguro-defeso, mas também faça a defesa de proteção, capacitação, de estar sempre próximo ao pescador durante toda a sua vida, e não somente na hora da agonia.

Eu, particularmente, estou muito satisfeito até aqui. Desejo sucesso e que no dia 10, com muita fé em Deus, a gente aprove o relatório que vai garantir 100% de pagamento, aos pescadores artesanais, desse direito e tirar os fraudadores do sistema, para que a gente possa coibir de vez aqueles que usufruem desse benefício – que é para os nossos pescadores – de forma indevida. Que eles possam ir para a cadeia e, se não forem para a cadeia, no mínimo ressarcam o Erário público para corrigir as distorções que estão prejudicando o nosso pescador artesanal de todo o Brasil.

Muito obrigado.

E parabéns, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Henderson.

Eu quero agradecer a todos os presidentes de entidades, a todos os representantes, aqui, dos nossos milhares de pescadores e pescadoras de todo o nosso Brasil, e dizer que foi extremamente importante a participação de vocês neste debate, porque vocês são as vozes. Vocês representam aqui o nosso pescador, a nossa pescadora de todo o nosso Brasil, e vocês têm a oportunidade de fazer não só a crítica construtiva ao texto dessa medida provisória, mas também de apresentar sugestão que possa – no dia 10, quando a gente for votar o relatório final aqui na Comissão – garantir o direito, de fato, dos nossos pescadores e pescadoras, e, como o Deputado Henderson falou, garantir também o pagamento de forma célere, rápida, porque o nosso pescador e a nossa pescadora não podem mais, não têm mais como esperar. Eles precisam receber, porque não se trata apenas do seguro-defeso, como já foi falado aqui por outros Parlamentares; é o seu seguro-desemprego.

Ele precisa receber porque ele ficou sem poder praticar a atividade-fim dele, que é a pesca. O objetivo central desse seguro-defeso é justamente isto: é garantir a subsistência do pescador e da família dele.

Então, nós precisamos garantir, ao final da votação desse relatório, que eles possam receber, e receber de forma célere, como falaram diversos Parlamentares aqui; que seja em parcela única; e que a gente possa também garantir, já no texto dessa medida provisória, o orçamento para que o Governo possa, de fato, efetivar esse pagamento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, meu muito obrigado a todos. Eu tenho certeza de que vocês deram uma contribuição valiosa para que a gente possa, de fato, fazer um texto, no dia 10, produtivo e que vá, de fato, beneficiar o nosso pescador e a nossa pescadora. *(Palmas.)*

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 49 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1323, DE 2025 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 17 E 24 DE MARÇO DE 2026, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2 E ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia dezessete de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Josenildo, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1323, de 2025 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Marcelo Castro, Efraim Filho, Carlos Viana, Giordano, Professora Dorinha Seabra, Omar Aziz, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Beto Faro, Weverton, Humberto Costa, Hamilton Mourão, Henderson Pinto, Sidney Leite, Albuquerque, Raimundo Costa, Cleber Verde, Padre João, Dilvanda Faro, Dr. Francisco e Dorinaldo Malafaia, e ainda dos Parlamentares Paulo Paim, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Wilder Moraes, Augusta Brito, Delegado Fabio Costa e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Angelo Coronel, Cid Gomes, Carlos Portinho, Dr. Hiran, Fausto Jr., Silvia Cristina, Sóstenes Cavalcante, Carla Dickson, Neto Carletto e Marcel van Hattem. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e seis. Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Josenildo, a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 1323, de 2025 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Em 17/3/26, é aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista. A Reunião é suspensa. Em 24/3/26, a reunião é reaberta. Lido o relatório do Senador Beto Faro, que é aprovado, com alterações feitas em plenário, e passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.323, de 2025, pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da matéria, pela sua adequação financeira e orçamentária e, no mérito, por sua aprovação, com a rejeição das Emendas de nºs 1, 2, 5, 6, 9, 12, 14, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 28, 31, 32, 33, 34, 38 e 41 e aprovação das Emendas de nºs 7, 8, 10, 11, 13, 15, 16, 19, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43 e 44 apresentadas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da presente ata, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e seis minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Josenildo

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1323, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/17>

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/24>

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.323, de 2025, destinada à deliberação do relatório.

Passo a palavra ao Relator Beto Faro para a leitura do relatório.

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente e demais membros da Comissão, Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas, primeiro quero agradecer por esse período todo em que nós estamos debatendo essa medida provisória, com muita maturidade e respeito, com uma participação imensa das estruturas que defendem a categoria dos pescadores, as federações. Há um povo todo mobilizado em função e na expectativa de esse relatório apontar para resolver essas questões. Nós mesmos, que fizemos... Está aqui o Deputado Henderson. Além daquelas sessões que nós fizemos aqui, do Governo... Nós fizemos uma sessão, no Pará, dentro da Assembleia Legislativa. Foi uma coisa assim muito representativa e num alto nível de debate com os pescadores. Então, há uma questão forte nesse sentido.

Na verdade, eu preparei o relatório, já está preparado desde o dia posterior ao nosso debate, lá em Belém. Mas há ainda pontos que a gente precisa tratar nesse relatório. E aqui, muito claramente, há divergências sobre o que nós estamos tratando no relatório, posições do Governo com relação a teto, a qual é a participação efetiva das entidades nesse processo. Então, tem uns três itens que são, na minha avaliação, importantes demais para o debate que nós já fizemos aqui e a diferença com o que eles estão pensando.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos... Eu inclusive vou sugerir que a gente possa fazer na quinta. Amanhã tem uma reunião das assessorias. Que a gente pudesse fazer uma reunião na quinta, quando tivéssemos até a participação de mais gente aqui – eu, você, o Henderson já se dispôs –, com o Governo, para a gente poder dialogar sobre esses pontos. Porque também não adianta a gente aprovar aqui na Comissão se a gente não já for costurando um acordo para que, de fato, seja aprovado na Câmara e no Senado e com o Governo, que vai estar executando.

Então, eu queria solicitar aqui aos pares – eu até pedi desculpa por conta disso – um tempo maior para que a gente pudesse, nesse diálogo, ver se chega a um maior número possível de consensos dos pontos da medida provisória. Então, seria uma semana a mais, nós temos até o dia 15 de abril para poder aprová-la. Nós avaliamos que é possível, ainda, ter uma semana, no máximo, de prazo para a gente poder fazer.

Quero pedir a V. Exa., aos demais pares, que a gente pudesse, quem sabe – tem um mecanismo, o senhor conhece mais do que eu aqui – encerrar ou suspender a sessão, deixando o quórum, e a gente tenta já fazer na semana que vem.

Também tem uma questão, parece-me que na semana que vem, quando estão se apertando esses prazos das filiações partidárias, e as Casas estão dialogando sobre se fazem presencial ou se fazem semipresencial, em função de que os Parlamentares precisam ficar nos estados. Mas, se a gente pudesse garantir o quórum e trabalhar isso nesta semana, para que a gente pudesse aprovar na semana que vem, então, eu pediria mais esse tempo para que a gente pudesse ter um relatório que trabalhasse o maior número possível de consensos que de fato respondessem à expectativa dos pescadores artesanais do país.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Senador Beto Faro.

Com a palavra o Deputado Henderson Pinto.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA. Pela ordem.) – Presidente, primeiro quero agradecer ao Relator Beto Faro, que tem dialogado diretamente com o Governo, principalmente com a classe, não só do Pará, mas de todo o Brasil, e enaltecer o trabalho que foi feito por diversos Parlamentares nos seus estados, acho que isso é importante, culminando até agora no relatório, porém com essas dúvidas.

Eu quero fazer das palavras do Senador Beto as minhas também, acho que é prudente, porém, só me gera uma dúvida: quinta-feira é a reunião, mas a gente deixa, caso for regimental, a gente deixaria aberto o quórum, porém, com sessão para a próxima terça, independentemente de ser virtual ou não. A gente poderia manter isso, porque, para nós, o mais importante agora é dirimir essas dúvidas que ainda tem. O nosso papel aqui é aquilo que eu venho dizendo, Presidente, para nós o que importa são dois itens: combate à fraude mais a garantia dos direitos dos pescadores de todo o Brasil, que nada têm a ver com a fraude. Então é disso que a gente precisa. Só que, realmente, até o momento, tem muitos pescadores prejudicados, e isso não pode deixar dúvida na cabeça do nosso pescador.





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, queria, da sugestão do Relator também, já apoiar, o apoio para isso, e me colocar à disposição para acompanhar essas reuniões com o Governo, até muitas vezes para passar esse sentimento da realidade que nós vivenciamos nos diversos rincões deste país, com o pescador e a pescadora artesanal em todo o país.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Henderson.

Levando então em consideração o pedido de uma semana a mais de prazo para apresentar o relatório, pelo Senador Beto Faro, vou declarar suspensa a presente reunião, mantendo o quórum, marcando a reabertura para o dia 24 de março, às 14h30.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA) – Queria, com a aquiescência de V. Exa., só fazer um registro das pessoas que vieram de fora para esta reunião de hoje. Claro que nós vamos aproveitar a estada delas para também dialogar, mas eu queria fazer o registro da presença do Deputado Estadual do meu estado, João Pingarilho, que está aqui nos acompanhando; do Presidente da Câmara de Santarém, Vereador Jandeilson Pereira, que é pescador e só não recebe seguro porque não pode mais, é nosso Vereador, então não tem como...

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA. *Fora do microfone.*) – O salário dele como Vereador é grande.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA) – Bem maior, né? É um batalhador também, entusiasta.

Orlando Lobato, que representa o Governo do Estado na área da pesca aqui, também Deputado, grande entusiasta, inclusive participou lá atrás do início do seguro-defeso do cacau, que é lá de Curralinho, da colônia de pescadores; do Efraim, que é lá de Breves; e da Adriana, que compõe a nossa comitiva aqui nesta tarde. E agradeço mais uma vez por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – O.k., feitos os registros, Deputado Henderson Pinto, declaro encerrada a presente reunião, suspensa, na verdade, mantendo o quórum e já marcando a reabertura dela para o dia 24 de março, às 14h30.

(Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é suspensa às 14 horas e 45 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro reaberta a 5ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.323, de 2025, destinada à deliberação do relatório.

Passo a palavra ao Relator, Senador Beto Faro, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Relator Revisor, demais membros da Comissão, Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas, enviamos para esta Comissão, no meio da manhã de hoje, o relatório da Medida Provisória 1.323, que trata do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguro-defeso, uma política pública essencial para o Brasil por sua dupla natureza: ambiental e social.

Desde logo vale sublinhar a iniciativa extremamente meritória do Presidente Lula de editar a medida provisória, visando impedir fraude no seguro-defeso, em defesa da moralidade pública e da defesa desses direitos pelos verdadeiros pescadores artesanais. De um lado, o seguro-defeso é um instrumento indispensável à preservação dos estoques pesqueiros e ao equilíbrio dos ecossistemas aquáticos; de outro, como contrapartida aos pescadores artesanais por esse serviço ambiental, é garantia de renda mínima e dignidade para centenas de milhares desse universo de trabalhadores e trabalhadoras que sobrevivem da atividade da pesca. Estamos falando de um contingente que ultrapassa 1,5 milhão de famílias, muitas delas em situação de alta vulnerabilidade social, com renda inferior ao salário mínimo, com baixo acesso a políticas públicas e, frequentemente, situadas em territórios isolados.

Os debates travados ao longo da tramitação desta medida provisória deixaram evidente um ponto de tensão central: a necessidade de combater fraudes sem inviabilizar o acesso ao seguro pelos seus legítimos beneficiários. O que encontramos foi um sistema que, ao tentar coibir irregularidades, acabou criando barreiras excessivas para quem realmente precisa e, ao mesmo tempo, abriu espaço para intermediários e práticas indevidas. Nosso relatório busca justamente estabelecer o equilíbrio, proteger o programa, garantir sua integrabilidade e, ao mesmo tempo, assegurar acesso efetivo ao pescador artesanal.

É importante registrar que esse relatório foi fruto de uma construção coletiva, mediante processo intenso de diálogo no âmbito desta Comissão, com a participação ativa dos Parlamentares, das entidades representativas dos pescadores e do Poder Executivo. Aproveito para expressar os meus agradecimentos a todos os segmentos que contribuíram nessa construção, incluindo a assessoria do meu mandato, a consultoria do Senado, várias assessorias e assessores da Câmara e do Senado. Também manifesto minha gratidão à tolerância e à cooperação nesse desafio por parte do Presidente da Comissão, do seu Relator Revisor, além da atuação paralela de apoio por parte do Senador Eduardo Braga. Acolhemos diversas contribuições apresentadas por meio de emendas parlamentares, muitas delas aperfeiçoadas ao longo do debate, sempre com foco na solução concreta dos problemas enfrentados pelos pescadores.

Quero destacar, ainda, o elevado nível de debate desta Comissão, marcado por um espírito colaborativo, orientado não por disputa, mas pela busca de soluções. Houve convergência em torno de um objetivo comum: corrigir distorções, combater fraudes e garantir a justiça para quem vive da pesca artesanal. Nesse processo, foi fundamental a cooperação dos ministérios envolvidos, em especial o Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Pesca, que se mostraram abertos ao diálogo e comprometidas em construir alternativas viáveis para atender a legítimas demandas dos pescadores brasileiros.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, destaco alguns avanços estruturantes incorporados ao projeto de lei de conversão.

Afirmamos, de forma clara, que o acesso ao seguro-defeso não está condicionado ao limite de renda, eliminando dúvidas que vinham gerando insegurança e exclusão indevida de beneficiários.

Promovemos a reintegração das entidades representativas dos pescadores ao processo, garantindo sua participação no apoio ao cadastramento, orientação e recepção de documentos, sem delegação do poder decisório, mas reconhecendo sua capacidade e sua importância para alcançar pescadores em áreas remotas. Esta medida responde diretamente a uma das principais demandas do setor: a necessidade de presença territorial e de apoio institucional para aqueles que não têm acesso à internet, enfrentam dificuldades de deslocamento ou possuem baixa familiaridade com os processos burocráticos. Estabelecemos que o pagamento do benefício deve ocorrer durante o período do defeso, preservando a lógica essencial do programa: garantir renda justamente quando o pescador está impedido de exercer sua atividade. Ajustamos os critérios de comprovação da atividade pesqueira, substituindo exigências excessivas e inviáveis, como relatórios frequentes para um modelo mais adequado.

Também avançamos na forma decisiva na dimensão orçamentária e fiscal do programa. Estabelecemos um teto de R\$7,9 bilhões para o exercício de 2026. Além disso, corrigimos uma distorção grave ao excluir do teto as despesas referentes aos exercícios anteriores, evitando que pagamentos atrasados comprometam o atendimento de novos beneficiários. Também estabelecemos que todo o passivo de 2025 seja pago ainda em 2026, em 60 dias, após atendidos requisitos do programa, sem estar considerado no teto.

Outro ponto fundamental é a criação de mecanismos de acesso adaptados à realidade dos pescadores. Determinamos que o poder público deverá disponibilizar meios alternativos, inclusive unidades móveis, para garantir o atendimento a populações em áreas isoladas ou com restrições de acesso tecnológico. Essa medida, aliada à possibilidade de cumprimento posterior da exigência de inscrição do CadÚnico, em até 180 dias, torna o programa mais inclusivo e compatível com a realidade social dos beneficiários.

Acrescentamos também, conforme debatido nas audiências públicas, a participação com direito à voz das entidades representativas dos pescadores artesanais nas reuniões do Codefat que forem deliberar assuntos relativos ao seguro-defeso.

O relatório também avança em uma dimensão histórica e estruturante no reconhecimento das comunidades tradicionais pesqueiras e de seus territórios. Ao reconhecer esses grupos e seus espaços de vida, o projeto contribui para a proteção não apenas da atividade econômica, mas também das tradições de cultura e do modo de vida dessas populações, em consonância com a Constituição Federal e com a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável.

Adicionalmente, damos um passo importante na inclusão produtiva, ao garantir que os pescadores artesanais tenham acesso às mesmas condições de crédito do Pronaf concedidas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos beneficiários da reforma agrária. Hoje, apesar de representarem mais de 1,5 milhão de famílias, os pescadores acessam apenas cerca de 0,3% dos recursos do programa. Essa distorção precisa ser corrigida.

Por fim, fortalecemos o mecanismo de combate à fraude no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP). Determinamos sua revisão com critérios mais robustos e admitimos a participação das entidades representativas na validação da condição profissional, sem custo e sem obrigatoriedade de filiação, garantindo maior confiabilidade ao sistema.

Há um outro tema que compreendemos essencial e que não é objetivo de lei, mas apresentamos aqui uma recomendação executiva.

Trata-se do funcionamento dos sistemas aos finais de semana. É preciso que eles estejam operacionais e que haja equipe disponível para atendimento aos pescadores via canais de atendimento dos aplicativos. O fato de os sistemas serem suspensos aos finais de semana ou não terem suporte configura-se em uma barreira a mais para os pescadores, pois é justamente nos finais de semana que muitos pescadores têm condições de acesso à internet e podem apresentar os requerimentos.

Também quero agradecer à Liderança do Governo no Congresso Nacional.. Aí tem o nome das pessoas: Ricardo Capillé e Poliane. Por fim, quero agradecer ao Gabriel, assessor do Deputado Sidney Leite: à Marcela, assessora do Presidente da Comissão; e à minha equipe, Gerson, Anita e Raul, pela produção desse relatório. Foi um trabalho feito a muitas mãos. Sem dúvida, há outras pessoas que contribuíram e que mereciam ser aqui nominadas.

Entendo, Sr. Presidente, que cumprimos nossa missão de apresentar um relatório que expressa a construção coletiva, buscando ao máximo atender a todas as demandas.

E, com esse espírito de equilíbrio, responsabilidade e justiça social, submeto este relatório à apreciação dos nobres pares.

O voto.

Diante do exposto, votamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.323, de 2025, pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da matéria, pela sua adequação financeira e orçamentária e, no mérito, por sua aprovação, com a rejeição das Emendas de nºs 1, 2, 5, 6, 9, 12, 14, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 28, 31, 32, 33, 34, 38 e 41 e aprovação das Emendas de nºs 7, 8, 10, 11, 13, 15, 16, 19, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43 e 44 apresentadas, na forma do projeto de lei de conversão a seguir.

Nós fizemos aqui duas porque, na última, nós tínhamos adequado o relatório na última questão... Estamos alterando no art. 7º "para os períodos de defeso iniciados"... *(Pausa.)*

Ah, tá.

Nesse artigo, é substituir a expressão "dois fatores" por "um fator". E o outro... *(Pausa.)*

Ah, tá.

Substituir no *caput* e no §1º essa questão de dois fatores por um fator.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas tinha uma outra alteração... *(Pausa.)*

No art. 10, fica autorizado excepcionalmente o pagamento dos benefícios relativo ao defeso anterior ao exercício de 2026.

Era isso, Sr. Presidente.

Peço aos demais pares que, para o avanço dessa questão, a gente possa aprovar esta medida ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Em discussão o relatório.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Para discutir.) – Bem, Presidente, primeiro, quero cumprimentar V. Exa., Deputado Josenildo, quero cumprimentar o Relator desta matéria, o Senador Beto Faro, e quero aqui reconhecer o esforço que tanto V. Exa. quanto o Relator tiveram junto ao Governo Federal e junto aos representantes da categoria dos pescadores do Brasil inteiro, no sentido de podermos corrigir distorções que estavam dificultando o acesso ao direito do pescador ao pagamento do defeso, sem que isso signifique que nós estamos facilitando de alguma forma o afrouxamento com relação ao controle das fraudes.

Ninguém aqui está apoiando fraude; ao contrário, o que nós estamos aqui é apoiando o verdadeiro direito daqueles que vivem da pesca artesanal e que não devem ser tratados como bandidos, devem ser tratados como trabalhadores, porque trabalham e trabalham muito para poder sustentar a sua família com dignidade. E, lamentavelmente, as barreiras estabelecidas pela regra anterior ao relatório do eminente Senador Beto Faro praticamente impossibilitavam o acesso ao direito de quem tinha direito de verdade.

Eu me refiro a várias questões. Havia questões desde a dupla verificação com o aplicativo gov.br, com reconhecimento facial, que simplesmente não funcionava. Agora imagine, Beto, lá em Cametá, no interior do Pará, onde a internet é difícil, ou lá em Atalaia do Norte, no Amazonas, onde a internet só com muita reza, só com muita reza funciona, porque, enquanto aqui nós estamos falando de 5G, lá nós estamos falando de meio G – e quando existe. Portanto, a única forma é quando tem acesso à internet da colônia dos pescadores, ou da associação dos pescadores, ou da federação dos pescadores, porque o pescador mora em comunidades, em sua grande maioria, e comunidades que não têm sequer uma antena de telefonia celular, quanto mais de internet.

Portanto, se nós não viabilizarmos um atendimento aos finais de semana para que os pescadores tenham acesso a esses locais que têm acesso à internet, seja por Starlink, seja por que maneira for, nós estamos impedindo o direito do pescador. Afinal de contas, na nossa região, o pescador sai às 5h da manhã para pescar, ou às vezes até mais cedo, e volta no final da tarde, e ele faz isso de segunda a sexta.

O dia que ele tem é exatamente o do final de semana, quando ele vai até a cidade para comercializar o fruto do seu trabalho, muitas vezes o pescado, muitas vezes a farinha, e aproveita essa viagem para poder fazer o cadastramento, para poder fazer o requerimento, e





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

para poder fazer a entrevista, seja presencial, seja de forma digital, porque, lamentavelmente, não há sequer estrutura para que essa entrevista seja somente presencial, e isso também o impedia.

Portanto, essas são correções extremamente importantes e salutares.

Outras questões foram também solucionadas no relatório, como, por exemplo, nós acabamos com a possibilidade de não haver pagamento daquilo que é efetivamente devido. Ou seja, comprovado o cadastramento, comprovada a legalidade, não importa se o crédito é de 2021, de 2022, de 2023, de 2024, de 2025 ou de 2026, ele será pago pela União, porque a União e o Governo Federal não pretendem e não farão calote de nenhum direito assegurado ao pescador. O que ele quer, e aí é seu direito, é garantir que não há fraude, garantir que há efetivamente o débito; mas, havendo o débito, agora tem até prazo para pagamento, ou seja, em até 60 dias. Em até 60 dias, comprovada a legalidade, o Governo Federal executará o pagamento. E isso foi fruto do entendimento com o próprio Governo aqui na nossa Comissão.

Portanto, eu quero cumprimentar mais uma vez o Presidente, o Relator e os representantes aqui do Governo, porque entenderam que efetivamente deveria haver um pagamento.

Com relação à dupla verificação, que o próprio Presidente Lula ordenou que acabasse com essa dupla verificação pela ineficiência do aplicativo... É praticamente impossível você ter reconhecimento facial por aquele aplicativo gov.br. Quem consegue deveria ganhar um prêmio da Mega-Sena acumulada do final do ano, porque é praticamente impossível.

Agora, você imagine: o pescador, coitado, vai lá para a colônia, lá para a associação, lá para a federação, chegava lá, tinha lá seus poucos minutos, porque tinha uma fila gigantesca... Só no meu estado são 120 mil pescadores; no Estado do Pará são mais de 400 mil; no Estado do Maranhão são mais de 600 mil; no Estado de Santa Catarina são quase 200 mil. Nós estamos falando de 1,5 milhão de pescadores neste país, artesanais. Imagina isso tudo... No nosso caso, no Amazonas, apenas mil receberam defeso do ano de 2026, aliás, de 2025 – apenas mil –, ou seja, 119 mil, e eu estou falando só do meu estado, haviam deixado de receber. E, se nós não tivéssemos conseguido as mudanças que conseguimos neste relatório, Senador Beto Faro, nós causaríamos um grande prejuízo à categoria.

É preciso reconhecer um outro ponto, que eu pensei que V. Exa. ia tratar no relatório, mas foram tantos os pontos que foram corrigidos que V. Exa. deixou de reconhecer algo que V. Exa. fez, extremamente importante: é que, para a Amazônia, cujo defeso terminou no dia 15 de março, estava estabelecido um prazo para a conclusão do Reap, de requerimento do defeso, de 4 de abril. Enquanto nós estávamos com... Só no meu estado – vou falar do meu Amazonas –, no meu Amazonas, eram quase 40 mil pescadores que não tinham conseguido concluir.

Agora, graças ao trabalho desta Comissão, o prazo foi para dezembro de 2026. Portanto, prazo mais do que suficiente para que todos possam, de maneira razoável, de maneira absolutamente tranquila, resolver o seu cadastramento e a sua entrevista, seja presencial, seja





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

de forma digital, porque agora não é mais "deverá ser presencial", poderá ser presencial ou digital.

Portanto, essa foi uma solução. E, para que não fique dúvida, comprovada, o Governo tem até 60 dias para pagar após a comprovação. Portanto, nós não estamos dizendo que o prazo é até dezembro e que o Governo vai pagar só no ano que vem. Não, comprovada a existência do pescador e o direito do pescador, ele receberá em até 60 dias, após o seu devido cadastramento e o seu devido reconhecimento. Portanto, nós precisamos reconhecer os avanços. Praticamente todas as questões que havia... Praticamente, não, eu diria que todas as questões foram abordadas, inclusive os passivos, como eu já disse, dos anos de 2021 até 2026.

E quero aqui destacar outro ganho excepcional, que é exatamente a garantia do crédito via Pronaf, com os mesmos direitos da agricultura familiar, do assentado da reforma agrária para os pescadores.

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Com 0,5% de juro ao ano, com 40% de rebate nos juros e no capital.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Com 0,5% de juro ao ano, com rebate de 40% dos juros e do capital. Isso significa dizer que quem pegou R\$50 mil, se pagar em dia, terá um rebate e vai pagar R\$30 mil. Esse é um ganho efetivo para a categoria, um ganho que foi fruto do debate no Congresso Nacional, porque nem sequer era uma reivindicação da categoria. Esse é um ganho efetivo que o Congresso Nacional, na negociação com o Governo, traz para a categoria.

Por isso, eu faço questão de realçar, de destacar, de cumprimentar o Presidente Deputado Josenildo, cumprimentar o Senador Beto Faro, cumprimentar o Governo Federal, que teve a sensibilidade não só de corrigir as falhas existentes, mas também de estabelecer avanços, porque esse é um avanço, sem dúvida nenhuma, que o Governo do Presidente Lula estabelece para a categoria dos pescadores artesanais.

Portanto, eu quero aqui manifestar, em meu nome e em nome da Bancada do MDB, a minha satisfação com o relatório construído a diversas mãos e dizer da importância para nada mais, nada menos do que 1,5 milhão de chefes de família que dependem desta política pública para sustentar as suas famílias e para sobreviver no período de defeso, que é um período em que o pescador pesca exclusivamente para a sua subsistência.

E vejam, senhoras e senhores, o Reap, como estava sendo feito, tinha até uma pegadinha, porque ele perguntava para o cidadão: "Você é pescador?". "Sim, sou pescador." "Você pesca os 12 meses do ano?" "Sim, pesco." Aí ele estava fora, porque estava no período de defeso. E esqueceram que há uma portaria do Ibama, desde 2007, que autoriza e permite ao pescador pescar até 10kg para consumo próprio, para sobrevivência, para subsistência do pescador, e estavam tornando esses pescadores inaptos ao recebimento do defeso – entre outras pegadinhas que lá constavam.





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Corrigimos, fomos para um Reap simplificado, ou seja, houve muita discussão, houve muito debate e houve, no meu entendimento, avanços extraordinários e importantíssimos.

Eu creio que com a aprovação do relatório, meu querido colega Senador Beto Faro, que V. Exa. apresenta e constrói com o Governo... E, pelo que sei e ouvi dos representantes do Governo, com o compromisso de não veto, não é isso? E, se tiver veto, nós exercemos o direito democrático de derrubar o veto. Pelo menos a nossa Bancada do MDB do Senado terá compromisso com a categoria dos trabalhadores artesanais da pesca. E tenho certeza de que, de igual modo, as demais bancadas, porque o que nós queremos é só uma coisa: que o direito do pescador seja assegurado para que ele possa ter sobrevivência e subsistência, com o suor do rosto, com o seu trabalho, para sustentar a sua família.

Portanto, parabéns ao Relator, parabéns ao Presidente da Comissão, parabéns àqueles que negociaram em nome do Governo Federal e que tiveram sensibilidade para encontrar soluções para o problema.

Eu quero aqui agradecer ao Secretário Nacional de Pesca, o Dr. Edipo; quero agradecer ao Ministro de Pesca, o André; e quero também agradecer à Ministra Miriam Belchior, bem como ao Presidente Lula, pela sensibilidade que teve de orientar o Governo na construção de uma solução que fosse definitiva para a questão do pescador – não só na Amazônia, mas no Brasil – de caráter artesanal.

Cumprimento V. Exa. e recomendo o voto "sim" pelo MDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Eu queria fazer uma proposta para que a gente encaminhasse, primeiramente, logo a votação do relatório e, depois que a gente aprovasse o relatório, a gente retomaria as falas, a discussão. Se estiverem de acordo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Então, havendo acordo, a gente vai já encaminhar a votação.

Não havendo mais queira discutir, encerro a discussão, lembrando que, logo após a votação, a gente vai abrir a palavra para aqueles Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que queiram fazer sua fala.

A matéria está em votação.

Os Parlamentares que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à Medida Provisória nº 1.323, de 2025, nos termos do PLV que apresenta.

Passo a palavra agora ao Deputado Albuquerque para fazer uso da sua palavra.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALBUQUERQUE (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente, Deputado Josenildo; Relator, Senador Beto Faro, a minha fala aqui é de agradecimento em nome dos pescadores do Brasil, em especial do meu Estado de Roraima.

Vivemos, nos últimos 30 dias, reuniões e mais reuniões para tratar sobre essa Medida Provisória 1.323, uma medida que teve, neste momento, aprovado o seu relatório. Aprovado esse relatório construído por essa direção, eu digo que o avanço é muito grande para o pescador, Deputado Raimundo.

Com a graça de Deus, esse relatório vem fazendo um reparo àquele profissional que foi jogado num bojo, num bojo em que se tratou o mau elemento que se infiltrou na pesca artesanal, e fez com que isso hoje pudesse resgatar o direito desse pescador artesanal no Brasil.

Por isso, quero parabenizar o Senador Beto Faro pelo relatório e o Governo Federal por entender que esse profissional, esse trabalhador da agricultura familiar está tendo o direito reconhecido de poder prover a necessidade de suas famílias. Quero só dizer que o Deputado Albuquerque está junto com os pescadores do Brasil, está junto com os pescadores do Estado de Roraima, para juntos construir um mundo melhor, uma condição de trabalhar melhor. Fato é que esse Deputado tem um investimento na pesca artesanal no Estado de Roraima, Senador Beto Faro, na ordem de R\$9 milhões, fazendo com que a pesca artesanal seja resgatada e restaurada, dando condição de vida melhor ao pescador no meu estado.

Muito obrigado. Votamos "sim" nesse relatório e vamos com certeza levar ao Plenário, aprovar, e logo entrará essa medida em vigor para poder atender os nossos pescadores em todo o Brasil.

Muito obrigado, Senador. Muito obrigado, Deputado Presidente Josenildo.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Albuquerque.

Com a palavra agora o Deputado Sidney Leite. *(Pausa.)*

Ele está pelo aplicativo. É o Deputado Sidney Leite, que é o Relator Revisor. *(Pausa.)*

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Deputado Sidney, antes que V. Exa. se manifeste, registre presença, por favor, tá?

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Está bem.

Sr. Presidente, Deputado Josenildo; nosso Relator, Senador Beto Faro; colega Deputado Albuquerque; Deputado Raimundo da Pesca; quero primeiro agradecer ao Sr. Presidente pelas conduções do trabalho, que foi essencialmente conduzido de forma muito transparente, com diálogo, o que permitiu o bom debate para que nós chegássemos a esse relatório.

Segundo, quero agradecer ao Senador Beto Faro por acolher emendas e propostas nossas. Todos nós temos a preocupação da transparência e de que quem realmente seja atendido por esse programa, que tem um cunho ambiental e social, sejam efetivamente pescadores e pescadoras artesanais do Brasil, e não quem fraudar. Por isso eu quero parabenizar o Senador Beto Faro e agradecer-lhe por não só cancelar esse registro do fraudador, mas suspender por





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

cinco anos. Por também incluir no relatório a obrigatoriedade do Ministério do Trabalho, que passa a assumir a coordenação e a gestão do pagamento do seguro-defeso, para que ele possa ofertar cursos de qualificação para o pescador, para a pescadora, para o cônjuge e para os seus filhos, o que sem dúvida nenhuma é um avanço e uma conquista muito grande.

Também destaco a inclusão do crédito. Beto Faro foi muito feliz nessa questão. Por quê? Porque hoje você pega o agricultor familiar e ele tem acesso ao crédito via Pronaf, mas o pescador tem inúmeras dificuldades.

E eu quero, Senador Beto Faro, agradecer em meu nome e em nome de todos os pescadores e pescadoras da Amazônia, porque, sem dúvida nenhuma, é uma conquista. Que as políticas *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Vamos ver se o Deputado Sidney Leite consegue voltar, mas passo a palavra ao Deputado Henderson Pinto, que também está pelo aplicativo Zoom.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Presidente, vocês estão me...?

Vamos lá...

Boa tarde, Presidente Josenildo.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente...

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA. *Por videoconferência.*) – Como é que fica aí? Eu ou o Sidney continua? Deixe o Sidney, que estava com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Deixe o Deputado Sidney concluir. O Deputado Sidney vai concluir, e logo em seguida o senhor entra, Excelência.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA. *Por videoconferência.*) – Perfeito.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. *Por videoconferência.*) – Então, quanto a essa questão da qualificação, Sr. Presidente, quero agradecer ao Senador Beto Faro. Ela é fundamental para que o pescador, a pescadora, o cônjuge, o filho possam ter oportunidade de qualificação, agora abrigados no Ministério do Trabalho, que passará a ter a coordenação centralizada desse programa tão importante para a pesca artesanal do nosso país.

A questão do crédito é fundamental como um instrumento de inclusão e de melhoria da atividade da pesca. Nós sabemos que a pesca artesanal tem um papel significativo por colocar o peixe na mesa de milhões de brasileiros e brasileiras, mas contribui de também forma sobremaneira para a pesca industrial.

A outra questão que é importante de se destacar aqui é o aumento do orçamento e a garantia do pagamento de seguro-defeso anterior a 2026. Isso é muito importante para que não pare dúvida sobre principalmente 2025 e, com isso, a gente garanta a efetividade do pagamento do pescador e da pescadora que tenha direito. Eu entendo que esse relatório representa o que há de melhor no anseio dos pescadores e pescadoras.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a outra a que também quero agradecer aqui é que o Ministério do Trabalho passa a ter como aliados as cooperativas, as colônias, os sindicatos, as confederações, as federações de pescador, nesse esforço de trabalharmos com transparência e para combatermos a fraude. Eu entendo que isso é um ganho significativo, que é um pleito de todos nós desde o início dessa discussão, ainda na Medida Provisória 1.303.

Quero agradecer a sensibilidade do Governo, dos representantes do Governo, para o diálogo, para que a gente conseguisse aqui implementar essas ações tão necessárias. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Estamos lhe ouvindo.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. *Por videoconferência.*) – Ah, desculpe-me.

E eu quero aqui, Sr. Presidente, concluir, parabenizando-o e parabenizando todos os nossos *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Agora não ouvimos...

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA. *Fora do microfone.*) – E isso é Deputado num escritório bonito. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Ele nem está ouvindo.

Quero agradecer a participação do Deputado Sidney Leite, que é o Relator Revisor, e passar a palavra ao Deputado Henderson Pinto.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, uma boa tarde a V. Exa. Boa tarde ao nosso Relator Beto Faro; ao nosso Relator Revisor que está lá no Estado do Amazonas, nosso amigo Sidney, e a todos os Deputados e Senadores que estão presentes na Comissão.

Penso que foi um processo construtivo muito árduo, de muito diálogo, de muita conversa, muita costura e produtividade. As sugestões que nós demos até então foram praticamente todas acatadas pelo Relator Beto Faro, a quem eu quero aproveitar para agradecer.

Eu gostaria apenas de fazer uma imersão e uma fala em relação à preocupação com a questão das entrevistas, que, da forma como o relatório foi apresentado, elas não teriam efeito suspensivo, exatamente para que a gente não corra o risco de botar, por conta de uma entrevista, que algum pescador nosso fique sem receber, porque de forma equivocada respondeu à entrevista.

A questão também do CadÚnico e a questão do...

Vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Sim, Deputado, estamos ouvindo, sim. Pode continuar.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA. *Por videoconferência.*) – Tive a impressão de que eu estava mudo aqui.

Então, para agradecer ao nosso Relator Beto Faro, por isso é uma luta agora, obviamente, após essa aprovação vai para o Plenário do Congresso e a gente tem que estar muito atento em relação a isso. Desde o início, todos sabem que a nossa luta é para que a gente garanta esse





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito aos nossos pescadores, os pescadores que, de fato, fazem a atividade da pesca artesanal em todo o país.

Penso eu que a partir dessa aprovação, também nós temos que estabelecer regras mais específicas em relação ao combate à fraude, para que a gente não possa mais correr o risco de combater a fraude burocratizando ou prejudicando o nosso pescador artesanal.

Quero parabenizar V. Exa., Presidente Josenildo, pela condução também dos trabalhos. As dúvidas que nós tínhamos, praticamente todas foram tiradas. É claro que no processo de construção nem tudo se ganha, mas quando a gente percebe que claramente houve um empenho conjunto das entidades que congregam a pesca no país, dos Deputados, dos Senadores, de todos nós, para mim é fundamental. Acho que essa união e a forma do diálogo que foi realizada nesta Comissão nós só temos a comemorar.

Eu quero desejar que cada pescador, cada pescadora de todo o Brasil se sintam contemplados com esse relatório que foi aprovado nesta Comissão Mista. O nosso trabalho vai continuar, de mobilização, para que a gente possa garantir a aprovação em Plenário daquilo que realmente vai ao encontro dos anseios do nosso pescador artesanal. Vamos continuar avançando.

E quero parabenizar o Senador Beto Faro também pela inclusão da possibilidade do crédito e também do fomento aos nossos pescadores, assim como se faz com o agricultor familiar de todo o Brasil. Eu, de fato, só tenho a agradecer por essa oportunidade de estar nessa luta junto com todos vocês, com Deputados de todo o Brasil e Senadores que empunharam esta bandeira em defesa da pesca artesanal. Desde o início, nosso único motivo, todo mundo sabe, era garantir que o nosso pescador não ficasse sem receber esse seu seguro.

Uma observação só que eu quero fazer para finalizar. Em relação à questão da garantia do pagamento, nessa questão do orçamento, a gente não pode correr nenhum risco de um benefício como esse, que é o próprio salário do pescador – todo mundo é unânime, posso falar isso –, que é um seguro-desemprego do nosso pescador, para não se ter o risco e não ficar sem receber. Nós temos já um passivo aí no ano de 2025 e obviamente haverá em parte de 2026, até por conta dos prazos ainda que se tem para essa questão.

Então eu queria agradecer a participação de todos e agora vamos esperar aí o Plenário, Presidente.

Parabéns, estamos juntos, vamos continuar defendendo o nosso pescador artesanal, a nossa pescadora artesanal em todo o Brasil. A luta ainda não acabou. A luta continua e ainda tem muita coisa pela frente até a aprovação em Plenário.

Um grande abraço.

Que Deus abençoe e parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Henderson Pinto.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para fazer referência à questão do questionário que o senhor mencionou, o Governo já fez uma adaptação no questionário, já fez uma alteração para facilitar essa questão da entrevista. E, quantas vezes forem necessárias, o Governo está disposto a fazer essas alterações.

Com a palavra agora o Deputado Raimundo Costa.

O SR. RAIMUNDO COSTA (Bloco/PODEMOS - BA. Para discutir.) – Quero saudar o nosso eminente e digníssimo Presidente desta Comissão, Deputado Josenildo; saudar também o nosso querido Relator; saudar os nobres Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas; e, de forma muito especial, quero aqui saudar o público que mais está apreensivo neste país, que são os pescadores brasileiros, sobretudo as suas entidades, porque aqui, desde junho de 2025, transita e continua transitando... E, diante da mobilização e da força das entidades de pesca, consegue-se um avanço, sobretudo com a compreensão da Mesa Diretora, que tem sido bastante... Eu disse na sessão anterior que essa foi a melhor Mesa que a pesca poderia ter. Não que as demais não tivessem tido, como construíram...

Aqui a gente quer fazer um parêntese e voltar a 2025, com a 1.303, que era tão absurda e que estabelecia que, logo após o pescador ter encaminhado o seu seguro-defeso à sua identidade, ele teria que se dirigir a uma prefeitura para homologar aquilo que prefeituras no Brasil, na maioria absoluta, desconhecem o que poderiam homologar, prejudicando mais ainda a garantia do direito, até porque, na medida provisória, todos nós entendemos e defendemos a questão da eliminar aquele que macula a imagem de uma família tão nobre, tão digna como a dos pescadores, que tanto contribuem com este país.

Se a gente for avaliar a vida de um pescador em nível de políticas públicas, uma canoa, um barco, um pescador... Não sei qual recurso público que ali tem, senão, nobre e digníssimo Deputado Albuquerque, recurso nenhum que possa produzir para fazer alimentação e pescar.

E, na iminência de promover a eliminação dos fraudadores, os pré-requisitos para que o pescador pudesse acessar seu direito, era impossível isso acontecer. Mesmo assim... E que bom que a medida provisória passada caducou. Vieram depois algumas modificações de outro projeto, em que foi aprovada, inclusive, a transferência do INSS para o Ministério do Trabalho, concluindo com a 1.323, que, efetivamente, diante das discussões, da sensibilidade do Relator e do Relator adjunto... Quero também mandar um abraço ao Deputado Sidney Leite, que, com muito brio, com muita defesa, com muita compreensão e conhecimento, contribuiu muito com esse relatório.

Portanto, pescadores e pescadoras, entidades de pesca deste país, todos sabem que eu tenho a minha origem na pesca artesanal. O meu voto estava para ser contrário – contrário na passada e contrário nesta –, mas, diante dos avanços que nós já tivemos, sobretudo na primeira, quando o orçamento estava previsto... Não tinha previsão. Foi previsto para R\$7,3 bilhões. Agora, em 2026, são R\$7,9 bilhões, portanto garantindo a previsibilidade de pagamento de tudo, sobretudo com a garantia de que, após concluir seu processo de benefício, são 60 dias para pagar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, são ações... Inclusive, faço aqui este registro, Albuquerque: foi uma luta neste país, quando a sua normativa estabelecia que o pescador, além de passar por todo esse processo de Reap, de documentação, de que se possível fosse à prefeitura, ainda tinha que apresentar uma carteira de identidade nacional, carteira essa que é obrigatória para todo brasileiro, qualquer brasileiro, a partir de 2034.

Que bom que, mais uma vez, o Governo, com responsabilidade, o Presidente Lula entendeu essa necessidade de não criar a burocracia para quem necessita do seguro-defeso.

Essas ações, essas mudanças, portanto, inclusive com o registro biométrico, que agora não precisa mais de duas etapas, pode fazer direto, e a entrevista, que não está mais naquele sentido de obrigatória presencialmente... Vai ter que fazer as ações de acordo, e nas condições – sábado e domingo – para atender à demanda dos lugares neste país em que é difícil o acesso às instituições e à equipe técnica que poderá atender.

Como já foi dito aqui, todos conhecem a vida do pescador: ele sai de manhã, às 4h da manhã, volta às vezes à tarde, às 17h; tem outros que levam dias em mar, dias lá fora pescando, não têm nem final de semana para poder ver a família, muito menos para tentar ver uma documentação.

É um país difícil, um país que não é igual para todos, mas as ações, as mudanças que ocorreram diante dessas discussões aqui e das reuniões me fazem ter a certeza de que o voto favorável, Presidente Josenildo, é necessário, porque o Presidente Lula, sensibilizado com essa questão, o Ministério... Quero também mandar aqui um abraço ao Ministro da Pesca, André de Paula, por todo o apoio e sensibilidade nas discussões.

Hoje, os ajustes foram feitos. A possibilidade, a gente entende, de fazer com que o pescador consiga, através do seu trabalho, além de garantir o seu seguro, ter cursos de qualificação e outro ponto importante, que é o recurso de financiamento de ações da atividade, com uma condição como tem a agricultura familiar, que tem a condição de ter um rebate de 40%. Isso vai ajudar muito.

Portanto, a gente aqui, na condição – permitam-me – de pescador e Deputado, diante das dificuldades, avançou muito. Eu não poderia oficialmente registrar o meu voto "sim", porque houve os avanços e as conquistas, e nós estamos aqui, diante e vigilantes...

Há uma coisa que é preciso... Presidente Josenildo, Senador Beto Faro, tem que se parar para estudar uma fórmula de bloqueio do RGP. Não se pode fazer RGP em LAN *house*, não se pode fazer RGP apenas com o CPF do pescador, orientado por aqueles que têm interesse em outras ações.

É preciso a gente fazer um esforço para evitar, no futuro, outras medidas que venham novamente, na intenção de combater a fraude, dificultar o acesso ao seguro-defeso a tantos homens e mulheres que a gente e este país têm que reverenciar e dar toda a condição de apoio e de trabalho.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, quero aqui agradecer a todos que contribuíram nesse avanço. Meu amigo Albuquerque, que é um grande parceiro de discussões aqui, de luta...

Sim, e vamos para a frente, para a gente tentar aprová-lo urgentemente e para o seguro-defeso ser pago urgentemente.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Deputado Raimundo Costa.

Antes de passar, mais uma vez, a palavra para o Relator, eu também queria parabenizar V. Exa., Senador Beto Faro, pelo belíssimo relatório; parabenizar todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras que fizeram parte desta Comissão.

Nós promovemos um debate amplo nesta Comissão. Aqui, no Senado, foram feitas duas audiências públicas; nos estados, foram feitas mais de cinco audiências públicas. Foi dada voz às entidades que representam os pescadores e pescadoras; foi dada voz aos pescadores e pescadoras.

Quero parabenizar a sensibilidade de toda a equipe do Governo do Presidente Lula, liderada por ele, que teve a sensibilidade de construir, junto com esta Presidência, junto com o Relator Beto Faro, um relatório que, de fato, atendeu os anseios daqueles que realmente merecem ter o seu direito garantido, que é o pescador e a pescadora, mais de 1,5 milhão de pescadores e pescadoras do nosso Brasil. É um relatório que desburocratizou o acesso. A medida provisória, de certa forma, burocratizava um pouco esse acesso. Nós conseguimos, junto com todos os membros desta Comissão, junto com o Governo, junto com a equipe de Governo, permitir que essa burocratização fosse facilitada. E teve grandes avanços, que eu queria destacar alguns.

Em um dos avanços, na questão do pagamento do passivo de 2021 até 2025, o Governo garantiu esse pagamento, garantiu o recurso financeiro para efetuar esse pagamento. Quanto à questão do recurso para pagar o seguro-defeso de 2026, também o recurso está garantido na ordem de 7,9 bilhões. Quanto à questão do pagamento imediato para aquele pescador e pescadora que já fez o seu registro; que já fez o seu cadastro; que está, de fato, regularizado; que, de fato, está cumprindo as normas, terá o pagamento imediato dentro do prazo de 60 dias. Na questão do crédito – eu não ia falar do crédito –, permitiu o acesso ao crédito ao pescador, nos mesmos termos da reforma agrária. Esse foi um avanço importante, porque vai permitir que o pescador e a pescadora possam financiar a sua atividade, tendo um desconto de 40%. A questão que eu queria falar agora há pouco é a questão que desburocratiza também, que facilita a vida do pescador e pescadora: o registro dos dois fatores que a gente mudou para um fator. Então, foram vários avanços. Eu destaquei alguns, mas foram inúmeros avanços que nós tivemos. O Senador Beto Faro atendeu praticamente todas as emendas apresentadas aqui pelos Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras. Eu acredito que a gente sai daqui com um relatório construído a várias mãos. Mas, de fato, quem está de parabéns realmente hoje com a aprovação desse relatório por nós, Deputado Raimundo Costa, Deputado Albuquerque, Senador Beto Faro, é o nosso pescador, é a nossa pescadora de todo o Brasil, porque eu tenho a certeza





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que tiveram um relatório que vai transformar as suas vidas, melhorar as suas vidas e permitir que tenham acesso aos seus direitos, de terem os seus direitos garantidos com menos burocracia.

Então, os meus parabéns a todos nós desta Comissão, ao Senador Beto Faro, mais uma vez, e à equipe, a toda a equipe de Governo, a todos os ministérios envolvidos e ao nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Eu passo a palavra, agora, ao Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente e demais membros da Comissão, quero só agradecer, de fato, o trabalho que nós fizemos.

Olha, eu tenho acompanhado várias medidas provisórias, algumas nem têm Comissão, já estão indo direto para o Plenário. Nessa aqui nós tivemos todos os debates sem essa coisa da oposição, situação, debateu quem estava. Fico feliz porque quem veio para a Comissão de fato veio para participar. Eu vejo aqui o Deputado Albuquerque, o Raimundo, a Dilvanda Faro, que inclusive hoje está em uma audiência, o Sidney, o Presidente, enfim, o nosso Deputado lá de Santarém que se posicionou agora, o Henderson, enfim. E de estados outros que nem eram da Comissão, mas que, por terem base, participaram dos debates, das agendas e trouxeram mensagens para a gente. Todo mundo debateu com muita clareza, nunca havia acusação: "Ah, você está bloqueando o defeso, o seguro-defeso". Não, todo mundo veio no sentido de contribuir para quem trouxesse melhorias para o projeto e aprová-lo por unanimidade.

Nesta Casa, agora, tem sido uma dificuldade a gente conseguir aprovar um relatório por unanimidade. Então, eu queria agradecer muito aqui a compreensão de todos e às nossas assessorias. Eu não me referi ao Amarildo, no texto, que é o assessor da Deputada Dilvanda, que, junto com a minha assessoria, também ajudou bastante na construção desse relatório, a assessoria do Deputado Josenildo, de todos. Se tinha uma dificuldade, a assessoria logo sentava e ia acertando aquilo que a gente fazia.

A relação que nós fizemos com o Governo – que veio duro no primeiro momento – nós fomos conversando, dialogando. Ontem, nós ficamos até umas 03h conversando, dialogando, hoje conseguimos fechar um acordo e tivemos que voltar para alguns pontos. E até aqui, na hora, a gente ainda estava dialogando, mas é um trabalho de muitas mãos. Acho que a gente desburocratiza sem abrir precedência para fraudes, mas desburocratiza o acesso desses pescadores, dando oportunidade para o pescador artesanal melhorar a sua atividade, porque o crédito vai permitir melhorar a sua atividade, pescar até mais, ter uma renda melhor, ter o sustento da sua família de forma melhorada.

Há garantias de que vamos estar pagando no período certo, porque pagar seguro-defeso fora do defeso não existe, perdia a finalidade. Nós estamos garantindo esse pagamento, garantindo o pagamento dos anos anteriores, sem mexer no teto deste ano, o que era uma preocupação, porque se mexessem no teto deste ano já ia ficar rombo de novo, já ia ficar pagamento. Então, houve uma série de pontos em que nós fomos fazendo a engenharia para





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder garantir. Nem tudo se resolve, até porque nem tudo... Eu disse para o Presidente Josenildo: eu acho que a gente que esteve aqui no dia a dia fica, inclusive, com uma boa interlocução, porque vão aparecer questões depois disso aqui com relação aos pescadores. E a gente tem hoje uma relação com o Ministério do Trabalho, com o Ministério da Pesca, com o Governo como um todo para levar, inclusive, essas reivindicações: o que precisa melhorar, coisa que não era de lei, mas que precisa daqui a pouco ser feita numa portaria, uma modificação... Na questão da pesquisa, nós já alteramos, mas de repente surge algo como "aqui é melhor fazer mais essa alteração". Então, a Comissão se credencia inclusive para isso. Eu acho que esse é um fator também muito importante que nós estamos realizando.

Eu acho que nós fizemos um belo trabalho. E eu agradeço a indicação dos colegas do meu partido, do Presidente Davi e do meu partido, para estar aqui fazendo este relatório. Foi uma oportunidade. Eu sou da agricultura familiar. Já trabalhei, quando nós estabelecemos o Pronaf em nível nacional, a partir dos Gritos do Campo na Amazônia, do Grito da Terra Brasil, lá no Governo do Fernando Henrique ainda, quando estabelecemos a primeira coisa do Pronaf; eu fui um dos que ajudei na elaboração da proposta. E, hoje, para uma outra categoria – no meu estado, a segunda categoria, porque a maior é a agricultura familiar, a segunda é de pescadores –, poder levar para o meu estado essas boas ações aqui, essa ação que engrandece mais de 400 mil pescadores que são cadastrados hoje lá no nosso estado, é prazeroso, e isso faz com que a gente sinta que vale a pena estar na política, vale a pena estar aqui no mandato de Senador, porque nós estamos dando uma resposta concreta para uma categoria que é muito importante para a economia e para a nossa sociedade brasileira.

Então, eu queria agradecer a todos, agradecer a compreensão de todos; e agradecer ao Presidente, que é um bom Presidente na Comissão: nunca se alterou com a gente aqui, todo o tempo conduziu de forma serena, com transparência, abriu espaço para todo mundo. Teve até uma reunião de que eu não participei, acho que foi a primeira ou a segunda... Foi a segunda, em que eu estava lá no Pará, depois não abriu para eu poder me inscrever de forma virtual, e era por telefone: eu acertava com ele, depois estava tudo encaminhado, e nós já aprovamos. Então, quero agradecer-lhe muito porque isso ajudou nessa construção.

Então, parabéns a todos nós; aos assessores – que ajudaram muito na construção disso – dos nossos gabinetes, da Liderança do nosso partido, da Liderança aqui do Governo; e aos assessores do nosso Governo Federal. O Presidente Lula tem sensibilidade. Nós já tínhamos feito uma alteração no ano passado, porque foi interrompido de o pescador artesanal receber o Bolsa Família no período do seguro-defeso; você tinha que optar por uma ou outra. E foi neste mandato que nós refizemos essa regra e estabelecemos que pode receber os dois benefícios, até porque têm objetivos diferentes, então tinha que receber os dois benefícios. É um Presidente, um Governo que ajudou na construção do seguro-defeso, tem sensibilidade para o tema, recuperou o Ministério da Pesca – o Ministério da Pesca tinha sido extinto. Volta o Ministério da





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pesca, voltam as políticas, e acredito que nós demos um passo, e o Congresso está dando um passo importante para colaborar com isso.

Então, parabéns a todos que montaram, e eu fico muito agradecido pela compreensão e pela paciência comigo aqui na relatoria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. Bloco/PDT - AP) – Obrigado, Senador Beto Faro. *(Palmas.)*

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas desta reunião.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 38 minutos e suspensa às 14 horas e 45 minutos do dia 17/03/2026, a reunião é reaberta às 14 horas e 46 minutos e encerrada às 15 horas e 46 minutos do dia 24/03/2026.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1326, DE 2025 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia três de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Leila Barros e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1326, de 2025, com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Carlos Viana, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Jorge Seif, Damares Alves, Hamilton Mourão, Rafael Prudente, Laura Carneiro, Julio Cesar Ribeiro, Fred Linhares, Alberto Fraga, Erika Kokay, Bohn Gass, Carlos Zarattini, Josenildo e Pedro Campos, e ainda dos Senadores Weverton, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Marcos do Val, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Augusta Brito e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Efraim Filho, Omar Aziz, Angelo Coronel, Cid Gomes, Carlos Portinho, Dr. Hiran, Cristiane Lopes, Doutor Luizinho, Rodrigo Gambale, Bia Kicis, Renildo Calheiros e Neto Carletto. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição.** **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Realizada a 1ª Reunião da Comissão Mista. A Comissão é instalada, são eleitos a Senadora Leila Barros para Presidente e o Deputado Alberto Fraga para Vice-Presidente e designados Relator o Deputado Rafael Prudente e Relator-Revisor o Senador Randolfe Rodrigues. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dez minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1326, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2026/03/03>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco/PT - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.326, de 2025.

De acordo com a Resolução nº 01, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a relatoria sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco/PT - AP) – Comunico que há acordo de Liderança para eleição da mesa, tendo sido indicada para Presidente a Senadora Leila Barros. *(Palmas.)* E, para Vice-Presidente, o Deputado Alberto Fraga *(Palmas.)* A Presidente fará a designação da relatoria. Segundo o acordo das Lideranças, a relatoria será do Deputado Rafael Prudente, também daqui, do Distrito Federal. *(Palmas.)*

Pergunto ao Plenário se há acordo com a Presidência e Vice-Presidência indicada. *(Pausa.)*

Tendo acordo, então declaro eleita a Senadora Leila Barros para Presidente e o Deputado Alberto Fraga para Vice-Presidente; e, obviamente, a Senadora Leila Barros, aqui, instalando a Comissão, já chamará o Deputado Rafael Prudente.

Por favor, tomem assentos. *(Palmas.) (Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Boa tarde a todas e a todos.

Agradeço aos membros desta Comissão, por, fruto de acordo do Congresso, sob a Liderança do Senador Randolfe, me designar à Presidência desta Comissão e agradeço também aos membros, pelo apoio.

Eu vou designar, agora, como Relator o Senador Rafael Prudente e pedir...

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) – Deputado!

Ele adorou.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Não! Deputado...

A palavra tem poder!

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) – As palavras têm poder.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – É!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E designo como Relator Revisor o Senador Randolfe Rodrigues. (*Palmas.*)

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) – Pela ordem, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Pois não, Deputada Laura.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ. Pela ordem.) – Eu queria parabenizar e agradecer primeiro ao Presidente Lula pela medida provisória, que resolve não apenas o caso de Brasília e dos territórios, mas resolve, especialmente, para inúmeras famílias, portanto, aposentados e pensionistas do antigo Distrito Federal.

Lá atrás, eu tive a honra de conseguir que essas famílias, tanto dos ex-territórios como do ex-Distrito Federal, portanto, do Rio de Janeiro, que todos pudessem se equiparar ao soldo dos policiais e bombeiros de Brasília, mas hoje essa medida provisória resgata um atraso histórico no salário dessas pessoas.

Então eu queria parabenizar V. Exa., que será a Presidente, parabenizar meu amigo Deputado Alberto Fraga, que faz um trabalho excepcional na área de segurança pública e sabe a importância disso para essas famílias e para os policiais, e agradecer, desde já, ao Deputado Rafael Prudente, que já se declarou favorável à matéria, já se declarou favorável ao antigo Distrito Federal, aos territórios, é claro, além de Brasília. Então parabenizo todos vocês.

E que a gente seja muito rápido, porque essas famílias já começaram a receber, porque é uma medida provisória, mas elas têm sempre a angústia de que a gente aqui possa mudar alguma coisa. Tenham certeza de que ninguém vai mudar nada; muito ao contrário, a gente aqui só faz o bem, só se for para melhorar a vida das pessoas, mas a medida provisória já cumpriu o seu papel.

Então parabéns a vocês!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Obrigada, Deputada Laura.

Vou passar a palavra agora para o Deputado Alberto Fraga, o Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF. Pela ordem.) – Boa tarde a todos, boa tarde, Presidente, Senadora Leila. Quero cumprimentar os colegas.

Quero dizer que eu me sinto muito à vontade em uma Comissão como esta, ainda mais com a presença do Senador Randolfe, que sempre foi um grande aliado para o Distrito Federal. A gente sempre recorre a ele. Quando a gente percebe que a situação está difícil, o Senador Randolfe sempre tem nos causado muita alegria em atender a alguns preitos nossos. Fique certo de que os ex-territórios têm muito orgulho também da defesa. Se não tivesse V. Exa. defendendo os ex-territórios, hoje eles ganhariam uma miséria de salário. E a gente sabe que V. Exa. sempre, no Plenário, juntamente com Alcolumbre, está sempre aí em defesa dos ex-territórios.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais justo, nada mais justo. Nós não queremos nada mais do que seja de direito.

E aqui eu tenho certeza de que a gente pode contar com o trabalho da Erika também, que é muito importante. A Leila já está se tornando uma policial militar e bombeira militar (*Risos.*) (*Palmas.*), de tanto defender a classe. Zarattini é um amigo de velhas datas, velhos tempos.

E a você, Rafael, eu desejo sorte. Eu sei que é uma matéria em que o Governo, às vezes, vai poder colocar algumas travas, alguns obstáculos, e nós vamos precisar convencê-lo de que o que nós queremos não é nada demais. Nós queremos o que é justo, o que é justo.

Nós buscamos uma igualdade entre as forças policiais e as forças de segurança. Queremos continuar com essa mesma igualdade que foi trazida lá atrás pelo Governo Agnello, que colocou as Polícias Civil, Militar e Bombeiros no mesmo patamar. Então isso é muito importante para que a gente continue assim. Isso facilita o convívio entre as forças policiais.

Então eu desejo muita sorte a você, meu amigo. E pode ter certeza de que, naquilo que a gente puder contribuir para ajudar, eu tenho certeza, pode ter certeza e pode contar comigo.

Então eu desejo sorte à Senadora Leila e a todos nós da Comissão.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Obrigada, Deputado Fraga.

Eu vou passar a palavra agora para a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem.) – Eu fico muito feliz de estarmos instalando esta Comissão para discutir a medida provisória, porque a própria medida provisória é fruto de uma discussão e de uma luta muito intensa da categoria – das categorias, tanto o Corpo de Bombeiros quanto a Polícia Militar e a Polícia Civil do Distrito Federal e ex-territórios.

Então, nós estamos aqui porque tivemos neste Governo Lula aumento de 50%. Somados todos os aumentos, tanto o de 2023 quanto o de agora, nós temos por volta de 50% de reajuste e nós tivemos no Governo anterior outro tratamento – um reajuste por volta de 8%. Se você considerar o aumento da alíquota previdenciária da Polícia Civil, em verdade, você não teve nenhum tipo de reajuste.

Esta medida provisória, portanto, é ponto de chegada de uma série de discussões que tiveram a participação dos Parlamentares aqui da bancada do Distrito Federal e também dos ex-Territórios de forma muito ativa.

Mas, como diz a canção, todo ponto de chegada também é um ponto de partida. Portanto, nós temos inúmeras emendas que foram postas aqui para esta discussão. Nós temos várias questões que precisam ser retomadas, discutidas, e a gente confia muito na relatoria do Deputado Rafael Prudente, de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que será feito um esforço muito grande para que nós possamos avançar para além do que está posto na medida provisória.

É óbvio que nós sabemos e reconhecemos que há limites e que esses limites não podem ser ignorados, mas temos a convicção de que quando há disposição negocial você consegue sempre avançar. Nós temos uma luta histórica pela isonomia e nós queremos que essa luta se consolide.

E temos várias outras discussões que estão postas. É preciso também entender que nós temos uma discussão, que é uma discussão aqui no Distrito Federal sobre a Polícia Penal, porque ela passa a fazer parte das forças de segurança e, fazendo parte das forças de segurança, tem que estar no fundo constitucional. E ela não tem um foro específico de negociação; é preciso também que se crie esse fórum específico de negociação para além das reivindicações que hoje estavam no Ministério da Justiça. Esta proposição já foi encaminhada para o MGI e precisa ser avaliada por esta Comissão.

Então, eu queria parabenizar a Senadora Leila, que, seguramente, estará atuando na Presidência desta Comissão com o compromisso que tem com o mandato, com o compromisso que tem com as forças de segurança aqui do Distrito Federal em particular, mas também as dos ex-territórios.

Parabenizo o Deputado Fraga, como Vice-Presidente. Parabenizo o Relator, o Deputado Rafael Prudente, e o Relator Revisor, o Senador Randolfe.

Já disse para o Deputado Rafael Prudente que nós queremos sentar e discutir. Tem várias emendas a essa medida provisória, e nós precisamos fazer um esforço na perspectiva de que tenhamos avanço para o que já está posto, entendendo, eu repito, os limites que estão dados. Mas nada em que não se tenha um processo negocial transparente e um processo negocial com muita vontade de construirmos consenso e em que não seja possível avançar.

Então, quero parabenizar as representações que aqui estão da categoria e dizer que esta Comissão vai cumprir a sua função, entendendo que nós temos um prazo em março, que pode ser prorrogado, mas temos um prazo até o dia 10 de maio. E queremos, antes disso, o mais rapidamente possível, sem prejuízo da discussão de possíveis avanços e incorporações ao que está posto hoje, nós queremos celeridade, porque as forças de segurança do Distrito Federal são forças de segurança do Brasil, porque aqui é a capital da República. E não podemos esquecer jamais que Brasília é a capital da República e que os ex-Territórios estavam sob a égide da União até algum tempo atrás.

Por isso, sigamos e vamos, cada vez mais, fortalecer as forças de segurança: o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Penal aqui no Distrito Federal. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Obrigada, Deputada Erika.

Vou passar a palavra agora para o nosso Líder no Congresso Nacional, o Relator Revisor, o Senador Randolfe Rodrigues.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente Leila, quero saudá-la e saudar também o meu querido Vice-Presidente também, Alberto Fraga, e Relator também desta Comissão, o Deputado Rafael Prudente.

Ao instalar a Comissão, alguém me advertiu: “Mas ficará só o Distrito Federal”. O Distrito Federal sempre cuidou dos ex-territórios, não será diferente aqui.

E, primeiramente, faço um reconhecimento da designação dessa Mesa Diretora pela luta da bancada do Distrito Federal para nós chegarmos até essa medida provisória. Alberto tem essa trajetória. Aliás, a eleição do Alberto e o exercício do mandato dele têm sido nesse sentido; o exercício das ações, o mandato de Rafael e de Erika também. A Senadora Leila participou de todas as mesas de negociação para chegarmos até aqui. E eu queria aqui também fazer uma saudação especial, não somente ao Governo do Presidente Lula, mas, em especial, à Ministra Esther Dweck.

A Ministra Esther Dweck, que mediou todos os... André, repasse esse cumprimento à Ministra Esther. A Ministra Esther teve a paciência devida para todos os diálogos necessários até novembro do ano passado, ou melhor, até 1º de dezembro do ano passado. A data, Leila, inclusive, é inusitada. Eu falei para o Presidente da República no dia da assinatura, porque 1º de dezembro foi a data da assinatura do laudo suíço.

O Amapá é o segundo estado da Federação, junto com o Acre, que é Brasil porque lutou para ser Brasil. A assinatura do laudo suíço é que confirmou as terras acima do Rio Araguari como terras brasileiras. Então, a data escolhida para a assinatura não poderia ser mais identificada com a história, em particular, do Amapá.

Mas também há uma circunstância singular que justifica essa medida provisória, que é o estatuto jurídico do que era o Distrito Federal antigo, da Guanabara, a antiga capital da República, o Rio de Janeiro; o Distrito Federal atual, que é Brasília; e os ex-territórios. À luz do ordenamento constitucional – isso vigorou em 1946, 1967 e 1969 e repercutiu na Constituição de 1988 –, essas instituições – o Distrito Federal e o território federal – têm o *status* de autarquias da República. No passado, os Governadores dos territórios eram nomeados pelo Presidente da República, assim como o Governador do Distrito Federal.

Tinha uma circunstância especial que já foi dita aqui pela Deputada Erika: aqui é a capital da República. Como também é a sede da República, as forças militares daqui são forças militares do Distrito Federal e da República Federativa do Brasil; esse *status* era igual, era parecido para os ex-territórios. A particularidade da criação de territórios federais – e o foi pela primeira vez em 1943, por ato do então Presidente Getúlio Vargas – era consolidar a ocupação das fronteiras. Por isso, naquele período, foi criado o Território Federal do Amapá, o Território Federal do Rio Branco, hoje Roraima, e o Território Federal do Guaporé, hoje Estado de Rondônia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A realização dessa medida provisória, de termos chegado até aqui, é uma reparação que há muito se esperava, né, Leila, Fraga e Rafael? Há muito se esperava esta reparação e este reconhecimento para os policiais militares do Distrito Federal. A equiparação dos policiais militares e bombeiros militares dos ex-territórios era também algo que de igual tempo se esperava, e eu fico muito honrado e orgulhoso de ser Líder do Governo que possibilitou a realização e a concretização disso.

O nosso Relator Rafael vai ter um pouquinho de trabalho; quando chegar ao Senado já vai estar resolvido tudinho. São poucas emendas, são só umas 140, no mínimo, mas o Rafael, com a astúcia necessária, com a inteligência que ele tem, com a compreensão do momento que tem, saberá fazer as mediações necessárias, eu tenho certeza, no texto, primeiro para que ele seja adstrito às demandas do Distrito Federal e dos ex-territórios. É óbvio que em um momento como esse todo mundo quer esta oportunidade, mas vamos combinar? Medida provisória tem um primeiro princípio, que é pertinência temática. Essa medida provisória, na sua ementa, já diz: Distrito Federal e ex-territórios – na ementa, tá? Tudo que for relativo ao debate de Distrito Federal e ex-territórios é legítimo e vamos procurar incorporar aqui ao texto e debater aqui no texto; para o que for estranho, por óbvio, nós teremos outras medidas provisórias, e a Ministra Esther tem toda disposição para conversar com quaisquer outras categorias para fazer as mediações necessárias.

Este dia de hoje é, sobretudo, minha Presidente Leila, para celebrar, porque a instalação dessa medida provisória é a realização de um desejo, de um sonho antigo e sobretudo uma reparação histórica para os policiais militares e bombeiros militares do Distrito Federal, do Amapá, de Roraima e de Rondônia. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – É bom demais ouvir um professor de História, né? Um Doutor em História...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. *Fora do microfone.*) – Aluno de vocês, aluno da tríade aí.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Não... Sensacional.

Líder Randolfe, a política é feita de gestos, e nós da bancada reconhecemos o seu esforço e agradecemos esse reconhecimento do trabalho da nossa bancada, de colocar cada um em seus postos aqui. Pode ter certeza de que os ex-territórios também, através do nosso Relator...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. *Fora do microfone.*) – Vão ter cuidado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF. *Fora do microfone.*) – Estamos juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Exatamente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Através do nosso Relator, isso será muito debatido, conversado – é claro, sempre ouvindo a sua liderança, o seu comando.

Eu também, na função de Presidente, quero agradecer muito ao Presidente Lula; à Ministra Esther, representada aqui pelo André Bucar – mande o nosso abraço também ao Feijóo e a toda a equipe do MGI –; quero agradecer a todos que estiveram nos fóruns de negociação, ao Jabá...

(Manifestação da plateia.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – ... enfim, aos representantes da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Civil também do DF e dos ex-territórios.

Gente, essa MP é fruto de um trabalho coletivo. Eu me junto a todos os colegas, às falas dos colegas aqui, porque foi um trabalho longo! Não foi uma MP que saiu do final do ano para cá; isso tem história, como o Randolfe falou. Era uma demanda histórica, mas nós estamos nesse debate há mais de dois anos, pelo menos, desde que o Governo entrou, desde que nós estamos encabeçando esse trabalho. Assim, quero agradecer mesmo a essas lideranças.

Quer falar alguma coisa, Rafael? Está tenso, né? Já está até pensando: "Cento e quarenta emendas aí, vamos lá!". *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Por favor, Relator.

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF. Como Relator.) – Bom, primeiro, Senadora Leila, eu quero fazer alguns agradecimentos aqui bem rapidamente.

Primeiro, quero agradecer à senhora pela designação, mas não poderia deixar de citar aqui o meu Líder, Deputado Isnaldo, e ao Presidente Hugo Motta, que ajudou nessa costura e fez essa indicação.

Eu não posso deixar de citar aqui alguns atores importantes de todo esse processo para a gente chegar aqui até essa medida provisória. Quero agradecer todo o empenho e esforço do Governador Ibaneis, junto com toda a equipe da Secretaria de Economia, o Secretário Sandro; os Deputados Distritais, o nosso Presidente Wellington Luiz foi fundamental nesse processo, junto com o Deputado Hermeto, junto com o Deputado Roosevelt, representando também o corpo de bombeiros.

Não poderia deixar aqui de agradecer, de uma forma muito especial, ao Presidente Lula, que se sensibilizou, mesmo diante de todas as pressões de outras carreiras, com a situação das forças de segurança aqui do Distrito Federal e teve a coragem de editar a medida provisória, podendo fazer a concessão aí de reajuste ou de reequilíbrio econômico e salarial para essas famílias de policiais e bombeiros.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E podem ter a certeza de que a gente vai trabalhar duro, Leila. Eu não gostaria de extrapolar o prazo, eu tenho na minha cabeça... Não conversei com a senhora ainda, mas eu gostaria de tentar apresentar esse relatório num período máximo de uns 15 dias, para a gente – quem sabe? – conseguir levar à votação, Fraga, com a sua ajuda, ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Hugo Motta, para que a gente vote ainda – quem sabe? – agora no mês de março, para que o Senado tenha tranquilidade para trabalhar no mês de abril, e o Presidente Lula possa sancionar antes do prazo limite, que é o início do mês de maio.

Então, eu já comecei a trabalhar em cima desse parecer. A nossa equipe está muito atenta e disposta para a gente fazer um trabalho sério e célere, de forma rápida, para que a gente possa entregar um relatório que atenda os anseios, tenho certeza de que não de todos, mas da grande maioria – a gente vai fazer um esforço muito grande.

E o que o Senador Randolfe falou aqui é extremamente importante, porque eu já analisei quase todas as emendas e nem todas elas têm temática comprovada com aquilo que está na ementa da medida provisória. Então, nós vamos atentar muito a esse fato de que nós temos que trabalhar única e exclusivamente nas matérias que são pertinentes ao Distrito Federal e aos ex-territórios, tá?

Então, contem com este Relator, estou à disposição de todos, e quero pedir aqui uma ajuda – aqui representando o MGI – ao André Bucar, que sempre foi um grande companheiro, um bom ouvinte e sempre tratou com muito respeito as demandas que a gente leva até o MGI, mas quero pedir a agenda aberta do ministério, para que a gente possa não só construir aquilo das demandas que chegam até nós das corporações, mas também as demandas que chegam dos próprios Parlamentares e para que a gente leve um processo leve e redondo ao Plenário. Pelo menos, esse é o nosso objetivo, Senadora.

Obrigado pela confiança também e quero agradecer também a toda a nossa bancada do Distrito Federal. Esse não vai ser o relatório do Deputado Rafael, vai ser um relatório da bancada do DF, em conjunto com a bancada dos ex-territórios. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF. Fala da Presidência.) – É isso.

Mais uma vez também, reforçando os agradecimentos ao Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Congresso, também por ter reforçado esse apoio à minha indicação junto com o Senador Randolfe.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Bom, vamos ao encerramento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada a todos por estarem aqui conosco no início dos nossos trabalhos, e, nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada.

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 10 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1326, DE 2025 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1326, de 2025 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Marcelo Castro, Efraim Filho, Carlos Viana, Professora Dorinha Seabra, Omar Aziz, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Randolfe Rodrigues, Damares Alves, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Rafael Prudente, Laura Carneiro, Rodrigo Gambale, Alberto Fraga, Bia Kicis, Erika Kokay, Bohn Gass, Josenildo, Rodrigo Rollemberg e Pedro Campos, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Weverton e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Cid Gomes, Carlos Portinho, Dr. Hiran, Doutor Luizinho, Julio Cesar Ribeiro, Renildo Calheiros e Neto Carletto. Havendo número regimental, a reunião é aberta. É lido o relatório do Deputado Rafael Prudente. A reunião é suspensa às quinze horas e trinta e um minutos e reaberta às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 1326, de 2025 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Rafael Prudente. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório do Deputado Rafael Prudente, com alterações feitas em plenário, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.326, de 2026, pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da matéria, pela sua adequação financeira e orçamentária e, no mérito, por sua aprovação, com o acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6, 9, 25, 28, 58, 65, 69, 70, 73, 83, 84, 85, 88, 100 e 106 e pela rejeição das demais Emendas apresentadas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1326, de 2025





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2026/03/25>

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, destinada à deliberação do relatório.

Sras. e Srs. Parlamentares – Sr. Relator, Deputado Rafael Prudente; Sr. Senador Randolfe Rodrigues, Relator Revisor; demais membros desta Comissão; nosso Vice-Presidente também da Comissão, Deputado Alberto Fraga; demais membros desta Comissão –, representantes das Forças de Segurança Pública, servidoras e servidores aqui presentes, eu declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 1.326, de 2025, conforme pauta previamente divulgada.

Eu não poderia iniciar sem registrar que essa medida provisória não nasce de forma isolada. Ela é fruto de um processo construído com diálogo, responsabilidade e muita luta ao longo dos últimos anos. Desde 2023, temos trabalhado intensamente para corrigir distorções históricas e promover a valorização das forças de segurança do Distrito Federal e dos ex-territórios. E hoje estamos diante de um momento importante: a votação do relatório nesta Comissão para a consolidação em lei de conquistas que foram arduamente negociadas e que representam respeito a profissionais que arriscam diariamente suas vidas pela segurança pública da nossa população.

A MP 1.326 trata, de forma objetiva, de recomposição remuneratória das forças de segurança do Distrito Federal, incluindo polícia civil, polícia militar e corpo de bombeiros, e dos ex-territórios, além de promover ajustes administrativos relevantes. Estamos falando de uma recomposição significativa, implementada em duas etapas, que busca garantir maior equilíbrio e competitividade às carreiras, compatibilizando-as com outras forças de segurança do país.

Trata-se de uma medida necessária para preservar a atratividade dessas carreiras e fortalecer instituições que são estratégicas para o funcionamento da capital da República. Brasília não é uma cidade qualquer. Aqui estão sediados os Poderes da República, representações diplomáticas e





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituições centrais do Estado brasileiro. Isso exige um nível elevado de preparo, estrutura e valorização dos profissionais que garantem a ordem pública.

Além disso, é importante destacar que essa medida respeita os parâmetros de responsabilidade fiscal. O parecer demonstra que os impactos financeiros estão adequadamente compensados, inclusive com a extinção de cargos vagos, assegurando equilíbrio orçamentário.

Mas esta MP vai além da recomposição salarial. Quero aqui registrar avanços importantes construídos ao longo da tramitação, especialmente com o acolhimento de emendas que apresentamos eu e os demais Parlamentares, que foram consideradas pelo nosso nobre Relator.

Destaco entre elas a questão do posto imediato dos militares do Distrito Federal, a possibilidade da revisão administrativa de processos anteriores à Constituição de 1988, garantido o devido direito à defesa a profissionais que foram desligados e o reconhecimento do caráter indenizatório do serviço voluntário.

Também avançamos, ainda que parcialmente, na construção de um caminho para corrigir uma injustiça histórica na Polícia Civil do Distrito Federal, com a perspectiva de equiparação com os ex-territórios. E faço aqui um registro muito especial. A inclusão da polícia penal do Distrito Federal no fundo constitucional do DF, acompanhada da criação de um fórum permanente de diálogo no âmbito do Ministério da Justiça. Trata-se de uma conquista histórica para quase 3 mil profissionais que há anos aguardam esse reconhecimento. Nada disso seria possível sem o diálogo institucional.

E eu quero agradecer ao nosso Relator, Deputado Rafael Prudente, pela condução técnica e sensível do relatório; ao Senador Randolfe Rodrigues; à Deputada Erika Kokay; ao nosso Vice-Presidente da Comissão, Deputado Alberto Fraga, e aos demais membros desta Comissão; ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre; ao Presidente da Câmara, Hugo Motta; e ao Governo Federal, em especial, à Ministra Esther Dweck e à sua equipe, é claro, pelos esforços na construção da solução.

Como Presidente desta Comissão, também quero destacar o compromisso, não só meu, mas de todos os membros, que assumimos em dar celeridade à tramitação desta medida. Temos um prazo claro e desafiador, especialmente em razão do calendário eleitoral, e precisamos garantir que essa matéria seja apreciada e votada dentro do tempo necessário. Então, que possamos honrar o esforço daqueles que estão na linha de frente, garantindo que essa medida seja aprovada e se transforme o quanto antes em lei. E contamos muito com o Governo Federal nesse trabalho.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, eu deixo uma mensagem aos homens e mulheres das forças de segurança do DF e também dos ex-territórios. Este mandato, como o dos demais que estão nesta Comissão, seguirá lado a lado com vocês, reconhecendo, defendendo e valorizando o trabalho essencial que realizam todos os dias em nossos estados, nos nossos territórios e, é claro, pelo nosso país.

Agora, neste momento, eu vou passar a palavra ao Relator, o Deputado Rafael Prudente, para que ele proceda à leitura do seu relatório.

Boa tarde, Deputado.

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF. Como Relator.) – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar e fazer um agradecimento muito especial à Senadora Leila, ao Senador Randolfe Rodrigues, também à Deputada Erika, que acompanhou de perto todo esse processo, conversando com a gente todos os dias – assim como a senhora –, ao Deputado Fraga também; enfim, a todos que se encontram aqui e às entidades de classe que participaram de todo este debate durante todo esse tempo.

E quero agradecer a confiança para que a gente pudesse fazer esse relatório. É claro que a gente nem sempre consegue, Senadora Leila, atender todos os pleitos, atender todas as demandas, mas a gente se esforçou ao máximo para atender o maior número de pleitos possíveis – para atender o corpo de bombeiros, a polícia penal, a polícia militar e a nossa polícia civil.

Eu peço autorização para ir direto ao voto.

Do atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

A medida provisória em análise atende aos requisitos de relevância e urgência, previstos no art. 62, *caput*, da Constituição Federal.

A exposição de motivos da medida provisória enfatiza a relevância e urgência de se corrigir distorções remuneratórias acumuladas ao longo do tempo e preservar a atratividade e a competitividade das carreiras policiais e de segurança pública da capital da República.

Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No que se refere à constitucionalidade formal, constatamos que a matéria em apreço é passível de regulamentação por medida provisória, pois não incide em nenhuma das restrições contidas no art. 62, §§1º e 10, e no art. 246 da Constituição Federal. E, sob o ponto de vista





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

material, não há impedimentos para aprovar a medida provisória, porque ela não viola qualquer dispositivo da Carta Magna ou princípio do direito.

Quanto à juridicidade da matéria, entendemos que a Medida Provisória nº 1.326, de 2025, e as emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista são jurídicas, pois se harmonizam com o ordenamento jurídico pátrio em vigor, não violam qualquer princípio geral do direito, além de possuírem os atributos próprios a uma norma jurídica.

Em relação à técnica legislativa, também não verificamos vícios na medida provisória e nas emendas a ela apresentadas. Os respectivos textos estão de acordo com os preceitos da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Da compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

A Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, estabelece, em seu art. 5º, §1º, que o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual.

A norma ainda determina, no art. 8º, que "o Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional decidirá, em apreciação preliminar, o atendimento ou não [...] de sua inadequação financeira ou orçamentária, antes do exame de mérito [...]".

Adicionalmente, em vista do caráter suprallegal, consideramos determinante a análise da medida provisória em face do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que estabelece que "a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro".

A medida provisória em análise promove reajustes na remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-territórios federais e do antigo Distrito Federal, bem como reajusta o valor do auxílio-moradia dessas corporações, além de extinguir cargos efetivos vagos no âmbito da administração pública federal. Tais medidas acarretam aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, circunstância que exige a demonstração da respectiva compatibilidade com o arcabouço fiscal vigente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme consignado na exposição de motivos que acompanha a proposição, as despesas decorrentes dos reajustes relativos às forças de segurança do Distrito Federal serão integralmente custeadas com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, instituído pela Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002. Ressalte-se que o referido fundo possui critério próprio de cálculo, vinculado à receita corrente líquida da União, não havendo correlação direta entre o montante global de recursos aportados e a estrutura remuneratória das carreiras por ele custeadas. Dessa forma, a recomposição salarial proposta não implica aumento do aporte global de recursos federais ao fundo, preservando-se o equilíbrio fiscal.

No que concerne ao reajuste do auxílio-moradia da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dos ex-territórios e do antigo Distrito Federal, a medida provisória observa o disposto no art. 140 da Lei nº 15.321, de 31 de dezembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 –, ao prever medida compensatória para o correspondente aumento de despesa. A compensação é realizada mediante a extinção de 344 cargos efetivos vagos, sem expectativa de provimento, pertencentes aos quadros de pessoal da administração pública federal, cuja economia anual estimada é suficiente para neutralizar o impacto financeiro do reajuste concedido.

Os demonstrativos apresentados indicam que a extinção dos referidos cargos gera economia estimada em R\$25.741.138,00, valor superior ao impacto financeiro do aumento do auxílio-moradia, estimado em R\$25.672.546,00, atendendo, assim, ao princípio da neutralidade fiscal exigido pela legislação vigente. Não se verifica, portanto, prejuízo à prestação de serviços públicos nem comprometimento da capacidade operacional dos órgãos envolvidos, uma vez que se trata de cargos vagos e sem previsão de provimento.

Adicionalmente, a proposição informa que parte das despesas decorrentes da medida provisória encontra respaldo na Lei Orçamentária Anual de 2025, enquanto a parcela correspondente aos exercícios subsequentes está contemplada no projeto de Lei Orçamentária de 2026, observando-se, desse modo, a compatibilidade com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual, conforme exigido pelo ordenamento jurídico.

Assim, votamos pela adequação e compatibilidade orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, por considerar que ela atende às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, da lei de diretrizes orçamentárias e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não implicando desequilíbrio fiscal nem violação às normas que regem o controle das despesas públicas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do mérito.

A medida provisória promove a recomposição remuneratória das forças de segurança do Distrito Federal, medida que se revela meritória à luz das peculiaridades institucionais e operacionais que caracterizam a segurança pública na capital da República.

Nos termos do art. 21, inciso XIV, da Constituição Federal, compete à União organizar e manter a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo De Bombeiros Militar do Distrito Federal. Tal arranjo constitucional evidencia a natureza singular dessas corporações, cuja estrutura e financiamento se vinculam diretamente à União, em razão do papel estratégico desempenhado pelo Distrito Federal no funcionamento das instituições republicanas.

Nesse contexto, a recomposição remuneratória promovida pela medida provisória contribui para preservar a atratividade e a competitividade das carreiras de segurança pública do Distrito Federal, evitando defasagens que possam comprometer a capacidade de recrutamento e retenção de profissionais qualificados. A valorização desses quadros revela-se especialmente relevante diante da elevada complexidade das atribuições exercidas na capital do país, que concentra sedes dos Poderes da República, missões diplomáticas estrangeiras, organismos internacionais e eventos institucionais de grande relevância nacional e internacional.

Além disso, o fortalecimento institucional das forças de segurança do Distrito Federal possui impacto direto na estabilidade e no regular funcionamento das instituições democráticas, uma vez que tais corporações desempenham papel central na preservação da ordem pública, na investigação criminal e na pronta resposta a situações emergenciais que possam afetar a segurança das autoridades e das instalações estratégicas da União.

Não menos importante, a proposição em comento alinha-se à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), instituídos pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, especialmente por garantir a proteção, valorização e reconhecimento dos profissionais de segurança pública; o fortalecimento das instituições de segurança pública por meio de investimentos e do desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica; e o fomento à integração das forças de segurança pública.

Impende destacar ainda que o texto ora em análise decorre das negociações firmadas nos fóruns de diálogo entre o Governo Federal, o Governo do Distrito Federal e as entidades representativas das forças de segurança pública, formalizadas nos Termos de Negociação Salarial nº 1/2025 (PCDF) e nº 2/2025 (PMDf e CBMDf), assinados nos dias 7 e 10 de outubro de 2025,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

respectivamente. Tais negociações foram conduzidas nos termos da Lei nº 14.724, de 14 de novembro de 2023, e do Decreto nº 12.326, de 19 de dezembro de 2024, que instituiu o Programa Permanente de Diálogo Federativo e criou os fóruns como instância de alinhamento entre os entes federativos.

Dessa forma, a medida provisória apresenta mérito ao promover a valorização das carreiras de segurança pública do Distrito Federal e ao contribuir para a manutenção de padrões adequados de eficiência operacional, compatíveis com as responsabilidades institucionais atribuídas a essas corporações no contexto federativo brasileiro.

Das emendas.

O prazo regimental para apresentação de emendas à Medida Provisória nº 1.326, de 2025, findou em 9 de dezembro de 2025 e resultou em 113 propostas legislativas.

Após análise técnica, concluiu-se pelo acatamento das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 9, 25, 58, 65, 66, 69, 83, 85, 95, 100 e 106.

O conteúdo das Emendas nºs 18, 30, 35, 36, 37, 38, 40, 41 e 84 foi incorporado ao projeto de lei de conversão na forma de emendas do Relator. De forma análoga, a Emenda nº 70 foi acatada pela Emenda nº 35. As Emendas nºs 28, 73 e 88, por sua vez, tiveram seus textos adaptados e incorporados também como emendas do Relator.

Ainda no âmbito das emendas de Relator, cabe destacar que, para a implementação da nova estrutura de cargos para a Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, em linha com a Lei nº 14.735, de 2023 – Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis –, promovemos uma série de alterações legislativas nas normas concernentes à corporação. Trata-se de pedido direto da Direção-Geral da Polícia Civil, o qual buscamos atender neste momento de reestruturação das forças de segurança no DF.

Na mesma linha, destaca-se que todas as emendas acolhidas que tratam de algum aspecto relacionado à reestruturação das carreiras das forças militares, como limite de idade para inatividade, altura mínima para aprovação em concurso, exigência de bacharelado em Direito para concurso de oficiais, dentre outras, foram pedidos feitos diretamente ou endossados pelos Comandos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, não havendo nenhum que não tenha sido acordado intrinsecamente com as corporações.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um ponto específico, contudo, merece ser justificado de forma destacada. Não obstante este Relator entenda absolutamente meritório, justo e razoável que a gratificação por serviço voluntário – contida nas Emendas nºs 5, 11, 26, 56, 68, 75 e 108 – seja paga sem incidência de Imposto de Renda, cumpre registrar que recente orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão proferida pelo Ministro Flávio Dino no âmbito de reclamação constitucional, vedou a criação de novas parcelas indenizatórias até que sobrevenham balizas normativas mais precisas e seguras quanto à sua delimitação. Nesse diapasão, o Colegiado representativo desta Comissão, em conjunto com o Ministério da Gestão e Inovação, entendeu por não afrontar a determinação do Supremo Tribunal Federal e postergar a incorporação das referidas emendas, sob pena de inviabilizar outros pontos igualmente importantes incorporados ao texto da medida provisória em análise.

Ademais, em negociação com a Liderança do Governo no Congresso Nacional, essa relatoria optou por acatar, na forma de emenda do Relator, pleitos antigos dos servidores dos ex-territórios federais, a fim de promover a justiça administrativa e a segurança jurídica. Incluímos, portanto, dispositivos referentes à estrita observância à Emenda Constitucional nº 98, de 2017, que assegura o direito de inclusão no quadro de extinção da União a todos que mantiveram vínculo funcional e empregatício com os ex-territórios, estados ou prefeituras; à aplicação do princípio da isonomia salarial para docentes, garantido aos "professores pioneiros" – que foram contratados entre as décadas de 1970 e 1988 – o mesmo critério de progressão funcional aplicado aos contratados no período de transição dos estados, um padrão para cada 18 meses de serviço; e à garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos, por meio do aperfeiçoamento da normativa referente à vantagem pessoal denominada "V.P. Parecer FC 03/89".

Não menos importante, as Emendas nºs 6, 10, 60, 61, 63, 71, 74, 76, 77, 78, 79, 82, 88, 98, 101, 102, 103 e 104 foram rejeitadas em decorrência de se tratarem de matéria estranha ao escopo original da medida provisória.

Já as Emendas 7, 8, 21, 22, 23, 24, 27, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 66, 67, 72, 87, 89, 96, 97, 99, 109, 110, 111, 112 e 113 foram rejeitadas por inconstitucionalidade, em decorrência do inciso I do art. 63 da Constituição.

Por derradeiro, a Emenda nº 29 foi rejeitada por inconstitucionalidade, em decorrência do disposto no inciso XIII do art. 37 da Constituição Federal.

Conclusão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, manifestamo-nos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, por se revestir dos indispensáveis pressupostos de urgência e relevância, bem como opinamos pela sua constitucionalidade, juridicidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, votamos pela sua aprovação. Quanto às emendas, posicionamo-nos pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 9, 25, 28, 58, 69, 70, 73, 83, 84, 85, 88, 100 e 106 e pela rejeição das demais emendas apresentadas, na forma projeto de lei de conversão anexo.

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Grata pelo relatório, Deputado Rafael.

Parabenizo-o pelo trabalho, como falei, dedicado, sensível e compromissado com a matéria.

A matéria está em discussão.

Vou passar a palavra agora para o Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Primeiro, eu quero parabenizar o Relator pelo seu brilhante trabalho, se dedicou realmente ao trabalho.

Tem algumas emendas a que eu até gostaria que fosse dada uma devida atenção.

Fica inconveniente para mim, eu até mesmo sinto constrangimento em defender essa emenda, porque me alcança. A emenda diz que o militar que seja eleito e não tenha o seu tempo completado, mas ele, no mandato, exerceu três, quatro mandatos, e faltaram quatro anos para ele completar os 30 anos na caserna... que esse tempo fosse computado.

Então, é um pedido, porque eu saí da corporação com 26 anos de serviço e já estou há 20 anos nesta Casa, mas não completei meu tempo de serviço lá. Eu acho que é uma emenda que já está, inclusive, prevista na Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares, que foi aprovada neste ano, e a previsão era apenas – viu, Deputado Rafael? – que se colocasse essa previsão na medida provisória. Embora não seja o assunto, vamos dizer assim, principal da medida provisória, eu acho importante até mesmo para respaldar o que está previsto na lei federal, que é a lei orgânica, que preveja isso.

Eu agradeço por ter acatado a emenda do posto acima, justo. Lamentavelmente não podemos pensar numa retroatividade muito grande, mas eu acho que, com a sanção da lei orgânica, já é um bom caminho.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tem uma outra emenda, que aí a Deputada Erika deverá destacar em Plenário, como eu também, que é a questão da redução de interstício. Tem um dispositivo lá que, em vez de "deverá", está escrito "poderá", e isso serve de manobra do Governador ou com Deputados representantes da categoria, que está sempre pedindo para reduzir os interstícios, quando na verdade o texto da lei pode dizer claramente "deverá". Se há vaga suficiente, o efetivo deverá ser feito, e não como é hoje, o Governador é que tem que autorizar. Eu acho que é uma coisa desnecessária, que não traz impacto nenhum e que poderia ser acatada por V. Exa.

A minha dúvida, Presidente – eu estava discutindo aqui com a Deputada Erika –, é se... Porque eu acho que não tem que votar hoje, na Câmara, isso; eu acho que tem tempo. Nós temos que ter mais uma semana para a gente poder discutir, Senador Randolfe. V. Exa. sabe dizer se temos que votar ainda hoje isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Eu acho que é necessária, primeiro, querido Fraga, uma consulta sobre a questão do defeso eleitoral...

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) – É.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... porque tem várias questões de emendas, relativas aos ex-territórios e relativas ao DF, que nós temos que checar se não conflitam com os defesos eleitorais.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) – Parece que é 7 de abril. Parece, eu não tenho certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Pois então, 7 de abril. Nós estamos na última semana de março. Eu tenho essa preocupação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... uma preocupação única em relação a isso. Se não tiver nenhuma questão pertinente ao defeso eleitoral, eu não vejo problema em ter tempo. A medida provisória tem o tempo razoável para isso.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) – Pelo menos a semana que vem, Presidente, para a gente não fazer a coisa de forma açodada, intempestiva. Tem alguns assuntos que precisam ser discutidos. A gente sabe que o MGI... Aí eu quero parabenizar o Relator pela coragem de ter insistido em determinados assuntos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Fraga, desculpe interrompê-lo...



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – É só que eu fui lembrado aqui. Veio essa questão do tempo relativo ao defeso eleitoral, e eu fui lembrado de que nós temos o feriado da Semana Santa e da Páscoa.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) – Mas vai ter sessão, só não vai ser presencial, pelo menos na Câmara...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Temos sessão até quarta, é isso?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) – É.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – É. Sessão lá na Câmara...

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) – Na Câmara.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – É. No Senado ainda não está definido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não, é a mesma coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – É a mesma coisa?

É?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O Senado funcionará remotamente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – O Davi...

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) – E poderíamos...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Vamos para o debate aqui, e no final a gente toma a decisão, junto com o Relator.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) – Tá.

Então, para encerrar, Presidente, eu mais uma vez quero agradecer ao Deputado Rafael – sei que ele foi muito sensível a algumas questões – e também a V. Exa. Eu tenho que reconhecer o trabalho de V. Exa., da Erika e também do Rafael; já os ex-territórios contam sempre com o apoio maciço do Senador Randolfe. Eu já falei da vez passada que os ex-territórios têm que acender uma vela todo dia para o Senador Randolfe, porque, realmente, a defesa dele para os ex-territórios é muito importante nesta Casa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Obrigada, Deputado Alberto Fraga.

Vou passar a palavra agora para a Deputada Erica Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem.) – O primeiro aspecto é que prazo nós temos. Isso eu acho que tem que ficar bastante nítido, porque, ainda que nós possamos fazer essa discussão e apreciação na Câmara, nós precisamos também do Senado, precisamos da sanção. Portanto, penso que nós temos prazo.

Na semana que vem, como haverá sessão, que nós possamos, enfim, ter mais prazo para a discussão, mas eu acho que nós temos que ter muita certeza disso, porque nós estamos falando aqui de uma medida provisória que foi fruto de um processo negocial bastante intenso. Nesta medida provisória, sob hipótese nenhuma nós podemos colocar em risco as conquistas que foram consequências do processo negocial.

Aqui nós temos, penso eu, algumas coisas que são importantes.

Uma delas é estabelecer, ainda que se possa questionar qualquer vício – mas eu acho que não tem nenhum tipo de objeção do MGI –, com relação à polícia penal, do ponto de vista do fórum e do fundo, ou seja, se incorporar o fundo e a construção do fórum negocial para a Polícia Penal aqui do Distrito Federal. Parece-me que não há nenhum tipo de problema, e, obviamente, como há um acordo, a gente precisa assegurar que isso se efetive.

O segundo aspecto diz respeito a isso que o Deputado Fraga falava sobre a questão da ascensão, da fruição da carreira, particularmente dos policiais aqui no Distrito Federal. Quando você tem o verbo, não é meramente semântica a discussão. Quando você diz "poderá", você, em verdade, deixa no poder absolutamente total de o Governo estabelecer ou não a quebra de interstício, para que o Governo possa utilizar-se disso como se fosse uma concessão e não um direito da própria corporação. Quando nós falamos do "deverá", nós estamos falando, obviamente, de quando houver vagas. Aquilo que se dizia: "Porque isso pode inflar determinadas patentes, porque todo mundo vai subindo e tal". Não, tem que ter vaga – tem que ter vaga. Se não tiver vaga, obviamente, você não pode ter a quebra do próprio interstício ou a ascensão. O que não é permitido é que nós tenhamos soldados que passam décadas, ou dez anos, ou mais que isso no mesmo posto e ficam à mercê de o Governo do Distrito Federal estabelecer ou não a sua própria





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ascensão. É importante que as pessoas adentrem a corporação e saibam como vai ser o seu futuro, daqui a dez anos, quinze anos, vinte anos, o seu processo de ascensão.

Então, o questionamento que escutei sobre isso: "Mas não podemos ter muitos coronéis, mais do que o...". Não, tem que ter vaga – tem que ter vaga –, tem que ter disponibilidade orçamentária para que possa fluir a carreira, mas que você possa assegurar que todos os policiais tenham realmente uma perspectiva, ou seja, uma perspectiva bem nítida da sua evolução dentro da própria carreira.

O outro aspecto diz respeito a uma emenda que, se não me engano, é da Senadora Leila, que é uma emenda que fala da necessidade de que nós possamos também equiparar os nossos policiais civis aos policiais que são arcados pela União, na sua função, nos ex-territórios. Eu acho que isso é importante, para que nós possamos caminhar nessa perspectiva, assegurando aqui que se faça justiça, justiça de um processo permanente que se estabeleceu, que era consensual, permanente, natural e que foi rompido, cuja efetividade nós precisamos resgatar, nessa relação com os ex-territórios. Então, penso que é preciso que nós possamos avançar.

A questão do auxílio-moradia ainda que possa ter óbice neste momento, é preciso ter formas para que você venha a solucionar este problema que atinge a corporação e estabelece um nível de desigualdade que não pode, penso eu, ser permitido.

Então, nós precisamos, primeiro, ter segurança, se nós temos a semana que vem para podermos apreciar esta medida provisória, para que não haja prejuízo ao que foi construído nos processos negociais.

E, por fim, quero dizer que é muito urgente que nós possamos também buscar resolver o problema da Polícia Penal aqui do Distrito Federal, porque, sim, se há – acho que há – um consenso construído do ponto de vista da construção de um fórum de relações de negociações e, ao mesmo tempo, do fundo, é preciso que nós possamos abarcar as reivindicações, que são absolutamente justas, dessa categoria, para que nós tenhamos, enfim, também contempladas as solicitações que estão em tramitação no próprio Governo Federal.

Então, eu diria que nós precisamos, primeiro – vou repetir e, assim, concluo –, saber exatamente que tempo nós temos, porque não pode ter qualquer tipo de possibilidade de que essa medida provisória acabe se inviabilizando em função do defeso eleitoral; segundo, que nós possamos assegurar o "deverá", e não o "poderá", porque isso significa fazer justiça.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outros pleitos que estão postos eu acho que são absolutamente justos.

Acho que já passou da hora de nós resolvermos o problema dos policiais que foram desligados da corporação sem que tivessem direito de defesa. Isso é um verdadeiro absurdo. É um pouco mais de cem policiais que estão nessa situação, e é necessário – essa é a emenda da Senadora Leila – que haja, enfim, a avaliação e a correção das injustiças para estes policiais. Parece-me que V. Exa. contemplou no seu parecer essa emenda, e eu queria parabenizá-lo por isso, para que nós possamos ir construindo e resolvendo os problemas que ainda permanecem, sem desmerecer ou desconsiderar – portanto, sem ignorar – os avanços que essa medida provisória estabelece.

É bom lembrar que, no Governo anterior, aqui nós tivemos por volta de 8% de reajuste – como tivemos na polícia civil o aumento da própria alíquota, praticamente nenhum reajuste – e, no Governo de Lula, nós já temos mais de 50% de reajuste.

Nós parabenizamos e ficamos felizes com os avanços, mas isso não impede que nós possamos estabelecer os faróis necessários para que outros avanços também sejam conquistados.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Obrigada, Deputada Erika Kokay.

Vou passar a palavra para o Líder Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente Leila, serei breve, primeiro, para cumprimentar pelo trabalho V. Exa., o Relator Rafael Prudente, o meu querido Alberto Fraga, a minha querida Erika Kokay – todos dedicadíssimos.

Se é uma vela para o ex-território que o Alberto fala, seriam umas quatro, então, pelo trabalho que o Alberto faz em defesa dos policiais militares aqui e que essa bancada faz em defesa dos direitos dos servidores aqui do Distrito Federal.

Acho que o trabalho feito pelo Relator Rafael faz jus ao nome dele, foi um trabalho prudente, mas, ao mesmo tempo, atendendo às necessidades que foram apresentadas.

Eu acho que a única controvérsia que tem que se checar, caríssimo Fraga, é essa questão do defeso eleitoral, se o que foi colocado não implicará óbice por conta da apreciação. Se, mesmo com isso... Eu acho que a data limite é dia 7 de abril, pelo que informaram – temos que pacificar isso. Se for isso, se nós compreendermos que há tempo, ainda na semana que vem, de tramitar para ser aprovado, eu não vejo problema nós remarcarmos para a semana que vem, mas eu acho





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós temos só que nos certificar, minha caríssima Presidente Leila, sobre o prazo que nós temos em relação a esses temas.

No mais, parabéns ao trabalho do Relator e ao trabalho de toda a bancada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Só reforçando, se for para a próxima semana, no caso, a apreciação pela Câmara dos Deputados deveria ser na terça-feira, dia 31; na quarta, no Senado Federal; quinta-feira já é ponto facultativo; aí entramos no feriado da Semana Santa, que é sexta, sábado, domingo. Aí, no caso, como é que o Governo vai ter tempo hábil para apreciar o projeto, sendo que dia 6 já é segunda-feira e dia 7 já começa o defeso, que é terça-feira? Entenderam? Então, o tempo urge.

Particularmente, a minha posição – e, é claro, vou entender a posição dos colegas – é que a gente realmente faça o mais rápido, o mais célere possível, porque, na próxima semana, nós teremos realmente grandes dificuldades com relação...

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) – V. Exa. já conversou com o Hugo Motta sobre isso para hoje?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Eu tentei falar com o Presidente Hugo Motta. Falei com o Senador Davi Alcolumbre, e ele está à disposição já para tocar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – O Presidente Davi está...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – O.k., Senadores...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Nós estamos tentando conversar com o...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Os três. Com o Hugo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... Presidente Hugo Motta, mas eu acho que precede nós termos essa definição, porque eu tenho certeza de que o Presidente Hugo...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Não fará nenhuma objeção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... não fará nenhuma objeção em colocar na pauta.

Amanhã nós temos pauta na Câmara?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF. *Fora do microfone.*) – Não... Só de manhã, apenas consensual.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. *Fora do microfone.*) – Não, não, mas aí... Tem sessão amanhã, provavelmente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Então, temos entre hoje e amanhã. Eu acho mais prudente..

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) – Mas nós teríamos que votar aqui hoje?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Não, agora...

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) – Agora?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Nós teríamos que votar agora para dar os encaminhamentos.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. *Pela ordem.*) – Eu penso que tem que combinar e tem que combinar com muita exatidão, Senadora, Deputado Rafael e os demais Parlamentares, se vamos ter sessão amanhã na Câmara, porque esta é uma matéria que me parece que não tem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. *Pela ordem.*) – Como sugestão, vamos conceder vista de 1 hora, e aí retoma com a apreciação do relatório?

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF) – Pronto, perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Ótimo.

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF. *Fora do microfone.*) – Presidente, só...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Pois não. Pois não, Deputado Rafael.

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF) – Olhem só, eu não sei nem se é caso de vista, é só uma suspensão, não é, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – É, mas fui alertada aqui...

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. *Fora do microfone.*) – Vista de 1 hora, vista de 1 hora!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Fui alertada aqui de que, quando começa a sessão às 16h, não podemos votar mais nada. São 15h30.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF. *Fora do microfone.*) – A Ordem do Dia?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – A Ordem do Dia daqui do Senado. Então, nós temos agora um problema muito sério.

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF) – Presidente, deixe-me só...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Eu acho que nós teríamos que votar.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Vamos correr para os Presidentes. Eu acho que...

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF. *Fora do microfone.*) – Sra. Presidente, deixe-me só fazer uma ponderação muito rápida aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Pois não, por favor, Rafael. Pois não.

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF. Como Relator.) – A gente podia suspender por 15 minutos, só para a gente fazer os ajustes finais. Eu não tenho dificuldade nenhuma em acrescentar ou retirar algumas coisas do texto, mas eu fico muito preocupado a respeito do prazo, porque a gente vai ter que conversar. Tem algumas emendas aqui que nós vamos ter que conversar com a Casa Civil, nós vamos ter que conversar com a SRI, o Ministério da Justiça, Deputado Fraga. Então, a gente precisa ter tempo hábil para trabalhar, junto ao Governo Federal, para explicar algumas coisas aqui que só a gente entende, no caso aqui do nosso Distrito Federal, e o quão é importante a sanção.

Eu quero registrar aqui, a respeito da polícia penal – estou vendo que o pessoal está aí –, um acordo que foi feito ontem. Eu estive no MGI, juntamente com a Deputada Erika e acompanhado também... A Senadora Leila e o Senador Randolfe não puderam estar presentes, mas estavam as suas assessorias. Nós fizemos um acordo. Nós colocamos no relatório a previsão da carreira no fundo constitucional e também colocamos... Foi mais o quê mesmo, Erika?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF) – A instalação do fórum, desculpem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso nós colocamos; agora, para que isso não caia em vício de iniciativa, o Governo Federal vai encaminhar um projeto de lei, antes da última apreciação no Senado Federal, para que o Governo possa fazer a sanção dessa matéria.

Sobre a questão do mandato, para constar na questão da aposentadoria, a gente pode fazer um debate aqui, Fraga, da minha parte. O que me preocupa é a questão do interstício, a que eu sou completamente favorável. Agora, a gente tem que colocar no papel aquilo que dá.

Eu creio que, sobre a polícia militar, o que é necessário, Deputada Erika, é uma grande reestruturação na carreira, uma reestruturação da legislação como um todo. E eu fico preocupado em colocar aqui uma obrigação no GDF sem a gente discutir orçamento, porque, para qualquer tipo de promoção facultada ao Governador, ele faz um estudo orçamentário no momento da promoção ou não, se tiver disponibilidade orçamentária ou não. Então, isto me preocupa: a gente colocar um dispositivo legal criando uma expectativa, sendo que vai ocorrer uma inconstitucionalidade por uma obrigação de fazer do próprio GDF.

Então, eram essas as ponderações. Eu estou aqui à disposição de todos para fazer os ajustes que forem necessários, lembrando da importância de ser votado hoje, nesta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Perfeito, Deputado Rafael.

Nós vamos fazer uma suspensão, agora, de 15 minutos.

Obrigada.

(Suspensa às 15 horas e 31 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 55 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Eu declaro reaberta a nossa 2ª Reunião da Comissão que avalia a Medida Provisória 1.326.

Vou passar a palavra, agora, para o nosso Relator, Deputado Rafael Prudente. *(Pausa.)*

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF. Como Relator.) – Bom, eu gostaria de fazer, Sra. Presidente, com a sua autorização, a retificação do nosso parecer, acatando a Emenda 6. Ou seja, ela tinha sido rejeitada, mas a gente altera para o acatamento, para a aprovação do texto da Emenda nº 6. Eu quero acrescentar no art. 285, §1º-A, da Lei nº 11.907.

É isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Deputada Erika Kokay.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem.) – Presidente, todos sabemos que temos urgência na aprovação dessa medida provisória hoje nesta Comissão. Eu tenho a intenção de ir a Plenário – queria deixar absolutamente explícito – para destacar a emenda feita por V. Exa. que assegura a paridade com os ex-territórios.

Então, nós devemos apresentar esse destaque em Plenário, porque sabemos que, ao começar a Ordem do Dia, nós teremos que suspender esta reunião de Comissão e nós precisamos aprovar esse parecer. Nós devemos também buscar apresentar emenda de Plenário para assegurar o "deverá" em substituição ao "poderá". (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco/PDT - DF) – Perfeito, Deputada Erika, Deputado Rafael.

Eu peço desculpas a todos, porque o tempo urge e a gente ainda tem que conversar com o Presidente da Câmara, Hugo Motta, a respeito de pautar – se possível, ainda hoje – a MP que foi aprovada, o texto do Deputado Rafael, ainda hoje. Então, nós vamos agora para um outro processo.

Eu quero agradecer a todos os profissionais que estiveram conosco nessa caminhada. Essa caminhada, como eu falei na minha fala inicial, não começou hoje. Temos aí, pelo menos, dois anos, dois anos e meio de muita luta – de conquistas também, acho que é importante reforçar –, e a luta continua. Mas quero parabenizar todos os profissionais e os representantes das entidades, das nossas forças de segurança, que estiveram conosco até este momento aqui da aprovação da MP.

Sigamos agora para os plenários e para um novo debate.

Então, nós vamos colocar em votação a MP, o texto, o relatório apresentado pelo Deputado Rafael Prudente.

A votação vai ter que ser simbólica – ela vai ser simbólica.

Os Parlamentares que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável à Medida Provisória 1.326, de 2025... (*Palmas.*)

... nos termos do PLV que apresenta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Agradeço... Faltam 15 segundos, e agradeço a todos que estiveram conosco nessa caminhada.

Parabéns ao nosso Relator aqui, Deputado Rafael Prudente, e a todos que estiveram conosco. *(Palmas.)*

E nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

